UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO" (UNESP)
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS (FFC)
- CÂMPUS DE MARÍLIA -
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

**WILSON ROBERTO VERONEZ JÚNIOR**

# MAPEAMENTO DE ACERVOS DOCUMENTAIS SOBRE O PARTIDO DOS TRABALHADORES NO ESTADO DE SÃO PAULO: uma proposta de guia de fontes

**Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.**

**MARÍLIA - SP**
**2025**

**WILSON ROBERTO VERONEZ JÚNIOR**

# MAPEAMENTO DE ACERVOS DOCUMENTAIS SOBRE O PARTIDO DOS TRABALHADORES NO ESTADO DE SÃO PAULO: uma proposta de guia de fontes

**Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.**

**Área de Concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento**

**Linha de pesquisa: Produção e Organização da Informação**

**Orientadora: Profa Dra Sonia Maria Troitiño-Rodriguez**

**Coorientador: Prof. Dr. Daniel Martínez-Ávila**

**MARÍLIA - SP**
**2025**

## FICHA CATALOGRÁFICA

V549m

VERONEZ JÚNIOR, Wilson Roberto

MAPEAMENTO DE ACERVOS DOCUMENTAIS SOBRE O PARTIDO DOS TRABALHADORES NO ESTADO DE SÃO PAULO : uma proposta de guia de fontes / Wilson Roberto VERONEZ JÚNIOR. -- Marília, 2025

558 p. : il., fotos, mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Orientadora: Sônia Maria TROITIÑO-RODRIGUEZ

Coorientadora: Daniel MARTÍNEZ-ÁVILA

1. Organização do Conhecimento. 2. Arquivologia. 3. Organização do Conhecimento em Arquivos. 4. Guia de Fontes. 5. Partido dos Trabalhadores. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos pelo autor(a).

# MAPEAMENTO DE ACERVOS DOCUMENTAIS SOBRE O PARTIDO DOS TRABALHADORES NO ESTADO DE SÃO PAULO: uma proposta de guia de fontes

**Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília - linha de pesquisa nº 2 – Produção e Organização da Informação.**

**CANDIDATO**
**Wilson Roberto Veronez Júnior**
**Universidade Estadual Paulista – Campus de Marília (UNESP/FFC)**
**Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI)**

**BANCA EXAMINADORA**

**Orientadora: Profa Dra Sonia Maria Troitiño-Rodriguez**
**Universidade Estadual Paulista – Campus de Marília (UNESP/FFC)**
**Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI)**

**Prof. Dr. Carlos Cândido de Almeida**
**Universidade Estadual Paulista – Campus de Marília (UNESP/FFC)**
**Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI)**

**Prof. Dr. Rodrigo Rabello da Silva**
**Universidade de Brasília (Unb)**
**Faculdade de Ciência da Informação (FCI)**

**Profa Dra Ana Cristina de Albuquerque**
**Universidade Estadual de Londrina - (UEL)**
**Centro de Educação, Comunicação e Artes (CECA)**
**Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI)**

**Prof. Dr. Flávio Leal da Silva**
**Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO**
**Departamento de Arquivologia da UNIRIO**

**Marília, 19 de março de 2025.**

## AGRADECIMENTOS

**Antes de iniciar os agradecimentos, gostaria de fazer um breve memorial sobre minha jornada de vida. Eu, Wilson, nascido no dia 09 de janeiro de 1991, em Marília, interior do estado de São Paulo, filho de dona Iris Cristina e Wilson Veronez (*in memoriam* 1966-2022), confesso que nunca sonhei e imaginei chegar a este dia tão incrível e que ficará registrado para sempre em minha memória. Depois de passada a defesa da tese, fiquei embevecido e ao mesmo tempo refletindo como a vida é cheia de surpresas, pois como pode, um menino oriundo da periferia da zona sul mariliense tornar-se Doutor por uma das melhores universidades do mundo, e como poderia também se tornar um Doutor em Ciência da Informação nota 7, ou seja, um dos melhores programas de CI do mundo.**

**Dito isso, essas são algumas coisas que me deixaram e me deixam sem saber como poderiam ter acontecido. Pois bem, eis-me aqui, contrariando todas as expectativas, até mesmo as minhas, de que poderia chegar ao ápice da universidade pública. Por isso, quando vou às ruas, aos parlamentos, aos colegiados, defendo a universidade com "unhas e dentes", visto que esta é um espaço de democrático e de transformação social. Após 13 anos de convivência na universidade pública, posso dizer que hoje sou um ser humano totalmente diferente do que era quando ingressei na universidade.**

**Mesmo ainda não tendo realizado o meu sonho, ou seja, ser professor universitário efetivo, estou nessa luta, mas vejo que estou cada vez mais perto de realizar esse sonho, porém, se eu não conseguir alcançá-lo agora, estarei tranquilo, pois sei que um dia essa vitória chegará.**

**Gostaria de agradecer em especial a minha mãe, dona Íris, que dentro de suas limitações e forças nunca deixou de me apoiar, até quando eu mesmo não acreditava em mim. Em muitos momentos, ela não compreendia o fato de eu estar ali estudando para algo que nem eu mesmo imaginaria que eu pudesse chegar, mas sinto que ela está muito orgulhosa de mim, pela pessoa e ser humano que sou nos dias de hoje. Muito obrigado, mamãe, você é a minha maior**

**inspiração de vida. Agradeço a você por todo o sacrifício de vida, pelas orações, por ter me dado a vida, o bem mais precioso de um ser humano. Essa vitória é para você!**

**Aproveito também para agradecer ao meu pai, Wilson, que já não está entre nós, mas sei que lá no céu está muito orgulhoso de minha trajetória de vida e de luta! Infelizmente, no processo do doutorado, ele nos deixou, mas sempre estará conosco em nossos corações. Essa vitória também é para você, pai!**

**Agradeço aos meus irmãos Orlando, William, Wellington e Walison por serem minha fonte de inspiração. Obrigado por toda força e apoio incondicional! Essa vitória é para vocês também!**

**Um agradecimento muito especial aos meus orientadores, professores doutores Sônia Troitiño e Daniel Martínez, que durante toda a minha jornada de luta e de formação acadêmica estiveram comigo, literalmente estenderam suas mãos para que eu pudesse me tornar um arquivista, mestre, doutor e acima de tudo um grande pesquisador do campo da Arquivologia e Organização do Conhecimento. Agradeço por aceitarem o meu projeto de pesquisa, por entenderem que naquele momento era um projeto que poderia render bons frutos, e no final, deu tudo certo. Muitíssimo obrigado, professores, que momento incrível, que tese incrível, que parceria incrível! Espero que possamos continuar nossas parcerias de pesquisas, publicações, trabalhos e projetos científicos.**

**Agradeço à CAPES, pois o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.**

**Agradeço também aos servidores da Biblioteca da Unesp de Marília por toda ajuda, apoio e suporte dado no decorrer de todos esses anos. Agradeço a todos os servidores da Unesp de todos os setores! Obrigado por tudo!**

**Agradeço aos professores do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Unesp de Marília pelos ensinamentos, conselhos e por toda troca de conhecimento.**

**Agradeço aos meus amigos, amigas e colegas de vida, universidade, trabalho, de infância, entre outras pessoas que conheci ao longo dos meus 34 anos de vida. Não gostaria de nominar, pois não quero ser injusto com ninguém, mas saibam que todos vocês fizeram parte de minha trajetória de vida e de luta. Um agradecimento muito especial a todos vocês.**

**Agradeço também a banca examinadora, tanto da qualificação e defesa, composta pelos professores doutores Carlos Almeida (UNESP), Rodrigo Rabello (Unb), Ana Albuquerque (UEL), Flávio Leal (UNIRIO), Rúbia Martins (UNESP), Rodrigo Ceballos (UniLeon), Natália Tognoli (UFF) e Oswaldo Almeida (UNESP).**

**E eu estou aqui nesse dia sonhado por tantas gerações de lutadores e lutadoras que vieram antes de nós. Pois aquele menino, que até alguns anos atrás, estava trabalhando como servente de pedreiro e catador de materiais recicláveis, na data de hoje, tornou-se Doutor, um feito que jamais será esquecido e servirá como referência para aqueles e aquelas que pensaram ou pensam em desistir.**

**E por fim, agradeço aos deuses, às deusas e aos orixás, por chegar até onde cheguei, sou agora um Doutor em Ciência da Informação do meu País. Peço aos deuses, as deusas e aos orixás sabedoria para orientar, discernimento para julgar, coragem para me posicionar, e uma disposição do tamanho do meu Brasil, para atenuar a desigualdade social e informacional e a manter a preservação da memória do meu País até os últimos dias de minha vida. Que viva a Ciência! Que viva a Universidade Pública! Que viva a Unesp! Que viva o PPGCI da Unesp de Marília! Que vida a todos e a todas vocês! Muito obrigado por tudo e até o próximo desafio! A Luta continua!**

## EPÍGRAFE

**Digo, o real não está na saída e nem na chegada, ele se dispõe para gente é no meio da travessia (Grande Sertão: Veredas, Guimarães Rosa, 1956).**

**MAPEAMENTO DE ACERVOS DOCUMENTAIS SOBRE O PARTIDO DOS TRABALHADORES NO ESTADO DE SÃO PAULO: uma proposta de guia de fontes. Marília: 2025. 558 fls. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista - UNESP, 2024.**

## RESUMO

A partir dos estudos de Esteban Navarro e García Marco, as relações científicas, epistemológicas, metodológicas e interdisciplinares entre Arquivologia e a Organização do Conhecimento têm sido debatidas com ênfase nas suas mais variadas dimensões teóricas, metodológicas e aplicadas. Esta tese tem por objetivo analisar o processo de produção, organização, representação, preservação e a existência de políticas documentais e de instrumentos de organização do conhecimento em arquivos de partidos políticos, ou seja, instrumentos de gestão e de pesquisa, sendo estes representados pelo plano de classificação, quadro de arranjo, tabela de temporalidade, guias, índices, catálogos e repertórios, respectivamente. Busca mapear, analisar e diagnosticar os acervos documentais do Partido dos Trabalhadores localizados em Diretórios, Comissões Provisórias e Instituições Documentais Universitárias no estado de São Paulo. Dessa forma, procura identificar as principais espécies, tipos, tipologias, suportes, formatos e gêneros documentais existentes nesses acervos. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa para o levantamento de materiais em bases de dados, revistas, periódicos eventos científicos, manuais e dicionários especializados em Arquivos, Arquivos de Movimentos Sociais, Arquivos Permanentes, Acervos Documentais, Arquivos de Trabalhadores, Partidos Políticos, Movimento de Trabalhadores, Movimento Político, Movimento Sindical, Movimentos Sociais, Partido dos Trabalhadores e Organização do Conhecimento. Além disso, faz uso da pesquisa documental para o mapeamento, análise e diagnóstico dos principais documentos produzidos pelo Partido ao longo de sua produção documental e acumulação natural no estado. A partir do processo de amostragem, foram analisados e diagnosticados os acervos dos Diretórios de Marília, Fundação Perseu Abramo (Acervo do Diretório Nacional), São José dos Campos, Tupã, Taubaté, Lins, Penápolis, Garça, Bauru, Osasco, Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP), Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa da Universidade Estadual Paulista (CEDAP), Diretório de Osasco e o Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (CEDEM). Constata-se que no processo de diagnóstico e análise, algumas dessas instituições baseiam-se em parâmetros arquivísticos, como a descrição arquivística e o princípio da proveniência, por exemplo, no entanto, mesmo seguindo essas diretrizes, revela-se que o método de organização documental adotado por essas instituições são considerados frágeis do ponto de vista técnico-científico, necessitando de aprimoramentos e atualizações, sobretudo os diretórios do Partido localizados na região do interior do estado. Como objetivo principal desta tese, foi discutida a elaboração de uma guia de fontes para acervos de partidos políticos, dessa forma, defende-se que a elaboração deste instrumento de pesquisa é uma forma admitida e que vincula os processos que relacionam a Organização do Conhecimento e a Arquivologia. O guia de fontes define-se como um instrumento de pesquisa que ajudará na recomposição, recuperação e no acesso aos itens documentais produzidos pelo partido no estado ao longo dos anos.

**Palavras-chave:** Organização do Conhecimento em Arquivos; Arquivos de Partidos Políticos; Acervos Documentais do Partido dos Trabalhadores; Mapeamento de Acervos Documentais; Guia de Fontes Arquivístico.

**MAPPING DOCUMENTARY ARCHIVES ON THE WORKERS' PARTY IN THE STATE OF SÃO PAULO: a proposal for a source guide. Marília: 2025. 558 fls. Thesis (Doctorate in Information Science) Postgraduate Program in Information Science, Faculty of Philosophy and Sciences, Sao Paulo State University - UNESP, 2025.**


## ABSTRACT

Since the studies of Esteban Navarro and García Marco, the scientific, epistemological, methodological and interdisciplinary relationships between Archival Science and Knowledge Organization have been debated with emphasis on their most varied dimensions, whether theoretical or applied. The aim of this thesis is to analyse the production process, the existence of documentary policies and instruments for organizing knowledge in political party archives, represented by classification plans, tables of arrangement, temporality tables, guides, indexes, catalogs and directories. In addition, it seeks to map, analyze and diagnose the documentary collections of the Partido dos Trabalhadores (PT) located in directories, provisional commissions and university documentary institutions in the state of São Paulo. In this way, it seeks to identify the main documentary species, types, media, formats and genres that exist in these collections. This is a bibliographical study, with a qualitative approach to gathering material from databases, magazines, journals, scientific events, manuals and dictionaries specializing in Archives, Documentary Collections, Workers' Archives, Political Parties, Workers' Movement, Political Movement, Trade Union Movement, Social Movements, Workers' Party and Knowledge Organization. It also makes use of ethnography and documentary research to map, analyze and diagnose the main documents produced by the Party throughout its documentary production and natural accumulation in the state. Based on the sampling process, the collections of the Marília Directory, the National Directory Collection, São José dos Campos, Tupã, Taubaté, Lins, Penápolis, Garça, Bauru, Osasco, the Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP), Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa da Universidade Estadual Paulista (CEDAP), Diretório de Osasco e o Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (CEDEM) were analyzed and diagnosed. In the process of diagnosis and analysis, some of these institutions were found to be partially based on archival parameters, such as archival description and the principle of provenance, for example. However, even following these guidelines reveals that the organization method adopted by these institutions is considered to be fragile from a technical and scientific point of view, and needs to be improved and updated, especially the Party directories located in the interior of the state. The next step in this research aims to present a discussion on the development of a model archival source guide for the PT documentary collections in the state of São Paulo, a research tool that will help in the recomposition, recovery and access to the documentary items produced by the party in the state.



**Keywords:** Knowledge Organization in Archives; Archives of Political Parties; Documentary Collections of the Workers' Party; Mapping of Documentary Collections; Guide to Archival Sources.

**MAPEO DE ARCHIVOS DOCUMENTALES SOBRE EL PARTIDO DE LOS TRABAJADORES EN EL ESTADO DE SÃO PAULO: propuesta de guía de fuentes. Marília: 2025. 558 fls. Tesis (Doctorado en Ciencias de la Información) Programa de Postgrado en Ciencias de la Información, Facultad de Filosofía y Ciencias, Universidade Estadual Paulista - UNESP, 2024.**


## RESUMEN

Desde los estudios de Esteban Navarro y García Marco, las relaciones científicas, epistemológicas, metodológicas e interdisciplinarias entre la Archivística y la Organización del Conocimiento han sido objeto de debate haciendo hincapié en sus más variadas dimensiones, ya sean teóricas o aplicadas. El objetivo de esta tesis es analizar el proceso de producción, la existencia de políticas documentales e instrumentos de organización del conocimiento en los archivos de los partidos políticos, representados por planes de clasificación, cuadros de ordenación, cuadros de temporalidad, guías, índices, catálogos y directorios. Además, busca mapear, analizar y diagnosticar los acervos documentales del Partido dos Trabalhadores (PT) localizados en directorios, comisiones provisionales e instituciones documentales universitarias del estado de São Paulo. De esta forma, busca identificar las principales especies documentales, tipos, soportes, formatos y géneros existentes en estos acervos. Se trata de un estudio bibliográfico, con abordaje cualitativo de recolección de material en bases de datos, revistas, periódicos, eventos científicos, manuales y diccionarios especializados en Archivos, Colecciones Documentales, Archivos Obreros, Partidos Políticos, Movimiento Obrero, Movimiento Político, Movimiento Sindical, Movimientos Sociales, Partido de los Trabajadores y Organización del Conocimiento. También utiliza los métodos de la investigación documental para mapear, analizar y diagnosticar los principales documentos producidos por el Partido a lo largo de su producción documental y acumulación natural en el estado. A partir del proceso de muestreo, se analizaron y diagnosticaron los acervos del Directorio de Marília, de la Colección Nacional de Directorios, de São José dos Campos, de Tupã, de Taubaté, de Lins, de Penápolis, de Garça, de Bauru, de Osasco, del Instituto de Estudios Brasileños de la Universidad de São Paulo (IEB-USP), del o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP), Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa da Universidade Estadual Paulista (CEDAP), Diretório de Osasco e o Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (CEDEM). En el proceso de diagnóstico y análisis, se constató que algunas de estas instituciones se basan parcialmente en parámetros archivísticos, como la descripción archivística y el principio de procedencia, por ejemplo. Sin embargo, incluso siguiendo estas directrices se observa que el método de organización adoptado por estas instituciones se considera frágil desde el punto de vista técnico y científico, y necesita ser mejorado y actualizado, especialmente los directorios del Partido ubicados en el interior del estado. El siguiente paso de esta investigación tiene como objetivo presentar una discusión sobre la elaboración de un modelo de guía de fuentes archivísticas para los fondos documentales del PT en el estado de São Paulo, una herramienta de investigación que ayudará en la recomposición, recuperación y acceso a los ítems documentales producidos por el partido en el estado.



**Palabras clave:** Organización del Conocimiento en Archivos; Archivos de Partidos Políticos; Fondos Documentales del Partido de los Trabajadores; Cartografía de Fondos Documentales; Guía de Fuentes Archivísticas.

## LISTA DE QUADROS


Quadro 1 - Posicionamento ideológico dos partidos políticos brasileiros 29
Quadro 2- Tipos de Conhecimento 37
Quadro 3 - Etapas de pesquisa científica 39
Quadro 4 - Divisão da tese 41
Quadro 6 - Categorias, espécies e tipologias documentais em acervos do PT 44
Quadro 7: Processo da pesquisa documental 44
Quadro 8 - Materiais sobre Arquivologia e Organização do Conhecimento 50
Quadro 9 - Cronograma de Execução 55
Quadro 10 - Dimensões da Organização do Conhecimento 81
Quadro 11 - Produções científicas sobre Organização do Conhecimento e Arquivologia 86
Quadro 12 - Termos 92
Quadro 13 - Critérios e o método científico 100
Quadro 14 - Critérios de cientificidade e análise comparativa 102
Quadro 15 - Processos em Arquivologia e Organização do Conhecimento 104
Quadro 16: Aplicação do método diplomático 129
Quadro 17 - Diplomática e Diplomática Arquivística Contemporânea 130
Quadro 18 - Critério para a formação de um fundo de arquivo 144
Quadro 19 - Conhecimento em Arquivos 153
Quadro 20 - Organização do Conhecimento em Arquivos 157
Quadro 21 - Origem e destino das instituições documentais 218
Quadro 22 - Diagnóstico dos Acervos do PT no estado de São Paulo 220

## LISTA DE FIGURAS

**Figura 1 - Diretórios do PT no estado de São Paulo---------- 34**

**Figura 2 - Classificação da Ciência---------- 38**

**Figura 3 - Composição pelo Movimento Pró-PT---------- 182**

**Figura 4 - Ato de Fundação do PT---------- 183**

**Figura 5: Filiados e filiados do PT no Brasil---------- 193**

**Figura 6 - Números de diretórios do PT no estado de São Paulo---------- 194**

**Figura 7 - Estrutura organizacional do PT---------- 196**

**Figura 8: Mapeamento de instituições documentais---------- 218**

**Figura 151 - Ficha de coleta de dados---------- 259**

## LISTA DE SIGLAS

**AEL - Arquivo Edgard Leuenroth**

**CEDAP - Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa**

**CEDEM - Centro de Documentação e Memória da Unesp**

**COAIC - Colóquio em Organização, Acesso, Apropriação da Informação e do Conhecimento**

**EDICIC - *Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe***

**FPA - Fundação Perseu Abramo**

**IBERSID - *Encuentros Internacionales sobre Sistemas de Información y Documentación***

**IEB - Instituto de Estudos Brasileiros**

**ISKO - *International Society for Knowledge Organization***

**MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**

**OC - Organização do Conhecimento**

**RC - Representação do Conhecimento**

**SOCs - Sistemas de Organização do Conhecimento**

**PPGCI - Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação**

**PT - Partido dos Trabalhadores**

**SECIN - Seminário em Ciência da Informação**

**SNFPT - Secretaria Nacional de Formação Política do Partido dos Trabalhadores**

**TRE - Tribunal Regional Eleitoral**

**TSE - Tribunal Superior Eleitoral**

**UNESP - Universidade Estadual Paulista**

**UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas**

**USP - Universidade de São Paulo**

## SUMÁRIO


1. INTRODUÇÃO 16
1.1 Problema de Pesquisa 29
1.2 Objetivos 30
1.3 Justificativa 31
1.4 Hipóteses 34
1. 5 Metodologia 47
1.6 Procedimentos Metodológicos 58
2 O CAMPO CIENTÍFICO DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO 72
2.1 Campo Científico 77
2.2 Desenvolvimento de processos, métodos e funções 84
2.3 Aspecto Interdisciplinar 94
3. ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO EM ARQUIVOS 101
3.1 Teoria da Classificação Arquivística 127
3.2 Diplomática e Diplomática Arquivística Contemporânea 144
3.3 A noção de conhecimento em arquivos 158
4 PARTIDOS POLÍTICOS 185
4.1 Arquivos de Partidos Políticos 192
4.2 Um Breve Histórico do Partido dos Trabalhadores 196
5 MAPEAMENTO, ANÁLISE E DIAGNÓSTICO DE ACERVOS DOCUMENTAIS SOBRE O PARTIDO DOS TRABALHADORES NO ESTADO DE SÃO PAULO 244
6. DISCUSSÃO SOBRE AS CONDIÇÕES DOS ACERVOS DOCUMENTAIS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES NO ESTADO DE SÃO PAULO 261
7. GUIA DE FONTES SOBRE O PARTIDO DOS TRABALHADORES NO ESTADO DE SÃO PAULO: uma proposta 268
CONSIDERAÇÕES FINAIS 293
REFERÊNCIAS 298
APÊNDICE 316
Formulário para coleta de dados por email 332
Descrição arquivística sobre o Partido dos Trabalhadores no estado de São Paulo 333
Formação do acervo do Partido dos Trabalhadores 335
Análise, diagnóstico e descrição dos acervos sobre o Partido dos Trabalhadores com base na Nobrade 336
Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Marília 337
Fundação Perseu Abramo 360
Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de São José dos Campos 380
Diretório Municipal do partido dos Trabalhadores de Tupã 406
Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Taubaté 416
Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Jacareí 433
Diretório Municipal do partido dos Trabalhadores de Lins 458
Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Penápolis 468
Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Garça 483
Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Bauru 492
Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo 501
Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Osasco 520
Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa da Universidade Estadual Paulista 529
Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista 539

## 1. INTRODUÇÃO

Antes de iniciarmos a apresentação desta pesquisa, é preciso que fique claro que não se trata de uma tese exclusivamente sobre a história do Partido dos Trabalhadores (PT), mas sim analisar um aspecto elementar que ocorre em todas as instituições, sendo elas das mais variadas naturezas (pública, privada ou de economia mista), isto é, a produção, gestão, organização, representação, preservação documental e o acesso ao conhecimento no decorrer de suas atividades.

A discussão que trata sobre a realidade das condições de conservação, organização, preservação e acesso aos arquivos de partidos políticos no Brasil ainda carece de reflexões[1] mais aprofundadas do ponto de vista teórico, científico, metodológico, funcional e prático. Contudo, uma pesquisa mais detalhada sobre sua situação em território brasileiro demandaria décadas e um exercício hercúleo para sua compreensão e real dimensão. Assim, dentro de um recorte específico, revela-se que no estado de São Paulo[2], sendo este o maior colégio eleitoral do país e também o que mais concentra riquezas econômicas, em teoria, seria natural que os partidos políticos no estado tivessem seus acervos dotados de instrumentos de gestão (plano de classificação, tabela de temporalidade, quadro de arranjo e de pesquisa (guias, repertórios, índices, catálogos), organizados, tratados, preservados e disponíveis para a consulta e acesso, seja ele no nível institucional ou até mesmo de forma particular para seus sujeitos políticos (militantes, filiados, correligionários, parlamentares, gestores, secretários, simpatizantes, dentre outros), mas na realidade não é bem assim. Portanto, não se trata apenas e exclusivamente de uma questão meramente econômica e de investimentos de recursos para criação e manutenção de acervos, mas sim da necessidade de discussão para o estabelecimento de uma política de organização e preservação documental para esses tipos de arquivos.

Embora os partidos políticos aparentemente demonstram organização em outros segmentos, como a participação em eleições, na prática, a manutenção de seus

[1] Mesmo que seja uma vontade muito grande, infelizmente, em virtude de inúmeros fatores, esta discussão não se encerra nesta tese.
[2] Recorte proposto para o mapeamento desta tese.

acervos documentais está muito longe dessa realidade. No decorrer desta discussão científica, serão apresentados inúmeros fatores que corroboram para a desorganização desses acervos, mas outros que não estão ligados diretamente a questões técnicas, mas também por razões políticas e, que não estão visíveis aos nossos olhos, sendo restrita apenas aos bastidores do jogo e da dinâmica política. Contudo, a produção desta tese servirá como uma "lente de transparência" e de investigação sobre o estabelecimento de políticas e preceitos arquivísticos na constituição, organização e representação de arquivos de partidos políticos brasileiros.

Ao longo dos anos, conforme será observado no desenvolvimento desta investigação, os arquivos de partidos políticos, associações político-partidárias[3], movimentos sociais, movimentos de trabalhadores, movimentos políticos, movimentos populares e movimentos de emancipação foram ignorados por seus sujeitos políticos, que por falta de experiência e sensibilidade não concebiam ou compreendiam a potencialidade dos arquivos, não apenas no sentido de prova e testemunho, mas enquanto um fenômeno relacionado ao direito e à preservação da memória coletiva e institucional, do processo de emancipação da classe trabalhadora e da evidenciação das próprias lutas de sua militância. Desse modo, além da falta de cuidado, preservação e gerenciamento, esses arquivos foram entregues à própria sorte, dependendo exclusivamente da consciência e responsabilidade social daqueles que enxergavam a relevância desses registros documentais para a contextualização de suas lutas, respeito aos direitos humanos, igualdade de direitos individuais e coletivos, manutenção da democracia e à promoção da justiça social.

Quando se trata da organização e representação desses arquivos de natureza política, a situação é mais delicada, pois se a discussão sobre a formação e constituição desses acervos ainda é caótica e de que não há uma previsão para a resolução desse impasse, seria impossível nesta pesquisa científica trazermos uma solução ou até mesmo elaborarmos um modelo de instrumento de pesquisa definitivo que pudesse contemplar e abarcar toda a complexidade organizacional, ideológica, filosófica e documental de 32 partidos políticos existentes no Brasil. Para isso,

[3] Termo utilizado por Ancona Lopez (1999). Lopez, A. P. A. **Tipologia documental de partidos e associações políticas brasileiras**. São Paulo: História Social USP/ Loyola, 1999.

pressupõe-se que uma das soluções imediatas, seria ter no mínimo a constituição de grupos de trabalhos de cada partido e junto a pesquisadores, arquivistas, historiadores, sociólogos discutindo e realizando o processo de levantamento, mapeamento, análise e o diagnóstico de toda documentação produzida pelos partidos políticos ao longo dos anos. Todavia, mesmo que ainda fosse no estado de São Paulo, com uma população de mais de 40 milhões de habitantes e de extensão territorial imensa, esse exercício demandaria décadas e possivelmente não seria estabelecida nenhuma resolução definitiva para o assunto, visto que cada partido político apresenta uma peculiaridade no tocante a organização e manutenção documental de seus acervos.

Na tentativa de estabelecer um padrão de organização documental com base em análises tipológicas, Ancona Lopez (1998), em sua dissertação de mestrado e em um livro posterior (1999), propõe um modelo de organização de tipologias documentais para arquivos de associações político-partidárias, neste caso, para o Diretório Zonal do Partido Comunista Brasileiro (PCB), localizado em Pinheiros, na zona oeste de São Paulo. Entretanto, após a publicação dessas obras acadêmicas, o que restou foi um hiato sobre a continuidade e aprofundamento dos estudos acerca da realidade e a organização dos arquivos de partidos políticos no Brasil. Desse modo, diante de toda essa incerteza, o que acaba ficando mais complexo ainda são os estudos de arquivos de partidos políticos no contexto da Organização do Conhecimento, tema este que já vem sendo discutido ao longo dos últimos 04 anos por pesquisadores como Veronez Júnior; Martinez-Ávila; Troitiño-Rodriguez (2021, 2022a, 2022b), Veronez Júnior; Troitiño-Rodriguez; Martínez-Ávila (2023a, 2023b). Lembrando que desde meados da década de 1990, já existe uma complexidade quando se trata das relações entre Arquivologia, Arquivos e Organização do Conhecimento, mas que procuraremos discutir esses elementos de forma mais aprofundada no avançar desta tese.

10 anos depois da discussão proposta por Ancona López (1999), o pesquisador estadunidense French (2009), mesmo que não tenha trabalhado especificamente com a análise de arquivos de partidos políticos brasileiros, traz a tona alguns diagnósticos e análises interessantes e aprofundadas sobre a realidade dos arquivos de movimentos de trabalhadores, especialmente de movimentos sindicais no Brasil, mas que de certa forma se correlaciona com os estudos iniciados por Ancona López (1998, 1999, 2012)

e com os objetivos propostos para o desenvolvimento desta investigação de doutorado. Passado 10 anos depois da última publicação de Ancona López (2012) sobre o assunto, surge um outro cenário de investigação, ou seja, a análise e a discussão sobre a falta de diretrizes para a organização e representação e de elaboração de políticas documentais para arquivos de movimentos sociais, proposta por Camoleze (2022) em sua tese de doutorado acerca dos Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Depois das discussões apresentadas entre 1998 e 1999, anos mais tarde, Ancona Lopez (2012, p. 17) apresenta uma constatação que ainda se manifesta na realidade dos arquivos de partidos políticos brasileiros e em movimentos sociais até os dias de hoje, ou seja,

> Muitas vezes os documentos de arquivo são separados, sem que seja registrada ou respeitada a ordem original, ocasionando a perda dos vínculos administrativos, transformados em peças-coleção. Tal separação, sobretudo em situações nas quais não há sistemática gestão documental (como nos movimentos sociais, por exemplo), provoca a perda do contexto arquivístico e pode impossibilitar a compreensão plena do significado do documento para aqueles que não vivenciaram sua produção.

Logo, na concepção do autor, essa falta de organização e padronização compromete a recomposição e o arranjo dos fundos documentais e consequentemente a elaboração de políticas documentais e de instrumentos de organização do conhecimento em arquivos. É preciso recordar que os arquivos de partidos políticos são produzidos em decorrência de suas atividades políticas, mas que não necessariamente podem ser denominados de documentos de arquivo, pois não passaram pelo crivo estabelecido por parâmetros e não contém marcas arquivísticas em seu processo de produção, embora resultem de atividades político-partidárias (Ancona López, 2012, Troitiño-Rodriguez, 2015). Porém, essa falta de padronização no processo de produção documental não exclui a necessidade de elaboração e no desenvolvimento de métodos, políticas arquivísticas e de instrumentos de organização do conhecimento adequados e estruturados. Na análise das publicações de French (2009), Ancona López (2012) e Camoleze (2022), é possível observar que nesses tipos de entidades de caráter político-partidária, os documentos, na maioria das vezes, são produzidos sem regulamentação, normatização oficial ou preocupação jurídico-legal, critérios arquivísticos e costumam ter caráter mais informal, sem muito controle dos

padrões de produção, razão pela qual são de difícil identificação e avaliação documental. As instituições de caráter político, de modo geral, não apresentam controle quanto à emissão de registros e raramente têm uma política e dispõe de um programa de gestão documental relacionado às atividades meio e fim. Há preponderância da guarda de documentos destinados ao público externo, enquanto os documentos internos preservados, frequentemente, limitam-se aos registros norteadores das organizações, como no caso de diretrizes, programas, boletins, relatórios, atas de reuniões, ofícios, memorandos, cartas, correspondências, atas relevantes, fotografias analógicas e digitais, além de resoluções programáticas, programas de governo, dentre outros do mesmo gênero que retratam as atividades desenvolvidas pelas organizações político-partidárias.

Mesmo que Ancona López (1998, 1999, 2012), French (2009) e Camoleze (2022), não tenham realizado um entrecruzamento de suas pesquisas, já que foram realizadas em períodos e contextos históricos diferentes, evidencia-se que esses pesquisadores trouxeram contribuições significativas para esta discussão no contexto dos partidos políticos brasileiros e consequentemente para o avanço e desenvolvimento de estudos e métodos arquivísticos desta natureza. Logo, nota-se que a discussão sobre os arquivos de partidos políticos não se trata de um aspecto exclusivo, e que a necessidade de explorar outros contextos é imprescindível para o avanço nos campos da Arquivologia, Organização do Conhecimento, Biblioteconomia, Ciência da Informação e Documentação, principalmente no aspecto social, cultural, político, científico e metodológico.

Ademais, Ancona Lopez (2012, p. 24), ao mencionar a produção documental de partidos políticos, diz que

> O caráter informal dos documentos partidários clandestinos não é, em essência, distinto da maioria dos acervos relacionados aos movimentos sociais e de trabalhadores, muitos deles oriundos dos movimentos políticos. Isso significa que uma mesma denominação poderá representar espécies diferentes, o que demandará um esforço de padronização terminológica na organização do acervo. A interface de tais movimentos com os órgãos do poder público, seja em situações ligadas ao atendimento de atividades reguladoras do Estado (comprovação de pagamento de encargos funcionais de empregados da organização social, por exemplo), seja em situações de enfrentamento político (como censura e repressão), leva também à produção arquivística (por acumulação) de documentos emitidos pelo poder público.

No entendimento de Ancona Lopez (2012), às organizações político-partidárias apresentam características próprias que tendem a se perder nos esquemas universalizantes sugeridos pela literatura bibliográfica disponível sobre o assunto. O tradicional arranjo através do método estrutural ou funcional, no caso desses arquivos, não possibilita o resgate das verdadeiras funções e atividades desenvolvidas por seus sujeitos políticos, tampouco evidencia e conecta-se ao seu contexto, meio, agente e órgão de produção documental. Essas tendem a se diluir, também, quando se prioriza o aspecto formal dos documentos. Nas organizações políticas em questão, os documentos foram produzidos, desde o seu início, sem qualquer regulamentação, padronização, parâmetro técnico-científico, ou normatização oficial ou preocupação jurídico-legal. A falta de adequação a esses parâmetros jurídico-legais, por sua vez, tem como ação estratégica a não evidenciação das principais atividades produzidas por esses partidos ou até mesmo a defesa de uma lógica própria de produção documental que visa a atender as necessidades e demandas informacionais de acesso restrito às militâncias. Nessa lógica-cultural, infere-se que o acesso à informação e aos acervos é destinado a aqueles que fizeram parte de um contexto histórico e que determinadas informações não poderão ser reveladas para pessoas que não estão inseridas naquele espaço. Essa lógica, infere-se que tem a ver com questões voltadas à própria segurança dos militantes, assim como criar uma “barreira de contenção” para o não ingresso de pesquisadores ou usuários externos ao universo e às ações desenvolvidas pelas associações político-partidárias brasileiras.

Até aqui, a partir dos estudos de Ancona Lopez (1998, 1999, 2012), French (2009) e Camoleze (2022), foi possível entender de uma maneira sintética e de termos uma concepção de que a constituição, organização e análise sobre os arquivos de partidos políticos, movimento de trabalhadores e de movimentos sociais no Brasil não é algo muito simples de se entender, mas que no desenvolvimento desta tese, algumas questões serão dirimidas sobretudo no que se refere à dificuldade em compreender essa lógica de produção documental e de se estabelecer modelos, políticas e instrumentos para a organização e representação do conhecimento em arquivos de natureza político-partidária.

Nos últimos 30 anos, a iniciar pelos estudos de Esteban Navarro e García Marco (1995), as pesquisas que discutem a realidade, métodos, soluções e os produtos dos arquivos no campo da Organização do Conhecimento têm sido umas das principais temáticas apresentadas que vinculam os dois campos e, que no decorrer dessas três décadas de investigação, sempre houve uma tentativa de se definir as relações entre Arquivologia e Organização do Conhecimento, sobretudo a partir de suas práxis científicas. Desta forma, inúmeras tentativas foram lançadas, mas que de certa maneira não foram suficientes para se chegar a um consenso científico, fazendo com que essa discussão se mantenha até os dias atuais. Nessa seara, o trabalho de Tognoli, Rodrigues e Guimarães (2019), além de muitos outros, apresenta um panorama teórico e reflexivo acerca dessa discussão, mas que de certa maneira ainda não está totalmente esclarecido do ponto de vista científico, epistemológico, metodológico e interdisciplinar, que é um dos pontos centrais desta investigação, mas que lançou luz sobre alguns aspectos que até então não estavam elucidados em vários aspectos. No referido estudo, de forma resumida, Tognoli, Rodrigues e Guimarães (2019) indicam alguns elementos que reforçam a relação entre os dois campos e de que além do princípio da proveniência, existem alguns pontos de intersecção e natureza técnico-metodológica entre os campos da Arquivologia e Organização do Conhecimento, como a função matricial da classificação arquivística e de métodos análiticos como a diplomática, tipologia documental e o processo de descrição arquivística. Apesar destes, existem outros elementos que podem ser incorporados a essa discussão, e que serão apresentados no decorrer da pesquisa, como por exemplo, a análise sobre a produção documental e as condições estruturais de associações político-partidárias e até certo ponto pelos movimentos sociais, já que a natureza e a lógica de produção documental se assemelha e apresentam características bastante peculiares do ponto de vista prático.

A partir de uma abordagem político-social e de dimensão aplicada, esta tese se insere no campo da Ciência da Informação e procura contribuir na vinculação entre os campos científicos da Organização do Conhecimento e Arquivologia, sendo esta uma discussão que até a década de 1990, não era muito levada em consideração pelos pesquisadores de ambos os campos. Investigadores espanhois consagrados no campo

científico, como Esteban Navarro e García Marco (1995), inovaram ao apresentar discussões sobre os processos de organização e representação do conhecimento no contexto dos arquivos. Conforme apontam os pesquisadores Arboit (2014) e Barros, Bastos e Santos (2022), essa relação estava muito mais sedimentada nos campos da Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, do que na Arquivologia propriamente dita. Mas a partir da primeira metade da década de 1990, essa discussão passou a ser considerada em alguns aspectos, essencialmente no que diz respeito à representação do conhecimento em arquivos.

No desenvolvimento de uma tese de doutorado, inúmeros fatores são levados em consideração como, por exemplo, a motivação de talvez e até mesmo "mudar o mundo", o que na verdade não é possível, já que uma tese não deve ser encarada como um projeto de vida ou de transformação radical do *status quo*, mas sim uma possibilidade de se escancarar uma realidade[4] que estava até então velada no submundo da clandestinidade científica[5] ou até mesmo contribuir no aprimoramento de determinados métodos, sistemas, funções e processos que não estão consolidados ou até mesmo obsoletos[6] e que já não representam as práxis culturais[7] de uma realidade científica ou as ações políticas de um grupo social na produção do conhecimento.

Nessa continuidade, é preciso esclarecer que o simples fato de tendenciar a análise sobre os arquivos de um determinado partido político, não significa necessariamente que o modelo de guia de fontes a ser discutido e proposto nesta tese para auxiliar no processo de recomposição, organização, representação e acesso aos itens documentais, valerá apenas para os acervos sobre o Partido dos Trabalhadores (PT), mas que poderá ser aplicado em outros contextos de natureza político-partidária também. Desse modo, na construção de uma tese ou de qualquer outro trabalho científico, não se deve deixar levar em consideração fatores pessoais, emocionais e ideológicos, o que muitas vezes, dependendo do nível de aproximação com o objeto a ser analisado e investigado, essa ação causa algumas influências, na medida em que

[4] Falta de instrumentos de organização do conhecimento em arquivos de partidos políticos
[5] Não valorização do conhecimento produzido pelos sujeitos políticos de partidos políticos no decorrer de suas lutas.
[6] Possível elaboração de Sistemas de Organização do Conhecimento em Arquivos de Partidos Políticos;
[7] Termo evocado pelos pensadores Karl Marx, Antonio Gramsci e Friedrich Engels.

reverbera na construção do texto e na verbalização do discurso[8]. Severino (2013), ressalta que o caráter pessoal do trabalho do pesquisador tem uma dimensão sociocultural, o que reforça o seu sentido político. Esta exigência de uma significação política totalizante implica que, antes de buscar-se um objeto de pesquisa, o pesquisador já deve ter pensado no universo a ser investigado e analisado, indagando-se criticamente a respeito de sua condição, bem como da situação de seu projeto e de seu trabalho, nas tramas políticas da realidade social ao qual ele está diretamente inserido e participando de forma ativa na produção do conhecimento.

### 1.1 Problema de Pesquisa

Por problema de pesquisa, Gil (2002), orienta que a mesma deve ser feita de forma interrogativa. Outra observação importante é a de verificar se o problema suscitado se enquadra na categoria de científico, já que neste caso se trata de uma tese.

Isto posto, para atender a problemática desta tese, elaboram-se as seguintes questões de pesquisa: a Organização do Conhecimento é considerada dentro de uma política arquivística de documentos em acervos do Partido dos Trabalhadores (PT) no estado de São Paulo? Existe a necessidade e a possibilidade de discussão e elaboração de um guia de fontes sobre os acervos documentais do Partido dos Trabalhadores no estado de São Paulo? Este guia de fontes ajudaria a recompor, organizar e representar os fundos documentais sobre o partido ao longo de mais de 40 anos de produção documental?

A partir do delineamento do problema de pesquisa, a seguir, serão apresentados os objetivos propostos para esta pesquisa.

[8] Trabalho pessoal no sentido em que “qualquer pesquisa, em qualquer nível, exige do pesquisador um envolvimento tal que seu objetivo de investigação passa a fazer parte de sua vida”; 1 a temática deve ser realmente uma problemática vivenciada pelo pesquisador, ela deve lhe dizer respeito. Não, obviamente, num nível puramente sentimental, mas no nível da avaliação da relevância e da significação dos problemas abordados pelo próprio pesquisador, em vista de sua relação com o universo que o envolve. A escolha de um tema de pesquisa, bem como a sua realização, necessariamente é um ato político. Também, neste âmbito, não existe neutralidade (Severino, 2013, pp. 188-189).

## 1.2 Objetivos

No que diz respeito ao objetivo geral, propôs-se a mapear, analisar e diagnosticar com base na identificação Documental os acervos do PT localizados em Diretórios Municipais, Diretório Estadual, Diretório Nacional, Arquivos, Centros de Referência, Centros de Documentação, Centros de Memória, Centros de Informação, Instituições Culturais e Tribunais Regionais Eleitorais no estado de São Paulo, além do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP), Fundação Perseu Abramo (FPA), Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (CEDEM-UNESP), Centro de Documentação e Apoio À Pesquisa da Universidade Estadual Paulista (CEDAP-UNESP), a fim de verificar a existência de políticas documentais e de instrumentos de gestão, pesquisa e de organização do conhecimento em arquivos de partidos políticos.

Sobre os objetivos específicos desta tese, visa realizar de maneira objetiva:

**a)** Discutir a noção de Conhecimento em Arquivos e a de Conhecimento Diplomático com base na concepção de Conceito, Forma Documental, Contexto de Produção Documental, Teoria do Conceito, Classificação Arquivística, Diplomática e Diplomática Arquivística Contemporânea;

**b)** Histórico sobre a fundação do PT e sua estrutura organizacional a fim de compreender como se dá a produção documental e a acumulação natural do Partido;

**c)** Identificar os principais tipos, tipologias, forma, formatos, suportes e gêneros documentais produzidos pelo Partido ao longo de mais de 45 anos de história;

**d)** Discutir e propor a elaboração de um guia de fontes para acervos documentais sobre o Partido dos Trabalhadores no estado de São Paulo. A discussão sobre a elaboração do guia de fontes será com base nas normas de descrição arquivística, como a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), Norma Internacional para Descrição de Funções (ISDF), Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias (ISAAR-CPF) e a Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico (ISDIAH).

## 1.3 Justificativa

Segundo Prodanov e Freitas (2013), a justificativa é um dos elementos mais importantes no desenvolvimento de uma pesquisa científica, ainda mais quando se trata de uma tese de doutorado, já que exalta a importância do tema a ser investigado de forma aprofundada, seja no aspecto acadêmico-científico, político-social e pessoal. Para complementar as principais justificativas para a construção desta tese, esses três aspectos serão descritos nos próximos parágrafos.

Além dos fatores elencados, a justificativa desta tese vai ao encontro dos preceitos arquivísticos, ou seja, os princípios, processos, funções, diretrizes, normativas e padronizações estabelecidos pelo campo da Arquivologia, cuja aplicabilidade destes elementos evidencia a organicidade, representação, recuperação, acesso e contextualização dos arquivos de partidos políticos no âmbito da Organização do Conhecimento em seus dois aspectos principais: campo científico e no desenvolvimento de métodos, processos e funções. Essa evidenciação tem por objetivo apresentar a potencialidade dos arquivos, mas também contextualizar a produção documental e a compreensão dos principais fatos históricos que culminaram na necessidade de registro e materialização da informação. Logo, mesmo que não seja o foco de abordagem para o desenvolvimento desta tese trabalharmos diretamente com as pesquisas produzidas pela autora, reconhece-se que essa premissa tem aderência e encontra base teórica, dialógica e metodológica nos estudos arquivísticos propostos e desenvolvidos por Luciana Duranti (1994, 1995, 2020), especialmente na discussão acerca do *actio* e da *conscriptio,* em outras palavras, a necessidade de se produzir, registrar e materializar a ação em um suporte informacional, ou seja, o documento, seja ele em formato físico, digital ou híbrido.

A seguir, destaca-se a justificativa para a produção e desenvolvimento desta tese, a começar pelo aspecto acadêmico-científico.

### Aspecto acadêmico-científico

**a)** A relevância deste estudo, na perspectiva acadêmico-científica, traz à tona a realidade sobre as formas de organização, representação e de preservação dos arquivos de partidos políticos brasileiros por meio de metodologias, métodos de

investigação, diagnóstico e de análise, como a pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Ao constatar a falta de políticas e de instrumentos de gestão e de pesquisa para a organização dos acervos documentais em arquivos de partidos políticos, com base na teoria e nos princípios arquivísticos, procura apresentar algumas formas, funções, processos e métodos, como por exemplo, a classificação e os métodos de análise dos caracteres internos e externos do documentos, como a Diplomática e a Diplomática Arquivística Contemporânea. Além do mais, busca também explorar um campo de estudos que até então não estava sendo valorizado nas instituições documentais universitárias e pelos próprios partidos políticos, mesmo que algumas discussões já haviam sido levantadas, como no caso de Ancona López (1998, 1999, 2012), French (2009), Camoleze (2022) e agora por Veronez Júnior, Martínez-Ávila e Troitiño-Rodriguez (2023), este é o momento mais adequado, pois além dessa necessidade de se discutir o tema do ponto de vista arquivístico, é preciso também discutir do ponto de vista político, já que atualmente, o PT é o partido que governa a nação e essa questão levantaria muitos debates a fim da discussão e da elaboração de instrumentos e políticas para a organização do conhecimento produzido pelo partido. Essa discussão, além de beneficiar o próprio partido, contribuiria no benefício de outros partidos que enfrentam a mesma dificuldade em gerenciar a sua produção e a preservação documental. O ideal seria com que esses partidos estivessem unidos nessa causa, mas como é notório, alguns fatores, sobretudo ideológicos, não permitem com que esses partidos dialoguem de maneira saudável para a resolução desse impasse.

Mesmo que este seja um momento profícuo para este debate, ao darmos continuidade a esta discussão, tocaremos em uma “ferida” em que de fato não deveríamos, melhor dizendo, alguns fatores serão revelados e, que consequentemente poderão ser questionados pelo próprio Partido, como por exemplo, a situação de evidenciação da desorganização e da falta de políticas documentais e de zelo com os arquivos, manifestações sobre a divulgação de algumas informações que não poderiam ser reveladas, o motivo de revelar apenas a realidade dos arquivos do PT e não de um outro partido de espectro ideológico diametralmente oposto. Mas por se tratar de uma pesquisa científica, será feito um esforço para que questões nesse sentido não

prejudiquem o andamento da discussão, já que a análise não visa criticar a gestão do partido em outros aspectos, mas sim evidenciar a falta de organização e preservação de seus acervos, tópico este que se enquadra dentro dos fundamentos científicos e epistemológicos.

Dessa forma, para atender a todos os critérios e objetivos estabelecidos, esta tese discutirá a elaboração de um guia de fontes de arquivos que seja pertinente para os outros 31 partidos políticos existentes no Brasil, independentemente de seus espectros ideológicos, fisiologismos e complexidades estruturais. A necessidade de elaboração de um guia de fontes em arquivos de partidos políticos vai ao encontro da evidenciação da produção e da massa documental de diversas matrizes político-ideológicas. Assim, justifica-se que a construção do conhecimento científico extrapola o discurso político-ideológico e apresenta por meio de métodos, critérios e funções a necessidade de se discutir o tema e apresentar alternativas à organização e representação do conhecimento em arquivos de partidos políticos no Brasil.

**Aspecto Político-social**

**b)** Do ponto de vista político-social, apresenta as formas e os principais atos políticos que culminaram na produção de arquivos de partidos políticos, a necessidade de se registrar e preservar um determinado fato, na medida que esse registro servirá como instrumento de luta política e da preservação da memória individual e coletiva de movimentos de trabalhadores. Seguindo a linha de raciocínio de Alberch Fugueras (2003), de que sem arquivos não há história, mas que os arquivos não dão conta de contextualizar tudo, assim, é preciso também recorrer ao exercício do fortalecimento, resgate e da preservação da memória como instrumento de identidade, pertencimento e perpetuação das manifestações culturais e que reforçam as relações sociais entre os sujeitos que compõem os partidos políticos. No âmbito dos partidos políticos, alguns registros diferem daqueles preconizados pela diretrizes arquivísticas, mas isso não quer dizer necessariamente que esses registros políticos não devem ser levados em consideração.

**Aspecto Pessoal**

**c)** Do ponto de vista pessoal, o incômodo com a falta de discussão, elaboração e aplicação de políticas documentais por partidos políticos não contribui com o exercício da democracia, na medida que não há o respeito com a documentação e com a memória de seus sujeitos políticos. Como ex-militante, ex-candidato a vereador e na condição de ex-membro da direção[9] de um partido de centro-esquerda que esteve à frente da Presidência da República por 5 vezes[10] e que em certa medida trouxe desenvolvimento e transformação social ao país, é de se refletir que algumas ações do partido não refletem a organização e a preocupação em preservação de seus arquivos, não só no sentido técnico e metodológico, mas também no sentido simbólico, cultural e ontológico. Logo, a elaboração desta tese visa evidenciar a falta de diretrizes, normas, padrões técnicos e políticas documentais para acervos de partidos políticos, na medida em que o argumento junto aos partidos é a necessidade de discussão de políticas e implementação de instrumentos para a organização e representação do conhecimento social produzidos por sujeitos políticos ao longo de suas lutas. A partir disso, busca trazer à tona a conscientização e a potencialização desses acervos para a construção da memória, justiça social e do fortalecimento das instituições democráticas.

Espera-se que com a contribuição desta investigação científica, os partidos políticos possam, no processo de produção documental, incorporar os métodos, processos e instrumentos de organização do conhecimento produzidos por seus sujeitos políticos, pois mesmo que os partidos não enxerguem a potencialidade de seus sujeitos, pelo menos que a partir desta discussão e consequentemente a publicação desta pesquisa passem a adotar as políticas, metodologias, práticas e normas científicas preconizadas pelos campos da Arquivologia e Organização do Conhecimento, conforme são adotados por instituições de outras naturezas.

## 1.4 Hipóteses

Para Marconi e Lakatos (2003), as hipóteses são basicamente enunciados gerais de relações entre variáveis, como fatos concretos e fenômenos sociais ou da natureza, funcionando como solução provisória para um determinado problema,

[9] Ex-Secretário de Organização Política do Diretório Municipal do PT de Marília.
[10] Lula (2003-2007, 2007-2010, 2023-) e Dilma (2011-2014 e 2015-2016).

todavia, é passível de verificação empírica em suas consequências. Em outras palavras, as hipóteses visam apresentar uma resposta provisória para um determinado fenômeno a ser investigado. Dessa maneira, na conclusão de uma pesquisa, pode ser que aquela determinada hipótese não venha a ser verdadeira ou absoluta para aquele tipo de investigação. Em tese, uma hipótese pode ser analisada como uma especulação relacionada a um determinado fato ou fenômeno e que carece de investigação para sua comprovação científica.

Em seguida, destacam-se as seguintes hipóteses suscitadas para o desenvolvimento desta pesquisa:

**a)** Com base nos estudos de Esteban Navarro (1995), Esteban Navarro e García Marco (1995), García Marco (1997), Hjørland (2003, 2008), Tognoli e Guimarães (2015), Tognoli, Rodrigues e Guimarães (2019), Barros, Bastos e Santos (2022), Veronez Júnior, Martínez-Ávila e Troitiño-Rodriguez (2021, 2022a, 2022b), Linden (2022), Veronez Júnior, Troitiño-Rodriguez, Martinez-Ávila e San-Segundo (2024), entre outros autores que tratam do tema, parte-se do pressuposto que a Organização do Conhecimento e Arquivologia são campos científicos e, que constitui-se como campos autônomos no desenvolvimento de processos, funções, métodos, técnicas e produtos intelectuais[11] em unidades de informação (Arquivos, Bibliotecas, Museus, Centros de Documentação, Informação e Memória). Porém, além dessas instituições documentais, com base nos estudos de Veronez Júnior, Troitiño-Rodriguez e Martínez-Ávila (2023a, 2023b), Veronez Júnior, Camoleze, Martínez-Ávila e Troitiño-Rodriguez (2023), os dois campos relacionam-se com a produção documental de partidos políticos, movimentos sociais, entre outros que lidam com a informação e conhecimento registrado. A partir dessa premissa, entende-se que ambos os campos articulam-se metodologicamente junto ao campo da Ciência da Informação, contudo, possuem liberdade para a defesa de seus interesses epistemológicos e científicos.

**b)** Com base em critérios de cientificidade e na adoção de métodos científicos e da análise dos estudos dos autores acima mencionados e a partir das análises de Bunge (1980) e Japiassu (1986), infere-se que uma das principais hipóteses é que ambos os

[11] Termo utilizado por Jesse Shera e Margaret Egan para a definição de conhecimento produzido em unidades de informação.

campos estão vinculados desde um ponto de vista epistemológico, metodológico e interdisciplinar. Essa vinculação se dá por aspectos teóricos, históricos e a partir do desenvolvimento e execução de processos, aplicação de métodos e funções atinentes aos arquivos. A partir da premissa desses dois autores, entende-se que a análise acerca da cientificidade desses dois campos podem ser verificadas com base em um núcleo tradicional. Nesse sentido, para Veronez Júnior, Martínez-Ávila e Troitiño-Rodriguez (2023), além das relações entre os dois campos, é possível analisar os processos de organização do conhecimento em arquivos de partidos políticos brasileiros, já que a produção documental e a elaboração de políticas documentais e dos instrumentos de gestão[12] e pesquisa[13] em acervos são fundamentais para o entendimento das relações e da recomposição dos fundos documentais, assim como para a compreensão do contexto em que aqueles documentos foram produzidos por seus diversos sujeitos políticos. Ao adentrar no tema sobre a organização do conhecimento em arquivos de partidos políticos, é preciso recordar que se trata de um tema não muito discutido no âmbito da Ciência da Informação.

**c)** Infere-se que os partidos políticos brasileiros, não valorizam e levam em consideração seus acervos documentais nem mesmo a preservação de sua memória individual, coletiva e institucional, em contrapartida, produzem e organizam seus documentos com base em conhecimentos próprios, mas que não estão necessariamente ligados aos preceitos e diretrizes arquivísticas. Sendo assim, existe a necessidade de padronização do processo de produção documental com base em critérios estabelecidos pela Arquivologia, já que essa forma contribui no entendimento das relações documentais, em que estabelece os vínculos arquivísticos entre os fundos documentais, contribuindo na organização, representação, recuperação, acesso e consulta aos registros e itens documentais por meio de instrumentos de pesquisa específicos.

**d)** Outra premissa que se coloca é o fato das principais atividades serem promovidas nos grandes centros do estado, raramente os eventos partidários de maior magnitude são realizados em regiões do interior paulista, como por exemplo, os eventos do 1º de

[12] Plano de Classificação, Quadro de Arranjo, Tabela de Temporalidade.
[13] Guias, repertórios, catálogos e índices.

maio (Dia do Trabalhador e da Trabalhadora), Manifestações Partidárias, Atos Políticos ou até mesmo do aniversário do PT (10 de fevereiro) são realizados no Vale do Anhangabaú[14] e na Avenida Paulista[15], ambos localizados na capital paulista. A realização desses eventos na capital paulista, apenas evidencia a preocupação do Partido em promover atividades e preservar os seus registros históricos produzidos nos grandes centros, descartando totalmente o movimento político promovido por seus correligionários nas regiões mais distantes da capital. Assim, na falta do estabelecimento de diretrizes das instâncias superiores, sobretudo do Diretório Nacional, fica sob a responsabilidade dos diretórios municipais e estaduais a organização, preservação e manutenção de seus acervos documentais, isso quando esses acervos existem e estão disponíveis para acesso e consulta. Vale lembrar também que isso não se dá apenas no estado de São Paulo, mas também em outras localidades do país;

**e)** Na discussão sobre os principais elementos que vinculam os campos da Organização do Conhecimento e Arquivologia, infere-se que a discussão sobre a elaboração de um guia de fontes propiciará fundamentações mais consistentes, assim como organizar e representar a documentação sobre o partido existente em acervos no estado de São Paulo. A elaboração deste instrumento de pesquisa, além de contribuir no processo de organização e representação, pode ser admitida como uma forma de organização do conhecimento, principalmente no desenvolvimento de processos e funções, no escopo da Organização do Conhecimento e Arquivologia.

Com base nas hipóteses acima elencadas, apenas para expor o nível de complexidade da produção documental dos arquivos de associações político-partidárias, e que de certa forma reflete o caos da desorganização documental e a realidade desses acervos, de acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (2022[16]), em termos de registros de partidos políticos, no Brasil, atualmente, existem 32

[14] Local onde ocorreram os encontros na defesa das Diretas Já, em 1984.
[15] Local onde ocorreram as comemorações das v
itórias de Lula e Dilma em 2002, 2006, 2010, 2014 e 2022.
[16]TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Partidos registrados no TSE. Disponível em: https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-registrados-no-tse/registrados-no-tse. Acesso em 07 de jan. 2023.

agremiações políticas[17], sendo elas das mais variadas matrizes ideológicas: Agir[18], Avante[19], Cidadania[20], Democracia Cristã (DC), Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Novo, Patriota[21], Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido da Causa Operária (PCO), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Liberal[22] (PL), Partido da Mulher Brasileira (PMB), Partido da Mobilização Nacional (PMN), Podemos[23] (PODE), Partido Progressista (PP), Partido Republicano da Ordem Social (PROS), Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Social Cristão (PSC), Partido Social Democrático (PSD), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB[24]), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Verde (PV), Rede Sustentabilidade (REDE), Republicanos, Solidariedade, União Brasil[25] (União) e Unidade Popular (UP). Vale recordar que antes do período da redemocratização, o cenário político era representado pelo bipartidarismo, o Aliança Renovadora Nacional (ARENA[26]) e o MDB[27], este último, apesar de algumas mudanças estruturais e de fisiologismos políticos, existe até os dias de hoje. O MDB[28], naquele contexto, era visto como um partido progressista de oposição e que não se coadunava com as posições políticas da ARENA. Todavia, com a extinção dos demais partidos, o

[17] Criação do Partido da Renovação Democrática (PRD) - TSE aprova fusão entre o Patriota e o PTB. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2023-11/tse-aprova-criacao-do-prd-resultado-de-fusao-entre-ptb-e-patriota Acesso em 14 de nov. 2023.
[18] Antigo Partido da Reconstrução Nacional (PRN).
[19] Antigo Partido Trabalhista do Brasil (PT do B).
[20] Antigo Partido Popular Socialista (PPS)
[21] Antigo Partido Ecológico Nacional (PEN)
[22] Antigo Partido da República (PR)
[23] Antigo Partido Trabalhista Nacional (PTN).
[24] Nos bastidores, há uma discussão sobre a incorporação ou até mesmo uma fusão deste partido com o Podemos, MDB e o PSD.
[25] Fusão do antigo Partido Social Liberal (PSL) com o antigo Democratas (DEM).
[26] Apoiador do Regime Militar.
[27] Um dos partidos que deram base à criação do PT.
[28] Segundo Alves (2018), pela sua origem, pela sua ineficácia histórica, pelo caráter de sua direção, por seu programa pró-capitalista, mas, sobretudo, pela sua composição social essencialmente contraditória, onde se congregam industriais e operários, fazendeiros e peões, comerciantes e comerciários, enfim, classes sociais cujos interesses são incompatíveis e onde, logicamente, prevalecem em toda a linha os interesses dos patrões, jamais poderá ser reformado. A proposta que levantam algumas lideranças populares de “tomar de assalto” o MDB é muito mais que insensata: é fruto de uma velha e trágica ilusão quanto ao caráter democrático de setores de nossas classes dominantes.

PCB e PCdoB, ambos partidos de esquerda e que deram sustentação para a criação do PT, estavam em situação de clandestinidade, no qual só retomaram as suas atividades partidárias no período da redemocratização.

No quadro 1, com base na atual conjuntura política e nos estatutos partidários, serão apresentados os espectros político-ideológicos dos partidos políticos no Brasil.

**Quadro 1 - Posicionamento ideológico dos partidos políticos brasileiros**

| PARTIDOS POLÍTICOS | IDEOLOGIA |
|---|---|
| PCdoB, PCB, PSOL | Esquerda |
| PT, PDT, PV, PSB, CIDADANIA, MOBILIZA, REDE | Centro-esquerda |
| PCO, UP, PSTU | Extrema-esquerda |
| PP[29], PRTB, PODEMOS, NOVO, PATRIOTA | Direita |
| PSDB, PSD | Centro-direita |
| Agir, MDB, Solidariedade, DC, AVANTE, PMB, PROS | Centro |
| PL, UB[30], Republicanos, PRD, PTB | Extrema-direita |

**Fonte:** elaboração própria com base nos estatutos dos partidos (2024)

A justificativa para a apresentação do referido quadro, mesmo que de uma forma não precisa, busca demonstrar o espectro ideológico de cada partido político no Brasil. Porém, isso não quer dizer necessariamente que esses partidos agem de acordo com sua ideologia na prática, pois a maioria age de acordo com os seus próprios interesses. Para fins de justificativa, essa pluralidade ideológica mantém influência na produção documental, tratamento, organização, representação, preservação e no acesso aos itens documentais de cada partido.

Nessa discussão, com a mudança de nomenclatura partidária, mas nem sempre ideológica, outra reflexão que se coloca é: até que ponto é possível analisar a mudança estrutural e de produção documental de partidos políticos no Brasil, já que ora um

[29] No ano de 2025, visando maioria no Congresso Nacional, bem como a candidatura de um postulante ao Planalto em 2026, o partido realizou um acordo de Federação Partidária junto ao União Brasil, em que agora passou a ser chamado de União Progressista.
[30] No ano de 2025, visando maioria no Congresso Nacional, bem como a candidatura de um postulante ao Planalto em 2026, o partido realizou um acordo de Federação Partidária junto ao Progressistas, em que agora passou a ser chamado de União Progressista.

partido tem uma denominação, ora tem outra, e que esse fisiologismo político reflete diretamente na produção e na dinâmica documental dessas associações político-partidárias. Os partidos políticos que mais aderem a esse fisiologismo de cunho político são representados por aqueles alinhados aos interesses do denominado "Centrão[31]", que a depender de quem estiver no Poder Executivo (Presidência da República) e Poder Legislativo (Câmara dos Deputados e Senado Federal) votará contra ou a favor de pautas ditas "fundamentais" para o funcionamento da máquina pública, no recebimento de emendas parlamentares, na consolidação de suas bases políticas e na manutenção de determinadas classes sociais e políticas no poder. Portanto, a atuação deste grupo político na maioria das vezes não beneficia em nada as classes sociais mais vulneráveis.

Do ponto de vista arquivístico, essa dinamicidade fisiológica é muito problemática, sobretudo a partir da incorporação e de constituição de novos fundos documentais, melhor dizendo, assim que um partido se extingue ou se vincula a um outro, como no caso das Federações Partidárias, essa documentação acaba se perdendo, extraviando, destruída, mesclada com arquivos privados/pessoais, isso quer dizer que a constituição, organização e representação do acervos documentais será comprometida. Nesse sentido, como não há políticas arquivísticas voltadas para essas instituições, tampouco instrumentos de organização, a tendência é que o caos documental seja evidenciado de forma acentuada. Além da extinção ou até mesmo da fusão de um partido com o outro, com o fim das coligações partidárias, nas eleições gerais de 2022, foram criadas as Federações Partidárias, ou seja, uma espécie de coligação que tem por objetivo unificar alguns partidos menores com outros de maior expressão política, como por exemplo, o PCdoB e o PV se uniram ao PT, formando a Federação Brasil da Esperança[32], por sua vez, o CIDADANIA fundiu-se com o PSDB,

[31] De acordo com Bezerra e Vieira (2022, p. 36), o termo "Centrão" busca nomear um bloco informal de partidos, frequentemente responsabilizado por algumas mazelas da política brasileira, e lembrado especialmente pela atuação de parlamentares que vinculam seu apoio nas votações de interesse do governo a cargos ou emendas parlamentares. Com alguma frequência, o termo intenciona apontar que esse tipo de negociação reflete a ausência de definição programática e perfil ideológico.

[32] TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Estatuto da Federação Brasil da Esperança. Disponível em: https://www.tse.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.tse.jus.br/partidos/federacoes-registradas-no-tse/arquivos/folha-de-rosto-e-alteracao-estatutaria-da-fe-brasil-de11-9-2023-aprovada-em-19-3-2024/@@download/file/folha-de-rosto-e-alteracao-estatutaria-da-fe-brasil-de11-9-2023-aprovada-em-19-3-2024.pdf Acesso em 10 de jun. 2024.

formando a Federação PSDB-CIDADANIA[33] e a fusão entre o PSOL e a REDE SUSTENTABILIDADE[34], formando a Federação PSOL-REDE e por fim, houve a fusão do União Brasil com o Progressistas, formando a União Progressista. Esse tipo de "manobra estrutural partidária" tem por objetivo fazer com que os partidos que não tenham passado pela cláusula de barreira[35] venham a ser extintos de forma jurídico-legal, assim como a disputa por maioria no Congresso Nacional. Dessa maneira, as Federações serão apenas um partido, mesmo que em sua estrutura tenham outros. Assim, cumpre destacar que essas federações partidárias terão validade jurídica até as eleições gerais de 2026 podendo até mesmo serem prorrogadas. Dessa maneira, fica a seguinte reflexão: o que ocorrerá com a produção documental desses partidos após o pleito eleitoral? Embora, por ora, não tenhamos uma resposta a esta questão, no decorrer da tese, apresentaremos algumas razões que explicam o destino dessa documentação, sendo a incorporação por outro partido político ou até mesmo o descarte sem nenhum parâmetro arquivístico documental.

Nessa discussão, para compreendermos esse fenômeno, Cook (2017), lembra que historicamente, uma situação mais frequente é aquela em que determinados políticos, como ministros, senadores, deputados, secretários ou representantes de um determinado governo, agentes do estado ou funcionários públicos de alta hierarquia deixam seus cargos levando documentos oficiais da Administração Pública, que acabam junto a seus documentos pessoais e políticos em seus arquivos privados, em acervos arquivísticos, muitas vezes em outras jurisdições administrativas. Em todos esses casos, a produção documental ou proveniência e a destinação é obscurecida e

[33] TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Estatuto da Federação PSDB-CIDADANIA. Disponível em: https://www.tse.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/arquivos/estatuto-da-federacao-psdb-cidadania-aprovado-em-26-5-2022/@@download/file/tse-estatuto-e-folha-federacao-PSDB-CIDADANIA.pdf Acesso em 10 de jun. 2024.

[34]TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Estatuto da Federação PSOL-REDE. Disponível em: https://www.tse.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.tse.jus.br/partidos/federacoes-registradas-no-tse/arquivos/tse-federacao-psol-rede/@@download/file/tse-folha-rosto-estatuto-federacao-rede-psol.pdf Acesso em 10 de jun. 2024.

[35]Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (2024), a cláusula de barreira é também conhecida como cláusula de exclusão, ou ainda cláusula de desempenho. Trata-se de uma norma que nega funcionamento parlamentar ao partido que não tenha alcançado determinado percentual de votos. O Supremo Tribunal Federal, todavia, declarou, por unanimidade, a cláusula de barreira inconstitucional, por entender, dentre outras razões, que tal previsão feriria o direito de manifestação política das minorias.Disponível em: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/glossario/termos-iniciados-com-a-letra-c Acesso em 10 de jun. 2024.

não revelada por seus produtores. Dessa maneira, a partir da reflexão do autor, não há a possibilidade de discussão sobre parâmetros e do desenvolvimento de instrumentos de organização e representação do conhecimento sem levar em consideração um dos princípios basilares do processo arquivístico, ou seja, a proveniência (Cook, 2017). No caso da junção dos acervos dos partidos das Federações acima mencionadas, antes mesmo da discussão e elaboração de uma política documental, a solução para que não haja a dispersão é a aplicação deste princípio basilar para conter a fragmentação desses acervos documentais em todo o território, uma vez que essas decisões são tomadas pelas direções nacionais partidárias, sendo também diluídas por suas instâncias inferiores.

Dada a escassez de tempo, entre outros fatores, posto que a análise dos acervos documentais desses 32 partidos políticos demandaria anos e décadas, esta tese de forma inicial e por meio de amostragem, analisa a existência ou ausência de políticas documentais, processos e instrumentos de organização do conhecimento nos arquivos do PT, cujos acervos estão localizados em Diretórios e instituições documentais no estado de São Paulo[36], como a FPA, IEB, CEDEM e o CEDAP. Por entendermos que este Partido segue algumas diretrizes e princípios arquivísticos[37], considera-se que este pode ser analisado como um modelo[38] técnico e aplicado de organização, representação e preservação da memória de seus acervos documentais e que pode ser aplicado aos demais partidos políticos, não só no Brasil, mas em outros países, principalmente aqueles existentes na América Latina, como o Partido Comunista de Cuba (Cuba), a Frente Sandinista de Liberação Nacional (Nicarágua), o

[36]Segundo dados do IBGE (2022) o estado de São Paulo possui um total de 645 municípios. Porém, com essa totalidade, seria impossível analisar todos os municípios (sendo aqueles que possuem acervos do PT) em quatro anos. A tese se propõe a analisar aqueles diretórios municipais que aceitem o diagnóstico de seus acervos, haja visto que se trata de uma tarefa difícil, pois os partidos em geral, não estão muito abertos para esse tipo de análise.

[37]Um grande exemplo dessa organização é a Fundação Perseu Abramo (FPA), instituição responsável pela salvaguarda e custódia de acervos do PT a nível municipal, estadual, distrital e federal.

[38]Outro ponto de destaque é que em virtude de sua estrutura organizacional, o PT pode ser considerado um dos partidos mais burocráticos da América Latina, ao contrário de muitos outros partidos, independentemente do espectro ideológico, mesmo que de forma desorganizada, o PT é o partido que mantém sua documentação até os dias de hoje. No caso de alguns partidos do Centrão, a sua produção documental não é estável, além do mais, alguns partidos que compõem esse bloco político nem mesmo possuem diretórios, comissões provisórias, já que alguns só operam em anos eleitorais. A maioria desses partidos elaboram um documento denominado de nominata, que permite com que este partido funcione e participe de processos políticos eleitorais.

Partido Socialista Unido de Venezuela (Venezuela), o Movimento ao Socialismo (Bolívia), e até em alguns países da Europa, como o caso do *Partido Socialista Obrero Español* (PSOE[39]), entre outros do mesmo espectro ideológico ao redor do mundo.

O processo de organização e representação do conhecimento pode ser compreendido desde a fase de produção documental e representa as fases de identificação, avaliação, elaboração e na aplicação de instrumentos de gestão e de pesquisa. Até mesmo para exemplificar, apenas no estado de São Paulo, o PT conta com um número de 361 diretórios municipais, porém, como não foi realizado um diagnóstico em todos eles, isso não quer dizer que necessariamente todos possuem acervos documentais e também não foi possível analisar de forma aprofundada suas reais condições de conservação, preservação, organização e acesso. Até o momento[40], em virtude do tempo e da logística, foram analisados e diagnosticados de forma presencial um total de 14 instituições documentais, como os próprios Diretórios Partidários entre outras que não estão necessariamente vinculadas de forma direta ao PT, mas que preservam os acervos e os principais registros documentais do Partido. Logo, é preciso também discutir e verificar como esses acervos, que deveriam estar sob custódia do Partido, foram acondicionados nos acervos do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP), no Centro de Documentação e Apoio à pesquisa da Universidade Paulista - Campus de Assis (CEDAP/UNESP), no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), no Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM) e no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL)[41], por exemplo, sendo estas vinculadas a instituições universitárias e que não possuem nenhum tipo de vínculo direto com o PT, tampouco com outros partidos políticos. Desse modo, infere-se que os acervos do PT foram incorporados a essas instituições em decorrência de seu valor histórico e político, já que essas instituições também oferecem subsídios para pesquisas voltadas a questões políticas, econômicas, sociais e culturais.

[39]Site oficial do Partido Socialista Obrero Español (PSOE). Disponível em: https://www.psoe.es/ Acesso em 01 de dez. 2023.
[40] Dezembro de 2023.
[41] Esta instituição documental universitária será analisada e diagnosticada.

Para se ter uma noção da complexidade documental do PT, o quantitativo de diretórios municipais do partido no estado de São Paulo poderá ser verificado na figura 1:

**Figura 1 - Diretórios do PT no estado de São Paulo**




| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ACRE | 22 | 17 | 77,27 | 5 | 6,00 | 5 | 22,73 |
| ALAGOAS | 102 | 43 | 42,16 | 19 | 18,63 | 40 | 39,22 |
| AMAPÁ | 16 | 11 | 68,75 | 1 | 6,25 | 4 | 25,00 |
| AMAZONAS | 62 | 56 | 90,32 | 2 | 3,23 | 4 | 6,45 |
| BAHIA | 417 | 319 | 76,50 | 70 | 16,79 | 28 | 6,71 |
| CEARÁ | 184 | 156 | 84,78 | 17 | 9,24 | 11 | 5,98 |
| DISTRITO FEDERAL | 35 | 18 | 51,43 | 14 | 40,00 | 0 | 0,00 |
| ESPÍRITO SANTO | 78 | 66 | 84,62 | 0 | 0,00 | 12 | 15,38 |
| EXTERIOR | 103 | - | - | 81 | - | - | - |
| GOIÁS | 246 | 162 | 65,85 | 7 | 2,85 | 77 | 31,30 |
| MARANHÃO | 217 | 182 | 83,87 | 15 | 6,91 | 20 | 9,22 |
| MATO GROSSO | 141 | 81 | 57,45 | 22 | 15,60 | 38 | 26,95 |
| MATO GROSSO DO SUL | 79 | 66 | 83,54 | 7 | 8,86 | 6 | 7,59 |
| MINAS GERAIS | 853 | 505 | 59,20 | 154 | 18,05 | 194 | 22,74 |
| PARÁ | 144 | 144 | 100,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 |
| PARAÍBA | 223 | 83 | 37,22 | 49 | 21,97 | 91 | 40,81 |
| PARANÁ | 399 | 235 | 58,90 | 95 | 23,81 | 69 | 17,29 |
| PERNAMBUCO | 184 | 122 | 66,30 | 22 | 11,96 | 40 | 21,74 |
| PIAUÍ | 224 | 190 | 84,82 | 20 | 8,93 | 14 | 6,25 |
| RIO DE JANEIRO | 92 | 49 | 53,26 | 26 | 28,26 | 17 | 18,48 |
| RIO GRANDE DO NORTE | 167 | 74 | 44,31 | 59 | 35,33 | 34 | 20,36 |
| RIO GRANDE DO SUL | 497 | 333 | 67,00 | 57 | 11,47 | 107 | 21,53 |
| RONDÔNIA | 52 | 39 | 75,00 | 6 | 11,54 | 7 | 13,46 |
| RORAIMA | 15 | 8 | 53,33 | 0 | 0,00 | 7 | 46,67 |
| SANTA CATARINA | 295 | 185 | 62,71 | 41 | 13,90 | 69 | 23,39 |
| SÃO PAULO | 645 | 361 | 55,97 | 96 | 14,88 | 188 | 29,15 |
| SERGIPE | 75 | 65 | 86,67 | 3 | 4,00 | 7 | 9,33 |
| TOCANTINS | 139 | 82 | 58,99 | 29 | 20,86 | 28 | 20,14 |

**Fonte:** Dados extraídos do Sistema de Filiados (2024[42]).

De acordo com os dados apresentados na figura 1, no Sistema de Filiados do PT (SisFilPT), e que seu acesso pode ser feito apenas por usuários credenciados, no estado de São Paulo, existem 645 municípios, portanto, verifica-se que o PT, só de Diretório, tem uma cobertura de pouco menos da metade dos municípios paulistas. Portanto, como foram analisadas apenas 11 diretórios (municipais, estadual e nacional), ainda restariam 350 diretórios a serem analisados e diagnosticados em todo o estado. Em 4 anos, período reservado para o desenvolvimento de uma tese de doutorado, seria impossível analisar e diagnosticar toda esta produção documental, mesmo que por meio de amostragem.

Na reflexão de Alberch Fugueras (2003), subentende-se que na medida em que o arquivo tem o poder de restringir, ele propicia o acesso à informação e à memória, que para os partidos políticos, tem ampla significação no sentido de pertencimento, identidade, resgaste histórico e reavivamento de si mesmo. Esse processo de significação não é apenas para a produção documental das organizações

[42] Consulta realizada no SisFilPT em 02 de jan. 2024.

político-partidárias, mas também reflete nas ações e práxis culturais dos sujeitos políticos. Nessa reflexão, embora não seja possível trazermos uma resposta a este questionamento neste momento, questiona-se: o que seria uma organização partidária sem esses personagens? Qual o sentido de se ter uma agremiação política sem a participação desses sujeitos políticos? Além do próprio processo de luta e militância, existe a produção documental, ou seja, esses atos são registrados em algum tipo de suporte informacional, existe algum material que reflete essas lutas, os sujeitos políticos fazem questão que isso seja registrado e evidenciado, que isso seja transmitido por algum canal de comunicação, que este registro chegue a alguém, e que acima de tudo, possa transformar e potencializar a luta desses sujeitos políticos. Dessa maneira, o processo de produção, organização, representação e comunicação se dá e se manifesta por meio das lutas, da resistência e do sentido de que as estratégias e os ideais políticos necessitam de uma dinâmica, e que a partir disso, é natural a produção e o registro documental. Portanto, a partir desta reflexão, pode-se dizer que sem luta não há registro, sem informação não há registro, sem registro não há documento, sem documento não há arquivo e sem arquivo não há memória.

Ademais, pensando nessa lógica, com base em Alberch Fugueras (2012), podemos entender que a consolidação, organização e representação de documentos, fundos e arquivos configuram um extraordinário legado cultural que deve ser protegido e preservado para o futuro como parte da história comum do país e da memória de seu povo. Assim, a produção dos arquivos do PT também estão associados à própria história política e social do Brasil, sobretudo quando se discute, respectivamente, o período de 1964 a 1985 e de 1978 a 1983, que compreende a luta contra o Regime Civil-Militar e pela Redemocratização[43] e o Novo Sindicalismo Brasileiro[44]. Pode-se dizer que esses últimos dois eventos no Brasil foram os mais impactantes[45] nos últimos 60 anos, trazendo à tona uma realidade social por meio dos arquivos a ser investigada e preservada com rigor.

[43]Diretas Já.
[44]Grandes Greves no ABCD Paulista.
[45] Em 2024, foi lançado o filme “Ainda estou aqui”, em que essa realidade pode ser analisada do ponto de vista documental.

Desta forma, a partir deste panorama introdutório e que suscitaram alguns pontos para a discussão sobre a organização do conhecimento em arquivos de natureza político-partidária, não apenas no sentido técnico-científico, mas também social, e no que diz respeito aos campos da Organização do Conhecimento e da Arquivologia, compreende-se que a partir dessa dinâmica político-social de produção documental, estes campos científicos não podem se limitar a apenas discutir um aspecto que está em voga nos dias atuais e que perpassam por elementos de caráter tecnológicos, ou seja, a elaboração de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs[46]), mas também pensar estratégias para a elaboração de políticas documentais para o processo de organização do conhecimento em arquivos de partidos políticos, movimentos de trabalhadores, movimentos sociais, movimentos populares, movimentos sindicais, movimentos de emancipação, dentre outros. Nessa discussão, Veronez Júnior, Troitiño-Rodriguez e Martínez-Ávila (2023c, 2023d), compreendem que os SOCs[47] devem ser elaborados com base em dinâmicas e construções sociais, isto é, a sociedade alcança determinadas discussões que impactam diretamente na elaboração dos sistemas e dos termos, indexadores, palavras-chave e descritores que serão utilizados para a organização, representação e recuperação da informação, apropriação e acesso ao conhecimento. Apesar dessa observação, esta tese não propõe uma discussão sobre a elaboração de SOCs[48], pois entende que se trata de um processo de aprofundamento e compreensão de grupos sociais que procuram organizar e representar o seu conhecimento de forma autônoma, e que na maioria das vezes não estão sedimentadas em diretrizes e práticas preconizadas pela Arquivologia,

[46]Na concepção de Lima e Alvares (2012), para Hjorland (2008), os SOCs são instrumentos que apresentam a interpretação organizada de estruturas do conhecimento, também chamadas de ferramentas semânticas. São representações do conhecimento, que por sua vez são modelos de abstração do mundo real, construídos para determinada finalidade. São sistemas de classificação, dicionários, ontologias, taxonomias, tesauros, redes semânticas, entre outros (Lima; Alvares, 2012, p. 50).

[47]Para Barros, Bastos e Santos (2022, p. 4), em relação aos SOCs, são por definição sistemas utilizados para um campo vasto de itens, dentre eles as ontologias, os cabeçalhos de assunto, os tesauros e os esquemas de classificação. Cada um deles tem uma função e um fundamento tecnológico distinto e é usado em uma variedade de agrupamentos sociais. Seu objetivo final é cumprir a missão da própria organização do conhecimento (OC): facilitar a recuperação e o acesso.

[48]Para uma discussão mais aprofundada sobre o tema, sugerimos a análise do artigo: BARROS, Thiago Henrique Bragato; BASTOS, Carine Melo Cogo; SANTOS, Adriana Carla Ribeiro dos. Sistemas de organização do conhecimento no contexto da arquivologia: aportes metodológicos para seu desenvolvimento. Acervo: revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. Vol. 35, n. 2 (maio/ago. 2022), p. 1-20, 2022.

mas também, não revelam as principais necessidades e demandas informacionais daquele grupo. Além do mais, é preciso discutir de forma aprofundada a noção de conhecimento em arquivos, sendo esta uma pauta que ainda não está consolidada nos campos da Organização do Conhecimento e Arquivologia, mas que será discutida em uma seção específica.

Em seguida, serão apresentadas definições sobre a metodologia, pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e a descrição dos procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento desta tese.

## 1. 5 Metodologia

Todo campo do conhecimento necessita adotar metodologias e empregar métodos científicos eficientes, independentemente de sua natureza, seja ela qualitativa, quantitativa, mista, ou o modo como será realizada a análise e a coleta de dados, e dispor de ferramentas e instrumentos que tragam resultados práticos para o avanço da ciência, na elaboração de políticas públicas e no desenvolvimento econômico, cultural e tecnológico da sociedade. Na visão de Medeiros (2012), isso pode ser verificado em inúmeras áreas do conhecimento, como na Literatura, Linguística, Computação, Medicina, Engenharia, Educação, assim como em outras relacionadas às Ciências Humanas e Sociais. Assim, enfatiza-se que os campos da Arquivologia, Ciência da Informação e Organização do Conhecimento adotam métodos e critérios científicos para a construção e aplicação de seu conhecimento, seja em unidades de informação ou movimentos sociais, movimentos de trabalhadores e movimentos políticos.

Partindo para a discussão sobre a noção de conhecimento no contexto da Organização do Conhecimento, conceito que será retomado na seção 2 desta tese, Marconi e Lakatos (2003), com base em Trujillo Ferrari (1974), comentam sobre os 4 tipos principais de conhecimentos e suas particularidades, conforme pode ser verificado no quadro 2:

**Quadro 2- Tipos de Conhecimento**

| Conhecimento Popular | Conhecimento Científico | Conhecimento Filosófico | Conhecimento Religioso (Teológico) |
|---|---|---|---|

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Valorativo** | **Real (Factual)** | **Valorativo** | **Valorativo** |
| **Reflexivo** | **Contingente** | **Racional** | **Inspiracional** |
| **Assistemático** | **Sistemático** | **Sistemático** | **Sistemático** |
| **Verificável** | **Verificável** | **Não verificável** | **Não verificável** |
| **Falível** | **Falível** | **Infalível** | **Infalível** |
| **Inexato** | **Aproximadamente Exato** | **Exato** | **Exato** |

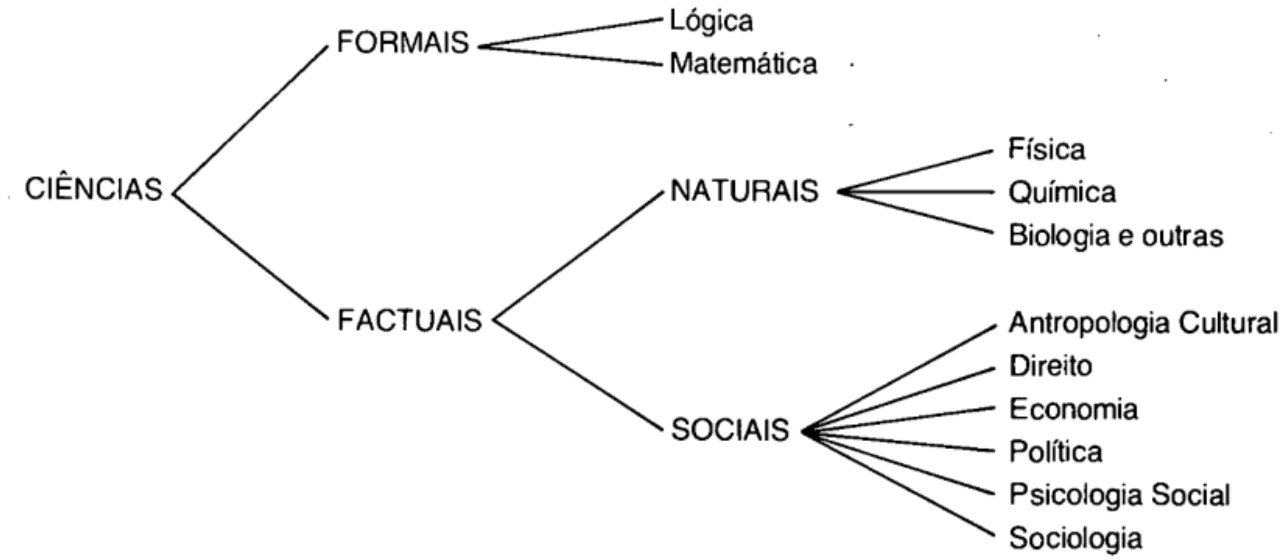
**Fonte:** elaboração própria (2023).

A partir das análises de Marconi e Lakatos (2003) e de Trujillo Ferrari (1974), no quadro 2, é possível observar que os 4 principais tipos de conhecimento apresentam algumas similaridades e divergências, contudo, é fato mencionar que todos eles são falíveis, isto é, não devem ser admitidos como uma verdade absoluta, mesmo quando se trata da produção do conhecimento filosófico e teológico, sendo estes vistos como infalíveis. Nessa reflexão, discute-se qual a verdadeira natureza do conhecimento para a Organização do Conhecimento, isto é, em qual dessas categorias de conhecimento estamos querendo discutir e em qual delas este campo se insere. Na seção 2, esta questão será evidenciada de forma mais aprofundada, especialmente na essência do conhecimento produzido em arquivos e conhecimento diplomático.

Na concepção de Pando (2018), quanto ao peso da metodologia, entende-se que deve ser desenvolvida a partir de uma cuidadosa seleção e adoção de métodos e técnicas assim como outros procedimentos científicos como, por exemplo, a seleção de documentos e a precaução com o levantamento de bibliografias, a partir de fontes verídicas. Desse modo, o que caracteriza uma investigação científica é a aplicação de um modelo e método reconhecido e aceito por uma comunidade científica que siga todo o rito normativo.

Para explicarmos a adoção do método científico, com base em Marconi e Lakatos (2003), é preciso apresentarmos uma classificação da ciência, conforme será verificado na figura 2:

**Figura 2 - Classificação da Ciência**




**Fonte:** Extraído de Marconi e Lakatos (2003)

No caso da Arquivologia, Ciência da Informação e Organização do Conhecimento, por se tratarem de campos interdisciplinares, ou seja, mesmo não sendo representados e contemplados na figura 2, estão alinhados e fazem uso de teorias e métodos de outros domínios, assim como a Biblioteconomia e Documentação (Borko, 1968, Saracevic, 1995, García Marco, 1997, Hjorland, 2003, 2008), dessa maneira, estão inseridos no campo das Ciências Sociais Aplicadas[49]. Os três campos estão vinculados de forma majoritária à Comunicação, Sociologia, História e Linguística. Contudo, mesmo que em aparência estejam inseridos em um contexto de rigor teórico, os campos apresentam características e fazeres metodológicos e práticos. Para exemplificar, nos três campos científicos apresentados no início deste parágrafo, temos o desenvolvimento de estudos métricos, bibliométricos, quantitativos, inteligência artificial, elaboração de sistemas de informação, elaboração de SOCs, entre outros de dimensão aplicada.

[49]Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-sociais-aplicadas Acesso em 25 de dez. 2023.

Levando em consideração os elementos suscitados anteriormente, o desenvolvimento desta pesquisa seguiu todos os trâmites burocráticos, conforme destacado no quadro 3:

**Quadro 3 - Etapas de pesquisa científica**

| Etapas de Investigação | Desenvolvimento |
|---|---|
| **Observação e dimensão dos dados** | **Levantamento prévio do números de diretórios municipais do PT e instituições documentais (centros de documentação, universidades, fundações, acervos, entre outras) que custodiam e preservam a documentação sobre o Partido dos Trabalhadores no estado de São Paulo** |
| **Investigação científica** | **Mapeamento e análise de acervos documentais do Partido dos Trabalhadores por meio de pesquisa documental** |
| **Categorização e identificação dos dados** | **Coleta, diagnóstico, organização e análise dos dados por meio de análise e pesquisa documental** |
| **Caracterização e elaboração dos princípios, diretrizes e das possibilidades a serem alcançadas na conclusão da pesquisa** | **Análise por meio de amostragens, verificação da aplicação de princípios arquivísticos e de instrumentos de gestão, pesquisa e de organização do conhecimento, elaboração de diretrizes a partir da discussão sobre a discussão e proposta de um guia de fontes para a organização do conhecimento em arquivos de partidos políticos** |

**Fonte:** elaboração própria adaptada de Litton (1975).

Sobre a metodologia empregada para o desenvolvimento desta tese, que será delineada mais adiante, trata-se de uma pesquisa bibliográfica (Salvador, 1973, Gil, 2002, Prodanov, 2013, Marconi; Lakatos, 2016), com abordagem qualitativa e de pesquisa documental (Gil, 2002, Sá-Silva, Almeida; Guindani, 2009, Severino, 2013, Marconi; Lakatos, 2016, Menezes; Duarte; Carvalho; Souza, 2019) para o processo de mapeamento, análise, identificação documental e diagnóstico de acervos documentais sobre o Partido dos Trabalhadores no estado de São Paulo.

No processo de qualificação, a tese foi apresentada a banca com um método adicional, isto é, a Etnografia Documental ou Etnografia de Documentos, porém, como esta não foi aprofundada no período de coleta de dados, para a defesa, tomou-se a decisão de não darmos continuidade ao uso do referido método de investigação. Nessa continuidade, suscitou-se também o uso da Pesquisa-ação, mas que por falta de aderência para o contexto da pesquisa, o mesmo não foi adotado para o desenvolvimento desta investigação científica.

Mesmo sendo métodos similares, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental têm objetivos diferentes, na medida em que o primeiro trata de documentos de ordem primários (que ainda não passou por nenhuma análise, identificação, tratamento documental, intervenção e interpretação) e o segundo refere-se a documentos de ordem secundários (que passou por algum tipo de análise, identificação e tratamento documental), conforme será demonstrado nos próximos parágrafos.

Segundo Macedo (1994, p. 13) a pesquisa bibliográfica precisa ser subsidiada por um planejamento de trabalho e pela adoção e aplicação de critérios para facilitar, posteriormente, o desenvolvimento da monografia ou de qualquer tipo de pesquisa científica. Tecnicamente, a pesquisa bibliográfica não deve ser realizada de uma forma desordenada, isto é, o pesquisador precisa elaborar um cronograma de execução, ou adotar um planejamento de trabalho para que ele possa desempenhar as tarefas dentro do determinado prazo estabelecido, ou a realização de um ajuste, caso houver a necessidade. Sendo assim, o plano de trabalho deve ser elaborado de acordo com o prazo estabelecido, como por exemplo, em um tese de doutorado que em geral é desenvolvida em 4 anos, não é possível executar o mapeamento, diagnóstico e análise documental de todos os diretórios do PT no estado de São Paulo, pois para isso seria preciso pelo menos 10 anos e mesmo assim não seria possível realizar uma pesquisa totalmente satisfatória e que pudesse contemplar toda a demanda informacional do partido. Dessa maneira, mesmo que fosse para realizar uma análise e diagnóstico mais apurado, esse período de tempo ainda seria escasso, dado o volume documental produzido por esse partido em mais de 40 anos de produção documental.

Para auxiliar neste processo, Marconi e Lakatos (2016), destacam que a pesquisa bibliográfica engloba oito etapas diferentes, conforme alíneas abaixo:

a) escolha e seleção do tema;

b) elaboração do plano de trabalho ou cronograma de execução;

c) identificação dos materiais;

d) localização dos materiais;

e) compilação dos materiais;

f) fichamento dos materiais;

g) análise e interpretação dos materiais

h) redação.

Além de retomar vários trabalhos, a vantagem da pesquisa bibliográfica, de acordo com Gil (2002), é que ela possibilita com que o pesquisador tenha um amplo respaldo de fenômenos que ele poderia simplesmente investigar em seu projeto inicial de pesquisa, mas que surgiram no desenvolvimento do estudo.

Sedimentado nos exemplos de Marconi e Lakatos (2016), esta tese está dividida da seguinte forma, conforme ilustração no quadro 4:

**Quadro 4 - Divisão da tese**

| Etapas de Investigação | Desenvolvimento |
|---|---|
| **Proposição do tema central** | **Discutir as relações científicas, metodológicas, epistemológicas e interdisciplinares entre os campos da Organização do Conhecimento e Arquivologia** |
| **Elaboração do plano de trabalho** | **Foi elaborado um cronograma de execução para atender aos objetivos e prazos estabelecidos para o desenvolvimento da tese no período de 04 anos** |
| **Identificação e Localização** | **Por meio de pesquisa documental, foram analisadas, mapeadas e diagnosticadas até o momento 14 diretórios e instituições documentais universitárias no estado de São Paulo, assim como verificadas as principais espécies, tipos e tipologias documentais produzidas pelo Partido no decorrer dos últimos 40** |
| **Compilação** | **Após as etapas de mapeamento, análise e diagnóstico, os dados foram reunidos e organizados para a análise documental e identificação das principais espécies e tipologias documentais produzidas pelo** |

| | **Partido** |
|---|---|
| **Fichamento dos materiais localizados em bases de dados, eventos, congressos científicos** | **Por meio de pesquisa bibliográficas, foram recuperadas definições de conceitos sobre Organização do Conhecimento, Arquivologia, Classificação Arquivística, Diplomática, Diplomática Arquivística Contemporânea, Teoria do Conceito, Partido dos Trabalhadores e Guia de Fontes, em bases de dados, eventos e congressos científicos relativos aos campos propostos.** |
| **Análise e interpretação dos dados** | **Principais espécies e tipologias documentais, verificação de políticas documentais, instrumentos de organização do conhecimento, instrumentos de gestão e de pesquisa arquivísticos.**<br><br>**Análise das condições estruturais, físicas e lógicas dos acervos documentais dos diretórios do PT no estado de São Paulo.** |
| **Construção e redação da tese** | **Tese dividida em 6 pontos específicos: 1) definição de conceitos; 2) vinculação epistemológica, científica e interdisciplinar dos campos da Organização do Conhecimento e Arquivologia; 3) Definição de conhecimento em arquivos e conhecimento diplomático; 4) mapeamento de acervos documentais; 5) condições estruturais dos acervos documentais; e a 6) discussão sobre a elaboração de um guia de fontes para arquivos de partidos políticos brasileiros, com base nos acervos do Partido dos Trabalhadores.** |

**Fonte:** elaboração própria adaptada de Marconi e Lakatos (2016).

Em seguida, serão apresentados conceitos sobre a noção de pesquisa documental, sendo este um método comumente empregado em pesquisas arquivísticas e que será utilizado para o desenvolvimento desta tese.

## Pesquisa Documental

Nos campos da Ciência da Informação, Arquivologia e Organização do Conhecimento, temos alguns autores e autoras que contribuíram ou que utilizaram a

pesquisa documental em suas produções científicas: Pinheiro e Silva (2008), Guimarães e Sales (2010), Feitoza, Sousa, Campos e Duarte (2019), Silva, Ribeiro e Oliveira (2021), Camossi e Rodas (2022), entre outros que avançaram com a aplicação e avanço do método nestes campos científicos.

Em linhas gerais, Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009[50]) entendem que o uso de documentos em pesquisas devem ser apreciados e valorizados pelos pesquisadores. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso e aplicação em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica, política e sociocultural.

Nesse ínterim, antes de adentrarmos a discussão sobre a pesquisa documental, é necessário conceituar de forma muito breve a noção de Documento. De acordo com a definição do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), o documento trata-se de uma unidade de registro e materialização de informações, que independe de seu suporte ou formato, seja ele físico, digital ou híbrido. Nessa discussão, para Cunha e Cavalcanti (2008, p. 132),

> o documento se traduz como um objeto informacional, visível ou em que se pode tocar e dotado de uma dupla independência em relação ao tempo - sincronia - independência interna da informação, que não é mais uma sequência linear de acontecimentos, mas uma justaposição multidimensional de sinais (ou traços); estabilidade - independência global do objeto informacional que não é mais um acontecimento inscrito no decorrer do tempo, mas um 'suporte' físico do 'traço' que pode ser conservado, transportado e reproduzido.

Em resumo, por meio do documento, é registrada e materializada a informação, seja ela produzida de diversas formas e a partir de inúmeros contextos. Essa informação, em geral, é manifestada por uma ação e que consequentemente necessita ser registrada para o processo de mediação, contextualização, organização, representação e acesso para por fim, ocorrer a sua disseminação para outros contextos.

Diante disso,

[50]SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

> Quando um pesquisador utiliza documentos objetivando extrair dele informações, ele o faz investigando, examinando, usando técnicas apropriadas para seu manuseio e análise; segue etapas e procedimentos; organiza informações a serem categorizadas e posteriormente analisadas; por fim, elabora sínteses, ou seja, na realidade, as ações dos investigadores – cujos objetos são documentos – estão impregnadas de aspectos metodológicos, técnicos e analíticos (Sá-Silva, Almeida; Guindani, 2009, p. 4).

Para Severino (2013), Marconi e Lakatos (2016), Menezes, Duarte, Carvalho e Souza (2019, p. 38), embora este tipo de pesquisa seja semelhante à bibliográfica, difere dela por fazer uso de materiais ainda não estudados, analisados e investigados por outros pesquisadores. Devido a isso, o investigador tem a vantagem de ir direto à fonte, sem que haja a possibilidade de reproduzir um erro ou uma análise precipitada, como pode ocorrer na pesquisa bibliográfica. Portanto, fica evidente que a pesquisa documental trata majoritariamente de documentos que ainda não receberam nenhum tipo de interferência, análise e identificação por parte do pesquisador, assim, com o desenvolvimento da análise, o pesquisador tem a prerrogativa de atribuir algum nível de interpretação a partir dos resultados coletados por meio da identificação e análise documental, assim como realizar algum tipo de ajuste, caso necessário. Todavia, ainda mais com a proliferação de informações, sobretudo nos meios digitais, o investigador precisa ter muito cuidado com os dados coletados por intermédio de documentos primários, dado que em determinadas circunstâncias as fontes documentais não são fidedignas, ainda mais em um contexto em que são disseminadas inúmeras informações falsas. Para se realizar uma pesquisa com base em informações verídicas e baseadas em estudos científicos, exemplos como arquivos, bibliotecas, museus, centros de informação, bases de dados, revistas científicas, periódicos e dicionários físicos e virtuais são obras de referências que auxiliam no processo de busca de informações confiáveis, além de sites governamentais e determinadas fontes internacionais disponíveis em universidades públicas e privadas.

No quadro 6, com base nas reflexões de Gil (2002) e Flick (2009), a partir do processo de análise, serão apresentadas as principais categorias documentais, bem como as principais espécies e tipologias documentais localizadas nos acervos de partidos políticos e que foram encontradas nos acervos sobre o PT por meio da pesquisa documental:

**Quadro 6 - Categorias, espécies e tipologias documentais em acervos do PT**

| Categorias Documentais | Espécies e Tipologias Documentais |
|---|---|
| **Institucionais** | **Projetos de lei, relatórios de gestão, programas de governo, atas de reuniões, relatórios de órgãos governamentais, ofícios, memorandos** |
| **Privados/Pessoais** | **Cartas, correspondências, fotografias, diários, diários de anotações, memórias, vestuários, fichas de filiação partidária** |
| **Financeiros** | **Planilhas, balancetes, notas fiscais de compra, contribuições financeiras de filiados** |
| **Comunicação em massa** | **Jornais, recortes de jornais, revistas, periódicos, fotografias analógicas e fotografias digitais.** |
| **Nivel de sigilosidade** | **Na maior parte das vezes, os acervos, assim como os documentos estavam restritos (apenas os gestores têm acesso aos documentos), nem mesmo os militantes ou simpatizantes do PT podem acessar os documentos.** |

**Fonte:** elaboração própria.

A seguir, no quadro 7, com base nos estudos de Cechinel, Fontana, Giustina, Pereira e Prado (2016), procuramos apresentar de forma sucinta o processo de pesquisa e análise documental sobre os acervos documentais do PT:

**Quadro 7: Processo da pesquisa documental**

| Processo de Análise | Desenvolvimento |
|---|---|
| **Análise dos autores, contexto, interesses, confiabilidade, natureza do contexto e palavras-chave** | **Análise das principais atividades e ações que resultaram na produção documental de sujeitos políticos e de gestores do PT entre o período de 1978 a 2024.**<br><br>**Análise contextual dos fatos que culminaram na produção e na necessidade de preservação documental (burocrática, história, memória).**<br><br>**Partido dos Trabalhadores; Classe Trabalhadora; Movimento Sindical; Greves; Greves do ABC.** |

| | |
|---|---|
| **Análise Documental** | **Análise e compreensão da produção documental e constituição dos acervos do PT** |
| **Compreensão do contexto e vinculação documental** | **Compreender o processo de produção, organização e a representação do conhecimento em arquivos de partidos políticos, no caso, no do PT** |

**Fonte:** elaboração própria

No caso dos acervos documentais do PT, a maioria desses ainda não receberam tratamento análitico do ponto de vista arquivístico, na verdade, muitos desses acervos não receberam nenhum tipo de interferência, seja ela de ordem física ou intelectual, desse modo, existem diversos documentos portadores de valores políticos, sobretudo quando se trata da atuação de sua militância no decorrer dos anos da participação do Partido em algumas gestões, seja a nível municipal, estadual, distrital ou federal e a contribuição histórica promovida pelo PT nos períodos da Redemocratização Brasileira e de outros fatos históricos notórios. Em geral, para esse tipo de procedimento analítico em documentos que ainda não receberam nenhum tipo de intervenção, são aplicados os métodos da diplomática para avaliar a autenticidade de documentos jurídico-administrativos, método este que será melhor detalhado em uma definição específica.

Diante dos métodos apresentados, é preciso ressaltar que a documentação do PT que foi diagnosticada e analisada ao longo da pesquisa é majoritariamente de caráter permanente, ou seja, se trata de uma documentação que já era para estar disponível para consulta e acesso, porém, como a maioria dos diretórios que foram mapeados e diagnosticados não dispõe de instrumentos de gestão e pesquisa arquivísticos, esses documentos não passaram por um processo de avaliação e identificação, assim, foram descartados, extraviados, destruídos, furtados, armazenados em locais insalubres, porões e até mesmo se encontram depositados na residência de militantes, gestores, parlamentares e militantes do PT que naquele contexto não entendiam ou nos dias de hoje não entendem a noção básica e de princípios estabelecidos pela Arquivologia para a organização, representação, preservação e disponibilização desses acervos para a consulta pública. Nesse sentido,

muitos desses documentos, principalmente aqueles de valores históricos, foram perdidos e descartados sem nenhum tipo de diretriz e orientação arquivística.

## 1.6 Procedimentos Metodológicos

Para melhor exemplificar, os procedimentos metodológicos nesta pesquisa foram realizados da seguinte forma:

**a)** Na primeira etapa, por meio da pesquisa bibliográfica, os materiais foram recuperados em bases de dados, eventos e congressos no âmbito nacional e internacional, entre outras fontes de informação com o objetivo de elaboração da fundamentação teórica da tese, e que sem o desenvolvimento desta etapa, seria muito difícil desenvolver e dar continuidade às demais fases. Esta etapa também contribuiu na construção e redação do texto e na elaboração dos argumentos, além de ter evidenciado a necessidade de aprofundamento sobre o tema no âmbito da Organização do Conhecimento, Arquivologia e Ciência da Informação, pois o estudo sobre os partidos políticos no geral já está consolidado nos campos da História, Sociologia, Relações Internacionais e da Ciência Política, entre outros que tratam especificamente do tema, mesmo que não seja a partir de uma perspectiva documental e informacional.

**b)** Na segunda etapa, foram realizados diagnósticos e análises por meio da pesquisa documental. Cujo objetivo foi verificar e identificar as principais espécies, tipos e tipologias, suportes, formatos e gêneros documentais localizados nesses acervos de natureza política, bem como as condições de conservação, higienização e preservação de toda a documentação localizada nos acervos.

Estas duas etapas serão detalhadas com maior profundidade nos parágrafos a seguir.

### a) Etapa de levantamento de materiais em bases de dados, revistas, periódicos, congressos científicos nacionais/internacionais, dicionários e manuais especializados

Para a sustentação teórica e argumentativa que culminou no desenvolvimento das principais seções da tese, os materiais foram recuperados e analisados em bases

de dados, revistas, periódicos e eventos científicos nacionais e internacionais, manuais e dicionários especializados em temas sobre Arquivos, Acervos Documentais, Arquivos de Trabalhadores, Arquivos de Partidos Políticos, Partidos Políticos, Movimento de Trabalhadores, Movimentos Populares, Movimento Político, Movimento Sindical, Instrumentos de Pesquisa em Arquivos, Guia, Guia de Arquivo, Guia de Fontes, Movimentos Sociais, Organização do Conhecimento, Representação do Conhecimento, Organização e Representação do Conhecimento e Organização e Representação do Conhecimento em Arquivos.

Foram analisados eventos científicos a nível nacional e internacional, como o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), Seminário em Ciência da Informação (SECIN), Colóquio em Organização, Acesso, Apropriação da Informação e do Conhecimento (COAIC), a ISKO em seus capítulos brasileiros, Ibéricos e Internacionais, o *Encuentros Internacionales sobre Sistemas de Información y Documentación* (IBERSID) e a *Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe* (EDICIC). Além de trabalhos publicados nos Cadernos de Formação Política do Partido dos Trabalhadores e materiais produzidos pela Secretaria Nacional de Formação Política do Partido dos Trabalhadores (SNFPT[51]), sendo esta vinculada a Escola Nacional de Formação do Partido dos Trabalhadores (ENFPT).

Em virtude do grande volume de produções científicas sobre o tema que relacionam os partidos políticos no Brasil, assim como Organização do Conhecimento e Arquivologia, tanto nas revistas, periódicos e nos eventos científicos, não foi delimitado nenhum período em específico para a recuperação, coleta e análise dos materiais, contudo, o foco de pesquisa debruçou-se sobre o período de 1978 a 2024. Os principais termos de buscas em português, espanhol, inglês e francês, são, respectivamente: 1) Organização do Conhecimento; Organização do Conhecimento Arquivístico; Organização do Conhecimento em Arquivos; Organização do Conhecimento e Arquivologia; Organização do Conhecimento e Arquivística; Arquivos de Partidos Políticos, Arquivos de Associações Político-Partidárias, Movimentos de

[51]Secretaria Nacional de Formação Política do Partido dos Trabalhadores. Disponível em: https://pt.org.br/tag/secretaria-nacional-de-formacao-politica-do-pt/ Acesso em 04 de nov. 2023.

Trabalhadores, Instrumentos de Gestão em Arquivos, Instrumentos de Pesquisa em Arquivos, Guia de Fontes; Guia de Fontes em Arquivos; 2) *Organización del Conocimiento; Organización del Conocimiento Archivístico; Organización del conocimiento en Archivos; Organización del conocimiento y Archivística; Archivos de Partidos Políticos, Archivos de Asociaciones Políticas y de Partidos, Movimientos Obreros, Movimientos de los Trabajadores, Guía de Fuentes; Guía de Fuentes en Archivos; 3) Knowledge Organization; Archival Knowledge Organization; Knowledge Organization in Archives; Knowledge Organization and Archival Science; Political Party Archives, Archives of Political and Party Associations, Workers' Movements, Source Guide; Source guide in Archives; 4) Organisation de la connaissance; Organisation de la connaissance archivistique; Organisation de la connaissance dans les archives; Organisation de la connaissance et archivistique; Organisation de la connaissance et archivistique; Archives des partis politiques, Archives des associations de partis politiques, Mouvements ouvriers, Outils de gestion dans les archives, Outils de recherche dans les archives, Guide des sources; Guide des sources dans les archives*.

No contexto de produção de materiais sobre o PT, o periódico que teve destaque e que analisado com profundidade foi o da **Revista Perseu: História, Memória e Política**[52], sendo este um importante espaço de discussão e publicações científicas sobre a trajetória política e histórica do Partido. Nesta Revista foram analisadas as publicações entre os anos de 2007 a 2019, na **Revista Teoria e Debate**[53], entre 1987 e 2022, e o **Cadernos Perseu**[54], material que reúne uma série de ensaios e artigos escritos pelo sociólogo e ex-deputado federal do PT Florestan Fernandes (1920-1995), no período em que foi parlamentar, entre os anos de 1986 a 1988, entre outras produções científicas de pesquisadores dos campos da História, Sociologia, Ciências Políticas, entre outros que contribuíram na produção científica e acadêmica sobre o partido a nível nacional e internacional. Nesta última fonte, as palavras-chave foram recuperadas em português: a) arquivos, arquivos históricos, acervo documental,

[52]Fundação Perseu Abramo. Revista Perseu: História, Memória e Política. Disponível em: https://revistaperseu.fpabramo.org.br/ Acesso em 29 de jul. 2023.
[53] Revista Teoria e Debate. Disponível em: https://teoriaedebate.org.br/ Acesso em 29 de jul. 2023.
[54]Fundação Perseu Abramo. Revista Teoria e Debate. Disponível em: https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/cadernos-perseu-florestan-fernandes-na-constituinte/ Acesso em 29 de jul. 2023.

partidos políticos, partido dos trabalhadores, arquivos de partidos políticos, arquivos do partido dos trabalhadores, movimentos sindicais, movimentos sociais, Lula, Dilma; espanhol: b) *archivos, archivos históricos, fondo documental, partidos políticos, partido obrero, archivos de partidos políticos, archivos de partidos obreros, movimientos sindicales, movimientos sociales, Lula, Dilma; inglês: c) Archives, Historical Archives, Document Collection, Political Parties, Workers' Party, Political Party Archives, Workers' Party Archives, Trade Union Movements, Social Movements, Lula, Dilma*; francês: d) *archives, archives historiques, collection de documents, partis politiques, parti ouvrier, archives des partis politiques, archives des partis ouvriers, mouvements syndicaux, mouvements sociaux*, Lula, Dilma.

Para complementar a busca, foram verificadas e examinadas publicações de matérias e decisões no Diário Oficial da União (DOU[55]), Diário Oficial dos Estados (DOE[56]) e no Diário Oficial dos Municípios (DOM[57]) e de documentos recuperados nos sites do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP[58]) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE[59]). Nessas fontes informacionais, foram utilizadas as seguintes palavras-chave, em português, espanhol, inglês e francês, de modo respectivo: a) Partido dos Trabalhadores, Arquivos de Partidos Políticos, Arquivos do Partido dos Trabalhadores; b) *Partido de los Trabajadores, Archivo de los Partidos Políticos, Archivos de los Partido de los Trabajadores; c) Worker Parties, Political Parties Archives, Workers Parties Archives; d) Parti ouvrier, Archives des partis politiques, Archives du Parti ouvrier.*

Sobre os documentos produzidos pelo próprio Partido, destacam-se as resoluções decorrentes dos encontros e congressos nacionais, que compreende o período de 1978 a 2006[60]. Esses documentos são representados por cartas, ofícios, circulares, resoluções internas, declaração (ões) política (s), teses, carta de princípios, manifesto de lançamento do PT, estatuto, estatuto partidário, comissão diretora nacional provisória, discursos, discursos parlamentares, regulamentos, regulamentos

[55] Disponível em: https://www.in.gov.br/servicos/diario-oficial-da-uniao Acesso em 29 de jul. 2023.
[56] Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/HomeDO_2_0.aspx Acesso em 29 de jul. 2023.
[57] Disponível em: https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/ Acesso em 29 de jul. 2023
[58] Disponível em: https://www.tre-sp.jus.br/ Acesso em 29 de jul. 2023.
[59] Disponível em: https://www.tse.jus.br/ Acesso em 29 de jul. 2023.
[60]Resoluções dos Encontros Nacionais do Partido dos Trabalhadores. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbh/encontros-nacionais-do-pt-resolucoes/ Acesso em 27 de nov. 2023.

internos, moções, notas à imprensa, constituinte, documento eleitoral básico, regimentos, regimento interno, recursos eleitorais, plano de ação política e organizativa, plano de ação de governo, regulação das tendências internas, diretrizes para elaboração do plano de governo, adendos, entre outros que foram publicados entre os períodos de 2006 a 2024.

Além dos registros documentais supracitados, foram identificados documentos de caráter permanentes que foram mimeografados e digitalizados de acordo com normas, técnicas e diretrizes arquivísticas por instituições públicas, históricas, culturais, sociais e políticas, como o caso do Jornal dos Trabalhadores[61] e do Jornal Tribuna Metalúrgica[62], sendo este último ligado ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABCD Paulista.

No total, a partir dos termos elencados, no quadro 8, são apresentadas as quantificações dos materiais[63] sobre a relação entre os campos da Organização do Conhecimento e Arquivologia recuperados nas principais fontes propostas para o desenvolvimento desta tese: BRAPCI, SCIELO, ISKO Brasil, Ibérico e internacional[64], IBERSID[65], EDICIC[66], ENANCIB[67] e COAIC e na própria Enciclopédia criada pela ISKO[68].

**Quadro 8 - Materiais sobre Arquivologia e Organização do Conhecimento**

| Fontes de Informação | Português | Inglês | Espanhol | Francês | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| **BRAPCI** | **04** | **0** | **0** | **0** | **04** |
| **SCIELO** | **01** | **0** | **0** | **0** | **01** |

[61] Centro Sérgio Buarque de Holanda. Jornal dos Trabalhadores. Disponível em: https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/jornal-dos-trabalhadores Acesso em 06 de dez. 2023.
[62] Tribuna Metalúrgica. Um jornal para conversar com o trabalhador. Disponível em: https://smabc.org.br/tribuna-mabc/ Acesso em 03 de dez. 2023.
[63] Levantamento realizado em 2023.
[64] No caso da Isko, foram analisados tantos os eventos, assim como o periódico. Disponível em: https://www.isko.org/ko.html Acesso em 30 de jan. 2024.
[65] No caso do Ibersid, além do evento, foram analisadas as publicações científicas nas revistas Ibersid e Scire.
[66] No caso do Edicic, além dos trabalhos apresentados no evento, foram analisadas as publicações na revista. Disponível em: https://ojs.edicic.org/index.php/revistaedicic/index Acesso em 30 de jan. 2024.
[67] No caso do Enancib, foi analisado apenas o Grupo de Trabalho 2 “Organização e Representação do Conhecimento”, visto que é o GT que discute questões voltadas à Organização do conhecimento e à Arquivologia.
[68] International Society for Knowledge Organization. ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization (IEKO). Disponível em: https://www.isko.org/cyclo/. Acesso em 13 de jul. 2024.

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **ISKO BRASIL/IBÉRICO/INTERNACIONAL** | **32** | **30** | **01** | **0** | **63** |
| **IBERSID** | **0** | **0** | **01** | **0** | **01** |
| **EDICIC** | **01** | **0** | **01** | **0** | **02** |
| **ENANCIB** | **06** | **0** | **0** | **0** | **06** |
| **COAIC** | **02** | **0** | **0** | **0** | **02** |
| **MATERIAIS RECUPERADOS NAS FONTES DE INFORMAÇÃO** | | | | | **79** |

**Fonte:** elaboração própria (2023).

Para uma recuperação abrangente dos materiais nas fontes de informação, não foi delimitado nenhuma categoria em específico, sendo os materiais recuperados[69] por meio do título, sumário, resumo ou no corpo do texto. Esses materiais foram selecionados a partir da relevância e da discussão encontrada no corpo do texto. Independente de serem recuperados pelo título do artigo, sendo a forma de recuperação mais fácil, por exemplo, em alguns trabalhos ou temas as informações mais relevantes foram recuperadas nas considerações parciais ou finais, ou seja, como uma forma de apontamento para pesquisas futuras sobre a relação entre Organização do Conhecimento, Arquivologia e consequentemente sua relação com os processos, funções e métodos desenvolvidos em Arquivos.

Em termos quantitativos, sendo o foco inicial, no total, nas fontes de informações propostas, foram recuperados 79 estudos sobre a vinculação entre Organização do Conhecimento e Arquivologia. Nessa reflexão, mesmo que a primeira produção científica sobre o tema seja datada de 1995[70], considera-se que o total de 79 trabalhos recuperados ainda é muito incipiente, tendo em vista a emergência da discussão sobre a inserção metodológicas dos arquivos no campo da Organização do Conhecimento ou vice-versa. As principais publicações científicas e que os principais temas que relacionam os dois campos são: Arquivos Privados, Arquivos Pessoais, Relações Interdisciplinares, Classificação Arquivística, Diplomática, Diplomática Arquivística

[69] Sem delimitação de período de busca.
[70] Esteban Navarro e García Marco.

Contemporânea, Tipologia Documental, Descrição Arquivísticas, Movimentos Sociais, Partidos Políticos, Elaboração de SOCs, Indexação de Fotografias, Ontologias, entre outros temas tratados de forma isolada em pesquisas específicas, mas que de certa maneira dialogam e interseccionam os dois campos. A partir do processo de busca, verificou-se que as principais produções científicas sobre o tema foram publicadas majoritariamente em eventos científicos. Mas no levantamento geral, verificou-se uma ascensão e publicação do tema em revistas e periódicos científicos de grande impacto nacional e internacional, como por exemplo: Revista Em Questão (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Informação & Informação (Universidade Estadual de Londrina), Revista Encontros Bibli (Universidade Federal de Santa Catarina), Revista Acervo (vinculada ao Arquivo Nacional), Revista ACB (Associação dos Bibliotecários Catarinense), Revista A.to.z: novas práticas em informação e conhecimento (Universidade Federal do Paraná), Perspectivas em Ciência da Informação (Universidade Federal de Minas Gerais)*, Brazilian Journal of Information Science: research trends* (Universidade Estadual Paulista)*, Knowledge Organization (ISKO)*, *Scire: Representación y Organización del Conocimiento*, entre outras.

Como parte do processo de formação acadêmica no doutorado, além das disciplinas cursadas no PPGCI/UNESP[71], é preciso mencionar as produções científicas que foram desenvolvidas e suas devidas publicações entre os anos de 2021 a 2025 em revistas científicas, congressos e eventos nacionais e internacionais, além de periódicos. Essas informações técnicas e acadêmicas poderão ser encontradas no currículo *lattes* do candidato ao título de doutor[72].

**b) Etapa de mapeamento dos acervos documentais do Partido dos Trabalhadores no estado de São Paulo**

Na etapa prática, por meio de amostragem, foram mapeados de forma presencial os Acervos dos Diretórios do PT de Marília, São Paulo (Diretório Nacional e

[71] INSTRUÇÃO NORMATIVA PPGCI Nº 04/2021 ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/instrucao_normativa_ppgci_04_2021---atividades_complementares.pdf Acesso em 07 de jan. 2024.

[72] Wilson Roberto Veronez Júnior. Disponível em: Curriculo Lattes: http://lattes.cnpq.br/4065012857990125 Acesso em 13 de jul. 2024.

Estadual), São José dos Campos, Tupã, Taubaté, Jacareí, Lins, Penápolis, Garça, Bauru, Osasco, além de instituições documentais e universitárias, como o Instituto de Estudos Brasileiros (Universidade de São Paulo - USP - Escola de Comunicação e Artes - ECA) e o Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP), em Assis e do Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM), em São Paulo. No caso do Diretório de São José do Rio Preto, os documentos foram encaminhados via email. Contudo, com a adoção do método de pesquisa documental, este último diretório não entrou no rol de acervos mapeados e analisados *in loco*. Neste caso em específico, a análise deste acervo trata-se de uma situação muito comum em acervos documentais de organizações partidárias, em outras palavras a fragmentação, incorporação e a custódia da documentação de um diretório por outro, já que a documentação que se encontra em São José do Rio Preto é um acervo de proveniência do acervo de Lins.

A seleção dos diretórios do partido e das instituições documentais não se deu de maneira planejada (no sentido de preferência e imposição dos proponentes da tese), mas sim de forma aleatória e por demanda a partir de contatos com os gestores e responsáveis pelos acervos documentais, já que não foi possível analisar os acervos de outras instituições, por diversas razões, mas que não serão expostas aqui por diversos fatores.

**c) Etapa de análise e diagnóstico dos acervos documentais**

Ainda nesta etapa, para o processo de análise e diagnóstico dos acervos, foram estabelecidos contatos prévios[73] com os diretórios do PT e instituições documentais por meio de contato telefônico, trocas de email, mensagem instantânea (*Whatsapp e Telegram*), redes sociais (*Facebook, Instagram, Twitter*[74]) diálogo presencial e virtual (em eventos acadêmicos em âmbito nacional e internacional[75], reuniões, congressos políticos, acadêmicos, universitários, aulas, *workshop*, entre outras atividades que

[73] Em virtude do projeto não ter sido submetido ao Comitê de Ética de Pesquisa da Unesp de Marília, por razões éticas e jurídicas, os conteúdos discutidos com os contatos via email, *facebook, instagram e whatsapp* não serão apresentados nesta pesquisa.
[74] Atual X.
[75]Discussões que foram apresentadas em eventos científicos realizados em Lisboa (Portugal), Madrid (Espanha), Wuhan (China) e em La Plata (Argentina).

contribuíram na divulgação e publicização do tema), outro aspecto que veio a somar para a realização da coleta de dados foi o fato do autor da tese[76] estar vinculado a um Programa de Pós-graduação de excelência a nível nacional e internacional, ter experiência na militância em movimentos sociais e por ter exercido um cargo de gestão[77] no Diretório do PT de Marília. Todavia, o fato de ter acesso para realizar a pesquisa com os documentos do Partido não quer dizer necessariamente que a análise e diagnóstico serão precisos e satisfatórios, sendo que existe uma certa relutância dos próprios responsáveis pelos acervos e da militância com relação a determinados registros documentais que não podem ser acessados, e isso foi evidenciado no decorrer do processo de coleta e diagnóstico, não por simplesmente estarem em um determinado grau de sigilo (mesmo se tratando de arquivos permanentes e que já deveriam estar disponíveis para o acesso) ou até mesmo desorganizados, mas essa resistência estava associada a segurança dos próprios militantes, e isso tem a ver com o período em que esses arquivos foram produzidos, pois em sua maioria retrata fatos históricos e atividades partidárias ocorridas no período da Ditadura Civil-Militar ou em outros momentos que refletem a luta desses sujeitos políticos, mas que por decisão deles, não podem ser evidenciados, mesmo que para a preservação de sua memória, sendo que naquele contexto, os militantes considerados subversivo pelos agentes do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), por exemplo, e caso estivessem com documentos em mãos[78], poderiam ser presos, torturados e até mesmo mortos. Diante disso, pela ausência de organização e de instrumentos de pesquisas arquivísticos, e de algumas espécies e tipologias documentais que não puderam ser acessadas e analisadas, visto suas condições insalubres ou de alto grau de deterioração, não foi possível constituir alguns itens documentais e que são de grande importância para a reagrupação das séries e recomposição dos fundos documentais.

[76]Wilson Veronez: Doutorando do Programa de Pós-graduação da Unesp de Marília e Secretário de Organização Política do Partido dos Trabalhadores do Diretório Municipal de Marília.
[77]Secretário de Organização entre os anos de 2023 a 2025, sendo este um dos cargos mais burocráticos no âmbito do PT e de outros partidos políticos e movimentos sociais, equivalente ao cargo de secretário geral.
[78] Em diálogo com um desses militantes, o mesmo disse que em uma abordagem policial, o primeiro questionamento feito pelos militares era se o cidadão possuía carteira de trabalho e se tinha, qual era a ocupação que ele exercia na empresa.

A lógica para a comunicação aos dirigentes e consequentemente o acesso aos acervos foi realizado da seguinte maneira: a partir do estabelecimento de um contato e a aprovação da análise por parte de um representante do acervo, e a cada acervo diagnosticado, com o interesse do diretório em ceder o espaço e com base na compreensão e entendimento sobre a preservação da história e da memória do Partido, eram obtidos os contatos de pelo menos mais 2 a 3 três novos diretórios, não que especificamente esses diretórios pudessem “abrir suas portas” para a realização do diagnóstico do conjunto documental, mas ficava evidente a reflexão sobre a necessidade de disponibilização de seus acervos para consulta, mesmo que fosse para pesquisa científica ou para usuários internos (gestores, parlamentares, filiados, secretários). Assim, pelo menos mais 1 ou 2 acervos eram diagnosticados, mesmo que a massa documental não fosse abundante do ponto de vista quantitativo, pois existiam acervos que possuíam um total de 10 peças documentais, em contrapartida, outros acervos que possuíam centenas[79] e até milhares de documentos[80]. Contudo, os acervos que possuem um número maior de documentos não puderam ser analisados de forma minuciosa, porque pelo menos só um desse acervo tomaria todo o tempo e espaço da tese[81]. Assim sendo, constatou-se que a importância de se apresentar ao Partido e da manifestação de interesse nos acervos documentais possibilitaram contatos para análises e diagnósticos posteriores[82].

No ato de análise documental, o foco era evidenciar a forma documental e o conteúdo informacional a fim de contextualizar e analisar as principais marcas arquivísticas presentes na constituição do documento. Todavia, como foco da tese, a análise não se deu apenas na documentação propriamente dita, mas também em verificar a partir da estrutura organizacional e de fluxogramas já constituídos pelo partido, os principais produtores, assim como a existência ou ausência de políticas documentais e de processos de organização do conhecimento, isto é, se a produção documental e acumulação natural do PT é baseada em diretrizes, preceitos e nos

[79] No caso do Diretório Municipal de São José dos Campos. Neste acervo em específico foram identificadas pelo menos 300 caixas de documentos.
[80] No caso da Fundação Perseu Abramo.
[81] Para ilustrar, um ótimo exemplo é o acervo da FPA, que, caso a tese fosse se debruçar apenas nesta instituição, poderíamos fazer mais de uma pesquisa, visto a enorme quantidade de documentos existentes em seu acervo.
[82] Tudo indica que essas pesquisas ficarão para um pós-doutorado.

princípios arquivísticos, bem como se os diretórios e instituições documentais analisadas utilizam instrumentos de gestão e de pesquisa, como o plano de classificação/quadro de arranjo/tabela de temporalidade e os guias, como catálogos, repertórios, índices, respectivamente, para a recuperação e acesso aos itens documentais. A princípio, foi possível identificar a existência de um guia no Acervo do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, sendo este vinculado à Fundação Perseu Abramo.

Neste processo e até mesmo por não adotarmos nenhum método analítico específico, a análise documental não foi realizada de forma minuciosa e exaustiva, já que em virtude da escassez de tempo e da proposta inicial desta tese, também não foram empregados os métodos da diplomática, análise de conteúdo, análise textual discursiva, aplicação de métodos de análise em geral, entre outros, mas a partir de amostragens, cujo objetivo inicial foi se debruçar acerca da identificação das principais espécies, tipologias, suportes e gêneros documentais produzidos pelo Partido ao longo dos anos e a compreender os principais fatores que culminaram na dispersão desses documentos ao longo dos anos. Na ausência desses métodos, foi adotada a identificação documental. Entretanto, ao longo desta investigação, as espécies e as tipologias documentais encontradas nos acervos serão analisadas e definidas com base em manuais, obras de referências e dicionários especializados.

Finalizada a etapa de análise e pesquisa documental, foi possível ter uma dimensão da real situação dos arquivos do PT em alguns diretórios, comissões provisórias e outras instituições documentais no estado de São Paulo, uma vez que a maioria dessas instituições foram analisadas apenas uma única vez, mas que para não anteciparmos esses diagnósticos, os mesmos serão apresentados na seção 5.

No quadro 9, é destacado o cronograma de execução da tese, desde a fundamentação teórica, coleta de dados, qualificação e defesa.

**Quadro 9 - Cronograma de Execução**

| **Atividades** | **Desenvolvimento** | **Datas** |
|---|---|---|
| **Introdução** | **Em andamento** | **Projeções** |
| **Coleta de dados remota Fundação Perseu Abramo** | **Guia, inventários, catálogos e índices da Fundação Perseu** | **Remota (março a junho de 2022);** |

| | | |
|---|---|---|
| | **Abramo e no Acervo Sérgio Buarque de Holanda** | |
| **Coleta de dados presencial** | **Diretórios Municipais, Diretório Nacional, Fundações Privadas, Arquivos Públicos, Centros de Documentação, Centros de Memória, Institutos Documentais, Tribunais Superiores e Regionais Eleitorais.** | **Presencial (setembro a Julho de 2023);** |
| **Redação da tese** | **Fundamentação teórica, metodologia e coleta de dados (via remota/presencial)** | **Janeiro a junho de 2023** |
| **Processo de Qualificação** | **Revisão e encaminhamento da tese e apresentação dos resultados parciais** | **Janeiro a março de 2024;** |
| **Qualificação** | **Apresentação dos resultados parciais a banca de avaliação** | **Setembro de 2024** |
| **Correções** | **Considerações e apontamentos realizados no processo de qualificação** | **Setembro a outubro de 2024;** |
| **Revisão** | **Hipóteses, metodologías, métodos e procedimentos metodológicos** | **Novembro a Janeiro de 2024** |
| **Processo de Defesa** | **Redação final da tese** | **Janeiro a fevereiro** |
| **Defesa** | **Apresentação da tese a banca de avaliação** | **Março de 2025** |
| **Pós-defesa** | **Correções reportadas pela banca de avaliação** | **Maio de 2025** |
| **Pós-defesa** | **Publicações e elaboração de um manual de organização documental de associações político-partidárias** | **Julho de 2025** |

**Fonte:** elaborado pelo autor (2022)

A tese está estruturada na seguinte configuração: **1) Primeira Seção:** apresentação da introdução, problema de pesquisa, delimitação do objetivo geral e dos objetivos específicos, justificativa, hipóteses, concepção de metodologia científica, método e a descrição dos procedimentos metodológicos para o desenvolvimento da pesquisa, que compreende as etapas de levantamento, mapeamento e diagnóstico por

meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental; **2) Segunda Seção:** discussão sobre o campo da Organização do Conhecimento a partir de uma perspectiva histórica, teórica e epistemológica, com base em sua vertente científica e no desenvolvimento de processos e funções e de elaboração de linguagens documentais, Sistemas de Organização do Conhecimento, entre outros; **3) Terceira Seção:** discussão sobre a Organização do Conhecimento e sua relação com o campo científico da Arquivologia, na perspectiva de funções, métodos e processos vinculados aos arquivos. Ainda na terceira seção, discute-se a concepção de Conhecimento em Arquivos com base na função matricial Classificação Arquivística, nos métodos da Diplomática, Diplomática Arquivística Contemporânea e na discussão sobre o Conceito, Forma Documental, Contexto de Produção Documental, proposta pelos pesquisadores Natália Tognoli, José Guimarães e Ana Rodrigues (2019) e na Teoria do Conceito proposta por Ingetraut Dahlberg (1993) e Birger Hjorland (2003); **4) Quarta Seção:** Apresenta um panorama geral sobre a noção de Partido Político e uma breve contextualização histórica sobre a formação e fundação do PT, sobretudo a partir de uma análise dos períodos do Novo Sindicalismo Brasileiro (1974-1979), dos movimentos que antecederam e ajudaram a construção do partido, período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) e das gestões do Partido no Governo Federal (2003-2006, 2007-2010, 2011-2014, 2015-2016, 2023 - atualmente). Ainda na quarta seção, para o entendimento da acumulação natural, produção documental e das relações documentais do Partido, propõe-se a analisar e discutir sua estrutura organizacional, organogramas, fluxogramas, grupos, subgrupos, séries, subséries, hierarquias, políticas documentais e instrumentos de pesquisa e de gestão identificadas nos acervos do partido; **5) Quinta Seção:** Mapeamento, diagnóstico e análise de acervos documentais do PT no estado de São Paulo. O objetivo da seção é analisar e discutir se esses acervos adotam princípios (sobretudo da proveniência, organicidade e territorialidade) e diretrizes arquivísticas para o processo de organização de seus arquivos com base nas funções arquivísticas, e se os mesmos dispõe de instrumentos de organização do conhecimento, representados pelos instrumentos de gestão e de pesquisa, respectivamente (plano de classificação, tabela de temporalidade, quadro de arranjo, guias, catálogos, índices e repertórios). Foram analisados os seguintes diretórios, comissões provisórias e instituições

documentais: a) Diretório Municipal de Marília, b) São Paulo (Acervo do Diretório Nacional/Fundação Perseu Abramo[83]), c) Diretório Municipal de São José dos Campos, d) Comissão Provisória de Tupã, e) Diretório Municipal de Taubaté, f) Diretório Municipal de Jacareí, g) Comissão Provisória de Lins, h) Diretório Municipal de Penápolis, i) Diretório Municipal de Garça, j) Diretório Municipal de Bauru, k) Diretório Municipal de Osasco, l) São Paulo (Instituto de Estudos Brasileiros - USP), m) Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP), em Assis e o n) Centro de Documentação e Memória da Unesp; **6) Sexta Seção:** Discussão sobre a condição e a adoção de princípios arquivísticos, bem como a situação estrutural, física e lógica dos acervos diagnosticados até o presente momento; **7) Sétima Seção:** discussão sobre a proposta de um guia de fontes sobre os acervos documentais do Partido dos Trabalhadores no estado de São Paulo; **Considerações Finais:** Após a sétima seção, serão apresentadas as considerações finais a fim de evidenciar os objetivos alcançados até o momento, assim como apresentação das referências, apêndice e anexos utilizados para o desenvolvimento desta tese. **Apêndice:** Nesta seção, constam as principais instituições analisadas e diagnosticadas para o desenvolvimento da tese. Os acervos diagnosticados nessas instituições foram descritos com base na norma de descrição Nobrade, sendo esta a que possui maior número de elementos e áreas de informação e que contribuem não apenas no processo de descrição, mas também na organização e na representação desses acervos.

[83] Forma virtual e presencial.

## 2 O CAMPO CIENTÍFICO DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Antes mesmo de iniciarmos a discussão sobre a Organização do Conhecimento em Arquivos, e a partir de uma análise conceitual e histórica, serão apresentados aspectos fundamentais acerca da Organização do Conhecimento enquanto campo científico e no desenvolvimento de processos e funções substanciais para a elaboração de ferramentas como os SOCs, sistemas de informação, cabeçalhos de assuntos, ontologias, taxonomias, folksonomias, linguagens documentárias, linguagens documentais, entre outros sistemas utilizados em unidades de informações (arquivos, bibliotecas, centros de informação/documentação/memória e museus), já que estes instrumentos lógico-metodológico estabelecem interface com o usuário/sujeito informacional. Porém, por não ser o objeto de estudo desta tese, esses instrumentos não serão discutidos de forma aprofundada no decorrer desta seção.

Para a construção do texto, nesta seção teórica, é importante destacar que os trabalhos de Hjørland (2003, 2008, 2016), Dahlberg (1987, 1993), Esteban Navarro (1995), García Marco (1997), Guimarães (2015, 2017), Barité (2012, 2015), San Segundo (2012) e Smiraglia (2015), serão analisados e empregados de uma maneira mais profunda, tendo em vista que as suas pesquisas e teses científicas estão mais voltadas para os estudos epistemológicos, conceituais, históricos, políticos e socioculturais, ou seja, apresentam aderência com os propósitos iniciais estabelecidos para esta investigação científica. Vale lembrar que os referidos autores baseiam-se em teorias epistemológicas e científicas que nem sempre são unânimes, mas que em dado momento se convergem e ajudam a compreender a noção de Organização do Conhecimento em seus dois aspectos elementares[84].

Ademais, além dos fatores epistemológicos, teóricos, históricos, científicos, metodológicos e pragmáticos, nesta seção serão apresentados os aspectos interdisciplinares que relacionam a Organização do Conhecimento a outros domínios, sobretudo a Arquivologia e suas influências no desenvolvimento e na aplicação de processos, métodos e funções em arquivos. Nos dias atuais, e com a evolução do campo científico da Arquivologia em suas mais variadas vertentes, existe uma

[84] Campo científico e no desenvolvimento de métodos, processos e funções.

necessidade de se estabelecer as ligações entre os dois campos para uma maior compreensão de sua funcionalidade, desenvolvimento científico e aplicação metodológica na realidade das práxis e dos processos que envolvem os arquivos em suas mais variadas dimensões.

Ao longo desta seção, como base para a construção epistemológica, científica e interdisciplinar que sustentam os campos da Organização do Conhecimento e Arquivologia, serão abordados os seguintes componentes temáticos de caráter teórico, de acordo com as alíneas a seguir:

a) noção de campo científico e sua dimensão epistemológica;
b) desenvolvimento de métodos, processos e funções;
c) aspecto interdisciplinar;
d) organização do conhecimento em arquivos;
e) teoria da classificação arquivística;
f) diplomática;
g) diplomática arquivística contemporânea;
h) teoria do conceito,
i) noção de conhecimento em arquivos e conhecimento diplomático.

A justificativa para seguir esta estrutura vai ao encontro dos principais elementos que constituem as relações e funcionalidades entre os dois campos em seu aspecto teórico, metodológico e prático, assim como os principais tópicos que os relacionam de forma direta e indireta em seus processos informacionais. Os elementos supracitados, embora caminhem separados, podem ser inseridos no contexto da Organização do Conhecimento.

Em linhas gerais, a Organização do Conhecimento pode ser analisada a partir de duas perspectivas elementares: a) campo científico; e b) no desenvolvimento de métodos, processos e funções. O primeiro constitui-se como um campo interdisciplinar e que estabelece diálogo e trocas de conhecimento com inúmeros domínios, como a Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Ciência da Computação, Comunicação, Documentação, Educação, Filosofia, História, Linguística, Matemática, Psicologia, além de outros campos de investigação (Dahlberg, 1978, 1993; Hjørland, 2003, 2008, 2016; Smiraglia, 2015, García Marco, 1995, 1997, Esteban Navarro, 1995;

Barité, 2012, 2015, Guimarães, 2017). Contudo, de acordo com as análises de Ohly (2015) e Friedman e Thellefsen (2011), em alguns casos, é preciso lembrar que a Organização do Conhecimento não é analisada apenas sob esses dois pontos de vista, já que é entendida como um subcampo ou até mesmo uma especialização da Ciência da Informação. Porém, contrariando as observações Ohly (2015) e Friedman e Thellefsen (2011), mesmo que esteja ligado aos processos e métodos estabelecidos e consolidados pelos campos da Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação e Documentação, entendemos que se trata de um campo científico e autônomo, em virtude de ser dotado de leis científicas, bases epistemológicas, teorias, campos de estudos, entre outros elementos que caracterizam sua cientificidade, aspecto que será discutido mais adiante a partir das análises dos epistemólogos e pesquisadores Mario Bunge (1980) e Hilton Japiassu (1986), argentino e brasileiro, respectivamente. Mesmo que esses dois epistemólogos não tenham tratado especificamente sobre os campos da Organização do Conhecimento e Arquivologia, reitera-se que ambos trouxeram reflexões e contribuições substanciais para os estudos epistemológicos e filosóficos para o desenvolvimento da Ciência no geral, e que de maneira substancial podem ser adequados ao contexto da Organização do Conhecimento. Pensando nisso, ao analisar o aspecto científico, filosófico, metodológico e epistemológico entre os dois campos, é inevitável não tratarmos especificamente destes dois estudiosos da teoria do conhecimento, embora tenham pesquisadores específicos que tratem também desta mesma discussão e que poderiam contribuir a partir de suas próprias experiências e produções científicas.

Com base em Hjørland (2003) e Barité (2012, 2015), para fins de exemplificação e didática, é possível identificar que a Organização do Conhecimento (letra maiuscula) se trata de um campo científico, histórico, epistemológico e interdisciplinar que estabelece contato com outros domínios para o desenvolvimento de suas pesquisas e métodos científicos. Por outro lado, já a organização do conhecimento (letra minúscula) tem relação com desenvolvimento de instrumentos e na execução de processos, funções, métodos e atividades desempenhadas no interior das unidades de informação, por profissionais da informação, representados por bibliotecários, arquivistas, documentalistas, museólogos, especialistas em informação e cientistas da

informação por intermédio de instrumentos de gestão, pesquisa, sistemas de informação, vocabulários controlados e SOCs, contudo, essas ações não se restringem exclusivamente a essas unidades informacionais, tampouco a esses profissionais, mas extrapola outros contextos, territórios e ambientes socioculturais, como movimentos sociais, movimentos populares, partidos políticos, entre outras associações políticas que produzem, organizam e representam o seu conhecimento com base em suas atividades, modo de vida e cultura informacional. Assim, no desenvolvimento desta pesquisa, além de analisar o campo científico, o foco será a análise dos processos, métodos e funções desenvolvidas em arquivos a partir de uma dimensão teórica, metodológica e aplicada em acervos documentais de partidos políticos[85].

Para exemplificar, em um movimento político, essas ações nem sempre são consolidadas, nem mesmo existe a figura do profissional da informação, ou seja, o arquivista, para garantir a validade e a manutenção da qualidade que é desenvolvida em unidades de informação, já que nem sempre esses movimentos políticos seguem as recomendações de diretrizes técnicas para a produção documental ou no estabelecimento de terminologias e no processo de organização e representação de seu conhecimento.

Segundo Hjørland (2003), em termos de tradição, cultura, ideologia e paradigma, a Organização do Conhecimento pode ser analisada como um conjunto de conceitos entre o intelectual e a organização social. Para o autor, são organizações cognitivas baseadas em influências sociais, isto é, o social é um fator preponderante para a compreensão do processo de produção, organização e representação do conhecimento. Assim sendo, compreende-se que o conhecimento é produzido e representado a partir de relações sociais e culturais entre comunidades locais, comunidades discursivas, universidades, escolas, colégios, coletivos, partidos políticos, grupos e movimentos sociais. Diante disso, essa premissa vai ao encontro desta investigação, pois trata especificamente da produção do conhecimento em uma perspectiva político-social.

Guimarães (2017) lembra que embora a Organização do Conhecimento é

[85] Além de partidos políticos, foram desenvolvidas outras pesquisas que relacionam a organização e representação do conhecimento em arquivos de movimentos sociais, como o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto ( MTST).

analisada e estudada enquanto um campo científico e que isso seja creditado com mais ênfase a pesquisadores como Birger Hjørland (2003, 2008, 2016), que trabalha o tema em uma perspectiva epistemológica, com base na Teoria do Conhecimento (racionalismo, empirismo, historicismo e pragmatismo), e Ingetraut Dahlberg (1978, 1993), que trabalha em uma perspectiva positivista (linguística e baseada na Teoria do Conceito), todavia, o autor diz que é preciso ressaltar que outros pensadores da Biblioteconomia, Documentação[86] e Ciência da Informação já tratavam de discussões para o estabelecimento deste campo, sobretudo a partir da década de 1930, com destaques para os bibliotecários Henry Bliss, Shiyali Ranganathan, Julius Kaiser, Melvil Dewey, Paul Otlet, Suzanne Briet, Charles Cutter, entre outros. Contudo, a discussão sobre o campo, assim como os seus processos estavam focados em uma abordagem técnica e não do ponto de vista social, pelo menos em um primeiro momento. Dessa forma, independente de sua abordagem, a discussão sobre a Organização do Conhecimento enquanto campo científico ou no desenvolvimento de funções e processos já vinha sendo debatida há muitas décadas atrás, sobretudo por bibliotecários e especialistas no assunto. Nesse sentido, a partir da reflexão de Gomes (2017), infere-se que a Organização do Conhecimento pode ser compreendida como um campo que evoluiu a partir dos processos informacionais e que são inerentes à Biblioteconomia, Ciência da Informação e Documentação. Portanto, é indispensável tratar de Organização/organização do Conhecimento/conhecimento sem antes mesmo tratar dos três campos citados.

Conforme será analisado mais adiante, em algumas abordagens, a Organização do Conhecimento é tratada como uma especialização ou até mesmo uma evolução dos campos da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Todavia, esta tese não irá adentrar a esta discussão em específico, já que esta análise visa compreender outros aspectos, principalmente sua historicidade, cientificidade, funcionalidade e interdisciplinaridade com outros domínios, principalmente com a Arquivologia.

[86] Tratada como Sinônimo de Biblioteconomia e Ciência da Informação em algumas circunstâncias, a Documentação, segundo García Marco (1996), é uma ciência eminentemente prática. Para isso, ela pesquisa e sistematiza conhecimentos teóricos que servem para aprimorar a prática dos profissionais da informação documental. Em outras palavras, desenvolve conhecimentos aplicáveis e aplicados, regidos por uma ética científica e pró-profissional. Em termos concretos, todos os seus esforços visam otimizar a circulação da informação documental na sociedade, a fim de contribuir para o progresso e a felicidade dos seres humanos que a compõem.

Retomando a discussão sobre os principais expoentes da Organização do Conhecimento, como no caso de Ranganathan (1892-1972), especificamente, podemos citar sua clássica obra *Colon Classification*[87] e as cinco leis da Biblioteconomia como uma de suas principais teorias discutidas e que são aplicadas em bibliotecas até os dias atuais por profissionais da informação e que dão sustentação a noção de Organização do Conhecimento em suas duas vertentes principais[88] (Almeida Júnior; Santos Neto, 2014, p. 105). Desse modo, além de Hjørland, Dahlberg e Bliss, Ranganathan pode ser considerado um dos maiores estudiosos da Organização do Conhecimento, Biblioteconomia, Ciência da Informação e da Documentação, mesmo que alguns pesquisadores não o tenham mencionado em suas produções científicas ao longo dos anos. No entanto, para a natureza desta tese, um dos autores que mais colaboram no aspecto social, epistemológico e científico se trata do pesquisador uruguaio Mário Barité (2012, 2015).

A seguir serão apresentadas algumas breves considerações acerca da Organização do Conhecimento enquanto um campo científico, elemento amplamente discutido ao longo dos anos.

## 2.1 Campo Científico

Segundo Barité (2012, 2015), enquanto um campo científico, podemos analisar a Organização do Conhecimento como uma disciplina, pois estuda e investiga as leis científicas, procedimentos, padrões, normas e técnicas específicas que os profissionais da informação, sobretudo os bibliotecários, devem adotar no processo de organização e representação da informação e do conhecimento em unidades de informação dentre outras instituições documentais. Nessa discussão, além do aspecto científico e epistemológico, o campo estabelece por meio de uma dinâmica dialógica a construção do conhecimento advindo de fenômenos e grupos sociais. Isto posto, os processos desenvolvidos por esses grupos sociais são caracterizados em sua maioria a partir de modelos próprios ou até mesmo não são seguidos e nem mesmo adotados parâmetros

[87] RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. Colon Classification edition 7 (1971): a preview. 1969. Disponível em:http://library.isical.ac.in:8080/jspui/bitstream/10263/1082/1/LSWASTD-6-3-1969-P193-242.pdf Acesso em 11 de jun. 2024.
[88] Campo científico e no desenvolvimento de processos e funções.

científicos. Essa concepção ficará um pouco mais clara na seção específica sobre os processos e instrumentos de organização do conhecimento em arquivos de partidos políticos, no caso do PT, que será discutido mais adiante em uma seção própria.

Além do fator interdisciplinar e epistemológico, pesquisadores como Veronez Júnior, Martínez-Ávil, Troitiño-Rodriguez e Almeida (2021), reforçam que outro aspecto científico que deu maior visibilidade ao campo da Organização do Conhecimento, e que é sustentada também por Guimarães *et al* (2015), foi à criação, em 1974, na Alemanha, da *Society for Classification* e, em 1989, da ISKO. Até os dias atuais, a missão desta última consiste em promover o avanço teórico, metodológico e aplicado da Organização do Conhecimento em diversos campos e em diferentes maneiras, congregando pesquisadores de distintas nacionalidades, em áreas como Ciência da Informação, Arquivologia, Biblioteconomia, Linguística, Filosofia, Psicologia e Ciência da Computação, entre outros campos interdisciplinares, transdisciplinares e multidisciplinares que discutem a natureza do conhecimento, seja para o avanço da Ciência e compreender como esse avanço contribui para o desenvolvimento tecnológico, cultural, econômico e social. Para Sales e Murguia (2015), essa entidade científica significa a emergência de uma instituição que pretende propiciar a pesquisa e a aplicação da organização do conhecimento para o próprio ordenamento social e cultural do conhecimento. Além do mais, ela também representa a culminação de um debate e de uma corrente teórica e aplicada de pensamento que consegue definir e projetar um novo campo teórico e profissional, com base em estudos científicos, epistemológicos, históricos, culturais e sociais.

Nos campos da Biblioteconomia, Ciência da Informação e Documentação, de acordo com Guimarães *et al* (2015), a Organização do Conhecimento utiliza-se de instrumentos específicos e que são representados pelos sistemas de classificação, tesauros, taxonomias, folksonomias, vocabulário controlado e outras linguagens de indexação. Como abordagens predominantes destacam-se as questões relativas a aspectos cognitivos, tecnológicos, lógico-conceituais, socioculturais, políticos e de gestão, o que sinaliza para os diálogos mais presentes no campo e entre outros domínios, como a ciência de dados, *big data* e a inteligência artificial, temas emergentes nos últimos anos e que vem ocupando espaço especialmente no escopo

da Organização do Conhecimento e Ciência da Informação. Neste caso em específico, esses estudos também vêm sendo desenvolvidos no âmbito dos arquivos, tanto no aspecto teórico quanto metodológico e aplicado.

San Segundo (2012), revela e defende que a evolução histórica da Organização do Conhecimento está ligada à trajetória cultural, política, econômica, tecnológica, entre outras muitas, sendo um conceito em constante mutação, sujeito a um grande dinamismo de acordo com as mudanças promovidas por sujeitos sociais e instituições culturais e documentais. Segundo a autora, o atual mundo cibernético e tecnológico é um reflexo virtual da realidade, e do atual modelo econômico, político e social, assim, a nova concepção da organização do conhecimento tem refletido essa situação, abarcando todas estas estruturas e camadas sociais (San Segundo, 2012). A partir de influências tecnológicas, sociais e culturais, a Organização consolida-se como um campo científico que procura estabelecer diálogos e promover mudanças no comportamento do sujeito informacional em sua relação com a apropriação da informação. Essa mudança atrelada à dinâmica social, tende a favorecer as principais demandas informacionais e de acesso levantadas pelos grupos sociais, visto que seus maiores anseios serão incorporados e contemplados dentro de uma política informacional. Portanto, ao serem incorporados pelos sujeitos informacionais, esses anseios poderão ser compartilhados com demais grupos sociais, fazendo com que suas demandas informacionais sejam compreendidas e atendidas por intermédio de sistemas de informação e de informação e do conhecimento, por exemplo.

Enquanto campo científico, no entendimento de Hjørland (2003, p. 21, tradução nossa),

> A Organização do Conhecimento não é algo de que a Biblioteconomia e a Ciência da Informação podem prescindir, considerando a investigação em outros âmbitos, como por exemplo, a Computação, a Linguística e o procedimento da linguagem natural, a teoria do conhecimento, a teoria da organização social, entre outros. Em particular, a compreensão da natureza do conhecimento, a cognição, a linguagem e a organização social é decisiva para obter o entendimento da organização do conhecimento e, assim, para alcançar a habilidade de desenhar, avaliar e usar os processos e Sistemas de Organização do Conhecimento. Muitos outros campos podem ter algum interesse nas perguntas determinantes da organização do conhecimento ou podem ser consideradas disciplinas relacionadas. Este assunto ainda tem sido introduzido em discussões anteriores, como por exemplo, o rol da sociologia do conhecimento, as ciências individuais, e a metafísica/ontologia.

Logo, a Organização do Conhecimento se beneficia de aspectos científicos e metodológicos que se valem de outros domínios, mas que também podem ser referência para o desenvolvimento e produção de conhecimento em outros domínios. Dessa maneira, existe uma relação de simbiose que ajuda a compreender a natureza do conhecimento. Fora outros domínios já mencionados no decorrer desta seção, inclui-se também a própria Sociologia do Conhecimento, na perspectiva do sociólogo hungaro Karl Mannheim (1893-1947), como elemento fundamental e vinculante aos princípios teóricos-metodológicos estabelecidos pelo campo da Organização do Conhecimento, mas que por questões de delimitações não serão abordados nesta tese. No caso da Sociologia do Conhecimento, compreende-se que uma das abordagens que poderiam contribuir para o campo da Organização do Conhecimento é a elaboração de SOCs e o aprofundamento das práxis culturais desenvolvidas por comunidades em busca de acesso à informação e conhecimento.

Ainda na seara científica, Alves e Oliveira (2016), mencionam que a Organização do Conhecimento é um domínio científico em contínua construção e um espaço relativamente autônomo, como também dialógico e interdisciplinar. Faz interface com outros domínios (áreas/campos do conhecimento) e se preocupa com as questões de natureza teórico-metodológicas para contribuir na sistematização, produção, classificação, organização, disseminação, representação, preservação, recuperação e no acesso da informação nos diferentes contextos científicos, culturais e sociais. Neste caso, para os autores, a Organização do Conhecimento estabelece relações teóricas, metodológicas e aplicadas com os estudos métricos, cientométricos e altimétricos (Alves; Oliveira, 2016). Mesmo que ainda não seja recorrente, nos últimos anos, alguns estudos demonstram essa aproximação interdisciplinar do ponto de vista metodológico e aplicado. A análise quantitativa e quantitativa sobre os principais estudos no campo da Organização do Conhecimento tem demonstrado um grande interesse para pesquisadores de abordagens métricas, bibliométricas, altimétricas e cientométricas.

Além disso, com base na reflexão de Hjørland (2003, tradução nossa), podemos compreender que a Organização do Conhecimento é um campo científico muito amplo, é onde outros elementos importantes são considerados, como: a divisão social do

trabalho (disciplinas científicas); instituições sociais (universidades, instituições de ensino superior e especializado, organizações políticas, movimentos políticos, movimentos sociais, partidos políticos, movimentos de trabalhadores, comunidades discursivas, coletivos e demais setores da sociedade civil); linguagem e os sistemas simbólicos; sistema conceitual e teorias, e os gêneros literários. Portanto, é possível se ter a dimensão, a amplitude e a complexidade em que os estudos sobre a Organização do Conhecimento podem ser aplicados. Visto como um campo científico restrito a Biblioteconomia e Ciência da Informação, a Organização do Conhecimento se faz presente em inúmeros contextos, mesmo que essa relação não esteja muito clara em algumas abordagens metodológicas e produções científicas.

Nessa continuidade, Smiraglia (2013, p. 17, tradução nossa), define que

> A Organização do Conhecimento é a ciência da ordem do conhecimento. O domínio da organização é uma comunidade discursiva em que uma investigação rigorosa e autoconsciente ocorre a respeito do que é conhecido e suas várias ordens ou sequências, tanto as naturais ou heurísticas quanto as impostas. Os produtos do domínio, então, são segmentados e ordenados daquilo que é conhecido, e as regras para descobrir suas ordens naturais ou para impor uma sequência útil. Toda organização do conhecimento aplicado é, então, uma forma de discurso, na qual as estruturas e regras são objetos de comunicação e que ocorre em um meio cultural ou entre atores em vários meios culturais. Portanto, um componente muito importante da ciência da organização do conhecimento deve ser a epistemologia, que é a própria ciência do conhecimento. Logo, minha tarefa é responder a essas três perguntas e descrever como é que a epistemologia é uma dimensão do domínio da organização do conhecimento.

Por consequência, nessa concepção, a Organização do Conhecimento está atrelada de forma particular a questões e fatores epistemológicos, filosóficos, políticos e sociais. Esse pressuposto é amplamente e majoritariamente debatido e defendido por autores como Hjørland (2003, 2008, 2016), Smiraglia (2012), San-Segundo (2012) e Barité (2012, 2015), dinamarquês, estadunidense, espanhola e uruguaio, de modo respectivo. Nos estudos epistemológicos, filosóficos e sociais que vinculam a Organização do Conhecimento, tem-se por preocupação estudar e analisar a natureza social do conhecimento, melhor dizendo, como esse conhecimento é produzido, organizado, representado e socializado para outros grupos sociais e comunidades discursivas. Além das formas de produção, é necessário analisar as condições desses agentes sociais que produzem, organizam e representam esse conhecimento de acordo com seus padrões culturais, comportamentais e formas de vida, além da

maneira como representam a realidade social. Dar valor ao conhecimento produzido por esses agentes, do ponto de vista metodológico, torna o processo de organização e representação muito mais prático e eficiente para uma comunidade de sujeitos informacionais, independente de suas demandas e necessidades informacionais.

De acordo com Hjørland (2016), o desenvolvimento da Organização do Conhecimento como disciplina científica para pesquisa e ensino está principalmente ligado ao desenvolvimento da Biblioteconomia e Ciência da informação como disciplina universitária (ou disciplina escolar profissional), ou seja, depois de 1850. Antes mesmo, pesquisadores como Charles A. Cutter, W. C Berwick Sayers e Ernest Cushing Richardson, dentre outros estabeleceram o que podemos denominar de "Organização do Conhecimento" como um campo acadêmico por volta de 1900. Assim, entende-se que até o seu surgimento, a Organização do Conhecimento estava ligada diretamente aos processos relacionados à Biblioteconomia (Arboit, 2014), e não aos arquivos, uma vez que esse assunto só veio a ser discutido com veemência e a ganhar notoriedade a partir da década de 1990, com os estudos de Esteban Navarro e García Marco (1995), conforme será discutido com maior profundidade na próxima subseção.

Nos campos da Biblioteconomia, Ciência da Informação e da Documentação, no que defende Hjørland (2003, p. 87, tradução nossa), a Organização do Conhecimento trata principalmente da organização e representação da informação em registros bibliográficos, incluindo índices de citações, registros de texto completo e aqueles oriundos das redes virtuais. Aqui, fica claro que a Organização do Conhecimento trata especificamente de registros bibliográficos, mas, ao longo dos últimos anos, essa discussão tem ido mais além e estreitado laços profícuos com outros domínios similares e extrapolado outros vetores de investigação, essencialmente estudos voltados a questões políticos-sociais e tecnológicos[89].

Sobre os tipos de organização intelectual e social do conhecimento, Hjørland (2003, p. 93, tradução nossa), recorda que o campo da Organização do Conhecimento trabalha com dois, e que serão explicados de forma detalhada abaixo:

> 1) a organização intelectual do conhecimento também pode ser denominada como a organização cognitiva do conhecimento. Isso é basicamente a organização do conhecimento em sistemas conceituais e teorias. Se usarmos

[89] Nos dias atuais, dá-se destaque para a Inteligência Artificial.

> os sistemas periódicos da química ou a taxonomia zoológica da biologia como bases dos sistemas de indexação, estamos usando sistemas intelectuais ou cognitivos de organização do conhecimento; tabelas hierárquicas são exemplos disso, como a tabela periódica de elementos químicos; 2) A organização social do conhecimento, por outro lado, é basicamente as organizações das profissões, funções práticas, ofícios e disciplinas científicas. Se nos referirmos a disciplinas em nossas representações de conhecimento, estamos usando sistemas sociais de organização do conhecimento.

Portanto, mesmo sendo analisada como campo científico e no desenvolvimento de processos e funções, a Organização do Conhecimento trabalha em duas perspectivas: intelectual e social. A primeira trata do aspecto cognitivo do conhecimento e a segunda no aspecto sociocultural que determina a produção do conhecimento em contextos que não estão relacionados aos meios tradicionais, como laboratórios, universidades públicas ou privadas, empresas do setor de tecnologia e inovação, entre outros, levando em consideração que esses dois elementos são imprescindíveis para a compreensão do conhecimento produzido por determinados grupos sociais e comunidades discursivas. A partir da compreensão das formas de vida e das práxis culturais desses grupos, ou seja, o seu comportamento, é possível estabelecer parâmetros e orientações técnicas para a organização e representação de seu conhecimento. Partindo para uma análise do ponto de vista cultural, é bem provável que a noção de conhecimento seja tratada de uma forma diferente de um grupo social para outro, e isso influenciará nos processos de organização, representação e até mesmo refletindo na elaboração e no desenvolvimento dos SOCs, caso seja necessário.

Resumidamente, a Organização do Conhecimento em seu aspecto científico se insere a partir de fatores e são influenciados fortemente por elementos históricos, sociais, culturais, linguísticos, pragmáticos, científicos, tecnológicos, filosóficos e epistemológicos. Tais elementos são essenciais para o desenvolvimento de processos e funções e no estabelecimento de métodos e políticas documentais em unidades informacionais, aspectos que serão apresentados de maneira sucinta na subseção seguinte.

## 2.2 Desenvolvimento de processos, métodos e funções

Em termos de processos e funções, segundo Amorim e Brascher (2017), o objetivo da Organização do Conhecimento é analisar, compreender e entender o conhecimento em ação, isto é, o estudo de sua transferência, que se dá por meio de artifícios variados de informação, integrados num sistema de informação. Isso implica no usuário/sujeito informacional ter acesso garantido aos conhecimentos registrados nos documentos e que são armazenados de forma física ou digital e acessados por meio da interface com os SOCs. Esses principais processos técnicos são constituídos e representados pela catalogação, indexação, descrição, avaliação e a própria organização do conhecimento produzido pela sociedade. E que para Lima e Alvares (2012, p. 23), “o ato de organizar envolve o processo, análise, classificação e recuperação do conhecimento, sendo que o processo de organizar é um pouco diferente de representar”. Na análise das autoras, o processo de organização do conhecimento envolve uma série de critérios e etapas precisas, mas que, em sua essência, diferem em alguns aspectos, já que a ação de organizar é diferente de representar. Todavia, para não perdermos o foco da discussão, essas diferenças não serão exploradas nesta investigação.

Enquanto processos e funções, a organização do conhecimento refere-se a um conjunto de atividades práticas, funcionais e metodológicas, que são caracterizadas e desenvolvidas por meio de descrição de documentos, indexação e classificação, realizadas em instituições das mais diversas naturezas, como bibliotecas, bases de dados bibliográficas, arquivos e outros tipos de instituições de memória e instituições documentais, desenvolvidas por um conjunto de profissionais especializados, como bibliotecários, arquivistas, especialistas e profissionais em informação, especialistas em assuntos, assim como por algoritmos de computador e usuários que não são especializados em um determinado assunto (Dahlberg,1993, Hjørland, 2003, 2008, 2016, Melo; Brascher, 2014). Neste último caso, por usuários não especializados, podemos entender aqueles que não estão inseridos em um contexto científico e que também não contribuíram no processo de produção, organização e representação do conhecimento, como por exemplo, os sujeitos políticos de associações partidárias, movimentos sociais, movimentos de trabalhadores e aqueles que são invisibilizados

pela sociedade, bem como por aqueles que não têm acesso às informações necessárias para o desenvolvimento de suas atividades políticas. A não participação de maneira ativa desses sujeitos na elaboração do processo de produção, bem como no desenvolvimento de terminologias, dificulta ainda mais o seu processo de organização, representação e acesso às interfaces informacionais, sendo esta uma condição *sine qua non* para a apropriação da informação e do conhecimento.

De acordo com Moreira (2018, p. 16), a tarefa de organização do conhecimento não pode ser executada em caráter normativo a partir de contextos ou conjuntos de conceitos fortemente delimitados, pois organizar o conhecimento exige a observância direta dos modelos de referência que são adotados nos diversos domínios do conhecimento. No sentido metodológico e aplicado, como exemplo, o autor menciona uma série de conjuntos, como os SOCs, que são representados pelos sistemas de classificação, as listas de cabeçalhos de assuntos, os tesauros, as taxonomias, as folksonomias e as ontologias. Para Moreira (2018), em comum, tais instrumentos, identificam a intensão e a extensão dos conceitos, organizam as relações conceituais e primam pelo controle e uso terminológico dos conceitos representados pelos sistemas informacionais e que necessitam de atribuição de significados semióticos para sua compreensão.

Sales e Murguia (2015), lembram que a organização do conhecimento não se trata de uma atividade exclusiva aos profissionais da informação e não se resume apenas às atividades desenvolvidas nas unidades de informação, como arquivos, bibliotecas, centros de informação/documentação/memória e museus, ela também pode ser desempenhada por outros profissionais, assim como por outras instituições documentais e informacionais, sobretudo aqueles que lidam com a organização e comunicação do conhecimento, como as escolas, instituições religiosas, políticas, econômicas, sociais, etc. A partir da reflexão dos autores, pode-se inferir que a Organização do Conhecimento, além de lidar com a produção da informação e organização do conhecimento dessas instituições, também têm autonomia para trabalhar e tratar desses processos informacionais com partidos políticos, movimentos sociais e instituições culturais, uma vez que esses movimentos produzem, organizam e representam o seu conhecimento e que necessitam que sejam preservados e

representados em decorrência de suas lutas e em razão do direito e da preservação da memória individual e coletiva de seus sujeitos políticos. Mas para isso, antes, é preciso ter o seu acervo documental organizado, e após essa etapa, serão elaborados os instrumentos de pesquisa e gestão para o acesso aos itens documentais.

Dessa maneira, com base na perspectiva dos autores, a Organização do Conhecimento não pode restringir a atuação e aplicação de instrumentos em unidades informacionais, já que nesses ambientes os seus estudos estão amplamente consolidados. Logo, a Organização do Conhecimento necessita estreitar os seus laços epistemológicos e metodológicos em outros contextos que não foram amplamente investigados, como o caso de instituições políticas e culturais. A justificativa para esse tipo de abordagem, além da falta de elaboração de políticas documentais e aplicação de instrumentos de organização e representação do conhecimento para a preservação e acesso, revela que essas instituições de natureza política produzem documentos valiosos e que necessitam ser preservados com base em parâmetros técnicos e científicos respaldados pelos campos da Organização do Conhecimento e Arquivologia.

Nessa discussão, para Ohly (2015, tradução nossa), Dahlberg procura destacar que o campo de desenvolvimento e aplicação da Organização do Conhecimento não estão restritos apenas à Ciência da Informação, mas também se estende a todos os campos temáticos - domínios - que necessitam de taxonomias e folksonomias como os sistemas de classificação de objetos e os de recuperação e acesso à informação. O autor cita como exemplo: estatísticas, *commodities*, utilitários, armas, registros de patentes e a museologia. Antes aplicado apenas em unidades de informações, sua atuação metodológica se estende a outros segmentos tornando essa relação epistemológica profícua e necessária para o avanço da ciência e do desenvolvimento de processos que envolvem a organização e representação do conhecimento em unidades de informação, entre outros territórios de atuação específicos. Dessa maneira, se faz necessário estabelecer discussões e proposições com outros ambientes informacionais, como os partidos políticos para uma análise mais aprofundada acerca dessa relação e do desenvolvimento de estudos mais amplos que contemplem organizações partidárias, que nem sempre são analsiadas no escopo da

organização do conhecimento, mas que de forma direta e indireta faz uso de seus principais métodos e processos.

No entendimento de Ohly (2015, tradução nossa), a Organização do Conhecimento é denominada com outros termos no campo da ontologia, taxonomia, terminologia, mapas de tópicos, arquitetura de informação, dentre outros etc. Aqui a Organização do Conhecimento não é identificada como um campo de estudo em si, como componentes básicos do conhecimento (classes, hierarquias, metodologias, termos etc.) comumente tidos como certos. O que falta é uma terminologia comum e consistente neste campo de investigação. O autor prefere a visão de dimensões de Organização do Conhecimento no sentido ontológico, epistemológico, metodológico, filosófico, pragmático, etc. Portanto, há uma resistência por parte de Ohly (2015) em reconhecer a Organização do Conhecimento como um campo científico. Para o autor, a Organização do Conhecimento pode ser considerada um campo de especialização, mas não um campo científico autônomo e que seja dotado de leis, disciplinas científicas, métodos, bases epistemológicas, paradigmas e teorias. Contrariando a perspectiva de Ohly, sustenta-se que nesta tese, o campo da Organização do Conhecimento é considerado autônomo, sobretudo quando se coloca à prova as suas funções e a aplicação de critérios científicos, conforme pode ser observado por Bunge e Japiassu, que serão analisados nas próximas seções.

A Organização do Conhecimento do ponto de vista estrutural nos permite evidenciar inúmeras desigualdades sociais que se produzem derivadas da distribuição desigual de informação e acesso ao conhecimento, o que lhe confere a possibilidade de análises por meio de uma perspectiva social, política e cultural baseada em uma realidade específica (Mora; Arias, 2018). Essas desigualdades informacionais, segundo Mora e Arias (2018), podem ser associadas à falta de acesso ao conhecimento produzido pelas unidades de informação e instituições burocráticas, principalmente para aqueles sujeitos informacionais que se encontram inseridos em um paradigma social[90]. Para exemplificar, esses sujeitos informacionais são representados por indivíduos que atuam de forma direta e indireta em movimentos sociais, movimentos populares, partidos políticos, entre outras instituições que não estão ligadas

[90] Conceito popularizado por autores como Rafael Capurro, Jesse Shera e Margaret Egan.

diretamente a entidades documentais e unidades informacionais. Com a falta de acesso aos registros documentais, é possível com que esses grupos sociais não se veem como pertencentes e que não estejam inseridos a um paradigma e que não se sintam representados em uma sociedade que busca por emancipação e garantias de direitos fundamentais e que possibilitam a sua subsistência humana e o seu direito na luta por uma sociedade melhor.

Em relação à natureza da Organização do Conhecimento, segundo Friedman e Thellefsen (2011, p. 646), a Organização do Conhecimento investiga, assim, o universo e a qualidade dos processos de organização do conhecimento, conforme realizados por especialistas em informação e algoritmos de computador e a estrutura e função da organização do conhecimento. Na concepção dos autores, a Organização do Conhecimento procura analisar e compreender a natureza e a qualidade dos processos informacionais que constituem a organização do conhecimento, e esse conhecimento é representado e socializado por meio dos SOCs e sistemas informacionais de outra natureza (Friedman; Thellefsen, 2011).

Para Brascher e Café (2008), a atividade de interface entre sujeito informacional e por esses sistemas é feita por meio de diferentes tipos de SOCs que são sistemas conceituais que representam determinado domínio por meio da sistematização dos conceitos e das relações semânticas que se estabelecem entre eles. Assim, além da compreensão do conhecimento, para a elaboração desses SOCs, é necessário o entendimento dos sistemas conceituais, culturais e linguísticos da instituição ou da comunidade na qual será elaborada, desenvolvida, aplicada e utilizada os SOCs para o acesso ao conhecimento. Em unidades de informação, a ideia de SOCs e sistemas de informação é algo intuitivo e consolidado do ponto de vista teórico e metodológico, todavia, em partidos políticos, movimentos sociais, movimentos populares e movimentos de emancipação, isso ainda não se faz presente de forma consolidada, é preciso aprofundar não apenas a discussão, mas também a prática e o uso desses sistemas informacionais para o'processo de organização, representação e acesso aos itens informacionais produzidos por esses grupos. Um dos principais fatores é a falta de recursos financeiros para a implementação desses sistemas, assim como a falta de interesse por parte de pesquisadores e de instituições de ensino superior, como no

caso de universidades públicas e privadas, que não demonstram interesse em analisar esses movimentos de luta[91], tampouco valorizam seus registros documentais. Logo, fica claro que existe uma certa relutância ou até mesmo um certo comodismo por parte de alguns pesquisadores em não analisarem os sujeitos que estão inseridos nesses contextos sociais, que na verdade, são os principais produtores de conhecimento em seus territórios de atuação política.

Com o desenvolvimento desta tese, mesmo que ao final não apontemos alguma solução metodológica imediata para este caso, pode-se afirmar que trata-se de um estudo pioneiro e que tende a render bons frutos e dar embasamento para estudos futuros tanto no aspecto científico, político e social.

De acordo com Lima e Alvares (2012, p. 23), a atividade de organizar o conhecimento em seu sentido prático envolve algumas etapas elementares: análise, classificação e recuperação da informação e do conhecimento, lembrando mais uma vez que o processo de organizar é um pouco diferente de representar, pois em um sentido geral, com base na perspectiva semiótica e linguística, a representação está ligada ao objeto e à substituição de um determinado objeto, que não é ele mesmo, mas que está no lugar dele. Em outras palavras, a questão do significante e do significado é um elemento fundamental e prático para o processo de organização e representação do conhecimento[92], pois em determinadas comunidades discursivas, o conhecimento pode ser representado de diversas maneiras, já que um mesmo signo não se refere ao mesmo objeto de acordo com as práxis culturais desenvolvidas por um determinado grupo social, fazendo com que o conhecimento seja organizado e representado com base nas ações políticas desenvolvidas por este grupo. Assim, é necessário recordar que aquele ou aquela que estará incubido de analisar as formas de organização e representação do conhecimento em determinados contextos sociais, deverá ter o conhecimento de suas formas de vida, de sua história, de sua identidade, sua cultura,

[91] Em alguns casos, universidades públicas, como a USP, UNESP e UNICAMP dispõe de centros de documentação que tratam de forma específica sobre acervos de partidos políticos, movimentos de trabalhadores, movimentos sindicais, movimentos populares, entre outros que produziram documentos ao longo de sua existência.

[92] Segundo Andrade, Berti Júnior, Cervantes e Rodrigues (2012), a Organização e Representação do Conhecimento deve possibilitar a recuperação de objetos e conteúdos informacionais nos ambientes digitais por meio de dois modos de comunicação, pela linguagem do sistema de informação (controlada) e pela linguagem de busca do usuário (natural).

de seus símbolos, de suas práxis, suas formas de manifestação, entre outros elementos que caracterizam e representam de maneira real aquele grupo social. Outra observação importante é a de que esses grupos sociais são fieis ao que podemos denominar de “saber local” ou “identidade cultural”, conforme denominação defendida por Stuart Hall (1991)[93], no sentido de não permitirem até certo ponto a intervenção, mesmo que positivas, as ações externas de outros grupos sociais, como por exemplo, de pesquisadores e cientistas, e essa se trata de uma realidade bastante frequente, fazendo com que exista uma dificuldade em se inserir e até mesmo a propor mudanças na adoção e adaptação de modelos científicos e metodológicos para o desenvolvimento de suas práxis. Assim, trata-se de um verdadeiro desafio estabelecer parâmetros técnicos e científicos para esses grupos, neste caso, para os partidos políticos e demais movimentos de trabalhadores.

A Organização do Conhecimento tem um amplo espaço para a atuação de profissionais do campo da Ciência da Informação, ou seja, arquivistas, bibliotecários, museólogos, documentalistas, entre outros especialistas nos estudos sobre os processos que envolvem a organização e representação da informação e do conhecimento, especialmente em unidades de informação (Melo; Brascher, 2014, Dahlberg, 1993). Entretanto, conforme anunciado em parágrafos anteriores, este campo não se restringe apenas a estes profissionais da informação e instituições informacionais, mas a uma gama de indivíduos e entidades documentais que lidam com o fenômeno da informação e do conhecimento, independentemente de seu contexto de atuação social e partidária. Nesse sentido, quando se restringe algumas tarefas a determinados grupos sociais, os próprios agentes políticos que compõem um determinado movimento se tornam responsáveis por aquela produção, organização e representação do conhecimento de seu grupo.

Em relação às áreas da Organização do Conhecimento, de acordo com Lima e Alvares (2012, p. 44), e com base em Dahlberg (1993), podem ser assim divididas: epistemologia; elementos e estruturas dos sistemas de termos e conceitos; metodologias de conservação, construção e revisão; metodologias de classificação e

[93] HALL, Stuart. Lo local y lo global: globalización y etnicidad. **traducción de Pablo Sendón), tomado de www. colonautas. edu. pe/Biblioteca Virtual de Ciencias Sociales**, 1991.

indexação manual ou automática; taxonomia, linguística, semântica e terminologia e contexto. Assim, entende-se que o campo se aprofunda em diversos aspectos relacionados aos processos e funções, e isso caracteriza o campo não apenas em seu sentido teórico, mas também metodológico-prático e que extrapola diversos campos de investigação.

Para Hjørland (2003, p. 88, tradução nossa), a ideia de organização do conhecimento está ligada ao aperfeiçoamento dos procedimentos de classificação, automatização e sistematização, catalogação e indexação em bibliotecas, bibliografias e bases de dados manuais e tecnológicas. No sentido técnico-metodológico, a Organização do Conhecimento compreende uma série de processos imprescindíveis para a operacionalização de sistemas em unidades de informação e em outros ambientes informacionais. Todavia, o campo não pode se restringir a esses processos técnico-metodológicos, mas também analisar e explorar outros contextos sócio-culturais e que produzem informação e conhecimento para a posteridade.

Em relação ao campo de estudo, de acordo com Café e Medeiros (2011, p. 25) a Organização do Conhecimento está fundamentada essencialmente em análises de cunho semântico e terminológico. Dessa maneira, tem por finalidade analisar e identificar os significados dos dispositivos informacionais e das técnicas de classificação, catalogação, indexação, descrição e de recuperação empregadas pelos arquivistas, bibliotecários, documentalistas e museólogos no processo de organização e representação do conhecimento.

Nesse sentido, segundo Barros e Sousa (2019), podemos considerar que a Organização do Conhecimento é um campo científico que contribui fundamentalmente para o desenvolvimento de metodologias para representar um determinado domínio específico; as metodologias da Organização do Conhecimento ajudam a dar uma melhor compreensão da própria natureza ontológica e filosófica do conhecimento. Assim, uma série de desenvolvimentos foi apresentada e consolidada para a construção de linguagens, estruturas, classificações, isto é, os SOCs e os sistemas de informação, entre outros sistemas que realizam a interface e o acesso entre o sujeito informacional e os objetos informacionais[94].

[94] Registros documentais.

Sobre os processos em organização do conhecimento, na concepção de Hjørland (2003), e de acordo com Lima e Alvares (2012), existem sete princípios que são comuns na busca e recuperação da informação, que serão apresentados nas alíneas a seguir:

a) A percepção realístico-ingênua de estruturas do conhecimento não é possível em ciências complexas;

b) Categorizações e classificações devem reunir assuntos relacionados e separar assuntos diversos para realidades diferentes;

c) Para fins práticos e metodológicos, o conhecimento pode ser organizado de diferentes formas, para diferentes objetivos, diferentes contextos e em diferentes domínios do conhecimento;

d) Qualquer categorização e classificação deve refletir o próprio objetivo proposto;

e) Categorizações e classificações sempre podem ser questionadas pelos agentes informacionais e pelas unidades de informação, caso isso não represente as demandas informacionais de seus sujeitos;

f) Observar sempre o conceito de polirrepresentação da informação e do conhecimento; Diferentes áreas/campos do conhecimento podem ser organizadas (os) de diferentes formas para os mesmos fenômenos naturais ou sociais;

g) A natureza dos campos científicos é variável, em virtude da grande dinâmica dos fenômenos sociais e da natureza.

A partir das premissas apresentadas por Hjørland (2003) e Lima e Alvares (2012), há uma série de diretrizes metodológicas que contribuem e condicionam a forma e o método de organização e representação do conhecimento, independente de seu contexto de aplicação, e que pode ser adaptado ao universo dos arquivos de partidos políticos brasileiros[95] e de movimentos sociais. Assim sendo, considera-se que o guia de fontes, instrumento que será discutido em uma seção específica, representa essa possibilidade de elaboração de um instrumento de pesquisa condicionado a organização e representação de acervos documentais, independente de sua natureza, seja ela política ou não.

[95] Aspecto que será discutido mais adiante.

Nessa continuidade científica, epistemológica e metodológica, em outro conjunto de alíneas, de acordo com Ohly (2012, tradução nossa) o campo da Organização do Conhecimento abrange um total de nove subcampos de estudos e atividades específicas e que podem ser analisados do ponto de vista epistemológico e metodológico:

a) Os pressupostos epistemológicos, matemáticos, teorias do sistema, científica cognitiva e teóricas cognitivas da ordem dos conceitos, assim como os seus antecedentes históricos revelam a interdisciplinaridade com outros domínios científicos, mesmo que divergentes do ponto de vista metodológico e funcional;

b) O conhecimento dos elementos e estruturas dos sistemas conceituais;

c) a metodologia de construção intelectual, conservação e revisão do sistema e automatização de sistemas de informação, incluindo questões de relacionamento paradigmático e sintático de seus elementos e unidades informacionais, bem como manter o sistema compatível e avaliar o desenvolvimento desse sistema;

d) A metodologia de aplicações intelectuais e de máquinas (automação, inteligência artificial, *big data*) desse sistema de classificação e indexação manual e automatizada por intermédio de bases de dados estruturadas e arquitetura da informação;

e) O conhecimento do universo a ser investigado de acordo com suas práxis socioculturais, comportamentos e modos de vida interfere no processo de produção, organização e representação do conhecimento advindos de manifestações culturais;

f) Taxonomias especiais e sistemas de classificação, incluindo linguagens documentárias/documentais, como os tesauros, ontologias, folksonomias, cabeçalhos de assunto, indexação, descritores, vocabulários controlados, além daqueles gerados por meio de inteligência artificial;

g) Questões decorrentes das áreas influentes da Linguística (linguística matemática e computacional) e terminologia; incluindo os problemas de recuperação da informação, especialmente no acesso virtual, inteligência artificial, ciência de dados, arquitetura da informação, sistemas de informação e SOCs;

h) A aplicação de indexação de conteúdo de todas as espécies, tipologias, tipos e gêneros documentais e em todas as áreas temáticas relacionadas aos arquivos,

i) Toda a base da organização do conhecimento no ambiente de trabalho, centros individuais, sociedades, países e em áreas internacionais, assim como a questão da educação, da economia, da cultura e do estudo de usuário/sujeito informacional.

Isto posto, além dos efeitos científicos, epistemológicos, metodológicos e no desenvolvimento e execução de processos que marcam o discurso e a pragmática do campo, a Organização do Conhecimento possui inúmeros elementos que condicionam as ações em unidades de informação entre outras instituições documentais e sociais que lidam com a informação e o conhecimento registrado como forma de manifestação social.

Segundo Ohly (2012, tradução nossa), existem muitas disciplinas científicas que são parcialmente aplicadas para o desenvolvimento de processos na Organização do Conhecimento ou que estão operando em estreita conexão com ela, como é o caso da Linguística, Ciências Cognitivas, Epistemologia, Filosofia e da Teoria do Conhecimento. Desse modo, essas disciplinas interdisciplinares são preponderantes na elaboração de linguagens documentárias, sistemas de informação e de SOCs. Portanto, a partir dessa observação, pode-se entender que a Organização do Conhecimento é mais voltada para rotular, organizar, representar e recuperar informação, ou seja, conhecimento em documentos registrados em um suporte e materializados em uma instituição social, como é o caso da biblioteca, arquivo, centro de documentação e museu, e que isso se estende aos partidos políticos e demais movimentos de trabalhadores.

Para resumir, os processos, métodos e funções desempenhadas em Organização do Conhecimento advém de fazeres práticos e que são oriundos de diversos campos de investigação e que lidam com a informação, como a Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Documentação, Museologia e da interdisciplinaridade com inúmeros domínios, elemento substancial que será discutido na próxima subseção.

## 2.3 Aspecto Interdisciplinar

Em determinados contextos, a conexão interdisciplinar entre as práticas em Ciência da Informação e da Biblioteconomia é atribuída graças a um novo conceito e que de acordo com Gomes (2017, p. 53) “um dos aspectos mais significativos para a

união das duas áreas num novo campo de conhecimento científico foi a Organização do Conhecimento".

Diante desta constatação, e conforme relatado em parágrafos anteriores, infere-se que um dos fatores da união da Ciência da informação e da Biblioteconomia está associado à Organização do Conhecimento, em outras palavras, há uma grande aproximação entre os dois campos científicos, e que por meio de relações técnicas e metodológicas, ambos se complementam e se interrelacionam. Nesse sentido, com base em Gomes (2017), infere-se que a Organização do Conhecimento pode ser analisada como uma especialização ou desenvolvimento científico e cultural da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Essa premissa também já havia sido aludida pelos pesquisadores Ohly (2015) e Friedman e Thellefsen (2011). Portanto, além das relações científicas, terminológicas, epistemológicas e interdisciplinares, pode-se analisar relações mais profundas entre os dois campos[96] de estudos, mas que não se trata do foco desta investigação. Assim como na Arquivologia, que adota a abordagem funcional, estrutural e mista, a relação entre os campos da Organização do Conhecimento com Biblioteconomia e Ciência da Informação se dá por meio do processo advindo da classificação, e essas ações levam em consideração a classificação decimal de Dewey, universal e a facetada. No sentido geral, pode-se considerar que essa relação também se dá por meio da representação do conhecimento, essencialmente na elaboração de sistemas informacionais que procuram representar as práxis desenvolvidas por uma determinada instituição ou grupo social.

Segundo García Marco (1997, tradução nossa), a Organização do Conhecimento é um campo interdisciplinar, isto é, podemos associar essa semelhança à natureza da Ciência da Informação, pois ela recebe influência de outras áreas do conhecimento, principalmente as que se ocupam dos modelos computacionais, como a Ciência da Computação, Ciências Cognitivas, Filosofia, Linguística, Lógica e a Matemática teórica e aplicada. Nos dias atuais, é possível verificar a aproximação do

[96]Para uma melhor verificação sobre esta discussão, sugerimos o artigo: Martínez-Ávila, Daniel; Guimarães, José Augusto. La construcción de la Biblioteconomía como ciencia y su relación con la clasificación. En XII Congreso ISKO España y II Congreso ISKO España-Portugal, 19-20 de noviembre, 2015, Organización del conocimiento para sistemas de información abiertos. Murcia: Universidad de Murcia.

campo com os domínios da Inteligência Artificial e dos *Big Data,* sendo esta relação ligada aos processos informacionais desenvolvidos nos campos da Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Ciência da Computação, Documentação e Museologia. Essa relação interdisciplinar tem condicionado e direcionado o campo da Organização do Conhecimento a outros campos e interesses de investigação que não se resumem aos processos informacionais desenvolvidos em arquivos, bibliotecas e museus.

Dessa maneira, autores como Esteban Navarro e García Marco (1995, não paginado, tradução nossa)

> entendem por Organização do Conhecimento a disciplina científica dedicada ao estudo, investigação e desenvolvimento dos fundamentos e técnicas para planejar, construir, gerenciar, utilizar e avaliar sistemas e processos de descrição, indexação, catalogação, ordenação, classificação, representação, armazenamento, comunicação e recuperação dos documentos criados pela sociedade para testemunhar, preservar e transmitir seus conhecimentos e ações, a partir de seu conteúdo informacional, com o objetivo de garantir sua conversão capaz de gerar novo conhecimento e assim sucessivamente. Trata-se, portanto, de uma ciência tridimensional, já que aborda os princípios, métodos e instrumentos utilizados para gerenciar o conhecimento humano desde uma tripla perspectiva: Representação, Organização e Comunicação do Conhecimento se denomina mais comum e brevemente Organização do Conhecimento, devido a que a organização é o elemento mediador entre os dois atos; já que por um lado, a representação se leva a cabo com o fim de permitir uma organização e representação eficaz e, por outro lado, a comunicação requer uma recuperação correta, cujo êxito depende da qualidade da organização e representação.

Nesse seguimento, no entendimento de Lima e Alvares (2012, p. 27), com relação ao seu caráter interdisciplinar, a Organização do Conhecimento é estudada e analisada em outros campos do conhecimento, como a Antropologia, Ciência da Computação, Filosofia, Linguística, Psicologia, Sociologia, entre outras que colaboram na sistematização e na elaboração de métodos, técnicas e instrumentos específicos para a organização e representação do conhecimento registrado em unidades de informação, movimentos sociais e outras instituições documentais. Além do campo computacional e tecnológico, o campo também está presente nas Ciências Sociais e Humanas, com ênfase nas Ciências Sociais Aplicadas e que tratam dos fenômenos relacionados à Informação e o Conhecimento: representadas especificamente pela Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Documentação e Museologia. Mesmo que não seja muito recorrente, mas nas últimas décadas, é possível notar a

relação da Organização do Conhecimento com as humanidades, principalmente com os estudos oriundos da Sociologia, Antropologia, Ciências Políticas e Comunicação. Essa aproximação, do ponto de vista social, tem por objetivo compreender as formas de vidas de comunidades que produzem informações e preservam os seus conhecimentos. Neste caso, faz-se necessária a investigação acerca das formas de produção, organização e preservação documental realizada por essas comunidades, como dos povos originários, quilombolas, ribeirinhas, sem-terras, sem-tetos, entre outros, por exemplo.

Desse modo, ao avançarmos na discussão que relaciona a intersecção entre os domínios científicos, segundo Barité (2012, 2015), uma das principais características da Organização do Conhecimento como um campo científico é sua interdisciplinaridade, sem prejuízo da aceitação de que ela está inserida sobretudo na Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. Pode-se compreender que o campo tem como pilar esses três domínios científicos citados por Barité (2012, 2015). Além dos três domínios supracitados pelo autor, insere-se de forma articulada à discussão no âmbito da Arquivologia, sobretudo quando se trata da elaboração de instrumentos e políticas documentais de organização, representação, gestão, preservação, pesquisa e acesso aos itens documentais existentes nos acervos.

A partir dessa discussão, faz-necessária discussão acerca das discussões que permeiam o fazer epistemológico e interdisciplinar que vincula a Organização do Conhecimento, assim como a sua própria natureza.

Em relação às dimensões, com base no quadro 10, para Guimarães (2017), a Organização do Conhecimento se baseia em três, nas quais serão explicitadas a seguir, sendo a aplicada, a cultural e a epistemológica, respectivamente:

**Quadro 10 - Dimensões da Organização do Conhecimento**

| DIMENSÕES | NATUREZA |
|---|---|
| **APLICADA** | **Estudo e aprimoramento dos formatos, processos, modelos, instrumentos e estruturas de Organização do Conhecimento** |
| **CULTURAL** | **Análise e compreensão das questões** |

| | |
|---|---|
| | **sociais, políticas, étnicas, linguísticas, culturais, educativas e contextuais da Organização do Conhecimento** |
| **EPISTEMOLÓGICA** | **Bases conceituais, teóricas, filosóficas, históricas, epistemológicas e metodológicas da Organização do Conhecimento** |

**Fonte:** elaboração própria com adaptação de Guimarães (2017).

Em particular, na observação de Hjorland (2003), a compreensão da natureza do conhecimento, cognição, linguagem e organização social é decisiva para alcançar a compreensão de Organização do Conhecimento e, assim, alcançar a capacidade de projetar, avaliar e usar os processos, sistemas de informação e SOCs para o desenvolvimento e acesso ao conhecimento. Apoiado a esta consideração, entende-se que os estudos que relacionam a Organização do Conhecimento ao aspecto social deve ser aprofundado, essencialmente em pesquisas e análises que promovem as ações sociais de sujeitos políticos que se encontram em uma situação de "clandestinidade científica" e que estão à margem da sociedade, melhor dizendo, aquele que produz o conhecimento mas que não é valorizado por instituições tradicionais, como as universidades, empresas, instituições públicas ou privadas, entre outras que dispõe de uma infraestrutura de produção científica melhor. Na maioria dos casos, esses sujeitos são esquecidos ou até mesmo limitados a meros produtores de saberes tradicionais, que para a Ciência, não é muito relevante, já que não foi avaliado e não analisado segundo critérios e métodos científicos.

Nessa perspectiva, retomando a discussão sobre a interdisciplinaridade, Barité (2015, p. 120), destaca que a Organização do Conhecimento é um campo científico e epistemológico que recebe aportes teóricos e metodológicos de áreas como a Computação, Linguística, Terminologia, Biblioteconomia, Documentação e da Ciência da Informação. Nessa discussão, Esteban Navarro e García Marco (1995), vão um pouco mais além, já que entendem que a comunicação e a relação interdisciplinar da Organização do Conhecimento estabelece diálogos e se estende às mais variadas ciências universais: Epistemologia, Lógica, Teoria do Conceito, Psicologia, Ciências Cognitivas, Semiótica, Linguística, Terminologia, Cibernética, Inteligência Artificial,

Filosofia da Informação, entre outras, pois permite distinguir materiais substanciais, daqueles que são apenas acessórios e mesmo inúteis para a reflexão e aplicação.

Esteban Navarro e García Marco (1995), destacam que o termo Organização do Conhecimento aparece nos últimos anos com frequência na literatura das Ciências da Documentação para se referir ao encontro, em um campo de limites ainda inserido, entre as técnicas de gestão documental e as diversas disciplinas atualmente encontradas em pesquisas científica-humanísticas, metodológicas e tecnológicas avançadas. Assim, já é possível identificar uma certa aproximação com os arquivos, principalmente quando se discute a noção de produção e gestão documental. Nessa discussão, além da gestão documental, outra relação estrita entre Organização do Conhecimento e Arquivologia é o desenvolvimento e o estabelecimento de instrumentos de gestão e de pesquisa[97]e de políticas documentais pertinentes.

Nessa discussão, Barité (2012, não paginado, tradução nossa), concordando com a premissa analisada por Esteban Navarro e Garcia Marco,

> defende que a Organização do Conhecimento é uma área voltada para os processos de elaboração, desenvolvimento e gestão de sistemas de organização do conhecimento e outras estruturas conceituais, e para as atividades de classificação e indexação para a recuperação temática e descritiva de documentos (registros gráficos). O termo Organização do Conhecimento tem aparecido com assiduidade nos últimos anos na literatura das Ciências da Documentação para se referir ao encontro, em um campo de limites ainda inseguros, entre as técnicas de gestão de documentos e várias disciplinas científicas que estão atualmente na vanguarda da pesquisa científico-humanística e tecnológica.

De acordo com o posicionamento de Barité (2015, p. 120), a Organização do Conhecimento é uma área do conhecimento científico com uma formação recente, que estuda as leis, os princípios e os procedimentos pelos quais se estrutura o conhecimento especializado em qualquer disciplina com a finalidade de representar tematicamente e recuperar a informação contida em documentos de qualquer caráter, por meios eficientes que deem respostas rápidas às necessidades dos usuários/sujeitos informacionais e que isso independe de seu contexto de atuação. Para o autor, a representação e a recuperação são temas importantíssimos para o desenvolvimento da Organização do Conhecimento. Além da representação e recuperação, outro elemento de extrema importância é a preservação e o acesso ao

[97] Elementos que serão discutidos mais adiante.

conhecimento produzido pela sociedade ao longo do tempo e que serão acessadas e ressignificadas pelas futuras gerações (Barité, 2015).

Para Sales e Murguia (2015), Dahlberg entende que a organização do conhecimento se configura como uma organização de unidades de conhecimento, melhor dizendo, uma fundamentação, organização, representação e ressignificação de conceitos. Nesse sentido, a existência do conceito dispensa a designação e a materialidade por estar situado no campo das ideias. A noção do conceito em Dahlberg (1978) é um tema que exige reflexão aprofundada, contudo, este tópico será discutido[98] mais adiante, pois existe a necessidade da discussão desses elementos no contexto da produção e na definição da noção de conhecimento em arquivos.

A Organização do Conhecimento sendo um campo fácil de se definir, mas difícil de se compreender, busca por meio de todos os seus elementos (campo científico, desenvolvimento de processos e funções e em seu aspecto interdisciplinar), identificar a analisar o conhecimento produzido em suas diversas vertentes. Dessa maneira, o campo está em constante atualização e transformação, uma vez que o mesmo tem acompanhado de maneira profícua as mudanças sociais e tecnológicas necessárias a adequação de fatores sociais e da natureza que influenciam de forma direta e indireta as formas de organização, representação e preservação do conhecimento.

Em síntese, a Organização do Conhecimento, por meio de sua interdisciplinaridade, indica o estabelecimento de diálogos e ações metodológicas com outros domínios e que se estendem a inúmeras áreas do conhecimento em seu sentido mais genérico: exatas, biológicas e humanas. Portanto, com base no exposto, considera-se que a Organização do Conhecimento é um campo científico por natureza, uma vez que possui um objeto de estudo, ou seja, o conhecimento em suas diferentes facetas, bem como este analisado sob a perspectiva da produção, organização, representação e aplicação em qualquer contexto de investigação.

Na próxima seção, como um dos principais objetivos desta tese, serão apresentados os principais elementos que interseccionam os campos da Organização do Conhecimento e Arquivologia que ajudarão a compreender a aproximação epistemológica e metodológica entre os dois campos.

[98] Noção de conhecimento em arquivos.

## 3. ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO EM ARQUIVOS

Dando continuidade a discussão sobre a Organização do Conhecimento, a seguir, serão apresentados os aspectos teóricos e históricos que relacionam este campo à Arquivologia e aos Arquivos. Apesar de serem tratados como subcampos atrelados à Ciência da Informação e em alguns casos as Ciências da Documentação, autores como (Veronez Júnior; Martínez-Ávila; Troitiño-Rodriguez, 2021; Almeida, 2021, Veronez Júnior; Martínez-Ávila; Troitiño-Rodriguez, 2022, Veronez Júnior; Camoleze; Troitiño-Rodriguez; Martinez-Ávila, 2023), Veronez Júnior; Troitiño-Rodriguez; Martínez-Ávila; San Segundo, 2024), defendem que ambos são campos científicos e podem ser analisados de forma autônoma por meio de seus critérios de cientificidade. Historicamente, segundo Schmidt (2012), a Arquivologia adquire o seu caráter científico a partir do século XIX. No caso da Organização do Conhecimento, segundo Guimarães (2015, 2017), o campo adquire cientificidade a partir do século XX. Nos dois casos, os campos são influenciados de maneira significativa pelos processos tecnológicos e comunicacionais.

Nos últimos 30 anos, segundo os pesquisadores brasileiros Tognoli, Rodrigues e Guimarães (2019), as relações científicas, epistemológicas e interdisciplinares entre a Arquivologia e a Organização do Conhecimento tem sido discutida com ênfase, e que essa discussão gerou produções científicas em suas mais variadas dimensões, conforme foram apresentadas algumas delas no parágrafo anterior. Essa discussão fez com que a Arquivologia aprimorasse os seus principais métodos, funções, processos e práticas de organização e representação do conhecimento em arquivos.

Dessa maneira, ao longo do tempo os principais temas discutidos entre os dois campos são: Diplomática Clássica, Arquivística e Contemporânea, Tipologia Documental, Classificação Arquivística, Descrição Arquivística, Identificação e Avaliação Documental, elaboração de Tesauros Funcionais, Teoria do Conceito, Linguagens Documentárias, Partidos Políticos e Movimentos Sociais, Movimentos de Trabalhadores, entre outros tópicos de ordem teórica, científica, social, tecnológica, metodológica e aplicada (Tognoli, 2009, Alencar; Cervantes, 2017, Freitas; Albuquerque, 2017, Troitiño-Rodriguez, 2018, Barros; Sousa, 2022, Veronez Júnior,

Camoleze, Troitiño-Rodriguez; Martínez-Ávila, 2023, Veronez Júnior, Martínez-Ávila; Troitiño-Rodriguez, 2023).

Diante das referidas temáticas, nota-se que a relação entre a Organização do Conhecimento e a Arquivologia extrapola as dimensões científicas, epistemológicas, metodológicas e interdisciplinares, ou seja, essa relação também se dá em termos de desenvolvimento de funções, métodos e processos e elas não se restringem as atividades desenvolvidas apenas em unidades de informação, mas também explora outros contextos de produção científica de ordem político-social, como a Instituições Documentais, Partidos Políticos, Coletivos, Movimentos Sociais, Movimentos Sindicais, Movimento das Mulheres, Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexual e Não-binárias (LGBTQIAPN+), entre outros movimentos de emancipação e de representatividade e que tem sido discutidos ao longo dos últimos anos no contexto dos arquivos. A partir desta aproximação, infere-se que os estudos sobre Organização do Conhecimento passam para um outro patamar, já que valoriza e congrega inúmeros pesquisadores e temas pertinentes para o avanço desses dois campos no cenário nacional e internacional.

Essa multiplicidade de contextos possibilita abranger os estudos, bem como atualizar os principais temas que estão sendo discutidos no âmbito da Organização do Conhecimento e Arquivologia. Na contramão de estudos voltados a tecnologia (*big data*, inteligência artificial, Chat GPT, DeepSeek, sistemas de informação, SOCs, etc), esta tese discutirá a relação entre Organização do Conhecimento e Arquivologia a partir de uma perspectiva político-social, já que a natureza epistemológica exige esse tipo de abordagem específica e aprofundada. Não que os aspectos tecnológicos não tenham os seus valores, mas neste caso, a tese não se propõe a investigar este aspecto que possui sua relevância para o desenvolvimento de ambos os campos.

Nessa discussão, registra-se que os principais eventos e congressos científicos que impulsionaram essas produções científicas, são a ISKO[99] e o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB). O primeiro evento é dividido em inúmeros capítulos, cada qual sendo realizado em uma região do planeta. O segundo

[99] Tradução livre: Sociedade Internacional para a Organização do Conhecimento.

evento realizado anualmente no Brasil[100], é dividido em 12 Grupos de Trabalho (GT), sendo que o GT número 2, "**Organização e Representação do Conhecimento**[101]**"** é o que mais dissemina discussões e publicações sobre o tema, sobretudo a partir de uma perspectiva teórica, social, política, econômica, cultural, metodológica e epistemológica. Porém, isso não quer dizer necessariamente que os outros GTs também não discutam temas sobre Organização do Conhecimento, já que existem alguns GTs que tratam sobre a relação deste campo com as tecnologias informacionais, estudos métricos, estudos sociais, epistemológicos, filosóficos, tecnológicos, entre outros. Além do GT2, o GT1 “Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação”, apresenta algumas pesquisas relacionadas aos aspectos históricos e epistemológicos que abrangem a Organização do Conhecimento.

Além desses congressos científicos, podemos destacar determinados pesquisadores que produziram e contribuíram no estabelecimento e na disseminação de discussões e publicações científicas sobre o tema, conforme pode ser verificado no Quadro 11:

**Quadro 11 - Produções científicas sobre Organização do Conhecimento e Arquivologia**

| Autores | Temática | Síntese |
|---|---|---|
| **Esteban Navarro e García Marco (1995);** | **Representação e Organização do Conhecimento em Arquivos** | **Produção científica pioneira na discussão sobre a relação entre os campos da Organização e Representação do Conhecimento e Arquivologia no âmbito da ISKO.**<br><br>**Segundo os autores, a Organização e Representação do Conhecimento deveria expandir seus estudos para os arquivos, e não apenas limitar-se à Biblioteconomia, Ciência da Informação e Documentação.**<br><br>**Essa vinculação junto aos arquivos se deu enquanto campo científico e no desenvolvimento de instrumentos, modelos, processos, métodos e funções**. |

[100] Em 2021, em decorrência da Pandemia de Covid-19, o evento não foi realizado.
[101] Grifo dos autores

| | | |
|---|---|---|
| **Guimarães e Tognoli (2015);** | **Princípio da Proveniência** | **O papel do princípio da proveniência como uma abordagem da análise de domínio no contexto dos arquivos.**<br><br>**Segundo os autores, o princípio da proveniência pode ser considerado um elemento fundamental e essencial para a definição de conhecimento em arquivos.** |
| **Tognoli (2009), Tognoli, Guimarães e Tennis (2013), Troitiño-Rodriguez (2018);** | **Diplomática Arquivística** | **Método de análise dos caracteres internos e externos do documento de arquivo.**<br><br>**Segundo os autores, o método trata-se de uma perspectiva analítica e metodológica para a organização e representação do conhecimento em arquivos.** |
| **Troitiño-Rodriguez e Fonseca (2017);** | **Identificação documental** | **Análise e Identificação de Documentos de Arquivos Pessoais e Privados no contexto da Organização do Conhecimento.**<br><br>**Segundo as autoras, a identificação documental pode ser considerada uma metodologia no escopo da Organização do Conhecimento em arquivos.** |
| **Freitas e Albuquerque (2017), Gonçalves e Tognoli (2022);** | **Teoria do conceito** | **Elaboração de Sistemas de Organização do Conhecimento em arquivos com base na Teoria do Conceito de Ingetraut Dahlberg.**<br><br>**Segundo os autores, os SOCs podem ser elaborados e aplicados no contexto arquivístico.** |
| **Sousa (2022), Veronez Júnior, Troitiño-Rodríguez, Martínez-Ávila e San-Segundo (2024).** | **Classificação Arquivística** | **Classificação Funcional, Estrutural, Mista e Automática.**<br><br>**Segundo os autores, a classificação arquivística, além de outros elementos, pode ser considerada como o fator preponderante para a definição de conhecimento em arquivos e que também fundamenta e vincula os campos da Organização do Conhecimento e Arquivologia e o seu impacto nos processos desenvolvidos em arquivos.** |

| | | |
|---|---|---|
| **Alencar e Cervantes (2017)** | **Tesauros Funcionais** | **Elaboração de Tesauros Funcionais em Arquivos.**<br><br>**Segundo as autoras, os tesauros funcionais são instrumentos de extrema importância para a organização e representação do conhecimento em arquivos.** |
| **Barros (2016)** | **Indexação manual ou automatizada** | **Discussão sobre a discussão, desenvolvimento e aplicação da indexação em arquivos.**<br><br>**Segundo o autor, a indexação é um instrumento essencial para a elaboração de linguagens documentárias e vocabulários controlados no contexto arquivístico.** |
| **Tognoli, Rodrigues e Guimarães (2019)** | **Conhecimento Arquivístico ou Conhecimento em Arquivos** | **Concepção e definição de conhecimento em arquivos com base no Conceito, Forma Documental e no Contexto de Produção Documental.**<br><br>**Segundo os autores, a produção do conhecimento em arquivos pode ser analisada com base em três elementos primordiais (fundo, forma documental e contexto de produção documental).** |
| **Machado e Madio (2019)** | **Fotografias** | **A fotografia como documento de arquivo que se insere no campo da Organização do Conhecimento.**<br><br>**Segundo os autores, os registros fotográficos são elementos fundamentais para o registro documental e que possibilitam a aproximação dos campos da Organização do Conhecimento e Arquivologia, principalmente no processo de representação do conhecimento.** |
| **Veronez Júnior, Martínez-Ávila e Troitiño Rodriguez (2021)** | **Isko International, Isko Ibérico e Isko Brasil** | **Análise das principais temáticas científicas entre os campos científicos da Organização do Conhecimento e Arquivologia discutidas e publicadas nos eventos científicos da Isko *International*, Isko Ibérico e Isko Brasil.** |

| | | |
|---|---|---|
| | | **Segundo os autores, inúmeros são os temas que relacionam os dois campos que foram discutidos no contexto da ISKO.** |
| **Veronez Júnior, Troitiño Rodriguez e Martínez-Ávila (2023)** | **Análise de Arquivos de Partidos Políticos Brasileiros** | **Verificação da produção documental e de processos de Organização do conhecimento em arquivos de partidos políticos brasileiros, a partir de uma análise do acervo do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT).**<br><br>**Segundo os autores, é necessário apresentar a discussão sobre as formas de produção e análise de instrumentos de organização e representação do conhecimento em arquivos de partidos políticos (guias, repertórios, índices, catálogos, plano de classificação, quadro de arranjo, tabela de temporalidade).** |
| **Veronez Júnior, Martínez-Ávila e Troitiño Rodriguez (2022)** | **Dimensões científicas, interdisciplinares e epistemológicas** | **As dimensões científicas, interdisciplinares e epistemológicas que vinculam os estudos dos campos da Organização do Conhecimento e Arquivologia.**<br><br>**Segundo os autores, a relação entre Organização do Conhecimento e Arquivologia pode ser analisada com base nas perspectivas e contribuições dos epistemólogos Bunge e Japiassu.** |
| **Linden (2022)** | **Diálogos e Prospecções** | **Questões dialógicas e interdisciplinares. Aprofundamento epistemológico acerca da discussão sobre os campos da Organização do Conhecimento e Arquivologia.**<br><br>**Segundo a autora, existe a necessidade premente de integração entre os dois campos de forma mais consistente e aprofundada do ponto de vista científico, epistemológico, metodológico e interdisciplinar.** |

| | | |
|---|---|---|
| **Veronez Júnior, Troitiño-Rodríguez e Martínez-Ávila (2023a, 2023b, 2023c)** | **Arquivos de Movimentos Sociais e Arquivos de Partidos Políticos** | **Processos, métodos e desenvolvimento de instrumentos de organização e representação do conhecimento em acervos documentais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Partido dos Trabalhadores (PT).**<br><br>**Segundo os autores, partidos políticos e movimentos sociais de trabalhadores produzem e organizam seus acervos com base em suas práxis culturais, deixando de lado as diretrizes preconizadas pela Arquivologia.** |
| **Veronez Júnior, Camoleze, Troitiño-Rodriguez e Martínez-Ávila (2023)** | **Arquivos de Movimentos Sociais** | **Análise da produção documental e da organização do conhecimento no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).**<br><br>**Segundo os autores, os movimentos sociais produzem e registram o seu conhecimento para a preservação da memória e manutenção de suas lutas.** |
| **Veronez Júnior, Santos Júnior, Polonini e Camoleze (2025[102]).** | **Produção e organização do conhecimento em arquivos de movimentos sociais, com base no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra** | **Análise das principais formas de produção e organização do conhecimento no contexto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.**<br><br>**Segundo os autores, os movimentos sociais produzem, organizam e representam o seu conhecimento com base em suas práxis culturais, ou seja, fatores externos advindos desses movimentos influenciam nesse processo.** |

**Fonte:** elaborado pelo autor (2023).

Com base no quadro 11, verificam-se os principais pesquisadores e tópicos por eles discutidos, sejam eles apresentados e publicados em eventos, revistas científicas, periódicos, manuais técnicos ou dicionários especializados no assunto. Somado a isso, verifica-se que os pesquisadores mais produtivos sobre o tema são majoritariamente brasileiros e, essa produção crescente demonstra que o tema é discutido e aplicado de forma consistente no Brasil, seja no aspecto teórico ou metodológico. Dessa maneira,

[102] Artigo no prelo.

há uma preponderância de trabalhos científicos produzidos por pesquisadores brasileiros e apresentados em eventos internacionais, principalmente em países da Europa e da América do Norte, como Espanha, Portugal e Estados Unidos, respectivamente, já que os três apresentam tradições do ponto de vista epistemológico e científico e discussões profícuas que procuram relacionar os dois campos. Por outro lado, nota-se uma das principais produções científicas desenvolvidas pelos pesquisadores espanhois Esteban Navarro e García Marco (1995), sendo estes uns dos pioneiros a inserirem a discussão sobre os arquivos no âmbito da ISKO. Porém, observa-se que o tema, até então, ficou estagnado pelo período de 20 anos, sendo rediscutido duas décadas depois pelos pesquisadores brasileiros Guimarães e Tognoli (2015). Os referidos autores trouxeram à tona uma discussão muito interessante e pertinente sobre o princípio da proveniência e a sua inserção no contexto da Organização do Conhecimento. Essa discussão, pode ser considerada a inauguração do tema no contexto brasileiro, e isso influenciou inúmeras produções científicas no país, principalmente como uma importante referência para o desenvolvimento desta tese. Assim, em consonância com Guimarães e Tognoli (2015), nesta investigação científica, defendemos que um dos pilares que define o conhecimento em arquivos é a proveniência, melhor dizendo, o Princípio da Proveniência. Todavia, mesmo com essa inserção, os referidos autores não deram continuidade a esta discussão, já que decidiram partir para uma outra abordagem, mas que ainda estava no escopo da Organização do Conhecimento. Diante disso, esta tese não busca solucionar de uma vez por todas a relação entre os dois campos, mas pelo menos dar continuidade a uma discussão que mais uma vez se encontra estagnada e que merece maiores aprofundamentos pontuais.

Conforme representado no quadro 11, a partir do artigo de Esteban Navarro e García Marco (1995), outros estudos se desencadearam e, isso contribuiu no estabelecimento e no aprofundamento de pesquisas teóricas, e até certo ponto aplicadas em arquivos. Nesse sentido, não sabemos ao certo o fato do tema ter se estagnado pelo decorrer de 20 anos, mas tudo indica que o assunto não foi muito bem aceito pelos pesquisadores da ISKO naquele momento, já que se tratava de uma discussão ainda incipiente e que necessitava de aprofundamento e consistência

epistemológica, principalmente em seu sentido teórico-metodológico. Essa falta de valorização e de consistência teórico-metodológica, fez com que o tema não tenha sido aprofundado e sistematizado naquele período.

Do ponto de vista histórico, em contrapartida ao discurso de que a relação entre os dois campos tenha sido evidenciada a partir de meados da década de 1990, Barros e Sousa (2019), lembram que os estudos sobre a Organização do Conhecimento e Arquivologia já vinham sendo realizados em meados da década de 1980. Todavia, nota-se que Barros e Sousa (2019) não aprofundam a discussão, nem mesmo mencionam os principais autores, temas e processos informacionais discutidos no período mencionado. Nessa observação, Tognoli e Guimarães (2010) lembram que com a mudança de paradigma ocorrido na Arquivologia[103] na década de 1980, os estudos sobre a Organização do Conhecimento ganharam uma nova intensidade, principalmente no que diz respeito a inserção de novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) aplicadas aos processos e funções arquivísticas. Mesmo com este último argumento, a relação entre os dois campos ainda não se manifesta de forma muito clara.

Mesmo que não tenham conseguido sustentar a tese de que a relação entre os dois campos tenham se iniciado na década de 1980, é preciso admitir e considerar que os pesquisadores Barros (2016, 2022) e Sousa (2022) e Tognoli e Guimarães (2010) são uns dos mais influentes e que mais produziram discussões e pesquisas científicas sobre o tema a nível nacional e internacional, principalmente quando se trata de questões que envolvem os instrumentos de gestão arquivística, como a classificação, diplomática, e os aspectos linguísticos, como a elaboração de SOCs e os sistemas informacionais voltados aos arquivos. Assim, pode-se compreender que esses autores conseguiram elevar a discussão do tema a um grande patamar e que se estende até aos dias de hoje.

Atualmente, a partir da sistematização no quadro 11, observa-se uma multiplicidade de produções científicas sobre Organização do Conhecimento e Arquivologia, sobretudo daquelas que tratam da elaboração de SOCs (Barros; Bastos; Santos, 2022), análise da produção, organização e representação do conhecimento em

[103] Arquivologia pós-moderna ou Contemporânea.

arquivos de movimentos sociais (Veronez Júnior; Santos Júnior; Polonini; Camoleze, 2023) e de arquivos de partidos políticos brasileiros (Veronez Júnior; Martínez-Ávila; Troitiño-Rodriguez, 2023). Isso demonstra de certa maneira que as pesquisas sobre o assunto estão em uma constância e que ao longo do tempo a tendência é que haja um aprofundamento de discussões relacionadas a outros temas, ou seja, que não se limitem a temas técnicos. Esse crescimento contrapõe a recessão ocorrida entre 1995 a 2015 em que houve poucas discussões e publicações científicas sobre o tema. Nesse contexto de difusão científica, insere-se as discussões voltadas para as questões digitais que envolvem os métodos e processos arquivísticos. Temas como inteligência artificial, sistemas de informação e preservação digital são os mais discutidos por autores e autoras do campo.

No sentido terminológico, embora na literatura os termos **Organização do Conhecimento Arquivístico ou Organização do Conhecimento e Arquivologia**[104] sejam utilizados com mais frequência, nesta investigação, optou-se pela expressão **Organização do Conhecimento em Arquivos**[105]. A justificativa para adoção deste último termo, além da questão terminológica, e que foi empregado na fase de levantamento bibliográfico e recuperação dos materiais, é de que não foi encontrada nenhuma definição técnica sobre os conceitos de **a) Organização do Conhecimento Arquivístico; b) Organização do Conhecimento e Arquivologia; c) Organização do Conhecimento e Arquivística ou d) Organização do Conhecimento em Arquivos**[106], sendo assim, nesta subseção, serão discutidos os principais tópicos que aproximam os dois campos: Teoria da Classificação Arquivística, Diplomática e Diplomática Arquivística Contemporânea e a Teoria do Conceito. Após isso, discute-se a concepção de conhecimento em arquivos e conhecimento diplomático com base no fundo documental, forma documental, contexto de produção documental e na teoria do conceito (a partir das ideias de Ingetraut Dahlberg e Birger Hjørland), sendo estes dois autores os principais expoentes do termo e que desenvolveram diversos estudos no contexto da Organização do Conhecimento, Biblioteconomia, Ciência da Informação e Documentação.

[104] Grifo dos autores
[105] Grifo dos autores
[106] Grifo dos autores

Na maior parte dos trabalhos recuperados na fase de levantamento bibliográfico, seja nas bases de dados ou em outras fontes informacionais, os termos supracitados foram abordados de forma separada, isto é, não foi possível chegar a uma definição, nem mesmo nos manuais e dicionários especializados quando se tratava da junção dos seguintes termos em português, espanhol, inglês e francês, respectivamente, nas bases de dados e nos mecanismos de buscas, conforme será observado no quadro 12:

**Quadro 12 - Termos**

| Idiomas | Termos |
|---|---|
| **Português** | **Organização do Conhecimento e Arquivologia; Arquivologia e Organização do Conhecimento, Organização do Conhecimento e Arquivística; Arquivística e Organização do Conhecimento; Organização do Conhecimento em Arquivos; Arquivos em Organização do Conhecimento; organização do conhecimento e arquivologia, arquivologia e organização do conhecimento, organização do conhecimento e arquivística, arquivística e organização do conhecimento, organização do conhecimento em arquivos, arquivos em organização do conhecimento.** |
| **Espanhol** | ***Organización del conocimiento y Archivística; Archivística y Organización del Conocimiento, Organización del Conocimiento y Archivístico; Archivística y Organización del Conocimiento; Organización del Conocimiento en los archivos; organización del conocimiento y archivística, archivística y organización del conocimiento, organización del conocimiento archivístico, archivístico organización del conocimiento, organización del conocimiento en los archivos, archivos en la organización del conocimiento.*** |
| **Inglês** | ***Knowledge Organization and Archival Science; Archival Science and Knowledge Organization, Knowledge Organization and Archivistics; Archivistics and Knowledge Organization; Knowledge Organization in Archives; Archives in Knowledge Organization, knowledge organization and archival science, archival science and knowledge organization, knowledge organization and archivistics, archivistics and knowledge organization, knowledge organization and archives, archives and knowledge organization.*** |

| | |
|---|---|
| **Francês** | ***Organisation des connaissances et archivologie ; archivologie et organisation des connaissances, organisation des connaissances et archivistique ; archivistique et organisation des connaissances ; organisation des connaissances dans les archives ; archives dans l'organisation des connaissances ; organisation des connaissances et archivologie, archivologie et organisation des connaissances, organisation des connaissances et archivistique, archivistique et organisation des connaissances, organisation des connaissances dans les archives, archives dans l'organisation des connaissances.*** |

**Fonte:** elaboração própria

Neste caso, no quadro acima, observa-se que os campos da Organização do Conhecimento e Arquivologia foram analisados em duas abordagens e que foram expostas anteriormente: campo científico e no desenvolvimento de processos e funções. A outra justificativa é a de que os processos arquivísticos se dão de forma aplicada a partir das relações sociais entre os sujeitos de partidos políticos e não necessariamente sujeitos especializados e familiarizados com os processos em organização e representação do conhecimento, conforme realizado em instituições consolidadas e tradicionais e que adotam diretrizes específicas com base em metodologias e princípios arquivísticos.

Nessa seara, para estabelecermos um paralelo e na tentativa de buscarmos uma definição que abarque os processos informacionais e que ajude a estabelecer e a explicar a intersecção entre esses dois campos, serão destacados dois aspectos que contribuem no entendimento da Organização do Conhecimento e Arquivologia e o seu impacto em Arquivos, melhor dizendo, a noção de conhecimento em arquivos e a de conhecimento diplomático. Tal objetivo tem por finalidade esboçar uma definição específica e consensual acerca da Organização do Conhecimento em Arquivos, que até então, não está muito evidente quando se trata da discussão do tema em suas mais diversas dimensões epistemológicas.

Na década passada, autores como Tognoli, Guimarães e Tennis (2013), Guimarães e Tognoli (2015) e Tognoli, Rodrigues e Guimarães (2019) procuraram estabelecer uma discussão do que se poderia considerar como um conceito sobre a

ideia de conhecimento em arquivos, mas até aquela circunstância, isso não foi o suficiente para se chegar a uma definição consensual. Contudo, como foram os primeiros a discutirem o tema no contexto brasileiro, como base e fundamentação teórica sólida, algumas produções científicas dos referidos pesquisadores serão analisadas de forma mais aprofundada no decorrer do desenvolvimento desta seção. Ao final da análise desta seção, será apresentada uma definição provisória sobre a noção de conhecimento em arquivos e de conhecimento diplomático, especialmente voltada para uma perspectiva social com base na produção documental de associações político-partidárias, especificamente, no caso do PT.

Apesar de algumas discussões sobre o tema serem expressivas, nas reflexões de Linden (2022, p. 437), a ampliação dialógica entre os campos da Organização do Conhecimento e Arquivologia e consequentemente aos Arquivos se faz premente e imediata, necessária e construtiva para que se tenham evoluções no campo teórico, metodológico e prático e para o aprofundamento dessas relações em ambos os campos. Nesse raciocínio, a relação entre os dois campos carecem de estudos mais aprofundados, tanto do ponto de vista científico, metodológico, epistemológico e interdisciplinar, e que essa vinculação possa ser evidenciada em suas funções e no desenvolvimento de processos em arquivos. Com base em Arboit (2014), pode se inferir que essa afirmação tem consistência no sentido de que os campos da Biblioteconomia e Ciência da Informação já resolveram junto ao campo da Organização do Conhecimento essas questões há muito tempo, inclusive do ponto de vista epistemológico, funcional, metodológico e terminológico. Assim, nesses campos científicos, pode-se entender que esses processos já estão consolidados e já vêm sendo desenvolvidos e aplicados de uma maneira mais consistente. Desta forma, pode-se considerar que as relações entre Organização do Conhecimento, Arquivologia e Arquivos ainda não estão muito elucidadas em inúmeros aspectos, necessitando de discussões e elucidações mais consistentes.

Conforme será apontado mais adiante, além da discussão sobre a necessidade de elaboração de instrumentos de organização e representação do conhecimento em arquivos, outro assunto emergente é a necessidade de discussão e formulação de políticas documentais para a organização e representação de arquivos de partidos

políticos. Ao longo dos anos, essa tem sido uma das principais demandas para associações políticas, já que muitas delas, do ponto de vista técnico, não apresentam e tampouco se sentem representadas nesse sentido.

Em contraponto às premissas de Barros e Sousa (2019) e Guimarães e Tognoli (2010), defende-se nesta tese que os estudos e discussões iniciais sobre a Organização do Conhecimento em Arquivos, foram manifestadas por Esteban Navarro e García Marco (1995), e não na década de 1980, conforme tese defendida inicialmente pelos pesquisadores brasileiros. Na concepção dos autores espanhois, os pesquisadores, as sociedades científicas, entidade sociais e as reuniões, fóruns, eventos e congressos científicos que se situam no marco da Representação e Organização do Conhecimento ignoram, de maneira habitual, a análise do substrato teórico, recursos metodológicos e dos instrumentos de gestão documental aplicados aos processos que ocorrem nos arquivos (Esteban Navarro; García Marco, 1995).

Nessa continuidade, Esteban Navarro e García Marco (1995), advogam que a Organização do Conhecimento consolida-se como um campo científico que mantém diálogo profícuo com os arquivos, que faz uso de elementos que contribuem para os aspectos teóricos e metodológicos dos processos de organização e representação do conhecimento. Nesse sentido, havia a necessidade de se inserir o tema da Organização do Conhecimento no contexto da Arquivologia e de sua influência em processos desenvolvidos em arquivos, e esta se deu principalmente no âmbito da ISKO. Portanto, fica claro que a Organização do Conhecimento mantém estreita relação com os arquivos, sobretudo no que se refere aos métodos e processos desenvolvidos pelos arquivistas, e que podem ser aplicados a diversas funções, não apenas se limitando a classificação arquivística, descrição ou a elaboração de SOCs e de sistemas de informação.

Para Troitiño-Rodriguez (2018), a organização do conhecimento em arquivos está intimamente relacionada com o processo de contextualização funcional dos registros documentais. Porém, o que raramente é discutido são os diferentes parâmetros que podem ser adotados para a Organização do Conhecimento nos Arquivos no que tange aos seus processos informacionais. Quando consideramos diferentes processos de organização do conhecimento no contexto dos arquivos,

somos confrontados com mais de uma forma de contextualizar e compreender os registros documentais. Por consequência, a escolha de um tipo de informação histórica como modelo para o processamento em arquivos, da mesma forma que a recuperação do conhecimento dos sistemas de custódia de um conjunto de documentos com a mesma proveniência, revela os parâmetros arquivísticos adotados pelas instituições para a organização do conhecimento em arquivos (Troitiño-Rodriguez, 2018). Além desta constatação, ao compreendermos as formas de produção documental, é possível revelar a sua essência, ou seja, a natureza e o contexto em que aquele documento foi produzido, organizado, representado e qual a sua real finalidade e impacto, seja ele do ponto de vista político e social.

Autores como Barros e Sousa (2019), concordam com Esteban Navarro e García Marco (1995), e comentam que a Arquivologia e os arquivos devem, no entanto, também ser considerados parte integrante dos processos relacionados à Organização do Conhecimento. Na concepção dos autores brasileiros, os arquivos podem conter inúmeras espécies, tipos, tipologias e registros documentais oficiais, registros comerciais, registros financeiros, imagens, fotografias, ofícios, relatórios, informes, atas, cartas, diplomas, entre outros gêneros documentais. De todos os princípios arquivísticos para a constituição, organização e representação documental, o princípio de organização mais importante e que representa a organização do conhecimento em arquivos é o princípio da proveniência ou de respeito aos fundos. Dessa maneira, Freitas e Albuquerque (2017), entendem que em linhas gerais, esse princípio direciona-se aos aspectos externos do documento. Ele demanda, num processo de classificação, que se atente ao organismo produtor e ao contexto de produção dos documentos, englobando suas funções e atividades. Rodrigues (2003), menciona que o trabalho arquivístico deve ser proposto e realizado de maneira inteligível, tendo como objetivo que qualquer que seja o usuário/sujeito informacional ele deve ser capaz de estabelecer ligações e conexões lógicas do documento ao seu produtor e ao seu contexto mais amplo de sua produção, de maneira que ele possa interpretar seu conteúdo informacional e entender seu significado e suas conexões.

De acordo com Barros e Sousa (2019), ainda que este não seja o único princípio, é, contudo, um dos elementos fundamentais que regem a criação dos

registros documentais, ou melhor dizendo, que é responsável pela produção, organização e representação do conhecimento em arquivos. Já o princípio que se concentra nos aspectos internos dos fundos de arquivo é o princípio da ordem original, que é um princípio de origem italiana e diz respeito a ordem como os documentos foram acumulados ao longo do tempo, ou seja, deve-se preservar a organização dada pela entidade produtora, a fim de preservar as relações documentais entre o agente e o contexto de produção. No caso de acervos de partidos políticos, essas relações, em sua maioria, não são levadas em consideração do ponto de vista arquivístico. Na produção documental de acervos de natureza partidária, após a sua utilização, os documentos, em sua maioria são acondicionados e armazenados, de forma provisória ou permanente, em locais que não são propícios para sua conservação e preservação.

Segundo Tognoli e Guimarães (2011), acerca do princípio da proveniência, sendo este entendido antes como um princípio físico e estático, seu objetivo era proteger a integridade dos fundos, mantendo-os unidos fisicamente, haja visto que os documentos de arquivo não devem ser analisados de forma isolada, isto é, longe de seu contexto de produção. No entanto, mais do que manter a união dos documentos provenientes de uma mesma fonte criadora, em um fundo específico, o princípio pode ser utilizado para a análise funcional nos contextos de produção e processos de criação dos documentos. No caso de arquivos de partidos políticos, mesmo em sua maioria não sendo produzidos com base em diretrizes arquivísticas, infere-se que existe um determinado modelo de organização e representação do conhecimento e que é embasado em práticas particulares aos sujeitos responsáveis pela produção documental. Nessa discussão, nota-se que este modelo próprio é embasado em atividades cotidianas e que na concepção dos responsáveis pela produção documental dessas instituições políticas, a adoção de instrumentos preconizados pela Arquivologia se torna “dispensável”, já que existe um controle no acesso e uma manipulação dos documentos a outros interessados que não fazem parte dessas instituições. Assim, existe uma forma ou um modelo próprio orientado e aplicado à produção, organização, representação e acesso, mas que por motivos até então não decifrados, não podem ser manifestados pelos sujeitos políticos que produzem e preservam os acervos documentais.

Contudo, conforme será discutido na seção 5, com o tempo, algumas instituições políticas têm se orientado e adotado parâmetros arquivísticos, principalmente a Fundação Perseu Abramo (FPA). No caso da FPA, sendo esta fundação de preservação da memória do partido e que suas ações voltadas para a organização de acervos pode ser interpretada como um modelo de padronização para arquivos de partidos políticos, não apenas do PT, mas que poderia ser aplicada a outros partidos, mesmo que de espectro político-ideológico diametralmente oposto.

Ao longo dos últimos anos, tem surgido uma emergência no que se refere às pesquisas sobre a Organização do Conhecimento e sua relação com a Arquivologia e os Arquivos, principalmente com a publicação de trabalhos científicos nos eventos da ISKO, ISKO-Brasil, bem como na produção de trabalhos em outros capítulos[107], como a ISKO-NASKO, ISKO-IBÉRICO, ISKO *INTERNATIONAL* e agora com grande disseminação no capítulo da ISKO-CHINA[108]. Desse modo, a produção científica sobre o tema extrapola os eventos nacionais e internacionais do campo, mas também tem explorado outros vetores, como revistas científicas e periódicos nacionais e internacionais, principalmente com produções expressivas em países como a Espanha, Portugal, França, Brasil, Canadá e Estados Unidos. Portanto, nessa constância, a tendência é o aprofundamento de discussões sobre o assunto nos mais diversos ambientes e territórios informacionais. Nessa reflexão, os capítulos que mais discutem e evidenciam a relação entre os dois campos são o Ibérico e o brasileiro.

Com relação aos eventos científicos mencionados e às temáticas tratadas pela Organização do Conhecimento e Arquivologia e a sua aplicação e desenvolvimento em arquivos, sendo que algumas delas já foram mencionadas anteriormente, de acordo com Guimarães *et al* (2015), elas são bem variadas, como: Classificação Arquivística, Diplomática (clássica, histórica, jurídica e arquivística contemporânea), Descrição Arquivística, Identificação e Tipologia Documental, assim como outros temas que estão relacionados ao objeto da Organização do Conhecimento, isto é, o conhecimento registrado, representado e socializado por meio de um suporte físico, digital ou híbrido.

[107] https://www.isko.org/chapters.html
[108] VERONEZ JÚNIOR, W. R; TROITIÑO-RODRIGUEZ, S. M; MARTÍNEZ-ÁVILA, D; SAN-SEGUNDO, R. Reflections on the Relations between Archival Science and Knowledge Organization: A Focus on Archival Classification. In: **Knowledge Organization for Resilience in Times of Crisis: Challenges and Opportunities**. Ergon-Verlag, 2024. p. 429-434.

Nessa lógica, esse documento[109], uma vez conservado e preservado, poderá propiciar o acesso futuro a uma determinada comunidade discursiva, grupo social, partido político[110] ou movimento social.

Barros e Sousa (2019, p. 78), destacam que, com relação a Organização do Conhecimento,

> Assim, seu campo científico pode e tem relação com os arquivos e a Arquivologia, justamente quando se pensa em relação às possibilidades de abordagens referentes aos sistemas de organização. Já que os sistemas de gestão, classificação, acesso e controle arquivísticos são justamente isso: sistemas conceituais baseados em características das instituições produtoras de documentos.

Para exemplificar essa relação epistemológica e científica de um ponto de vista externo a própria Arquivologia e Organização do Conhecimento, no artigo "**Dimensões Científicas e Epistemológicas da Organização do Conhecimento Arquivístico: análise com base nas contribuições de Bunge e Japiassu**[111]**"**, os pesquisadores Veronez Júnior, Martínez-Ávila e Troitiño Rodriguez (2022), apresentam uma discussão muito importante na busca pela delimitação e elucidação dos principais aspectos epistemológicos, interdisciplinares, metodológicos e científicos que relacionam o campo da Organização do Conhecimento ao da Arquivologia e consequentemente suas influências aos processos desenvolvidos em arquivos. Inicialmente, os referidos autores introduzem a discussão em que realizam um panorama sobre a noção de Epistemologia, que de acordo com Bunge (1980), no sentido geral, trata-se da Filosofia que analisa a investigação científica e seu produto, ou seja, o conhecimento científico. A partir desta definição, entende-se que a Epistemologia é hoje um ramo importante da análise filosófica dos processos ligados a esclarecer as principais formas e origem do conhecimento, independentemente de sua natureza, seja ela ontológica, filosófica,

---

[109] Na continuidade acerca da discussão sobre informação, documento e conhecimento, Guimarães (2017) defende a tese do processo helicoidal, ou seja, a informação materializada em um documento gera o conhecimento e assim sucessivamente, partindo de uma concepção mentalista e cognitivista.

[110]Neste caso, entende-se que o documento de arquivo é imprescindível na representação e na organização do conhecimento em arquivos produzidos pelo Partido dos Trabalhadores.

[111]VERONEZ JÚNIOR, W. R; MARTÍNEZ-ÁVILA, D; TROITIÑO RODRÍGUEZ, S. M. **Dimensões científicas e epistemológicas da Organização do Conhecimento Arquivístico: análise com base nas contribuições de Bunge e Japiassu**. XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXII ENANCIB, edição 2022. Disponível em: https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxiienancib/paper/viewFile/880/500. Acesso em 14 de fev. 2013.

social, religiosa, metafísica, pragmática ou científica. Desse modo, a necessidade de se investigar a natureza do conhecimento em arquivos se trata de uma árdua tarefa, necessitando de um aporte maior, ou seja, não discutir o conhecimento por si só, mas também como um elemento importante no contexto de produção documental e a partir da elucidação de determinadas práticas inerentes aos arquivos. A necessidade de discussão sobre a epistemologia se faz necessária, já que mais adiante será discutida a noção de conhecimento em arquivos, sendo este um dilema a ser discutido e decifrado nos campos da Organização do Conhecimento e Arquivologia, embora autores como Guimarães e Tognoli (2015) defendem que, inicialmente, esse conceito pode ser discutido com base no princípio da proveniência, conceito que foi apresentado de forma muito breve nos parágrafos anteriores e que será retomado mais adiante. A natureza epistemológica do conhecimento em arquivos pressupõe a compreensão dos principais fatores que culminaram na produção documental.

Nessa continuidade, para Japiassu (1986), além da discussão sobre a natureza do conhecimento, a epistemologia tem por fundamento resolver o problema geral das relações entre filosofia e ciências. E que se trata do estudo crítico dos princípios, das hipóteses, caminhos e dos resultados das diversas ciências. Japiassu (1986), entende a epistemologia como discurso, ou *logos*, sobre a ciência, isto é, a episteme. Pando (2018, p. 227) defende que “a Epistemologia pode ser compreendida como uma área, (ciência) cujo objetivo é a qualidade do conhecimento”. Assim, em alguns casos, do ponto de vista filosófico, pode-se entender que epistemologia e conhecimento são analisados e adotados praticamente como sinônimos.

Para esclarecer o método científico, que pode ser aplicado aos campos da Arquivologia e Organização do Conhecimento para consolidar a relação e intersecção entre os dois campos, assim como para a construção do conhecimento em arquivos, com base nas análises de Bunge (1980, p. 25), os pesquisadores Veronez Junior, Martínez-Ávila e Troitiño-Rodriguez (2022) apresentam os seguintes critérios, bem como o método científico adotados para a elucidação dos campos da Organização do Conhecimento e Arquivologia:

**Quadro 13 - Critérios e o método científico**

| Critérios de Cientificidade | Método/Arquivologia | Método/Organização do Conhecimento |
|---|---|---|
| **Descobrimento do problema; colocação precisa do problema; procura de conhecimentos; tentativa de solução do problema com auxílio dos meios identificados** | **Organização e representação da informação e do conhecimento arquivístico ou em arquivos (Fonseca, 2004, Tognoli; Guimarães, 2009, Viana, 2011, Silva, 2013, Marques; Tognoli, 2017, Lima Moraes, 2019, Silva, Albuquerque, 2020);** | **Organização e representação do conhecimento (Lara, 2011)** |
| **Invenção de novas ideias;** | **Sistemas de Organização do Conhecimento Arquivístico (Barros; Bastos; Santos, 2022).** | **Sistemas de Organização do Conhecimento (Barité, 2015, Carlan; Medeiros, 2011, Moreira, 2019),** |
| **Obtenção de uma solução;** | **Os arquivos na promoção da justiça social (Tognoli; Queiroz, 2021).** | **Campo científico que propõe metodologias de acesso ao conhecimento produzido pela sociedade (Esteban Navarro; García Marco, 1995, Hjørland, 2003, Dahlberg, 2010);** |
| **Investigação das consequências da solução obtida;** | **Função matricial da Classificação Arquivística: estrutural, funcional, mista (Gonçalves, 1998, Sousa, 2003, 2006, 2014, 2022, Veronez Júnior; Troitiño-Rodriguez; Martínez-Ávila; San Segundo, 2024).** | **Classificação Decimal de Dewey, Classificação Decimal Universal e Classificação Facetada (Andrade, 2011);** |
| **Prova (comprovação) da solução;** | **O método pragmático como fator condicionante aos processos arquivísticos. Unicidade do documento de arquivo (Negreiros, 2007).** | **Metodologia de representação e acesso ao conhecimento (Carlan, 2011);** |
| **Correção das hipóteses, teorias, procedimentos ou dados.** | **Adquire um caráter científico a partir do século XIX (Schmidt, 2012).** | **Adquire um caráter científico com a criação da *International Society For Knowledge Organization*; Publicações científicas dessa instituição e institucionalização em universidades (Guimarães, 2017).** |

**Fonte:** Veronez Júnior, Martínez-Ávila e Troitiño Rodriguez (2022b) adaptado de Bunge (1980).

Na coluna da esquerda, são destacados os elementos que podem ser incorporados para o delineamento da investigação acerca da cientificidade dos campos da Arquivologia e Organização do Conhecimento. Na coluna do meio, são apresentados os principais processos que norteiam as práticas arquivísticas, com destaque para as principais atividades que subsidiam a elaboração de sistemas de informação e de SOCs. Na coluna da direita, são destacados os principais aspectos e elementos que caracterizam a Organização do Conhecimento enquanto campo científico e na elaboração de SOCS, sistemas de informação, elaboração de instrumentos e no desenvolvimento de processos em arquivos (Veronez Júnior; Martínez-Ávila; Troitiño-Rodriguez, 2022). Mesmo que Bunge (1980) e Japiassu (1986) não sejam da área de Informação e dos campos da Organização do Conhecimento e Arquivologia, essa representação demonstra que as relações entre os dois campos são em sua maioria convergentes e não divergentes. Ou seja, a partir desta representação, infere-se que o mesmo processo científico aplicado ao desenvolvimento de um campo pode ser aplicado ao outro.

Pando (2018), em sua tese de doutorado[112], ao comentar sobre os critérios de cientificidade e que podem também ser adequados aos campos da Organização do Conhecimento e Arquivologia, apresenta outros 10 elementos aceitos pela comunidade científica, que podem ser assim representados: a) objeto de estudo, b) método científico, c) leis científicas, d) teorias, e) principais pioneiros e teóricos, f) comunidade científica, g) terminologias, h) sistema conceitual, i) base filosófica e a j) perspectiva epistemológica.

Nessa perspectiva epistemológica, com base em Pando (2018), destaca-se no quadro 14 a análise comparativa entre os dois campos:

**Quadro 14 - Critérios de cientificidade e análise comparativa**

| Critério de Cientificidade | Arquivologia | Organização do Conhecimento |
|---|---|---|

[112]PANDO, Daniel Abraão. Epistemologia da organização da informação: uma análise de sua cientificidade no contexto brasileiro. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2018. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/e45d0ec1-659a-455c-ab35-f86682f400b9/content Acesso em 02 de jul. 2024.

| | | |
|---|---|---|
| **Objeto de estudo** | **Informação orgânica oriunda de atividades jurídicas, administrativas e sociais** | **Conhecimento produzido por uma determinada comunidade discursiva, movimento social, partido político ou sociedade científica** |
| **Método científico** | **Pragmático, Positivista** | **Positivista, Pragmático** |
| **Leis científicas** | **Princípios arquivísticos (proveniência, respeito aos fundos, organicidade, pertinência, territorialidade, integralidade e indivisibilidade, unicidade e o respeito à ordem original)** | **Leis de Ranganathan, Análise de Domínio** |
| **Teorias** | **Teoria das Três Idades (corrente, intermediário e permanente), *Record Continuum* e Teoria dos Fundos** | **Teoria do Conhecimento, Sociologia do Conhecimento, Teoria do Conceito, Teoria da Biblioteconomia, Teoria da Documentação, Epistemologia Social** |
| **Pioneiros e teóricos** | **Hillary Jenkinson, Michel Duchein, Theodore Schellenberg, Carol Couture, Jean Yves Rousseau, Renato Barbosa, Heloisa Belotto, Ana Maria Camargo, José Maria Jardim** | **Henry Bliss, Shiyali Ranganathan, Julius Kaiser, Melvil Dewey, Paul Otlet, Suzanne Briet, Charles Cutter, Ingetraut Dahlberg, Birger Hjorland, Mario Barité, José Guimarães, García Marco, Esteban Navarro** |
| **Comunidade científica** | **Conselho Internacional de Arquivos, Arquivos Nacionais, Associações de arquivistas nacionais e internacionais** | **ISKO Internacional<br>ISKO Ibérico<br>ISKO Brasil<br>ISKO China<br>ISKO NASKO** |
| **Terminologias** | **Dicionários e manuais técnicos e especializados** | **Dicionários especializados, Terminologias e Enciclopédias** |
| **Sistema conceitual** | **Vocabulário Controlado, Sistemas de Organização do Conhecimento em Arquivos, Tesauros Funcionais** | **Sistemas de Informação, Sistemas de Organização do Conhecimento, Tesauros** |
| **Base filosófica** | **Teoria dos Fundos** | **Teoria da Classificação, Teoria do Conceito, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Documentação** |

| Perspectiva epistemológica | Interdisciplinaridade com outros domínios científicos | Interdisciplinaridade com outros domínios científicos |
|---|---|---|

**Fonte:** elaborado com base em Pando (2018).

Com base nas reflexões e proposições de Pando (2018), são elencados 10 elementos epistemológicos que relacionam os critérios de cientificidade entre os campos da Organização do Conhecimento e Arquivologia, claro que não devem ser levados para fins de verdade absoluta, mas de certo modo ajuda a refletir sobre alguns aspectos elementares do ponto de vista científico e metodológico e que até então não haviam sido suscitados em discussões e pesquisas anteriores. Em alguns casos, no quadro 14, observa-se que alguns elementos se repetem, como a perspectiva epistemológica, já que os dois campos fazem o uso de teorias e de funções desenvolvidas em outros domínios, isto é, o aspecto interdisciplinar é preponderante na relação e nos fazeres práticos e metodológicos entre ambos. Outro aspecto importante é a terminologia, uma vez que os campos apresentam base para a definição de seus conceitos por intermédio de obras de referências, como dicionários especializados, manuais, manuais técnicos e enciclopédias, sobretudo da ISKO. No que se refere ao sistema conceitual, há uma delimitação interessante e de certa maneira parecida, uma vez que a elaboração de sistemas de informação e de vocabulários controlados se faz presente entre os dois campos. Neste caso, infere-se que estão associadas pelo fato da influência da linguística e da terminologia que constituem os processos que relacionam e representam os dois campos.

Na continuidade desta discussão, a seguir serão apresentados os processos informacionais que vinculam os dois campos, algumas semelhanças entre ambos são bem parecidas e profícuas para o desenvolvimento de suas principais funções para o processo de organização e representação do conhecimento.

No quadro 15, discute-se os principais aspectos vinculantes aos processos, funções e disciplinas que relacionam a Arquivologia e Organização do Conhecimento:

**Quadro 15 - Processos em Arquivologia e Organização do Conhecimento**

| Arquivologia | Organização do Conhecimento | Aproximações epistemológicas e científicas |
|---|---|---|

| Disciplinas Científicas | Disciplinas Científicas | Relação entre os dois campos |
|---|---|---|
| **Biblioteconomia, Ciência da Informação, Diplomática, História, Linguística, Paleografia (Marques; Tognoli, 2017);** | **Biblioteconomia, Ciência da Informação, Documentação, História, Linguística, Matemática (Lima; Alvares, 2012, Barité, 2015, Guimarães et al, 2015);** | **Disciplinas científicas e o estabelecimento do corpus científico que relacionam os dois campos (Bunge, 1980, Japiassu, 1986, Esteban Navarro; García Marco, 1995, Barité, 2015, Tognoli; Barros, 2015, Veronez Júnior; Martínez-Ávila; Troitiño-Rodriguez, 2022, 2023);** |
| **Processos e Funções** | **Processos e Funções** | **Processos e Funções** |
| **Classificação arquivística, a depender do modelo adotado pela instituição arquivística, funcional, estrutural ou mista (Barros; Tognoli, 2019, Veronez Júnior; Troitiño-Rodriguez; Martínez-Ávila, San Segundo, 2024).** | **Classificação Bibliográfica (Classificação Decimal de Dewey, Classificação Decimal Universal e a Classificação Facetada).**<br><br>**Ontologias, taxonomias, folksonomias (Moreira, 2019).** | **Arquivologia trata em um aspecto funcional/estrutural/misto (Sousa, 2006, 2022), já a Organização do Conhecimento se vale da classificação bibliográfica com base na classificação universal, facetada e de Dewey (Carlan, 2011);** |
| **Base Teórica** | **Base Teórica** | **Base Teórica** |
| **Base pragmática (Negreiros, 2008).** | **Base epistemológica e positivista (Dahlberg, 1995, 2006).**<br><br>**Na atualidade, teria uma virada pragmática (Kleineberg, 2018).** | **Síntese: estudiosos que possibilitam essas relações são: Wiliam James, Birger Hjorland, Ingetraut Dahlberg, Mario Barité, Mario Bunge e Hilton Japiassu.** |

**Fonte:** Elaboração própria com base em Bunge (1980) e Japiassu (1986).

A partir da análise das concepções filosóficas e epistemológicas de Bunge (1980) e Japiassu (1986), Veronez Júnior, Martínez-Ávila e Troitiño-Rodriguez (2022), mencionam as aproximações epistemológicas e os principais processos relacionados a Organização do Conhecimento e Arquivologia. Com base nesta análise, constata-se, a priori, que o principal processo de organização do conhecimento é a classificação, seja ela adotada e aplicada como função matricial no contexto arquivístico ou biblioteconômico. Em teoria, ambas apresentam similaridades, já que visam a

organização e a representação da produção do conhecimento, porém, na prática são funções diferentes, visto que no arquivo a classificação tem por objetivo apresentar e representar as relações documentais por meio de classes e subclasses e a produção documental por meio do plano de classificação ou do quadro de arranjo e da tabela de temporalidade, por sua vez, na biblioteca, a classificação tem por função apresentar e representar a produção do conhecimento de forma temática, seja ela de maneira decimal, facetada ou universal. Segundo Sousa (2003, 2006, 2014, 2022) a classificação arquivística trata dos processos de organização e representação da informação orgânica, ou seja, aquela produzida no decorrer de atividades administrativas e jurídicas. No caso da Biblioteconomia, Ciência da Informação, Documentação e também com grande similaridade no campo da Organização do Conhecimento, na reflexão de Café e Brascher (2008) e Moreira (2018), o processo é tratado como primordial na elaboração de SOCs e sistemas de informação com base em ontologias, taxonomias, folksonomia, tesauros, entre outros. Desse modo, a partir dessa observação, entende-se que a classificação é um dos fatores essenciais e que definem o conhecimento em arquivos, porém, essa discussão será tratada com mais rigor adiante.

Sobre o método científico que aproxima os dois campos, a partir das recomendações de Bunge (1980, p. 34), podemos entender que não é, nem mais nem menos, senão a maneira de fazer boa ciência, natural, filosófica, ontológica, histórica ou social, pura ou aplicada, metodológica, formal ou factual. E essa maneira pode ser adotada em campos que antes não eram considerados científicos mas que se caracterizam, como a ciência, pela procura de métodos e normas científicas gerais. Com base nesse raciocínio, pode-se dizer que os campos da Organização do Conhecimento e da Arquivologia se enquadram nessa questão, já que em alguns períodos foram considerados campos não científicos ou até como auxiliares.

Ainda nessa discussão, seguindo as premissas de Bunge (1980) e Japiassu (1986), isso pode ser analisado nos campos da Arquivologia e Organização do Conhecimento[113], em razão de que ambos, embora sejam tratados e considerados

[113] Vide a percepção de Peter Ohly (2015) que entende o campo da Organização do Conhecimento como uma especialização da Biblioteconomia e Ciência da Informação.

como campos científicos por inúmeros pesquisadores (Barité, 2012, 2015, Guimarães, 2017, Murguia; Sales, 2017), em determinados momentos, são colocados à prova no que tange a sua epistemologia, metodologia e cientificidade. Nessa continuidade, Schmidt (2012), defende que a Arquivologia é um campo autônomo e científico e que possui instrumentos próprios de organização da informação, neste caso, da organização da informação orgânica e que isso também se relaciona aos instrumentos arquivísticos de organização e representação do conhecimento. Por sua vez, Guimarães *et al* (2015a, 2017), lembra que a Organização do Conhecimento desempenha um papel científico para a disseminação do conhecimento enquanto um campo científico imprescindível para o avanço e o desenvolvimento da ciência e da sociedade.

A partir da análise das reflexões de Bunge (1980), Japiassu (1986) e Pando (2018), entende-se de forma parcial que os campos da Arquivologia e Organização do Conhecimento estreitam relações consistentes do ponto de vista científico, epistemológico, metodológico e interdisciplinar. Já que no primeiro caso, são dotados de leis científicas, bases teóricas e submetidos a testes científicos para avaliação e aplicação de seu conhecimento nos mais variados contextos e ambientes informacionais. No segundo caso, são baseados em escolas de pensamento, terminologias, práticas e que adotam instrumentos de organização e representação específicos para a preservação e acesso aos registros documentais. No terceiro caso, a interdisciplinaridade vincula os dois campos, sobretudo devido à aproximação com a Biblioteconomia, Ciência da Informação, Ciência da Computação, Ciências da Documentação, Epistemologia, Filosofia, História e a Linguística, entre outros ligados ao fenômeno da informação e do conhecimento. A relação com esses domínios contribuem no aprofundamento de diálogos, elaboração e aplicação de novas metodologias e no desenvolvimento de processos informacionais.

Em vista disso, o único aspecto que ainda não ficou muito claro é a questão terminológica, ou seja, não foi possível, até o presente momento, definir e estabelecer um termo específico que abarque de forma integrada a relação entre os dois campos. Todavia, ao final da tese, existe a possibilidade de apresentarmos um termo adequado e que possa contemplar a relação orgânica entre os dois campos.

Dando continuidade a discussão proposta nesta seção, a seguir será analisada a teoria da classificação arquivística como função matricial e que além do princípio da proveniência, é considerada uma das principais interlocutoras da relação entre a Organização do Conhecimento e Arquivologia e suas influências em Arquivos, tanto em seu aspecto conceitual, epistemológico, metodológico, processual e funcional.

### 3.1 Teoria da Classificação Arquivística

Assim como os processos desenvolvidos pela organização do conhecimento, compreende-se que o ato de classificar em si, não se restringe aos processos desenvolvidos em unidades de informação, mas trata-se de um aspecto elementar do comportamento humano, isso quer dizer que o indivíduo, seja ele inserido em um grupo social, ambiente informacional, territorial ou não, procura classificar os fenômenos em diversos elementos, como categorias, cores, comportamentos, perspectivas de realidade, modelos, percepções, funções e usos, entre outros elementos da natureza humana e que se coloca em interação com o mundo real. Dessa maneira, pode-se inferir que o ato de classificar em determinados contextos está ligado muito mais ao comportamento e à visão de realidade do que a ações meramente práticas.

Nessa continuidade, do ponto de vista histórico, Sousa (2006) entende que o conceito de classificação em arquivística aparece na literatura a partir do século XVII com o surgimento dos primeiros manuais com normas escritas. Concordando com o autor, devemos destacar que os métodos de organização e representação da informação e do conhecimento em sua maioria eram baseados em operações práticas, em outras palavras, as atividades eram executadas a partir de métodos empíricos, que a princípio não se utilizava de técnicas científicas para a realização de determinadas atividades, como classificar, descrever, organizar, representar, preservar e conservar os arquivos. Não que a falta de adoção desses métodos fosse o problema, mas é que no universo científico essa ação não tem validade, ou seja, não passa pelo teste e rigor científico. Todavia, com a dinâmica documental nas instituições, foi preciso aprimorar os métodos de avaliação, identificação, descrição e classificação com base em métodos científicos. Portanto, essa narrativa se correlaciona aos processos adotados

por arquivos de partidos políticos, em outras palavras, algumas ações são realizadas com base em técnicas empíricas sem que essas ações sigam o crivo científico.

Barros (2016), defende que a classificação arquivística, do ponto de vista histórico, enquanto teoria, desenvolve-se de maneira concreta a partir da década de 1960-1970 com as publicações de estudiosos como Theodore R. Schellenberg, Oliver W. Holmes, Ernest Posner, Petter Scott, dentre outros arquivistas e pesquisadores dos Arquivos Nacionais, como dos Estados Unidos e da Austrália.

De acordo com García Marco (1996, tradução própria[114]), a classificação é justamente a operação que rege a produção, organização e representação dessas estruturas mentais/cognitivas equivalentes ao mundo exterior, bem como a atribuição de novas entidades desse ambiente aos esquemas já concebidos, o que nos permite pensar sobre essas estruturas e prever o funcionamento de nosso ambiente, seja ele social, institucional, político ou filosófico.

No contexto dos arquivos, especificamente, a classificação se dá de forma particular no estabelecimento e na organização e representação de fundos, classes, subclasses, séries, subséries, grupos, subgrupos, seções, subseções e apresenta de modo esquemático ou diagramático as relações documentais existentes na instituição. Portanto, é por meio da classificação que o gestor, profissional da informação ou o sujeito informacional terá a percepção e o conhecimento prático da forma de produção, organização, representação e acesso ao documento de arquivo e consequentemente à apropriação da informação orgânica. Vale recordar que o documento de arquivo não é criado por si só, sem nenhum tipo de provocação, mas sim produzido com base em uma necessidade jurídica, administrativa ou política. Logo, o documento de arquivo possui relações orgânicas e vinculações entre si. Nessa discussão, vale mencionar que a informação orgânica é aquela produzida e que mantém relações entre si com outros conjuntos/fundos documentais da mesma natureza e que não podem ser analisados de maneira isolada, visto o seu contexto de produção documental.

[114] La clasificación es, precisamente, la operación que rige la creación y organización de esas estructuras cognitivas equivalentes al mundo exterior, así como la asignación de nuevas entidades de dicho entorno a los esquemas ya creados haciendo posible que podamos pensar sobre esas estructuras y predecir el funcionamiento de nuestro ambiente (García Marco, 1996).

De acordo com Tognoli e Barros (2015, p. 95), na discussão sobre a classificação arquivística, é possível compreender o trabalho de organização e representação dos arquivos como um processo de organização do conhecimento, ou seja, a Arquivologia como área interdisciplinar da Organização do Conhecimento, todavia, isso não quer dizer que a Arquivologia se trata de um subcampo ou que esteja subordinado e desatualizado com relação aos processos e métodos elaborados e utilizados pela Organização do Conhecimento, mas conforme analisado na subseção anterior, o objetivo é reforçar que ambos os campos são autônomos e que apresentam similaridades do ponto de vista teórico, metodológico e prático. Para estabelecer essa discussão, os autores inserem a função classificação arquivística como ponto de intersecção entre os dois campos de investigação (Tognoli; Barros, 2025). Essa relação é bastante comum na maioria das publicações científicas que visam apresentar relações entre os dois campos e que utilizam a classificação arquivística como exemplo, todavia, cada autor trata essa relação de um ponto de vista diferente, mas que no final das contas se convergem e ajudam a sedimentar cada vez mais essa intersecção metodológica e interdisciplinar. Essa relação pode ser analisada tanto do ponto de vista filosófico, metodológico, social e tecnológico.

No sentido geral, segundo García Marco (1995, tradução nossa[115]), a classificação arquivística consiste na análise do fundo documental a partir de seus mecanismos de crescimento e organização natural, melhor dizendo, das características da instituição, dos elementos que o compõem, análise que será representada em um plano de classificação ou quadro de arranjo, este último em caso de arquivos de caráter permanente.

[115] La clasificación consiste en el análisis del fondo a partir de sus mecanismos de crecimiento y organización “natural”, es decir, de las características de la institución, en elementos componentes; análisis que se plasmará en un cuadro de clasificación (Garcia Marco, 1996).

Dessa maneira, García Marco (1995, pp. 94-95, tradução nossa[116]), entende que,

> por outro lado, a classificação da documentação em arquivos se trata de um processo retroalimentado entre a análise do fundo e o documento. A classificação de um documento requer a existência de uma classificação prévia do fundo - condição *sine qua non* para sua ordenação -. Por sua vez, o trabalho de classificação de novos documentos, e especialmente de novos blocos documentais sem tratar, pode aconselhar a modificação do quadro de classificação do fundo. Nesta dialética temos que introduzir mesmo assim a existência de sistemas de arquivos ao que nosso arquivo pertence e que devem compatibilizar seus planos de classificação, sem forçar por outro lado a idiossincrasia da documentação.

Com base na reflexão de García Marco (1995), podemos considerar que classificar é agrupar os elementos de um conjunto de acordo com determinadas características, realidades e critérios, em concreto é chamado de critério de pertencimento. O resultado de cada um desses subconjuntos se denomina "classe". O critério de pertencimento pode ser excludente ou probabilístico. As classificações de documentos tradicionais foram em sua maioria bibliográficas e arquivísticas, e que têm seguido uma lógica excludente, posto que um dos seus principais objetivos era, entre outros, atribuir uma posição única ao documento físico dentro do acervo documental. Trata-se de um tipo de classificação não meramente orientada a recuperação sendo o que a corrente anglosaxão denomina de "*mark and park*", quer dizer, atribuir um lugar ao arquivo. Na concepção dos autores, na maior parte do tempo, as classificações, do ponto de vista técnico, são restritas aos arquivos e as bibliotecas, porém, pelo menos, até então, essa relação não se amplia ao contexto dos museus e da documentação, por exemplo, já que algumas funções técnicas e metodológicas são similares àquelas desenvolvidas no contexto arquivístico e biblioteconômico.

Para García Marco (1995, p. 99, tradução nossa[117]),

---

[116] Por otra parte, la clasificación de la documentación archivística es un proceso retroalimentado entre el análisis del fondo y el del documento. La clasificación de un documento requiere la existencia de una clasificación previa del fondo —condición sine qua non de su ordenación—. Por su parte, la labor de clasificación de nuevos documentos, y especialmente de nuevos bloques documentales sin tratar, puede aconsejar la modificación del cuadro de clasificación del fondo. En esta dialéctica hemos de introducir asimismo la existencia de sistemas de archivos a los que nuestro archivo pertenece y que deben compatibilizar sus cuadros de clasificación, sin forzar por otra parte la idiosincrasia de la documentación (Garcia Marco, 1995).

[117]Las posibilidades de clasificación archivística son básicamente cuatro: a) la clasificación funcional, basada en las funciones de la institución; b) la clasificación orgánica o estructural, basada en su estructuración administrativa interna; y e) la clasificación mixta de carácter funcional estructural o estructural funcional, según los primeros niveles respondan a funciones y los siguientes a la estructura

> as possibilidades de classificação arquivística são as seguintes: a) classificação funcional, baseada nas funções da instituição; b) a classificação orgânica ou estrutural, baseada em sua estruturação administrativa interna; c) a classificação mista de caráter estrutural ou funcional, de acordo com os primeiros níveis que respondam às funções e os seguintes, a estrutura da instituição ou vice-versa e: d) temática. A outra possibilidade, que foi por outro lado a primeira seguida na história da arquivística, concebida em seus primeiros momentos com critérios de colecionistas, foi desejada por sua escassa estabilidade e pelos estragos que causam a organização documental primordial, a qual se constitui o contexto natural do documento individual. A esse princípio se conhece como princípio de respeito aos fundos documentais. O acesso temático se assegura, contudo, mediante índices, com efeito meramente de recuperação da informação. O critério de classificação temática, por outro lado, pode servir para classificar coleções materiais desorganizadas que não poderiam sistematizar-se de outra forma.

Logo, na concepção do autor, a rigor, a classificação arquivística pode ser adotada em quatro formatos: funcional, estrutural, mista ou temática, nas quais serão explicadas de maneira sucinta nas alíneas a seguir:

a) No primeiro caso, baseia-se nas atividades e funções desempenhadas nas instituições por meio das funções e atividades desenvolvidas na entidade, independente de sua natureza;

b) No segundo caso, baseia-se na estrutura interna e na produção orgânica da informação, sendo representada por instrumentos como organogramas, fluxogramas entre outras ferramentas de gestão documental que dialogam com os processos desenvolvidos pela Organização do Conhecimento;

c) No terceiro caso, seria um junção da funcional com a estrutural (sendo esta utilizada com menos frequência nas instituições);

d) No último caso, de modo geral, verifica-se com frequência o uso deste modelo em bibliotecas, já que também trata de bibliografias e coleções, mas que a depender da cultura e da natureza do acervo, também podem ser adotadas para determinadas finalidades.

Apenas para adiantar a discussão, no caso de movimentos sociais, movimentos

---

de la institución o viceversa; y c) temática. La cuarta posibilidad, que fue por otra parte la primera seguida en la historia de la archivística, concebida en sus primeros momentos con criterios de coleccionista, fue desechada por su escasa estabilidad y por los estragos que causa en la organización documental primordial, la cual constituye el contexto natural del documento individual. A este principio se le conoce como principio de “respeto a los fondos”. El acceso temático se asegura, no obstante, mediante índices, con efectos meramente de recuperación de la información. El criterio de clasificación temático, por otra parte, puede servir para clasificar colecciones de materiales desorganizados que no podrían sistematizarse de otra forma (García Marco 1995, p. 99).

de trabalhadores e partidos políticos, é difícil identificar o modelo utilizado, se é que adotam algum tipo ou nível de classificação. Em alguns casos específicos, os responsáveis pelos acervos de natureza político-partidária fizeram o uso do modelo estrutural para a classificação de seus documentos. Ainda nessa discussão, Sousa (2022), procura destacar que existe uma outra modalidade de classificação, isto é, a híbrida, sendo esta similar à mista, mas que não será tratada nesta discussão.

Barros e Tognoli (2015), entendem que a classificação na realidade dos arquivos é considerada uma atividade limítrofe na medida em que realiza um processo de mediação entre as atividades de gestão e as atividades de organização, representação, preservação e acesso ao documento. As atividades de classificação, assim como a descrição, foram as primeiras atividades a serem de algum modo conceituadas na teoria e prática arquivística, desenvolvida a partir do século XIX. Nessa discussão, insere-se a intersecção da classificação arquivística com a organização do conhecimento, sendo esta uma relação que viabiliza e reflete as principais atividades representadas nas instituições, sejam elas arquivísticas ou não.

Ainda, para os autores supracitados, a classificação é uma atividade gerencial e de planejamento não só para os arquivos, mas para as gestões que geraram os documentos. Assim, a construção do plano de classificação deve contemplar as relações documentais, mas não só essas, também, as relações entre os agentes produtores, assim, o sistema de classificação se tornaria um instrumento útil e facilitador da identificação, descrição e avaliação de caráter documental (Barros; Tognoli, 2015).

No âmbito da Arquivologia, a classificação se trata de um processo que procura organizar e representar a informação em sistemas e que essa informação é representada no plano, quadro de arranjo ou esquema de classificação (Negreiros, 2007, Sousa, 2003, 2006, 2014, 2022). Esses instrumentos de gestão, no âmbito institucional, representam as relações documentais e ajudam a entender e compreender de forma lógica como se dá a produção, organização, representação, preservação, recuperação e o acesso aos documentos de arquivo. Segundo Schmidt e Smit (2015), a classificação arquivística procura evidenciar e reunir os conjuntos

documentais que darão sentido às relações documentais, vínculos arquivísticos, os procedimentos e a proveniência que constitui a parte em um todo.

Desse modo, Albuquerque e Freitas (2017), explicam que na adoção da classificação arquivística deve-se ter o conhecimento de toda a estrutura organizacional, funcionamento, história de criação, contexto de produção documental e desenvolvimento institucional para permitir a organização e representação do conhecimento ali concebido. A participação do arquivista nesse processo de elaboração é imprescindível, dado que é ele quem conhece melhor do que qualquer outro profissional a realidade do acervo documental ao qual está sendo avaliado, descrito, organizado e representado. Nessa perspectiva, a partir de uma abordagem pós-custodial de Terry Cook, o arquivista é um dos protagonistas no processo de produção, organização e representação documental, participando de forma ativa do início ao fim.

Para Schmidt e Smit (2015), é por meio do processo de seleção, agrupamento e da distribuição do documento de arquivo que o gestor terá uma ampla visibilidade da instituição, bem como as suas funções e atividades que são desempenhadas no cotidiano jurídico-administrativo, isso fará com que as relações entre os documentos fiquem mais explícitas para o entendimento e o conhecimento da instituição. Nessa perspectiva, o gestor terá maior autonomia para a racionalização, gestão documental e tomada de decisão, bem como na elaboração de instrumentos de gestão, pesquisa e de políticas documentais, levando em consideração que a informação orgânica é o elemento primordial neste processo.

Negreiros (2007) aponta que a classificação em arquivos se trata de uma função matricial decorrente de instituições que tratam de arquivos produzidos, recebidos e organizados por uma determinada instituição (pública ou privada), sendo que este instrumento visa apresentar por meio do plano de classificação o modo como a instituição está operando e conduzindo por meio de operações técnicas a sua gestão documental, e, como são conduzidos os seus fluxos informacionais nos sistemas de informação. A classificação arquivística pode ocorrer nas três fases documentais, denominada de ciclo de vida (corrente, intermediário e permanente), nas duas

primeiras etapas[118], ela trata da avaliação e identificação documental, e na terceira[119], ela lida com a elaboração e a constituição dos fundos documentais (Negreiros, 2007). Contudo, no caso da terceira idade (fase permanente), é comum a adoção do quadro de arranjo para a organização e representação do acervo.

Nessa reflexão epistemológica, o ato de classificar no contexto arquivístico está associado à organização da informação, que por sua vez dará subsídios para a organização do conhecimento a partir da elaboração dos níveis de descrição e de instrumentos de representação da informação e do conhecimento como as linguagens documentárias/documentais, tesauros, cabeçalhos de assunto, vocabulários controlados, entre outros. Todavia, esses instrumentos de organização e representação do conhecimento são majoritariamente elaborados no contexto biblioteconômico, mas ao longo do tempo tem mantido um diálogo e interface necessária com os processos desenvolvidos em arquivos, principalmente quando se trata da representação da informação e do conhecimento.

Assim,

> Essa função em arquivos é fundamental no que tange ao acesso à informação contida no documento de arquivo, cabendo ao arquivista representar o contexto de produção/acúmulo deste documento, das razões de sua criação, bem como seu trâmite (Schmidt; Smit, 2015, p. 3).

Bernardes (2008, p. 11), entende que a classificação arquivística possibilita a recuperação do contexto original de produção dos documentos, isto é, a identificação da atividade que determinou a sua existência, bem como a padronização da denominação dos documentos, conferindo assim, maior agilidade no acesso aos documentos e às informações neles registradas e materializadas. Logo, fica evidente a presença do princípio da ordem original e da proveniência no processo de classificação de acervos documentais.

Segundo Sousa (2022, p. 227), de modo abrangente, a classificação constitui uma categoria de estudo de diversas áreas do conhecimento: Filosofia, Biologia, História, Linguística, Biblioteconomia, Arquivologia, Ciência da Informação, Documentação, Museologia, entre outras. Continua o autor, a classificação de documentos de arquivo, diferentemente do que ocorre, por exemplo, na biblioteca,

[118] Transferência
[119] Recolhimento

precisa fundamentar outras operações do fazer arquivístico (Sousa, 2022). Neste caso, o elemento principal da classificação em arquivos é a organização e representação do conhecimento produzido ao longo de atividades e funções arquivísticas.

A classificação arquivística, no campo da Ciência da Informação está vinculada à própria área de Organização do Conhecimento, em razão dos primeiros estudos terem sidos desencadeados principalmente a partir do desenvolvimento do Sistema de Classificação Decimal de Dewey, criado em 1876 (Vital; Medeiros, Brascher, 2017). Nesse sentido, segundo a concepção das autoras, e contrapondo as teses de Esteban Navarro e García Marco (1995) e Barros e Sousa (2019), os primeiros vínculos entre Organização do Conhecimento e Arquivologia podem ser analisados desde o século XIX. Ademais, a classificação arquivística leva em consideração os princípios arquivísticos - proveniência, unicidade, organicidade e a indivisibilidade -, sendo que esses princípios são essenciais para a formação dos conjuntos documentais que comporão as classes, pois esse processo visa esclarecer as relações existentes entre os documentos e os elos arquivísticos. Todavia, esta análise histórica não será abordada e aprofundada nesta tese, mas é possível analisar alguns aportes teóricos e metodológicos no discurso apresentado pelas autoras. Sendo assim, esta análise ficará para uma discussão futura.

A classificação de documentos de arquivo não é uma função autônoma, já que ela está ligada umbilicalmente à identificação, avaliação e à descrição arquivística. Essas funções arquivísticas sem a classificação ficam soltas no ar, isto é, sem conexão, sem lógica, pois experimentam tal nível de subjetividade que as esvaziam de sentido (Sousa, 2022). Além de ficarem desconectadas, a preocupação maior é com a desintegração, fragmentação e com a dispersão dos fundos documentais. Conforme será analisado na seção que apresenta os diagnósticos de arquivos de partidos políticos[120], essa dispersão e fragmentação ficará mais clara do ponto de vista arquivístico, demonstrando que a falta de um instrumento de organização e de uma política documental para acervos de partidos partidários compromete toda a cadeia de custódia documental.

Para Esteban Navarro (1995, tradução nossa, p. 82),

[120] Arquivos do Partido dos Trabalhadores no estado de São Paulo.

> a classificação consiste em dividir e agrupar os documentos em classes, que adquirem pleno sentido mediante sua integração em uma hierarquia construída a partir da eleição de umas categorias e de uns critérios de estruturação, baseados na prévia de uma determinada imagem do sistema de classificação mais adequado para cada caso e da parcela do conhecimento ou da realidade institucional sobre a que opera a ação de classificar.

A classificação em arquivos, no sentido geral, consiste em identificar e inserir cada documento e uma classe devidamente dentro de uma hierarquia, e estabelece um sistema de classificação auxiliar, de natureza distinta para cada núcleo, que permite reconstruir intelectualmente o fundo sem a distribuição física da informação em diversas peças e suportes documentais (Esteban Navarro, 1995, tradução nossa).

Segundo Esteban Navarro (1995, pp. 83-84, tradução nossa),

> Os quadros e as tabelas de classificação de arquivos são uma espécie particular de linguagens de estrutura hierárquica, pois igual a todos eles, servem para identificar um documento a partir de um critério predeterminado que atribui a uma classe, que só cobra pleno sentido por meio de sua integração dentro de uma hierarquia. Ademais, como a classificação de um fundo pode partir de qualquer destes três elementos: a estrutura administrativa da instituição geradora, as ações por parte dessa instituição tem provocado a produção documental e os assuntos sobre o que trata; existem três classes de sistema de classificação: orgânico, funcional ou por matérias, respectivamente.

No entendimento de Sousa (2014, 2022), a classificação arquivística possibilita o estabelecimento das relações orgânicas entre os documentos individuais, que reunidos proporcionam uma representação contínua da atividade institucional; a garantia de que os documentos mantenham sua denominação ao longo do tempo; o estabelecimento de prazos e permanências nos acervos (tabela de temporalidade) e medidas de conservação (medidas de prevenção) e a disponibilidade (meios de recuperação e acesso) aos documentos de arquivos. Porém, esses processos não são elaborados de maneira aleatória, para isso é necessário que os arquivos disponham de políticas documentais de produção, classificação, organização e representação muito bem fundamentados nos princípios arquivísticos. Tais princípios foram explorados de forma ampla por pesquisadores do campo da Arquivologia/Arquivística como Michel Duchein, Theodore Schellenberg, Carol Couture, Jean Yves Rousseau, Renato Barbosa, Heredia Herrera, entre outros pensadores e pensadoras que contribuíram na popularização do tema por meio de pesquisas, debates, publicações científicas e no desenvolvimento de metodologias aplicadas à realidade dos arquivos.

Ao mencionar a classificação funcional, sendo ela a mais adotada no processo de organização e representação em arquivos, Barros e Sousa (2022, p, 26), entendem que

> Ela nos permite visualizar uma representação hierárquica da instituição em relação a suas ações jurídico-administrativas. Comparando-a com os sistemas de organização do conhecimento tradicional, ela é muito semelhante a um sistema de classificação com uma categorização taxonômica (em outras palavras, menos estruturada). No universo da organização do conhecimento, este tipo de classificação não é muito comum, devido às características dos domínios comumente modelados por ela. Desde sua popularização por Theodore R. Schellenberg em 1956, a classificação funcional tornou-se a base para a classificação dos arquivos, pois auxilia na avaliação dos registros documentais e na construção de um programa de gerenciamento de registros.

Como resultado da classificação arquivística, ou seja, o processo de análise, seleção, tratamento, organização e disposição dos documentos que serão representados pelo seu nível de acesso e que são embasados pela Lei de Acesso à Informação (LAI) 12.527/2011: ostensivo, reservado, secreto e ultrassecreto, essa ação técnica e intelectual resultará em um instrumento de gestão que visa dar suporte à Administração Pública ou Privada, isto é, o plano de classificação arquivística. Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 132), o plano de classificação é basicamente um esquema de distribuição de documentos em classes de acordo com métodos de arquivamento específicos, elaborado a partir do estudo das estruturas e funções de uma instituição e da análise do arquivo por ela produzido. Por sua vez, também será criada a tabela de temporalidade, que visa estabelecer os prazos precaucionais para os documentos avaliados e identificados, ou seja, se serão recolhidos ao arquivo permanente ou se serão eliminados. Trata-se de um instrumento de destinação aprovado por autoridade competente, que determina prazos e condições de guarda tendo em vista a transferência, transferência, recolhimento, descarte ou na eliminação dos documentos (Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, 2005).

Segundo Barros e Tognoli (2015), a classificação é uma atividade gerencial e de planejamento não só para os arquivos, mas para as administrações que geraram os documentos. Assim, a construção do plano de classificação deve contemplar as relações entre os documentos, mas não só essas, também as relações entre os documentos, órgão produtor, contexto de produção e os agentes responsáveis pela

documentação, assim, o sistema de classificação se tornaria um instrumento útil e facilitador da identificação, descrição, avaliação e gestão documental.

Desse modo, para Heredia Herrera (1991, p. 101, tradução nossa),

> Os arquivos, de acordo com seu produtor, podem ser divididos em duas classes institucionais enquadradas dentro do direito público ou do privado, não tem a ver com o acesso ao público - e, segundo sua atividade, os primeiros serão jurídicos, militares, municipais, entre outros. E segundo, são pessoais, notários, eclesiásticos e administrativos.

No universo hispânico, Heredia Herrera (2013) entende a classificação como uma função arquivística em que se estabelecem as categorias documentais baseadas nas funções e na estrutura e relação orgânica de uma instituição e se manifesta no quadro de classificação do fundo. Ela é determinada pelo princípio elementar da Arquivologia, em outras palavras, da proveniência, conforme já destacado em outras oportunidades. De acordo com García Marco (1995, tradução nossa[121]), a importância do princípio da proveniência não se pode entender se não se relaciona com a função do arquivo histórico como um bem cultural, como memória social e estética. Em virtude dessa função, o arquivo desorganizado é objeto de uma verdadeira investigação arqueológica, em que se descobrem suas funções primitivas, se estabelecem as espécies, tipologia e os tipos documentais, se recupera como um quadro, como um sistema. Portanto, na concepção dos autores, um acervo desorganizado tende a transparecer um esforço hercúleo para a recuperação de determinados tipos documentais, e essa realidade se adequa aos acervos documentais de partidos políticos.

A classificação arquivística, para Marques (2013, p. 99) é a identificação e a organização de maneira intelectual dos documentos de um fundo arquivístico, isto é, deve haver uma classificação que estabeleça classes, esquemas e categorias com base em uma determinada ordem e método de organização. Continua Sousa (2003, p. 241), lembrando que “acervos guardados sem qualquer classificação estão no limbo do universo do conhecimento, porque não é possível acessá-los ao conteúdo

[121]La importancia del principio de procedencia no se puede entender si no se relaciona con la función del archivo histórico como bien cultural, como memoria social y estética. En virtud de esta función, el archivo desorganizado se somete a una auténtica labor de investigación arqueológica, se descubren sus funciones primitivas, se establece la tipología de sus documentos, se recupera como entramado, como sistema (García Marco, 1995).

informacional existente". Dessa maneira, a elaboração de instrumentos de organização e representação do conhecimento em arquivos se torna necessário para subsidiar o acesso aos itens documentais existentes nos acervos. A elaboração desses instrumentos com base nos princípios arquivísticos, além do acesso, organização e representação, contribui no processo de recomposição dos acervos documentais que foram dispersos ao longo do tempo, como no caso dos arquivos do PT, objeto de investigação desta tese.

A classificação arquivística, no que entende Sousa (2003), é uma função matricial importante para a transparência e o compartilhamento de informações, que são caminhos seguros para a tomada de decisão, para a preservação da memória institucional e administrativa das organizações contemporâneas e para o pleno exercício da cidadania. Ela é uma atividade reconhecida, pela maior parte dos pesquisadores que tratam da questão, como função matricial, ela precede todas as outras atividades. Entretanto, há um espaço muito grande entre o reconhecimento de sua importância e o aprofundamento teórico sobre o tema.

Ainda, de acordo com Sousa (2003, p. 251), o processo de classificar significa distribuir indivíduos em grupos distintos, de acordo com caracteres comuns e caracteres diferenciadores. Pode-se fazer essa distribuição observando-se características superficiais e mutáveis ou então tendo-se em vista caracteres essenciais e permanentes. No primeiro caso, a classificação é elaborada a partir de um princípio de divisão ou classificação artificial. No segundo caso, o princípio será natural.

A classificação arquivística, de certa forma é estabelecida a partir do desenvolvimento, acúmulo e do crescimento da documentação das instituições de acordo com sua dinâmica administrativa e burocrática, pois segundo Sousa (2003, 2006, 2022), ao longo do tempo, a humanidade sempre teve necessidade de organizar os registros de suas atividades e de criar meios eficazes para preservar, recuperar e ter acesso ao respectivo conteúdo informacional. Em razão disso, a necessidade de registrar, organizar e representar o conhecimento sempre foi intrínseca a toda civilização humana e os seus registros documentais não estão longe disso. Ou seja, a prática de organização não se resume apenas a deixar tudo em ordem, mas sim conservar, representar e preservar o conhecimento para que este perpetue no espaço

e nas unidades informacionais e que possa ser acessado por diversos sujeitos informacionais por intermédio de inúmeras formas de interação e representação, seja de forma física, digital ou híbrida.

Sousa (2003, p. 241), explica que a classificação arquivística

> É a função/intervenção que dá sentido e que preserva o caráter orgânico do conjunto, espinha dorsal de todo o conhecimento arquivístico e o que delimita e distingue o objeto (informação) da Arquivística das outras áreas da Ciência da Informação. A classificação arquivística insere-se em um espaço informacional que de um lado se coloca o estoque informacional (arquivo) e de outro o "necessitador" da informação (o usuário/sujeito informacional). Ela aparece como uma ponte entre o sujeito (usuário) e o objeto (o arquivo), dando a este último inteligibilidade não apenas como instrumento organizador, mas, também, como canal de comunicação.

Segundo Gonçalves (1998, p. 6), a classificação arquivística tem por finalidade, na maior parte, dar visibilidade às funções e às atividades da instituição produtora do arquivo, deixando clara as relações orgânicas e ligações entre os documentos. No sentido geral, a classificação é uma forma de dar visibilidade à maneira como a instituição é estruturada do ponto de vista orgânico, bem como são realizadas as suas atividades, processos e funções arquivísticas. Ela reflete no tratamento da documentação que é produzida na própria instituição, pois os documentos classificados são comumente representados por meio do plano de classificação. Esse plano tem por finalidade ilustrar a forma como os documentos estão organizados, e se estão sendo utilizados de forma funcional ou estrutural, sobre a forma de classificação, cada instituição tem a autonomia para estabelecer o modelo adequado a ser adotado de acordo com sua cultura organizacional e sua realidade. No caso das instituições político-partidárias, os documentos em sua maioria não seguem um padrão de classificação, ou seja, são classificados e organizados com base em métodos empíricos e que atende a demanda desses sujeitos informacionais que acessam essa documentação para diversas finalidades, sejam elas específicas ou não. Por outro lado, a elaboração de instrumentos de gestão e pesquisa contribuiria na organização e representação do conhecimento produzido pelos partidos políticos ao longo dos anos.

Sousa (2022, pp. 236-237), declara que a abordagem funcional, sendo ela a mais utilizada em acervos, atende a dois dos três objetivos da classificação de documentos de arquivo: a manutenção do vínculo arquivístico e a fundamentação de

outras funções arquivísticas (avaliação e descrição, principalmente). A recuperação dos documentos, como um dos objetivos, não é completamente preenchida, mesmo no ambiente tradicional de documentos em suporte físico. O agrupamento favorece, principalmente, a busca contextual dos documentos, mas não auxiliava nas buscas pelo conteúdo informacional. Nessa discussão, pode-se inferir que a abordagem funcional poderia ser a mais adequada para as associações político-partidárias, já que a produção documental dessas instituições políticas são caracterizadas e representadas por funções desenvolvidas ao longo de um determinado contexto político e de atividade partidária. Além das funções exercidas pelos militantes e gestores do partido, o contexto simbolizado nos documentos se manifesta com um dos principais interesses de pesquisadores e até mesmo de personagens ligados ao partido ou não.

Barros e Sousa (2019, p. 85), destacam que

> A classificação por funções está pacificada na literatura arquivística. Ela ganha força com as padronizações administrativas e o desenvolvimento da burocracia moderna, a partir do final da Segunda Guerra Mundial. Isto proporcionou uma racionalização e, ao mesmo tempo, um aumento exponencial da complexidade de produção e uso dos documentos jurídico-administrativos. Essa mudança nos dá o fundamento para ir além e pensar nas possíveis contribuições da Organização do Conhecimento para a Arquivologia.

Já a classificação arquivística adotada de forma estrutural, tem por finalidade apresentar as relações hierárquicas na produção documental, essa representação se manifesta pela estrutura organizacional. No caso dos arquivos do PT, conforme será discutido na seção 4, mesmo que os arquivos não seguem uma lógica arquivística de produção documental, pode-se inferir que os documentos são representados e classificados pelo método funcional e manifestados por meio de fluxogramas. Contudo, como não há um fluxograma específico sobre as principais atividades do partido, supõe-se que essas atividades estão atreladas às principais funções desempenhadas pelos sujeitos políticos que compõem o PT. No sentido estrutural, existem evidências de que os arquivos são produzidos por meio de determinados setores e que estabelecem um grau de comunicação dentro da lógica de produção documental, mesmo que alguns fundos documentais estejam dispersos.

A função da classificação arquivística, de modo geral, segundo Albuquerque e Freitas (2017) é organizar de forma consciente, lógica e consistente o conhecimento

registrado e materializado em documentos de arquivo, com a finalidade de dissipar a dispersão do conhecimento, usando-se, para tanto, de princípios e metodologias coerentes, organizando as entidades físicas e abstratas, representadas, respectivamente, pelo suporte informacionais e pelos conceitos, em grandes categorias ou classes, subdivididas no quanto se fizer necessário.

Sobre a classificação como um instrumento de organização e representação do conhecimento em processos arquivísticos, para Gomes *et al* (2020, p. 356), ela

> pode ser operacionalizada, dando origem a um instrumento denominado de plano de classificação (ou quadro de arranjo, no caso dos arquivos permanentes), que evidenciam quais são as classes em que o arquivo se divide. O plano de classificação é fundamental para a realização de diversas atividades nos arquivos, envolvendo tanto o controle do acervo quanto a recuperação das informações. Mais especificamente, é a partir do plano de classificação que outras funções arquivísticas, como a avaliação e a descrição, são realizadas.

Assim, para Barros (2016), a classificação arquivística, seja ela funcional, estrutural ou mista, funciona como a base para todos os processos de organização de arquivos e evidentemente para a organização e representação do conhecimento. Portanto, na reflexão do autor, independente de seu uso, a classificação arquivística está estritamente associada à organização e representação do conhecimento em arquivos. Em primeiro lugar, a classificação estabelece as classes e categorias documentais, em segundo lugar, o conhecimento é organizado por meio de pelo menos três formas e por fim, ela dá subsídios para a compreensão sobre as relações documentais existentes nos acervos documentais (Barros, 2016). Essa forma de organização e representação se manifesta por meio do plano de classificação ou do quadro de arranjo.

No entendimento de Albuquerque e Freitas (2017), considera-se a classificação arquivística como uma atividade básica e primordial de organização e representação do conhecimento, que consiste em um processo racional de distribuição de elementos de uma ou várias instituições, em ordem sistematizada, em conformidade com as suas particularidades de semelhança ou de diferenças. Conforme reflexão das autoras, acredita-se que a classificação arquivística consiste em um processo intelectual, racional, metodológico e técnico de distribuição de elementos de uma ou várias

entidades, em ordem sistêmica, de acordo com suas características de semelhança ou de diversidade (Albuquerque; Freitas, 2017).

Para Albuquerque e Freitas (2017, p. 820),

> sendo assim, a classificação deve ser entendida como o processo mental de distribuição de elementos de uma ou várias entidades, em ordem sistêmica, de acordo com suas características de semelhança ou de distinção, enquanto a ordenação consiste no processo físico de arranjo de um conjunto de documentos, de acordo com as classes ou categorias pré-estabelecidas no processo intelectual.

Nesta seção, de forma breve, foi possível apresentar algumas considerações acerca da relação entre a Organização do Conhecimento e Arquivologia e a sua relação com os Arquivos a partir da classificação arquivística. Nesta análise, verificou-se que esta função matricial representa de forma lógica o fluxo informacional e a produção, organização e representação documental da instituição, sendo que essas atividades são representadas pelo plano de classificação, quadro de arranjo e tabela de temporalidade da instituição, é preciso ressaltar que esses instrumentos são elaborados por meio de manuais técnicos e com base em estudos epistemológicos, interdisciplinares e na adoção de conhecimentos científicos e metodológicos desenvolvidos no campo da Arquivologia.

Em síntese, a classificação arquivística apresenta relações do ponto de vista prático, metodológico e teórico com a Organização do Conhecimento, uma vez que essa função arquivística traz em sua essência a necessidade de organização, representação e disposição da informação e do conhecimento por meio de classes, estruturas, diretrizes, métodos de organização e ordenação e políticas de acesso aos documentos.

Na próxima subseção, serão apresentados aspectos históricos e teóricos sobre a Diplomática e Diplomática Arquivística Contemporânea, cujo objetivo é demonstrar a vinculação de tais métodos aos campos da Organização do Conhecimento e Arquivologia e apresentar uma definição sobre a concepção de conhecimento em arquivos e conhecimento diplomático.

## 3.2 Diplomática e Diplomática Arquivística Contemporânea

O objetivo desta subseção de caráter teórico é apresentar de maneira breve os aspectos conceituais, históricos e as principais definições sobre os métodos analíticos da Diplomática e Diplomática Arquivística Contemporânea em seu sentido mais genérico. O intuito não é realizar um esgotamento da discussão sobre o tema, uma vez que existem inúmeros trabalhos científicos realizados por pesquisadores conceituados e com muito mais propriedade para debater sobre o assunto. Todavia, justifica-se a abordagem do método, dado que este está inserido diretamente aos processos de Organização do Conhecimento em Arquivos, especialmente quando se discute a análise do formato, tipologia, tipo, gênero e da forma documental. Além desses fatores, se faz necessário discutir a definição de conhecimento diplomático, elemento este que será discutido e apresentado de forma provisória ao final desta subseção em conjunto com a noção de conhecimento em arquivos.

Para Rodrigues (2020, p. 57), a partir de uma análise histórica, pode-se afirmar que a Diplomática surgiu ligada ao direito patrimonial, desenvolvendo um estudo sistematizado do documento escrito para provar a veracidade e autenticidade de títulos de terras da Igreja Católica e de outras propriedades do Estado.

Segundo Tognoli, Rodrigues e Guimarães (2019, p. 525, tradução nossa[122]), em princípio, a diplomática é uma disciplina/método analítico e que foi concebido na Idade Média (476-1453) cujo principal objetivo sempre foi distinguir os registros documentais (*urkunde, acte*) dos autênticos. O objetivo do referido método, a grosso modo, era analisar documentos que serviam de testemunho para a verificação de fatos, ora sob um objetivo prático-jurídico, ora sob uma perspetiva histórica. Para isso, tornava-se necessário, antes de mais nada, estudar e examinar a forma do documento em sua totalidade.

Para Tognoli e Guimarães (2011), o método diplomático proporciona a relação entre os criadores de documentos e os arquivistas, estabelecendo uma conexão entre

[122]Diplomatics is a middle age discipline whose main purpose has always been distinguishing false documents (*urkunde, acte*) from authentic ones. The diplomatist's objective was to analyze documents that served as testimony for the verification of facts, sometimes under a practical-juridical objective, sometimes under a historical perspective. To do so, it became necessary, first and foremost, to study the document form (Tognoli; Rodrigues; Guimarães, 2019).

o documento de arquivo e o sistema jurídico no qual foi constituído. Além do sistema jurídico, leva-se em consideração o sistema político, cultural e administrativo vigente da época. Esses elementos representam o status quo em que o documento foi produzido, demonstrando os sinais, formatos e símbolos utilizados em um determinado período para a confecção do documento.

Segundo Tognoli e Guimarães (2011, p. 34, tradução nossa), no sentido metodológico,

> Com a aplicação do método diplomático, o arquivista é capaz de reconstruir todo o contexto de produção de um conjunto documental, a partir da peça documental, uma vez que as fontes utilizadas para reconstruir o percurso do documento, como os organogramas e regimentos, por exemplo, nem sempre serão suficientes.

Nas reflexões de Tognoli, Rodrigues e Guimarães (2019), podemos entender a Diplomática como uma arte e que se caracteriza como um método crítico, que busca, por meio da compreensão da forma documental, discernir a autenticidade e/ou falsidade do documento. Logo, a Diplomática é a arte que estuda a essência do documento, ou seja, sua forma documental. Entretanto, conforme veremos nesta subseção, o método diplomático não se restringe apenas a essa função, mas extrapola outros contextos de produção e análise documental.

A começar por Heredia Herrera (1991, p. 61), que define a Diplomática como uma ciência que examina o documento, a partir de sua forma, tipo, tipologia, gênero, sua estrutura e suas cláusulas, tendo como objetivo estabelecer as diferentes tipologias documentais e sua gênese dentro das instituições, com a finalidade de analisar sua autenticidade e veracidade. Ou seja, ela procura de maneira analítica e comparativa atestar se um documento é falso ou verdadeiro com base em seus elementos internos e externos, e verificar se a informação que consta nele realmente diz o que é. Dessa maneira, a discussão sobre a preservação da integridade do documento também pode ser atrelada ao método da diplomática.

Dessa forma,

> Distinguir os documentos (*urkunde, acte*) falsos dos autênticos sempre foi o objetivo da Diplomática e a razão pela qual seus estudos foram desenvolvidos. Tanto os diplomatistas clássicos, quanto os modernos tinham como objetivo analisar os documentos que serviam de testemunho para a verificação de fatos, ora com um objetivo prático-jurídico, ora com um objetivo de contar os fatos dos passados em uma perspectiva historiográfica. Para fazê-lo, ou seja, para compreender o documento enquanto autêntico ou falso fez-se necessário,

> antes de mais nada, o estudo de sua forma (Tognoli; Rodrigues; Guimarães, 2019, p. 65).

Já Tallafigo (1994), em princípio, define a Diplomática como uma ciência que estuda e critica o documento escrito desde o seu ponto de vista das formas e com base em seus elementos intrínsecos e extrínsecos. Para o autor, elementos como forma, formato e conteúdo informacional são imprescindíveis para a análise diplomática. Mesmo que seja destacado o documento escrito (suporte físico), à diplomática também poderá ser aplicada a documentos digitais (como por exemplo, na diplomática forense, entre outros). No pensamento de Bellotto (2002), os caracteres ou elementos externos, extrínsecos, físicos, de estrutura ou formais têm a ver com a estrutura física e com a sua forma de apresentação. Relacionam-se com o gênero documental, isto é, a configuração que assume um documento de acordo com o sistema de signos de que seus produtores se serviram para registrar e materializar a mensagem/informação.

De acordo com Cunha e Cavalcanti (2008), em consonância com Cunha e Mascarenhas (2014), esse tipo de método de análise documental foi amplamente utilizado nos séculos XVII e XVIII pelas Ciências Jurídicas e pela História, para examinar se um documento era autêntico e original, mas atualmente o método se expandiu, diante da utilização da Diplomática pela Arquivologia e as Ciências da Documentação. Neste caso, a Arquivologia começa a se valer dos estudos diplomáticos no que pode ser denominado de Diplomática Arquivística Contemporânea, conceito que será discutido com ênfase mais adiante. Em um dado momento, relaciona-se a diplomática de forma direta aos processos desempenhados na Arquivologia e na História, sendo até mesmo a primeira subordinada (auxiliar) a segunda por um determinado período.

Na definição do *Dictionary of Archives Terminology* (2005, tradução própria[123], não paginado), “Diplomática é o estudo da produção, modelo e transmissão de documentos, e sua relação com os fatos neles representados e com seu produtor, a fim de identificar, avaliar e transmitir sua natureza e autenticidade”. Dessa maneira, entende-se que a Diplomática não se resume apenas a um método analítico

[123] The study of the creation, form, and transmission of records, and their relationship to the facts represented in them and to their creator, in order to identify, evaluate, and communicate their nature and authenticity (Dictionary of Archives Terminology, 2005).

documental, mas compreende uma série de processos arquivísticos e que podem ser analisados no escopo da Organização do Conhecimento, principalmente do ponto de vista metodológico.

Para Troitiño-Rodriguez e Fonseca (2017, p. 1003),

> A Diplomática desenvolveu-se em concomitância ao documento com finalidade probatória, de maneira que suas alterações - as quais foram posteriores a seu momento inicial, na Idade Média - ocorreram em função do mesmo. Contudo, neste período medieval o objeto de estudo da Diplomática é o documento diplomático, aquele de natureza jurídica, escrito e redigido segundo formas padronizadas. Tendo a Diplomática se desenvolvido e assumido diversas abordagens ao longo do tempo – Diplomática Científica, Diplomática Histórica, Diplomática Jurídica, Diplomática Arquivística - seu objeto também acompanhou tal evolução.

Com base na análise das autoras, é interessante destacar um aspecto importante, isto é, o documento de arquivo, aquele produzido em decorrência de atividades jurídicas e administrativas, ele é diferente do que se pode ser denominado de documento diplomático. Em linhas gerais, a produção de um documento se dá pelo fato comprobatório de sua ação, e ao longo do tempo, a diplomática acompanhou essa evolução documental. Já a Diplomática Arquivística Contemporânea ou Tipologia Documental, que será apresentada mais adiante, segundo Bellotto (2008), trata da ampliação da diplomática em direção da gênese documental.

Bellotto (2002, p. 13), lembra que a Diplomática ocupa-se da estrutura formal dos atos escritos de origem governamental e/ou notarial. Trata, portanto, dos documentos que, emanados das autoridades supremas, delegadas ou legitimadoras, como é o caso dos notários, são submetidos, para efeito de validade, à sistematização imposta pelo Direito (Ciências Jurídicas). Tornam-se esses documentos, por isso mesmo, eivados de fé pública, que lhes garante a legitimidade de disposição e a obrigatoriedade da imposição, bem como a utilização no meio sociopolítico regido por aquele mesmo Direito. Assim, não é possível dissociar a diagramação e a construção material do documento do seu contexto jurídico-administrativo de gênese, produção e aplicação.

No entendimento de Delmas (2010, p. 141), a finalidade da Diplomática era facilitar aos medievalistas o acesso aos documentos pela crítica, a autenticação e a análise descritiva dos documentos de um conjunto. Assim, Cândido (2014) entende que a Diplomática é a ciência que estuda a estrutura formal dos documentos e seus

caracteres, analisando e julgando a autenticidade e veracidade do documento. Estuda os caracteres extrínsecos que se configuram como (língua, redação, teor do documento, frases).

Nesse sentido, Troitiño-Rodriguez (2010, p. 83), explica que “os elementos externos são entendidos como sinais de validação, que evitam fraudes e confere autenticidade a um documento”. Os autores RuiPérez e Díaz (2003, tradução própria), comentam que seu objeto formal busca mais do que analisar e verificar a autenticidade do documento, a Diplomática procura demonstrar mediante a investigação do ditos caracteres (internos e externos), se o documento utilizado é o adequado para a tramitação e transmissão de uma determinada ação ou atividade jurídico-legal.

Tognoli (2013), destaca que os elementos internos e externos dos documentos seguindo a visão das arquivistas Paola Carucci e Luciana Duranti de que alguns deles por não serem mais utilizados, não são úteis na análise dos documentos atuais. São aqueles considerados como a parte física do documento e seu aspecto externo. Podendo ser o meio de comunicação, a escrita, a língua, os sinais especiais e os comentários realizados no documento. A autora complementa e destaca que Jean Mabillon foi um dos precursores dos estudos diplomáticos e que foi amplamente desenvolvido nos campos da História, Direito e da Arquivologia. Nos dias atuais, têm sido utilizados de maneira ampla nos campos da Tecnologia e Tecnologia da Informação.

A respeito de Jean Mabillon (1632-1707), importante beneditino e estudioso dos estudos diplomáticos, e que pode ser considerado um dos principais expoentes do método, de acordo com Ruiperez e Díaz (2003, p. 11, tradução nossa), a esse pensador se atribui tanto a origem científica, bem como a denominação da disciplina, destaca-se que sobre qualquer outra consideração, segundo os autores, inclusive, ele quem advoga pela vinculação jurídica dos documentos diplomáticos, aspecto que constitui sua própria essência.

Para Tallafigo (1994, tradução nossa), Mabillon visa condensar, organizar e sistematizar os saberes dos documentos antigos, por meio de um método lógico que enriquece uma contrastada e sábia averiguação de muitos documentos de arquivos,

verdadeiros e falsos, originais ou cópias, autênticos ou não autênticos, de diferentes períodos e diferentes instituições (natureza pública ou privada).

Rodrigues (2020), menciona que Mabillon é quem efetua a primeira sistematização rigorosa sobre a autenticidade dos documentos arquivísticos. A sua metodologia foi usada para examinar individualmente cerca de 200 (duzentos) documentos diferentes, de várias épocas e os comparar analiticamente e metodologicamente. Verificou o que tinham em comum e qual era o procedimento do ambiente onde eles se encontravam. Os resultados obtidos neste estudo passaram a se configurar, como os pressupostos teóricos e metodológicos da disciplina para a sistematização e exame de outros tipos de documentos que não fossem estritamente diplomáticos e arquivísticos, mas que poderiam se enquadrar em ambos os critérios de análise.

Após contribuir para o estabelecimento da Diplomática como um método analítico comparativo, Duranti (2020), lembra que em 1681, Mabillon publica a obra "*De re diplomática*", e que esse material marca o nascimento dos estudos e das análises diplomáticas e paleográficas. A pesquisadora e diplomatista italiana lembra que Mabillon subdividiu um grupo de aproximadamente 200 (duzentos) documentos em grandes categorias e examinou todos os diferentes aspectos internos e externos que poderiam ser analisados, como: material, tinta, linguagem, escrita, pontuação, abreviações, fórmulas, assinaturas, selos, sinais especiais, notas de chancelaria e assim por diante.

Mabillon (1681) *apud* Tognoli (2013, p. 677), ainda nessa discussão,

> os definiu como caracteres intrínsecos e extrínsecos, descrevendo os primeiros como o conteúdo do documento que abrange, por sua vez, o estilo, o texto, os selos, a data e as assinaturas. Aqui, o texto compreendia as seguintes partições: (1) invocação *(invocatio*); (2) inscrição e titulação (*inscriptio* e *titulis*); (3) precação *(imprecationes*), (4) selos (*sigilla*), (5) subscrições (*subscriptiones*) e (6) datas (nota *chronologica*). Os caracteres extrínsecos compreendiam o material (matéria) sobre o qual eram escritos os documentos (pergaminho, papiro, tábuas de argila, chumbo, pedras) e o meio usado para inserir as escrituras ou símbolos nesse material (tinta).

Tognoli e Guimarães (2013), destacam que após essa publicação de Jean Mabillon, em, 1681, outros importantes tratados e manuais de natureza diplomática

surgiram mais especificamente em países europeus, como na França, Áustria, Alemanha e Itália, ao postularem concepções e métodos para a crítica de documentos medievais contribuindo para a consolidação da Diplomática enquanto método e disciplina científica. Na arquivística brasileira e latinoamericana, as principais expoentes do método diplomático foram Heloísa Bellotto e Ana Maria de Almeida Camargo.

Bellotto (2015, p. 5), retomando os aspectos da Diplomática, entende que

> A essência original da Diplomática reside na sua viabilidade de contribuir para a averiguação da autenticidade relativamente aos elementos que compõem a estrutura do documento, em especial, aos documentos ditos “de fé”, mas não só. Hoje, todo o instrumental da Diplomática - enriquecido através dos mais de 3 séculos de sua existência com novas metodologias cada vez mais refinadas e abrangentes, alcança hoje todo o rico aporte da tecnologia da informação. Esse instrumental enriquecido habilita-a a alcançar todos os documentos arquivísticos vindos das mais diferentes proveniências e nos mais variados suportes documentais.

Segundo Tognoli (2013), a Diplomática não deveria ser ensinada apenas nas academias, instituições religiosas, instituições de ensino superior, centros universitários, colégios ou escolas apenas com o objetivo puramente tecnicista e prático, que visasse somente à crítica dos textos e à verificação do falso e do autêntico. Logo, pode-se entender que a autora defende uma maior autonomia da diplomática como uma disciplina e método científico e que essa prática possa ser estendida não apenas nos mais diversos níveis escolares, mas também a outros contextos de produção documental.

Heredia Herrera (1991) e Bellotto (2015), indicam que embora a Diplomática seja uma disciplina científica e interdisciplinar, em muitos casos, ela é vista como uma disciplina auxiliar da Arquivologia, juntamente com outras, como a Paleografia, Sigilografia, Neografia, Cronologia, e que elas fazem parte de um campo de estudo maior, ou seja, a História.

No sentido prático, segundo Rodrigues (2020), para entendermos o modelo estrutural, assim como a aplicação do método diplomático, é preciso atentar-se ao quadro 16:

**Quadro 16: Aplicação do método diplomático**

| Elementos Intrínsecos e Extrínsecos | Ações | Exemplos |
|---|---|---|
| **Protocolo** | **Invocação simbólica e verbal<br>Titulação<br>Direção<br>Saudação** | **Vossa santidade, Vossa Eminência, Vossa Excelência, Vossa Magnificência, Vossa Senhoria** |
| **Corpo ou Texto** | **Preâmbulo<br>Notificação<br>Dispositivo<br>Clausulas finais** | **Venho por meio deste, Vimos por meio deste, É com enorme pesar, Respeitosamente** |
| **Protocolo Final** | **Data<br>Validação** | **Marília, dia 07 de março de 2024, Século XXI** |

**Fonte:** elaboração própria adaptado de Rodrigues (2020).

A partir da sistematização e representação do quadro 16, a fim de entendermos como se dá a aplicação do método diplomático, na primeira coluna, são elencados os tópicos que condicionam as análises tipológicas com base em seus caracteres internos (contexto, data, titulação, corroboração) e externos (selo, sinais especiais). Na segunda coluna, são apresentadas as principais ações e que dão embasamento à caracterização do documento enquanto um objeto de manifestação e materialização da informação. Na terceira coluna, são apresentados os vocativos, o modo verbal e a cronologia materializada e que contextualiza o fato determinado e registrado no documento.

Com base em Lima e Flores (2015), no contexto atual, a diplomática, configura-se como uma ciência autônoma, que de certa forma influencia e estabelece diálogo com outras áreas do saber como o Direito, a História, a Gestão, a Computação, com grande aplicação no campo da Arquivologia, em razão de auxiliar no contexto de produção de documentos e nas relações destes com as atividades/funções dos órgãos produtores, através do estudo dos tipos, tipologias documentais, forma e da gênese documental.

Em resumo, Rodrigues (2020, p. 67), menciona que

> a metodologia diplomática é um método analítico de investigação, onde o estudo do documento é tomado como referência, porque ele “fala por si

> mesmo", refletindo as relações expressas entre a forma documental e o contexto administrativo de sua produção, conhecimento que fundamenta o desenvolvimento das funções arquivísticas em qualquer momento do ciclo de vida documental.

Para deixarmos essa relação um pouco mais clara, a seguir, será tratada a Diplomática Arquivística Contemporânea, Diplomática Contemporânea ou muitas vezes denominada de Tipologia Documental, porém, será dado ênfase apenas ao primeiro termo, pois este apresenta mais aderência aos processos voltados a Organização e Representação do Conhecimento. Apenas para entendermos as diferenças entre os métodos, segundo Bellotto (2002), o campo de aplicação da Diplomática gira em torno do verídico quanto à estrutura e à finalidade do ato jurídico. Já o da Diplomática Arquivística ou da Tipologia Documental gira em torno da relação dos documentos com as atividades institucionais/pessoais.

Para Bellotto (2002), na identificação diplomática do documento deve-se reconhecer alguns elementos imprescindíveis, conforme pode-se observar na figura 17:

**Quadro 17 - Diplomática e Diplomática Arquivística Contemporânea**

| Métodos | Análise |
|---|---|
| **Diplomática** | **1) a sua autenticidade relativamente à espécie, ao conteúdo e à finalidade; 2) a datação (datas tópica e cronológica); 3) a sua origem/proveniência; 4) a transmissão/tradição documental; 5) a fixação do texto;** |
| **Diplomática Arquivística Contemporânea ou Tipologia Documental** | **1) a sua origem/proveniência; 2) a sua vinculação à competência e as funções da entidade Acumuladora; 3) a associação entre a espécie em causa e o tipo documental; 4) o conteúdo; 5) a datação.** |

**Fonte:** elaboração própria adaptada de Bellotto (2002)

Conforme destacam Tognoli e Guimarães (2013) e Cândido (2014), a incorporação da Diplomática pela Arquivística foi apresentada inicialmente na década de 1960, com o estabelecimento de uma identificação entre o objeto de ambas as

disciplinas, documento diplomático e documento de arquivos, respectivamente, e que teve como precursor, o arquivista francês Robert Bautier (1922-2010). No que diz respeito ao método diplomático no campo arquivístico, pode-se considerar Bautier como um dos precursores desta discussão e que no campo arquivístico tem se estendido até os dias de hoje.

Na diplomática e, especificamente, na chamada diplomática arquivística contemporânea ou tipologia documental, de acordo com Rodrigues (2008, pp. 13-14), a arquivística encontra o fundamento das pesquisas necessárias para o desenvolvimento das metodologias de identificação dos documentos. A identificação documental, realizada a partir de parâmetros normalizados pela tipologia documental confere rigor científico às tarefas arquivísticas, contribuindo para formar e orientar o arquivista para a realidade arquivística contemporânea, principalmente com o advento e o desenvolvimento de novas tecnologias informacionais, como a inteligência artificial aplicada aos arquivos.

Cândido (2014), lembra que a consolidação da Diplomática Contemporânea vem somente a partir dos estudos iniciados e apresentados pelas diplomatistas italianas Paola Carucci e Luciana Duranti, com isso, a Diplomática recebe novos desafios, retornando aos documentos privados referentes à administração auxiliando assim a consolidação do campo da Arquivologia.

Para Tognoli e Guimarães (2011, p. 32),

> A incorporação da Diplomática pela Arquivística foi defendida primeiramente na década de 1960, com o estabelecimento de uma identificação entre o objeto de ambas as disciplinas, a partir dos estudos do arquivista francês Robert-Henri Bautier (1961). Na década de 1970, o Britânico Christopher Brooke também alertara aos arquivistas que uma mudança era necessária, convidando-os a reinventar a disciplina e propõe o estudo de uma Diplomática moderna que pudesse ser incorporada à Arquivística, para responder às novas demandas para a organização do conhecimento arquivístico no século XXI.

Troitiño-Rodriguez e Fonseca (2017), explicam que a Diplomática Contemporânea, também conhecida como Diplomática Arquivística, é uma das abordagens mais recentes sobre os estudos diplomáticos e volta-se para a análise de documentos arquivísticos, especificamente dos tipos e tipologias documentais. É no campo da Diplomática Contemporânea que se pode discutir assuntos voltados para Diplomática Digital, que se volta aos documentos em formatos digitais. Desse modo,

pode-se compreender que a Diplomática contemporânea é um estudo voltado muito mais à gênese documental do que simplesmente à autenticidade formal dos documentos. Nesse contexto, um outro assunto que se torna emergente é a Diplomática Forense Digital[124], contudo, este não será o foco desta discussão, visto que existem alguns estudos sobre o tema e que foram amplamente divulgados.

A Diplomática arquivística contemporânea proporciona a relação entre os criadores de documentos e os arquivistas, estabelecendo uma conexão lógica entre o documento de arquivo e o sistema político-jurídico e ao contexto social no qual foi criado (Tognoli; Guimarães, 2011). Portanto, o contexto se trata de um elemento primordial na abordagem da diplomática arquivística contemporânea para a análise e compreensão do contexto de produção documental.

Delmas (2010, pp. 150-151), diz que “a diplomática contemporânea é indispensável para os arquivistas, na medida em que ela é a ciência do documento institucional, do documento funcional e da informação orgânica”.

O método proposto pela diplomática contemporânea tem em conta os fatos e as ações, os procedimentos que os geraram, as pessoas que trabalharam na criação do documento e a função contida nesse documento. Propõe uma análise interna do documento para conhecer o contexto em que ele foi produzido. Nesse sentido, o método diplomático torna-se indispensável na organização e representação do conhecimento em arquivos (Tognoli; Guimarães; Tennis, 2013, tradução nossa[125]).

Desse modo, segundo Rodrigues (2008, p. 14),

> a inserção desta nova perspectiva da diplomática no campo da arquivística, denominada tipologia documental, possibilitou a introdução de um processo de normalização de parâmetros metodológicos para compreender e tratar o documento de arquivo, tema que ocupa hoje um considerável espaço de reflexão na literatura internacional. Produto desta corrente teórica que aplicou os princípios da diplomática na identificação de tipologias documentais em arquivos, o tema da identificação foi conquistando um significativo espaço na área.

[124]Ver a tese de doutorado de Montoya-Mogollón, Juan Bernardo. Diplomática e forense digital: subsídios para garantir a autenticidade de documentos de arquivo natos digitais. 186 fls. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade Estadual Paulista (UNESP), Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI), 2018.

[125]The method proposed by contemporary diplomatics takes into account the facts and actions, the procedures that generated them, the people who worked on creating the document and the function contained in such a document. It proposes an internal analysis of the document in order to know the context in which it was created. In this sense, the diplomatic method becomes indispensable in the organization of archival knowledge (Tognoli; Guimarães; Tennis, 2013).

Na diplomática arquivística contemporânea, a preocupação do arquivista transcende ao processo de análise documental, levando em consideração os aspectos de autenticidade, acurácia, fidedignidade, selos, símbolos, assinaturas, datas, etc, nessa nova abordagem, ele precisa ter o conhecimento do contexto de produção documental da instituição da qual ele atua e representa, precisa estar atento ao ciclo vital dos documentos e até certo ponto interferir nesse processo, que compreende as três fases documentais (corrente, intermediária e permanente, conforme explicada de forma mais detalhada em outra oportunidade) e da gestão documental (produção, destinação e uso). Esse ciclo auxilia tanto o arquivista, assim como o gestor da instituição e os sujeitos informacionais que fazem uso daqueles documentos, visto que com base na tabela de temporalidade e o plano de classificação ou o quadro de arranjo, o conhecimento diplomático é organizado, sistematizado e representado de forma clara, bem como possibilita com que os profissionais da instituição possam ter a noção de como ocorre as relações entre os documentos, e os agentes produtores e o contexto de produção. No caso desta investigação, a partir da proposição de análise sobre a produção documental de partidos políticos, é necessário, antes de mais nada, um conhecimento aprofundado da história, da complexidade cultural, da burocracia e do contexto de produção do partido a ser analisado, ou seja, o PT.

Ainda na discussão sobre o método, Tognoli, Guimarães e Tennis (2013, p. 210, tradução nossa[126]), apresentam uma série de elementos que constituem a diplomática arquivística contemporânea, e que para eles,

> de acordo com o método de Duranti, a análise deve ser feita com base nos: (1) elementos extrínsecos - suporte, escrita, língua, sinais especiais, selos, anotações; (2) elementos intrínsecos - protocolo e suas subseções, textos e suas subseções, escatocolo e suas subseções; (3) pessoas - autor do ato, autor do documento, destinatário do ato, destinatário do documento, escrevente, contra-assinantes, testemunha; (4) qualificação das assinaturas; (5) tipo de ato; (6) nome do ato; (7) relação entre documento e processo; (8),

[126]According to Duranti's method the analysis should be done based on the following elements: (1) extrinsic elements – medium, script, language, special signs, seals, annotations; (2) intrinsic elements – protocol and its subsections, texts and its subsections, eschatocol and its subsections; (3) persons – author of the act, author of the document, addressee of the act, addressee of the document, writer, countersigners, witness; (4) qualification of signatures; (5) type of act; (6) name of act; (7) relationship between document and procedure; (8), type of document; (9) diplomatic description – context, actions; (10) conclusive comments (Tognoli; Guimarães; Tennis, 2013, p. 210).

> tipo de documento; (9) descrição diplomática - contexto, ações; (10) comentários conclusivos.

Segundo Tognoli e Guimarães (2011), na contemporaneidade, com o emprego do método diplomático, o arquivista é capaz de reconstruir todo o contexto de produção de um conjunto documental, com base na peça documental, uma vez que as fontes utilizadas para reconstruir o percurso do documento, como os organogramas, fluxogramas, resoluções e regimentos internos, muitas vezes não são suficientes para tal atividade que requer profundo conhecimento da instituição, assim como da gestão documental. Além desta reconstrução, é possível também a recomposição dos fundos documentais que foram dispersos ao longo do tempo e que não receberam nenhum tipo de tratamento documental. Nesse exemplo, os acervos do PT podem ser analisados sob esse ponto de vista.

Tognoli (2013), destaca que a Diplomática começa a estreitar os laços com os documentos de arquivo, agora não mais apenas com aqueles que eram mantidos nas instituições arquivísticas, mas também com aqueles considerados arquivísticos por natureza, porém, sua aproximação à Arquivologia acontece de forma gradual, somente algum tempo depois, e em alguns países específicos, sobretudo no Canadá, mais especificamente na *University British Columbia (UBC),* com os estudos de Luciana Duranti, em meados da década de 1980.

Nesse sentido, de acordo com Tognoli (2013, p. 106),

> O documento de arquivo passava, então, a ser o objeto de estudo da Diplomática. Se, nos séculos XVII e XVIII, era comum encontrar nos manuais capítulos inteiros dedicados aos arquivos, devido à importância que representavam enquanto guardiões dos diplomas, Bautier identifica, agora, como o próprio objeto da Diplomática todos os documentos mantidos nos arquivos, dos mais solenes (diploma) aos mais comuns (*chartae*), invertendo a ordem que ora se apresentava: todos os documentos de arquivo eram diplomáticos, e não mais o contrário. Essa simbiose entre documento de arquivo e documento diplomático permite, segundo o autor, a compreensão do documento em função do fundo ao qual pertence ou pertenceu. Ao invés de estudar o documento diplomático isoladamente, deve-se compreendê-lo enquanto documento arquivístico – documentos que fazem parte de um mesmo fundo e que guardam relações orgânicas entre si –, o que garante ao diplomatista uma melhor compreensão do contexto no qual o documento foi gerado, uma vez que as fontes são claramente maiores.

Para dar mais visibilidade aos estudos diplomáticos contemporâneos e aproveitando sua ampla experiência sobre o tema, em 1989, Duranti (2020, grifo próprio), elabora e publica uma série de artigos em seis partes intitulada ***Diplomatics:***

***new uses for an old science***[127], no periódico científico e arquivístico denominado *Archivaria*[128], na qual, influenciada pelas ideias de Paola Carucci e refletindo seus estudos comparativos entre os documentos medievais e os documentos contemporâneos, propunha novos métodos para a Diplomática, a partir da aplicação de sua crítica aos documentos contemporâneos na América do Norte, sobretudo no Canadá e nos Estados Unidos, já no México, pelo que se sabe, os estudos de Duranti não tiveram maiores aprofundamentos.

A partir do momento que a Diplomática se insere nos estudos arquivísticos, em meados da década de 1960, o papel do arquivista recebe uma visibilidade maior enquanto um agente social que contribui na recontextualização da documentação da instituição na qual ele atua e representa. Logo, o arquivista começa a ter autonomia no que concerne a sua atuação profissional, assim como a importância deste para o bom andamento da gestão documental, ciclo de vida dos documentos e dos processos administrativos. Dessa maneira, se faz necessário discutir por meio da interdisciplinaridade a Diplomática no âmbito da Organização do Conhecimento. Principalmente quando se trata de disciplinas e domínios em comum entre o método e o campo científico: Arquivologia, Direito, Documentação, Ciência da Computação e História, entre outras disciplinas de caráter prático-metodológico.

Levando em consideração os métodos da Diplomática e da Diplomática Arquivística Contemporânea no contexto de arquivos de partidos políticos, movimentos de trabalhadores e movimentos sociais, é possível estabelecer os critérios já consolidados e que se aderem aos documentos de natureza político-partidária. Assim, os métodos analíticos preconizados pela Arquivologia podem ser aplicados aos documentos do PT ou de qualquer outra associação político-partidária, independente de seu espectro ideológico.

Em síntese, nesta subseção, em um primeiro momento, foi possível verificar que a Diplomática é um método análitico que visa a análise comparativa e a criticidade de documentos medievais e históricos, mas que se estende muito mais a isso, já que ela procura analisar o documento em sua gênese, seus mais variados suportes

[127] Diplomática: novos usos para uma velha ciência.
[128] https://archivaria.ca/index.php/archivaria

documentais, seja ele físico, digital ou híbrido. Além disso, ela dá ênfase aos seus caracteres internos e externos para fins de validação jurídica. Porém, é preciso lembrar que esse método analítico vai um pouco mais além a partir do seu vínculo com a arquivística, visto que o arquivista esclarece o meio e o contexto de produção documental e apresenta os principais elementos que constituem o documento, não só no sentido de função/atividade, mas contribui no processo de significação e na evidenciação das formas de vida a fim de esclarecer os elementos políticos-sociais que constituem aquele determinado registro documental.

No período da década de 1960, a Diplomática estabelece diálogos e aproximações metodológicas com a Arquivologia e que se manifesta até os dias atuais. Essa relação se manifesta de maneira tão profícua que existem inúmeros trabalhos científicos publicados do ponto de vista teórico, metodológico e aplicado. A diplomática, em seus dois aspectos, aproxima-se de maneira consistente aos estudos desenvolvidos e aplicados à Organização do Conhecimento. Essa relação se manifesta de maneira do ponto de vista analítico e metodológico, em que a representação do conhecimento pode ser considerada o elemento central nessa discussão.

Na próxima subseção, ainda na discussão sobre as relações entre Arquivologia e Organização do Conhecimento, será discutido os aspectos conceituais no que se refere a noção de conhecimento em arquivos e conhecimento diplomático com base na concepção de fundo, forma documental, contexto de produção documental, elementos estes tratados inicialmente pelos pesquisadores Tognoli, Rodrigues e Guimarães (2019), e que nesta tese procura estabelecer uma vinculação com a função classificação arquivística e os métodos analiticos representados pela Diplomática e Diplomática Arquivística Contemporânea. Ainda nessa discussão, além dos três fatores supracitados, será apresentada uma discussão acerca da Teoria do Conceito proposta por Birger Hjorland (2003) e Ingetraut Dahlberg (1993,1978).

### 3.3 A noção de conhecimento em arquivos

Antes mesmo de adentrarmos a discussão sobre este tema, sendo este um dos mais importantes assuntos desta tese, é preciso antes de mais nada, recordar e trazer à tona algumas definições sobre a noção de conhecimento em arquivos, sendo este

analisado no contexto da Organização do Conhecimento. Embora alguns esboços acerca deste conceito tenham sido apresentados por inúmeros autores e autoras que estudam o tema, determinados aspectos ainda não estão muito claros e precisam ser elucidados em vários aspectos, não apenas para fins de definições técnicas, mas para a própria compreensão sobre o processo e a produção, organização e representação do conhecimento em arquivos. Dessa maneira, discute-se a possibilidade de se chegar a um consenso sobre o conceito e que isso fique mais evidenciado e sedimentado nos processos arquivísticos.

Segundo Rodrigues (2003), para se compreender a produção do conhecimento em arquivos, em primeiro lugar, se faz necessário o caminho utilizado tradicionalmente para se chegar ao conhecimento dos procedimentos administrativos, que é onde reside a gênese do documento de arquivo, é o estudo da legislação, dos relatórios anuais, dos manuais de procedimentos e dos documentos de política interna dos órgãos institucionais, sejam eles públicos, privados, governamentais, partidários ou não. Para a tipologia documental, a chave para compreender a contextualização do documento é o próprio procedimento administrativo que justificou e legitimou sua produção. Logo, é preciso enfatizar que esse mesmo rigor deve ser considerado para as instituições que não adotam parâmetros e métodos preconizados e adotados pelos campos científicos da Organização do Conhecimento e Arquivologia, como os partidos políticos, por exemplo.

Esse rigor não se justifica como uma forma de se colocar uma “camisa de força” ou uma imposição autoritária, mas que sirva de exemplo e de sugestão para o estabelecimento de uma política de ordenação da documentação produzida por essas entidades de maioria político-partidárias, por exemplo, sendo que estas instituições são as que mais produzem seus registros documentais e não seguem esses parâmetros.

Apenas para justificar, a maioria dos autores utilizados nesta discussão adotam a expressão “**conhecimento arquivístico**[129]”, como Tognoli, Rodrigues e Guimarães (2019), porém, não utilizaremos este, mas sim o termo “**conhecimento em arquivos**[130]” para um maior enquadramento e coerência com o desenvolvimento desta

[129] Grifo próprio.
[130] Grifo próprio.

investigação científica. Na realidade, mesmo que os termos pareçam diferentes em teoria, na realidade, entende-se que são praticamente tidos como sinônimos e se referem ao mesmo conceito, mesmo que adotados de maneiras diversas. A expressão a ser utilizada nesta tese tem uma aderência maior quando se trata de discutir os processos vinculantes e que são desenvolvidos na realidade dos arquivos, em outras palavras, a preposição "**em**[131]" designa uma incidência e um direcionamento maior no que diz respeito ao desenvolvimento de funções e processos informacionais em arquivos, melhor dizendo, a marcação do termo representa o discurso a ser representado.

Em algumas pesquisas sobre o tema, pesquisadores como Tognoli, Guimarães e Tennis (2013), Guimarães e Tognoli (2015) e Tognoli, Rodrigues e Guimarães (2019), consideram que o conhecimento em arquivos define-se a partir da reunião de três fatores indivisíveis nas quais, com base em seus princípios elementares, o vínculo arquivístico está contemplado pelo **conceito de fundo documental, forma documental e na análise do contexto de produção documental**[132]. Esses três elementos constituem-se como primordiais na formação de acervos documentais e na definição do conhecimento produzidos no âmbito dos arquivos, independentemente de sua natureza científica e epistemológica. Somado a isso, nessa discussão, evidencia-se a contribuição da função matricial Classificação Arquivística e dos métodos da Diplomática e da Diplomática Arquivística Contemporânea com o objetivo de se chegar em um consenso epistemológico. Com base em buscas em bases de dados, entre outras fontes de informação, considera-se que esta proposta de abordagem seja única e inédita e que nenhum trabalho foi divulgado até este presente momento[133] que pudesse apresentar um consenso.

A partir dos estudos de Tognoli, Rodrigues e Guimarães (2019), consideramos o conceito de conhecimento arquivístico como sendo dinâmico e socialmente construído, estabilizado pelas práticas normalizadas da ciência e da diplomática arquivística contemporânea (Tognoli; Rodrigues; Guimarães, 2019, tradução nossa[134]). Desta

[131] Grifo próprio.
[132] Grifo próprio.
[133] Afirmação feita em 03 de julho de 2024.
[134] By means of this paper, we consider the concept of archival knowledge as being dynamically and socially constructed, stabilized by archival science and diplomatics standardized practices.

forma, com base nas reflexões dos autores, a dinamicidade e a noção da produção do conhecimento em seu aspecto social, a *priori*, é o que pode ser definido como conhecimento em arquivos com base em determinados métodos de análise documental. Dessa maneira, infere-se que quando se trata do conhecimento produzido em partidos políticos, não há como negar que a forma de produção é oriunda de práxis culturais vivenciadas pelo próprios sujeitos políticos e que esses registros documentais são organizados e representados conforme sua realidade e prática sócio-cultural. Logo, a falta de adoção de parâmetros e padrões específicos tende a descaracterizar a produção documental, assim como trazer à tona o caos e a desorganização de acervos documentais de associações de natureza estritamente político-partidária. Nessa discussão, a falta de políticas documentais se trata de um entrave para a compreensão dos processos desenvolvidos em arquivos de associações políticas, uma vez que pela falta de instrumentos de organização e representação do conhecimento, as relações documentais não estão expressas e manifestadas pelos agentes envolvidos na produção documental.

Mas além desses fatores substanciais, segundo Tognoli, Rodrigues e Guimarães (2019, p. 529, tradução nossa[135]),

> Finalmente, podemos considerar o conhecimento arquivístico como sendo todo o conhecimento reunido num fundo de arquivo, produzido pela identificação arquivística, a partir da análise da forma documental e do contexto de criação do registo. A informação recolhida através da aplicação do método diplomático para analisar a forma documental e através das bases teóricas do direito e da administração para estudar a estrutura e o funcionamento da entidade produtora - que é um resultado da metodologia de identificação arquivística - constituirá um conhecimento específico sobre o fundo. Neste sentido, o conhecimento arquivístico define-se como sendo uma reunião de três facetas indivisíveis em que o vínculo arquivístico será contemplado.

Na concepção dos autores, além de fatores socioculturais, a natureza do conhecimento em arquivos é proveniente de uma série de processos teórico-metodológicos, tais como a identificação documental, análise da forma

[135]Finally, we can consider archival knowledge as being all of the knowledge gathered together in a fonds, produced by the archival identification, from the analysis of documentary form and the record context of creation. The information collected throughout the application of the diplomatic method to analyze the documentary form and through the theoretical bases of law and administration to study the producing entity structure and functioning— which is an outcome of the methodology of archival identification—will constitute a specific knowledge about the fonds. In this vein, archival knowledge is defined as being a reunion of three indivisible facets in which the archival bond will be contemplated (Tognoli, Rodrigues; Guimarães, 2019, p. 529).

documental, o contexto de criação do registro, aplicação do método diplomático, entre outros fatores imprescindíveis que caracterizam o conceito a ser definido e investigado.

O conhecimento arquivístico[136] ou conhecimento em arquivos[137], para Tognoli, Guimarães e Tennis (2013), é produzido sobre uma determinada pessoa ou entidade coletiva e agrupado em fundos de arquivo. Para isso, o princípio da proveniência é um dos guias norteadores para a organização e representação do conhecimento em arquivos, mas segundo os autores, não é suficiente para garantir a criação, o acesso e a utilização dos documentos contemporâneos de acordo com os princípios arquivísticos.

Logo,

> A partir da década de 1980 do século XX, surgiram novas perspectivas de organização do conhecimento no contexto dos arquivos, entre as quais se destaca o método diplomático, criado no século XVII, a partir de uma necessidade prática e jurídica. Os proponentes deste método procuravam verificar a autenticidade dos bens da Igreja através do exame da forma e da retórica dos documentos. O seu objetivo mudou ao longo dos últimos séculos, encontrando-se na história com uma função auxiliar que visa compreender o passado através da análise das formas documentais (Tognoli; Guimarães; Tennis, 2013, p. 207, tradução nossa[138]).

Isto posto, conforme anunciado no início desta subseção, serão apresentados os três elementos fundamentais para a definição de conhecimento em arquivos: fundo documental, forma documental e o contexto de produção documental.

Ao iniciarmos pela concepção de fundo documental, Cook (2017), um dos maiores estudiosos do assunto, comenta que o conceito de fundo é mais fácil de enunciar do que definir e mais fácil de definir do que de aplicar. Para o *Dictionary of Archives Terminology* (2005, tradução própria[139]), de forma técnica, fundo é todo o

[136] Termo utilizado por Tognoli, Rodrigues e Guimarães (2019).
[137] Termo utilizado por Veronez Júnior, Martínez-Ávila e Troitiño-Rodriguez (2023).
[138]The archival knowledge as explained above is all the knowledge produced about a particular person or entity and grouped into fonds. The principle of provenance is one of the guides to archival knowledge organization, however it is not enough to ensure the creation, access and use of contemporary documents according to archival principles. From the 1980s some new perspectives to organize the archival knowledge have emerged and among them is the diplomatic method which was created in the 17th century and grew out of a practical and juridical need. The proponents of this method sought to verify the authenticity of Church properties through examining the form and rhetoric of documents. It has changed in purpose over the past centuries, finding itself in history in an auxiliary role aiming to understand the past through the analysis of the forms of documents (Tognoli; Rodrigues; Guimarães, 2019).
[139]The entire body of records of an organization, family, or individual that have been created and accumulated as the result of an organic process reflecting the functions of the creator (Tognoli, Rodrigues e Guimarães, 2019).

conjunto de registros documentais de uma organização, família ou indivíduo que foram criados e acumulados como resultado de um processo orgânico que reflete as funções e o contexto de produção do criador do documento.

Segundo Tognoli, Rodrigues e Guimarães em (2019, p. 63, tradução nossa),

> Enunciado oficialmente em 1841, pelo arquivista francês Natalis de Wailly, o conceito propõe que os documentos sejam reunidos segundo o órgão, estabelecimento, família, ou indivíduo que os produziu, dando origem ao princípio de respeito aos fundos, segundo o qual documentos de uma mesma origem não poderiam ser misturados com outros de origens diversas e que sua ordem original, caso existisse, deveria ser preservada.

Na Prússia[140], anos mais tarde, em 1881, o princípio de respeito aos fundos se amplia e define-se que os documentos devem ser agrupados de acordo com as unidades administrativas que os criaram (e não de acordo com a natureza das instituições que os criaram, como proposto na França) e que o arranjo dado aos documentos pelos órgãos de criação deve ser mantido e respeitado de acordo com sua produção inicial. A esse princípio é dado o nome de *Provenienzprinzip*, princípio da proveniência ou princípio de *procedencia*, em alemão, português e espanhol, respectivamente (Tognoli; Rodrigues; Guimarães, 2019, tradução nossa).

Para Duchein (1982), um dos principais estudiosos do tema, o princípio de respeito aos fundos em arquivos é o que diferencia a ação do arquivista para a ação do bibliotecário. Nessa perspectiva inicial, o arquivista tem por prerrogativa acompanhar o processo de produção documental e até mesmo em determinadas circunstâncias intervir nela, conforme orienta a teoria pós-custodial proposta por Terry Cook. No caso do bibliotecário, a ação caracteriza-se de forma mais passiva, ou seja, ele não acompanha e tampouco participa da elaboração da produção e confecção de livros, bibliografias ou coleções, mas a esse profissional cabe a prerrogativa de avaliar e determinar quais serão as obras pertinentes para a composição de um acervo bibliográfico, por exemplo, entre outras ações que são inerentes a este profissional da informação. Na prática, como pode ser observado, são ações diferentes, o que possibilita estabelecer essa diferenciação é o princípio da proveniência. Portanto, a ação arquivística difere da ação bibliotecária, tanto na teoria como na prática, embora algumas ações e procedimentos técnicos sejam similares do ponto de vista

[140] Atual território da Alemanha.

metodológico, como o próprio ato de organização, representação e preservação do conhecimento.

Apenas para reforçar a ideia de fundo documental, segundo Tognoli, Rodrigues e Guimarães (2019), o princípio da proveniência pode ser considerado, por conseguinte, uma ampliação do princípio de respeito aos fundos, na medida em que engloba dois graus de proveniência: o respeito ao produtor e o respeito à ordem original dada e que precisa ser mantida pelo produtor da ação, ou seja, aquele que criou o documento. No primeiro caso, a partir da proveniência, entende-se que são respeitadas as origens em que o documento foi produzido. No segundo, no entendimento de Cook (2017, p. 11), o respeito à ordem original reflete a classificação, organização, arquivamento ou qualquer outro processo que forneça aos documentos (e séries de documentos) sua forma ou estrutura interna.

De acordo com Barros e Tognoli (2015), na Arquivologia, o princípio de respeito aos fundos – ou princípio da proveniência, desde a segunda metade do século XIX, é considerado o mais importante nos processos de organização e representação do conhecimento em arquivos. Estabelecido em 1841, devido à necessidade do governo francês de solucionar os problemas de acumulação desordenada de documentos nos Arquivos Nacionais após a Revolução Francesa, o princípio estabelece que os documentos que são produzidos ou acumulados por uma pessoa ou instituição devem ser agrupados e mantidos juntos, gerando, assim, os chamados fundos de arquivo.

Cook (2017) relata que o resultado da reunião de forma natural ou orgânica dos documentos é chamado de fundo documental ou fundo de arquivo. É impossível, dessa forma, conceber, e menos ainda identificar, um fundo sem ter uma clara compreensão da natureza, contexto, âmbito e autoridade do produtor dos documentos envolvidos.

Segundo Tognoli e Guimarães (2010, tradução nossa[141]), o estudo da proveniência é a base do contexto de um documento de arquivo. O trabalho do arquivista de forma técnica consiste em conhecer de maneira aprofundada o contexto de produção e as relações entre os criadores dos documentos e suas funções a partir

[141]The focus of a document's context is given by studying provenance. The archivists' work consists of finding out the relationships between document creators and their functions, which are reflected on the records, as well as the narrative conventions used in this process that in some way will reflect on documentary heritage (Tognoli e Guimarães, 2010).

de instrumentos de gestão, pesquisa, organização e representação, que se refletem nos registros documentais, bem como as convenções narrativas utilizadas nesse processo que, de alguma forma, refletirão na preservação do patrimônio e na constituição do acervo documental.

Tognoli e Guimarães (2010, pp. 406-407, tradução nossa[142]),

> alegam que neste contexto, os criadores de documentos são analisados de cima para baixo, do todo para a parte (abordagem descendente), o que permite ao arquivista compreender melhor a função, o processo e a ação que gerou o documento, tendo em conta os contextos social, organizacional e funcional e a conservação dos registros documentais. O enfoque passa então a ser externo e não interno, e o contexto e o processo de um documento devem ser tidos em conta. Por conseguinte, ao estudar um objeto, a atenção deixa de se centrar no conteúdo do registro e passa a centrar-se no seu processo de criação, que deixa de ser estático e imutável.

Tognoli e Guimarães (2011, p. 26), explicam que o princípio basilar da Arquivologia é, então, elevado ao status de "salvador", e sua redescoberta e reinterpretação é fundamental para a compreensão dos processos de criação, organização e representação dos registros documentais e, ainda, para os contextos em que esses documentos foram gerados e produzidos. Entendido antes como um princípio físico e estático, seu objetivo era proteger a integridade dos fundos documentais, mantendo-os unidos fisicamente e logicamente a partir de sua relação orgânica. Contudo, mais do que manter a união dos documentos provenientes de uma mesma fonte criadora, em um fundo específico, o princípio pode ser utilizado para a análise funcional nos contextos e processos de criação dos documentos.

De acordo com Tognoli, Rodrigues e Guimarães (2019, p. 64), mesmo que o princípio da proveniência tenha se desenvolvido de forma diferente de um país para outro enquanto resultado de distintas culturas administrativas e, apesar de uma confusão conceitual terminológica presente na literatura do campo da Arquivologia, é

[142]In this context document creators are analyzed from top to bottom, from the whole to the part (top-down approach) thus allowing an archivist to have a better understanding of the function, process and action that generated the document taking into account the social, organizational and functional contexts and recordkeeping. The focus then becomes external rather than internal and a document's context and process are to be taken into account. Therefore, on studying an object, the focus is moved away from the actual record content towards its creation process and it is no longer static, nor unchangeable. Archival science should be understood as a dynamic science, one that can change and adapt itself to the most diverse documentary realities regardless of support, means, values and times while incorporating postmodern ideas, such as a new way of looking at this area and understanding the new contexts of document production (Tognoli e Guimarães, 2010).

consenso que os documentos de arquivo são produtos de atividades desenvolvidas por pessoas físicas ou jurídicas e compreender isso significa assimilar a rede de relações entre os objetos informacionais (documentos de arquivo), os agentes (produtores) e as funções primordiais que são desempenhadas em arquivos (produção, avaliação, aquisição, conservação, classificação, organização, representação, descrição, difusão e acesso).

Por assim dizer, a partir da reflexão dos autores, compreende-se que um documento de arquivo não pode ser concebido e tratado como um elemento isolado, disperso e fragmentado sem estar relacionado ao seu produtor. Para estabelecer essa relação dialógica e institucional entre os documentos, são necessários aportes metodológicos embasados nos princípios arquivísticos, em especial ao princípio da proveniência ou de respeito aos fundos. Pois um documento tratado de maneira isolada não pode ser analisado pelo todo, isso quer dizer que o conhecimento analisado de forma isolada não está ligado ao seu órgão produtor e ao seu contexto de produção documental. Assim, não é possível caracterizar, nomear, demarcar e tampouco identificar as relações que interligam as ações que deram subsídios para a produção documental. No âmbito dos partidos políticos, a dispersão e a fragmentação de documentos é muito frequente e sua organização e recomposição é muito mais complexa do ponto de vista funcional.

Segundo Cook (2017, p. 19), para fins de exemplificação, o simples ato de produzir documentos não define necessariamente um fundo de arquivo. O contexto administrativo em que a produção ocorreu, a natureza da função exercida que levou à criação dos documentos e o controle exercido sobre o sistema de arquivamento são outros fatores relevantes e que merecem destaque. No caso de acervos de partidos políticos, que serão analisados nesta tese, entende-se que os fatores relevantes são os próprios fatos históricos registrados, em outras palavras, aqueles que foram avaliados como importantes para a preservação da memória.

Para a definição e constituição de um fundo de arquivo, Cook (2017), elenca 5 critérios essenciais e que foram propostos por Michel Duchein (1982), e que poderão ser verificados no quadro 18:

**Quadro 18 - Critério para a formação de um fundo de arquivo**

| Critérios | Natureza |
|---|---|
| **Identidade Jurídica** | **O produtor deve possuir denominação legal e existência jurídica, promulgada em ato legal datado, lei, portaria, Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), decreto legal, etc.** |
| **Mandato Oficial** | **O produtor deverá possuir um mandato claramente definido, estável e consistente, que também deverá estar declarado em documento jurídico-legal ou regulatório.** |
| **Posição hierárquica definida** | **A posição do produtor na hierarquia administrativa deve ser precisamente estabelecida no documento de criação, e sua relação com outros níveis mais altos na hierarquia deve ser claramente determinada.** |
| **Alto grau de autonomia** | **O produtor deve ter um chefe ou responsável com significativa autonomia e poder de decisões. O chefe deve ter poderes para conduzir quase todas as atividades específicas da organização sem ter de submetê-las a um superior hierárquico. Por exemplo: presidentes, vice-presidentes, diretores, coordenadores, gerentes, supervisores, líderes de setores, entre outros.** |
| **Organograma e Fluxograma** | **A organização interna do produtor deve ser, tanto quanto possível, definida e registrada num organograma. Existe a necessidade também de elaboração de um fluxograma para a identificação, representação e na execução das atividades.** |

**Fonte:** Elaboração própria com base em Cook (2017) e Duchein (1982).

Assim, a partir da visualização do quadro 18, são estabelecidos alguns critérios elementares para a constituição de fundos de arquivos. A representação do quadro demonstra a complexidade no processo de formação desses fundos de arquivos, obviamente que também são levados em consideração os princípios arquivísticos para o estabelecimento de categorias e parâmetros de produção documental. Somado a isso, no decorrer do processo de constituição dos fundos, deve haver a elaboração de instrumentos de organização, representação e preservação desses fundos documentais.

Em poucas palavras, a noção de fundo para o Dicionário de Terminologia Arquivística (2005), se trata de um conjunto de documentos de uma mesma proveniência (origem), sendo um termo que também equivale a concepção de arquivo.

Para reforçar o conceito, Cook (2017, p. 49) explica que,

> Se o fundo é, antes de tudo e principalmente, um conceito ligado ao produtor, então tornar obscuro o ato de produção múltipla por meio da alocação física de documentos em um único fundo distorce sua proveniência e, dessa forma, enfraquece um propósito central da descrição documental, sem falar do caráter probatório do arquivo. Se, ao invés disso, começarmos com a efetiva acumulação física dos documentos e afirmarmos que a descrição segue o arranjo, o problema será simplesmente deslocado em um grau. Os documentos acumulados sendo arranjados dessa forma seguem (ou advém de) funções, e as funções nos levam de volta à produção e ao problema da proveniência. A chave da questão é ver o fundo não como entidade física mas como um conceito abstrato.

Cook (2017) entende que nos arquivos, o fundo é menos uma entidade física do que uma síntese conceitual de descrições de entidades físicas em nível de séries documentais ou em níveis abaixo, e de descrições do caráter administrativo, jurídico, histórico, político e funcional dos produtores de documentos. O fundo, em linhas gerais, é considerado o “todo” que reflete um processo orgânico no qual um produtor de documentos produz ou acumula séries documentais, os quais apresentam uma unidade natural baseada em função, atividade, forma ou uso compartilhados.

Em resumo, a noção de fundo é difícil de se definir e explicar, mas pode-se afirmar que se trata de um dos principais elementos para a constituição de arquivos e acervos documentais, seja ele no âmbito público, privado, pessoal, governamental. Para compreendermos a ideia de fundo, é preciso antes de mais nada pensarmos em uma entidade física que produz e abriga uma série de documentos que dialogam entre si, logo, a relação com a concepção de arquivo se faz presente e adequada para relacionar a produção documental dos processos realizados em arquivos.

A despeito do segundo elemento proposto por Tognoli, Rodrigues e Guimarães (2019) para a definição sobre a noção de conhecimento em arquivos, ou seja, a forma documental, segundo o Glossário da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (2008), são regras de representação que permitem que o conteúdo de um documento arquivístico, seu contexto administrativo e documental e sua autoridade sejam

comunicados. A forma documental se constitui de elementos intrínsecos e extrínsecos, logo, assemelha-se ao método analítico diplomático e diplomático arquivístico.

Tognoli, Rodrigues e Guimarães (2019, p. 65), comentam que, sobre a forma documental,

> observa-se que seus estudos têm fundamentado as metodologias de organização arquivística desde a década de 1960, quando houve uma primeira identificação do objeto de estudo da Arquivologia com aquele da Diplomática, a saber, os documentos de arquivo. Em uma nova realidade de produção documental, organização e uso de informações faz-se necessário estabelecer as razões que estão por trás da criação dos documentos, qual a relação dos criadores com eles e, assim, quais as intenções por trás da ação de registrar a informação. Para tanto, o estudo a partir do documento, com base na Diplomática e em seu método, torna-se o mais seguro para o arquivista. Poder estabelecer quem produz, por quê e para que, por meio do estudo da forma documental é a grande contribuição da Diplomática e da Tipologia Documental para os estudos arquivísticos contemporâneos.

Como observado na reflexão dos autores, a forma documental estabelece relações próximas aos métodos da diplomática e da tipologia documental e que tem contribuindo significativamente para o desenvolvimento de estudos que relacionam a organização e representação do conhecimento em arquivos. Dessa maneira, se faz presente o conhecimento em arquivos na medida em que são analisados de forma categórica e minuciosa a forma documental dos registros documentais em arquivos. Em um contexto de mudanças tecnológicas, se faz necessário adequar-se às inúmeras facetas oferecidas pelas tecnologias a fim de propiciar uma comunicação mais eficiente de sua informação. O não rompimento com paradigmas tradicionais pode trazer à tona sérias consequências não apenas para o campo, mas também para os procedimentos metodológicos aplicados aos processos arquivísticos.

No contexto de arquivos de associações político-partidárias, a forma documental tem como pressuposto analisar as formas e as tipologias e os tipos documentais existentes nesses acervos, mesmo que sejam considerados acervos isolados, dispersos e fragmentados. Esses acervos, independentemente de seu espectro político-ideológico, em geral, preservam um conteúdo informacional de grande valor histórico, político e cultural para a preservação da memória não só dos partidos políticos, mas também do país e dos principais personagens que contribuíram para a sua produção e registro. Valorizar essa documentação é primordial na medida em que potencializa e evidencia as principais atividades desenvolvidas ao longo de sua

trajetória, bem como suas principais influências, sejam elas diretas ou indiretas nas relações estabelecidas entre a sociedade e as instituições políticas.

A forma documental, aliada a diplomática e a tipologia documental ajuda a entender como os registros documentais, assim como os seus suportes informacionais foram tomando forma e adotando novas características ao longo do tempo. Essa mudança está atrelada a fatores políticos, jurídicos e administrativos, além de convenções sociais que estabelecem a maneira como a produção documental, bem como os processos informacionais deverão se adequar aos parâmetros atuais.

No que diz respeito ao contexto de produção documental, com base nas reflexões de Tognoli, Rodrigues e Guimarães (2019), o conhecimento gerado a partir das informações coletadas sobre o órgão produtor juntamente ao processo analítico dos documentos por ele produzidos, configuram um conhecimento específico, outra vez, um conhecimento em arquivos e que também denota a própria essência de suas atividades ao longo da cadeia de custódia. Por esse motivo, acredita-se que a metodologia da identificação documental, subsidiada pelo método diplomático e pela tipologia documental, subsidiam o conhecimento do contexto de produção dos documentos, considerado aqui como o último *definiens* do conceito de conhecimento em arquivos.

Com relação ao contexto de produção documental, outro elemento imprescindível para a noção de conhecimento em arquivos, aspecto que abrange o processo de produção e destinação final do documento, se o mesmo será armazenado e recolhido ao arquivo permanente[143] ou eliminado/descartado trata-se da gestão documental. Portanto, em certa medida, a ideia de produção documental está ligada à gestão documental, conceito que foi amplamente popularizado no contexto do fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), contexto em que houve uma vasta produção de documentos advindos principalmente de ações militares, econômicas, políticas e governamentais. Nessa perspectiva, após esse evento histórico mundial, infere-se que

[143]Os documentos arquivísticos formam conjuntos internamente inseparáveis, correspondendo a conjuntos informacionais decorrentes do funcionamento de uma entidade pública ou privada (ou pessoa física) no exercício de suas funções. Esses arquivos, após o cumprimento das razões pelas quais foram criados, e eliminados os documentos rotineiros de interesse puramente temporal e circunstancial, passam a integrar os acervos dos arquivos permanentes ou históricos, devidamente separados – material ou virtualmente – em fundos de arquivo. Cada fundo corresponde à produção e à acumulação dos documentos inerentes a determinada organização ou órgão público (Bellotto, 2002, p. 22).

os campos da Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Documentação e Organização do Conhecimento tiveram evoluções significativas com o acúmulo de documentos e informações advindas de suas atividades administrativas. Assim, foi preciso uma integração maior entre esses campos para a elaboração e sistematização de políticas documentais e métodos de organização que pudessem dar conta de toda essa demanda informacional, essencialmente no processo de organização e representação para posterior recuperação e acesso.

Desse modo, é preciso lembrar que uma instituição só poderá ter a sua gestão documental executada de forma eficiente se a mesma possuir instrumentos de pesquisa e de gestão profícuos (plano de classificação, quadro de arranjo, tabela de temporalidade, guias, repertórios, índices e catálogos), além da execução de processos de avaliação, identificação e da racionalização de sua documentação com base em princípios e métodos arquivísticos condicionados aos métodos mais adequados e que reflitam a realidade da instituição.

Nessa seara, Tognoli, Rodrigues e Guimarães (2019) recordam que a análise documental se faz necessária, na medida em que com base na aplicação do método diplomático determina o tipo documental, à análise contextual, subsidiada pelo estudo da documentação constitutiva do órgão produtor (informações coletadas em regimentos internos, resoluções, acórdãos, estatutos, fluxogramas, organogramas), para determinar seu elemento orgânico (áreas administrativas que o configuram) e funcional (desenvolvimento de competências, funções, atividades e tarefas). Assim, com base nos autores, a noção de conhecimento em arquivos a partir do contexto de produção documental é possível compreender que todos os elementos devem ser levados em consideração, haja visto que relacionar os aspectos de fundo e de forma documental integram o que pode ser compreendido como conhecimento arquivístico ou conhecimento em arquivos. Todavia, essa reflexão não deve ser analisada apenas enquanto processo, mas também enquanto a contextualização sociopolítica de uma luta de um grupo político ou movimento social que culminou na produção documental e consequentemente na organização e representação do conhecimento oriundo de diversas atividades e funções que deverão ser preservadas para a continuidade de seus objetivos e princípios.

Na tentativa de apontarmos uma definição sobre conhecimento em arquivos, e com base em Tognoli, Rodrigues e Guimarães (2019), invocamos um quarto elemento, ou seja, a Teoria do Conceito de Ingetraut Dahlberg (1978, 1993), pois nada mais justo do que tratar de um conceito é também estabelecermos sua definição, ou seja, falarmos de forma redundante sobre uma determinada ideia ou, fenômeno objeto, pois definir um conceito aparentemente se trata de uma atividade exaustiva do ponto de vista prático. E com base nos estudos de Dahlberg (1978) e Hjørland (2009), os autores supracitados delimitam três aspectos que definem de maneira teórica a noção de conhecimento em arquivos, podem ser analisados nas alíneas a seguir:

a) fundo arquivístico ou fundo de arquivo;

b) a forma documental;

c) conhecimento do contexto de produção dos documentos ou contexto de produção documental, sendo que estes últimos três tópicos foram discutidos anteriormente.

Lembrando que de maneira resumida, o fundo arquivístico é a natureza do arquivo; a forma documental está voltada para os elementos internos e externos do documento e o contexto de produção dos documentos como a materialização e representação de uma determinada atividade jurídico-administrativa.

Em relação à fundamentação do conceito, nas palavras de Melo e Brascher (2014, p. 71) “a Teoria do Conceito fundamentou a determinação de conceitos e o estabelecimento de relações entre eles em um sistema conceitual de organização do conhecimento”. Na concepção das autoras, a fundamentação de conceitos da Teoria do Conceito tem uma forte relação com um sistema conceitual de organização e representação do conhecimento, o qual podemos entender como um processo de interação e preservação do conhecimento que possibilite a recuperação e o acesso para uma geração futura.

Para Dahlberg (1978a, p. 102) é possível definir, então, o conceito como a compilação de enunciados verdadeiros sobre determinado objeto, fixada por um símbolo linguístico. Neste sentido, o conceito está relacionado ao objeto linguístico, ou seja, aquele objeto que possui um significado para alguém e de acordo com uma determinada cultura, ele receberá aquela denominação, pois há uma convenção e uma práxis social que o legitimou. Portanto, ele será determinado pelo seu nome e uso no

cotidiano, por exemplo, um vaso de cerâmica, que pode ser traduzido e identificado por seu formato, a sua materialidade e o seu uso são determinados pela comunidade linguística e a partir de uma funcionalidade prática. Em outras palavras, com base em Dahlberg (1978a), há uma convenção social e cultural que legitima a representação e o uso daquele determinado objeto, independente de sua essência e finalidade prática.

Nas palavras de Melo e Brascher (2014, p. 71) “na Teoria do Conceito desenvolvida por Dahlberg, o conceito é uma unidade do conhecimento e só pode ser determinado a partir da junção dos três elementos que o constitui: item de referência (referente), propriedades (sínteses de características) e termo (designações)”. Nesse sentido, a constituição ou formação de um conceito para Dahlberg só pode ser compreendida a partir da combinação desses três elementos citados. Logo, fica evidenciado que a teoria do conceito na perspectiva de Dahlberg, apresenta uma concepção linguística e de modelos representativos.

O Conceito, na concepção de Abbagnano (2007, pp. 194-195), diz sobre todo o processo que possibilita a descrição, a classificação e a previsão dos objetos cognoscíveis. Assim, entendido, esse termo tem significado generalíssimo e pode incluir qualquer espécie de sinal ou procedimento semântico, seja qual for o objeto a que se refere, abstrato ou concreto, próximo ou distante, universal ou individual, e assim por diante. Pode-se ter um C. de mesa tanto quanto do número 3, de homem tanto quanto de Deus, de gênero e espécie (os chamados universais [v.]) tanto quanto de uma realidade individual, como, por exemplo, de um período histórico ou de uma instituição histórica (o “Renascimento”, “Mercantilismo”, “Feudalismo” ou o “Capitalismo”).

A Teoria do Conceito é um campo de discussão amplo, interdisciplinar e um espaço complexo de investigação relacionado a muitos campos com uma longa história de tradição epistemológica. Entretanto, mesmo que não sejam designadas para a definição de conceitos e processos, a Arquivologia, a Ciência da Informação e a Organização do Conhecimento não podem evitar a relação com a teoria do conceito em seus aspectos metodológicos e práticos (Hjørland, 2009, p. 1519). Para o autor, a teoria do conceito pode ser considerada interdisciplinar, mas ainda não há um consenso, tendo em vista a vários campos relacionados a ela. Sendo assim, os

campos da Arquivologia, Ciência da Informação e da Organização do Conhecimento não podem evitar a forte relação com a teoria do conceito, sobretudo no desenvolvimento de processos, funções e na representação do conhecimento. Nessa perspectiva interdisciplinar, ela é composta pelos campos da Semiótica, Análise do Discurso, Terminologia, Estudos da Informação, além de outras áreas que são fundamentais e essenciais do ponto de vista linguístico e metodológico para o entendimento dos conceitos enquanto modelo de construção, organização e representação do conhecimento em suas mais variadas vertentes e dimensões epistemológicas.

Melo e Brascher (2014), declaram que ao longo do pensamento científico, podemos entender que o conceito transformou-se em objeto de outros campos de estudos, como a Lógica, Semântica, Linguística, Psicologia, Ciência da Informação, Biblioteconomia, Computação, entre outros campos científicos que o caracterizaram como um instrumento de caráter interdisciplinar, em que pudesse ser designado como algo associado à cognição e a linguagem humana e à ideia de significante e significado para a representação das coisas.

O conceito, de acordo com Hjørland (2009, p. 1520), apresenta a aparente falta de um núcleo ou de um elemento central que também pode ser causado pela natureza interdisciplinar da pesquisa em conceitos. Para Hjørland (2010, p. 41), a teoria do conceito tem sido dominada pelos estudos psicológicos e as análises que formam e constituem o conceito no campo científico.

A função básica do conceito, diz Hjørland (2003), é fornecer uma base para interagir com o universo a ser investigado. Conceitos fornecem horizontes e aprendizados em um mundo contínuo e dinâmico. Os conceitos, por exemplo, podem ser analisados e estudados por diversos campos, como a Psicologia, Linguística, Filosofia, Sociologia, Comunicação, Ciência da Computação, Ciência da Informação, Epistemologia, Inteligência Artificial, entre outras que utilizem o conceito como elemento primordial na investigação científica. Cada um desses campos de investigação tende a enfatizar diferentes aspectos, métodos e aplicações dos conceitos. Ao mesmo tempo, porém, cada campo luta com os mesmos problemas fundamentais em relação à natureza de tentativa de definir e aplicar esses conceitos da

maneira adequada. Em segundo lugar, existem teorias básicas (filosóficas e epistemológicas) de conceitos que são comuns a todos esses campos, e dentro de cada um competem por posição, ou seja, o rompimento de paradigmas ou até mesmo conflitos por protagonismo e pelo avanço do conhecimento científico. É esse nível epistemológico que é mais importante. Se uma teoria forte for desenvolvida neste nível, todas as disciplinas envolvidas serão beneficiadas de uma forma muito importante (Hjørland, 2003). Dessa maneira, a partir da reflexão do autor, pode-se compreender que um dos maiores desafios é estabelecer uma definição consensual e definitiva sobre a noção de conceito, embora cada campo de estudo tente definir a sua melhor maneira e isso não é muito diferente quando se trata no âmbito da Organização do Conhecimento e da Arquivologia.

Silva e Santos (2010, p. 84) entendem que um conceito é relevante enquanto unidade de pensamento quando inicia o seu ciclo de vida; no momento em que está totalmente formado, aceito e legitimado por uma comunidade de especialistas e pesquisadores, que se transforma em unidade de conhecimento ou que pelo menos possa se tornar um consenso na comunidade científica. Desse modo, a passagem a unidade de lógica dá-se por meio de uma linguagem de representação formalizada para fins de manipulação computacional. Nesse sentido, podemos compreender que o conceito se constitui e se manifesta por meio de interface e construção dos SOCs e de instrumentos de organização e representação do conhecimento em unidades de informação, como arquivos, bibliotecas e centros de documentação e memória, mas que no contexto museológico ainda se trata de um assunto incipiente, mas que também tem grande aderência a esse campo de investigação.

Melo e Brascher (2014), chamam a atenção e declaram que devemos compreender que os conceitos não devem ser analisados e entendidos de maneira isolada, isto é, precisam ser tratados de maneira uniforme, pois existem concepções e ideias concorrentes em todos os âmbitos do conhecimento. Segundo Hjørland (2009, p. 1519), uma importante visão de conceitos hoje em dia pode ser dita como “pós-kuhniana”, no sentido de que é reconhecida como diferentes teorias e paradigmas científicos que podem ser considerados o mais importante mecanismo para o desenvolvimento dos conceitos. Portanto, a análise sobre o conceito ou a teoria do

conceito deve ser analisada a partir de seu contexto, em outras palavras, com base em sua especificidade e como esse contexto influencia no desenvolvimento desse conceito relacionado a outros fenômenos.

De acordo com Melo e Brascher (2014), na tentativa de definição de conceito, Hjorland entende que o conceito é como uma construção social e cultural, cujos significados são dinamicamente construídos e negociados a partir da sua vivência em diálogos e contextos específicos.

Para Barité (2015, p. 52, tradução nossa),

> o conceito é abstração ou noção que se refere a uma unidade de conhecimento, independente de sua expressão linguística, e compreende o conjunto de suas feições. O conceito é tanto uma representação simbólica, e está na base da Teoria da Classificação e da Terminologia, pois o elemento é indivisível que permite representar o conhecimento, os conteúdos e os documentos e organizar os enunciados correspondentes à ideia que se tenha de qualquer coisa. Em vocabulários controlados, tesauros e na linguagem natural, o conceito é representado mediante um rótulo ou uma representação simbólica.

Hjørland (2009) de forma categórica declara que um conceito é uma representação resumida de alguns conjuntos de coisas em termos de condições que são individualmente necessárias e, em conjunto, suficientes para determinar a associação nesse conjunto.

Os conceitos são vistos como construções pragmáticas, assim podemos, de acordo com nossas necessidades, variar as abstrações que construímos e fazemos da realidade. Hjørland (2009), explica que na filosofia, por exemplo, fala-se do jovem e do velho Lud Wittgenstein como conceitos separados, porque se sente que sua filosofia mudou e, portanto, é importante distinguir entre os escritos de Wittgenstein em momentos e contextos diferentes. Assim, conforme analogia apresentada por Hjorland (2009), um objeto analisado de forma abstrata não tende a ser analisado e investigado em sua concepção prática, tangível e palpável. Logo, o seu uso dependerá exclusivamente de um contexto de aplicação mediante conhecimento das práxis que são desenvolvidas por uma determinada comunidade.

Portanto, a função básica dos conceitos é, assim, fixar algo em um sinal (ou na mente) para poder pensar sobre isso, comunicar-se e agir em relação a ele. Por isso, é importante que os conceitos não possam mudar. A teoria dos conceitos desenvolvida na Teoria da Atividade pode ser interpretada da seguinte forma: temos na sociedade

formas de práticas mais ou menos padronizadas e que são amplamente aceitas, como ensinar nas escolas, cantar nas igrejas, caminhar, correr, saltar, dirigir carros, entre outras atividades realizadas de maneira intuitiva. Todas essas práticas são mais ou menos estáveis, contudo padronizadas, mudam dinamicamente na execução mais longa ou mais curta. Quando os seres humanos desenvolvem novas práticas, eles associam e atribuem sinais e códigos linguísticos a eles.

Diante dos elementos citados no decorrer desta subseção: fundo, forma documental, contexto de produção e a teoria do conceito, a partir disso, pode-se tecer algumas considerações acerca da concepção de conhecimento em arquivos, mesmo sendo provisório, poderá suscitar e contribuir para o desenvolvimento desta tese, bem como na proposição de novas investigações acerca do conceito.

No quadro 19, será apresentada uma síntese dos conceitos apresentados e definidos ao longo desta subseção:

**Quadro 19 - Conhecimento em Arquivos**

| Termo | Definição | Base Teórica |
|---|---|---|
| **Fundo** | **Conjunto de registros documentais de uma organização, família ou indivíduo que foram criados e acumulados como resultado de um processo orgânico que reflete as funções e o contexto de produção do criador.**<br><br>**Reunião "natural" ou "orgânica" dos documentos é chamado de fundo de arquivo.**<br><br>**Conjunto de documentos de uma mesma proveniência (origem), sendo um termo que também equivale a concepção de arquivo.** | **(*Dictionary of Archives Terminology*, 2005, Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, 2005, Cook, 2017, Tognoli; Rodrigues; Guimarães, 2019).** |
| **Forma Documental** | **Regras de representação que permitem que o conteúdo de um documento arquivístico, seu contexto administrativo e documental e sua autoridade sejam comunicados.**<br><br>**Estabelece relações próximas aos métodos da diplomática e da tipologia documental e que tem contribuindo significativamente para o desenvolvimento de estudos que relacionam a organização e representação do conhecimento em arquivos.** | **(Glossário da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos, 2008, Tognoli; Rodrigues; Guimarães, 2019)** |

| | | |
|---|---|---|
| **Contexto de Produção** | **Todos os elementos devem ser levados em consideração, haja visto que relacionar os aspectos de fundo e de forma documental integram o que pode ser compreendido como conhecimento arquivístico ou conhecimento em arquivos** | **(Tognoli; Rodrigues; Guimarães, 2019** |
| **Teoria do Conceito** | **Possui uma forte relação com um sistema conceitual de organização e representação do conhecimento, o qual podemos entender como um processo de interação e preservação do conhecimento que possibilite a recuperação e o acesso para uma geração futura.**<br><br>**Está relacionado ao objeto linguístico, ou seja, aquele objeto que possui um significado para alguém e de acordo com uma determinada cultura, ele receberá aquela denominação, pois há uma convenção e uma práxis social que o legitimou.**<br><br>**Unidade do conhecimento; Indexação de conceito; Representação/terminologia de conceito.**<br><br>**Discutir e contribuir na definição da noção de conhecimento** | **(Dahlberg, 1987, Abbagnano, 2007, Hjorland, 2003, 2009, 2010, Silva; Santos, 2010, Melo; Brascher, 2014)** |

**Fonte:** elaboração própria (2024).

O conhecimento em arquivos, com base nos quatro elementos discutidos e apresentados no decorrer desta subseção, nada mais é do que a configuração, realização e a materialização da práxis, seja ela desenvolvida em qualquer contexto, o desenvolvimento e resultado dessa práxis necessita ser registrada em um suporte informacional para gerar conhecimento, no sentido de materialidade da ação, mas de nada adianta se a ação foi registrada e materializada se ela não for organizada e representada para a recuperação e acesso futuro, e esse acesso independe do usuário ou do sujeito informacional em questão, pois existe uma multiplicidade de consulentes interessados em se apropriar e atribuir significado a este ou aquele determinado conhecimento. Somado a isso, a construção de instrumentos e a formulação de políticas documentais contribui no processo de acesso a esse conhecimento, pois de nada adianta ter todos esses aparatos se o sujeito informacional não consegue os

meios necessários para acessar uma determinada informação, neste caso, acesso ao conteúdo informacional existentes em arquivos de partidos políticos.

Conforme apontado anteriormente, a noção de conhecimento em arquivos trata das funções arquivísticas[144] e do processo de ciclo vital dos documentos, além da organização e representação. Somado a esses fatores, tem-se a ideia de fundo em arquivos, forma documental e do contexto de produção. Extrapolando esses processos, destaca-se a teoria do conceito de Dahlberg (1978, 1993) e Hjørland (2009), como um elemento integrador e que contribui epistemologicamente na concepção de conhecimento em arquivos.

O conhecimento produzido, organizado e representado no âmbito dos arquivos segue uma lógica burocrática, que perpassa pelos quatro elementos citados anteriormente, mesmo que não seja seguido nesta ordem necessariamente, mas fica evidente que não se pode excluir a necessidade de uma lógica burocrático-institucional na padronização de conceitos e no desenvolvimento de funções, instrumentos, métodos e processos arquivísticos. Essa lógica burocrático-institucional, em geral, não é adotada pelas instituições político-partidárias, como movimentos sociais, partidos políticos e movimento de trabalhadores, conforme ao longo do tempo algumas pesquisas e argumentos apontaram essa fragilidade (Ancona Lopez, 1998, 1999, 2012, French, 2009, Camoleze, 2022, Veronez Júnior; Martínez-Ávila; Troitiño-Rodriguez, 2023). Nessa discussão, o que mais se evidencia é a adoção e a elaboração de políticas documentais para a organização de arquivos de partidos políticos, e isso traz à tona a necessidade de se escancarar a real situação dos acervos documentais de caráter político-partidário no Brasil.

A seguir, como parte integrante desta tese, analisa-se algumas considerações acerca da noção de conhecimento diplomático, elemento que contribuirá na compreensão e definição de conhecimento em arquivos, assim como evidenciar as relações entre os campos da Organização do Conhecimento e da Arquivologia.

[144]Segundo Rousseau e Couture (1998), as principais funções arquivísticas são sete: Produção, avaliação, aquisição (recolhimento), conservação (preservação), classificação, descrição e difusão (acesso).

## 3.4 A noção de conhecimento diplomático

No que está relacionado a discussão sobre o que pode ser entendido por conhecimento diplomático, é preciso levar em consideração os elementos que o caracteriza segundo os métodos e os objetivos da diplomática, tipologia documental e da diplomática arquivística contemporânea, ou seja, a análise dos caracteres internos e externos e da forma documental, fatores inerentes a verificação dos documentos de forma unitária, melhor dizendo, a análise de um por um. Embora a diplomática arquivística contemporânea não esteja restrita apenas à análise desses elementos por parte do arquivista, é considerável lembrar que dificilmente pode-se falar em conhecimento diplomático sem relacionar a noção de documento, seja ele tratado no ambiente arquivístico ou diplomático (independente de seu formato, gênero e suporte informacional), ainda mais quando se discute essas questões no contexto da Organização do Conhecimento. E o conhecimento diplomático é o elemento primordial que estabelece e dá sustentação epistemológica para com que esse conhecimento seja verídico, confiável, íntegro e autêntico, visto que está relacionado aos princípios e métodos que são estabelecidos pela Diplomática e que estão validados por parâmetros jurídicos.

Já a ideia de conhecimento diplomático no escopo da Organização do Conhecimento em Arquivos pode ser discutida do ponto de vista do plano do conteúdo, ou seja, aquilo que está materializado no documento e que pode ser socializado e posteriormente recuperado de forma manual ou automatizada por meio de SOCs, sistemas de informação, tesauros, vocabulários controlados ou em obras de referências, como os manuais e dicionários especializados, por exemplo. Esse conteúdo tem base na informação que a partir de um processo de significação e a atribuição de um significado será transformado em conhecimento. Além do processo de significação através das práxis desenvolvidas pelos sujeitos políticos, a produção do conhecimento é contextualizada e socializada por meio de ações culturais, isto é, tem a ver com o modo de produção de uma determinada instituição ou comunidade discursiva, como no caso dos partidos políticos. Arquivo e Cultura são elementos inseparáveis, melhor dizendo, a face da mesma moeda, ou seja, é preciso compreender o modo de produção documental de um determinado grupo em um

contexto social muito particular e que difere de instituições tradicionais que já dispõe de elementos simbólicos permeados por convenções político-jurídico. No caso dos partidos políticos, objetivo de investigação desta tese, pode se dizer que a produção documental se dá de maneira política, enquanto um conjunto de ações que visa atingir um determinado objetivo individual ou coletivo.

Conhecimento em arquivos e conhecimento diplomático, em alguns casos, podem ser analisados como sinônimos, no entanto, são conceitos que passam por processos diferentes ao longo da cadeia de custódia/documental[145], que compreende a produção, avaliação, tramitação, arquivamento ou a eliminação do documento. Entretanto, pode-se entender que ambos se inserem no âmbito da Organização do Conhecimento e correspondem às práticas arquivísticas. No caso da diplomática, por exemplo, pode-se compreender que o documento é analisado por partes, todavia, no caso dos arquivos, o documento é analisado no todo. Essa diferenciação demonstra que o conhecimento em arquivos e o conhecimento diplomático apresentam metodologias diferentes no que diz respeito à análise, organização e tratamento documental.

No caso de acervos partidos políticos, análise e diagnóstico que constam no apêndice desta tese, os documentos que foram localizados e recuperados, em geral, são considerados originais, pois a preocupação com a reprodução (elaboração de cópias) para a distribuição dessa documentação era desnecessária, segundo relataram os próprios sujeitos políticos que eram responsáveis por essa produção documental. Dessa forma, o conhecimento em arquivos e conhecimento diplomático são imprescindíveis para a análise de acervos documentais de natureza político-partidária, visto que analisam o mesmo objeto, ou seja, o conhecimento concebido em um determinado contexto.

No quadro 20, para melhor exemplificar, será apresentada uma síntese sobre os principais conceitos abordados nesta seção de caráter teórico: Organização do Conhecimento, Organização do Conhecimento em Arquivos, Classificação Arquivística,

[145]A expressão "cadeia documental" responde a uma conceituação metafórica, feita por analogia com linhas de montagem industriais, em que o produto passa por uma série de operações perfeitamente predefinidas em termos de qualidade, quantidade e sequência até estar pronto para o consumo (García Marco, 1996, tradução própria).

Diplomática e Diplomática Arquivística Contemporânea. O objetivo é relacionar os determinados conceitos em consonância com a noção de conhecimento em arquivos e conhecimento diplomático.

**Quadro 20 - Organização do Conhecimento em Arquivos**

| Organização do Conhecimento | Organização do Conhecimento em Arquivos | Classificação Arquivística | Diplomática | Diplomática Arquivística Contemporânea/Tipologia Documental |
|---|---|---|---|---|
| **NATUREZA** | **NATUREZA** | **NATUREZA** | **NATUREZA** | **NATUREZA** |
| **Campo científico, epistemológico e interdisciplinar. Desenvolvimento de processos e funções em unidades de informação.** | **Processo, método e função de organização e representação do conhecimento em arquivos** | **Função matricial aplicada em arquivos** | **Método análitico** | **Método analítico** |
| **FUNÇÃO** | **FUNÇÃO** | **FUNÇÃO** | **FUNÇÃO** | **FUNÇÃO** |
| **Elaboração de linguagens documentárias; Elaboração de Sistemas de Organização do Conhecimento** | **Representação do conhecimento produzido em arquivos por meio de instrumentos de gestão e de pesquisa com base em princípios arquivísticos.** | **Organizar e representar o conhecimento em arquivos por meio de classes, esquemas e códigos de classificação** | **Analisar a forma e os caracteres internos e externos do documento** | **Analisar a forma e os caracteres internos e externos do documento de arquivo. Protagonismo do arquivista no processo de produção documental.** |
| **BASE TEÓRICA** | **BASE TEÓRICA** | **BASE TEÓRICA** | **BASE TEÓRICA** | **BASE TEÓRICA** |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Dahlberg (1993), Hjørland (2003, 2008), Barité (2012, 2015), Smiraglia (2012).** | **Esteban Navarro; García Marco (1995), Guimarães; Tognoli (2015), Barros; Sousa (2022), Veronez Júnior; Troitiño-Rodriguez; Martínez-Ávila; San Segundo (2024).** | **Sousa (2003, 2006, 2022), Negreiros (2007),** | **Heredia Herrera (1991), Tallafigo (1994), Bellotto (2002)** | **Delmas (2010), Tognoli; Guimarães (2013), Troitiño-Rodriguez; Fonseca (2017),** |

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2023)

No quadro 20, verifica-se os elementos que contribuem no entendimento da noção de conhecimento em arquivos e conhecimento diplomático. Embora alguns aspectos sejam redundantes, é possível compreender que a maior parte converge na perspectiva de organização e representação do conhecimento.

Longe de estabelecer uma verdade absoluta sobre os conceitos tratados, o objetivo principal desta seção foi apresentar os aspectos teóricos, históricos e epistemológicos da Organização do Conhecimento, seja em seu caráter prático-metodológico, ou seja, no desenvolvimento de atividades/processos, bem como do ponto de vista de campo de investigação. Além disso, foi destacado o caráter interdisciplinar deste campo com a Ciência da Informação, entre outras áreas do conhecimento, como a Biblioteconomia, Computação, Documentação, Linguística, Lógica, Matemática e a Arquivologia, sendo este último campo o foco desta seção.

Em síntese, a seção apresentou alguns elementos que podem ser analisados do ponto de vista da relação entre Organização do Conhecimento, Arquivologia e Arquivos. No caso do princípio da proveniência, o que corrobora é o fato de que o conhecimento produzido nos arquivos são denominados de fundos arquivísticos e são materializados, registrados e apresentados em forma de documento. O documento de arquivo é a materialidade, registro e a concretização do ato jurídico-administrativo.

De acordo com Barros e Sousa (2019, p. 78), sobre a relação entre a Arquivologia e a Organização do Conhecimento, em resumo, seu campo científico pode e tem relação com os arquivos e a Arquivologia, justamente quando se pensa em

relação às possibilidades de abordagens referentes aos SOCs. Já que os sistemas de gestão, classificação, acesso e controle arquivísticos são justamente isso: sistemas conceituais baseados em características das instituições produtoras de documentos.

Somado a isso, buscou-se uma definição para a noção de conhecimento em arquivos e de conhecimento diplomático, embora este objetivo até o presente momento não tenha sido alcançado com extaidão, é preciso ressaltar que houve alguns avanços, sobretudo quando se tratou de resgatar os três elementos imprescindíveis para a definição do conceito de conhecimento em arquivos: fundo, forma documental e contexto de produção documental, propostos por Tognoli, Rodrigues e Guimarães (2019). Contudo, mesmo que já tenham sidos utilizados pelos referidos autores, esses três conceitos não deram conta de abarcar toda a complexidade para a definição do conceito, assim sendo, foram adicionados mais outros elementos: classificação arquivística, diplomática, diplomática arquivística contemporânea e a teoria do conceito proposta por Dahlberg (1978) e Hjørland (2009).

Na continuidade desta tese, na próxima seção, serão apresentados aspectos teóricos acerca da noção de partidos políticos, arquivos de partidos políticos e uma análise histórica sobre a fundação do Partido dos Trabalhadores, com o objetivo de analisar sua forma de produção documental e sua estrutura organizacional para uma melhor compreensão das práticas desenvolvidas pelos sujeitos políticos que integram e são os principais atores na cultura organizacional do partido.

## 4 PARTIDOS POLÍTICOS

Esta seção por meio de uma fundamentação teórica e embasada em análises históricas, visa a *priori* historicizar episódios que culminaram e ajudaram a consolidar o Partido dos Trabalhadores no cenário nacional e internacional, tornando o que o PT é e representa nos dias de hoje, mesmo que diante de diversas críticas, tanto do ponto de vista e institucional.

Inúmeras são as publicações científicas e as teses que tratam dos aspectos históricos, políticos e culturais sobre o surgimento do PT a nível nacional e internacional, bem como a produção de uma série de artigos, manuais, monografias, dissertações e livros. Dessa forma, não seria pertinente para esta proposta esgotar o tema de forma cansativa aos olhos do leitor, mas antes apontar marcos relevantes para se pensar sua memória registrada e documentada.

Nesta seção, especificamente, serão utilizadas referências de autores e autoras que ainda discutem e que em algum momento discutiram no passado a história política e social do partido.

Isto posto, antes de discutirmos a formação e a análise histórica no âmbito nacional, bem como a análise, mapeamento e o diagnóstico dos acervos documentais do PT no estado de São Paulo, é preciso discutirmos alguns aspectos elementares da noção de partidos políticos em seu sentido mais genérico.

Nesse sentido, além da definição de partidos políticos, refletiremos sobre a noção de arquivos de partidos políticos a partir dos preceitos da Arquivologia. Até o presente momento, não foi encontrada uma definição específica acerca deste conceito nos manuais técnicos, dicionários especializados e na literatura arquivística. Dessa maneira, pela ausência de definição, ainda que a definição ora proposta não seja ampla o suficiente para dar conta de todos os nuances, acreditamos que de certa maneira lançará luz à questão, contribuindo para pesquisadores e pesquisadoras que tratam e trabalham com o tema no âmbito arquivístico. O objetivo é que outros pesquisadores suscitem e aprofundem cada vez mais o debate acerca do tema em seus contextos de atuação científica e profissional. Essa razão vai ao encontro da

necessidade de se aprofundar e evidenciar cada vez mais a discussão sobre a concepção de arquivos de partidos políticos no campo da Arquivologia.

Nas pesquisas realizadas por Ancona Lopez (1998, 1999, 2012), o autor adota e utiliza as expressões "**associações político-partidárias**", "**associações políticas**" ou "**movimento de trabalhadores**", nomenclaturas que acreditamos que podem ser consideradas como sinônimos de partidos políticos, visto que a funcionalidade e os objetivos em comum são similares, mesmo que sejam tratados em abordagens e utilizadas em contextos totalmente diferentes. Assim sendo, para um melhor enquadramento, perfilamento e coerência com os objetivos propostos para esta tese científica, utilizaremos o termo "**partidos políticos**". Para fins de estabelecer um paralelo com as pesquisas de Ancona Lopez (1998, 1999), em determinados momentos, em caso de necessidade, iremos nos referir aos dois primeiros termos elencados pelo referido autor. No caso da terceira expressão adotada pelo autor, ou seja, movimento de trabalhadores, entende-se que esta está muito mais voltada à abordagem dos movimentos sociais e populares, mas de forma muito rara, poderemos nos referir ao termo no decorrer desta discussão.

De acordo com a Lei dos Partidos Políticos (1995[146], não paginado), nº 9.096, de 19 de setembro de setembro de 1995, em seu artigo 1º

> destaca que o partido político, pessoa jurídica de direito privado, destina-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal.

Em linhas gerais, pode-se entender que um partido político tem o seu funcionamento praticamente como uma empresa de natureza privada, mesmo que receba recursos públicos, só que com objetivos diferentes de uma empresa tradicional que tem por objetivo a obtenção do lucro. Todavia, essa "empresa de natureza político-partidária" necessita estar enquadrada dentro dos parâmetros legais estabelecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), assim como as empresas tradicionais estão suscetíveis a auditorias da Receita Federal ou dos Tribunais de Contas dos Municípios (TCM), dos Estados (TCE) ou da União (TCU). Logo, um partido

[146]Tribunal Superior Eleitoral. Lei dos Partidos Políticos. Disponível em: https://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/lei-dos-partidos-politicos/lei-dos-partidos-politicos-lei-nb0-9.096-de-19-de-setembro-de-1995 Acesso em 29 de abril de 2024.

político não tem autonomia para desenvolver suas atividades da melhor maneira que achar necessária, pois todas as suas ações deverão ser publicizadas, manifestadas e apresentadas aos órgãos eleitorais fiscalizadores. Neste caso, além do cumprimento de parâmetros jurídicos-legais, os partidos políticos são monitorados em virtude de receberem verbas financeiras de natureza pública do fundo eleitoral e do fundo partidário, assim, a prestação de contas se torna extremamente necessária e deve ser realizada com base na transparência e na legislação em vigor que rege os partidos políticos.

Nessa continuidade, Maciel (2009), lembra que a tradição liberal associa o surgimento dos partidos políticos à luta por direitos sociais e por garantias de direitos fundamentais, fato que ocorrera por meio da ascensão da burguesia e dos ideais iluministas que pressupunham não só a existência do direito fundamental, mas a consciência de lutar por ele e por sua expansão. No entanto, tal ideia esbarraria nos limites da burocracia burguesa que vislumbra o sujeito apenas como detentor de bens materiais que podem ser substituídos no contexto da sociedade de mercado. Nesse sentido, a partir da análise da autora, os partidos políticos seriam instrumentos ligados estritamente aos interesses da burguesia e não aos interesses do povo. Já os interesses dos trabalhadores e dos grupos sociais mais vulneráveis seriam tratados em segundo plano. Nessa concepção, entende-se que o poder, por meio dos partidos políticos, seria o objetivo a ser alcançado pela burguesia.

Mendonça (1981), já dizia que até o século XVII na Inglaterra, XVIII nos Estados Unidos e XIX na França, não existia a concepção de partidos políticos, pelo menos nos moldes e de forma estruturada como vemos nos dias de hoje. Atualmente, os partidos políticos mais conhecidos e que há muitos anos vem influenciando a sociedade nos países mencionados, são, respectivamente: a) Partido Social Democrata e Trabalhista Social e o Partido Conservador, b) Republicanos e Democratas, e por fim, os c) Republicanos e o Movimento Democrático. No caso do Brasil, no século XX e pelo menos nas últimas quatro décadas, os partidos mais conhecidos e que influenciaram a sociedade brasileira são o MDB[147] e o PT, além dos históricos PCB e PCdoB. Nos

[147] É o partido com o maior número de filiados no país. Segundo conta em seu site oficial, o MDB conta com mais de 2 milhões de filiados. Disponível em: https://www.mdb.org.br/quem-somos/ Acesso em 06 de mai. 2024.

últimos anos, com a redemocratização e o pluripartidarismo, um número considerável de partidos políticos foram surgindo no país. Na realidade, os partidos políticos, embora sejam tratados como operadores da democracia, já não são vistos mais como os legítimos representantes da população, pois no geral, independente de sua ideologia, a sociedade os visualizam como meros operadores do sistema em que cujo objetivo é o alcance do poder e a manutenção do *status quo*.

Mendonça (1981), explica que a presença e a atuação dos partidos políticos na sociedade, contribui no entendimento e reflexão sobre suas vicissitudes e incentiva sua melhoria e o aprimoramento de seus mecanismos institucionais. Na concepção do autor, os partidos políticos são fundamentais no processo democrático representativo e participativo. A participação dos partidos políticos no jogo democrático tende a fortalecer ainda mais as relações sociais e institucionais, não como agentes reguladores, mas como mediadores e interlocutores entre os poderes da república, como o Executivo, Legislativo, Judiciário e atender aos anseios e demandas da sociedade civil para o qual foram eleitos.

Segundo Mezzaroba (1991), a noção de partidos políticos passa a ser concebida como um apêndice da democracia e esta, como pior de todos os regimes burgueses, uma vez que o seu objetivo é dar continuidade a exploração das massas produtoras, por meio de uma elite econômica e intelectual previamente preparada e estruturada. Sendo assim, ao longo do tempo, a ideia de partidos políticos sempre foi associada a regimes burgueses e conservadores, na medida em que deu continuidade a exploração da classe trabalhadora e das classes mais vulneráveis da sociedade que sempre foram renegadas pelas elites econômicas e intelectuais. Assim, a maioria dos partidos políticos, em aparência colocava-se como representantes das classes sociais mais vulneráveis, mas na prática, seu principal objetivo era defender os interesses dessas classes mais elitizadas. Ao defenderem essas classes, os representantes eleitos pelo povo já não estavam mais comprometidos com os seus legítimos eleitores, mas sim com aqueles que efetivamente os elegeram por meio de investimentos financeiros e influências, como bancos, empresas, setores do agronegócio, entre outros segmentos que veem na política uma forma de defenderem os seus próprios interesses, mesmo

que para isso necessitem de acordos e negociações que fere alguns princípios éticos e jurídicos.

No Brasil, assim como em países em desenvolvimento (denominados países de terceiro mundo ou emergentes) e que passaram por regimes de exceção[148], essa lógica de caráter excludente é verdadeira e se faz presente. É nessa discussão que no final dos anos de 1970, surge a necessidade de construção de um partido que pudesse representar e defender os interesses da classe trabalhadora, assunto que será discutido mais adiante. A necessidade de um partido "sem patrão" era premente para aquele contexto político-social. No entanto, conforme destaca Maciel (2009, p. 102), a natureza e o caráter do novo partido ainda não estavam claramente definidos a não ser pelo intuito de conceber um partido político dos trabalhadores, que fosse constituído por militantes do campo e da cidade e que tivesse no mínimo um caráter de classe, pois o mesmo não teria a figura e presença do "patrão" ou de um mandatário. Apenas para recordar que no Brasil, entre os anos de 1964 a 1979, existiam dois partidos: ARENA e o MDB, porém, nenhum desses dois partidos eram vistos como defensores dos interesses da classe trabalhadora[149]. Muito pelo contrário, já que o primeiro representava a manutenção do regime político vigente, em outras palavras, a continuidade dos militares no poder, por sua vez, o segundo em aparência era tido como um "opositor" ao regime, mas na verdade, andava de "mãos dadas" com o primeiro, inclusive em votações sobre determinados projetos de lei, apoio político, entre outras ações que na maioria das vezes deixavam a população em segundo plano.

Essa união ao próprio sistema representa não apenas um fisiologismo com as pautas defendidas pelos partidos nas casas legislativas, mas vai muito mais além, ou seja, diz muito sobre a sua própria sobrevivência no jogo político, como por exemplo, o próprio Centrão tem feito isso desde a década de 1980.

---

[148] Ditaduras Militares.

[149]Segundo Paul Singer (1980), os outros partidos políticos são, implícita ou explicitamente, prolongamentos de tendências políticas anteriores. O PMDB [Partido do Movimento Democrático Brasileiro] se pretende herdeiro das lutas do MDB [Movimento Democrático Brasileiro], o PTB [Partido Trabalhista Brasileiro] almeja reviver o seu homônimo de antes de 1966, o PDS [Partido Democrático Social], embora pretenda aparentar o contrário, é o sucedâneo da Arena [Aliança Renovadora Nacional], ao passo que o PP [Partido Progressista] continua simultaneamente a tradição dos antigos PSD [Partido Social Democrático] e UDN [União Democrática Nacional] e das alas moderadas dos mais recentes MDB e Arena.

Os partidos políticos, de acordo com Mezzaroba (1991), constitui-se como uma potência oligárquica, repousada sobre uma base democrática que possibilita a dominação das elites sobre os eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os que delegam. Finalmente, quem diz organização político-partidária, pode-se entender como sinônimo de oligarquia. Continua o autor, na teoria orgânica, os partidos políticos extrapolam suas condições deliberativas de instrumentos da atuação da representação política. O parâmetro eleitoral e parlamentar é superado, com tal intensidade, que o partido se constitui num espaço de luta de conscientização política e social. A organização político-partidária deve almejar mais que os efeitos representativos eleitorais, pois o partido é um formador de consciências, não apenas política, mas do ponto de vista social e cultural (Mezzaroba, 1991). Nesse sentido, a constituição do Partido dos Trabalhadores, em seu início, foi caminhar na contramão do uso do partido apenas como um mero instrumento de dominação da classe trabalhadora, como faziam os outros dois partidos existentes à época no Brasil e que faziam uso dessa estratégia como forma de controle social.

Segundo Baracho (1979), de modo geral, os partidos políticos são considerados como instrumentos essenciais à democracia representativa e participativa, desde que sejam elementos fundamentais na dinâmica de sua estrutura jurídico-política. Constituem um dos fenômenos políticos-sociais mais característicos dos Estados Modernos. Continua o autor, no seu sentido lato, os partidos políticos designam a formação social e espontânea, que tem como seu elemento unificador uma ideia política comum ou um interesse político comum e que se propõe a conquista do poder. De acordo com esta denominação, o partido político caracteriza-se por dois elementos substanciais: o vínculo sociológico, representado pela comunhão ideológica ou de interesses individuais e coletivos e o fim político, representado por meio da conquista, distribuição e da manutenção do poder para diversos segmentos da sociedade (Baracho, 1979). Nessa discussão, para Chomsky e Foucault (1974), no sentido político, a manutenção e a distribuição do poder político e econômico se restringe a uma determinada classe social, que na maioria das vezes, não representa os anseios das classes sociais mais vulneráveis da sociedade e que buscam sua emancipação, seja no aspecto econômico, cultural e social. Assim, determinadas associações

político-partidárias atendem aos interesses apenas das elites econômicas, fazendo com que os seus verdadeiros eleitores e financiadores continuem em uma situação confortável frente a determinadas camadas sociais mais vulneráveis da sociedade, isto é, essas classes mais vulneráveis são utilizadas e manipuladas como "massa de manobra[150]" para que um determinado grupo político e econômico continue a manter os seus privilégios às custas do povo trabalhador que produz as riquezas da nação, mas que não desfrutam delas.

Diante do exposto apresentado até aqui, compreende-se que a concepção de partidos políticos extrapola a condição de participação no jogo político-eleitoral, mas que se estende a uma noção de participação direta no jogo democrático, obviamente com base nas práxis culturais de um determinado grupo social, ou seja, resume em dar e conceder legitimidade e valorizar as ações desenvolvidas por esses grupos de natureza política.

Os partidos políticos, nessa concepção, além de serem tratados como fundações privadas, são antes de tudo, organizações políticas que visam um determinado objetivo, isto é, ocupar os espaços de poder e de decisões na sociedade por meio do voto e da eleição de seus integrantes nas diretorias, estatais, fundações, casas legislativas, nos parlamentos e até mesmo na presidência de uma nação.

Em síntese, os partidos políticos são considerados verdadeiros conglomerados de organizações coletivas que visam representar convicções ideológicas dos mais diversos espectros, que vai da extrema-esquerda, centro à extrema-direita, modos de pensar e agir, mesmo que divergentes, mas que se materializam na ideia de construção de uma sociedade politizada.

A seguir, discute-se os elementos fundamentais acerca da noção de arquivos de partidos políticos e que com base no desenvolvimento desta tese, já que não foram recuperadas discussões sobre o tema, pode-se compreender que é uma abordagem inicial no campo da Arquivologia.

[150] Embora esta lógica seja associada a partidos políticos de esquerda, isso ocorre também em partidos de outros espectros político-ideológicos.

## 4.1 Arquivos de Partidos Políticos

No que diz respeito à discussão sobre a definição de arquivos de partidos políticos, conforme foi destacado no início desta seção, não existe uma definição técnica ou consensual entre os pesquisadores do campo de Arquivologia sobre o assunto, muito menos na literatura relacionada a arquivos.

No processo de revisão de literatura sobre o tema, não foi recuperado nenhum material nas fontes de informações que pudessem contribuir para o desenvolvimento desta tese. A partir desta constatação preliminar, pode-se considerar que trata-se de um estudo inédito na Arquivística e no campo da Ciência da Informação. Quando se trata da discussão no campo da Organização do Conhecimento, a incipiência de estudos é maior ainda.

Dessa forma, para chegarmos a uma consideração parcial e consistente sobre o tema, precisaremos, antes de tudo, recorrer à definição técnica e especializada sobre arquivos em seu sentido mais estrito. Desse modo, o consagrado Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), menciona que arquivos, em linhas gerais, se trata de um conjunto de documentos produzidos e recebidos por uma instituição ou entidade pública ou privada em decorrência de suas atividades jurídicas, políticas e administrativas. Portanto, podemos compreender que a percepção de arquivo de partido político remete a toda documentação produzida e organizada por uma determinada associação política e por seus integrantes ao longo do tempo com o objetivo de preservação documental e da manutenção da memória institucional do partido. Assim, a partir desta definição, entende-se que a produção documental de partidos políticos se insere na concepção de arquivos privados. Para Cunha e Cavalcanti (2005), o arquivo privado está relacionado a um acervo particular, isto é, a um conjunto de documentos armazenados por um indivíduo ao longo do tempo. No caso da documentação do PT, não se trata de arquivos privados em virtude de sua individualidade, mas sim pela razão de estar enraizado em parâmetros particulares, ou seja, o modo de produção documental de acervos de organizações político-partidárias seguem modelos e diretrizes privadas. Neste caso, na ausência de políticas documentais arquivísticas específicas, os partidos políticos fazem o uso de manuais privados para a organização e representação de seus acervos.

Partindo do pressuposto de que os partidos políticos são organizações ou associações coletivas e de caráter privado e que buscam um objetivo em comum, podemos inferir que os seus arquivos são constituídos de forma coletiva e representam as atividades desempenhadas por aqueles indivíduos em um dado momento da história trazendo uma grande responsabilidade em preservar esses registros documentais. Esses arquivos, além de revelar e trazer à tona as histórias desses indivíduos em suas mais diversas formas de manifestações, visa potencializar suas principais ações no decorrer de sua atuação política enquanto associado a um determinado movimento ou partido político. No entanto, no decorrer de suas atividades, a preocupação é como esses arquivos são gerenciados, organizados e preservados pelos partidos políticos. Conforme será verificado na seção de análise dos acervos documentais do PT, foram detectadas inúmeras inconsistências, não apenas no sentido lógico, mas de materialidade, conservação e preservação.

Todavia, mesmo que as ações de registros documentais e a adoção de processos estabelecidos de produção documental nos partidos políticos sejam baseadas de forma empírica, melhor dizendo, a partir da experiência acumulada no decorrer dos anos por aqueles que estão incumbidos pela produção, organização, conservação e preservação, os sujeitos políticos responsáveis por essas atividades tentam da melhor maneira preservar os documentos e manter a memória política desses partidos. Além de orientações e ações próprias, a grosso modo, os partidos recorrem a manuais técnicos sobre a organização de acervos privados e pessoais, obviamente que com essa ação, não estão agindo de forma equivocada, mas é preciso entender que cada instituição tem a sua própria filosofia, cultura organizacional, dinâmica e metodologia de trabalho e que estabelece o seu próprio *modus operandi* para a produção, organização, representação e preservação de seus registros documentais.

A relação orgânica entre a produção documental de arquivos de partidos políticos nada difere da mesma que ocorre em instituições tradicionais, uma vez que toda instituição produz e armazena documentos para inúmeras finalidades (prova, testemunho, preservação da memória individual, coletiva e institucional, entre outras razões). Algumas dessas instituições tradicionais, como tribunais, assembleias

legislativas, câmaras legislativas, empresas públicas e privadas, sociedade de economia mista, entre outras que já estão amparadas por critérios e métodos arquivísticos, existem orientações técnicas e instrumentos de gestão e pesquisa que dão suporte à constituição, manutenção, preservação e acesso ao acervo e que perpassa pelo crivo dos princípios e da teoria das três idades, isto é, esses parâmetros são legitimados pela Arquivística. Além da implementação e do uso desses instrumentos arquivísticos, em geral, essas instituições dispõem de uma legislação que determina a contratação de um profissional arquivista por concurso público ou via direta, que em associações políticas, essa prática não é muito comum, melhor dizendo, com a falta de uma política de constituição e organização de acervos e de uma legislação específica e de fiscalização, outro profissional acaba desempenhando a função de "guardião" e preservação do acervo. Como não há uma lei que obrigue os partidos políticos a contratarem arquivistas, além de um outro profissional realizar essa tarefa, a tendência é que o processo não seja realizado com base nos parâmetros e funções arquivísticas e sim com base em sua experiência de vida e realidade social.

Apesar disso, a ausência de um profissional arquivista em uma instituição de natureza política não deslegitima o processo de produção, organização e preservação da documentação de natureza política, por outro lado, a presença deste contribui de maneira significativa para o bom andamento desses processos informacionais. Pois um outro profissional responsável pelo acervo tende a ignorar esses processos imprescindíveis, fazendo com que a relação orgânica entre os documentos não sejam efetivas, e essa falta de critérios culmina na dispersão dos acervos documentais. De maneira informal, ao questionarmos os partidos políticos por essa prática, a maior parte justificou a falta de recursos financeiros, porém outros alegaram que "desconhecem" as ações desempenhadas por este profissional, assim como outros comentaram que não haveria a necessidade de um arquivista para a gestão do acervo já que outros profissionais desempenham esta atividade. Esse "desconhecimento" muitas vezes não leva em consideração o simples fato de não saberem da atuação desse profissional, mas sim omitir a necessidade de valorização e da discussão sobre a preservação de seus acervos.

Nessa discussão, com a falta de arquivistas atuando em acervos de partidos políticos e da ausência de parâmetros arquivísticos no processo de produção documental, a preocupação maior é com a fragmentação desses acervos, visto que esses documentos seguem uma seriação que os vinculam ao fundo de arquivo, órgão produtor e revela o seu contexto de produção. Na verdade, ao longo da história e com base em estudos e reflexões apresentadas até este momento, observa-se que os partidos políticos, sobretudo o do PT, produziram seus documentos sem nenhum tipo de critério ou princípio arquivístico.

Apenas para não anteciparmos o debate, na seção de análise e discussão, com base no mapeamento, coleta, diagnóstico e análise de dados por meio de inúmeros tipos, tipologias, gêneros documentais e suportes informacionais, a partir de uma amostragem por meio da pesquisa documental, será revelada a produção documental e a situação dos arquivos de partidos políticos[151] no contexto atual.

Parcialmente, apresentou-se nesta subseção, uma discussão genérica sobre a noção de partidos políticos e arquivos de partidos políticos. Neste primeiro momento, nosso objetivo principal de trazermos uma definição acerca do conceito proposto não foi alcançado, contudo, esperamos e iremos trabalhar para que este propósito seja resolvido ao final desta tese.

A seguir, será realizada uma análise histórica, por meio de inúmeros documentos oficiais[152] produzidos pelo partido, como a Carta de Princípios[153], Estatuto Oficial, Declaração Política, Plataforma Política, Normas Transitórias, Nota contra a Reforma Partidária, Código de Ética, Encontros[154] e Congressos, e que ajudaram a elucidar os principais fatores político-sociais que culminaram na criação do Partido dos Trabalhadores. Porém, a discussão não será restrita a isso, mas também a investigar, a partir de sua estrutura organizacional e funções jurídico-administrativas, as formas de produção documental e de acumulação natural do PT ao longo de mais de 40 anos de

[151] Acervos do Partidos dos Trabalhadores no estado de São Paulo.
[152]Partido dos Trabalhadores. Acervo Histórico. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbh/acervo-historico-2/ Acesso em 12 de mai. 2024.
[153]Segundo Maciel (2009), na realidade, a Carta de Princípios, adentrou na autodefinição do PT explicitando a necessidade de sua criação, de seus objetivos, de seus objetivos mediatos e imediatos, suas pretensões para com o poder político, a origem social dos militantes, sua crítica ao caráter eleitoreiro dos demais partidos e a definição de sua atuação privilegiada.
[154]Fundação Perseu Abramo. Sinopse dos Encontros e dos Congressos do PT. Disponível em: https://fpabramo.org.br/2006/05/11/resumo-dos-encontros-do-pt/ Acesso em 10 de mai. 2024.

existência. Tal objetivo tem por finalidade, mais adiante, entender a lógica-sistemática-burocrática documental, bem como verificar a existência de instrumentos de gestão e de pesquisa que são imprescindíveis para a organização do conhecimento em arquivos do PT.

## 4.2 Um Breve Histórico do Partido dos Trabalhadores

A realidade é que o Partido dos Trabalhadores pode ser considerado um dos partidos políticos mais organizados e burocráticos de esquerda da América Latina, seja em sua forma de fazer política no jogo político-eleitoral ou na preservação de sua documentação[155] para o cumprimento de suas atividades. Ao longo da história, mesmo diante de tudo isso, o partido esteve envolvido em inúmeros fatos que mudaram a forma de se fazer política institucional no Brasil e que serão apresentadas no decorrer desta subseção.

Nesta subseção, de forma bastante resumida, será apresentado um breve histórico do PT em seus mais diferentes aspectos, tais como: a) fundação e legalização junto ao TSE; b) mobilização e organização política por meio das grandes greves do ABCD Paulista e do Movimento Pró-PT; c) formação de seu principal líder, ou seja, Lula, e do perfil político de sua militância; d) chegada à presidência da república (com Lula e Dilma) e a sua quase "extinção" (em virtude do episódio do Mensalão e da ascensão da extrema-direita no Brasil, em meados de 2005 e 2013, respectivamente), e) depois com a implementação da Operação Lava-jato, em 2014.

Segundo o Estatuto Oficial do Partido dos Trabalhadores (2017[156]), em seu

> Art. 1º. O Partido dos Trabalhadores (PT) é uma associação voluntária de cidadãos e cidadãs que se propõem a lutar por democracia, pluralidade, solidariedade, transformações políticas, sociais, institucionais, econômicas, jurídicas e culturais, destinadas a eliminar a exploração, a dominação, a opressão, a desigualdade, a injustiça e a miséria, com o objetivo de construir o socialismo democrático.

Em seu início, o PT surgiu como um partido político cujo objetivo era lutar contra todas as opressões, o regime militar e que seu principal alinhamento ideológico estava ligado ao socialismo democrático, que nos dias atuais, é representado e que está

[155] Levando em consideração o Acervo do Diretório Nacional (Fundação Perseu Abramo).
[156] Alterações ao Estatuto do PT aprovadas de acordo com as normas estatutárias e legais, registradas na Ata da reunião do 6º Congresso Nacional do PT de 1, 2 e 3 de junho de 2017.

alinhado aos ideais da social-democracia[157]. Assim, a partir desta guinada, o partido não é visto mais como uma agremiação totalmente de esquerda e, sim, um partido de centro-esquerda ou até mesmo de centro. Embora isso seja afirmado de forma categórica, algumas correntes defendem que o partido está em direção à direita.

Mesmo que algumas correntes teóricas e tendências ideológicas discordem desta afirmação, é preciso lembrar que o PT teve o seu surgimento a partir das lutas realizadas pelos movimentos sindicais[158], na metade da década de 1970, sobretudo em regiões industriais[159] da Grande São Paulo, no chamado ABCD Paulista (que compreende os municípios de Santo André, São Bernardo, São Caetano do Sul e Diadema[160]), Osasco, Carapicuíba e nas regiões de Campinas (Vinhedo, Indaiatuba, Valinhos).

Esses movimentos reivindicatórios que deram sustentação política e base social para a formação do PT, foram organizados e realizados pelos sindicatos dos metalúrgicos e de materiais elétricos, sindicatos dos petroleiros, sindicatos dos bancários, sindicatos dos artistas, associações de bairro, comunidades periféricas, movimentos de libertação de setores discriminados e estigmatizados, entidades estudantis, pastorais da igreja e outros grupos religiosos, entre outros movimentos reivindicatórios dos trabalhadores e trabalhadoras dos mais variados setores da sociedade civil (Fortes, 2007; French, 2009; Fortes; French, 2012; Menegozzo, 2013, Alves, 2018). Apesar desta ser a versão oficial, e que também será adotada nesta tese com base em documentos oficiais[161] recuperados por meio de literatura e nos acervos

[157] No Brasil, o principal expoente deste projeto político foi o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

[158] Os sindicatos de trabalhadores que cresceram nos recessos da ditadura, representando em parte uma camada operária recente, advinda do "milagre" econômico, propunha igualmente uma ruptura com o velho sindicalismo do período populista. Com o vigor típico dos gestos inaugurais, pregavam a liberdade sindical e a revogação da legislação que, segundo se dizia, inspirada no fascismo italiano, atrelava o movimento sindical ao Estado (Singer, 2010, p.102).

[159] Essas regiões podem ser conhecidas como um conglomerado de indústrias estrangeiras voltadas ao automobilismo: Ford, Mercedes-Benz, Volkswagen, entre outras.

[160] Com epicentro na periferia industrial próxima da cidade de São Paulo (São Bernardo, Santo André, São Caetano do Sul, Diadema – o ABCD), os movimentos sociais rapidamente se alastraram, ganhando a capital do Estado, outras periferias (Osasco), e demais cidades e estados do país. Como expressão forte do processo, formou-se, em 1983, a Central Única dos Trabalhadores/CUT, aliada sindical do PT, embora autônoma do ponto de vista orgânico (Reis, 2007).

[161]Fundação Perseu Abramo. Documentos/Dossiê. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/03-P1_Dossie-Doctos.pdf Acesso em 13 de mai. 2024.

do PT no processo de coleta de dados, e que se somarão aos diálogos com militantes históricos que contribuíram na fundação ou que se somaram as lutas do Partido[162], existem inúmeras teorias e versões divergentes do ponto de vista histórico e geográfico acerca do surgimento e constituição do PT, pois ora alguns defendem e reivindicam a versão de que o Partido foi fundado nas cidades de Assis/SP, Lins/SP, Porto Alegre/RS, São Paulo/SP, São Bernardo do Campo/SP e Belo Horizonte-BH. Contudo, esta tese não entrará nesta discussão de maneira aprofundada, já que este debate[163] sobre a origem do Partido tomaria conta de todo o trabalho, e mesmo assim não chegaríamos a nenhum consenso que pudesse atender aos anseios de todos que reivindicam essa verdade histórica. Logo, o foco desta subseção será analisar e compreender os meios de acumulação natural e de produção documental no decorrer de mais de 45 anos de história, lembrando que tudo isso será realizado a partir de amostragens por meio de dados coletados em diretórios e instituições documentais no estado de São Paulo que armazenam os acervos do PT[164] até os dias atuais.

Além da atuação dos movimentos sindicais e estudantis, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a União Nacional dos Estudantes (UNE), respectivamente, destaca-se também a atuação de entidades religiosas, como as Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs), até então considerada a ala progressista da Igreja Católica e que lutava contra as opressões do Regime Civil-Militar. Nos dias atuais, o partido já não recebe o apoio dessas entidades em sua totalidade, nem mesmo do movimento sindical, sendo este o principal movimento que o apoiou em seu processo de função e legalização.

Singer (2010, p. 102), recorda que

> A radicalização atingiu também o meio católico, o qual, influenciado pela Teologia da Libertação, desenvolveu, nos interstícios da repressão, uma extensa rede de organismos populares, representado pelas CEBs. Iniciada a transição para a democracia, as CEBs, imbuídas de uma perspectiva

[162]Foi num contexto como este que se estruturou o PT, ganhando rapidamente notoriedade os nomes dos líderes sindicais que, desde meados de 1978, iriam se decidir pela sua construção: Luiz Inácio Lula da Silva,2 José Cicote, Henos Amorina, presidentes dos sindicatos de Metalúrgicos de São Bernardo, Santo André e Osasco; Paulo Skromov, do sindicato dos coureiros; Jacó Bittar, dos petroleiros de Campinas; Olívio Dutra, dos bancários de Porto Alegre; entre muitos outros, estes, principalmente, cedo despontaram como lideranças de um partido distinto e específico, de trabalhadores, para se opor à tradição de partidos que pretendiam falar em nome e pelos trabalhadores (Reis, 2007).

[163]Existem inúmeros trabalhos e teses que discutem a fundação do PT.

[164] O mapeamento, coleta, organização, análise e a apresentação dos dados será divulgado na seção 5.

> transformadora, tiveram papel destacado na conformação do PT. Deve-se ao catolicismo boa parte do sentimento radical que caracterizou o espírito que, não por acaso, estamos aqui chamando “do Sion”.

Portanto, na concepção do autor, pode-se inferir que a construção e a formalização do Partido se deu na reunião realizada no Colégio Sion[165] e que setores da esquerda da Igreja católica contribuíram na consolidação, viabilização e mais tarde na legalização do PT juntos aos órgãos eleitorais (Singer, 2010). Assim, conforme narrado por Reis (2007), na fundação do PT, em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo, encontraram-se reunidas, de mãos dadas, em aliança, lideranças sindicais autênticas, intelectuais, revolucionários marxistas-leninistas e militantes cristãos radicais, trabalhadores e trabalhadoras, entre outras entidades representativas da sociedade civil que viam no partido a possibilidade de combate às desigualdades sociais existentes naquele período.

Nessa sequência, continua o autor,

> A teologia da libertação fazia a ponte entre marxistas e cristãos. O chamado consenso progressivo, defendido pelos militantes das CEBs, remediava as múltiplas contradições. Era necessário debater até alcançar o consenso. Mas a prática das lutas sociais em curso aglutinavam todos em torno dos líderes sindicais. E as antigas utopias cimentavam as esperanças naquele partido original, cheio de força jovem (Reis, 2007, p. 5).

Na construção e na solidificação do PT, além das entidades políticas e sociais mencionadas, destaca-se a atuação de algumas lideranças históricas a nível nacional e internacional, como Luiz Inácio Lula da Silva[166], Luiza Erundina[167], Clara Ant (1948-), Eduardo Suplicy (1941-), Benedita da Silva (1942-), José Genoíno (1946-), Marta Suplicy (1945-), José Dirceu (1946-), Moacir Gadotti (1941-), Paulo Freire (1921-1997), Leonardo Boff (1938-), Apolônio de Carvalho (1912-2005), Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), Lélia Abramo (1911-2004), Perseu Abramo (1929-1996), Mário Pedrosa (1900-1981), Plínio de Arruda Sampaio (1930-2014), Paulo de Matos Skromov (1946-), Olívio Dutra (1941-), Jacó Bittar (1940-2022), entre outros personagens importantes e históricos que até os dias de hoje atuam para a manutenção das lutas políticas, preservação da documentação e da memória institucional do Partido. Além dessas figuras simbólicas e históricas, inúmeras associações políticas também contribuíram na

[165] São Paulo
[166] Atual Presidente da República.
[167] Ex-prefeita de São Paulo entre os anos de 1988 a 1992.

constituição do PT: grupos trotskistas (representados pela Convergência Socialista), que mais tarde veio a se tornar o PSTU, Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil (Ala-PCdoB), Ação Libertadora Nacional (ALN), Ação Popular Marxista-Leninista (AP-ML), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), entre outras tendências ideológicas, articulações políticas e sociais que lutaram contra a Ditadura Civil-Militar e que depois romperam com o PT por diversos fatores, em sua maioria por questões político-ideológicas, programáticas/estatutárias e por falta de espaço e inserção na estrutura diretiva partidária e governamental.

Segundo Coelho (2005, p. 49),

> O Partido dos Trabalhadores começava a se concretizar em vários lugares do Brasil. Era a resposta organizativa construída por trabalhadores que emergiram para a política na vaga de mobilizações do final dos anos 1970. Mas a passagem das greves e agitações sociais para a concretização da nova formação política não foi, de modo algum, mecânica. Havia vários projetos de partido em discussão e o fato de que o resultado histórico tenha sido, afinal, o PT tal como ele se configurou foi a consequência dos embates que se travaram entre as forças que se envolveram, não estava dado a *priori.*

Antes mesmo da formulação do Manifesto do PT (1980), um dos principais documentos que deram origem ao Partido, ainda mesmo no contexto do Novo Sindicalismo Brasileiro ou Sindicalismo Autêntico, nos anos de 1978, 1979 e 1980, foi a "Carta de Princípios" do PT[168]. Depois se constituiu oficialmente, em São Bernardo do Campo, em 13 de outubro de 1979, o Movimento pelo PT, ou Movimento Pró-PT, como também era conhecido, que conduziu o processo de constituição e legalização do partido a nível nacional. Sobre a Carta de Princípios, que na verdade se trata da intenção de criação do PT, é possível analisar que a proposta é a de criação de uma associação político-partidária que fosse composta por trabalhadores e trabalhadoras, e que essa organização política pudesse representá-los em todas suas instâncias e necessidades sociais. Na carta, havia a ideia de construção de um partido dos trabalhadores cujo mote seria a concretização de um partido "sem patrão[169]". A partir

[168]Partido dos Trabalhadores. Cartas de Princípios do PT. Disponível em: https://siac.fpabramo.org.br/uploads/acervo/PTDN-DP_1980_0023-0002.pdf Acesso em: 05 de mai. 2024.

[169] Repudiando toda forma de manipulação política das massas exploradas, incluindo sobretudo as manipulações próprias do regime pré-64, o PT recusa-se a aceitar em seu interior representantes das classes exploradas. Vale dizer, o Partido dos Trabalhadores é um partido sem patrões (Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores, 1979).

dessa reflexão e com base na Carta supracitada, assim como outros registros documentais, entende-se que essa pode ser considerada a versão oficial sobre a formação, constituição e legalização do PT. Obviamente que além da referida Carta, serão analisados outros documentos e materiais oficiais que também atestam a veracidade da fundação e o processo de legalização do partido junto aos tribunais eleitorais.

De acordo com o pensamento de Silva (2012, p. 38),

> O “novo sindicalismo” iniciado nessas greves foi caracterizado pelos ideólogos petistas como um movimento novo e autônomo diante das manifestações operárias e sindicais do chamado pré-64. Muitos foram os autores que trabalharam e continuam trabalhando com o conceito de “novo sindicalismo” entendendo que, a partir das primeiras manifestações no ABCD Paulista, no final da década de 1970, nascia um novo modelo de atuação sindical baseado em lideranças verdadeiramente atuantes, ligadas e preocupadas com a conscientização a ser conquistada no chão de fábrica e sensivelmente comprometidas com a causa operária, o que caracterizaria, de imediato, a total oposição às práticas sindicais anteriores ao golpe militar.

Segundo consta em um outro documento oficial do partido, ou seja, o Manifesto (1980), o PT surge da necessidade sentida por milhões de brasileiros e brasileiras de intervir na vida social e política do País para transformá-la. A mais importante tarefa que o trabalhador brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas suas mãos por meio da luta ou não virá de graça. Conforme consta em um outro documento oficial do PT, na Carta[170] Tese Santo André-Lins, elaborada em 1979[171], a história nos mostra que o melhor instrumento com o qual o trabalhador pode travar esta luta coletiva é a criação e organização do seu próprio movimento de participação popular ou partido político. Por isso, os trabalhadores têm que organizar os seus partidos políticos que, englobando todos os níveis de trabalhadores, lutem pela efetiva libertação da exploração das mãos dos patrões. Hoje, diante da atual conjuntura política, econômica, cultural e social que vive a sociedade brasileira, essa necessidade, com o peso de sua importância, se faz sentir e se faz presente nas lutas do dia-a-dia.

---

[170] Aprovada em 24 de janeiro de 1979, no IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, na cidade de Lins (SP).

[171] Partido dos Trabalhadores. A Tese de Santo André-Lins: disponível em: https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/01-atesedesantoandre-lins_0.pdf Acesso em 27 de nov. 2023.

Com base nessa reflexão, a concepção de um partido político sem patrão estava ligada à ideia marxista[172], em outras palavras, refletia o lema de que os "trabalhadores não eram os detentores dos meios de produção, e que isso se restringia aos patrões, e que também concebia a ideia de que a tudo o que o trabalhador produz a ele tudo pertence". Portanto, naquele período em específico, os trabalhadores estavam cansados de serem "representados" pelos partidos políticos tradicionais, que na visão deles era um partido de cima para baixo e não de baixo para cima, dos exploradores para os explorados, ou seja, os partidos políticos eram formados do Estado para a Sociedade e não ao contrário. Com essa configuração, os trabalhadores não se sentiam representados, e que para isso havia a necessidade de fortalecimento dos instrumentos de lutas, como as greves, por exemplo, mas que só isso não era o suficiente para a conquista de seus direitos elementares, como a valorização dos trabalhadores, respeito a jornada de trabalho e o recebimento de um salário digno e justo para sua sobrevivência. Havia a necessidade de adoção de um outro instrumento, isto é, a criação de um partido voltado à luta dos trabalhadores, independentemente de seus segmentos de atuação profissional.

Nessa discussão, segundo o Manifesto do PT (1980, p. 105),

> Em oposição ao regime atual e o seu modelo de desenvolvimento, que só beneficia os privilegiados do sistema capitalista, o PT lutará pela extinção de todos os mecanismos ditatoriais que reprimem e ameaçam a maioria da sociedade. O PT lutará por todas as liberdades civis, pelas franquias que garantem, efetivamente, os direitos dos cidadãos e pela democratização da sociedade em todos os níveis.

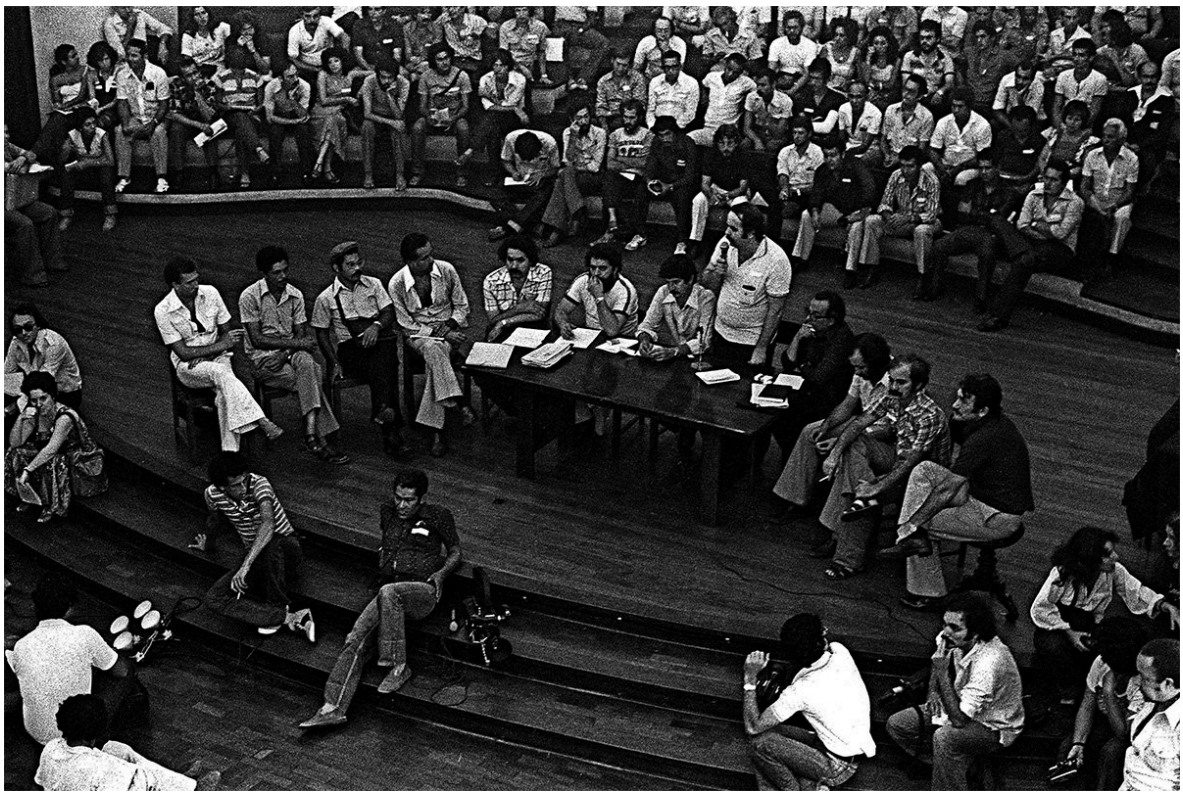
De acordo com Maciel (2009), mesmo que a Carta de Princípios seja considerada pelo PT como um dos seus primeiros documentos oficiais e legítimos, na concepção da autora, foi a Tese de Santo André-Lins, aprovada no IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, na cidade de Lins, em 24 de janeiro de 1979[173], a responsável por lançar as bases teóricas e as diretrizes políticas do pensamento e da ação petistas. Ainda que esta tese não seja aceita pela maioria da militância do partido, já que a versão mais aceita é a de

[172] O Manifesto do Partido Comunista.
[173]Fundação Perseu Abramo. A Tese Santo André-Lins. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/01-atesedesantoandre-lins_0.pdf Acesso em 11 de mai. 2024.

que o partido foi fundado a partir da reunião no Colégio Sion, em São Paulo, a autora considera significativo iniciar por ela, a análise dos textos e/ou documentos do PT. No caso da referida Tese, esta contrapõe a defesa de que a Carta, ao qual os autores desta tese defendem como ponto de partida, demonstra que já havia uma ideia em curso, ou seja, essa discussão já vinha sendo apresentada em outros encontros e congressos de trabalhadores promovidos pelos movimentos em defesa da criação do PT. Dessa maneira, e concordando com a autora em certo ponto, a referida Tese corrobora em evidenciar a discussão sobre a fundação do PT, mas não comprova a existência de um movimento no interior do estado de São Paulo fora o que já estava ocorrendo no ABCD Paulista. Portanto, havia uma ideia de criação de um partido político que defendesse os interesses da classe trabalhadora, mas até então, não havia um registro oficial que pudesse corroborar com essa tese.

Na figura 3 a seguir, será apresentada a reunião[174] que consolidou a fundação do Partido dos Trabalhadores, em 10 de fevereiro de 1980:

**Figura 3: Fundação do Partido dos Trabalhadores**



[174] Reunião presidida pelo Presidente do Sindicato dos Coureiros do estado de São Paulo.

Fonte: Acervo do Diretório Nacional (1980).

Diante de tudo isso, um dos principais objetivos da fundação do PT, mesmo ancorado a luta sindical, no que recorda Silva (2012), era a configuração de um partido plural, diverso e democrático, comprometido e focado nas demandas e pautas sociais dos trabalhadores e trabalhadoras, movimento que o constituiu, já que o Partido foi fundado, também, pela classe trabalhadora que se empenharam na luta contra os instrumentos de repressão promovidos pelo Regime Civil-Militar (proibição do direito à greve, livre manifestação do pensamento e artístico-cultural) e o seu modelo de desenvolvimento. Assim como todo partido político de massas, o PT, em seu início, conseguiu arregimentar uma gama considerável de militantes para suas fileiras e que aderiram ao movimento, porém, a partir dos anos 1990, ao invés de aumentar o seu número de adeptos, o partido teve uma redução significativa em seus quadros políticos, já que muitos desses militantes saíram em virtude da fragmentação e dispersão das tendências ideológicas[175] que davam suporte e apoio político e ideológico ao PT, entre outros fatores significativos que serão analisados mais adiante.

Ainda de acordo com o Manifesto do PT (1980), grande maioria de nossa população trabalhadora, que vivem na zona urbana e rural, tem sido sempre relegada à condição de brasileiro de segunda categoria, em outras palavras, são tratados como cidadãos e cidadãs de segundo classe ou segundo escalão, que servem apenas para a produção de capital econômico e até mesmo não tem voz para decidir os rumos e o futuro da nação, mas que estão fora e excluídos das decisões políticas e econômicas sobre os rumos do país. Neste momento, as vozes do povo começam a se fazer ouvir através de suas lutas diárias. As grandes maiorias que constroem a riqueza da Nação querem falar por si próprias. Não esperam mais que a conquista de seus interesses econômicos, sociais e políticos venha das elites dominantes, ou seja, daqueles que detêm os meios de produção. Organizam-se elas mesmas, para que a situação social e

[175] Para Reis (2007), no conjunto, porém, fortaleceram-se no Partido as tendências mais radicais. E isto ficou manifesto quando da expulsão dos parlamentares petistas que, contrariando decisão partidária, votaram na chapa constituída por Tancredo Neves-José Sarney, no Colégio Eleitoral, depois da derrota política, no Congresso, da emenda que restabelecia as eleições diretas. Apesar do prestígio, e da notória militância, os deputados foram punidos por não haver cumprido o papel de braço parlamentar do Partido e dos movimentos sociais.

política seja o instrumento da construção de uma sociedade que responda aos interesses dos trabalhadores e dos demais setores explorados pelo capitalismo financeiro (Manifesto do PT, 1980).

O PT proclama também que sua luta pela efetiva autonomia e independência sindical, reivindicação básica dos trabalhadores, é parte integrante da luta pela emancipação política desses mesmos trabalhadores e trabalhadoras urbanos e rurais. Afirma, da mesma maneira, que buscará apoderar-se do poder político e implantar o governo dos trabalhadores, baseado nos órgãos de representação criados pelas próprias massas trabalhadoras com vista a uma primordial democracia direta e gestão democrática e participativa. Ao anunciar que seu objetivo é organizar politicamente os trabalhadores urbanos e os trabalhadores rurais, o PT se declara aberto à participação de todas as camadas assalariadas do país na luta contra as injustiças sociais (Carta de Princípios do PT, 1979). Ao afirmar a implementação do poder pelos trabalhadores, a referida Carta deixava claro que este poder era baseado nos ideais socialistas, melhor dizendo, por meio do socialismo democrático. Essa fundamentação ideológica, econômica, cultural e política estava ligada ao contexto da União das República Socialistas Soviéticas (URSS), que teve a sua derrocada em 1991 com a fragmentação de seus principais componentes políticos, sociais, culturais e econômicos.

Na referida Carta (1979), discute-se que numa sociedade como a nossa, baseada na exploração e na desigualdade entre as classes sociais, os explorados e oprimidos têm permanente necessidade de se manter organizados e mobilizados à parte, para que lhes seja possível oferecer resistência séria à desenfreada sede de opressão e de privilégios das classes dominantes (elites, latifundiários, intelectuais, patrões, partidos políticos que são utilizados como instrumentos de interesses do Capital).

Nessa situação, havia uma desconfiança nos partidos existentes à época e que não defendiam os interesses da classe trabalhadora, sobretudo aqueles partidos criados e dirigidos pelos patrões e elites políticas e econômicas, como o caso do PMDB[176]. Na opinião dos dirigentes sindicais do ABCD Paulista, o PMDB não representava os anseios da classe trabalhadora, na verdade, sua atuação era

[176] Atual MDB.

puramente político-eleitoreira, ou seja, chegar ao poder e excluir os trabalhadores dos espaços de decisão. Com essa desconfiança, surge um partido que representasse os anseios e as demandas da classe trabalhadora, e que ficou conhecido como o "partido sem patrões", cujo objetivo era apresentar-se como uma alternativa ao governo que estava em vigor, ou seja, o Regime Civil-Militar[177] representado pela ARENA e as outras forças políticas[178], que em aparência eram vistas como progressistas, mas que na prática davam sustentação e base para a manutenção do *status quo*. Segundo Maciel (2009), para atingir a sociedade ideal, os trabalhadores deveriam realizar-se e organizar-se enquanto classe social. E um dos pressupostos para que esse objetivo fosse alcançado era a organização de um partido dos trabalhadores e que fosse muito diferente dos partidos políticos que existiam à época.

Nesse sentido, para Oliveira (2023, p.40), os partidos políticos brasileiros sempre foram marcados por um altíssimo grau de permeabilidade, elitismo e personalismo, e o PT, pelo menos inicialmente, rompeu com essa tendência corporativista, pois se constituiu com uma base formada pelos excluídos do jogo político, ou seja, os trabalhadores e trabalhadoras com poder de voto e de transformação da realidade social. Todavia, como pode-se observar, com a eleição de Lula à presidência pela terceira vez, o PT já não é o mesmo partido com os ideais que o caracterizaram em sua origem e que fez com que muitos militantes já não acreditassem mais nos ideais e nas teses políticas e ideológicas defendidas pelo Partido nos dias atuais. Com a ascensão do partido ao Governo Federal, em 2003, o PT demonstrou uma transformação jamais esperada até mesmo pelos seus mais fieis militantes, que foi o fechamento de acordos e a conciliação de classes com partidos e figuras não tão simpáticas no cenário brasileiro, como o caso de José Sarney, Renan Calheiros, Fernando Collor, Roberto Jefferson, Severino Cavalcanti, entre outros personagens e até mesmo com governos ditatoriais ao redor do mundo.

Segundo consta em sua Carta de Princípios (1979), proposta pela Comissão Nacional Provisória, em 1º de maio de 1979, o PT considera imprescindível que todos os setores sociais e correntes políticas interessados na luta pela democratização do

[177] Instalado desde 1964.
[178] PMDB

País e na luta contra o domínio do capital monopolista unifiquem sua ação, estabelecendo frentes interpartidárias que objetivem conquistas comuns imediatas e envolvam não somente uma ação meramente parlamentar, mas uma verdadeira atividade política que abranja todos os seus anseios e os aspectos da vida nacional. Embora algumas teses defendidas pelo partido à época fossem um pouco distantes da realidade, pode-se considerar que o PT foi uma “fagulha” na luta pelos interesses da classe trabalhadora, bem como contra toda injustiça social praticada naquele contexto.

Alves (2018, p. 107), entende que o PT define-se também como partido das massas populares, unindo-se ao lado dos operários, vanguarda de toda a população explorada, todos os outros trabalhadores e trabalhadoras e que estão inseridos em diversos setores da sociedade, como os bancários, professores, educadores, funcionários públicos, construção civil, comerciários, boias-frias, coletores de lixo, coletores de materiais recicláveis, trabalhadoras domésticas, trabalhadores rurais, profissionais liberais, autônomos, estudantes etc. – que lutam por melhores condições de vida, por efetivas liberdades democráticas e por participação política. Logo, o PT não deveria ser confundido com partidos corporativistas e burocráticos, ou seja, aqueles interessados em apenas a participar do jogo político, mas sim participar de forma direta no processo de debate, desenvolvimento e na transformação social do país. Para atingir esse objetivo, o partido contava com uma massa de trabalhadores de diversos segmentos e setores da sociedade brasileira, ou seja, não haveria distinção de classes, mesmo se esses trabalhadores fossem advindos ou até mesmo ligados à burguesia e as elites tradicionais.

Segundo consta na Declaração Política do Encontro de São Bernardo (1979), a idéia de um Partido dos Trabalhadores surgiu e veio a tona com o avanço e o fortalecimento desse novo e amplo movimento de trabalhadores e popular que, na atual conjuntura, se estende das fábricas aos bairros, dos sindicatos às comunidades eclesiais de base; dos Movimentos contra a Carestia às associações de moradores; do Movimento Estudantil e de intelectuais às associações profissionais; do movimento dos negros ao movimento das mulheres, e ainda outros, como os que lutam pelos direitos dos povos originários. Por mais que não tenha sido debatido e relatado no referido documento naquele período, destaca-se também a luta pelos direitos sociais da

comunidade LGBTQIAPN+, moradores em situação de rua, moradia urbana, movimento sem-teto, movimento sem-terra, pessoas com deficiência, quilombolas, ribeirinhas, entre outras camadas sociais vulneráveis e que são excluídas dos espaços de poder e invisibilizadas pelo preconceito da sociedade.

Como marco histórico, em 10 de fevereiro de 1980, na cidade de São Paulo, no Colégio Sion[179], para marcar a irreversibilidade da iniciativa da construção do Partido, realizou-se o lançamento oficial do PT, que, em 1º de junho daquele mesmo ano, foi formalmente fundado. Na referida data, de acordo com Alves (2018), estiveram presentes aproximadamente 400 representantes de núcleos de base de 17 Estados Brasileiros (Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo) e do Distrito Federal, além de uma platéia cujas dimensões variam conforme as fontes oficiais, mas que chegou a assinalar a presença no auditório do Colégio Sion de um total que varia entre 700 e 1.200 pessoas, incluindo-se assistentes e representantes de núcleos de base, comunidades locais e setoriais. Além do lançamento formal do partido, de acordo com o autor, aprovou-se, além de inúmeros documentos complementares, uns dos seus mais importantes, de forma aclamativa o seu primeiro documento oficial: o Manifesto do PT (Alves, 2018). Considera-se que este documento está ligado umbilicalmente a ideologia e a proposição política do PT, isto é, a ideia de construção de um Partido com ideais advindos do socialismo democrático, e que por mais que soasse como uma utopia, o objetivo era de colocar o referido lema de um “partido sem patrão “em prática. Tal lema também era o de se contrapor ao objetivo de alguns membros em utilizarem o partido apenas para participação em processos eleitorais e outros de ordem pessoal, mas que esse ideal não se restringiria a isso. Após a aprovação e publicação do Manifesto pelas entidades participantes, nascia aí o PT, cujo argumento principal era de

[179]Segundo Reis (2007, p. 7), na apinhada assembleia do Colégio Sion, a emocionante chamada de intelectuais e militantes experimentados e respeitados para assinar a ata de fundação era o emblema da união das diferentes famílias de esquerda: os trotskistas Mário Pedrosa e Lélia Abramo, o socialista Antonio Candido, o comunista Apolônio de Carvalho, os cristãos Paulo Freire e Plínio de Arruda Sampaio. As lideranças sindicais, novas e autênticas, legitimadas pela tradição intelectual revolucionária.Para alguns críticos, havia ali um ecletismo insustentável, de curto fôlego. Mas para os mais entusiasmados, estava nascendo o primeiro partido socialista do século XXI.

que o partido nasceu para representar as lutas dos trabalhadores e das trabalhadoras de todos os setores.

Após a publicação do Manifesto, segundo consta na Comissão Provisória de Formação do PT (1979), a composição do Partido ficaria na seguinte configuração, conforme pode-se verificar na figura 4:

**Figura 4 - Composição pelo Movimento Pró-PT**

| | | |
|---|---|---|
| **Jacó Bittar *** | SP | Presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas |
| **Arnóbio Silva** | SP | Presidente do Sindicato dos Bananeiros da Região do Vale do Ribeira |
| **Edson Khair** | RJ | Deputado Federal pelo MDB carioca |
| **Henos Amorina** | SP | Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco |
| **José Ibrahim** | SP | Ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco |
| **Luiz Inácio da Silva (Lula)** | SP | Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo |
| **Manoel da Conceição** | MA | Ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pindaré-Mirim |
| **Olívio Dutra** | RS | Presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre |
| **Paulo Skromov** | SP | Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Couro e Luva de São Paulo |
| **Wagner Benevides** | MG | Presidente do Sindicato dos Petroleiros de Minas Gerais |
| **Ignácio Hernandez** | MG | Metalúrgico (oposição sindical) de Belo Horizonte |
| **Luiz Soares Dulci** | MG | Presidente da União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais |
| **Francisco Auto** | CE | Jornalista em Fortaleza |
| **Firmo Trindade** | RS | Economiário em Porto Alegre |
| **Carlos Borges** | RS | Gráfico em Porto Alegre |
| **Godofredo Pinto** | RJ | Diretor do Centro Estadual dos Professores do Rio de Janeiro |
| **Sidney Lianza** | RJ | Rio de Janeiro |

**Fonte:** Comissão Nacional Provisória (1979[180])

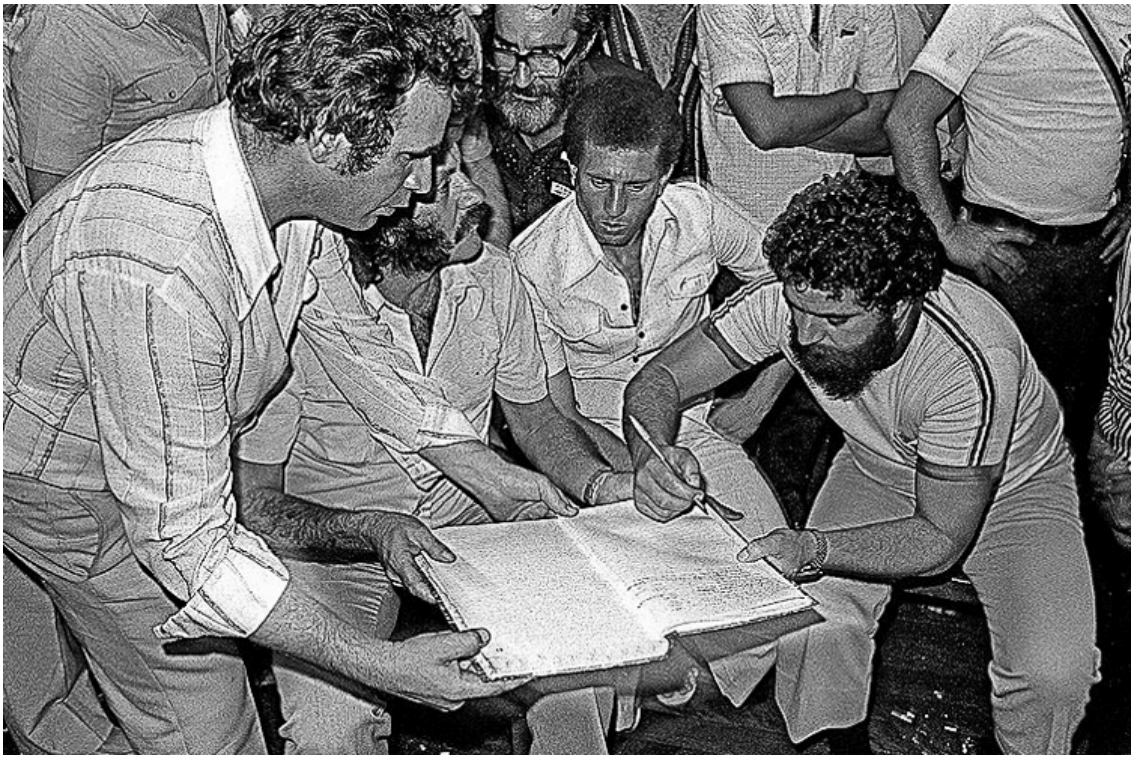
De todos os integrantes listados acima, apenas Lula, Olívio Dutra, Paulo Scromov e Luiz Soares Dulci, ainda integram de forma ativa e participam de atividades promovidas pelo PT até os dias de hoje. Até então, pelo que se sabe, os demais atores políticos e precursores do partido não estão atuando, ou pelo motivo de terem falecido

[180]Partido dos Trabalhadores. Comissão Nacional Provisória Pró-PT. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/05-comissaonacionalprovisoria_2.pdf Acesso em 27 de nov. 2023.

ou por escolherem trilhar caminhos diferentes em outros partidos ou até mesmo desistirem da política partidária e da vida pública.

Na figura 5 a seguir, verifica-se o ato simbólico de registro e assinatura da fundação do PT:

**Figura 4 - Ato de Fundação do PT**



**Fonte:** Acervo da Fundação Perseu Abramo (1980).

Na figura 4, é possível observar o ato histórico de assinatura feita por Lula de formação e legalização do PT, ratificado em 10 de fevereiro de 1980. Após esse ato, o documento foi encaminhado ao TSE para o processo de legalização[181] junto aos órgãos eleitorais. Contudo, vale recordar que o Partido não nasce a partir desta assinatura simbólica, dado que o surgimento do PT se deu muito antes, ou seja, em um processo de inúmeras lutas da classe trabalhadora e que se estende até os dias de hoje. Na época, esse processo de assinatura só veio a demonstrar a necessidade e a seriedade na criação e formação de um partido do povo para atender as demandas do povo.

[181]Tribunal Superior Eleitoral. Registro e Legalização do Partido dos Trabalhadores. Disponível em: Partido político. Registro provisório: Res.-TSE nº 10.965, de 1.12.1980. Registro definitivo: Res.-TSE nº 11.165, de 11.2.1982. Sigla: PT. Número: 13. Acesso em 14 de jun. 2024.

Nessa discussão, o PT foi, durante um período de vinte anos, conforme aponta Singer (2010), o recipiente de uma série de movimentos de classe média — se aceitarmos o paradoxo de que, no Brasil, o proletariado é de classe média, pelo simples motivo de que sob ele existe uma vasta parcela da população que está aquém da possibilidade de participação na luta de classes, ou seja, o subproletariado.

De acordo com Alves (2018, p. 101),

> Desde sua fundação o PT se posicionou como partido representativo dos interesses da classe trabalhadora e com fortes traços pluralistas. Diversas organizações de esquerda somaram-se à sua construção e popularização. Algumas dessas tendências se dissolveram, como foi o caso do Partido Revolucionário Comunista (PRC). Outras mantiveram-se no partido, como o caso da Democracia Socialista (DS) e O Trabalho (OT). A questão do direito às tendências no PT é antiga e o debate em função disso foi fundamental para a construção de sua estrutura partidária.

Uma das principais razões que levaram ao processo de regulamentação das tendências internas, segundo o autor, era a de evitar a criação de um "partido dentro do partido" ou de uma "frente de partidos", alcunhados, respectivamente, por aparelhista e frentista, que resultaria no enfraquecimento do PT. Assim, a estratégia, em determinado ponto era conter uma possível pulverização de ideais e de agremiações partidárias dentro da estrutura do PT, o que veio a ocorrer anos mais tarde com a dissolução da Causa Operária, Convergência Socialista e a Ação Popular Socialista, e que culminaram na criação do PCO, PSTU e do PSOL, de modo respectivo. A saída dessas tendências políticas expõe um outro debate muito importante, ou seja, a proveniência e a dispersão de acervos documentais, mas que por não ser o objetivo principal desta tese, não será analisado neste momento.

Em 1986, segundo Alves (2018), o debate em torno desse ponto levou o Partido dos Trabalhadores a colocar em pauta, no 4º Encontro Nacional do PT[182], a necessidade de discutir uma estrutura capaz de respeitar o direito às tendências ideológicas e a pluralidade, e que, no mesmo instante, fortalecesse o partido em sua totalidade a fim de que não houvesse uma fragmentação. Assim, ficou decidida a criação de uma Comissão de Trabalho (CT), cujas tarefas foram basicamente: a)

[182]Fundação Perseu Abramo. **IV Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores**. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbh/timeline/iv-encontro-nacional-do-partido-dos-trabalhadores/ Acesso em 02 de abr. 2024.

promover em todo o partido um amplo processo de discussão para subsidiar a regulamentação do direito de tendências; b) encaminhar ao Diretório Nacional (DN) uma avaliação sobre a situação das tendências e organizações no PT, de modo a estabelecer, para o conjunto do Partido, as diferenças existentes entre elas; c) além dessas atribuições, competiria à Comissão ouvir partes envolvidas em disputas político-ideológicas regionais, dirimir divergências em face dessas questões e propor ao DN eventuais medidas disciplinares. Portanto, com as divergências entre as tendências, a preocupação maior era de que o PT pudesse ser visto e interpretado como uma frente única partidária[183] e não como um partido na defesa dos interesses dos trabalhadores, mas isso não foi possível, uma vez que com a adesão do partido a teses neoliberais, essas tendências como a época não coadunam com algumas decisões impostas, decidiram por sair do PT.

Isto posto, um fato curioso é que anos mais tarde, com a dissolução dessas tendências partidárias, não se sabe ao certo o que foi feito com a documentação produzida por elas. Assim, é premente a discussão sobre a finalidade que foram dadas a esses fundos documentais[184].

Conforme observado nos parágrafos anteriores, ao longo dos anos, com o desenvolvimento e a ascensão do Partido no cenário nacional, algumas tendências foram dissolvidas, expulsas ou até mesmo saíram por conta própria, como a Causa Operária, que mais tarde, em 1995, veio a se tornar o PCO, a Convergência Socialista, que no mesmo ano, veio a se tornar o PSTU, assim como outras tendências ideológicas. No caso dessas duas dissoluções em específico, a justificativa é a de que o PT estava adaptando-se às políticas neoliberais implementadas pelos governos Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso (FHC), bem como a própria mudança da imagem e do comportamento de Lula diante dos eleitores para agradar mais ao mercado financeiro e a outros setores mais conservadores da sociedade. Já em 2005, na primeira gestão do PT no Governo Federal, ocorreu a saída[185] da Ação Popular Socialista, que no mesmo ano veio a se tornar o PSOL.

[183]Conglomerado de partidos e movimentos sociais que são adeptos do mesmo espectro político-ideológico.
[184] No caso desta pesquisa, estão sendo analisados os arquivos do PT no estado de São Paulo.
[185] Expressão que denomina um certo “racha” nos partidos políticos, e essa ação é muito comum, sobretudo em partidos de espectro ideológico de esquerda.

Passado o processo de fundação e legalização, é preciso mencionar a primeira experiência eleitoral do PT, que de acordo com Reis (2007), em 1982, no entanto, o Partido demonstrou um apetite formidável para alcançar, por meio do voto popular, postos e posições em assembleias, câmaras legislativas e governos de estado. Lançou candidatos e candidatas ao governo de quase todos os entes federativos, assim como centenas de militantes, por toda a parte, candidataram-se a assentos nos diversos parlamentos – municipais, estaduais e federais: Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas, Câmara dos Deputados e Senado Federal. Nesse contexto, em termos de sucesso eleitoral, o partido não ficou muito atrás, já que em seu primeiro pleito, conseguiu eleger oito deputados federais, 12 deputados estaduais e 117 vereadores. Aliado a isso, para um partido que tinha apenas dois anos de existência e dadas as inúmeras limitações das mais variadas ordens, até que o resultado não foi considerado ruim pela cúpula e militantes do partido, mesmo não tendo eleito Lula a governador do estado de São Paulo[186]. Com o êxito em eleição para outros cargos, o Partido foi se estruturando, tanto politicamente quanto financeiramente[187]. Mesmo diante deste cenário, muitos pensavam que o PT seria um partido medíocre ou até mesmo fraco em termos de desempenhos políticos-eleitorais. Naquela época, além das críticas ideológicas por parte da oposição, e isso se estendeu também a partidos tidos como aliados, como o PMDB, PTB e do PDT, havia uma crítica contundente: o aparelhamento do PT ao movimento sindical e aos movimentos sociais, premissa que até os dias de hoje sustenta e respalda a atuação do PT, tanto em seu aspecto político, institucional e de resistência.

A crítica ao desempenho do partido nas eleições de 1982, principalmente nas eleições no estado de SP, revela que o PT não era simplesmente um partido voltado apenas aos interesses das massas populares e interessado nos confrontos sociais, mas sim uma associação política que fosse capaz de ocupar os espaços de poder nas assembleias legislativas, câmaras municipais, distrital e federal. E que para ocupar esses espaços, o PT deveria se expor um pouco mais em termos de alianças e acordos políticos, inclusive isso se estende às negociações políticas com partidos de

[186] Mesmo não tendo vencido, Lula, nestas eleições, em especial, obteve mais de 1 milhão de votos.
[187] Fundo Partidário, fundo eleitoral e cotas parlamentares.

oposição diametralmente opostas aos preceitos ideológicos do partido, como o caso do próprio MDB entre outros partidos até mais direcionados à centro-direita, direita e extrema-direita, como o PSDB, PFL[188] e o PR[189], de modo respectivo. Anos mais tarde, embora muitos militantes e simpatizantes do partido não reconheçam e aceitam, a política se faz por meio de acordos, negociações e acima de tudo, nos bastidores e nos "corredores" das instituições, questões que na maioria das vezes não são percebidas e compreendidas pela população e por aqueles que estão alheios ao submundo do jogo político. Nessa situação, o PT passava de um partido de massas voltado à disputa institucional pelos espaços de poder. Sendo assim, essa é uma das principais razões apresentadas pelos militantes mais históricos quando questionados sobre a não continuidade nas fileiras do partido.

Após a sua formalização e da legalização de participação no jogo político-eleitoral, o PT atuou de forma ativa no processo de redemocratização, pois o país passava por um regime militar que só veio a findar em 1985, com a eleição indireta[190] do ex-governador de Minas Gerais, Tancredo Neves (1910-1985), mas que em decorrência de sua morte nas vésperas de assumir a presidência, isso não foi concretizado, pois o cargo foi assumido pelo ex-senador pelo estado do Maranhão, José Sarney (1930-), que ficou na presidência do país[191] até 1990. Lula, na condição de líder sindical e de deputado constituinte[192] pelo PT, nesse mesmo período, foi alçado a uma das principais figuras de resistência ao regime em vigor.

Passada a primeira experiência eleitoral com Lula, então candidato a governador pelo estado de São Paulo[193] com uma expressiva votação para a época, o PT lança o mesmo candidato à Presidência da República nas eleições de 1989, que de forma surpreendente chega ao segundo turno, mas acaba sendo derrotado por Collor. Essa eleição, em especial, foi muito importante, já que a última eleição direta para presidente havia sido em 1960, com a vitória de Jânio Quadros e a sua consequente renúncia em

[188] Atual União Brasil.
[189] Atual Partido Liberal.
[190] Realizada por meio do Colégio Eleitoral.
[191] Naquele período não havia reeleição, esta só veio a ser implementada a partir de 1996.
[192] Deputado Federal.
[193] Fundação Perseu Abramo. 1982: a primeira eleição de Lula no fim da ditadura. Disponível em: https://fpabramo.org.br/2020/04/23/1982-a-primeira-eleicao-de-lula-no-marco-do-fim-da-ditadura/ Acesso em 05 de mai. 2024.

25 de agosto de 1961. Lula, mesmo em desvantagem financeira, midiática e com o boicote por parte das elites, teve um resultado muito favorável do ponto de vista político-eleitoral. Na eleição de 1989, mesmo desestruturado do ponto de vista organizativo e financeiro, o PT ainda apresentava um plano de governo baseado no socialismo democrático e que apresentava soluções “radicais” de transformações sociais e econômicas de alguns setores da sociedade brasileira, e que de certa maneira assustava um pouco o eleitorado brasileiro, que acabara de sair de um regime militar e que precisava de uma sociedade estável, além de que Lula reproduzia um discurso de tom “comunista e socialista” que não era muito bem recebido pela população, como por exemplo, a implantação de um regime socialista e a defesa de uma reforma agrária radical. Diante desta constatação, Lula e o PT chegaram à conclusão de que caso quisessem chegar ao poder a estratégia político-eleitoral precisa mudar e na verdade, mudou, e muito, a ponto do partido ficar irreconhecível por seus militantes mais históricos e ideológicos que ainda acreditavam em uma sociedade socialista governada pelo PT. Mesmo que algumas tendências mais radicais do partido não concordem com essa estratégia, isso ainda se mantém até os dias de hoje, essencialmente nos três mandatos de Lula e nos dois de Dilma Rousseff.

Após o pleito eleitoral de 1989, o PT teve um salto qualitativo e quantitativo muito significativo, na medida em que o seu principal líder (Lula[194]) havia atingido a segunda colocação nas eleições presidenciais, perdendo para Collor, que naquele contexto, algumas fontes[195] dizem que o candidato vencedor foi amplamente apoiado e favorecido pelas elites econômicas, imprensa e pelos meios de comunicação em

[194]Nos quase dois anos que se seguiram até o pleito, em que pese a inexperiência da imensa maioria de seus militantes e simpatizantes em um pleito de caráter nacional, a partir da formatação básica definida no seu 5º Encontro Nacional, o PT consolidou a candidatura de Lula e levou suas propostas a todos os rincões do Brasil. Evidentemente isso não se fez sem percalços e sem enfrentar a disposição de alguns de seus adversários de vencer a todo e qualquer custo, não poucas vezes transcendendo os limites de um combate político travado no interior de um Estado democrático de direito (Fundação Perseu Abramo, 1979). Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/05/11-PTeleicoesPresidenciais.1989.pdf Acesso em 07 de mai. 2024.

[195] INSPER. Edição da TV Globo a dois dias do 2º turno presidencial alterou escolha eleitoral, diz pesquisa. Disponível em: https://www.insper.edu.br/conhecimento/historia-economica/quem-viu-debate-editado-em-1989-votou-mais-em-fernando-collor/ Acesso em 15 de mai. 2024.

massa. Nessa eleição, em especial, Lula obteve mais de 31 milhões de votos[196]. Apesar de alguns setores da sociedade defenderem que a candidatura de Lula, na verdade fosse uma anticandidatura, ou seja, apenas para marcar posição e apresentar os seus principais programas de governo e ideais político-ideológicos, o candidato petista se saiu muito bem. Lula, após a eleição de 1989, consolidou-se como um dos principais líderes da oposição ao neoliberais e aos direitistas, e claro que o PT também se beneficiou disso, sendo alçado ao principal partido de esquerda que representava os interesses não só dos trabalhadores, mas de outros segmentos que não se sentiam representados pelos governantes. Nesse mesmo período, o partido, em convenção própria e pressionado sobretudo pela derrocada da URSS, decidiu adotar o republicanismo ao invés de dar continuidade ao projeto de sociedade socialista.

No entendimento de Menegozzo (2013), abalado pelas mudanças ocorridas no início dos anos 1990 no Brasil, no mundo, e em si mesmo, o PT viveu um momento de crise política e institucional. Dela emergiu em oposição aos governos de orientação neoliberal, de Fernando Collor, tendo este governado o Brasil por dois anos (1990-1992), ao qual sofreu um processo de *impeachment* pelo Congresso Nacional, assumindo em seu lugar, seu vice, Itamar Franco[197] (1992-1995), a FHC, por sua vez, este governou o país por dois mandatos, de 1995-1998 e de 1999-2002. Firmou-se nesse período como uma força decisiva no cenário político nacional, fato que culminou na eleição e reeleição de Lula à Presidência da República nos pleitos eleitorais de 2002-2006 e 2007-2010, e que se sucedeu na eleição e reeleição da também correligionária Dilma Rousseff nos pleitos de 2011-2014 e de 2015-2016, no qual, assim como Collor, sofreu um processo de *Impeachment* pelo Congresso Nacional, no qual em seu lugar, assumiu o seu vice-presidente Michel Temer 2016-2018, na qual culminou na eleição de Jair Bolsonaro no pleito de 2018[198] até a chegada de Lula pela terceira vez nas eleições de 2022. Deste lugar, o Partido tem sido protagonista de mudanças que impulsionaram efetivamente as condições de vida dos trabalhadores,

[196]Fundação Perseu Abramo. A participação do PT nas eleições presidenciais a partir da redemocratização. Disponível em: https://fpabramo.org.br/pt43anos/pt-nas-eleicoes-presidenciais/ Acesso em 07 de mai. 2024.

[197] 1930-2011

[198] Bolsonaro venceu, em segundo turno, o atual Ministro da Fazenda e também filiado ao Partido dos Trabalhadores, Fernando Haddad.

não apenas no Brasil, mas o seu protagonismo enquanto representante ideológico no campo da esquerda na América Latina.

Nos anos que se sucederam o pleito eleitoral de 1989, o PT, mais uma vez, tendo Lula como candidato a presidência, disputou as eleições de 1994 e 1998 contra FHC, nas duas ocasiões, o candidato do PT ficou em segundo lugar, tendo como vice, Aloizio Mercadante[199] e Leonel Brizola[200] (1922-2004), respectivamente. Nessas duas eleições, Lula não chegou nem a figurar no segundo turno, uma vez que FHC, apoiado pela maioria da população brasileira em virtude da implantação do Plano Real, estabilização da inflação e impulsionado pelas políticas neoliberais, que já vinham sendo implementadas desde a década de 1980 por Ronald Reagan (Estados Unidos) e Margaret Thatcher (Reino Unido), acabou vencendo em primeiro turno. No Brasil, esse período neoliberal ficou amplamente conhecido pela crise econômica e por conta do processo de concessões e privatizações de estatais, como a Vale do Rio Doce e de empresas de telefonia como a Telecomunicações de São Paulo (TELESP). O PSDB, partido de FHC, acabou sendo beneficiado na adoção e na aplicação das políticas neoliberais, por outro lado, quem mais sofreu foi o povo mais pobre e humilde que teve que arcar com as consequências de um plano econômico que veio a fracassar em diversos pontos e que intensificou a desigualdade social, pobreza e a miséria de uma parte significativa da população brasileira.

Quatro anos depois da derrota em 1998, Lula, tendo como vice o empresário José Alencar (1931-2011), venceu as eleições de 2002[201], no segundo turno, contra o ex-senador e ex-ministro do planejamento de FHC, filiado e um dos principais fundadores do PSDB, o economista José Serra. Terminava aí a hegemonia do PSDB no Governo Federal, porém, dava-se início a uma era de hegemonia nos governos do estado de São Paulo, sobretudo com Geraldo Alckmin, que governou o estado por 4 vezes.

Passado o pleito eleitoral de 2002, Lula assumiu a presidência em 01 de janeiro de 2003, prometendo manter algumas políticas iniciadas no governo anterior, mas também a adotar novas políticas e projetos sociais em benefício da população mais

[199] PT
[200] PDT
[201] Lula obteve mais de 52 milhões de votos.

vulnerável, como o Fome Zero, Minha Casa Minha Vida, Farmácia Popular, Bolsa Atleta e o Bolsa Família, entre outros que foram criados ao longo do mandato. Além da população mais vulnerável do país, o Governo Lula, prometia também que o Mercado Financeiro não ficaria de fora dessa fatia de lucros e distribuição de renda. Portanto, ficou muito claro que ao assumir a presidência, o pacto social entre capital e trabalho daria a tônica do novo governo e que poderia dar certo[202], e deu por um tempo, mas essa união veio a cessar de forma abrupta na derrocada de 2005, principalmente com o surgimento de um escândalo político midiático[203] e que estremeceu as estruturas do PT e do Governo Federal.

Segundo Singer (2010), sem que a estrutura estabelecida pela campanha em 2002 chegasse a se consolidar, uma segunda inflexão ocorreu em 2005, às vésperas das eleições presidenciais de 2006, quando o partido é envolvido na crise denominada pela imprensa de “Mensalão”. Nessa situação, o PT passa por um dos seus maiores momentos de crise política e institucional com o conhecimento da sociedade acerca da denúncia feita pelo ex-deputado federal e ex-presidente do PTB[204], Roberto Jefferson[205], sobre um esquema de corrupção, cujo plano consistia no pagamento de “mesadas” para parlamentares e partidos da base aliada do governo para a aprovação de determinados projetos políticos que pudessem beneficiar o Governo Federal no Congresso Nacional. Esse escândalo culminou na desconfiança da sociedade sobre as reais intenções e ações do Partido e do governo, bem como impactou de maneira negativa na imagem do Presidente Lula e da alta cúpula do PT que estava inserida e que exercia grande influência no primeiro escalão ministerial, como José Dirceu[206], José Genoino[207] e Delúbio Soares[208].

Contudo, mesmo abalado pelas críticas da imprensa, da sociedade e da oposição e com sua imagem bastante desgastada perante a opinião pública, Lula foi reeleito, em segundo turno, nas eleições presidenciais de 2006, cujo candidato à época

[202] Principalmente pela figura de seu vice, o empresário e senador José Alencar.
[203] Caso do Mensalão.
[204] Atual PRD.
[205] A partir de 2005 o governo seria engolfado por escândalos em série, despejados por um de seus melhores aliados no Congresso, Roberto Jefferson, líder do PTB, que acusava o governo de pagar propinas mensais a dezenas de deputados em troca de apoio e de votos – o mensalão (Reis, 2007).
[206] Na época era Ministro Chefe da Casa Civil.
[207] Na época era Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores.
[208] Na época era tesoureiro do Partido dos Trabalhadores.

do PSDB foi o ex-governador de São Paulo[209] e agora Vice-Presidente da República, Geraldo Alckmin (PSB). Curioso destacar que nessas eleições, em especial, mesmo abalado por uma série de denúncias de corrupção, Lula teve uma ampla vantagem de votos sobre Alckmin no segundo turno, por sua vez, o segundo colocado teve menos votos do que no primeiro turno. Assim, com base no resultado eleitoral, analisa-se que o mais comprometido negativamente e prejudicado no episódio do mensalão foi o PT e alguns integrantes da alta cúpula do governo, já Lula, quase não foi atingido pelo escândalo, uma vez que conseguiu adotar políticas sociais que beneficiaram a população mais pobre.

O PT, que até então encontrava-se em uma fase de crescimento exponencial devido a popularidade de Lula e as benfeitorias realizadas por seu governo, todavia, com o escândalo do mensalão, o Partido veio a perder uma boa parte da confiança do povo brasileiro e que isso se estendeu até os dias de hoje. Passada a "tempestade do mensalão", Lula, com uma taxa de 87% de popularidade[210], deixou a presidência em 2010, elegendo sua sucessora, a ex-ministra da Casa Civil e de Minas e Energia Dilma Rousseff[211], a qual foi reeleita 4 anos depois[212] e conforme apresentado nos parágrafos anteriores, em 2016 sofreu um processo de *impeachment* pelo Congresso Nacional. Portanto, até 2014, a polarização entre PT e PSDB era muito evidente, porém, anos mais tarde, essa polarização recebe uma nova tônica, onde ressurgem o PSL e o PL, representados por Luciano Bivar, Valdemar Costa Neto e Jair Bolsonaro, de maneira respectiva. Somado a isso, emerge também uma nova figura, isto é, Sérgio Moro, ex-juiz federal da 4ª Vara de Curitiba e ex-chefe da operação Lava Jato, e que hoje se encontra no cargo de Senador da República pelo estado do Paraná, filiado ao União Brasil.

Deixando um pouco de lado o aspecto histórico e político-eleitoral do partido e sua participação em eleições e direcionando aos aspectos documentais, para Fortes (2007, p. 15), o crescimento do PT implicou também na criação de mecanismos

[209] Naquele período, Geraldo Alckmin estava filiado ao Partido da Democracia Social Brasileira (PSDB).
[210] G1 Política. Popularidade de Lula bate recorde e chega a 87%, diz Ibope. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html Acesso em 12 de mai. 2024.
[211] Eleita no segundo turno derrotando José Serra do PSDB.
[212] Eleita no segundo turno derrotando Aécio Neves do PSDB.

institucionais dedicados a resgatar, sistematizar e difundir a história do Partido por meio de sua documentação, uma necessidade que se tornava mais evidente na medida em que a existência da organização passava a ser medida em décadas e que a dimensão de seus filiados e filiadas[213] atingia a casa das centenas de milhares, a imensa maioria dos quais não havia vivenciado a fundação ou os primeiros anos de construção ideológica-partidária. Essas iniciativas envolveram inicialmente a produção de cartilhas e a realização de aulas e seminários sobre a história do PT nos cursos promovidos pela Secretaria de Formação Política do Diretório Nacional no início dos anos 1990.

Apenas para se ter uma ideia e como isso impacta na produção documental do partido, no que diz respeito a quantidade de filiados e filiadas, o PT, atualmente, conta com um total de 2.580.668[214] em todo o território nacional, conforme poderá ser verificado na figura 6:

**Figura 6: Filiados e filiados do PT no Brasil**




**Fonte:** Sistema de Filiados (2024).

[213] Segundo o Estatuto Oficial do PT: Art. 4º. Filiado ou filiada do Partido dos Trabalhadores é qualquer homem ou mulher a partir de 16 (dezesseis) anos que manifeste concordância com este Estatuto e com os demais documentos básicos nacionais do Partido, que seja admitido pela Comissão Executiva do Diretório Municipal ou pela do Diretório Zonal ou, na falta ou impedimento dessas, pela Comissão Executiva da instância superior.
[214] Consulta realizada no site do Sistema de Filiados do PT em 03 de abril de 2024.

A partir da representação na figura 5, além de informar a quantidade de filiados e filiadas do PT no Brasil, é possível verificar também a quantidade em determinados municípios, neste caso, por exemplo, são apresentados os dados quantitativos de seus correligionários na cidade de Marília, localizada no interior do estado de São Paulo.

Na figura 6, por meio do mesmo sistema de acesso partidário[215], verifica-se a quantidade de diretórios do PT no estado de São Paulo, porém, não é possível ter acesso ao número exato de filiados no estado. Todavia, foi possível verificar a quantidade de comissões provisórias e de filiados no exterior, uma vez que o partido possui núcleos em alguns países.

**Figura 6 - Números de diretórios do PT no estado de São Paulo**




| Local | Total de municípios | Diretórios municipais | | Comissões provisórias/Núcleos no exterior | | PT não organizado | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Qtd. | % | Qtd. | % | Qtd. | % |
| **BRASIL** | **5706** | **3705** | **64,93** | **895** | **15,69** | **1082** | **18,96** |
| ACRE | 22 | 17 | 77,27 | 0 | 0,00 | 5 | 22,73 |
| ALAGOAS | 102 | 62 | 60,78 | 17 | 16,67 | 23 | 22,55 |
| AMAPÁ | 16 | 11 | 68,75 | 1 | 6,25 | 4 | 25,00 |
| AMAZONAS | 62 | 58 | 93,55 | 2 | 3,23 | 2 | 3,23 |
| BAHIA | 417 | 324 | 77,70 | 67 | 16,07 | 26 | 6,24 |
| CEARÁ | 184 | 159 | 86,41 | 16 | 8,70 | 9 | 4,89 |
| DISTRITO FEDERAL | 35 | 18 | 51,43 | 14 | 40,00 | 0 | 0,00 |
| ESPÍRITO SANTO | 78 | 66 | 84,62 | 0 | 0,00 | 12 | 15,38 |
| EXTERIOR | 103 | - | - | 81 | - | - | - |
| GOIÁS | 246 | 169 | 68,70 | 7 | 2,85 | 70 | 28,46 |
| MARANHÃO | 217 | 182 | 83,87 | 15 | 6,91 | 20 | 9,22 |
| MATO GROSSO | 141 | 82 | 58,16 | 22 | 15,60 | 37 | 26,24 |
| MATO GROSSO DO SUL | 79 | 69 | 87,34 | 5 | 6,33 | 5 | 6,33 |
| MINAS GERAIS | 853 | 505 | 59,20 | 154 | 18,05 | 194 | 22,74 |
| PARÁ | 144 | 144 | 100,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 |
| PARAÍBA | 223 | 83 | 37,22 | 49 | 21,97 | 91 | 40,81 |
| PARANÁ | 399 | 241 | 60,40 | 91 | 22,81 | 67 | 16,79 |
| PERNAMBUCO | 184 | 123 | 66,85 | 21 | 11,41 | 40 | 21,74 |
| PIAUÍ | 224 | 190 | 84,82 | 20 | 8,93 | 14 | 6,25 |
| RIO DE JANEIRO | 92 | 49 | 53,26 | 26 | 28,26 | 17 | 18,48 |
| RIO GRANDE DO NORTE | 167 | 74 | 44,31 | 59 | 35,33 | 34 | 20,36 |
| RIO GRANDE DO SUL | 497 | 336 | 67,61 | 54 | 10,87 | 107 | 21,53 |
| RONDÔNIA | 52 | 39 | 75,00 | 6 | 11,54 | 7 | 13,46 |
| RORAIMA | 15 | 8 | 53,33 | 0 | 0,00 | 7 | 46,67 |
| SANTA CATARINA | 295 | 185 | 62,71 | 41 | 13,90 | 69 | 23,39 |
| SÃO PAULO | 645 | 363 | 56,28 | 95 | 14,73 | 187 | 28,99 |
| SERGIPE | 75 | 65 | 86,67 | 3 | 4,00 | 7 | 9,33 |
| TOCANTINS | 139 | 82 | 58,99 | 29 | 20,86 | 28 | 20,14 |

© Copyright 2023 PT - **PT - Sistema de Filiados**. Todos os direitos reservados - Versão 23.5.2

**Fonte:** Sistema de Filiados (2024).

A partir do números de filiados e da quantidade de diretórios do partido espalhados pelo país, para dar conta de toda documentação produzida pelo PT, bem como para a preservação dos registros documentais e da memória individual e coletiva de sua militância, em seu processo de fundação e legalização também foi criada a Fundação Wilson Pinheiro (FWP), que segundo o Guia do Acervo do Centro Sérgio Buarque de Holanda (2009[216]), essa entidade

[215] Consulta realizada no site do Sistema de Filiados do PT em 11 de maio de 2024.
[216] Ano da última atualização do Guia do Acervo do CSBH.

> foi instituída pelo Diretório Nacional do PT em 1981, concebida como um instrumento político complementar à estrutura partidária. Foi nomeada em homenagem a Wilson de Souza Pinheiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Basiléia/AC, assassinado em frente à sede do sindicato no dia 21 de julho de 1980. Inicialmente conhecida por Instituto de Estudos, Pesquisas e Assessoria do PT, ou Instituto Wilson Pinheiro, incorporou a denominação de Fundação em função da legislação em vigor à época. Estruturada em nível nacional, ainda na década de 1980 possuía Seções Regionais instaladas junto aos Diretórios de diversas regiões do país. Contava com Antônio Cândido e Paulo Freire à frente de seu primeiro Conselho Curador e primeira Diretoria Executiva, respectivamente. A FWP se dedicou a atividades de formação política da militância do PT, à assessoria de dirigentes e mandatos do partido, tendo sido responsável pela elaboração do primeiro projeto de tratamento do arquivo histórico do PT. Em função do acirramento de divergências entre seções da FWP e a direção nacional do partido a Fundação acabou extinta no início dos anos 1990. No entanto, a ideia e a experiência de criação de uma instituição dessa natureza amadureceram e, com base nesta experiência, foi criada em 1996 da Fundação Perseu Abramo.

A Fundação Perseu Abramo (FPA), se manifesta como a principal instituição documental e de memória do PT. Todo o acervo que constava na FWP, hoje se encontra sob a custódia da FPA. Contudo, no processo de transferência da documentação de um prédio para o outro, muitos desses documentos acabaram se perdendo e se deteriorando devido às más condições de manuseio e dos espaços em que essa documentação era acondicionada. Em seu artigo 120, o Estatuto do Partido dos Trabalhadores (2017), menciona que a FPA é uma entidade de direito privado instituída pelo PT com o objetivo de aprofundar a discussão dos fundamentos doutrinários do Partido, bem como estimular e promover a investigação e o debate ideológico, político e cultural, sobre as grandes questões da atualidade brasileira e mundial. No caso da FPA, esta instituição será apresentada de forma mais aprofundada nas próximas seções, já que esta também foi analisada no processo de mapeamento e diagnóstico.

Conforme pode-se observar, o PT, em seu processo de fundação, criou a FWP, que a princípio, teve como objetivo a salvaguarda e manutenção da documentação produzida pelos integrantes do partido até o ano de 1996, sendo assim, pode-se considerar que esta foi a primeira instituição do partido que preocupou-se com a preservação de seus registros documentais. Todavia, identificou-se que desde o seu início, o processo de produção e organização documental não estava baseado em critérios arquivísticos, principalmente com base nas funções arquivísticas, mas que em um primeiro momento, levando em consideração a falta de conhecimento técnico da

militância e na execução de atividades de maneira bastante rudimentar, contribuiu na organização e preservação do acervo por um determinado tempo, mas, essa prática rudimentar acabou trazendo sérias consequências a falta de adoção de parâmetros técnicos, principalmente na na falta de organização, deterioração e na dispersão desses documentos.

A seguir, para conhecermos um pouco mais sobre o PT, bem como a sua produção documental, será apresentada sua estrutura organizacional e partidária.

### 4.3 Estrutura Orgânica e a Produção Documental do Partido dos Trabalhadores

O PT é formado pela seguinte estrutura orgânica partidária[217]: a) Núcleos, b) Diretórios Nacional, Distrital, Zonais, Estaduais e Municipais, c) Comissão Executiva, d) Secretarias e os e) Setoriais[218], nos quais serão explicados abaixo. No decorrer desta subseção, como referência e com base na estrutura do DN, será destacada a função de cada uma delas para uma melhor compreensão da formação do PT, sua produção documental, principais tipos documentais produzidos e encontrados e a composição de sua estrutura organizacional.

Para melhor exemplificar e compreendermos de forma elucidativa como se dá essa lógica de produção, organização e preservação documental, na figura 7, é possível por meio de representação compreendermos a estrutura organizacional do PT a nível nacional, estadual e municipal:

[217]Estrutura Partidária do Partido dos Trabalhadores. Disponível em: https://pt.org.br/estrutura-partidaria/ Acesso em 22 de abr. 2024.
[218]Centro de Documentação e História Política. Documentos das Secretarias. Disponível em: https://redept.org/busca/biblioteca_categoria Acesso em  de maio de 2024.

**Figura 7 - Estrutura organizacional do PT**




**Fonte:** Elaboração própria

Com base na estrutura organizacional do PT, pode-se ter uma noção esquemática da relação orgânica entre as principais instâncias partidárias. Essa relação orgânica influencia de forma direta a produção documental do Partido. Contudo, no caso de outras instâncias a nível municipal, conforme enfatizado em um outro momento, com a falta de adoção de critérios arquivísticos, cada secretaria, setorial, diretório, núcleo, fundação, entre outras produzem, organizam e representam os seus documentos de forma autônoma, melhor dizendo, sem critérios técnicos. A ausência de padrões e critérios arquivísticos, bem como da figura do arquivista, se faz presente nesse processo burocrático e contribui na desordem dos fundos documentais e contribui para o caos informacional. Vale recordar que esta estrutura se resume às ações partidárias e não reflete necessariamente as ações governamentais, ou seja, é possível observar que enquanto partido, o PT segue uma lógica para a organização documental, no entanto, enquanto governo, o partido segue uma outra lógica, pois

alguns órgãos federais possuem diretrizes, instrumentos, políticas documentais e a figura do arquivista nas instituições, como por exemplo, em ministérios, estatais, secretarias, autarquias, entre outros órgãos governamentais.

A seguir, para que fique clara a estrutura orgânica e a produção documental do Partido dos Trabalhadores, serão apresentados os 1) Núcleos, 2) Diretórios Nacional, Zonais, Distrital, Estaduais e Municipais, 3) Comissão Executiva, 4) Secretarias e 5) Setoriais.

As principais secretarias são nesta ordem: 1) Geral, 2) Finanças e Planejamento, 3) Organização, 4) Comunicação, 5) Movimentos Populares e Políticas Setoriais, 6) Relações Internacionais, 7) Formação Política, 8) Mobilização Nacional, 9) Assuntos Institucionais, 10) Desenvolvimento Econômico, 11) Coordenação Regional, 12) Mulheres, 13) Agrária Nacional, 14) Meio Ambiente e Desenvolvimento, 15) Juventude, 16) LGBT, 17) Cultura, 18) Cultura, 19) Combate ao Racismo, 20) Sindical.

No documento sobre a Plataforma Política acerca da Fundação do PT (1979[219]), no presente estágio de organização e formação, o Movimento pelo PT se estruturará sob a forma de núcleos básicos – que serão reconhecidos como tais, para efeito de representatividade partidária proporcional, quando contarem com um mínimo de 21 membros organizados a partir dos locais de atuação política, trabalho, moradia ou categoria profissional, comissões de nucleação em nível municipal e regional. Será reconhecido o direito de expressão aos núcleos do partido em formação.

Os núcleos, em geral, de acordo com a Plataforma Política do PT (1979), são as instâncias de base onde os militantes e gestores do PT debatem e organizam a intervenção em seu campo de atuação e participam dos processos de deliberação e tomada de decisões do partido. Os núcleos são instrumentos fundamentais da organização e formação partidária e da atuação do PT nas comunidades e nas lutas setoriais, além da integração com os movimentos sociais e populares. Esses núcleos procuram aproximar a população das ações desenvolvidas pelo partido na sociedade.

O Estatuto do Partido dos Trabalhadores (2017, p. 17), em seu artigo 61, define que os núcleos, são considerados quaisquer agrupamentos de pelo menos 9 (nove)

[219] Plataforma Política sobre a Fundação do Partido dos Trabalhadores. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/04-plataformapolitica_0.pdf Acesso em 27 de nov. 2023.

filiados ou filiadas ao partido, que se reúnem de forma periódica, organizados por local de moradia, trabalho, movimento social, sindical e popular, categoria profissional, local de estudo e pesquisa, temas, áreas de interesse, atividades afins, tais como grupos temáticos, clubes de discussão, círculos de estudo, coletivos nas redes sociais da internet e outros segmentos da sociedade civil. Os núcleos são abertos inclusive à participação de pessoas não filiadas[220] ao partido, com direito a voz e participação direta nas atividades promovidas pelo partido, mas esta não tem direito ao voto, sendo isso restrito apenas aos filiados. Esses núcleos podem ser organizados em âmbito municipal ou setorial. No regimento interno do PT[221], existe a seguinte orientação: o registro formal dos núcleos de base é feito mediante carta dirigida ao respectivo Diretório ou Comissão Provisória, na qual constem os nomes de seus integrantes, local, dia e horário de suas reuniões e o valor de sua contribuição financeira.

O documento Teses para a atuação do PT (1983[222]), orienta que um núcleo deve ser um local conhecido e próximo dos filiados, simpatizantes, militantes e da comunidade, onde o Partido possa aglutinar suas atividades partidárias, organizar seu planejamento político, realizar seus atos políticos-sociais e suas reuniões ordinárias e extraordinárias. Em geral, esses núcleos são organizados em comunidades periféricas dos municípios, já os diretórios, são comumente instalados em regiões centrais das cidades. Nessas localidades, sejam elas periféricas ou centrais, o partido deve ter uma ação consistente e permanente, não apenas em anos eleitorais, como fazem alguns partidos com o simples objetivo de ganharem a confiança e os votos da população, mas essa ação junto às comunidades deve ser permanente e consistente.

Os diretórios, em linhas gerais, são instâncias de direção eleitas pelo voto direto[223] dos filiados e filiadas. Na estrutura do PT, existem diretórios zonais, municipais, estaduais, distrital e nacional. Eles são compostos com base na proporcionalidade dos votos recebidos por cada chapa. O critério de proporcionalidade

[220] Comumente conhecidas como simpatizantes.
[221]Fundação Perseu Abramo. Regimento Interno do Partido dos Trabalhadores. Disponível em: https://siac.fpabramo.org.br/uploads/acervo/PTDN-DP_1981_0001-0004_Apg76Uf.pdf Acesso em 15 de mai. 2024.
[222]Partido dos Trabalhadores. Teses para a atuação do PT. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/06-tesesparaaatuacaodopt.pdf Acesso em 29 de abril de 2024.
[223]As votações são realizadas pelo Processo de Eleições Diretas (PED), caso não haja eleições pelo PED, o diretório atual é reconduzido para mais um mandato.

garante a presença das várias posições dentro do partido, as chapas mais votadas terão mais assentos, as menos votadas terão menos assentos, mas o direito de participação está assegurado a todos os filiados, além disso são respeitados os critérios de paridade de gênero de 30% e são asseguradas a participação com base em critérios étnico-raciais e geracionais.

Os diretórios são responsáveis por aplicar as decisões políticas aprovadas e produzir políticas e ações partidárias no período entre um encontro e outro. Os diretórios devem reunir-se periodicamente e, excepcionalmente, quando houver assuntos importantes e demandas urgentes. Nesse último caso, quando necessário, os filiados são convocados a participarem de uma reunião extraordinária para a discussão e deliberação de uma determinada pauta considerada muito importante.

Em linhas gerais, a rigor, cada diretório tem sua executiva estabelecida com base na votação realizada pelo partido. Os participantes da executiva são eleitos pelo diretório correspondente (nacional, distrital, estadual, municipal e zonal), mantendo também o critério de proporcionalidade de cada chapa e observada a paridade de gênero (igualdade em termos de números e percentagens de mulheres e homens). Sua função fundamental é encaminhar as decisões políticas do diretório aos filiados e simpatizantes do partido. As comissões executivas são compostas por secretarias, com atribuições específicas, conforme definido no Estatuto Nacional do PT.

Assim, conforme será verificado abaixo[224], destaca-se as atribuições dos respectivos cargos no âmbito da atual estrutura organizacional, partidária, legislativa e executiva nacional:

1) Presidência Nacional do PT;
2) Vice-Presidência Nacional do PT;
3) Liderança da Bancada do PT no Senado;
4) Liderança do PT na Câmara dos Deputados;
5) Representação pelo Estado de Minas Gerais;
6) Representação pelo Estado de São Paulo;
7) Representação pelo Estado do Maranhão;

[224]Partido dos Trabalhadores. Comissão Executiva Nacional. Disponível em: https://pt.org.br/comissao-executiva-nacional/ Acesso em 29 de abril de 2024.

8) Representação pelo Estado do Rio de Janeiro;
9) Representação pelo Estado do Rio Grande do Sul;
10) Representação pelo Estado de Pernambuco;
11) Representação pelo Estado do Pará;
12) Representação pelo Estado do Ceará;
13) Representação pelo Estado do Piauí;
14) Representação pelo Estado do Rio Grande do Norte;
15) Representação pelo Estado da Bahia;
16) Representante pelo Estado do Tocantins;
17) Representante pelo Estado de Santa Catarina;
18) Representante pelo Estado do Paraná;
19) Representante pelo Estado do Espírito Santo;
20) Representante pelo Estado do Amapá;
21) Representante pelo Estado do Amazonas;
22) Representante pelo Estado do Pará;
23) Representante pelo Estado da Paraíba;
24) Representante pelo Estado de Sergipe;
25) Representante pelo Estado de Rondônia;
26) Representante pelo Estado do Distrito Federal;
27) Representante pelo Estado de Goiás;

Vale ressaltar que, como cada instância do partido possui uma realidade bastante particular, por exemplo, as diretrizes que são estabelecidas pelo Diretório Nacional para a produção e organização documental, como o caso da FPA, não necessariamente refletem nas ações deliberadas pelos diretórios estaduais, distrital e municipais, assim como influencia no processo de produção documental, ou seja, nem toda documentação está interligada de forma orgânica as instâncias partidárias. Para melhor exemplificar, o Diretório Nacional não estabelece de maneira impositiva os critérios a serem seguidos para o processo de produção, organização, representação e preservação de toda documentação produzida e acumulada pelo partido em instância inferiores. Desse modo, essa falta de orientação técnica faz com que cada instância

partidária tenha autonomia, prerrogativa e a responsabilidade para adotar critérios para o gerenciamento mais adequado e que for pertinente a manutenção de seus acervos documentais.

Existe uma preocupação com relação a essa autonomia, melhor dizendo, fica difícil compreender como se dá a relação orgânica entre os documentos e essa falta de sintonia interfere em processos imprescindíveis para a elaboração de políticas documentais e de instrumentos de organização e representação do conhecimento.

Com base no levantamento realizado pelo Arquivo Edgard Leuenroth (2016[225]), do Centro Guilherme Simões Gomes de Documentação e Memória Política do Diretório Municipal do PT de Ribeirão Preto/SP[226], Catálogo do Acervo da FPA[227] e no Site Oficial do PT[228], abaixo, são mencionadas as principais secretarias, setoriais e suas principais espécies e tipos documentais.

A seguir, conforme serão analisadas, essas secretarias e setoriais dos diretórios municipais do PT, embora sejam estritamente vinculadas a atividades partidárias, estão interligadas às ações desenvolvidas por alguns ministérios e órgãos do Governo Federal. Para corroborar, muitas espécies, tipologias e tipos documentais produzidos nessas secretarias e setoriais também foram encontradas e identificadas no processo de análise e diagnóstico das 14 instituições elencadas para esta tese.

Entre as diversas ações da Secretaria Nacional Geral (SNG), sempre em sintonia com a Presidência Nacional do PT, estão a coordenação do conjunto da atividade partidária nacional, a discussão do posicionamento do partido nas questões da conjuntura nacional e a organização e divulgação das reuniões. A secretaria também tem a função de manter contato com as Comissões, Câmaras Técnicas, Câmara dos Deputados e o Senado Federal para que os parlamentares do partido atuem em sintonia com as discussões e deliberações partidárias (Arquivo Edgard Leuenroth, 2016, Site Oficial do PT, 2024). No Governo Federal, essa secretaria está

[225]Arquivo Edgard Leuenroth. Inventário Documental da Fundação Perseu Abramo. 2016. Disponível em: https://ael.ifch.unicamp.br/pf-ael/2022-09/perseu_abramo.pdf Acesso em 06 de jan. 2024.
[226]Partido dos Trabalhadores. Centro Guilherme Simões Gomes de Documentação e Memória Política. Disponível em: https://redept.org/centro-de-documentacao Acesso em 05 de mai. 2024.
[227]Fundação Perseu Abramo. Catálogo do Acervo. Disponível em: https://siac.fpabramo.org.br/searchAcervo/1958 Acesso em 06 de mai. 2024.
[228]Partido dos Trabalhadores. Site Oficial do PT. Disponível em: https://pt.org.br/ Acesso em 12 de mai. 2024.

vinculada e reproduz algumas ações dos Ministério da Casa Civil e do Ministério de Assuntos Institucionais.

Nesta secretaria, as principais espécies, tipologias e tipos documentais mais produzidas e encontradas são: ordem do dia, portarias, normas, decretos, ofícios, memorandos, informes, relatórios gerais, livro de atas, livro-razão, circulares, livro de filiação, cartilhas, programas de governo, cartas, correspondências, correspondências entre secretarias e setoriais, boletins, atas de reuniões, fotografias analógicas e digitais, entre outras.

A Secretaria de Finanças e Planejamento (SFP) é a responsável pela organização de atividades ou campanhas de arrecadação e pela criação de formas, estratégias e mecanismos que ampliem a arrecadação financeira do Partido dos Trabalhadores para o desenvolvimento de inúmeras atividades, como está previsto no artigo 179 do estatuto da instituição partidária[229]. O Sistema de Arrecadação de Contribuições Estatutárias (SACE) faz parte da secretaria e organiza a cobrança e distribuição das contribuições de todos os filiados e filiadas (Arquivo Edgard Leuenroth, 2016, Site Oficial do PT, 2024). No Governo Federal, essa secretaria está vinculada e reproduz algumas ações do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento.

Nesta secretaria,  as principais espécies, tipologias e tipos documentais mais produzidas e encontradas são: atas de reuniões, documentos contábeis, planilhas, planilhas financeiras, relatórios financeiros, notas fiscais de compras, boletos bancários, guia de recolhimento de filiados, listas de compras, documentos de transferências bancárias, fichas de filiações, fotografias analógicas e digitais, entre outras.

A Secretaria Nacional de Organização (SORG) é a responsável por propor ao Diretório Nacional as políticas de construção e organização do Partido dos Trabalhadores. O órgão deve manter atualizadas e disponíveis o Cadastro Nacional de Filiados[230] e os sistemas que integram a Rede PT[231], além de orientar os organismos partidários sobre filiação, recadastramento, eleições internas, encontros, prévias

[229] Fundação Perseu Abramo. Estatuto do Partido dos Trabalhadores. Disponível em: https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2013/07/estatuto_1.pdf Acesso em 02 de abr. 2024.
[230]Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Sistema de Filiação Partidária. Disponível em: https://www.tse.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/relacao-de-filiados Acesso em 02 de abr. 2024.
[231] Partido dos Trabalhadores. Rede PT. Disponível em: https://redept.org/ Acesso em 02 de abr. 2024.

partidárias, processos ético-disciplinares e mecanismos de consulta. Pode-se afirmar que a SORG desempenha atividades similares àquelas desenvolvidas na Secretaria Geral. Em determinados diretórios, na ausência da Secretaria Geral, a SORG é responsável por toda coordenação e articulação política. No âmbito do Governo Federal, essa secretaria está vinculada às ações do Ministério da Casa Civil e do Ministério de Assuntos Institucionais.

Nesta secretaria, as principais espécies, tipologias e tipos documentais mais produzidas e encontradas são: atas de reuniões, ofícios, circulares, edital de convocação para as eleições, correspondências, correspondências entre secretarias e setoriais, processos administrativos, planos e programas de governo, fichas de filiação, resoluções, regimentos internos, manuais de conduta, código de ética do PT, fotografias analógicas e digitais, entre outras.

A Secretaria Nacional de Comunicação (SNC) do PT busca ampliar e unificar os trabalhos de comunicação do Partido com o intuito de irradiar o diálogo da legenda por todo o território nacional. A Secretaria Nacional de Comunicação deve manter o padrão das peças jornalísticas e de publicidade do PT. Além disso, tem a missão de desenvolver e ampliar a atuação nas redes sociais (*Facebook, Instagram, X, Tik Tok*, etc) ao lado da comunicação institucional do partido (Site Oficial do PT, 2024). No âmbito do Governo Federal, essa secretaria está vinculada ao Ministério das Comunicações e ao Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social.

Nesta secretaria, as principais espécies, tipologias e tipos documentais mais produzidas e encontradas são: atas de reuniões, ofícios, circulares, relatórios, comunicados internos, jornais, recortes de jornais, periódicos, revistas, fotografias analógicas e digitais, vídeos, materiais diapositivos, iconográficos e audiovisuais, entre outras.

A Secretaria Nacional de Movimentos Populares e Políticas Setoriais (SNPPS) é a responsável pelo relacionamento entre o partido e os movimentos sociais e populares[232], especialmente aqueles que não estão representados nas secretarias setoriais. Atualmente, a secretaria age em diversos temas, como Direitos Humanos,

[232]Sobretudo com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

direitos da comunidade LGBTQIAPN+, Economia Solidária, Transporte, Ciência, Inovação e Tecnologia, Pessoas com Deficiência e Portadoras de Necessidades Especiais, Segurança Alimentar, Soberania Alimentar e Segurança Pública (Site do Oficial do PT, 2024).

Segundo a Fundação Perseu Abramo (2024[233]), a SNPPS visa organizar a ação destes setores sociais em torno de propostas e lutas por seus direitos; por políticas públicas como saúde, educação, moradia, transporte; pela sua afirmação cultural, sexual, religiosa, étnica etc. A ação partidária contribui para vincular estes objetivos imediatos aos propósitos históricos de luta contra a exploração e a dominação.

De acordo com o Manifesto do PT (1980), os movimentos sociais que deram origem ao PT mostraram, em várias circunstâncias, que a iniciativa dos trabalhadores pode criar democracia, como a conquista do direito de greve, a ampliação do espaço de manifestação pública, as formas de democracia de base dos movimentos populares, foram resultado da decisão de agir pela democracia ao invés de esperar por ela.

Nesta secretaria, as principais espécies, tipologias e tipos documentais mais produzidas e encontradas são: atas de reuniões, ofícios, memorandos, circulares, fotografias analógicas e digitais, regimentos internos, resoluções, cartas, correspondências, folhetos, cartazes, catálogos, entre outras.

A Secretaria de Relações Internacionais (SRI) contribui para que o Partido dos Trabalhadores elabore e aplique uma política internacional compatível com as resoluções dos encontros e congressos do partido. A secretaria acompanha a situação global, mantém vínculos com instituições parceiras e organizações partidárias internacionais com o mesmo posicionamento e espectro ideológico, dá suporte a atividades de outras secretarias no exterior e ao funcionamento dos núcleos do PT fora do País (Site Oficial do PT, 2024). Esse tipo de relação institucional é realizada por meio de criação de núcleos em uma determinada cidade de um país. Em geral, esses núcleos são formados em capitais, como por exemplo, Roma, Madrid, Paris, Amsterdã, entre outras localidades.

[233] O PT e os Movimentos Sociais. A ação política da nova direção. Secretaria Agrária. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/05-opteosmovimentossociais.pdf Acesso em 29 de abr. 2024.

Nesta secretaria, as principais espécies, tipologias e tipos documentais mais produzidas e encontradas são: atas de reuniões, circulares, documentos de tradução, acordos bilaterais, cartas, correspondências, ofícios, memorandos, fotografias analógicas e digitais, entre outras.

Em todos os lugares em que está presente, na cidade e no campo, no litoral e na floresta, o PT pretende formar sujeitos políticos capazes de pensar, criar, formular e agir para seguir transformando o Brasil, a sociedade e emancipando a maioria do povo trabalhador. Essa é a perspectiva que move a Secretaria Nacional de Formação Política (SNFP), que organiza cursos, encontros, fóruns de discussões, oficinas e jornadas pedagógicas, presenciais, online ou híbridas (Catálogo do Acervo da FPA, 2024).

Nesta secretaria, as principais espécies, tipologias e tipos documentais mais produzidas e encontradas são: atas de reuniões, circulares, ofícios, memorandos, fotografias analógicas e digitais, resoluções, regimentos, cartilhas, apostilas de cursos, cartazes, catálogos, folhetos, cadernos de cursos de formação política, artigos científicos, monografias, dissertações, teses, livros e livros didáticos, entre outras.

A Secretaria Nacional de Mobilização (SNM) é o instrumento do partido para realizar as mobilizações, fazendo o elo das campanhas do partido com a militância petista. Com atuação transversal, o órgão é responsável pela propaganda política e organização dos atos partidários, em articulação com as outras secretarias. A secretaria tem o papel de organizar a militância e os movimentos sociais, movimentos sindicais e movimentos populares com a intenção de dar visibilidade às campanhas do partido entre trabalhadores, governo e sociedade em geral (Catálogo do Acervo da FPA, 2024). Os principais movimentos sociais e sindicais que sustentam as ações partidárias do PT são o MST, MTST e a CUT, respectivamente.

Nesta secretaria, as principais espécies, tipologias e tipos documentais mais produzidas e encontradas são: atas de reuniões, ofícios, circulares, relatórios, relatórios técnicos, regimentos, folhetos, cartazes, *banners*, bandeiras, memorandos, documentos audiovisuais, fotografias analógicas e digitais, entre outras.

A Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais (SNAI) é a responsável pela relação entre o partido e suas experiências administrativas e legislativas no âmbito dos

poderes Executivo e Legislativo. Ela também serve como referência para a articulação política entre os estados e municípios de administração petista, a organização de seus governantes, e dá apoio a seus deputados na elaboração de projetos e organização. A Secretaria atua conjuntamente com as instâncias partidárias para atualizar permanentemente os elementos que caracterizam o Modo Petista de Governar e Legislar[234] (Site Oficial do PT, 2024). No Governo Federal, essa secretaria está vinculada e reproduz algumas ações do Ministério de Assuntos Institucionais.

Nesta secretaria, as principais espécies, tipologias e tipos documentais mais produzidas e encontradas são: atas de reuniões, circulares, memorandos, ofícios, resoluções, regimentos, regimentos internos, acordos, manuais técnicos, códigos de conduta, fotografias analógicas e digitais, entre outras.

A Secretaria Nacional de Desenvolvimento Econômico (SDE) é responsável no Diretório Nacional por articular as ações dos setoriais, dos mandatos e dos governos petistas nas áreas de Desenvolvimento Econômico, considerando três eixos básicos: Desenvolvimento Sustentável, Economia Solidária e Economia Social. Além disso, a SDE pretende articular uma rede de novos pensadores nas universidades públicas e privadas, sendo estes importantes agentes produtores de conhecimento acadêmico (Site Oficial do PT, 2024). No Governo Federal, essa secretaria está vinculada e reproduz algumas ações do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento.

Nesta secretaria, as principais espécies, tipologias e tipos documentais produzidas e encontradas são: atas de reuniões, circulares, relatórios técnicos, planilhas, documentos contábeis, relatórios estatísticos, regimentos internos, memorandos, ofícios, fotografias analógicas e digitais.

A Secretaria Nacional de Coordenação Regional (SNCR) do Partido dos Trabalhadores tem por objetivo fomentar a relação com os diretórios estaduais. O foco é criar uma maior integração e acompanhamento direto da direção nacional com a política regional do PT (Catálogo do Acervo da FPA, 2016). No Governo Federal, essa secretaria está vinculada e reproduz algumas ações do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

[234]Partido dos Trabalhadores. O modo petista de governar e legislar. Disponível em: https://redept.org/uploads/biblioteca/Caderno_O_Modo_Petista_de_Governar_e_de_Atua%C3%A7%C3%A3o_Parlamentar.pdf Acesso em 06 de mai. 2024.

Nesta secretaria, as principais espécies, tipologias e tipos documentais mais produzidas e encontradas são: atas de reuniões, circulares, memorando, ofícios, programa de governo, diretrizes programáticas, fotografias analógicas e digitais, entre outras.

A Secretaria Nacional de Mulheres (SNMPT) do PT organiza as discussões e ações das mulheres no partido na perspectiva feminista e socialista. Também articula com os governos petistas espalhados pelo Brasil e seus parlamentares a promoção, criação e implementação de políticas públicas voltadas para a proteção, emancipação e valorização das mulheres. Como o Projeto Elas por Elas[235] que visa incentivar mais e mais mulheres a ocuparem a política e os espaços de poder, que até então é restrita a uma grande maioria, principalmente por homens. A secretaria participa do grupo de mulheres do Foro de São Paulo e da Conferência Permanente dos Partidos Políticos da América Latina (COPPPAL). No Governo Federal, a secretaria está vinculada e reproduz algumas ações desenvolvidas pelo Ministério das Mulheres.

Nesta secretaria, as principais espécies, tipologias e tipos documentais mais produzidas e encontradas são: atas de reuniões, circulares, ofícios, memorandos, informes, cartilhas, diretrizes programáticas, relatórios, relatórios técnicos, fotografias analógicas e digitais, entre outras.

A Secretaria Agrária Nacional (SAN) tem a função de auxiliar e orientar no debate político e na construção de políticas públicas nas áreas de agricultura familiar, reforma agrária, desenvolvimento rural e soberania e segurança alimentar. A atuação da secretaria não se encerra dentro do partido, mas busca sobretudo o diálogo e articulação com movimentos sociais do campo, das florestas, quilombos, territórios dos povos originários e das águas, além de se manter permanentemente atento ao que se discute no Congresso Nacional, junto ao Núcleo Agrário ‘Adão Pretto’ da bancada do PT na Câmara dos Deputados, e nas ações dos governos municipais, distrital, estaduais e federal a respeito de pautas dos trabalhadores rurais, camponeses e povos e comunidades tradicionais, e da questão agrária como um todo. No Governo Federal,

[235] Partido dos Trabalhadores. Projeto Elas por Elas. Disponível em: https://www.elasporelaspt.com.br/ Acesso em 12 de mai. 2024.

essa secretaria está vinculada e reproduz algumas ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.

A exigência da reforma agrária[236], como condição necessária à construção de uma sociedade democrática no Brasil, constitui-se no eixo central das políticas do PT para o campo. Seja como instrumento ágil de distribuição de renda, de terra, geração de empregos a baixo custo, como política de combate à violência contra os trabalhadores do campo, seja como condição básica de acesso de milhões de trabalhadores ao exercício da cidadania ou a créditos rurais para o desenvolvimento de suas atividades (Fundação Perseu Abramo, 2024[237]).

O PT defende as grandes bandeiras nacionais dos trabalhadores brasileiros da cidade e do campo. Neste caso, a principal reivindicação dos trabalhadores do campo é a posse, acesso e o uso da terra como função social e como meio de sobrevivência. O acesso à terra aos que querem trabalhar nela traduz a aspiração concreta de milhões de trabalhadores do campo, como os congressos de trabalhadores rurais têm reafirmado repetidamente. Nessa perspectiva, o PT apoia a ampliação e o aprofundamento das lutas por uma reforma agrária sob controle dos trabalhadores (Teses para a atuação do PT, 1983).

Nesta secretaria, as principais espécies, tipologias e tipos documentais mais produzidas e encontradas são: atas de reuniões, ofícios, circulares, relatórios técnicos e estatísticos, diretrizes, fotografias analógicas e digitais, ofícios, memorandos, mapas, pareceres, programas de governo, entre outras.

A Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento (SNMAD) contribui para consolidar as conquistas sobre consciência e organização da cidadania socioambiental do PT e da sociedade. Deve assegurar a continuidade das políticas públicas sobre o tema nas instâncias federal, distrital, estadual e municipal. O público da secretaria são os gestores, filiados e militantes do partido, especialmente os que

[236] Para nós, a reforma agrária significa transformações profundas nas relações de propriedade e de trabalho no campo. Todavia, entendemos também que não basta a divisão da terra. São indispensáveis medidas complementares, como o fornecimento de créditos, tecnologia, transporte, silagem, levando-se em conta as diferentes categorias de trabalhadores rurais brasileiros, como pequenos proprietários, parceiros, posseiros e empregados (Teses para a atuação do PT, 1983).

[237] O PT e os Movimentos Sociais. A ação política da nova direção. Secretaria Agrária. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/05-opteosmovimentossociais.pdf Acesso em 25 de abr. 2024.

exercem cargos públicos, além de movimentos populares, sindicatos, associações comunitárias e culturais. No Governo Federal, essa secretaria está vinculada e reproduz algumas ações do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil.

Nesta secretaria, as principais espécies, tipologias e tipos documentais mais produzidas e encontradas são: atas de reuniões, ofícios, circulares, fotografias analógicas e digitais, mapas gerais, mapas cartográficos, cartas, correspondências, relatórios técnicos e estatísticos, memorandos, infográficos, entre outras.

A Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) do PT tem a missão de discutir e construir políticas públicas para a juventude brasileira, entendendo as diferenças de gênero, raciais, regionais e sociais. A secretaria tem uma mensagem clara sobre a construção do futuro. Um futuro que contenha soluções estruturais para o Brasil e, de forma essencial, que dialogue com as novas pautas, demandas, reivindicações e direitos da juventude brasileira.

Nesta secretaria, as principais espécies, tipologias e tipos documentais mais produzidas e encontradas são: atas de reuniões, circulares, regimento, manuais, ofícios, memorandos, cartas, correspondências, fotografias analógicas e digitais, entre outras.

A Secretaria Nacional LGBT (SNLGBT), criada em julho de 2017, nasceu para empoderar e fortalecer a luta LGBT por direitos, pela diversidade no interior do partido, nos estados, nas cidades, na zona rural, junto com o movimento de mulheres, com a juventude, com o movimento popular e social, movimento sindical, entre outros (Site Oficial do PT, 2024).

Nesta secretaria, as principais espécies, tipologias e tipos documentais mais produzidas e encontradas são: atas de reuniões, circulares, regimento, manuais, ofícios, memorandos, informes, cartas, correspondências, fotografias analógicas e digitais, entre outras.

A Secretaria Nacional de Cultura (SNC) é a instância partidária de debate e formulação de políticas públicas de cultura, atuando com a sociedade civil na ação e defesa de projetos de desenvolvimento por meio da cidadania cultural. A secretaria apoia parlamentares em pautas no Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e

Senado Federal), auxilia gestores na busca de soluções que contribuam para o avanço das regiões e cria espaço de debates nas câmaras e assembleias pelo País. No Governo Federal, essa secretaria está vinculada e reproduz algumas ações do Ministério da Cultura.

Nesta secretaria, as principais espécies, tipologias e tipos documentais mais produzidas e encontradas são: atas de reuniões, circulares, regimento, manuais, ofícios, memorandos, cartas, correspondências, fotografias analógicas e digitais, entre outras.

A Secretaria Nacional de Combate ao Racismo (SNCR) organiza a atuação do partido nas cidades onde o movimento contra a desigualdade racial é incipiente. Contribui na formação dos militantes que atuam no combate à discriminação e oferece visibilidade às lutas de etnia, gênero e classe social. É também função da secretaria garantir a articulação de negros e negras no PT, ampliar a representação étnica nos espaços de poder e consolidar a formulação e articulação políticas do PT no combate ao racismo (Site Oficial do PT, 2024). No Governo Federal, essa secretaria está vinculada e reproduz algumas ações do Ministério da Igualdade Racial.

Nesta secretaria, as principais espécies, tipologias e tipos documentais mais produzidas e encontradas são: atas de reuniões, ofícios, circulares, regimento, manuais, ofícios, memorandos, relatórios técnicos, relatórios, relatórios estatísticos, cartas, correspondências, fotografias analógicas e digitais, entre outras.

A Secretaria Sindical Nacional (SNN) está entre as mais antigas secretarias do PT, criada com a fundação do partido, em 1980. Sua atuação é vinculada ao interesse por políticas à classe trabalhadora do campo e da cidade e tem vocação para construir e propor políticas aos trabalhadores e trabalhadoras em pautas de cidadania, direitos e garantias fundamentais. Sempre contou com secretarias estaduais e uma profunda relação com o movimento sindical. Ela reconhece a importância das lutas corporativas, mas compreende que a transformação social deriva da luta e das pautas classistas (Site Oficial do PT, 2024). No Governo Federal, essa secretaria está vinculada e reproduz algumas ações do Ministério do Trabalho e Emprego.

Nesta secretaria, as principais espécies, tipologias e tipos documentais mais produzidas e encontradas são: atas de reuniões, circulares, regimento interno, manuais

técnicos, ofícios, memorandos, relatórios, relatórios técnicos, relatórios estatísticos, cartas, correspondências, fotografias analógicas e digitais, programas de governo, entre outras.

A seguir, serão destacados de maneira sucinta os setoriais pertencentes ao PT, no total, são 16[238], cada um deles tendo a sua autonomia de gestão e desempenhando suas atividades, mas que assim como as secretarias que foram apresentadas anteriormente, estão vinculadas as ações de determinados ministérios do Governo Federal: 1) Setorial Nacional de Segurança Alimentar, 2) Setorial Nacional de Energia e Recursos Minerais, 3) Setorial Nacional de Assuntos Indígenas, 4) Setorial Nacional de Segurança Pública, 5) Setorial Nacional Inter-religioso, 6) Setorial Nacional de Direitos Animais, 7) Setorial Nacional de Direitos Humanos, 8) Setorial Nacional de Economia Solidária, 9) Setorial Nacional de Pessoas com Deficiência, 10) Setorial Nacional de Educação, 11) Setorial Nacional de Ciência e Tecnologia da Informação, 12) Setorial Nacional Comunitário, 13) Setorial Nacional de Saúde, 14) Setorial Nacional de Esporte e Lazer, 15) Setorial Nacional Logística, Transportes e Mobilidade Urbana e o 16) Setorial Nacional de Moradia.

Em geral, as principais espécies, tipos e tipologias documentais produzidas e encontradas nesses setoriais, são: atas de reuniões, ofícios, relatórios, declarações, memorandos, editais, editais de convocação, livros de atas, regimentos internos, planilhas, planilhas financeiras, fotografias analógicas e digitais, correspondências, relatórios técnicos, relatórios estatísticos, manuais técnicos, entre outros que representam a burocracia do partido.

Perante o exposto, cumpre destacar que no que diz respeito a justificativa para a apresentação e demonstração das referidas secretarias e setoriais do PT, assim como sua produção documental, é preciso mencionar que todas elas produzem, organizam e preservam seus documentos, seja com base em manuais de acervos privados ou até mesmo de forma empírica. A produção desta documentação é influenciada e baseada no sistema político-jurídico atual, fazendo com que os principais atos administrativos sejam cumpridos.

[238] Partido dos Trabalhadores. Secretarias e Setoriais do PT. Disponível em: https://pt.org.br/secretarias-e-setoriais/ Acesso em 29 de abril de 2024.

Foi possível observar que essas secretarias e setoriais são a nível nacional, portanto, como o Diretório Nacional do PT segue os parâmetros arquivísticos, em virtude da FPA, em contrapartida essas ações não se refletem nos diretórios zonais, municipais e nas comissões provisórias do partido. Em busca de uma solução para o caos documental instalado nos acervos localizados no interior do estado, é necessário que o DN, além do uso de manuais privados, adote políticas documentais que ajudem a organizar, preservar e a proporcionar o acesso aos seus arquivos. Ao adotar essas políticas documentais, o DN passará a estabelecer regras para os diretórios estaduais e municipais das demais instâncias do partido.

Diante disso, esta seção procurou apresentar a concepção de partidos políticos de forma genérica e que pudesse se adequar a proposta inicial desta tese, bem como uma análise histórica sobre a fundação do PT, assim como da compreensão e entendimento de sua estrutura orgânica partidária e da produção documental do partido ao longo de mais de 40 anos de história.

No primeiro caso, observou-se que a concepção de partido político está ligada à ideia de uma associação e de uma organização coletiva de pessoas, ideais e ações políticas, que não são voltadas apenas para a política partidária, mas que se entende a lutar por outras demandas essenciais da sociedade. Embora essas ações sociais estejam voltadas aos movimentos sociais e populares, os partidos políticos também atuam com esse objetivo, no caso do PT, essa ação foi evidenciada por meio de suas secretarias e setoriais. Logo, para que não haja uma confusão em termos de prática, é preciso separar a atuação dos partidos políticos e a dos movimentos sociais e populares, já que cada um desses movimentos procuram atuar a partir de uma demanda específica, seja na luta por moradia, pela terra ou por políticas públicas que visam transformar a sociedade.

No segundo caso, a história de fundação e legalização do PT se assemelha e está correlacionada a inúmeros fatos históricos e movimentos de luta associados ao Brasil, principalmente quando se trata do período do Golpe Civil-Militar (1964-1985), ao movimento sindical, aos setores progressistas da Igreja Católica, dos movimentos remanescentes de resistência ao Regime Militar e na defesa pela redemocratização do país (Movimento pelas Diretas Já) e de intelectuais progressistas ligados à instituições

de ensino, como a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), entre outras instituições políticas e culturais que naquela época se encontravam em situação de clandestinidade, como o caso de alguns partidos políticos, como o PCB e o PCdoB.

No terceiro caso, verifica-se que o PT, ao longo do tempo, foi perdendo sua essência enquanto um partido de espectro socialista e defensor dos interesses dos trabalhadores, já que com a eleição de Lula, em 2003, que conforme aponta Singer (2010), o partido já vinha sendo influenciado por um processo de oligarquização e burocratização, e que foi iniciado após as eleições de 1989. Esse processo não só moldou o comportamento de Lula no aspecto político, mas também da maioria de seus militantes mais fiéis que com o avançar do tempo foram se tornando pragmáticos do ponto de vista político-eleitoral. Pode-se dizer que com o advento e a intensificação do neoliberalismo no Brasil, na década de 1990, o PT passou a se adequar às teses neoliberais para se moldar a um novo perfil de eleitorado e de uma outra classe social, que tinha como anseio outras prioridades e demandas que não necessariamente contemplasse a classe trabalhadora. Além da oligarquização, burocratização e a adequação às teses neoliberais, houve uma mudança significativa no comportamento da militância, uma vez que naquela circunstância, o partido deixara de se voltar aos anseios das massas populares, mas também passou a agradar e a atender os interesses de determinadas classe sociais, sobretudo das elites econômicas e do mercado financeiro[239], setores estes que não possuíam em comum com as demandas da população mais vulnerável.

Dessa maneira, além de todos esses fatores elencados, o período neoliberal no Brasil aprofundou cada vez mais a mudança do partido frente ao seu eleitorado, militância e aos anseios daqueles que viam no PT a esperança de um partido voltado aos interesses das massas populares.

Nessa discussão, Boito Júnior (2003, p. 13), entende que

[239]Na campanha eleitoral de 2002, essa ação ficou mais evidente com a elaboração da “Carta ao Povo Brasileiro”. A divulgação desta carta deixou evidente que o PT havia mudado e que para se vencer as eleições de 2002, alguns sacrifícios deveriam ser feitos. Essa ação culminou na saída de inúmeros militantes históricos e que contribuíram na fundação do Partido. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/03-cartaaopovobrasileiro.pdf Acesso em 06 de mai. 2024.

> O neoliberalismo propõe uma espécie de cidadania dual e a alta classe média avalia que os seus interesses são mais bem atendidos por essa proposta que pela expansão – custosa e desnecessária para ela – dos serviços públicos e dos direitos sociais. A alta classe média tem razões econômicas para ver com bons olhos essa nova cidadania, que cria uma dualidade, em áreas como saúde, educação previdência, entre, de um lado, um ramo público decadente, voltado para os trabalhadores de baixa renda, e, de outro lado, um ramo privado em expansão,voltado para a burguesia e demais setores de alto rendimento. Essa cidadania dual reproduz a posição privilegiada ocupada pela alta classe média, assegurando-lhe,por exemplo, melhor formação escolar e uma espécie de reserva de mercado dos postos de trabalho mais bem remunerados. É por isso que não existe movimento ou ações dessa fração da classe média contra os preços cada vez mais elevados da escola privada e das empresas de saúde. Apesar de tais preços pesarem cada vez mais em seus orçamentos domésticos, esse setor social continua avaliando que esse é um custo que deve ser suportado para manter a sua posição econômica e social.Essa fração abastada da classe média votava, majoritariamente, contra o PT, mas na medida em que o candidato Lula começou a mudar o seu discurso já durante a campanha e que o seu governo revelou-se um continuador de FHC, os abastados da classe média iniciaram um movimento de aproximação e de apoio ao governo –movimento cuja amplitude e solidez ainda é impossível verificar.

Diante da aproximação e adequação do partido as teses neoliberais, o partido viu sua militância mais histórica partir em busca de novos desafios e de outras lutas condizentes com o socialismo, como a dissolução de suas tendências ideológicas e na formação de novas associações partidárias, em contrapartida, outros sujeitos políticos chegaram e foram aderindo às novas teses do PT. Nos dias atuais, o partido está alinhado às políticas e até mesmo a uma ideologia de centro-esquerda, em outras palavras, por conta da atual conjuntura política e econômica, pode-se dizer que está quase ao centro. Neste terceiro mandato do presidente Lula, o PT se viu obrigado a criar uma Frente Ampla[240], que abriga uma série de partidos que até então, alguns deles, em um passado nem tão distante, não estavam preocupados com as demandas sociais e faziam de tudo para que o PT não permanecesse no poder e até mesmo lutavam pela sua extinção do cenário político brasikeiro, como por exemplo, muitos desses partidos motivaram e votaram a favor do processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma, como é o caso do Agir, Avante, Pros e Solidariedade.

No quarto e último caso, foco desta seção, a produção documental, acumulação natural e os registros documentais do PT se dá muito antes de sua própria fundação, principalmente com a aglutinação de outros movimentos sociais, sindicais e populares

[240] PCdoB e PV, a chapa conta ainda com o PSB de Alckmin, Federação PSOL-Rede, Agir, Avante, Solidariedade e Pros. Esses últimos quatro partidos fazem parte do grupo político denominado “Centrão”.

que deram sustentação à formação e legalização do partido. Esta é uma premissa defendida pelo autor desta pesquisa, já que conforme pode ser observado no apêndice desta tese, inúmeros documentos oficiais comprovam a existência de produção documental do partido antes mesmo de sua formalização e legalização, ou seja, em 1980, mesmo que a práxis do partidos em termos de organização e preservação de seus documentos não estejam em consonância com os parâmetros e as políticas documentais estabelecidas pela Arquivologia. Outra questão que não foi aprofundada e que merece uma reflexão maior em uma outra oportunidade são as tendências internas que foram divididas e transformadas em partidos políticos no decorrer dos anos.

A análise das tendências vai ao encontro da necessidade de compreensão e entendimentos sobre a destinação da documentação que havia sido criada no contexto do PT, melhor dizendo, se essa documentação pertence às tendências agora na situação de partidos políticos, ou se esses registros pertencem ao PT enquanto responsável pelas tendências.

Em seguida, como continuidade desta tese, na próxima seção, serão apresentadas as análises, mapeamentos, diagnósticos e os dados coletados nas 14 instituições documentais que custodiam e preservam a documentação do PT no estado de São Paulo.

## 5 MAPEAMENTO, ANÁLISE E DIAGNÓSTICO DE ACERVOS DOCUMENTAIS SOBRE O PARTIDO DOS TRABALHADORES NO ESTADO DE SÃO PAULO

Nas seções anteriores, observamos a construção e o desenvolvimento desta tese em vários componentes temáticos e que ajudaram a elucidar algumas situações específicas, como: a) Introdução, metodologia e procedimentos metodológicos; b) concepção de Organização do Conhecimento, c) Organização do Conhecimento em Arquivos e a d) Concepção de Conhecimento em Arquivos e Conhecimento Diplomático. Isso tudo possibilitou a discussão sobre a noção de Partidos Políticos e de Arquivos de Partidos Políticos, sob a ótica da produção documental e da acumulação natural do Partido dos Trabalhadores, desde a sua fundação, organização e legalização.

Na continuidade desta seção, será apresentado o mapeamento, análise e o diagnóstico por amostragem realizado em diretórios partidários e instituições documentais que conservam, organizam e preservam a documentação sobre o PT no estado de São Paulo: 1) Diretório Municipal de Marília, 2) Acervo do Diretório Nacional (Fundação Perseu Abramo e o Centro Sérgio Buarque de Holanda), 3) Diretório Municipal de São José dos Campos[241], 4) Diretório Municipal de Tupã, 5) Diretório Municipal de Taubaté, 6) Diretório Municipal de Jacareí, 7) Diretório Municipal de Lins, 8) Diretório Municipal de Penápolis, 9) Diretório Municipal de Garça, 10) Diretório Municipal de Bauru, 11) Instituto de Estudos Brasileiros (Universidade de São Paulo), 12) Diretório Municipal de Osasco, 13) Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Universidade Estadual Paulista - Campus de Assis) e o 14) Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM[242]).

Exceto os diretórios partidários acima mencionados, ressaltamos que as outras instituições documentais universitárias não possuem nenhuma relação direta, jurídica, política e orgânica com o PT, mas de certa forma mantém a custódia da documentação do Partido e de certa maneira tem mantido os documentos sob sua guarda e preservação. Para entendermos melhor essa situação e relação, esta discussão será apresentada mais adiante.

[241] Analisado duas vezes
[242] Analisado duas vezes

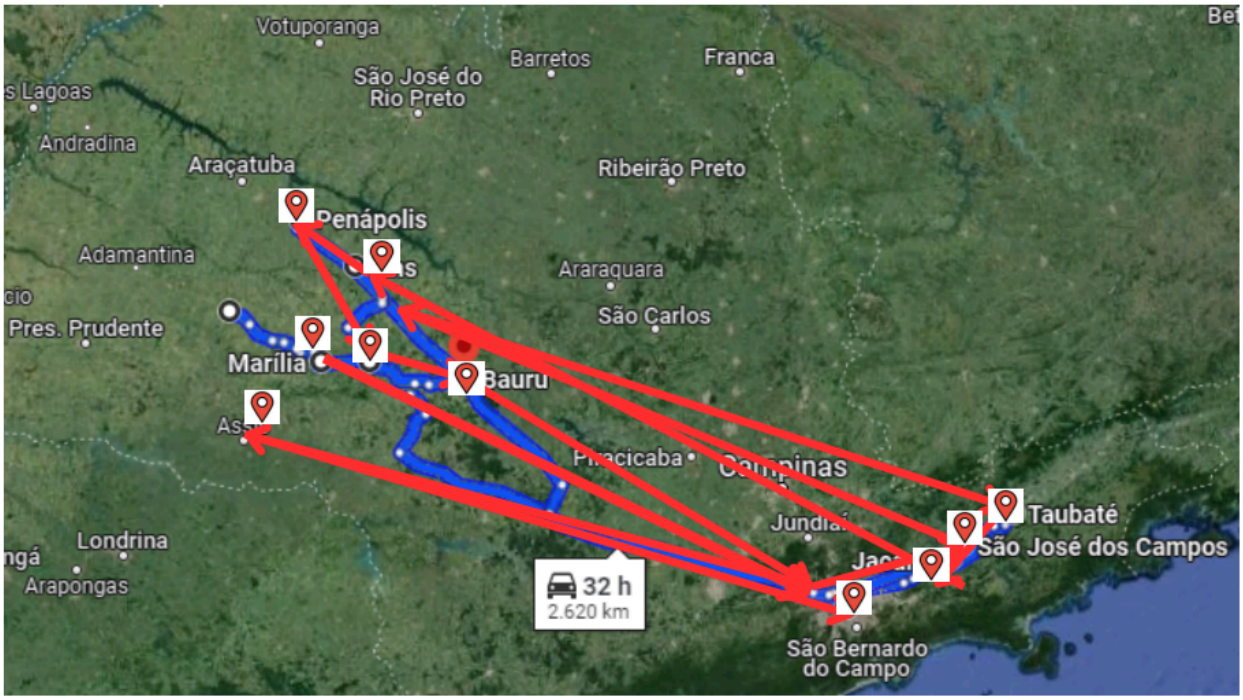
Segundo Ancona Lopez (2012, p. 24),

> o caráter informal dos arquivos de partidos políticos não é, em essência, distinto da maioria dos acervos relacionados aos movimentos sociais e de trabalhadores, muitos deles oriundos dos movimentos políticos. Isso significa que uma mesma denominação poderá representar espécies diferentes, o que demandará um esforço de padronização terminológica na organização do acervo. A interface de tais movimentos com os órgãos do poder público, seja em situações ligadas ao atendimento de atividades reguladoras do Estado (comprovação de pagamento de encargos funcionais de empregados da organização social, por exemplo), seja em situações de enfrentamento político (como censura e repressão), leva também à produção arquivística (por acumulação) de documentos emitidos pelo poder público.

Para o autor, a concepção e a estrutura de arquivos oriundos de atividades partidárias não difere de outros segmentos institucionais, como os movimentos sociais e demais movimentos de trabalhadores, movimentos sindicais, movimentos de emancipação, entre outros, contudo, a partir de sua função, algumas espécies, tipos e tipologias documentais poderão ser denominadas e representadas de formas diferentes, mesmo que em essência essas não sejam baseadas em parâmetros e terminologias arquivísticas, mas essa ação tem consonância com as próprias práticas culturais desses movimentos. Dessa maneira, evidencia-se que existe uma autonomia e até mesmo um aspecto de criatividade por parte desses movimentos na produção, representação e denominação de tipologias documentais, isso corrobora com a prática, ou seja, a função exercida por esses movimentos no cotidiano de luta. Um dos principais objetivos de autonomização da produção documental e dos processos de organização e representação por essas associações político-partidárias é a manutenção de suas principais estratégias para a segurança e preservação desses registros documentais ao longo de suas atividades.

Na figura 8, é apresentado o mapeamento dos diretórios partidários e das instituições documentais analisadas e diagnosticadas no decorrer da pesquisa no estado de São Paulo:

**Figura 8: Mapeamento de diretórios e instituições documentais**




**Fonte:** Dados extraídos do *Google Maps*

A partir da figura 8, justifica-se a distância entre os acervos documentais no estado, já que o trajeto percorrido representa graficamente a composição dos acervos documentais do partido no estado. Além disso, o mapa representa o grau de dispersão, bem como a necessidade de elaboração de políticas documentais para a recomposição, organização, representação, recuperação e acesso aos itens documentais. Dessa forma, os dados apresentados no mapa indicam que os acervos localizados nas regiões centrais do estado, como na capital e nas regiões do Vale do Paraíba adotam um grau mínimo de organização documental baseado em parâmetros e diretrizes arquivísticas, e essa organização está atrelada pelo fato dessa documentação estar em custódia de centros de documentação que são vinculados a universidades públicas. Além disso, parcialmente, foi possível constatar que o maior volume de documentação foi localizado nessas regiões do estado em que esses centros de documentação estão localizados. Nesse sentido, alguns fatores são relevantes e devem ser considerados, como a dimensão territorial das cidades, a razão desses municípios estarem localizados em regiões com uma população e infraestrutura maior, assim como o fato de estarem próximas à capital do estado, região em que

ocorrem as maiores manifestações políticas, inclusive promovida por outros partidos e movimentos sociais.

Com base na figura 8, infere-se que ao longo do tempo, com a falta de instrumentos de organização e recomposição dos fundos documentais, os acervos do PT foram se dispersando por diversos fatores, ora por questões de segurança[243], fatores político-sociais e até mesmo por falta da elaboração de uma política de conservação, acondicionamento, descrição e preservação documental, e que para isso, a discussão sobre a elaboração de um guia de fontes sobre os acervos do PT contribuirá na reorganização, compreensão dos fundos documentais, reunião, organização, representação e potencialização desses arquivos. Somado a essa discussão, infere-se ainda que os acervos do PT estão concentrados majoritariamente na capital paulista e em regiões da Grande São Paulo[244] e do ABCD[245], na medida em que a formação, legalização jurídico-legal e histórica do Partido está centrada nessas regiões, assim, pressupõe-se que a concentração dos acervos políticos estão voltadas para essas localidades geográficas. Assim sendo, com base nesta hipótese, supõe-se que a prioridade de organização e preservação sempre esteve voltada aos arquivos centrais e não aos acervos descentralizados, isto é, aqueles que estão localizados em regiões distantes das instâncias de poder, isso demonstra que as relações de poder sempre estiveram presentes na produção documental do PT nos grandes centros urbanos. No caso dos diretórios partidários localizados na região interior do estado, evidencia-se que a responsabilidade e manutenção sobre os arquivos não tem a mesma preocupação com a documentação preservada nos grandes centros urbanos, sobretudo quando estes estão localizados na capital paulista[246].

No quadro 21, serão apresentadas a origem e o destino das instituições analisadas e diagnosticadas para o desenvolvimento da pesquisa:

[243] Sobretudo no que diz respeito à produção documental de partidos políticos no período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985).
[244] Barueri, Osasco, Guarulhos, Mauá, Carapicuíba, Santana de Parnaíba.
[245] São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Santo André e Diadema.
[246] Este aspecto será evidenciado em uma seção específica, momento em que será apresentado o mapeamento dos dados coletados por meio de pesquisa documental.

**Quadro 21 - Origem e destino das instituições documentais**

| Origem | Destino | Origem | Destino | Distância Percorrida entre os acervos |
|---|---|---|---|---|
| **a) Diretório de Marília** | **b) Fundação Perseu Abramo** | **c) Diretório de São José dos Campos** | **d) Diretório de Tupã** | **1.144 km** |
| **e) Diretório de Taubaté** | **f) Diretório de Jacareí** | **g) Diretório de Lins** | **h) Diretório de Penápolis** | **613 km** |
| **i) Diretório de Garça** | **j) Diretório de Bauru** | **k) Instituto de Estudos Brasileiros** | **l) Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa da UNESP** | **827 km** |
| **m) Centro de Documentação e Memória da Unesp** | **n) Diretório de Osasco** | | | **487 km** |
| **Total de km percorridos no estado de São Paulo para o diagnóstico dos acervos documentais do PT** | | | | **3.071 km** |

**Fonte:** Elaboração própria

Para exemplificar o processo de mapeamento, análise e diagnóstico dos acervos sobre o PT, e com base no quadro 21, o diagnosticou iniciou-se no Diretório de Marília, seguido do Diretório Nacional, em São Paulo, Diretório de São José dos Campos, Diretório de Tupã, Diretório de Taubaté, Diretório de Jacareí, Diretório de Lins, Diretório de Penápolis, Diretório de Garça, Diretório de Bauru, FPA, IEB, CEDAP, CEDEM e o Diretório de Osasco, perfazendo um total de 3.071 km percorridos no estado de São Paulo. Essa distância foi percorrida via terrestre (carro, ônibus, trem, metrô e van) e a maior parte dos custos foram arcados pelo próprio autor da tese. Em alguns momentos, por falta de recursos financeiros, foi possível aproveitar a oportunidade e “pegar carona” (principalmente de ônibus) junto aos militantes do partido, bem como com integrantes de sindicatos, entre outros movimentos sociais que participaram desses eventos políticos. Desse modo, a proposta era de participar de algum ato político e após isso aproveitar a oportunidade para realizar a análise e a coleta de dados nas instituições propostas.

Em um primeiro momento, deu-se prioridade à análise e diagnóstico realizado nos diretórios, uma vez que o contato com estes era mais viável com os militantes e dirigentes partidários. Contudo, ainda em 2022, e com o avanço das eleições gerais para a Presidência da República, Senado Federal, Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativas, não foi possível analisar e diagnosticar um número maior de diretórios, pois as atividades do partido estavam envolvidas de forma direta e integral com o pleito eleitoral que seria realizado no referido ano. Em 2023, passada as eleições gerais, foi possível abranger uma área maior de diretórios do PT, assim como instituições documentais que custodiam a documentação do partido, como a FPA, IEB, CEDAP e o CEDEM. Já no ano seguinte, com o avanço das eleições municipais (prefeitos, vice-prefeitos e vereadores) de 2024, não foi possível analisar e diagnosticar nenhum diretório, pois assim como foi em 2022, em períodos eleitorais, a dinâmica do partido acaba tendo uma mudança muito drástica, visto que os gestores e militantes do partido estão focados em atividades específicas e comprometidos com as demandas político-eleitorais. Na realidade, em períodos eleitorais, todos os partidos políticos adotam esse tipo de dinâmica. Nesse sentido, em 2024, foi possível analisar e diagnosticar a mesma instituição documental por duas vezes, ou seja, o CEDEM/UNESP. Essa instituição documental, em especial, abarca um volume extenso de documentos sobre o PT e que até então nem mesmo o partido tinha conhecimento da existência dessa massa documental que retrata a história do partido.

No quadro 22, verifica-se os acervos diagnosticados, assim como o período e a situação parcial dos acervos analisados:

**Quadro 22 - Diagnóstico sobre os Acervos do PT no estado de São Paulo**

| Instituição | Local | Data de análise e diagnóstico | Situação/organização do acervo |
|---|---|---|---|
| **1) Diretório Municipal do PT** | **Marília** | **Fevereiro de 2022** | **Acervo não organizado, não possui instrumentos de gestão: plano de classificação, quadro de arranjo e tabela de temporalidade**<br><br>**A produção, organização e preservação documental não segue princípios e diretrizes arquivísticas** |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | | **Acervo fragmentado e disperso: a maior parte da documentação está em custódia da militância**<br><br>**Documentação comprometida e não segue uma seriação documental**<br><br>**Não foi possível reagrupar, recuperar e acessar os fundos documentais em sua totalidade**<br><br>**O acervo não possui instrumentos de pesquisa: guia, guia de fontes, índices, catálogos e repertórios** |
| **2) Diretório do Acervo do Diretório Nacional do PT**<br><br>**Fundação Perseu Abramo (FPA)**<br><br>**Acervo do Centro Sérgio Buarque de Holanda (CSBH)** | **São Paulo** | **Agosto de 2022** | **Acervo organizado com base em diretrizes arquivísticas, contudo, não possui plano de classificação, quadro de arranjo, tabela de temporalidade, índices, catálogos e repertórios**<br><br>**O acervo da FPA possui um guia para o acesso aos itens documentais, contudo, em 2022, no processo de análise e diagnóstico, o guia havia sido atualizado em 2009.**<br>**Após a análise e diagnóstico, o instrumento foi atualizado em 2024.**<br><br>**Documentação conservada, higienizada e preservada** |
| **3) Diretório Municipal do PT** | **São José dos Campos** | **Abril e Maio de 2023** | **Acervo não organizado, não possui instrumentos de gestão: plano de classificação, quadro de arranjo e tabela de temporalidade**<br><br>**A produção, organização e preservação documental não segue princípios e diretrizes arquivísticas**<br><br>**Acervo fragmentado e disperso: a maior parte da documentação está em custódia da militância** |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | | **Documentação comprometida e não segue uma seriação documental**<br><br>**Não foi possível reagrupar, recuperar e acessar os fundos documentais em sua totalidade**<br><br>**O acervo não possui instrumentos de pesquisa: guia, índices, catálogos e repertórios** |
| **4) Diretório Municipal do PT** | **Tupã** | **Junho de 2023** | **Acervo não organizado, não possui instrumentos de gestão: plano de classificação, quadro de arranjo e tabela de temporalidade**<br><br>**A produção, organização e preservação documental não segue princípios e diretrizes arquivísticas**<br><br>**Acervo fragmentado e disperso: a maior parte da documentação está em custódia da militância**<br><br>**Documentação comprometida e não segue uma seriação documental**<br><br>**Não foi possível reagrupar, recuperar e acessar os fundos documentais em sua totalidade**<br><br>**O acervo não possui instrumentos de pesquisa: guia, índices, catálogos e repertórios** |
| **5) Diretório Municipal do PT** | **Taubaté** | **Junho de 2023** | **Acervo não organizado, não possui instrumentos de gestão: plano de classificação, quadro de arranjo e tabela de temporalidade**<br><br>**A produção, organização e preservação documental não segue princípios e diretrizes arquivísticas**<br><br>**Acervo fragmentado e disperso: a** |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | | **maior parte da documentação está em custódia da militância**<br><br>**Documentação comprometida e não segue uma seriação documental**<br><br>**Não foi possível reagrupar, recuperar e acessar os fundos documentais em sua totalidade**<br><br>**O acervo não possui instrumentos de pesquisa: guia, índices, catálogos e repertórios** |
| **6) Diretório Municipal do PT** | **Jacareí** | **Julho de 2023** | **Acervo não organizado, não possui instrumentos de gestão: plano de classificação, quadro de arranjo e tabela de temporalidade**<br><br>**A produção, organização e preservação documental não segue princípios e diretrizes arquivísticas**<br><br>**Acervo fragmentado e disperso: a maior parte da documentação está em custódia da militância**<br><br>**Documentação comprometida e não segue uma seriação documental**<br><br>**Não foi possível reagrupar, recuperar e acessar os fundos documentais em sua totalidade**<br><br>**O acervo não possui instrumentos de pesquisa: guia, índices, catálogos e repertórios** |
| **7) Diretório Municipal do PT** | **Lins** | **Julho de 2023** | **Acervo não organizado, não possui instrumentos de gestão: plano de classificação, quadro de arranjo e tabela de temporalidade**<br><br>**A produção, organização e preservação documental não segue princípios e diretrizes arquivísticas** |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | | **Acervo fragmentado e disperso: a maior parte da documentação está em custódia da militância**<br><br>**Documentação comprometida e não segue uma seriação documental**<br><br>**Não foi possível reagrupar, recuperar e acessar os fundos documentais em sua totalidade**<br><br>**O acervo não possui instrumentos de pesquisa: guia, índices, catálogos e repertórios** |
| **8) Diretório Municipal do PT** | **Penápolis** | **Julho de 2023** | **Acervo não organizado, não possui instrumentos de gestão: plano de classificação, quadro de arranjo e tabela de temporalidade**<br><br>**A produção, organização e preservação documental não segue princípios e diretrizes arquivísticas**<br><br>**Acervo fragmentado e disperso: a maior parte da documentação está em custódia da militância**<br><br>**Documentação comprometida e não segue uma seriação documental**<br><br>**Não foi possível reagrupar, recuperar e acessar os fundos documentais em sua totalidade**<br><br>**O acervo não possui instrumentos de pesquisa: guia, índices, catálogos e repertórios** |
| **9) Diretório Municipal do PT** | **Garça** | **Julho de 2023** | **Acervo não organizado, não possui instrumentos de gestão: plano de classificação, quadro de arranjo e tabela de temporalidade**<br><br>**A produção, organização e preservação documental não** |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | | **segue princípios e diretrizes arquivísticas**<br><br>**Acervo fragmentado e disperso: a maior parte da documentação está em custódia da militância**<br><br>**Documentação comprometida e não segue uma seriação documental**<br><br>**Não foi possível reagrupar, recuperar e acessar os fundos documentais em sua totalidade**<br><br>**O acervo não possui instrumentos de pesquisa: guia, índices, catálogos e repertórios** |
| **10) Diretório Municipal do PT** | **Bauru** | **Julho de 2023** | **Acervo não organizado, não possui instrumentos de gestão: plano de classificação, quadro de arranjo e tabela de temporalidade**<br><br>**A produção, organização e preservação documental não segue princípios e diretrizes arquivísticas**<br><br>**Acervo fragmentado e disperso: a maior parte da documentação está em custódia da militância**<br><br>**Documentação comprometida e não segue uma seriação documental**<br><br>**Não foi possível reagrupar, recuperar e acessar os fundos documentais em sua totalidade**<br><br>**O acervo não possui instrumentos de pesquisa: guia, índices, catálogos e repertórios** |
| **11) Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo (USP)** | **São Paulo** | **Julho de 2023** | **Acervo organizado**<br><br>**Documentação conservada, higienizada e preservada** |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | | **O acervo segue uma seriação documental**<br><br>**Possui plano de classificação e tabela de temporalidade**<br><br>**Possui instrumentos de gestão e de pesquisa**<br><br>**O acervo possui guia atualizado** |
| **12) Diretório Municipal do PT** | **São José do Rio Preto** | **Julho de 2023** | **Acervo não organizado, não possui instrumentos de gestão: plano de classificação, quadro de arranjo e tabela de temporalidade**<br><br>**A produção, organização e preservação documental não segue princípios e diretrizes arquivísticas**<br><br>**Acervo fragmentado e disperso: a maior parte da documentação está em custódia da militância**<br><br>**Documentação comprometida**<br><br>**Não foi possível reagrupar e recuperar os fundos documentais**<br><br>**O acervo não possui instrumentos de pesquisa: guia, índices, catálogos e repertórios** |
| **13) Diretório Municipal do PT** | **Osasco** | **Agosto de 2023** | **Acervo não organizado, não possui instrumentos de gestão: plano de classificação, quadro de arranjo e tabela de temporalidade**<br><br>**A produção, organização e preservação documental não segue princípios e diretrizes arquivísticas**<br><br>**Acervo fragmentado e disperso: a maior parte da documentação está em custódia da militância**<br><br>**Documentação comprometida** |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | | **Não foi possível reagrupar e recuperar os fundos documentais**<br><br>**O acervo não possui instrumentos de pesquisa: guia, índices, catálogos e repertórios** |
| **14) Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP - UNESP de Assis)** | **Assis** | **Agosto de 2023** | **Acervo organizado, contém instrumentos de gestão: plano de classificação e tabela de temporalidade**<br><br>**Documentação conservada, higienizada e preservada**<br><br>**O acervo segue uma seriação documental**<br><br>**O acervo possui instrumento de pesquisa: guia atualizado** |
| **15) Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM)** | **São Paulo** | **Fevereiro e Abril de 2024** | **Acervo organizado, contém instrumentos de gestão: plano de classificação e tabela de temporalidade**<br><br>**Documentação conservada, higienizada e preservada**<br><br>**O acervo segue uma seriação documental**<br><br>**O acervo possui instrumento de pesquisa: guia atualizado** |

**Fonte:** elaborado pelo autor (2023).

Até o presente momento, no total, 14 instituições foram analisadas e diagnosticadas por meio de amostragem. Além da documentação, foram analisadas as atividades e rotinas administrativas desempenhadas pelos profissionais responsáveis pelos acervos, porém, não foi realizada uma análise tipológica mais detalhada dos documentos existentes nos acervos. A justificativa para uma análise não aprofundada é, em primeiro lugar, por não se tratar do objetivo principal desta tese. Não se trata do objetivo principal, pois a análise desses acervos requer uma devoção maior no que diz respeito ao aprofundamento de seus aspectos históricos e simbólicos. Em segundo lugar, por não haver tempo hábil. Pela falta de tempo, podemos compreender também

a própria falta de interesse do partido em valorizar e estimular a análise de sua documentação, mas além disso, evidenciar a sua memória. Em terceiro lugar, por entendermos que esta pesquisa terá continuidade mesmo após a defesa e apresentação dos resultados, ou seja, se trata de uma pesquisa permanente e que merece um aprofundamento maior na compreensão dos principais fenômenos que antecederam a produção documental e a fragmentação desses acervos ao longo do tempo. Neste último caso, a pesquisa se faz permanente por inúmeros fatores, nos quais serão destacados nas alíneas a seguir:

1) a análise sobre os acervos de natureza política-partidária sempre foi renegada por parte de alguns pesquisadores e de instituições que tratam de documentações políticas;

2) a falta de interesse extrapola questões meramente políticas-eleitoreiras, já que o partido está mais preocupado com isso do que com a própria preservação de sua documentação;

3) A própria condição física e material (condição que será apresentada na seção a seguir) da documentação analisada no processo de diagnóstico denota uma falta de zelo e compromisso com a memória e a preservação de registros históricos do partido;

4) O fato de não aderir a nenhum tipo de princípio, diretriz e política arquivística demonstra que a documentação pode ser organizada e preservada de qualquer maneira, mas sabemos muito bem que não é assim, pois existe uma responsabilidade não apenas política e administrativa, mas também jurídica e que pode impactar nas ações do partido.

Após o processo de diagnóstico dos acervos, algumas considerações pontuais são necessárias, e que poderão ser observadas nas alíneas a seguir:

a) o caos instalado nos acervos documentais do PT no estado não será resolvido imediatamente, nem mesmo com a proposta de elaboração de um guia de fontes, na verdade, o guia servirá apenas como uma representação da dispersão desses acervos ocorridos por falta de conservação e preservação;

b) pela falta de uma política documental para a organização e preservação, não será possível reagrupar tampouco recuperar todos os itens documentais produzidos ao longo dos anos pelo partido no estado de São Paulo, mesmo que o partido tenha

adotado práticas empíricas ou até mesmo baseado-se em manuais de arquivos privados, essa situação não seria resolvida a curto prazo, ou seja, dependeria de um trabalho constante por parte do partido;

c) a maioria dos personagens políticos, sobretudo aqueles que participaram da fundação do PT, e que exerceram ou exercem nos dias de hoje algum tipo de influência no partido não estão preocupados com a organização documental e muito menos com a preservação da memória do PT, já que os maiores interessados deveriam ser eles mesmos, pois eles representam a própria história do partido e por inúmeras manifestações, podem ser entendidos como as próprias formas de vida do partido, seja por sua simbologia, cultura e ideologia;

d) a elaboração de uma proposta de guia de fontes sobre os acervos do PT propiciará um nível mínimo de organização, mas não dará conta de representar toda a documentação sobre o partido existente no estado, assim, a construção e aplicação deste instrumento seria um passo importante para a continuidade do trabalho que já vem sendo realizado ao longo dos anos pela FWP, FPA entre outras instituições documentais com os acervos do Diretório Nacional do partido;

e) infere-se ainda que a discussão sobre a elaboração de um arquivo central, em um primeiro momento, poderia contribuir na resolução sobre o caos documental do partido, já que a FPA não consegue dar conta de armazenar e conservar toda a documentação produzida pelo partido e que foi resgatada ao longo do tempo. Em primeiro lugar, se faz necessário convencer a alta cúpula do partido e os militantes mais históricos que possuem algum grau de influência na tomada de decisão a compreenderem a necessidade de organização e preservação da memória do partido para as futuras gerações, assim como para a manutenção de suas lutas políticas, culturais, sociais e ideológicas.

Constata-se que após o processo de mapeamento, análise e diagnóstico, existe a necessidade de continuidade de investigação sobre o destino dos acervos sobre o PT no estado de São Paulo, visto que esta pesquisa está atrelada a um projeto maior e que vem sendo divulgado em suas mais variadas formas de manifestações e

publicações cientificas[247]. É preciso ressaltar também que outras instituições documentais foram contactadas, contudo, pela falta de tempo, entre outras razões de força maior, não foi possível realizar a análise e diagnóstico desses acervos nesta etapa de defesa, todavia, alguns documentos foram encaminhados pelos diretórios ou por outras instituições por email ou por outros meios de comunicação, conforme poderão ser verificados no apêndice ao final desta tese[248].

Longe de apresentarmos uma solução imediata para a resolução dos acervos documentais do partido no estado, a partir desta análise, ficou evidenciado que a elaboração de um instrumento de organização e representação de arquivos de partidos políticos se faz urgente para a avaliação do grau de dispersão documental do partido no estado ao longo dos anos. Neste caso, o primeiro instrumento arquivístico a ser pensado foi o guia de fontes, mesmo que não solucione de imediato o caos documental ocasionado por anos de desordem informacional nas práticas de organização e preservação desses acervos, porém, defende-se que o desenvolvimento desta tese, além de contribuir na organização documental do partido, contribuirá na resposta a hipótese sobre as principais vinculações entre os campos da Organização do Conhecimento e Arquivologia e a defesa de que a discussão e proposição de um guia de fontes é uma forma admitida de organização do conhecimento nos dois campos de investigação.

Ademais, a discussão sobre a proveniência dos acervos documentais das tendências internas que compuseram o partido até meados da década de 1990[249] e de 2000[250], torna-se um outro impasse no que diz respeito à investigação sobre a sua destinação e pertinência. O problema central nessa discussão, por ora, pode ser resumido a partir da análise histórica dessas tendências enquanto elemento integrador do Partido dos Trabalhadores, mesmo que já não estejam mais inseridos na estrutura orgânica do PT.

[247]Projeto de pesquisa que visa analisar a organização e representação do conhecimento em arquivos de movimentos sociais, partidos políticos e sindicatos. Esses estudos estão sendo apresentados em formato de aulas, artigos, textos, congressos, colóquios, reuniões, lives, aulas abertas, palestras, seminários, exposições, cursos de formação política, minicursos e oficinas em universidades, assentamentos da reforma agrária, sindicatos, diretórios partidários e centros de documentação. Portanto, este projeto não se encerra com a defesa da tese, trata-se de um projeto contínuo.
[248]Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de São José do Rio Preto.
[249] PSTU e PCO.
[250] PSOL.

Em síntese, esta seção apresentou uma análise parcial, por meio de amostragem, da real situação dos acervos documentais do PT diagnosticados em diretórios partidários e instituições documentais que tratam sobre a documentação do partido. A partir desta amostragem, revela-se necessária discussão e elaboração do guia de fontes, uma vez que a desordem informacional levou o partido a perder muitos documentos importantes, como por exemplo, a própria ata original de fundação do partido, entre outros documentos históricos que remonta a história de luta do PT ao longo de mais de 40 anos no cenário nacional e internacional. No caso desse documento específico, o seu paradeiro é um mistério, mas para diminuir o dano, foi preservada uma cópia da mesma no Tribunal Superior Eleitoral.

A ata do PT pode ser considerada a certidão de nascimento do partido e revela os principais objetivos propostos, bem como aqueles que foram alcançados até a fundação e legalização do partido. Além deste documento, somado a outros, o partido revela uma riqueza documental imensa, porém, isso não pode se dizer do seu grau de organização, já que conforme foi apresentado nesta seção, estão muito longe de serem organizados e preservados do ponto de vista arquivístico.

Na próxima seção, discute-se as condições estruturais, físicas e lógicas dos acervos do PT diagnosticados no estado de São Paulo e como isso pode impactar no processo de organização e representação do conhecimento em arquivos de partidos políticos.

## 6. DISCUSSÃO SOBRE AS CONDIÇÕES DOS ACERVOS DOCUMENTAIS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES NO ESTADO DE SÃO PAULO

Conforme analisado nas seções anteriores, a partir do processo de análise, mapeamento e diagnóstico que ainda se encontra em andamento, constatou-se que existem inúmeros acervos documentais do PT no estado de São Paulo, assim como de outras instituições políticas e movimentos de trabalhadores que deram sustentação à formação, legalização e na produção documental do partido ao longo de mais de 44 anos de história, como as tendências ideológicas que nos dias de hoje são formadas por partidos políticos, movimentos sindicais e sociais, como o PCO, PSTU e o PSOL, a CUT, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e o MST, respectivamente.

Dessa maneira, nesta seção, de maneira objetiva será apresentada uma discussão do ponto de vista arquivístico no que concerne às condições de organização, conservação, preservação e acesso aos registros documentais do partido, levando em consideração a identificação de suas espécies, tipos, tipologias, suportes e gêneros documentais e a existência ou não de políticas e instrumentos de gestão e de pesquisa para a recuperação e acesso aos itens documentais. Assim, com base nos elementos que foram apresentados nas seções anteriores, pode-se entender que esses podem ser considerados como imprescindíveis para a organização e representação do conhecimento em arquivos, ou seja, a discussão sobre a elaboração de um guia de fontes seria o primeiro passo para a atender a demanda de organização e representação sobre os arquivos do PT no estado de São Paulo. Além da organização e representação, o guia ajudará a diagnosticar as condições do acervos do partido existentes em outras localidades do estado.

Para iniciarmos a discussão, é preciso enfatizarmos de forma pragmática e objetiva que a constituição dos acervos documentais do PT no estado de São Paulo analisados até o presente momento demonstraram que não estão condizentes com os parâmetros arquivísticos adotados por instituições tradicionais, principalmente os que foram encontrados nas sedes ou em residências de militantes do partido, essencialmente aqueles localizados em regiões do interior do estado, e isso precisa ser dito e evidenciado, uma vez que esses acervos de caráter partidário não possuem uma

estrutura física e lógica para a organização documental e desempenho de atividades de natureza político-partidária.

Sobre a estrutura física, ou seja, o edifício predial e o mobiliário que abriga os acervos do partido, a maioria não foi projetado para acondicionar de maneira adequada a documentação, pois muitos desses edifícios são residências de filiados e filiadas ou até mesmo um centro comercial ou sindicato de trabalhadores, sindicato de professores[251], entre outras entidades da sociedade civil que mantém a custódia dessa documentação, que inicialmente tinha um propósito de armazenar esses acervos de maneira provisória, mas que por falta de espaço e de destinação específica, acabaram ficando de forma permanente. Nesse sentido, um dos fatores que não puderam ser evidenciados até o presente momento é a principal razão desses documentos estarem nessas localidades e que não são favoráveis para seu acondicionamento e armazenamento segundo diretrizes e práticas arquivísticas, na maioria dos casos encontram-se em condições precárias de conservação e preservação, tanto do ponto de vista interno (conteúdo informacional) e externo (suporte informacional).

Sobre a estrutura lógica, e essa é uma das mais preocupantes, uma vez que nos acervos documentais dos diretórios analisados e diagnosticados, à exceção do Diretório Nacional, ligado a FPA, de modo geral, não foi localizado nenhum tipo de política arquivística voltada para a documentação, organização, conservação, preservação e acesso, nem mesmo a presença de instrumentos de gestão e pesquisa nesses acervos. Por outro lado, a construção e adoção dessas políticas e instrumentos foram identificadas com maior clareza no CEDAP, CEDEM e IEB, já que essas instituições documentais estão vinculadas a universidades públicas, como a UNESP e USP, de modo respectivo. Um dos principais fatores que corroboram para a elaboração dessas políticas documentais, em primeiro lugar, é que essas instituições documentais já estão consolidadas culturalmente no que tange a adoção de parâmetros arquivísticos e isso influencia de forma direta e positiva a produção documental de inúmeras entidades, não apenas de partidos políticos, como no caso do PT, mas de outros movimentos. Nessas três instituições documentais de natureza universitária, foram

[251] Principalmente no caso do Diretório do PT de Marília.

identificados diversos acervos de caráter privado das mais variadas instituições políticas, como o de Paul Singer (1932-2018), por exemplo.

Diante desta constatação, cumpre lembrar que além da falta de compreensão e entendimento sobre a transferência desses acervos documentais para outros locais que não refletem o contexto e o seu órgão produtor, como o caso de residências dos militantes e sindicatos de trabalhadores, existe a necessidade de entendimento e compreensão sobre a não adoção de diretrizes e princípios arquivísticos para a produção documental, já que foi possível observar que esses partidos políticos adotam práticas empíricas para a organização e representação de seus acervos, como a adoção de termos e a ordenação de seus acervos por ordem alfabética, numérica ou alfanumérica, conforme foi observado em alguns acervos documentais do partido em específico. Desse modo, caso houvesse a adoção por parte dessas associações políticas de critérios e princípios estabelecidos pelos métodos arquivísticos, o processo de organização e representação do conhecimento em arquivos de partidos políticos seria muito mais eficiente do ponto de vista prático, metodológico e funcional. Além dessa efetividade, a padronização de procedimentos técnicos embasados na arquivística contribuiria na compreensão e no entendimento dos principais fatores políticos e jurídicos que culminaram na criação e na produção dessa informação orgânica e na recomposição dos fundos documentais do partido.

Já no caso dos centros de documentação vinculados às instituições universitárias, por apresentarem critérios e instrumentos de gestão e pesquisa efetivos do ponto de vista arquivístico, considera-se que não haveria problema de armazenarem essa documentação, mesmo que de forma provisória, pois como foi analisado, estas contribuem muito mais no processo de organização e reunião do que na desorganização e fragmentação dos acervos apresentadas pelos próprios acervos do PT[252]. Todavia, quando se trata do princípio da proveniência, essa discussão já seria em um outro sentido, já que esses documentos pertencem ao partido. Dessa maneira, compreende-se que o IEB, CEDAP e o CEDEM tratam de acervos sobre o PT, e não são proprietários dos documentos do partido.

[252] A exceção da FPA.

Mesmo que o PT organize e armazene os seus arquivos com base em práticas empíricas ou advindas de manuais pessoais e privados, não foi possível identificar, pelo menos, por parte do partido uma boa vontade em discutir de forma efetiva, em um primeiro momento, a elaboração de uma política documental tampouco um guia de fontes próprio para o desenvolvimento do processo de produção, organização, representação, conservação e preservação do conhecimento advindos de seus militantes, gestores, parlamentares, entre outros sujeitos políticos que integram as fileiras do partido e que participam de forma direta e indireta na produção, organização e gestão documental.

A partir desta análise, pode-se depreender que essa falta de vontade trata-se de uma questão meramente política, não no sentido eleitoral, já que nem mesmo os próprios candidatos, filiados ou quem já possui um cargo político no partido não estão preocupados com as políticas documentais dos acervos do PT, mas apenas em participarem do processo político e do jogo eleitoral, melhor dizendo, a preocupação maior está em manter seus assentos nos parlamentos, ao invés de darem valor a sua documentação. No caso da responsabilidade sobre os acervos documentais e da preservação da memória do partido, para esses personagens, isso se reserva às ações promovidas e da elaboração de políticas documentais pela própria FPA, mas na verdade, essa fundação não dá conta de organizar e preservar toda a demanda informacional advinda das ações partidárias, ou seja, depende de um apoio e suporte maior por parte do partido. Contudo, mesmo que a FPA se baseie em parâmetros arquivísticos, e isso foi constatado na análise e diagnóstico do Diretório Nacional, infelizmente a fundação não consegue dar suporte lógico e orientação técnica para todos os diretórios, sejam eles estaduais ou municipais, onde se encontram as situações mais caóticas de preservação, conservação e que culminam na deterioração da documentação do partido no interior do estado de São Paulo, assim como em algumas regiões do estado, como no Vale do Paraíba ou no ABCD Paulista. Além dessa falta de suporte e logística para o desenvolvimento de atividades voltadas aos acervos, verifica-se que os diretórios partidários não demonstram interesse em aprender, muito menos em implementarem as políticas documentais, mesmo que por meio de manuais privadas, mas que são adotadas pela FPA para a padronização de

suas atividades de preservação e organização documental. Por esse motivo, na continuidade desta investigação, será aprofundada a discussão junto ao PT da possibilidade de cooperação na elaboração de um guia de fontes para em um primeiro momento, a criação de grupos de trabalhos a fim de realizarmos um mapeamento geral de toda a documentação produzida pelo partido no estado e, a partir dessa iniciativa, expandirmos a análise para outros diretórios do partido localizados na região sudeste, como em Minas Gerais, Espírito Santo e no Rio de Janeiro, por exemplo.

Por mais que esta seja uma análise pragmática, em muitos casos, apenas com muito diálogo e proposição de soluções práticas e imediatas com o alto escalão do partido é que será possível após o mapeamento geral discutirmos a elaboração de um modelo guia de fontes objetivo, assim como uma política documental para a organização dos acervos documentais do PT no estado de São Paulo. Nesse sentido, uma estratégia que foi adotada e que vem sendo aplicada de maneira sistemática para o desenvolvimento desta tese é o mapeamento, análise e o diagnóstico desses acervos de maneira contínua, não apenas como objeto de investigação desta tese de doutorado, mas que esta venha a ser o ponto de partida para análises mais aprofundadas com o apoio do partido em todos os seus níveis, instâncias e aparatos institucionais. Pensando por esse lado, se não tivermos o apoio e a compreensão dos principais agentes burocráticos do PT para a organização e recomposição de seus acervos baseado em parâmetros arquivísticos, fazendo com que com o avançar do tempo, além da dispersão de seus acervos e registros documentais, o partido tende a perder a sua identidade cultural, assim como o esquecimento de sua memória individual e coletiva. Em muitos casos, o simples fato de mencionarmos as questões documentais do partido, foi interpretada como uma falta de interesse por parte de alguns integrantes com grande influência nas decisões em diferentes instâncias partidárias e que poderiam influenciar em determinadas mudanças estruturais, em contrapartida, foi demonstrado um grande apoio por parte de militantes que compreendem a necessidade de preservação da memória do partido, mas que não possuíam o poder de mudarem e tampouco elaborarem políticas que viessem a corroborar com a organização documental do PT. Desse modo, o foco na continuidade desta investigação será atuar em conjunto com esses militantes que valorizam a

documentação e a preservação da memória do partido. Além do mais, essa ação ajudaria a compreender e evidenciar como se dá a produção documental do partido de forma mais aprofundada.

Ainda nessa discussão, uma outra reflexão que se coloca é a falta de interesse do partido em colocar em pauta questões não meramente eleitoreiras, como o estabelecimento de políticas documentais para a organização, representação e salvaguarda de seus acervos. Neste caso, o simples fato de se ter um guia desatualizado[253], conforme observado na FPA, traz à tona uma premência na discussão sobre a representação dos arquivos e o acesso a esses registros documentais como uma evidência da luta não apenas de seus militantes, mas de inúmeros trabalhadores e trabalhadoras que contribuem na construção e na potencialização desses acervos históricos. A falta de atualização do guia[254], mesmo que tenha sido atualizado posteriormente a análise do acervo, a grosso modo, demonstra que as preocupações do partido no que diz respeito a sua documentação não são algo prioritário, porém, com o desenvolvimento da tese, essa lógica deve ser mudada, uma vez que o cenário documental do partido é caótico e se não for feito nenhum tipo de intervenção, a tendência é que piore cada vez mais, trazendo a tona inúmeras consequências ao partido.

A partir da evidenciação das condições estruturais dos acervos documentais do PT no estado de São Paulo, aliado às diretrizes e práticas concebidas pela Arquivologia, como por exemplo, a classificação, descrição, avaliação e na adoção de métodos de análise e identificação documental, como a diplomática e a diplomática arquivística contemporânea, discute-se e supõe-se que a solução imediata para a organização do caos documental dos acervos documentais do PT no estado é a elaboração de um guia de fonte arquivísticos, um instrumento de pesquisa que dê conta de representar, organizar, recompor e reagrupar os fundos documentais em um único fundo de arquivo, ou melhor dizendo, um fundo que esteja interligado aos fundos do partido presentes em diretórios e instituições documentais, sejam elas universitárias ou não. Somado a isso, algumas práticas desenvolvidas pela Organização do

[253] A desatualização do guia foi constatada em 2022, porém, após a análise na FPA, o guia foi atualizado no ano de 2024.
[254] No desenvolvimento desta seção, o guia estava sendo atualizado.

Conhecimento, como a representação e a elaboração de instrumentos arquivísticos corroboram no processo de evidenciação e potencialização dos registros documentais existentes em um determinado território.

Além do mais, a necessidade de elaboração de um guia de fontes atrelado aos princípios arquivísticos, principalmente da proveniência, organicidade e territorialidade, contribui não somente na compreensão dos principais fatores que culminaram na produção e na consequente dispersão e fragmentação desses acervos no estado de São Paulo, mas também a refletir sobre a necessidade de valorizar os principais registros documentais do partido, trazendo a tona que o contexto de produção deve ser analisado e compreendido em sua essência com maior destaque. Fatores políticos, jurídicos, sociais, culturais e administrativos são levados em consideração nesse processo e que ajudam a identificar a desordem documental do partido.

Em síntese, a falta de vontade do partido em preservar a sua memória, bem como estabelecer parâmetros já previamente constituídos pela arquivística, demonstra que a realidade dos arquivos de associações político-partidárias no Brasil não é levada a sério. Essa constatação foi feita com base no desenvolvimento e na discussão apresentada nesta pesquisa, principalmente analisando as condições estruturais, físicas e lógicas dos acervos, que nada mais é do que a reflexão administrativa e da manutenção da documentação e dos registros históricos não apenas exclusiva ao PT, mas que se estende a realidade documental do demais partidos políticos brasileiros e movimentos de trabalhadores.

Na próxima seção, como componente principal da relação entre Organização do Conhecimento e Arquivologia, e a partir das análises, mapeamentos e diagnósticos realizados nos acervos, discute-se a proposta de elaboração de uma proposta de guia de fontes sobre os acervos do Partido dos Trabalhadores no estado de São Paulo. Todavia, para não tirarmos o foco da discussão, na complementação do modelo do guia, algumas aplicações serão apresentadas no apêndice desta tese, visto que foram realizadas algumas descrições com base na Norma brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), Norma Internacional para Descrição de Funções (ISDF) e a Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico (ISDIAH). Nesse sentido, para não ocuparmos muito espaço na tese, sobretudo com a inserção de

figuras, quadros, entre outros elementos, foi decidido que os mesmos deveriam constar ao final da tese.

## 7. GUIA DE FONTES SOBRE O PARTIDO DOS TRABALHADORES NO ESTADO DE SÃO PAULO: uma proposta

Antes de discutirmos a proposta de elaboração de um guia de fontes, é necessário apresentarmos algumas definições sobre este instrumento de pesquisa utilizado majoritariamente em arquivos, independente de seu uso e ciclo vital. Segundo Lobo e Barcellos (1992), guias de fontes de informação ou de fontes de arquivos são instrumentos de pesquisa ou obras de referência contendo informações sobre instituições, produtos, processos, publicações e serviços de um determinado campo do conhecimento. São instrumentos fundamentais de apoio e que visa contribuir na atuação e organização documental de centros de referência, unidades de informação[255], centros de documentação etc., facilitando a identificação de informações básicas para usuários do setor, seja esse usuário especializado no assunto ou não.

Os principais instrumentos de pesquisa em arquivos são: guias, catálogos, repertórios e índices, essas ferramentas serão melhor explicitadas mais adiante. Mas no caso do guia especificamente, segundo o Arquivo Nacional (2005), é um instrumento de pesquisa que oferece informações gerais sobre fundos e coleções em um ou mais arquivos. Já para Cunha e Cavalcanti (2008, p. 184), o guia de fontes é um instrumento de pesquisa elaborado com a finalidade de descrever os documentos de arquivos relativos a temas específicos, períodos determinados, lugares, tipos e categorias de espécies, tipos e tipologias documentais. Neste caso, o guia de fontes se difere do guia simples, já que o primeiro visa tratar de acervos específicos, isto é, de acervos temáticos, como o caso do acervo sobre o Partido dos Trabalhadores no estado de São Paulo a ser proposto nesta pesquisa, por exemplo. Por sua vez, o segundo pressupõe uma análise global do acervo, seja ele público ou privado, corrente, intermediário ou permanente. Embora o ciclo vital seja visto como uma doutrina no campo da Arqueologia, é possível também se falar em um ciclo mais dinâmico, isto é, os *records continuum*.

Ademais, Bellotto (2004, p. 212),

> Apresenta as formas tradicionais dos instrumentos arquivísticos de referências: a) o “guia”, de fácil acesso para o grande público por ter linguagem abrangente e popular. O guia é apresentado como o primeiro instrumento que deve ser

[255] Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação/Informação e Museus.

> consultado pelo pesquisador; b) o “inventário”, aquele que detêm representações de conjuntos documentais ou parcelas do fundo com descrições sumárias, permitindo um prévio conhecimento do conteúdo do documento, antes de se ter acesso a uma descrição mais detalhada; c) o “catálogo” é aquele instrumento que possui descrições de cada peça documental em uma ou mais séries, ou de uma parcela da documentação que tenha sido escolhida, respeitando ou não a ordem de classificação; d) o “catálogo seletivo”, que traz uma "relação seletiva de documentos pertencentes a um ou mais fundos e no qual cada unidade documental integrante de uma unidade de arquivamento é descrita minuciosamente" (Migueis, 1976 *apud* Bellotto, 2004, p. 212), ou seja, documentos são escolhidos dentre um ou mais conjuntos documentais para serem descritos; e) os “índices”, que apontam nomes, lugares ou assuntos, organizados alfabeticamente e indicando notações de localização dos documentos correspondentes; f) a “edição de fontes”, uma reprodução de documentos, possivelmente acompanhada de estudos de introdução e fontes paralelas.

Um guia, seja ele simples ou de fontes, de acordo com Lobo e Barcellos (1992), não é um instrumento de pesquisa em si mesmo, mas facilita o acesso às informações pelos usuários da área à que se destina. Deve difundir onde se encontram não apenas os acervos documentais, mas também os serviços e produtos relacionados às atividades de pesquisa, padronização e produção, possibilitando maior utilização dos recursos informacionais existentes. Dessa maneira, de acordo com o Ministério de Cultura de España (1993), os principais instrumentos de pesquisa em arquivos podem ser assim resumidos:

**Quadro 23 - Instrumentos de pesquisa em arquivos**

| Instrumentos de Pesquisa | Descrição |
|---|---|
| **Guias** | **Instrumento de referência que descreve, globalmente, fundos documentais de um ou vários arquivos, indicando as características fundamentais dos mesmos: órgãos que os originam, séries que os formam, datas extremas que compreendem e o volume da documentação no acervo. Ademais, recorre a informação sobre o arquivo, sua história e formação, horários e serviços aos usuários.** |
| **Inventário** | **Instrumento de referência que descreve as séries documentais de um fundo, seguindo sua organização e que, por motivos de localização, encontram-se fracionadas em unidades de instalação. O inventário deve recorrer, imprescindivelmente, a uma introdução histórica explicativa da evolução do organismo produtor dos documentos e o** |

| | |
|---|---|
| | **quadro de classificação do fundo escrito. Os assentos do inventário recorrem à assinatura da unidade de instalação, o nome da série documental e as datas que compreende. Deve completar-se com os índices correspondentes.** |
| **Catálogo** | **Instrumento de referência em que, com a finalidade de informar sobre uma matéria ou objeto específico, se descreve unidades documentais relacionadas por seu autor em razão de uma afinidade temática, cronológica, paleográfica, diplomática, jurídica ou formal ou por outro critério subjetivo estabelecido de antemão.** |
| **Índices** | **Instrumento de referência formado por encabeçamento onomástico, toponímico, cronológico e de conceitos contidos tanto nos próprios documentos como nos instrumentos de referência e descrição.** |

**Fonte:** elaborado com base no Ministério de Cultura de España (1993).

Com base no quadro 23, foi possível verificar a descrição dos principais instrumentos de pesquisa em arquivos de maneira genérica. Dos quatro instrumentos apresentados, o guia é o mais utilizado, sendo este também o que mais necessita ser atualizado constantemente, já que o processo de incorporação de acervos ou descarte de documentos ocorre com uma determinada frequência. Além de outros fatores relacionados à organização, a atualização deste instrumento arquivístico leva em consideração o processo de avaliação e identificação documental.

Em linhas gerais, os instrumentos de pesquisa são as ferramentas utilizadas para descrever um arquivo, ou parte dele, tendo a função de orientar a consulta e de determinar com exatidão quais são e onde estão localizados os fundos documentais com fins de acesso aos itens documentais. Tais instrumentos podem ser assim interpretados: obra de referência, publicada ou não, que identifica, localiza, resume ou transcreve, em diferentes graus e amplitudes, fundos, grupos, séries e peças documentais existentes num arquivo permanente, com a finalidade de controle e de acesso ao acervo (Ministerio de Cultura de España, 1993).

A discussão sobre elaboração deste guia de fontes[256] será baseado na Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), sendo esta a que mais possui elementos de descrição e área de informação do que as outras normas de descrição arquivística, como: Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD G), Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias (ISAAR CPF), Norma Internacional para Descrição de Funções (ISDF), Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico (ISDIAH). As referidas normas serão utilizadas de forma simultânea, já que muitos de seus elementos descritivos se repetem e podem ser incorporados a depender da necessidade e do nível de descrição arquivística.

No caso da Nobrade, descrição que será utilizada como fundamento para a discussão e elaboração do guia de fontes, nem todos os elementos descritivos são obrigatórios para uso, contudo, dentre os 28 elementos de descrição disponíveis, sete são essenciais, a saber: - código de referência; - título; - data(s); - nível de descrição; - dimensão e suporte; - nome(s) do(s) produtor(es); - condições de acesso (somente para descrições em níveis 0 e 1). Além dos elementos preconizados pela norma, serão adicionados outros que ajudarão a contextualizar e descrever o acervo de uma forma mais descritiva. Todavia, apenas para recordar que para uma compreensão maior sobre o seu conteúdo, os acervos mapeados e diagnosticados nesta pesquisa foram descritos de forma mais detalhada com base na Nobrade e encontram-se na seção de apêndice.

No caso da ISAAR-CPF, os seu principais elementos obrigatórios são: a) Tipo de entidade (elemento 5.1.1); – b) Forma(s) autorizada(s) do nome (elemento 5.1.2); – c) Datas de existência (elemento 5.2.1); e – d) Identificador do registro de autoridade (elemento 5.4.1). Esses elementos descritivos condicionam a organização e representação do conhecimento com base no contexto de produção documental.

Sobre a ISDIAH, os seus principais elementos obrigatórios e essenciais são: - a) Identificador (elemento 5.1.1); - b) Forma(s) autorizada(s) do nome (elemento 5.1.2); - c) Endereço(s) (elemento 5.2.1). Os referidos elementos descritivos representam a identificação e a forma como a instituição deverá ser chamada.

[256] Constará no apêndice desta tese

Sobre a última norma utilizada, ou seja, a ISDF, os seus principais elementos essenciais e obrigatórios são: – a) Tipo (elemento 5.1.1); – b) Forma(s) autorizada(s) do nome (elemento 5.1.2); e – c) Identificador da descrição da função (elemento 5.4.1).

Somado a isso, além da utilização das referidas normas de descrição, para a fundamentação e embasamento desta discussão, foram consultados outros guias simples e guias de fontes de instituições documentais, como: Guia do Arquivo Geral da Universidade de São Paulo[257], Guia do Acervo do Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa da Universidade Estadual Paulista - Campus de Assis[258], Guia do Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade Estadual de Campinas[259], Guia do Arquivo Histórico do Estado do Espírito Santo[260], Guia do Acervo do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo[261], Guia *del Archivo Histórico de los Movimientos Sociales del Ministerio de Cultura de España*[262], Guia do Acervo do Centro de Documentação e Memória Sindical da Central Única dos Trabalhadores[263], entre outros modelos disponíveis no formato físico ou virtual. Mesmo que se tratem de guias simples e que procuram apresentar a realidade de outros acervos documentais, esses modelos de guias ajudarão no desenvolvimento de um guia de fontes para a organização, representação e preservação de acervos documentais de partidos políticos.

---

[257] Universidade de São Paulo (USP). Guia do Arquivo Geral. Disponível em: https://dev-guiadoarquivogeral.pantheonsite.io/guia-do-arquivo-geral-da-usp/fflch-ffcl/?order=ASC&orderby=date&perpage=15&pos=0&source_list=collection&ref=%2Fguia-do-arquivo-geral-da-usp%2F Acesso em 14 de out. 2024.

[258] Universidade Estadual Paulista (UNESP). Guia do Acervo do Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa. Disponível em: https://www.assis.unesp.br/Home/pesquisa/cedap/guia_cedap.pdf Acesso em 14 de out. 2024.

[259] Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Guia do Arquivo Edgard Leuenroth. Disponível em: https://ael.ifch.unicamp.br/guia-acervo Acesso em 28 de out. 2024.

[260] Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos. Guia do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Disponível em: http://atom.ape.es.gov.br/index.php/arquivo-publico-do-estado-do-espirito-santo-4 Acesso em 21 de out. 2024.

[261]Partido dos Trabalhadores (PT). Guia do Acervo do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo. Disponível em: https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2010/04/guia_CSBH.pdf Acesso em 14 de out. 2024.

[262] Archivo Histórico de los Movimientos Sociales (Ministerio de Cultura de España). Guía de fuentes documentales de archivos. Disponível em: https://www.cultura.gob.es/guiafuentesdoc/cargarFiltro.do?layout=guiafuentesdoc&cache=init&language=es Acesso em 21 de out. 2024.

[263] Centro de Documentação e Memória Sindical da Central Única dos Trabalhadores (CEDOC). Guia do Acervo do CEDOC. Disponível em: https://cedoc.cut.org.br/acervo/fundos-e-colecoes Acesso em 17 de out. 2024.

Todos esses guias deram e proporcionaram subsídio para esta discussão, contudo, vale ressaltar que cada guia apresenta a sua particularidade, principalmente quando se trata de um tema em específico. No caso de partidos políticos e movimentos de trabalhadores, existe uma aproximação entre ambas, já que tratam especificamente do mesmo tema, ou seja, a relação entre a política institucional e os trabalhadores em um contexto de disputa ou de correlação de forças com instâncias superiores e até mesmo outras que se encontram diametralmente opostas. Como a maior parte dos guias tratam e foram elaboradas para os centros de documentação, deu-se prioridade para os mesmos, pois são os mais completos em termos estruturais e representam de uma maneira global os acervos existentes nessas instituições. O guia do Acervo do Diretório Nacional do PT, mesmo sendo um instrumento produzido com base em diretrizes arquivísticas, não consegue abarcar a massa documental do partido em todas as suas nuances. Logo, a análise de outros guias arquivísticos poderá contribuir no ajuste e no aprimoramento do guia do acervo do PT, mesmo que este esteja atualizado mas que não abarca toda a demanda informacional e documental produzida pelo partido.

Com base nos elementos descritivos apresentados anteriormente, sobretudo da Nobrade, pois a maior parte dos acervos tratam especificamente de fundos, verifica-se que os documentos produzidos pelo partido se adequam às áreas de informação preconizadas pela norma, principalmente: a) área de identificação, b) área de contextualização, c) história administrativa, d) história arquivística, e) dimensão e suporte, f) ponto de acesso, g) área de notas, h) área de fontes relacionadas e o i) nome dos produtores. Somado às outras normas mencionadas, vários elementos descritivos de diretrizes arquivísticas serão utilizados para a elaboração de um modelo de proposta de guia de fontes para acervos de partidos políticos.

A partir de todos esses elementos destacados, a discussão sobre a elaboração de um guia de fontes sobre os acervos do PT não se trata de uma tarefa fácil, uma vez que conforme foi relatado nesta pesquisa, nem todos os acervos do partido no estado foram mapeados e diagnosticados com exatidão, ou seja, apenas um extrato desses documentos receberam algum tipo de análise e intervenção por parte de algum integrante do partido, assim como de um pesquisador sobre o tema. O não

mapeamento e diagnóstico desses acervos podem ser justificados por inúmeros fatores, como a falta de tempo, escassez de recursos financeiros, saúde física e mental, entre outras limitações de ordem burocrática. Como por exemplo, a não permissão e autorização de acesso e manipulação por parte de instituições aos seus acervos documentais. Porém, mesmo diante de todas essas adversidades, a que mais chama a atenção é a falta de vontade do próprio partido em apresentar e conceder o acesso aos seus acervos para a sociedade. Conforme foi visto em outra oportunidade, a maior preocupação é a questão da própria segurança desses militantes, mas também demonstrar um certo receio em divulgar para a sociedade que houve uma falha crucial, ou seja, a falta de elaboração de uma infraestrutura e até mesmo de políticas documentais para a organização, representação, preservação e acesso ao conhecimento produzido pelo partido.

Em um primeiro momento, a discussão do guia de fontes levará em consideração os acervos que foram diagnosticados, porém, essa documentação não reflete a organização e a massa documental produzida pelo partido ao longo do tempo, mas por meio de uma amostragem, apresenta um fragmento da real situação em que se encontram esses acervos. Com base nessa fragmentação, a proposta do guia de fontes levará em consideração a reconstituição de alguns itens documentais que de certa maneira estão interligados organicamente com outros acervos. Nesse raciocínio, os documentos que se encontram em custódia do IEB, CEDEM e CEDAP são acervos pertencentes a esses diretórios e até mesmo a FPA, todavia, por negligência do partido ou até mesmo por questões de segurança, manuseio inadequado, falta de espaço ou desconhecimento sobre os métodos de organização, representação e preservação arquivística, os acervos foram mantidos por esses centros de documentação, assim como por outras instituições documentais que não foram analisadas nesta pesquisa. Constata-se também que a maior parte desses documentos também estão interligados organicamente a outros acervos consultados em diretórios municipais, comissões provisórias e em residências de militantes do PT. Nessa reflexão, infere-se que o grau de fragmentação é tão alarmante que a documentação do partido pode ter sido dispersada para as regiões mais extremas do estado de São Paulo. Essa dispersão

nada mais é do que a reflexão de anos de desordem documental não apenas nesse estado da federação, mas pode ter se alastrado a outras regiões do país.

Em um segundo momento, é preciso recordar que para a elaboração de um guia de fontes, é necessário um conhecimento prévio sobre as práxis culturais, da produção documental e das formas empregadas para os registros documentais do partido. A partir desses elementos, somado a outros, será possível o desenvolvimento de um modelo de guia que apresente as principais características e os principais fatores que levaram a preservação daquela documentação pelos membros do partido. Além disso, o conhecimento da realidade social de uma determinada comunidade local proporciona com que o guia de fontes seja elaborado de uma forma mais representativa e eficiente do ponto de vista técnico, metodológico e funcional.

Com o desenvolvimento desta análise, algumas questões precisam ser elucidadas e aprofundadas, conforme poderão ser observadas nas alíneas a seguir:

a) a adequação de um modelo específico de guia de fontes que contemple a organização, representação e a preservação do conhecimento em arquivos de partidos políticos;

b) proposição ou revisão de uma política documental junto aos partidos políticos que contemple a produção, organização, representação e a localização de acervos de natureza político-partidária;

c) instrumentalização, elaboração e adoção de um guia de fontes que esclareça a produção documental do PT no estado de São Paulo, mesmo que de forma fragmentada, pois isso ajudará no processo de recomposição dos fundos documentais. A elaboração deste guia deve contemplar a essência da produção documental de outros partidos políticos, mesmo que não carreguem o mesmo lema ideológico, mas que estabelece relações documentais, sobretudo por meio da proveniência arquivística, sendo este um princípio elementar e que transcende matrizes ideológicas;

d) a elaboração de um guia de fontes pode ser admitida como um processo de organização do conhecimento, principalmente no desenvolvimento de processos e funções arquivísticas, e que vincula os campos da Organização do Conhecimento e Arquivologia em seus aspectos epistemológicos, científicos, interdisciplinares e metodológicos;

e) a proposição de um modelo de guia de fontes, antes de tudo, passa por um processo de entendimento da necessidade de aplicação deste produto a realidade dos acervos políticos. Nada adianta a elaboração de um instrumento arquivístico se o mesmo não for legitimidado pela burocracia institucional do partido. Caso o instrumento arquivístico não seja aceito como uma necessidade pela cúpula do partido, o guia de fontes não terá validade do ponto de vista documental.

No que concerne a adequação de um modelo de guia de fontes que represente de maneira uniforme as práxis e as formas de organização e preservação dos acervos de natureza política, nada mais justo do que em primeiro lugar, demonstrar o interesse em realizar uma imersão nesse contexto e universo bastante desafiador, que poucos pesquisadores aceitaram participar deste desafio, porém, esperamos que novas pesquisas possas aprofundar essas discussões propostas nesta tese. Contudo, nos anos 1990 e na primeira e segunda década dos anos 2000, autores como Ancona Lopez (1998, 1999), French (2009), Camoleze (2022) e agora Veronez Júnior, Troitiño-Rodriguez e Martínez-Ávila (2023[264]), se dispuseram a dar continuidade a esta empreitada, seja no campo da História, Arquivologia, Organização do Conhecimento ou Ciência da Informação.

Já na discussão sobre a proposição ou até mesmo de uma revisão das políticas documentais existentes para acervos de partidos políticos, mesmo que essas políticas não contemplem as demandas informacionais dos partidos, é preciso, antes de mais nada, tecer diálogos com esses partidos com o objetivo de convencê-los a compreenderem a necessidade de avaliação das condições desses acervos documentais, bem como como propor condições de melhorias em seus mais variados aspectos. Em muitos casos, os partidos políticos, assim como os seus militantes, apresentam uma certa resistência a elementos e fatores externos, como por exemplo, o acesso de determinados pesquisadores ou interessados em seus registros documentais. No processo de mapeamento, análise e coleta de dados, esse comportamento acabou sendo evidenciado e constatado como um grande empecilho

[264] No caso do desenvolvimento desta tese, assim como outras produções científicas que foram publicadas, por exemplo.

para análises futuras mais aprofundadas. Mesmo diante de alguns empecilhos, esta pesquisa pretende explorar outros diretórios, instituições documentais, entre outras instituições que mantém a guarda e a custódia de acervos sobre o Partido dos Trabalhadores.

A elaboração de uma proposta de guia de fontes perpassa por uma série de eventos e fatores, não apenas no sentido técnico, mas intelectual. No processo de elaboração desse instrumento de pesquisa, o ideal é que o acervo esteja organizado e os seus fundos documentais interligados organicamente, mas conforme foi constatado de forma parcial no desenvolvimento desta pesquisa, essa já não é uma realidade quando se trata dos acervos do PT no estado de São Paulo, bem como com os demais partidos políticos ativos no país. Sendo assim, o teste a seguir, será aplicado em acervos distintos, que vão desde o pior, médio e melhor nível de organização segundo os parâmetros arquivísticos.

Quanto se trata da vinculação entre os campos da Organização do Conhecimento e Arquivologia, embora essa relação tenha sido abordada de maneira teórica e sistemática em uma seção específica desta tese, cumpri-se destacar que a própria discussão e elaboração de um guia de fontes pode ser admitido ou até mesmo incorporado como um instrumento que representa e materializa as práticas de ambos os campos.

Em termos de materialização entre as práxis dos dois campos de investigação, a seguir, como objetivo desta tese, serão aplicadas as normas Nobrade, ISDF, ISDIAH e a ISAAR-CPF, conforme destacado anteriormente. Neste caso, a partir da utilização dessas normas, serão realizados teste nos seguintes diretórios partidários e instituições documentais, de modo respectivo, a partir das alíneas:

a) Acervo Centro Sérgio Buarque de Holanda do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores; considerado o melhor nível de organização e representação do conhecimento;

b) Diretório Municipal de São José dos Campos; considerado o nível médio de organização e representação do conhecimento;

c) Diretório Municipal de Tupã; considerado o pior nível de organização e representação do conhecimento;

d) Diretório Municipal de Penápolis; considerado o pior nível de organização e representação do conhecimento;

e) Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo; considerado o melhor nível de organização e representação do conhecimento.

O objetivo principal deste teste é o estabelecimento de um nível de organização e representação da documentação dos acervos sobre o Partido dos Trabalhadores no estado de São Paulo, conforme será observado no quadro 24:

**Quadro 24 - Exemplo de descrição dos acervos documentais do PT elaborado com base nas normas Nobrade, ISDF, ISDIAH e ISAAR-CPF**

| ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA | CENTRO SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA | INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS | TUPÃ | PENÁPOLIS | SÃO JOSÉ DOS CAMPOS |
|---|---|---|---|---|---|
| IDENTIFICADOR | BR CSBH PT (Brasil) | BR IEB PS (Brasil) | BR DMPT-Tupã (Brasil) | BR DMPT-Penápolis (Brasil) | BR DMPT-São José dos Campos (Brasil) |
| NÍVEL DE DESCRIÇÃO | Fundo | Fundo | Fundo | Fundo | Fundo |
| TÍTULO | Partido dos Trabalhadores | Paul Singer | Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Tupã | Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Penápolis | Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de São José dos Campos |
| OUTROS NOMES | PT | Acervo pessoal de Paul Singer<br><br>Paul Israel Singer | Arquivo do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Tupã | Arquivo do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Penápolis | Arquivo do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de São José dos Campos |
| ENDEREÇO E CONTATO DA INSTITUIÇÃO DE CÚSTÓDIA | Rua: Francisco Cruz, 234 - Vila Mariana, São Paulo - SP, 04117-090<br><br>Horário de funcionamento: XXXX às XXXX | Universidade de São Paulo. Av. Prof. Luciano Gualberto, 78 - Butantã, São Paulo - SP, 05508-010 Telefone: (11) 3091-3197 (11) 3091-3427 arquivoieb@usp.br | Rua: Guaianases, 486 - Centro, Tupã - SP, 17601130<br><br>Telefone: (14) 3441-5561<br><br>E-mail: | Avenida Doutor Antonio Define 651 - sl 56 andar 5, Penápolis - SP, 16300-000<br><br>Telefone: (18) | Rua: Dr. Mario Sampaio Martins, 295 - Jardim Santos Dumont, São José dos Campos - SP, 12245-100 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | **Horário de funcionamento: 08:00 às 18:00** | **pt.tupa.sp@gmail.com** | **3653-2922** | |
| **DATA-LIMITE** | **12 de fevereiro de 1980 - atualmente** | **1980-2018** | **1982 - atualmente** | **1980-atualmente** | **1978 - atualmente** |
| **DIMENSÃO E SUPORTE** | **Não quantificado** | **Não quantificado** | **Não quantificado** | **Não quantificado** | **Não quantificado** |
| **Principais manifestações documentais encontradas** | **Textuais Bibliográficos Audiovisuais Iconográficos Fotografias** | **Textuais Bibliográficos Audiovisuais Iconográficos Fotografias** | **Textuais Bibliográficos Audiovisuais Iconográficos Fotografias** | **Textuais Bibliográficos Audiovisuais Iconográficos Fotografias** | **Textuais Bibliográficos Audiovisuais Iconográficos Fotografias** |
| **PRODUTOR** | **Partido dos Trabalhadores** | **Paul Singer Partido dos Trabalhadores** | **Partido dos Trabalhadores** | **Partido dos Trabalhadores** | **Partido dos Trabalhadores** |
| **ACESSO** | **Público, porém, alguns fundos documentais encontram-se no status de reservado, secreto e ultrassecreto** | **Público** | **Restrito a apenas para militantes e gestores** | **Restrito a apenas para militantes e gestores** | **Restrito a apenas para militantes e gestores** |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **OUTRAS INSTITUIÇÕES OU ACERVOS CORRELACIONADO** | **Diretório Estadual, Diretório Municipal de São Paulo, Diretório Municipal de Marília, Diretório Municipal de Tupã, Diretório Municipal de Taubaté, Diretório Municipal de Jacareí, Diretório Municipal de Lins, Diretório Municipal de Penápolis, Diretório Municipal de Garça, Diretório Municipal de Bauru, Diretório Municipal de São José do Rio Preto, Instituto de Estudos Brasileiros (Universidade de São Paulo), Diretório Municipal de Osasco, Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Universidade Estadual Paulista - Campus de Assis), Arquivo** | **Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores - FPA**<br><br>**Centro Sérgio Buarque de Holanda**<br><br>**Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores**<br><br>**Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de São Paulo**<br><br>**Universidade de São Paulo**<br><br>**Instituto Paul Singer**<br><br>**Além dessas instituições, muitos documentos estão em custódia da militância e de gestores do partido que participaram do processo de fundação e legalização do partido.** | **Diretório Estadual, Diretório Municipal de São Paulo, Diretório Municipal de Marília, Diretório Municipal de Tupã, Diretório Municipal de Taubaté, Diretório Municipal de Jacareí, Diretório Municipal de Lins, Diretório Municipal de Penápolis, Diretório Municipal de Garça, Diretório Municipal de Bauru, Diretório Municipal de São José do Rio Preto, Instituto de Estudos Brasileiros (Universidade de São Paulo), Diretório Municipal de Osasco, Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Universidade Estadual Paulista - Campus de Assis), Arquivo Público do** | **Diretório Estadual, Diretório Municipal de São Paulo, Diretório Municipal de Marília, Diretório Municipal de Tupã, Diretório Municipal de Taubaté, Diretório Municipal de Jacareí, Diretório Municipal de Lins, Diretório Municipal de Penápolis, Diretório Municipal de Garça, Diretório Municipal de Bauru, Diretório Municipal de São José do Rio Preto, Instituto de Estudos Brasileiros (Universidade de São Paulo), Diretório Municipal de Osasco, Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Universidade Estadual** | **Diretório Estadual, Diretório Municipal de São Paulo, Diretório Municipal de Marília, Diretório Municipal de Tupã, Diretório Municipal de Taubaté, Diretório Municipal de Jacareí, Diretório Municipal de Lins, Diretório Municipal de Penápolis, Diretório Municipal de Garça, Diretório Municipal de Bauru, Diretório Municipal de São José do Rio Preto, Instituto de Estudos Brasileiros (Universidade de São Paulo), Diretório Municipal de Osasco, Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Universidade Estadual Paulista - Campus de Assis), Arquivo** |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | **Público do estado de São Paulo (APESP) e no Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM). Além dessas instituições, muitos documentos estão em custódia da militância e de gestores do partido que participaram do processo de fundação e legalização do partido.** | | **estado de São Paulo (APESP) e no Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM).<br><br>Além dessas instituições, muitos documentos estão em custódia da militância e de gestores do partido que participaram do processo de fundação e legalização do partido.** | **Paulista - Campus de Assis), Arquivo Público do estado de São Paulo (APESP) e no Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM).<br><br>Além dessas instituições, muitos documentos estão em custódia da militância e de gestores do partido que participaram do processo de fundação e legalização do partido.** | **Público do estado de São Paulo (APESP) e no Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM).<br><br>Além dessas instituições, muitos documentos estão em custódia da militância e de gestores do partido que participaram do processo de fundação e legalização do partido.** |
| **Observação sobre o processo de organização, representação e preservação do acervo** | **Acervo conservado, higienizado e preservado. Com o aprimoramento dos instrumentos arquivísticos localizados no acervo, é possível recompor os fundos documentais.** | **Com o aprimoramento dos instrumentos arquivísticos localizados no acervo, é possível recompor os fundos documentais.** | **Acervo desorganizado, sem tratamento documental. Ausência de instrumentos arquivísticos.** | **Acervo desorganizado, sem tratamento documental. Com a ausência de instrumentos arquivísticos.** | **Acervo desorganizado, sem tratamento documental. Com a ausência de instrumentos arquivísticos.** |

**Fonte:** elaboração própria

No quadro acima, foi possível identificar a aplicação das normas Nobrade, ISDF, ISDIAH e ISAAR-CPF simultaneamente para o processo de descrição, organização, representação e preservação dos acervos documentais do Partido dos Trabalhadores em diversas instituições, sejam nos diretórios municipais do partido (Tupã, Penápolis e São José dos Campos), no Centro Sérgio Buarque de Holanda (CSBH), assim como no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP). As referidas normas de descrição foram aplicadas ao mesmo tempo, dessa forma, elas podem ser verificadas a partir dos elementos de descrição arquivística identificados na primeira coluna à esquerda. A partir da segunda coluna e que se estende até a quinta, são apresentadas as instituições documentais em que foram aplicadas as normas de descrição. Em alguns casos, as normas se repetem, porém, cada uma possui atribuições diferentes, sobretudo quando se trata do nível de descrição e da natureza do acervo. Quando se tratam de acervos mais robustos, assim como sua natureza informacional, a indicação é de que as normas sejam aplicadas de maneira concomitante. A utilização de diversas normas de descrição possibilita a recuperação de informações, bem como a compreensão sobre o contexto de produção documental.

A seleção dos referidos acervos documentais se deu em virtude de seu grau de organização e preservação, ou seja, o intuito foi abarcar pelo menos três diretórios do partido que apresentaram uma situação crítica (Tupã, Penápolis e São José dos Campos), um diretório que apresentava um grau de organização satisfatório do ponto de vista arquivístico (Centro Sérgio Buarque de Holanda), assim como um acervo, mesmo que este não possua nenhuma relação política com o PT, mas que apresenta um grau muito satisfatório na perspectiva arquivística (Instituto de Estudos Brasileiros). No caso dessas duas últimas instituições documentais, foi possível identificar a existência de instrumentos de gestão e pesquisa arquivísticos, como o plano de classificação, quadro de arranjo e tabela de temporalidade, seguido de guias e catálogos, respectivamente. Essa constatação denota que existe um grau de organização, representação e preservação dos acervos do PT no estado de São Paulo, mas que esse nível não representa a organização documental dos diretórios do partido. Por sua vez, nos três diretórios mencionados, não foram localizados instrumentos de

gestão e pesquisa, tampouco outras ferramentas que pudessem revelar e contribuir com a organização e acesso aos documentos.

A aplicação das referidas normas de descrição arquivística se deu da seguinte forma: no caso do CSBH, vinculado ao Diretório Nacional do PT e a Fundação Perseu Abramo (FPA), por se tratar de um acervo organizado e que segue parâmetros arquivísticos, como o de descrição arquivística e por possuir um guia, identificou-se que este estaria associado à noção de Fundo, ou seja, já que reúne um conjunto de documentos do partido em todas as esferas: municipal, estadual, distrital e federal. Sendo assim, a norma mais adequada de descrição foi a ISDF. Essa norma, somada às outras, estabelece critérios específicos sobre a organização e representação de acervos com base nas atividades que geraram a documentação do partido. Diante disso, de acordo com a ISDF, o termo "função" é usado nesta norma para incluir não somente funções arquivísticas, mas também qualquer uma das subdivisões de uma função, tais como subfunção, procedimento operacional, atividade, tarefa, transação ou outro termo de uso internacional, nacional ou local. Além do fundo, a norma pode ser usada para descrever uma função ou qualquer de suas subdivisões. Neste tipo de norma, as espécies documentais são expostas para fins de verificação junto à estrutura organizacional da instituição. Outro fator preponderante e que evidencia ainda mais as reações documentais é a adoção de um plano de classificação.

No caso do IEB-USP, que contém uma gama de acervos pessoais do ex-militante do partido e economista Paul Singer (1932-2018), foi utilizada a norma de descrição ISAAR-CPF, uma vez que esta norma dá diretivas para a preparação de registros de autoridade arquivística que fornecem descrições de entidades (entidades coletivas, pessoas e famílias) relacionadas à produção, preservação e manutenção de arquivos. A maior parte do acervo de Paul Singer encontra-se no IEB, contudo, outras instituições documentais também mantêm a custódia e a guarda da documentação, como o Instituto Paul Singer[265], Centro Sérgio Buarque de Holanda, além dos Diretórios Estadual e Municipal do PT de São Paulo. Muitos desses documentos podem ser encontrados em diferentes tipologias e formatos, como ofícios, planilhas financeiras,

[265] Instituto Paul Singer. Acervo do Instituto Paul Singer. Disponível em: https://institutopaulsinger.org.br/o-instituto/ Acesso em 11 de mai, 2025.

anotações, diários, cartazes, mapas, folhetos, livros e objetos pessoais que foram acumulados por Singer no decorrer de sua participação e contribuição política na formação e legalização do partido.

No que diz respeito aos diretórios municipais do PT localizados em Tupã, Penápolis e São José dos Campos, utilizou-se como aplicação a norma ISDIAH, visto que o principal objetivo desta norma é facilitar a descrição de instituições arquivísticas cuja função primordial seja guardar arquivos e torná-los disponíveis para o público em geral ou para pesquisadores interessados em temas relacionados a acervos de partidos políticos, movimentos sociais, movimentos sindicais e movimentos de trabalhadores dos mais variados segmentos políticos. Entretanto, outras entidades documentais, tais como instituições culturais (bibliotecas, museus, centros de documentação e memória), empresas, famílias ou indivíduos, podem custodiar arquivos. Esta norma, ou um subconjunto de seus elementos de descrição, pode ser aplicada a todas as entidades que deem acesso aos documentos sob sua custódia.

Em um segundo momento, aplicou-se também a Nobrade, já que seu objetivo, ao contrário, consiste na adaptação das normas internacionais à realidade brasileira, incorporando preocupações que o Comitê de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos (CDS/CIA) considerava importantes, porém, de foro nacional. Sendo assim, é preciso recordar que a Nobrade não se trata de uma mera tradução da Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD-G), mas sim uma norma adaptada à realidade arquivística brasileira. Somado a isso, a Nobrade possui um elemento adicional a ISAD, isto é, a área de informação número 8, que trata de pontos de acesso e indexação de assuntos, elementos descritivos importantes para o acesso aos itens documentais baseado em termos correspondentes, o que pressupõe a elaboração de tesauros, vocabulários controlados, entre outros sistemas informacionais. A interpretação da Nobrade enquanto uma mera tradução da ISAD ainda reverbera em alguns discursos, contudo, é preciso enfatizar que a primeira norma é uma adaptação da segunda à realidade de descrição arquivística no contexto brasileiro. Pode-se compreender e afirmar que a Nobrade é até mesmo mais completa do que a ISAD.

Diante dos elementos apresentados nos parágrafos anteriores, a seguir, no quadro 30, será apresentado o modelo de guia de fontes proposto para a organização, representação e preservação de acervos de partidos políticos no estado de São Paulo, com base no processo de mapeamento, análise, diagnóstico e descrição dos acervos do Partido dos Trabalhadores no estado de São Paulo, conforme pode ser verificado no apêndice desta tese.

**Quadro 30 - Proposta de guia de fontes sobre o PT no estado de São Paulo**

| ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA | DESCRIÇÃO |
|---|---|
| **Identificador** | **Fornecer um código numérico ou alfanumérico específico para identificar a instituição com acervo arquivístico. Associação do acervo físico ao nome autorizado utilizado para identificação do título. Indicar se a entidade que está sendo descrita é uma entidade coletiva, pessoa ou família**<br><br>**Por exemplo: Registre o código numérico ou alfanumérico específico que identifica a instituição com acervo arquivístico de acordo com as normas nacionais e internacionais relevantes.** |
| **Forma autorizada do nome/outras formas do nome** | **Criar um ponto de acesso autorizado que identifique especificamente a função. Estabelecer uma forma autorizada de nome de acordo com os critérios da instituição. Criar um ponto de acesso autorizado que identifique, especificamente, a instituição com acervo arquivístico. Indicar qualquer outro nome para a instituição com acervo arquivístico não usado em nenhum outro lugar na Área de Identificação. Criar um ponto de acesso autorizado que identifique especificamente uma entidade coletiva, pessoa ou família.**<br><br>**Registre a(s) forma(s) autorizada(s) do nome da função. Use o âmbito territorial ou administrativo da função, o nome da instituição que a desempenhou e outros qualificativos apropriados para distingui-la de outras funções com nomes similares. Este elemento deve ser usado em conjunção com o elemento Identificador da descrição da função.**<br><br>**Por exemplo: Acervo do Partido dos Trabalhadores, Arquivo do Partido dos Trabalhadores, Centro de Documentação do Partido dos Trabalhadores, Acervo do Diretório Nacional,** |

| | |
|---|---|
| | **Diretório Estadual ou Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores** |
| **Título** | **Nomenclatura para definir o título do acervo no processo de mapeamento e identificação dos fundos documentais** |
| **Proveniência** | **Instituição responsável pela produção e cumulação natural da documentação do partido, por exemplo: Movimento Pro-PT, Militância, Movimentos Sociais, Movimento Sindical, Centros de Documentação, Arquivos Pessoais, entre outros que contribuíram no processo de produção documental do PT.** |
| **Contato/Endereço e responsável para contato** | **Registre o número de telefone, fax e/ou correio eletrônico e outros meios eletrônicos que possam ser usados para contatar e/ou se comunicar com a instituição com acervo arquivístico. Endereço, telefone, email, cidade, site, redes sociais para contato.**<br><br>**Fornecer aos usuários toda informação necessária para contatar membros da equipe.** |
| **Horário de funcionamento** | **Objetivo: Fornecer informação sobre os horários de funcionamento e, anualmente, as datas em que não funciona.**<br><br>**Regra: Registre os horários de funcionamento da instituição com acervo arquivístico e os feriados anuais, sazonais e públicos, e quaisquer outros dias previstos em que não funcione. Registre os horários de funcionamento associados à disponibilidade e/ou prestação de serviços (salas de exposição, serviços de referência etc.).** |
| **Prédios ou a estrutura física** | **Fornecer informação sobre o(s) prédio(s) da instituição com acervo arquivístico.**<br><br>**Regra: Registre informação sobre o(s) prédio(s) da instituição com acervo arquivístico (características gerais e arquitetônicas do prédio, capacidade das áreas de armazenamento etc). Quando possível, forneça informação que possa ser usada para gerar estatísticas.** |
| **Data** | **Período de produção e acumulação natural. Identificar a data ou período da função.**<br><br>**Indicar as datas de existência da entidade coletiva, pessoa ou família.** |

| | |
|---|---|
| | **Por exemplo: 1978 - atualmente** |
| **Contexto geral** | **Fornecer informação significativa sobre o contexto geral social, cultural, econômico, político e/ou histórico no qual a entidade coletiva, pessoa ou família atuou, viveu ou foi ativa.** |
| **Nível de descrição arquivística** | **Estabelecer os níveis de descrição dos acervos: Fundo, seção, série, subsérie, dossiê/processo ou item documental. Todos esses níveis podem ser admitidos no processo de descrição e organização dos acervos de partidos políticos.** |
| **Dimensão e suporte** | **Identificar os principais suportes documentais do Partido dos Trabalhadores.**<br><br>**Por exemplo: textuais, bibliográficos, audiovisuais, iconográficos, fotografias.**<br><br>**Descrição da dimensão do acervo: por exemplo, 100 metros lineares, etc.**<br><br>**Ex: 23m/l ou 1500 fotografias.** |
| **Produtor** | **Partido dos Trabalhadores** |
| **Idioma (s) e sistema (as) de escrita** | **Objetivo: Indicar o(s) idioma(s) e/ou sistema(s) de escrita usados para descrever a instituição com acervo arquivístico. Regra: Registre o(s) idioma(s) e/ou sistema(s) de escrita da descrição.**<br><br>**Identificar os principais idiomas em que os documentos foram produzidos: Português, espanhol, inglês, francês, italiano, japonês, etc.**<br><br>**Informar também se os documentos estão em linguagem vernácula ou se foram traduzidos.** |
| **Instrumentos de pesquisa e de gestão** | **Objetivo: Fornecer uma visão geral dos instrumentos de pesquisa, impressos ou não, e dos guias preparados pela instituição com acervo arquivístico e quaisquer outras publicações relevantes. Regra: Registre o título e os outros dados pertinentes dos instrumentos de pesquisa, impressos ou não, e guias preparados pela instituição com acervo arquivístico, bem como quaisquer outras publicações relevantes. Use a ISO *690 Information and documentation – Bibliographic references* e outras regras, nacionais ou internacionais, de catalogação. Veja o Capítulo 6 para** |

| | |
|---|---|
| | **orientação sobre como estabelecer ligações com catálogos arquivísticos on-line e/ou instrumentos de pesquisa.**<br><br>**Nos diretórios municipais do partido localizados na região da Grande São Paulo, assim como no interior do estado, não foram localizados instrumentos de gestão e de pesquisa** |
| **Condições e requisitos para acesso e uso** | **Objetivo: Fornecer informação sobre as condições, requisitos e procedimentos para acesso e uso dos serviços institucionais.**<br><br>**Regra: Descreva as políticas de acesso, incluindo quaisquer restrições e/ou regulações para uso dos materiais e serviços. Informe sobre registro, agendamento, cartões de usuários, cartas de apresentação, taxas de admissão etc. Quando apropriado, faça referência à legislação** |
| **Legislação** | **Objetivo: Identificar a base legal da função.**<br><br>**Regra: Registre qualquer lei, diretiva ou título que cria, altera ou extingue a função.**<br><br>**Por exemplo: Identificar se o acervo estabelece critérios de produção, organização e representação com base na legislação que rege o funcionamento dos Partidos Políticos, Sistema Eleitoral Brasileiro, Estatutos Partidários, assim como os Princípios Arquivísticos, Teoria da Três Idades, Teoria dos Fundos, etc.** |
| **Instituição de guarda** | **Identificar as instituições documentais responsáveis pela guarda e custódia da documentação do partido.**<br><br>**Por exemplo: Diretório Nacional, Diretório Estadual, Diretório municipal de São Paulo, Diretório Municipal de Marília, Diretório Municipal de Tupã, Diretório Municipal de Taubaté, Diretório Municipal de Jacareí, Diretório Municipal de Lins, Diretório Municipal de Penápolis, Diretório Municipal de Garça, Diretório Municipal de Bauru, Diretório Municipal de São José do Rio Preto, Instituto de Estudos Brasileiros (Universidade de São Paulo), Diretório Municipal de Osasco, Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Universidade Estadual Paulista - Campus de Assis), Arquivo Público do estado de São Paulo (APESP) e no Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM).**<br><br>**Além dessas instituições, muitos documentos estão em custódia da militância e de gestores do partido que** |

| | |
|---|---|
| | **participaram do processo de fundação e legalização do partido.** |
| **Observação/notas do arquivista ou responsável pelo acervo** | **Inserir observações sobre as condições estruturais, físicas e lógicas sobre o acervo.**<br>**Por exemplo: informar se o acervo está organizado, higienizado, conservado, preservado e/ou possui instrumentos de gestão e pesquisa.** |

**Fonte:** elaboração própria

Para o desenvolvimento deste modelo de guia de fontes representado pelo quadro 30, foram utilizados inúmeros elementos das normas de descrição aplicadas nas instituições propostas para o teste nos acervos documentais apresentados no quadro anterior. O objetivo de alinhar e comparar esses elementos descritivos demonstram a pluralidade documental identificadas nesses acervos, pois a descrição foi analisada em vários níveis: Fundo, seção, série, subsérie, dossiê/processo ou item documental. Todos esses níveis podem ser admitidos no processo de descrição e organização e representação dos acervos de partidos políticos, essencialmente no que diz respeito aos processos e funções relacionadas à organização do conhecimento e aos campos da Organização do Conhecimento e Arquivologia.

Com a proposta de modelo elaborada e apresentada, o objetivo, no primeiro instante, é a realização de um teste em acervos de partidos políticos visando analisar a forma de produção documental, pois no Brasil, como existem 32 partidos políticos registrados junto ao TSE, se faz necessário verificar de maneira sistemática o nível de organização, representação e preservação desses acervos, já que muitos desses apresentam uma forma muito particular de ordenação documental, mas que não seguem parâmetros e preceitos arquivísticos, conforme foi constatado nos acervos documentais do PT.

Com base no modelo de guia de fontes proposto para esta tese, algumas observações deverão ser analisadas e discutidas e que poderão contribuir no desenvolvimento e aprimoramento deste instrumento de pesquisa, conforme alíneas a seguir:

a) Com base nas normas Nobrade, ISDF, ISDIAH e ISAAR-CPF, o teste foi aplicado nos acervos do PT, no CSBH e em instituições documentais que preservam a história do partido, como o IEB. No primeiro caso, isso evidencia a necessidade da própria cúpula do PT, e que possui um poder de influência maior na tomada de decisão, interferir de maneira direta na adequação e no estabelecimento de diretrizes arquivísticas no processo de produção documental; somado a isso, existe a necessidade premente de elaboração de uma política documental para a produção, organização e representação desses acervos, inclusive com a participação de arquivistas. No segundo caso, o IEB pode ser considerado um modelo de exemplo a ser seguido pelos partidos políticos brasileiros em seu processo de organização, representação e preservação documental, visto que possui todos os critérios estabelecidos pela Arquivologia, essencialmente no processo de descrição;
b) com a aplicação do modelo de guia no acervos dos diretórios do partido, CSBH e no IEB, a partir dos resultados obtidos, é possível com que o guia de fontes seja considerado e aplicado aos demais acervos do partido no estado de São Paulo, mesmo que o nível de organização, representação e preservação não estejam adequados aos parâmetros arquivísticos. Neste caso, infere-se que existem muitos desses acervos, que não foram diagnosticados nesta pesquisa, mas que passam por uma situação muito pior do que aqueles que foram analisados nesta tese;
c) neste caso, em virtude da fragmentação e dispersão dos acervos, a aplicação do guia seria realizada de maneira parcial, mas que com o tempo dependerá de ajustes precisos, já que os fundos documentais não estão interligados organicamente, essa conexão documental é imprescindível, visto que estabelece os principais vínculos arquivísticos;
d) longe de ser um modelo permanente para a organização, representação e preservação dos acervos de partidos políticos, este guia tornará as atividades documentais, desde sua produção, destinação e recolhimento ao arquivo permanente ou descarte, mais eficiente do ponto de vista metodológico e funcional.

Com base na aplicação das referidas normas de descrição para o estabelecimento de um nível de organização e representação da documentação do PT,

assim como um pressuposto para a elaboração de um guia de fontes sobre os acervos do partido no estado de São Paulo, verifica-se que é possível a contemplação desses acervos dentro de um instrumento de pesquisa, porém, alguns itens essenciais deverão ser levados em consideração: 1) ao analisar e separar a competência de cada uma das instituições, ou seja, um diretório partidário possui uma responsabilidade social com relação a sua própria documentação e isso se manifesta na preservação da história do partido em consonância com os fatos vivenciados pelos militantes e demais integrantes do PT ao longo do tempo; 2) no caso de um Centro de Documentação, existe também a responsabilidade social em apresentar à sociedade a preservação de documentos históricos, assim como conceder o acesso a diferentes grupos que se identificam com a história do partido, manutenção de direitos, garantias ou para fins de pesquisa.

Sobre a escolha dos referidos acervos documentais, justifica-se que mesmo que o nível de organização não esteja satisfatório do ponto de vista arquivístico, a adoção de políticas documentais e de instrumentos de gestão e de pesquisas por parte dos partidos políticos pode ser uma realidade, mas que depende essencialmente do interesse de dirigentes e dos próprios militantes para essa realidade ser concretizada.

Mesmo com todo o esforço empreendido para a discussão e elaboração desta proposta de modelo de guia de fontes, existe um desafio melhor, ou seja, descobrir se os membros Partido dos Trabalhadores, em todos os seus níveis estruturais, demonstrarão algum interesse em contribuir no desenvolvimento de um guia mais adequado ou até mesmo aplicar o guia para a organização e representação de seus acervos documentais no estado de São Paulo. Essa é uma questão difícil de ser respondida a curto prazo, posto que conforme foi mencionado nesta tese, o partido, ao longo de mais de 40 anos de existência, não tem demonstrado muita preocupação com a preservação de sua memória, mesmo que alguns diretórios e instituições documentais têm resistido ao desmonte do partido, e até mesmo no apagamento de sua identidade cultural, não apenas como um partido político de cunho eleitoreiro-burocrático, mas como um movimento de trabalhadores e de uma população de massas que ainda veem no PT uma forma de se constituir uma sociedade socialista, democrática e revolucionária, conforme pode ser observado em seu primeiro Estatuto de 12 de fevereiro de 1980.

Em síntese, esta seção procurou apresentar, com base em normas de descrição arquivística, como a Nobrade, ISDF, ISDIAH e a ISAAR-CPF pressupostos para a elaboração de um guia de fontes para acervos de partidos políticos, no caso, do Partido dos Trabalhadores. O modelo apresentado remonta a elementos preconizados pelas quatro normas mencionadas, em que as mesmas são utilizadas em conjunto para o estabelecimento do guia de fontes. Além das referidas normas, outros elementos poderiam ter sido abarcados para a complementação do guia, mas como se trata de um teste, não foi necessário, pois as normas de descrição revelaram um caminho para o desenvolvimento e o aprofundamento da discussão sobre a elaboração de um guia de fontes arquivísticos para a organização do conhecimento em arquivos de partidos políticos das mais diversas posições ideológicas, mas que produzem documentos para inúmeras finalidades, mesmo que para isso não sigam parâmetros e diretrizes técnicas estabelecidas pela arquivística.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, até o desenvolvimento desta primeira etapa da pesquisa, foram apresentadas algumas considerações acerca de inúmeros elementos importantes que constituem esta tese, como: introdução, objetivos, justificativa, hipóteses, metodologia, os procedimentos metodológicos para o mapeamento, análise, diagnóstico e o desenvolvimento deste estudo.

Na segunda etapa, apresentou-se uma discussão sobre os principais fundamentos da Organização do Conhecimento em seu aspecto científico, campo interdisciplinar e no desenvolvimento de processos e funções, além da definição dos principais conceitos relacionados a classificação arquivística, diplomática, diplomática arquivística contemporânea e de conhecimento em arquivos e conhecimento diplomático, elementos estes que ajudaram a compreender as principais relações e intersecções do ponto de vista científico, metodológico, interdisciplinar e epistemológico com o campo da Arquivologia.

Com base na análise dos trabalhos iniciais de García Marco e Esteban Navarro (1995), Tognoli, Rodrigues e Guimarães (2019), Linden (2022), entre outros autores,

foram retomadas algumas discussões acerca das relações entre os campos da Organização do Conhecimento e da Arquivologia. Dessa maneira, verificou-se que existem inúmeras produções científicas sobre o tema, mas que ainda carece de aprofundamentos mais consistentes em vários aspectos, sobretudo o metodológico e prático. Nessa discussão, a relação entre os campos apresentam uma aderência maior sobretudo na elaboração e no desenvolvimento de instrumentos de pesquisa em arquivos, como o caso do guia de fontes, por exemplo, mas que também podem ser discutidas com outras ferramentas arquivísticas.

Por conhecimento em arquivos e conhecimento diplomático, a partir dos elementos discutidos na terceira seção, podemos defini-los, de maneira provisória, como sendo a principal essência da constituição dos arquivos, isto é, a sua proveniência e contexto de produção, e isso se estende a qualquer natureza, seja ela jurídica, administrativa, ideológica ou política. Portanto, no caso dos arquivos do PT, esse conceito pode ser analisado como toda ação produzida e registrada pelo partido ao longo do tempo e que se manifesta até os dias atuais. Mesmo que a produção documental do partido não esteja em consonância com os padrões arquivísticos, não há que se negar que esses documentos não possuem o seu valor histórico-jurídico e que traduz muito o que ocorreu em nosso país pelo menos nos últimos 45 anos. Embora não tenha sido possível estabelecer uma definição acerca dos referidos conceitos, foram suscitadas algumas hipóteses, como por exemplo, o aprofundamento na análise dos principais fatores históricos que culminaram na produção documental de partidos políticos ao longo dos anos, mas que será aprofundada na continuidade deste estudo, seja em um pós-doutorado, na publicação de um livro ou de um manual técnico-arquivístico. Uma coisa é certa, mesmo que esta etapa tenha sido concluída: esta pesquisa não para por aqui! É uma pesquisa permanente e que merece uma continuidade.

O principal argumento para a continuidade nos estudos para a definição dos referidos conceitos é a possibilidade de se estabelecer os principais pontos de intersecção entre os campos da Organização do Conhecimento e Arquivologia, visto que nos últimos anos, essa relação não ficou muito bem delineada do ponto de vista científico, epistemológico, interdisciplinar e metodológico. Nesta tese, procuramos

aprofundar essas relações e que esse esforço culminou na elaboração de um modelo de guia de fontes arquivístico, instrumento este que representa os aspectos funcionais e metodológicos e que revela uma aproximação profícua entre os dois campos.

Somado a isso, na quarta etapa, buscou-se apresentar algumas definições acerca da concepção de partidos políticos, arquivos de partidos políticos, bem como uma breve análise histórica sobre a fundação do Partido dos Trabalhadores, análise sobre sua estrutura organizacional e a sua produção documental e acumulação natural ao longo de mais de 40 anos de história. Por meio de sua estrutura organizacional, ou seja, por suas secretarias e setoriais, foi possível se ter uma compreensão dos principais documentos produzidos pelo partido. Assim, por meio de materialidade, suas tipologias documentais manifestam as principais demandas e anseios dos sujeitos políticos que compõem o partido. Com o desenvolvimento desta etapa, verificou-se que a documentação não diz apenas sobre a história do PT, mas remonta muitos momentos históricos do Brasil, e que merecem ser preservados e acessados não só pela militância, mas também pela sociedade.

No que diz respeito à concepção de arquivos de partidos políticos, mesmo que a literatura arquivística não contemple este conceito, foi possível aprofundar algumas discussões com base em obras de referências da área, ou seja, dicionários e manuais especializados sobre arquivos.

A partir disso, na quinta etapa, foi realizado um mapeamento, análise e diagnóstico de diretórios do PT e de instituições documentais universitárias vinculadas a UNESP e USP para a verificação das condições físicas, estruturais e lógicas dos acervos documentais, assim como das principais espécies, tipologias, suportes e gêneros documentais armazenados e dos instrumentos de gestão e pesquisa nesses acervos, sendo estes entendidos como instrumentos de organização do conhecimento em arquivos, independentemente de sua natureza. A riqueza documental encontrada nesses acervos é imensurável, que compreende cartas, ofícios, planilhas, fotografias e até objetos pessoais, como vestuários, sacolas, bonés, bandeiras, entre outros que fizeram parte de um contexto histórico do partido. No referido processo, identificou-se uma fragilidade no que se refere a organização e representação dos acervos do partido, e que com a aplicação do modelo de guia, a princípio, a desordem documental

será sanada, mas não resolvida de forma permanente, uma vez que áureos processos deverão ser planejados e executados, como o levantamento de toda a documentação produzida pelo partido no estado, por exemplo.

Após o processo de qualificação, com as devidas orientações e pareceres dos avaliadores da banca para o aprimoramento da tese, o próximo passo desta pesquisa, com vistas à defesa e apresentação dos resultados, debruçou-se em apresentar uma discussão consistente e aprofundada sobre a concepção de conhecimento em arquivos, assim como a continuidade sobre a elaboração de uma proposta de modelo de guia de fontes arquivístico sobre os acervos documentais do PT no estado de São Paulo, instrumento de pesquisa que ajudará na recomposição, organização, representação, recuperação e no acesso aos itens documentais produzidos pelo partido ao longo de mais de 45 anos de história de atividade e luta no estado. A elaboração deste instrumento arquivístico não será apenas como um pano de fundo para a resolução de um determinado problema de organização e representação de acervos, mas como um elemento que revelará as inúmeras facetas da dispersão e do não interesse por parte dos partidos políticos em não darem atenção e valor a sua documentação e preservação da memória individual e coletiva.

A respeito das hipóteses elencadas para o desenvolvimento desta tese, considera-se que no processo de vinculação entre os campos da Organização do Conhecimento e Arquivologia, defende-se que o guia de fontes é o principal instrumento de pesquisa, já que além de estabelecer uma intersecção epistemológica e metodológica entre os dois campos científicos, ainda condiciona as práxis desenvolvidas pelos partidos políticos e que precisam ser preservadas, seja para fins políticos, históricos ou de memória. Portanto, as hipóteses suscitadas inicialmente foram desenvolvidas de acordo com o desenvolvimento da pesquisa, melhor dizendo, a própria pesquisa foi condicionada ao desenvolvimento das hipóteses. Dessa maneira, mesmo que as hipóteses tivessem sido divididas em pequenos fragmentos, entende-se que a tese poderia ter sido conduzida com apenas uma hipótese principal, o que já revelaria o grau de complexidade apresentado ao longo da pesquisa.

A partir dos elementos científicos, interdisciplinares, critérios de cientificidades e métodos científicos certificados por Bunge (1980), Japiassu (1986) e Pando (2018),

considera-se que os campos da Organização do Conhecimento e Arquivologia são autônomos e científicos, mesmo que neste caso, foi preciso uma interlocução mais direta entre ambos para a elaboração de um modelo de guia de fontes. Baseado nos elementos propostos pelos referidos autores, constatou-se que ambos os campos são científicos por natureza, mesmo que para isso tenham sido considerados técnicos, subcampo ou voltadas a práticas empíricas, conforme defendem alguns autores. Nos casos de Bunge e Japiassu, considera-se que ambos trabalham a epistemologia em uma perspectiva mais tradicional, no qual os campos da Organização do Conhecimento e Arquivologia já foram submetidos a esse nível de rigor científico. Por sua vez, Pando aborda o campo da Organização do Conhecimento, de maneira específica, a partir de uma abordagem histórica, mas que também não se dissocia de seu elemento epistemológico.

No que diz respeito a outra hipótese, ou seja, da falta de valorização por parte dos partidos políticos com relação aos seus acervos, essa é uma premissa verdadeira, já que conforme foi constatado na pesquisa, o PT não estabelece nenhum critério de organização documental, tampouco enxerga algum interesse para a preservação de sua memória, melhor dizendo, de sua história. Nesse sentido, por ser um dos maiores partidos políticos da América Latina, infere-se que essa ação também se manifesta em outros partidos políticos localizados na esfera sul-sul. Ao longo da pesquisa, foram identificados que partidos políticos no Brasil, como o PSDB, preocupam-se com a preservação de sua memória, como o caso do Acervo da Fundação Fernando Henrique, entre outros países, como a Espanha que possui um acervo sobre o Partido Socialista Obrero Espanhol (PSOE). Na Argentina, existe uma conexão muito forte acerca da preservação da documentação e da memória de partidos políticos e de sindicatos de trabalhadores.

Outra hipótese suscitada e que merece destaque foi o fato do partido realizar suas principais atividades nas regiões centrais ou na própria capital do estado de São Paulo, esse tipo de comportamento revela que o partido sempre esteve preocupado com sua formação histórica nos grande centros urbanos, deixando de lado as regiões mais afastadas das instâncias superiores, ou seja, aquelas localizadas nas regiões do interior do estado. Essa falta de conexão e apoio por parte da cúpula do partido faz

com que os acervos documentais fiquem cada vez mais isolados, fazendo com que a fragmentação e dispersão documental seja mais evidenciada. Além disso, esse isolamento rompe aprofunda cada vez mais a possibilidade de se elaborar e elaborar políticas documentais para a organização de seus acervos. Esse distanciamento do partido junto às regiões mais isoladas nas grandes capitais não se dá apenas com relação a preservação documental, mas em outros fatores também, como o político-eleitoral, em outras palavras, o partido valoriza mais a concentração de poder nas grandes capitais e nas regiões metropolitanas das grandes cidades.

Por se tratar de uma pesquisa que buscou vincular dois campos, considera-se que a tese poderia ter se encaminhado apenas pelo campo da Arquivologia, sem desmerecer ou até mesmo excluir a contribuição da Organização do Conhecimento em todo o processo do início ao fim do desenvolvimento da pesquisa. Embora não tenha sido suscitado inicialmente, após a defesa da tese, foi levantada a hipótese de discussão sobre a elaboração de um Sistema de Organização do Conhecimento Arquivístico. A discussão sobre a elaboração deste sistema contribuiria de forma significativa não apenas na organização e representação do conhecimento em arquivos de partidos políticos, como no caso do guia de fontes apresentado, mas também possibilitaria o acesso ao conhecimento produzido por esses movimentos políticos.

O próximo passo desta pesquisa, mesmo finalizada nesta etapa da tese, mas que revelou-se estar longe de ser concluída como um todo, é a continuidade do processo de mapeamento, análise diagnóstico e descrição de acervos de partidos políticos de outros aspectos políticos-ideológicos no estado de São Paulo, pois essa pluralidade ideológica demonstra a diversidade aplicada na produção, organização, representação e na preservação documental de suas práxis.

O objetivo principal da continuidade deste estudo vai ao encontro da necessidade do fortalecimento de guias de fontes para acervos de natureza político-partidárias, assim como a elaboração de um outro instrumento aplicado, ou seja, um manual de organização arquivístico que contemple as necessidades informacionais desses partidos políticos. A constituição deste manual servirá como uma padronização que compreende desde a gênese documental até o recolhimento ao

arquivo permanente ou o descarte da documentação que já não possui nenhum valor histórico.

## REFERÊNCIAS


ALBUQUERQUE, A. C. de; SOUTO, D. V. B. Acerca do princípio da proveniência: apontamentos conceituais. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, v. 23, n. 46, p. 14-44, 2013.

ALBUQUERQUE, A. C. de; FREITAS, L. M. **Concepções acerca da classificação arquivística à luz da teoria do conceito.** VII Seminário em Ciência da Informação (SECIN) - 21 a 23 de agosto de 2017. Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, Paraná, 2017.

ALENCAR, M. F; CERVANTES, B. M. N. A importância da organização do conhecimento arquivístico no acesso à informação: um olhar para tesauros funcionais. In: **XVIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVIII ENANCIB)**. 2017.

ALVES, S. Documentos: As tendências internas do Partido dos Trabalhadores: pluralidade e democracia. **Perseu: História, Memória e Política**, n. 16, 2018.

AMORIM, I. S; BRÄSCHER, M. O fora da organização do conhecimento: considerações para a arquivologia, biblioteconomia e museologia. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 22, n. 2, p. 359-376, 2017.

ANCONA LOPEZ, A. P. Tipologia documental para arquivos de partidos e associações políticas no Brasil contemporâneo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 12., 1998, João Pessoa (PB). Anais... Paraíba: [s.n.], 1998.

ANCONA LOPEZ, A. P. Tipologia Documental de partidos e associações políticas partidárias. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1999. Disponível em: http://gpaf.info/dtd/livrotipologia.pdf Acesso em 12 de mar. 2024.

ANCONA LOPEZ, A. P. Identificação de Tipologias Documentais em Acervos dos Trabalhadores. In: **Arquivos do mundo dos trabalhadores: coletânea do 2o Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos: memória e resistência**/organizadores Antonio José Marques e Inez Terezinha Stampa. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2012.

ANDRADE, I. Z. de; BERTI JÚNIOR, D. W; CERVANTES, B. M. N; RODRIGUES, M. R. A organização e representação do conhecimento e os mapas conceituais. In: **Desafios e perspectivas científicas para a organização e representação do conhecimento**

**na atualidade**. [recurso eletrônico] José Augusto Chaves Guimarães, Vera Dobedei (organizadores). – Marília: ISKO-Brasil : FUNDEPE, 2012. 285: il., fots. e-Book.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p.; 30cm. – Publicações Técnicas; nº 51. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionrio_de_terminologia_arquivistica.pdf Acesso em 30 de jan. 2024.

BARACHO, J. A. O. Teoria geral dos partidos políticos. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v. 50, p. 19, 1980. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/181114/000365433.pdf?sequence=3&isAllowed=y Acesso em 05 de mai. 2024.

BARITÉ, M. G. R. La producción científica en Organización del Conocimiento vista a través de la Sección Literatura de la revista Knowledge Organization: invisibilidad y transparência. In: **Desafios e perspectivas científicas para a organização e representação do conhecimento na atualidade**. [recurso eletrônico] José Augusto Chaves Guimarães, Vera Dobedei (organizadores). – Marília: ISKO-Brasil : FUNDEPE, 2012. 285: il., fots. e-Book.

BARITÉ, M. **Diccionario de Organización del Conocimiento : Clasificación, Indización, Terminología** / Mario Barité et al. 6.a ed. corregida y aumentada. Montevideo: csic, 2015.

BARROS, T. H. B; MORAES, J. B. E. de. Archival classification and knowledge organization: theoretical possibilities for the archival field. In: **Categories, Contexts And Relations In Knowledge Organization. Proceedings of the Twelfth International ISKO Conference**. 6-9. (2012).

BARROS, T. H. B; TOGNOLI, N. B. Os processos de representação do conhecimento arquivístico: elementos históricos e conceituais da classificação e descrição. In: GUIMARÃES, J. A. C; DODEBEI, V. **Organização do conhecimento e diversidade cultural**. v. 3. Marília: Fundepe, 2015. p. 94-99.

BARROS, T. H. B; SOUSA, R. T. B. de. Organização do Conhecimento e Arquivologia: abordagens metodológicas. **Informação & Informação**, v. 24, n. 2, p. 76-92, 2019.

BARROS, T. H. B. Archival Classification as Knowledge Organization. In: **Knowledge Organization across Disciplines, Domains, Services and Technologies**. Ergon-Verlag, 2022. p. 23-36.

BELLOTTO, H. L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo** / HELOÍSA LIBERALLI BELLOTTO. - SÃO PAULO : ARQUIVO DO ESTADO, IMPRENSA OFICIAL, 2002. 120 P. (PROJETO COMO FAZER, 8).

Disponível em: https://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf8.pdf Acesso em 20 de fev. 2023.

BELLOTTO, H. L. **Diplomática e Tipologia Documental em Arquivos**. 2 ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

BELLOTTO, H. L. A Diplomática como chave da teoria arquivística. **Archeion Online**, p. 3-2, 2015.

BERNARDES, I. P. Manual de elaboração de planos de classificação e tabelas de temporalidade de documentos da administração pública do Estado de São Paulo: atividades-fim / Ieda Pimenta Bernardes, Hilda Delatorre, Camila Brandi de Souza, Eliana Martinelli e Marcelo Carlos Cunha Breganhola. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008 107 p.

BOAS, F. **Antropologia Cultural**. Zahar, 2004.

BOITO JÚNIOR, A. A hegemonia neoliberal no governo Lula. **Crítica marxista**, v. 17, p. 10-36, 2003.

BUNGE, Mario. Epistemologia: curso de atualização.[Sl]: TA Queiroz. 1980.

Brasil. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124p. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/nobrade.pdf Acesso em 21 de out. 2024.

CAMOLEZE, J. M. C. **Arquivos e movimentos sociais: um estudo da produção de documentos populares no setor nacional de educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. 290 fls. Tese (Doutorado em Ciência da Informação), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UNESP), 2022.

CAMOSSI, G; RODAS, C. M. Search Engine Optimization e suas contribuições para a Ciência da Informação. **Informação@ Profissões**, v. 11, n. 2, p. 134-152, 2022.

CÂNDIDO, G. G. Produto de Representação do Documento de Arquivo. In: **A representação da informação do documento de arquivo: perspectivas metodológicas para elaboração de pontos de acesso**. 133 fls. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Marília, 2014.

CECHINEL, A; FONTANA, S. A. P; GIUSTINA, K . P. D; PEREIRA, A. S; PRADO. S. S. do. Estudo/análise documental: uma revisão teórica e metodológica. **Criar Educação**, v. 5, n. 1, 2016.

CERVO, A. L; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários**. Editora McGraw - Hill do Brasil, LTDA. 1974.

CHOMSKY, N; FOUCAULT, M. Human nature: Justice versus power. **Reflexive water: The basic concerns of mankind**, p. 133-97, 1974.

COELHO, E. **Uma esquerda para o capital: crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)**. 549 fls (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2005.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Conarq). **Glossário da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos**. Rio de Janeiro, RJ. 2008. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/camaras-tecnicas-setoriais-inativas/camara-tecnica-de-documentos-eletronicos-ctde/glosctde_2020_08_07.pdf Acesso em 25 de mar. 2024.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). ISAAR(CPF): norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias. 2a ed., Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: 2a ed. Ver., adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembrode 1999, versão final aprovada pela CIA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDF: norma internacional para a descrição de funções. 1a ed., Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDIAH: norma internacional para a descrição de instituições com acervo arquivístico. 1a ed., Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

COOK, T. **O conceito de fundo arquivístico: teoria, descrição e proveniência na era pós-custodial** [recurso eletrônico] / Tradução de Silvia de Ninita de Moura Estevão e Vitor Manoel Marques da Fonseca. -- Dados eletrônicos. -- Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2017. Dados eletrônicos (1 arquivo : 1.034Kb). -- (Publicações Técnicas ; 59) Sistema requerido : Adobe Acrobat Reader. ISBN: 978-85-60207-94-7.

CORUJO, L. M. N; FREITAS, M. C. V. de. Organização, gestão e representação da informação e do conhecimento na arquivística: interações e interlocuções. **Ponto de Acesso**, v. 15, n. 3, 2021.

CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, C. R. de O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. xvi, 451 p. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7615541/mod_resource/content/1/LIVRO_DicionarioBiblioteconomiaArquivologia%20%282%29.pdf Acesso em 30 de jan. 2024.

CUNHA, M. M. de P. da; MASCARENHAS, F. S. A Diplomática contemporânea como instrumento para a organização da informação em arquivos. **Em Questão**, v. 20, n. 2, p. 28-43, 2014..

DELMAS, B. Manifesto para uma diplomática contemporânea. In: **Arquivos para quê?** Textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DELMAS, B. A diplomática diante da metamorfose das fontes. In: **Arquivos para quê?** Textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DUCHEIN, M. O respeito dos fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, v. 10-14, n. 2, 1986, p. 01-16.

DURANTI, L. Diplomática: novos usos para uma antiga ciência. **Revista de fontes**, v. 7, n. 13, p. 6-39, 2020.

DURANTI, L. Diplomática: novos usos para uma antiga ciência. **Revista de fontes**, v. 7, n. 13, p. 6-39, 2020.

ESPAÑA. Ministério de Cultura de España. Dirección General del Libro, Archivos y Bibliotecas. Subdirección General de los Archivos Estatales. Diccionario de terminología archivística. Madrid, 1993.

ESTEBAN NAVARRO, M. Á. La representación y la organización del conocimiento en los archivos: los lenguajes documentales ante los procesos de clasificación, ordenación y descripción. In: **Organización del conocimiento en sistemas de información y documentación: actas del I Encuentro de ISKO-España, Madrid, 4 y 5 de noviembre de 1993**. Universidad de Zaragoza, 1995. p. 65-90.

ESTEBAN NAVARRO, M. A; GARCÍA MARCO; J. F. Las “Primeras Jornadas sobre Organización del Conocimiento: Organización del Conocimiento e Información Científica”. **Scire**, v. 1, n. 1, p. 149-157, 1995.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Anthropology and history**. Manchester University Press, 1961.

FEITOZA, R. A. B;  SOUSA, L. F; CAMPOS, I. M. S; DUARTE, E. N. Memória Organizacional na Ciência da Informação: desvendando relações com o Conhecimento Organizacional. **Em Questão**, p. 473-498, 2019.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Artmed editora, 2008.

FERREIRA, L. E. **O fundo de Arquivo e o Princípio de Proveniência: uma observação entre a teoria e a prática.** 148 fls.Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília, 2012.

FONSECA, M. O. **Arquivologia e Ciência da Informação: (Re) definição de marcos interdisciplinares**. 181 fls. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Rio de Janeiro, Brasil, 2004.

FORTES, A. O Partido dos Trabalhadores na voz de seus fundadores: História Oral, memória coletiva e institucionalização. **Perseu: História, Memória e Política**, n. 1, 2007.

FORTES, A; FRENCH, J. A" Era Lula", as eleições presidenciais de 2010 e os desafios do pós-neoliberalismo. **Tempo Social**, v. 24, p. 201-228, 2012.

FRENCH, J. D. Os Trabalhos Arquivísticos Voltado ao Mundo dos Trabalhadores: Avanços e Desafios na América Latina desde 1992. In: **O mundo dos trabalhadores e seus arquivos**, p. 83-101, 2009.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Guia do Acervo do Centro Sérgio Buarque de Holanda: Guia do acervo / [organizador] Carlos Henrique Metidieri Menegozzo. -- São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. 248 p. : il. Disponível em: https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/guiadoacervo_CSBH.pdf Acesso em 11 de mai. 2024.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. A Tese Santo André-Lins. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/01-atesedesantoandre-lins_0.pdf Acesso em 11 de mai. 2024.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Regimento Interno do Partido dos Trabalhadores. Disponível em: https://siac.fpabramo.org.br/uploads/acervo/PTDN-DP_1981_0001-0004_Apg76Uf.pdf Acesso em 15 de mai. 2024.

GARCÍA MARCO, F. J. Avances en organización del conocimiento en España: los II encuentros sobre organización del conocimiento en los sistemas de información y documentación. In: GARCÍA MARCO, F.J. (ed.) Organización del conocimiento en sistemas de información y documentación. Zaragoza: **Librería General**, p.7-12. 1997.

GARCÍA MARCO, F. J. Contexto y determinantes funcionales de la clasificación documental. **Scire: representación y organización del conocimiento**, p. 109-145, 1996.

GEERTZ, C. History and anthropology. **New Literary History**, v. 21, n. 2, p. 321-335, 1990.

GEERTZ, C. Thick description: Toward an interpretive theory of culture. In: **The cultural geography reader**. Routledge, 2008. p. 41-51.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. Métodos de Pesquisa.Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil–UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica–Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. **Porto alegre: Editora da UFRGS**, v. 2, n. 0, p. 0, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf Acesso em 22 de jan. 2024.

GONÇALVES, J. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. Vol. 2. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

GRESSLER, L. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. 3ª Ed. Rev. Atual., São Paulo: Loyola, 2007.

GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. S. Effective evaluation: Improving the usefulness of evaluation results through responsive and naturalistic approaches. **Jossey-Bass**, 1981. Disponível em: https://gwern.net/doc/sociology/1981-guba-effectiveevaluation.pdf Acesso em 23 de jan. 2024.

GUIMARÃES, J. A. C; SALES, R. de. Análise documental: concepções do universo acadêmico brasileiro em Ciência da Informação. **DataGramaZero-Revista de Ciência da Informação**, v. 11, n. 1, p. 1-17, 2010.

GUIMARÃES, J. A. C; TOGNOLI, N. B. Provenance as a domain analysis approach in archival knowledge organization. **KNOWLEDGE ORGANIZATION**, v. 42, n. 8, p. 562-569, 2015.

GUIMARÃES, J. A. C; MATOS, D. F. de O.; SANTOS, A. Y; SALES, Rodrigo de. A dimensão conceitual da organização do conhecimento no universo científico da ISKO: uma análise de domínio a partir dos congressos… // **Scire.** 21:2 (jul.-dic. 2015a) 13-26. ISSN 1135-3716.
GUIMARÃES, J. A. C. Organização do conhecimento: passado, presente e futuro sob a perspectiva da ISKO. **Informação & Informação**, v. 22, n. 2, p. 84-98, 2017.

HEREDIA HERRERA, A. Ciencias y técnicas auxiliares de la archivística. In: **Archivística General: teoría y práctica**. Antonia Heredia Herrera, servicio de publicaciones de la diputación de Sevilla. 5ª Edición actualizada y aumentada, 1991.

HEREDIA HERRERA, A. OFFICINA. **Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo**, São Paulo, v.1, n.1, p. 72-104, 2022. Associação de Arquivistas de São Paulo.

HJORLAND, B. Fundamentals of knowledge organization. **Knowledge Organization**, v. 30, n. 2, p. 87-111, 2003.

HJORLAND, B. What is knowledge organization (KO)?. **Knowledge Organization**, v. 35, n. 2-3, p. 86-101, 2008.

HJØRLAND, B. Concept theory. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 60, n. 8, p. 1519-1536, 2009.

ISAAR(CPF): norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias/tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 2. ed., Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/isaar_cpf.pdf Acesso em 21 de out. 2024.

ISDIAH: Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico/Conselho Internacional de Arquivos; tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/isdiah.pdf Acesso em 21 de out. 2024.KOTTAK, C. Antropología cultural. Espejo para la humanidad. Madrid: Mac Graw, 1977.

KRIPKA, R. M. L; SCHELLER, M; BONOTTO, D. de L. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de Investigaciones de la UNAD**, v. 14, n. 2, 2015.

LÉVI-STRAUSS, C. **Pensamento Selvagem**. Papirus Editora, 1990.

LINDEN, L. L. Organização do conhecimento e Arquivologia: diálogos e prospecções. In: **Organização e representação do conhecimento em múltiplas abordagens** / Organizadores Thiago Henrique Bragato Barros, Rita do Carmo Ferreira Laipelt. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

LITTON, G. **A pesquisa bibliográfica em nível universitário**. Tradução de Terezine Arantes Ferraz. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1975.

LIMA, J. L. O.; ALVARES, L. Organização e representação da informação e do conhecimento. In; ALVARES, L. (Org.). Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações. São Paulo: B4 Editores, 2012. 248 p. Capítulo 1, p. 21/48.

LIMA, E. dos S; FLORES, D. DA DIPLOMÁTICA CLÁSSICA À DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA: uma revisão de literatura. **Archeion Online; v. 3, n. 2 (2015)**, v. 24, n. 2

LINDEN, L. L. Organização do conhecimento e Arquivologia: diálogos e prospecções. In: Organização e representação do conhecimento em múltiplas abordagens / Organizadores Thiago Henrique Bragato Barros, Rita do Carmo Ferreira Laipelt. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

LOBO, Maria de Fátima Diniz; BARCELLOS, Sílvia de Oliveira de. Guias de fontes de informação: metodologia para geração e automação. **Ciência da informação**, v. 21, n. 1, 1992.

LOPEZ, A. P. A. **Tipologia documental para arquivos de partidos e associações políticas no Brasil contemporâneo**. 12º Congresso Brasíleiro de Arquivologia. João Pessoa, Paraíba. 1998.

LOPEZ, A. P. A. **Tipologia documental de partidos e associações políticas brasileiras.** São Paulo: História Social USP/ Loyola, 1999.

LOPEZ, A. P. A. IDENTIFICAÇÃO DE TIPOLOGIAS DOCUMENTAIS EM ACERVOS DOS TRABALHADORES. In: **Arquivos do mundo dos trabalhadores: coletânea do 2o Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos: memória e resistência/organizadores** Antonio José Marques e Inez Terezinha Stampa. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2012.

MACEDO, N. D. Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa. Edições Loyola, 1995.

MABILLON, J. **De re diplomatica libri sex**. Paris. 1681.

MACIEL, E. M. F. Caminhos e (des) caminhos de um pensar plural: o pensamento político do Partido dos Trabalhadores. 278 fls. Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2005.

MARQUES, A. A. da C. Os lugares da arquivologia no campo da informação. **Ciência da informação,** v. 42, n. 1, 2013.

MARQUES, A. A. da C; TOGNOLI, N. B. Entre a Arquivologia e outras disciplinas: promessas de interdisciplinaridade? **Páginas A&B: arquivos e bibliotecas;** 3ª série. Nº 6 (2016); 65-83, v. 24, n. 2, p. 83-65, 2016.

MALINOWSKI, B. Practical anthropology. **Africa**, v. 2, n. 1, p. 22-38, 1929.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, v. 6, 2001.

MARCONI, M de A; LAKATOS, E. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia científica**. 7.ed. - São Paulo: Atlas, 2016.

MEAD, M. Visual anthropology in a discipline of words. **Principles of visual anthropology**, v. 3, p. 3-12, 1995.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 11 ed. - 5. Reimpr. - São Paulo : Atlas, 2012.

MELO, M. A. F; BRÄSCHER, M. Termo, conceito e relações conceituais: um estudo das propostas de Dahlberg e Hjorland. **Ciência da Informação**, v. 43, n. 1, 2014.

MENDONÇA, O. Partidos políticos brasileiros. **Revista de ciência política**, v. 24, n. 1, p. 18-29, 1981. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/181227/000389902.pdf?sequence=3&isAllowed=y Acesso em 07 de abr. 2024.

MENEZES, A. H. N; DUARTE; F. R; CARVALHO, L . O. R; SOUZA, T. E. S. **Metodologia científica: teoria e aplicação na educação a distância.** Universidade Federal do Vale do São Francisco, Petrolina-PE, p. 1-84, 2019. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/dacc/noticias/livro-univasf/metodologia-cientifica-teoria-e-aplicacao-na-educacao-a-distancia.pdf Acesso em 22 de jan. 2024.

MENEGOZZO, C. H. M. Partido dos Trabalhadores : bibliografia comentada (1978-2002) / Carlos Henrique Metidieri Menegozzo ; colaboração Dainis Karepovs ... [et al.]. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

NEGREIROS, L. R. **Sistemas eletrônicos de gerenciamento de documentos arquivísticos: um questionário para seleção, aplicação e avaliação** / Leandro Ribeiro Negreiros. – Belo Horizonte, 2007.

NAVARRO, M. A. E; GARCÍA MARCO, F. J. Las “primeras jornadas sobre organización del conocimiento: organización del conocimiento e información científica”. **Scire: representación y organización del conocimiento.** p. 149-157, 1995.

OLIVEIRA, U. J. A institucionalidade democrática brasileira e o PT. In: Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002. recurso eletrônico] / Ueber José de Oliveira. - Dados eletrônicos. - Vitória, ES : Edufes, 2023. 265 p. : il ; 21 cm. - (Coleção Pesquisa Ufes; 53). Disponível em:

https://repositorio.ufes.br/server/api/core/bitstreams/ccfd7628-2019-4861-b58c-d528bda5a7fb/content Acesso em 11 de mai. 2024.

PANDO, D. A. Epistemologia da organização da informação: uma análise de sua cientificidade no contexto brasileiro. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2018. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/e45d0ec1-659a-455c-ab35-f86682f400b9/content Acesso em 02 de jul. 2024.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Estatuto Oficial do Partido dos Trabalhadores. Alterações ao Estatuto do PT aprovadas de acordo com as normas estatutárias e legais, registradas na Ata da reunião do 6º Congresso Nacional do PT de 1,2 e 3 de junho de 2017. Disponível em: https://pt.org.br/wp-content/uploads/2018/03/estatuto-pt-2012-versao-final-alterada-junho-2017.pdf Acesso em 22 de abr. 2024.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Secretarias e Setoriais do PT. Disponível em: https://pt.org.br/secretarias-e-setoriais/ Acesso em 29 de abril de 2024.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Catálogo do Acervo da FPA. Disponível em: https://siac.fpabramo.org.br/searchAcervo/1958 Acesso em 12 de mai. 2024.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Site Oficial do PT. Disponível em: https://pt.org.br/ Acesso em 12 de mai. 2024.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Teses para a atuação do PT. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/06-tesesparaaatuacaodopt.pdf Acesso em 29 de abril de 2024.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Comissão Executiva Nacional. Disponível em: https://pt.org.br/comissao-executiva-nacional/ Acesso em 29 de abril de 2024.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. O modo petista de governar e legislar. Disponível em: https://redept.org/uploads/biblioteca/Caderno_O_Modo_Petista_de_Governar_e_de_Atua%C3%A7%C3%A3o_Parlamentar.pdf Acesso em 06 de mai. 2024.

PINHEIRO, L. V; SILVA, E. L. da. As redes cognitivas na Ciência da Informação brasileira: um estudo nos artigos científicos publicados nos periódicos da área. **Ciência da Informação**, v. 37, p. 38-50, 2008.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013.

REIS, D. A. O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. As esquerdas no Brasil. **Revolução e democracia**, v. 1, p. 503-540, 2007.

RODRIGUES, A. C. Diplomática como base para a construção do método de identificação do documento de arquivo. **Revista de fontes**, v. 7, n. 13, p. 55-77, 2020.
ROUSSEAU, J. Y; COUTURE, C. **Os Fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998, 356 p

RUIPÉREZ, M. G; DÍAZ, J. C. G. El concepto de documento desde una perspectiva interdisciplinar: de la diplomática a la archivística. **Revista general de información y documentación**, v. 13, n. 2, p. 7-35, 2003.

SALES, R; MURGUIA, E. I. Instaurações discursivas da organização do conhecimento: HE Bliss e a International Society for Knowledge Organization (ISKO). **Ciência da Informação; v. 44, n. 3 (2015)**, v. 24, n. 2, 2015.

SAN SEGUNDO, R. **Visibilidad científica y diálogos internacionales en Organización del conocimiento**. In:. Desafios e perspectivas científicas para a organização e representação do conhecimento na atualidade. [recurso eletrônico] José Augusto Chaves Guimarães, Vera Dodebei (organizadores). – Marília: ISKO-Brasil : FUNDEPE, 2012. 285: il., fots.

SALVADOR, Â. D. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**. 3. Ed. Sulina, 1973.

SEVERINO, A. J. Pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa experimental, pesquisa de campo. In: **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico] / Antônio Joaquim Severino. -- 1. ed. -- São Paulo : Cortez, 2013. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico_-_1%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o_-_Antonio_Joaquim_Severino_-_2014.pdf Acesso em 22 de jan. 2024.

SCHMIDT, C. M. dos S. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações** / Clarissa Moreira dos Santos Schmidt – São Paulo : C. M. S. Moreira, 2012. 320 p. : il. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

SCHMIDT, C; SMIT, J. Organização e representação da informação em arquivos: uma análise a partir da função classificação. In: **Congreso Isko España y Congreso Isko España-Portugal**. 2015.

SILVA, N. R; RIBEIRO, N. C; OLIVEIRA, D. A. Licenças alternativas de proteção intelectual atribuídas a periódicos técnicos e/ou científicos da área da Ciência da Informação no contexto da Ciência Aberta. **ConCI: Convergências em Ciência da Informação,** v. 4, p. 1-30, 2021.

SILVA, A. M. S. ; TOGNOLI, N. B. **A Arquivologia na Organização do Conhecimento: uma análise de domínio nos periódicos Knowledge Organization e Scire**. In: Thiago Henrique Bragato Barros; Natália Bolfarini Tognoli. (Org.). Organização do conhecimento responsável: promovendo sociedades democráticas e inclusivas. 1ed.Belém: Universidade Federal do Pará - UFPA, 2019, v. , p. 105-113.

SILVA, dos S. I. B; NOVO, H. F. Organização do conhecimento em arquivos sob a égide simbólica e multidimensional dos conjuntos documentais. **Acervo**, v. 35, n. 2, p. 1-21, 2022.

SILVA, A. M. S. DA; TOGNOLI, N. A organização do conhecimento arquivístico: a emergência de uma comunidade discursiva brasileira. **Acervo**, v. 35, n. 2, p. 1-17, 5 abr. 2022.

SILVA, C. G. da; CORUJO, L. Organização do conhecimento e arquivística: relações e prismas teóricos. **Acervo**, v. 35, n. 2, p. 1-23, 2022.

SINGER, A. A segunda alma do Partido dos Trabalhadores. **Novos estudos CEBRAP**, p. 89-111, 2010. Acesso em 03 de abr. 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/nec/a/4zLHLSfPBwnh58f5K3Cr86w/?lang=pt&format=pdf

SINGER, P. A fundação do Partido dos Trabalhadores. Folha de São Paulo. Tendências e debates. 1980. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/03-P1_Dossie-Doctos.pdf Acesso em 14 de mai. 2024.

SMIRAGLIA, R. **The epistemological dimension of knowledge organization**. In: Complexidade e organização do conhecimento: desafios de nosso século. [recurso eletrônico] Vera Dodebei, José Augusto Chaves Guimarães. (organizadores). – Rio de Janeiro : ISKO-Brasil ; Marília : FUNDEPE, 2013. 310 p. il..

SOUSA, R. T. B. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite. (Org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003, v. 2, p. 240-269. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/1439. Acesso em 17 jun. 2022.

SOUSA, R. T. B. CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS: TRAJETÓRIA DE UM CONCEITO. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v.2, n. 2, p 120-142, ago./dez. 2006.

SOUZA, C. L. Princípios arquivísticos na literatura internacional e nacional: mapeamento do princípio da proveniência. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 5, n. 2, 2012.

STRAUSS, C. L. **Tristes trópicos**. Lisboa: Edições 70, 1979.

TALLAFIGO, M. R. Ayer y hoy de la Diplomática, Ciencia de la Autenticidad de los documentos. In: Documento y archivo de gestión diplomática de ahora mismo. S&C ediciones. Universidad Internacional Menéndez Pelayo, 1994.

TOGNOLI, N. B; GUIMARÃES, J. A. C. Postmodern archival science and contemporary diplomatics New approaches for archival knowledge organization. Paradigms and conceptual systems in knowledge organization, p. 405-411, 2010.

TOGNOLI, N. B; GUIMARÃES, J. A. C. A organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das abordagens científicas canadenses. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 16, p. 21-44, 2011.

TOGNOLI, N. B. A origem do método diplomático como subsídio à organização da informação arquivística. um estudo a partir das obras de Diplomática. In: Fernanda Ribeiro; Maria Elisa Cerveira. (Org.). Informação e/ou conhecimento: as duas faces de Jano. 1ed.Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto - CETAC. Media, 2013, v. 1, p. 675-687.

TOGNOLI, N. B; GUIMARÃES, J. A. C; TENNIS, J. T. Diplomatics as a methodological perspective for archival knowledge organization. NASKO, v. 4, p. 204-212, 2013.

TOGNOLI, N. B; GUIMARÃES, J. A. C. Provenance as a knowledge organization principle. Knowledge organization, v. 46, n. 7, p. 558-68, 2019.

TOGNOLI, N. B; SCHMIDT, C; GUIMARÃES, J. A. C. Context as a Core Concept in Archival Knowledge Organization. In: Knowledge Organization across Disciplines, Domains, Services and Technologies. Ergon-Verlag, 2022. p. 273-284.

TOGNOLI, N. B; GUIMARÃES, J. A. C. Contribuições da metateoria para o método diplomático em Arquivologia. **Ciência da Informação**, v. 42, n. 1, 2013.

TOGNOLI, N. B; RODRIGUES, A. C; GUIMARÃES, J. A. C. Definindo o conhecimento arquivístico: estruturas conceituais. **Informação & Informação**., Londrina, v. 24, n. 2, p. 58 – 75, maio/ago. 2019.

TOGNOLI, N. B; GUIMARÃES, J. A. C. A diplomática contemporânea como base metodológica para a organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das ideias de Luciana Duranti. In: Nuevas perspectivas para la difusión y organización del conocimiento: actas del congreso. Servicio de Publicaciones, 2009. p. 38-47.

TOGNOLI, N. B; GUIMARÃES, J. A. C. Contribuições da metateoria para o método diplomático em Arquivologia. Ciência da Informação, v. 42, n. 1, 2013.

TOGNOLI, N. B. Início da Diplomática Contemporânea: a mudança no foco da arte

crítica. In: A construção teórica da Diplomática: em busca de uma sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos arquivísticos. 161 fls. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília, 2013.

TOGNOLI, N. B. La organización del conocimiento archivístico desde la Diplomatica: elementos históricos y conceptuales de un método en revisión. // Scire. 21:1 (en.-jun. 2015) 35-40.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Sistema de Filiação Partidária. Disponível em: https://www.tse.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/relacao-de-filiados Acesso em 02 de abr. 2024.

TOGNOLI, N; B; SILVA, M. S. da; SILVA, A. P. da. Organização do Conhecimento e Arquivologia: uma análise de domínio nos periódicos Knowledge Organization e Scire. Informação & Informação, v. 24, n. 3, p. 52-77, 2019.

TOGNOLI, N. B; RODRIGUES, A. C; GUIMARÃES, J. A. C. Definindo o conhecimento arquivístico: estruturas conceituais. Informação & Informação., Londrina, v. 24, n. 2, p. 58 – 75, maio/ago. 2019.

TROITIÑO-RODRIGUEZ, S. M. Tipologia Documental do Juízo de Órfãos de São Paulo. In: O Juízo de Órfãos de São Paulo: caracterização de tipos documentais (séc. XVI-XX). 283 fls. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Departamento de História - Programa de Pós-graduação em História Social, São Paulo, 2010.

TROITIÑO RODRÍGUEZ, S. M; FONSECA, G. F. The contribution of archival identification to knowledge organization in personal archives. Knowledge Organization and Cultural Diversity [recurso eletrônico] / José Augusto Chaves Guimarães, Vera Dodebei, organizadores. -- Pernambuco: ISKO-Brasil ; UFPE, 2017. 760 f. ; 30 cm. INTERNATIONAL SOCIETY KNOWLEDGE ORGANIZATION, Marília – SP. 322-327.

TRUJILLO FERRARI, Alfonso. Metodologia da pesquisa científica. **São Paulo: McGraw-Hill do Brasil**, 1982.

Universidade Estadual Paulista (UNESP). Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa. Disponível em: https://www.assis.unesp.br/#!/pesquisa/cedap/informacoes/historico/ Acesso em 31 de mai. 2024.

VITAL, L. P; MEDEIROS, G. M. de; BRASCHER, M. Classificação e descrição arquivística como atividades de organização e representação da informação e do conhecimento. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, v. 11, n. 4, 2017.

VERONEZ JÚNIOR, W. R; MARTÍNEZ-ÁVILA, D; TROITIÑO-RODRÍGUEZ, S. M. Arquivologia e Organização do Conhecimento: uma análise nos anais da Isko Brasil, Isko Internacional e Isko Ibérico. In: Silva, Carlos Guardado da, Revez, Jorge & Corujo, Luís (Eds.). (2021). **Organização do Conhecimento no Horizonte 2030: Desenvolvimento Sustentável e Saúde: Atas do V Congresso ISKO Espanha-Portugal, Universidade de Lisboa.** Faculdade de Letras, 25 e 26 de novembro de 2021. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, Colibri. (CA – Ciência Aberta; 1) ISBN 978-989-566-137-4 CDU 025.4(063)

VERONEZ JÚNIOR, W. R., ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de, TROITIÑO-RODRIGUEZ, S. M. T; MARTÍNEZ-ÁVILA, D. (2022b). La dimensión política de la mediación de la información en los archivos de los partidos políticos brasileños: el caso del Partido de los Trabajadores. **Revista EDICIC**, 2(1). Disponível em: https://ojs.edicic.org/index.php/revistaedicic/article/view/138 Acesso em 05 de jan. 2023.

VERONEZ JÚNIOR, W. R; MARTÍNEZ-ÁVILA, D; TROITIÑO-RODRÍGUEZ, S. M. **Dimensões científicas e epistemológicas da Organização do Conhecimento Arquivístico: análise com base nas contribuições de Bunge e Japiassu**. XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXII ENANCIB, edição 2022c.

VERONEZ JUNIOR, W. R.; CAMOLEZE, J. M. C. ; TROITINO-RODRIGUEZ, S. M. ; MARTINEZ-AVILA, D. Conocimiento en Movimiento: reflexiones sobre la organización y representación de los archivos del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST). **Revista EDICIC**, v. 3, p. 1-15, 2023.

VERONEZ JUNIOR, W. R; MARTINEZ-AVILA, D. ; TROITINO-RODRIGUEZ, S. M. Análise das práticas de organização do conhecimento em arquivos de partidos políticos brasileiros: o caso do acervo do Partido dos Trabalhadores. In: PABLO PARRA VALERO FABIANA DA SILVA FRANÇA MARÍA JESÚS COLMENERO RUIZ SONIA SÁNCHEZ CUADRADO. (Org.). **Memória, Gestión y Políticas de información.** 1ed.Madrid: Editorial Dykinson, 2023, v. 1, p. 451-468.

VERONEZ JÚNIOR, W. R. **Epistemologia Social e Organização do Conhecimento: contribuições às abordagens culturais.** 189 fls. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista - UNESP - Faculdade de Filosofia e Ciências - FFC - Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação - PPGCI. Marília - SP, 2021.

VERONEZ JÚNIOR, W. R; MARTÍNEZ-ÁVILA, D; TROITIÑO-RODRÍGUEZ, S. M. Arquivologia e Organização do Conhecimento: uma análise nos anais da Isko Brasil, Isko Internacional e Isko Ibérico. In: Silva, Carlos Guardado da, Revez, Jorge & Corujo, Luís (Eds.). (2021). **Organização do Conhecimento no Horizonte 2030: Desenvolvimento Sustentável e Saúde: Atas do V Congresso ISKO Espanha-Portugal, Universidade de Lisboa.** Faculdade de Letras, 25 e 26 de

novembro de 2021. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, Colibri. (CA – Ciência Aberta; 1) ISBN 978-989-566-137-4 CDU 025.4(063)

VERONEZ JÚNIOR, W. R., ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de, TROITIÑO-RODRIGUEZ, S. M. T; MARTÍNEZ-ÁVILA, D. (2022b). La dimensión política de la mediación de la información en los archivos de los partidos políticos brasileños: el caso del Partido de los Trabajadores. **Revista EDICIC**, 2(1). Disponível em: https://ojs.edicic.org/index.php/revistaedicic/article/view/138 Acesso em 05 de jan. 2023.

VERONEZ JÚNIOR, W. R; MARTÍNEZ-ÁVILA, D; TROITIÑO-RODRÍGUEZ, S. M. **Dimensões científicas e epistemológicas da Organização do Conhecimento Arquivístico: análise com base nas contribuições de Bunge e Japiassu**. XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXII ENANCIB, edição 2022.

VERONEZ JUNIOR, W. R.; CAMOLEZE, J. M. C. ; TROITINO-RODRIGUEZ, S. M. ; MARTINEZ-AVILA, D. Conocimiento en Movimiento: reflexiones sobre la organización y representación de los archivos del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST). **Revista EDICIC**, v. 3, p. 1-15, 2023.

VERONEZ JÚNIOR, W. R; TROITIÑO-RODRIGUEZ, S. M; MARTÍNEZ-ÁVILA, D; SAN-SEGUNDO, R. Reflections on the Relations between Archival Science and Knowledge Organization: A Focus on Archival Classification. In: **Knowledge Organization for Resilience in Times of Crisis: Challenges and Opportunities**. Ergon-Verlag, 2024. p. 429-434.

VERONEZ JUNIOR, W. R.; SANTOS JUNIOR, E. A. ; POLONINI, J. F. G. ; CAMOLEZE, J. M. C. . ARQUIVOS DE MOVIMENTOS SOCIAIS: produção e organização do conhecimento no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. ATOZ: NOVAS PRÁTICAS EM INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO, 2025.

## APÊNDICE

A seguir, para fins de compreensão sobre o processo de mapeamento, análise e diagnóstico dos acervos documentais do PT no estado de São Paulo, será apresentado um modelo de ficha de coleta de dados proposta para esta pesquisa e que foi utilizada principalmente para a coleta de dados nos acervos.

**1 - Ficha de coleta de dados - Diretório do PT Marília**

| NOME DA INSTITUIÇÃO | DESCRIÇÃO |
|---|---|
| **DIRETÓRIO** | Partido dos Trabalhadores de Marília |
| **ANO DE FUNDAÇÃO** | 1980-atualmente |
| **PERÍODO DE COLETA DE DADOS** | Fevereiro de 2022 |
| **LOCALIZAÇÃO** | Centro-oeste paulista<br><br>Não possui sede própria, as atividades, assim como os registros documentais são preservados em um sindicato de professores denominado APEOESP. |

| | |
|---|---|
| **QUANTIDADE** | Aproximadamente 50 itens documentais |
| **ATIVIDADES DESENVOLVIDAS** | Análise e identificação documental |
| **DOCUMENTOS ENCONTRADOS** | Fotografias, recortes de jornais, jornais, ofícios, atas de reuniões, fotografias emolduradas, panfletos de campanha eleitoral |
| **SITUAÇÃO DO ACERVO DIAGNOSTICADO** | Documentação fragmentada e dispersa<br><br>Necessidade de recomposição dos fundos documentais por meio de um guia de fontes |
| **RESPONSÁVEL PELO ACERVO** | Mário Teruya |
| **INSTRUMENTOS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO** | Não possui plano de classificação, quadro de arranjo e tabela de temporalidade, nem mesmo guias, índices, repertórios e catálogos. |

**Fonte:** elaboração própria (2024)

**2 - Ficha de coleta de dados - Diretório Nacional do PT (Fundação Perseu Abramo)**

| NOME DA INSTITUIÇÃO | DESCRIÇÃO |
|---|---|
| **DIRETÓRIO** | Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores<br>Fundação Perseu Abramo<br>Antiga Fundação Wilson Pinheiro |
| **ANO DE FUNDAÇÃO** | 1996-atualmente |
| **PERÍODO DE COLETA DE DADOS** | Agosto de 2022 |
| **LOCALIZAÇÃO** | Capital Paulista<br>Vila Mariana - SP<br><br>Possui sede própria |
| **QUANTIDADE** | Aproximadamente 900 caixas-arquivo |
| **ATIVIDADES DESENVOLVIDAS** | Análise e identificação documental |
| **DOCUMENTOS ENCONTRADOS** | Fotografias, jornais, recortes de jornais, planilhas financeiras, panfletos de campanha eleitoral, microfilmes, roupas, bonés e bandeiras |

| | |
|---|---|
| **SITUAÇÃO DO ACERVO DIAGNOSTICADO** | Atualização do guia para se ter uma noção real da quantidade de fundos documentais existentes no acervo da FPA<br><br>Necessidade de elaboração do plano de classificação e da tabela de temporalidade |
| **RESPONSÁVEL PELO ACERVO** | Sarkis Alves |
| **INSTRUMENTOS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO** | Não possui plano de classificação, quadro de arranjo e tabela de temporalidade, nem mesmo índices, catálogos e repertórios. |

**Fonte:** elaboração própria (2024)

**3 - Ficha de coleta de dados - Diretório do PT de São José dos Campos**

| NOME DA INSTITUIÇÃO | DESCRIÇÃO |
|---|---|
| **DIRETÓRIO** | Partido dos Trabalhadores de São José dos Campos |
| **ANO DE FUNDAÇÃO** | 1980-atualmente |
| **PERÍODO DE COLETA DE DADOS** | Abril e Maio de 2023 |
| **LOCALIZAÇÃO** | Vale do Paraíba<br><br>Não possui sede própria, pois a documentação está acondicionada em um prédio que pertence a um sindicato de trabalhadores. |
| **QUANTIDADE** | Aproximadamente 300 caixas-arquivos |
| **ATIVIDADES DESENVOLVIDAS** | Análise e identificação documental |
| **DOCUMENTOS ENCONTRADOS** | Fotografias, jornais, recortes de jornais, ofícios, fichas de filiações, planilhas financeiras, documentação contábil, cartas, correspondências, revistas, livros |
| **SITUAÇÃO DO ACERVO DIAGNOSTICADO** | Documentação fragmentada e dispersa.<br>Acervo suscetível a ataque de insetos e roedores |

| | |
|---|---|
| | Necessidade de recomposição dos fundos documentais por meio de um guia de fontes<br><br>Havia muito tempo que o acervo não era analisado, supõe-se que seja pelo menos 3 anos, uma vez que o espaço já estava com odor de mofo, bem como a documentação estava exposta a raios solares suscetíveis a ações de insetos e roedores que poderiam comprometer e deteriorar toda a documentação. |
| **RESPONSÁVEL PELO ACERVO** | Lin Fernandes |
| **INSTRUMENTOS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO** | Não possui plano de classificação, quadro de arranjo e tabela de temporalidade.<br><br>Elaboração de guias, índices, catálogos e repertórios e do plano de classificação, quadro de arranjo e da tabela de temporalidade. |

**Fonte:** elaboração própria (2024)

**4 - Ficha de coleta de dados - Diretório do PT de Tupã**

| NOME DA INSTITUIÇÃO | DESCRIÇÃO |
|---|---|
| **DIRETÓRIO** | Partido dos Trabalhadores de Tupã |
| **ANO DE FUNDAÇÃO** | 1980-atualmente |
| **PERÍODO DE COLETA DE DADOS** | Junho de 2023 |
| **LOCALIZAÇÃO** | Alta paulista<br><br>Não possui sede própria |
| **QUANTIDADE** | Aproximadamente 10 itens documentais |
| **ATIVIDADES DESENVOLVIDAS** | Análise e identificação documental |
| **DOCUMENTOS ENCONTRADOS** | Fotografias, jornais, recortes de jornais, ofícios, fichas de filiações, cartas, correspondências, revistas, livros |
| **SITUAÇÃO DO ACERVO DIAGNOSTICADO** | Documentação fragmentada e dispersa.<br><br>Necessidade de recomposição dos fundos |

| | |
|---|---|
| | documentais por meio de um guia de fontes |
| **RESPONSÁVEL PELO ACERVO** | Valci Silva |
| **INSTRUMENTOS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO** | Não possui plano de classificação, quadro de arranjo e tabela de temporalidade, nem mesmo guias, repertórios, índices e catálogos.<br><br>Necessidade de elaboração de guias e do plano de classificação, quadro de arranjo e da tabela de temporalidade para a organização e representação do conhecimento. |

**Fonte:** elaboração própria (2024).

**5 - Ficha de coleta de dados - Diretório do PT de Taubaté**

| NOME DA INSTITUIÇÃO | DESCRIÇÃO |
|---|---|
| **DIRETÓRIO** | Partido dos Trabalhadores de Taubaté |
| **ANO DE FUNDAÇÃO** | 1980-atualmente |
| **PERÍODO DE COLETA DE DADOS** | Junho de 2023 |
| **LOCALIZAÇÃO** | Vale do Paraíba<br><br>Não possui sede própria |
| **QUANTIDADE** | Aproximadamente 30 itens documentais |
| **ATIVIDADES DESENVOLVIDAS** | Análise e identificação documental |
| **DOCUMENTOS** | Fotografias, jornais, recortes de jornais, ofícios, fichas de filiações, cartas, correspondências, revistas, livros |
| **SITUAÇÃO DO ACERVO DIAGNOSTICADO** | Documentação fragmentada e dispersa. |

| | |
|---|---|
| | Necessidade de recomposição dos fundos documentais por meio de um guia de fontes |
| **RESPONSÁVEL PELO ACERVO** | Sebastião Florêncio |
| **INSTRUMENTOS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO** | Não possui plano de classificação, quadro de arranjo e tabela de temporalidade, guias, índices, repertórios e catálogos.<br><br>Necessidade de elaboração do plano de classificação, quadro de arranjo e da tabela de temporalidade para a organização e representação do conhecimento. |

**Fonte:** elaboração própria (2024)

**6 - Ficha de coleta de dados - Diretório do PT de Jacareí**

| NOME DA INSTITUIÇÃO | DESCRIÇÃO |
|---|---|
| **DIRETÓRIO** | Partido dos Trabalhadores de Jacareí |
| **ANO DE FUNDAÇÃO** | 1980-atualmente |
| **PERÍODO DE COLETA DE DADOS** | Julho de 2023 |
| **LOCALIZAÇÃO** | Vale do Paraíba<br><br>Não possui sede própria |
| **QUANTIDADE** | Aproximadamente 100 itens documentais |
| **ATIVIDADES DESENVOLVIDAS** | Análise e identificação documental |
| **DOCUMENTOS ENCONTRADOS** | Fotografias, jornais, recortes de jornais, ofícios, fichas de filiações, cartas, correspondências, revistas, livros |
| **SITUAÇÃO DO ACERVO DIAGNOSTICADO** | Documentação fragmentada e dispersa. |

| | |
|---|---|
| | Necessidade de recomposição dos fundos documentais |
| **RESPONSÁVEL PELO ACERVO** | Aias Santana |
| **INSTRUMENTOS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO** | Não possui plano de classificação, quadro de arranjo e tabela de temporalidade, guias, índices, repertórios e catálogos.<br><br>Elaboração de guias e do plano de classificação e da tabela de temporalidade |

**Fonte:** elaboração própria (2024)

**7 - Ficha de coleta de dados - Diretório do PT de Lins**

| NOME DA INSTITUIÇÃO | DESCRIÇÃO |
|---|---|
| **DIRETÓRIO** | Partido dos Trabalhadores de Lins |
| **ANO DE FUNDAÇÃO** | 1980 |
| **PERÍODO DE COLETA DE DADOS** | Julho de 2023 |
| **LOCALIZAÇÃO** | Centro-oeste<br><br>Não possui sede própria |
| **QUANTIDADE** | Aproximadamente 30 itens documentais |
| **ATIVIDADES DESENVOLVIDAS** | Análise e identificação documental |
| **DOCUMENTOS ENCONTRADOS** | Fotografias, jornais, recortes de jornais, ofícios, fichas de filiações, cartas, correspondências, revistas, livros |
| **SITUAÇÃO DO ACERVO DIAGNOSTICADO** | Documentação fragmentada e dispersa. |

| | |
|---|---|
| | Necessidade de recomposição dos fundos documentais por meio de um guia de fontes |
| **RESPONSÁVEL PELO ACERVO** | João Pimenta |
| **INSTRUMENTOS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO** | Não possui plano de classificação, quadro de arranjo e tabela de temporalidade, guias, índices, repertórios e catálogos.<br><br>Elaboração de guias e do plano de classificação e da tabela de temporalidade |

**Fonte:** elaboração própria (2024)

**8 - Ficha de coleta de dados - Diretório do PT de Penápolis**

| NOME DA INSTITUIÇÃO | DESCRIÇÃO |
|---|---|
| **DIRETÓRIO** | Partido dos Trabalhadores de Penápolis |
| **ANO DE FUNDAÇÃO** | 1980-atualmente |
| **PERÍODO DE COLETA DE DADOS** | Julho de 2023 |
| **LOCALIZAÇÃO** | Noroeste<br><br>Não possui sede própria, porém, o acervo está acondicionado em uma sala de reuniões do partido. |
| **QUANTIDADE** | Aproximadamente 100 itens documentais |
| **ATIVIDADES DESENVOLVIDAS** | Análise e identificação documental |
| **DOCUMENTOS** | Fotografias, jornais, recortes de jornais, ofícios, fichas de filiações, cartas, correspondências, revistas, livros |
| **SITUAÇÃO DO ACERVO** | Documentação fragmentada e dispersa.<br><br>Necessidade de recomposição dos fundos documentais |

| | |
|---|---|
| | por meio de um guia de fontes |
| **RESPONSÁVEL PELO ACERVO** | João Luis dos Santos e Geraldo Malta |
| **INSTRUMENTOS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO** | Não possui plano de classificação, quadro de arranjo e tabela de temporalidade, guias, índices, repertórios e catálogos.<br><br>Elaboração de guias e do plano de classificação e da tabela de temporalidade |

**Fonte:** elaboração própria (2024).

**9 - Ficha de coleta de dados - Diretório do PT de Garça**

| NOME DA INSTITUIÇÃO | DESCRIÇÃO |
|---|---|
| **DIRETÓRIO** | Partido dos Trabalhadores de Garça |
| **ANO DE FUNDAÇÃO** | 1980-atualmente |
| **PERÍODO DE COLETA DE DADOS** | Julho de 2023 |
| **LOCALIZAÇÃO** | Centro-oeste<br><br>Não possui sede própria, contudo, o acervo está condicionado na residência de um militante histórico do partido |
| **QUANTIDADE** | Aproximadamente 20 itens documentais |
| **ATIVIDADES DESENVOLVIDAS** | Análise e identificação documental |
| **DOCUMENTOS** | Fotografias, anotações, |

| | |
|---|---|
| **SITUAÇÃO DO ACERVO** | Documentação fragmentada e dispersa.<br><br>Necessidade de recomposição dos fundos documentais |
| **RESPONSÁVEL PELO ACERVO** | Lettério Santoro |
| **INSTRUMENTOS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO** | Não possui plano de classificação, quadro de arranjo e tabela de temporalidade, guias, índices, repertórios e catálogos.<br><br>Elaboração de guias e do plano de classificação e da tabela de temporalidade |

**Fonte:** elaboração própria (2024)

**10 - Ficha de coleta de dados - Diretório do PT de Bauru**

| NOME DA INSTITUIÇÃO | DESCRIÇÃO |
|---|---|
| **DIRETÓRIO** | Partido dos Trabalhadores de Bauru |
| **ANO DE FUNDAÇÃO** | 1980-atualmente |
| **PERÍODO DE COLETA DE DADOS** | Julho de 2023 |
| **LOCALIZAÇÃO** | Centro-oeste<br><br>Não possui sede própria, todavia, a documentação está em custódia de um militante histórico do partido, assim como acondicionada uma parte em um estabelecimento comercial. |
| **QUANTIDADE** | Aproximadamente 10 itens documentais |
| **ATIVIDADES DESENVOLVIDAS** | Análise e identificação documental |

| | |
|---|---|
| **DOCUMENTOS** | Fotografias |
| **SITUAÇÃO DO ACERVO** | Documentação fragmentada e dispersa.<br><br>Necessidade de recomposição dos fundos documentais |
| **RESPONSÁVEL PELO ACERVO** | Lettério Santoro |
| **INSTRUMENTOS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO** | Não possui plano de classificação, quadro de arranjo e tabela de temporalidade, guias, índices, repertórios e catálogos.<br><br>Elaboração de guias e do plano de classificação e da tabela de temporalidade |

**Fonte:** elaboração própria (2024)

**11 - Ficha de coleta de dados - Acervo do IEB**

| NOME DA INSTITUIÇÃO | DESCRIÇÃO |
|---|---|
| **INSTITUIÇÃO DOCUMENTAL** | Instituto de Estudos Brasileiros - Universidade de São Paulo (IEB/USP) |
| **ANO DE FUNDAÇÃO** | 1962-atualmente |
| **PERÍODO DE COLETA DE DADOS** | Julho de 2023 |
| **LOCALIZAÇÃO** | Capital Paulista<br><br>Possui sede própria<br><br>O acervo está localizado no IEB, sendo este vinculado a Universidade de São Paulo. |
| **QUANTIDADE** | Aproximadamente 73 itens documentais |
| **ATIVIDADES DESENVOLVIDAS** | Análise e identificação documental |

| | |
|---|---|
| **DOCUMENTOS** | Fotografias |
| **SITUAÇÃO DO ACERVO** | Acervo organizado de acordo com diretrizes arquivísticas |
| **RESPONSÁVEL PELO ACERVO** | Elisabete Ribas |
| **INSTRUMENTOS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO** | Possui plano de classificação, quadro de arranjo e tabela de temporalidade, guias, índices, repertórios e catálogos. |

**Fonte:** elaboração própria (2024)

**12 - Ficha de coleta de dados - Acervo do CEDAP**

| NOME DA INSTITUIÇÃO | DESCRIÇÃO |
|---|---|
| **DIRETÓRIO** | Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa da Universidade Estadual Paulista (CEDAP/UNESP) |
| **ANO DE FUNDAÇÃO** | 1996-atualmente |
| **PERÍODO DE COLETA DE DADOS** | Agosto de 2023 |
| **LOCALIZAÇÃO** | Centro-oeste<br>O acervo do PT está vinculado ao CEDAP, sendo este ligado a Universidade Estadual Paulista - Campus de Assis. |
| **QUANTIDADE** | Aproximadamente 10 peças documentais |

| | |
|---|---|
| **ATIVIDADES DESENVOLVIDAS** | Análise e identificação documental |
| **DOCUMENTOS** | Fotografias, recortes de jornais, jornais, revistas |
| **SITUAÇÃO DO ACERVO** | Acervo organizado de acordo com diretrizes arquivísticas |
| **RESPONSÁVEL PELO ACERVO** | Rodrigo Fukuhara |
| **INSTRUMENTOS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO** | Possui plano de classificação, quadro de arranjo e tabela de temporalidade, guias, índices, repertórios e catálogos. |

**Fonte:** elaboração própria (2024)

**13 - Ficha de coleta de dados - Diretório do PT de Osasco**

| NOME DA INSTITUIÇÃO | DESCRIÇÃO |
|---|---|
| **DIRETÓRIO** | Partido dos Trabalhadores de Osasco |
| **ANO DE FUNDAÇÃO** | 1980 |
| **PERÍODO DE COLETA DE DADOS** | Agosto de 2023 |
| **LOCALIZAÇÃO** | Grande São Paulo<br>Não possui sede própria, porém, o acervo do partido está em custódia de um militante histórico do PT |
| **QUANTIDADE** | Aproximadamente 10 peças documentais |
| **ATIVIDADES DESENVOLVIDAS** | Análise e identificação documental |
| **DOCUMENTOS** | Fotografias e livros |

| | |
|---|---|
| **SITUAÇÃO DO ACERVO** | Documentação fragmentada e dispersa.<br>Necessidade de recomposição dos fundos documentais |
| **RESPONSÁVEL PELO ACERVO** | José Pedro |
| **INSTRUMENTOS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO** | Possui plano de classificação, quadro de arranjo e tabela de temporalidade, guias, índices, repertórios e catálogos, guias e do plano de classificação e da tabela de temporalidade |

**Fonte:** elaboração própria (2024)

**14 - Ficha de coleta de dados - Acervo do CEDEM**

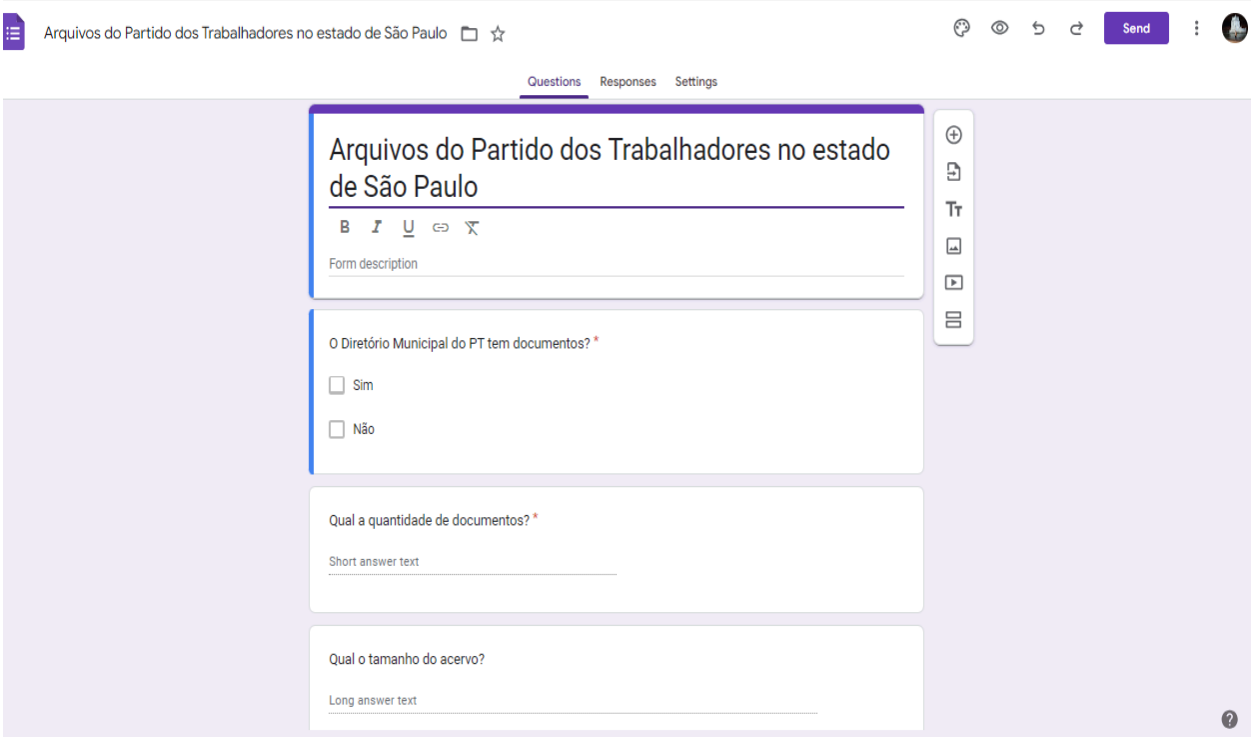
| NOME DA INSTITUIÇÃO | DESCRIÇÃO |
|---|---|
| **DIRETÓRIO** | Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM/UNESP) |
| **ANO DE FUNDAÇÃO** | 1987 |
| **PERÍODO DE COLETA DE DADOS** | Agosto de 2023 |
| **LOCALIZAÇÃO** | Capital Paulista<br>O acervo do partido está em custódia do CEDEM, sendo esta instituição vinculada à Universidade Estadual Paulista. |

| | |
|---|---|
| **QUANTIDADE** | Aproximadamente 10 peças documentais |
| **ATIVIDADES DESENVOLVIDAS** | Análise e identificação documental |
| **DOCUMENTOS** | Fotografias, recortes de jornais, jornais, planilhas financeiras, ofícios, |
| **SITUAÇÃO DO ACERVO** | Acervo organizado de acordo com diretrizes arquivísticas |
| **RESPONSÁVEL PELO ACERVO** | Guilherme Nunes |
| **INSTRUMENTOS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO** | Possui plano de classificação, quadro de arranjo e tabela de temporalidade, guias, índices, repertórios e catálogos, guias e do plano de classificação e da tabela de temporalidade |

**Fonte:** elaboração própria (2024)

**Formulário para coleta de dados por email**

**Figura 151 - Ficha de coleta de dados**




**Fonte:** elaboração própria (2024)

## Descrição arquivística sobre o Partido dos Trabalhadores no estado de São Paulo

Segundo o Estatuto Oficial do Partido dos Trabalhadores (2017), em seu Art. 1º. O Partido dos Trabalhadores (PT) é uma associação voluntária de cidadãos e cidadãs que se propõem a lutar por democracia, pluralidade, solidariedade, transformações políticas, sociais, institucionais, econômicas, jurídicas e culturais, destinadas a eliminar a exploração, a dominação, a opressão, a desigualdade, a injustiça e a miséria, com o objetivo de construir o socialismo democrático.

Em seu início, o PT surgiu como um partido político cujo objetivo é lutar contra todas as opressões e que seu principal alinhamento ideológico estava ligado ao socialismo democrático, que nos dias atuais, é representado e que está alinhado aos ideais da social-democracia.

Mesmo que algumas correntes teóricas e tendências ideológicas discordem desta afirmação, o PT teve o seu surgimento a partir das lutas realizadas pelos movimentos sindicais, na metade da década de 1970, sobretudo em regiões industriais da Grande São Paulo, no chamado ABCD Paulista (que compreende os municípios de Santo André, São Bernardo, São Caetano do Sul e Diadema), Osasco, Carapicuíba e nas regiões de Campinas (Vinhedo, Indaiatuba, Valinhos). Em contrapartida, Boito Júnior (2003), menciona que o PT, ao contrário do que sugere a imagem pública desse partido, nunca definiu um programa de construção do socialismo no Brasil, mas, ao longo dos anos 80, lutou pelo Estado de bem-estar social. Foi nesse período que a grande frente de assalariados dirigida pelos sindicatos do ABCD consagrou, como instrumento da luta reivindicativa, a criação de um partido de massas, bem como a greve geral nacional de protesto contra a política do governo, em que foram organizadas cinco greves gerais nacionais entre 1983 e 1989, com a participação crescente de milhões de trabalhadores. O programa de implantação de um Estado de bem-estar social, a estratégia de formação da grande frente de assalariados, a organização do PT e o método de luta que consistia em recorrer às greves de massa eram, todos, aspectos distintos de uma mesma e única concepção política e sindical.

O Partido dos Trabalhadores foi fundado em 10 de fevereiro de 1980, no contexto das intensas mobilizações sociais pela redemocratização que marcaram a história política e social brasileira, a partir da segunda metade da década de 1970. O PT foi construído por homens, mulheres, LGBTQIA+, negros e indígenas, estudantes,

metalúrgicos, petroleiros, bancários, seringueiros, pescadores, professores, artistas, jornalistas, funcionários públicos, trabalhadores rurais, agricultores, donas-de-casa, intelectuais, militantes de esquerda, religiosos e outros, de todas as idades e regiões do país que lutavam por melhores condições de vida, salário, trabalho, educação, moradia, transportes, saúde, e por bandeiras políticas pela democracia e o retorno ao Estado de Direito ceifado pela ditadura militar.

Em 1984, apoiou o movimento “Diretas Já” e, em 1989, conseguiu levar Luiz Inácio Lula da Silva para o segundo turno das eleições presidenciais contra Fernando Collor de Mello, sendo este último eleito naquele ano. Lula, que anos mais tarde viria a ser eleito em 2002, quase conseguiu chegar a vitória em 1989.

Durante as décadas de 1980 e 1990, o PT conseguiu ampliar seus representantes e apoiadores, elegendo seu primeiro senador, Eduardo Suplicy, em 1990. Lula se candidatou novamente para a presidência em 1994 e 1998, mas só saiu vitorioso da disputa de 2002, quando conseguiu, pela primeira vez, a maior bancada na Câmara dos Deputados, com 77 políticos eleitos.

Em 2005, passou a enfrentar uma grave crise desencadeada pelo escândalo do “mensalão” – suposto esquema de compra de votos de parlamentares da base aliada ao governo Lula (2003-2007) no Congresso Nacional.

Em 2006, Lula foi reeleito e, nas eleições de 2010, o partido elegeu Dilma Rousseff, a primeira mulher a ocupar o cargo de Presidenta do Brasil. Reeleita em 2014, Dilma sofreu *impeachment* no ano de 2016. Na eleição presidencial de 2018, o PT teve como candidato Fernando Haddad, que perdeu a disputa no segundo turno. Em 2022, Lula se elegeu pela terceira vez como Presidente da República, tendo como Vice-presidente Geraldo Alckmin do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Após 44 anos de militância e atuação política, em termos de proporção e de filiados, o PT é o maior partido de esquerda da América Latina, com mais de um milhão e seiscentos mil filiados. É resultado da história de mobilização e organização das lutas pela emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras, do enfrentamento que faz das imensas desigualdades sociais brasileiras e por direitos universais e cidadania, na construção de um projeto de desenvolvimento econômico, político, social, cultural e ambientalmente sustentável.

**Formação do acervo do Partido dos Trabalhadores**

O acervo arquivístico do Partido dos Trabalhadores (PT) está disponível para consulta de pesquisadores, militantes e simpatizantes do partido e demais interessados no Sistema Integrado de Acervos (SIAC), onde estão cerca de 60 mil itens disponíveis para consulta.

No acervo físico do partido, estão abrigados praticamente todo o acervo do Diretório Nacional do PT (Federal, Estadual, Distrital e Municipal) produzido anteriormente a 1989 e que se estende até 2006, e estão ocorrendo avanços na reconstituição dos acervos até os dias atuais. Dessa maneira, a equipe da Fundação Perseu Abramo (FPA[266]) e do Centro Sérgio Buarque de Holanda (CSBH) estão trabalhando para produzir o Guia do Acervo atualizado, após remodelações e adequações físicas e estruturais do acervo. Neste caso, com o desenvolvimento de um novo modelo de guia de fontes proposto para esta tese, é possível com que o mesmo seja incorporado aos acervos documentais do partido.

São documentos dessa rica experiência política brasileira e sua diversidade de agentes, projetos, ideias, que hoje abrigamos no Centro de Memória da FPA. Um de nossos compromissos é permitir que a gama de projetos idealizados e realizados pela diversidade partidária compõe o Partido, bem como de sua atuação como governo, e nos diversos contextos históricos que este atravessou, contribua para o enriquecimento do debate democrático dentro e fora do Partido. Essa história está registrada em documentos textuais, iconográficos, audiovisuais, e tridimensionais presentes em nosso acervo. Destacamos o projeto Memórias de Militância[267], que reúne depoimentos de companheiras e companheiros petistas sobre a trajetória militante no PT ao longo da história.

[266] Instituição documental que mantém a custódia dos acervos do PT.

[267] Fundação Perseu Abramo. Memória da Militância. Disponível em: https://fpabramo.org.br/pt43anos/memoria-da-militancia-expediente/ Acesso em 20 de out. 2024.

## Análise, diagnóstico e descrição dos acervos sobre o Partido dos Trabalhadores com base na Nobrade

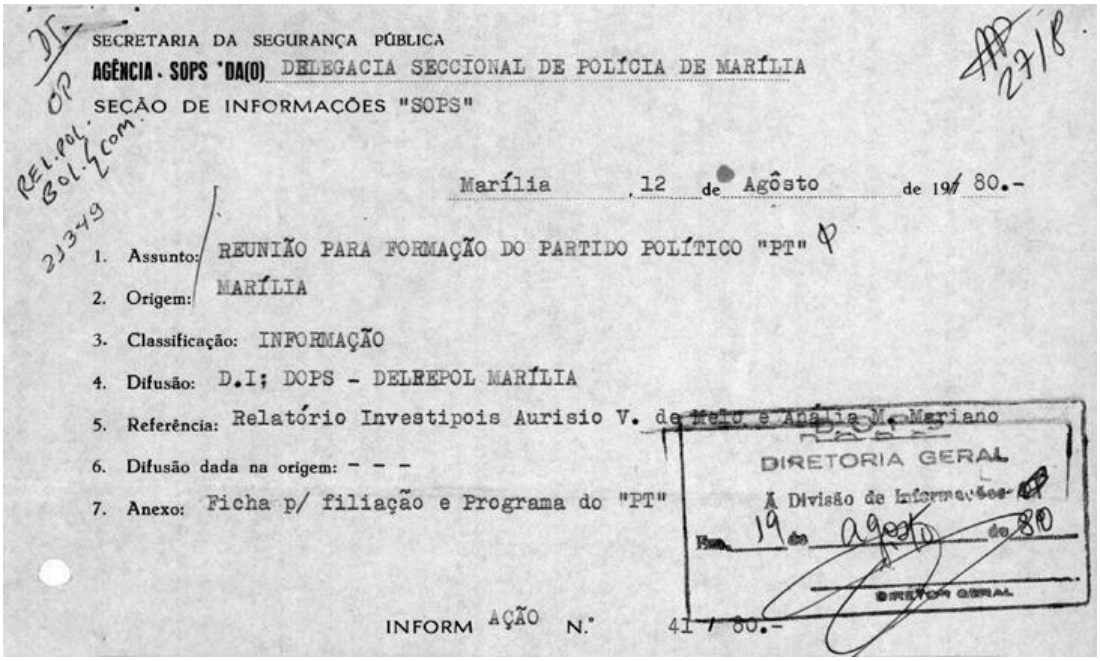
Nesta seção, serão apresentadas as análises, diagnósticos e as descrições realizadas nos acervos com base na Nobrade. Assim como a análise e o diagnóstico, vale ressaltar que esta descrição foi feita por amostragem e não na documentação como um todo, já que não haveria tempo para a realização deste processo complexo e minucioso em todos os acervos do partido localizado no estado de São Paulo.

No Diretório de Marília, o primeiro a ser diagnosticado nesta pesquisa, existe uma situação peculiar e que será verificada nos demais diretórios, ou seja, os arquivos estão fragmentados, na maioria das vezes em posse dos militantes e foram se dispersando ao longo do tempo, e também não existe um local específico e próprio para seu armazenamento, acondicionamento, conservação e preservação. Nessa discussão, existe uma preocupação muito séria para a Organização do Conhecimento, uma vez que por esses arquivos estarem fragmentados, se torna evidente a dificuldade de estabelecer métodos e processos de organização do conhecimento, assim como para a elaboração e utilização de instrumentos de pesquisa para o acesso aos itens documentais, como por exemplo, guias de fontes, catálogos, índices, inventários, repertórios. Além disso, existe a necessidade premente de discussão e elaboração de uma política documental para a organização do acervo do PT de Marília.

## Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Marília

Segundo documentos oficiais, o Diretório do PT de Marília foi fundado em 12 de agosto de 1980, conforme pode ser verificado na figura 9:

**Figura 9 - Fundação do Diretório do PT de Marília**



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
AGÊNCIA - SOPS - DA(O) DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE MARÍLIA
SEÇÃO DE INFORMAÇÕES "SOPS"

Marília, 12 de Agôsto de 1980.-

1. Assunto: REUNIÃO PARA FORMAÇÃO DO PARTIDO POLÍTICO "PT"
2. Origem: MARÍLIA
3. Classificação: INFORMAÇÃO
4. Difusão: D.I; DOPS - DELREPOL MARÍLIA
5. Referência: Relatório Investipois Aurisio V. de Melo e Amalia M. Mariano
6. Difusão dada na origem: - - -
7. Anexo: Ficha p/ filiação e Programa do "PT"

DOPS
DIRETORIA GERAL
À Divisão de Informações
Em 19 de agosto de 80
DIRETOR GERAL

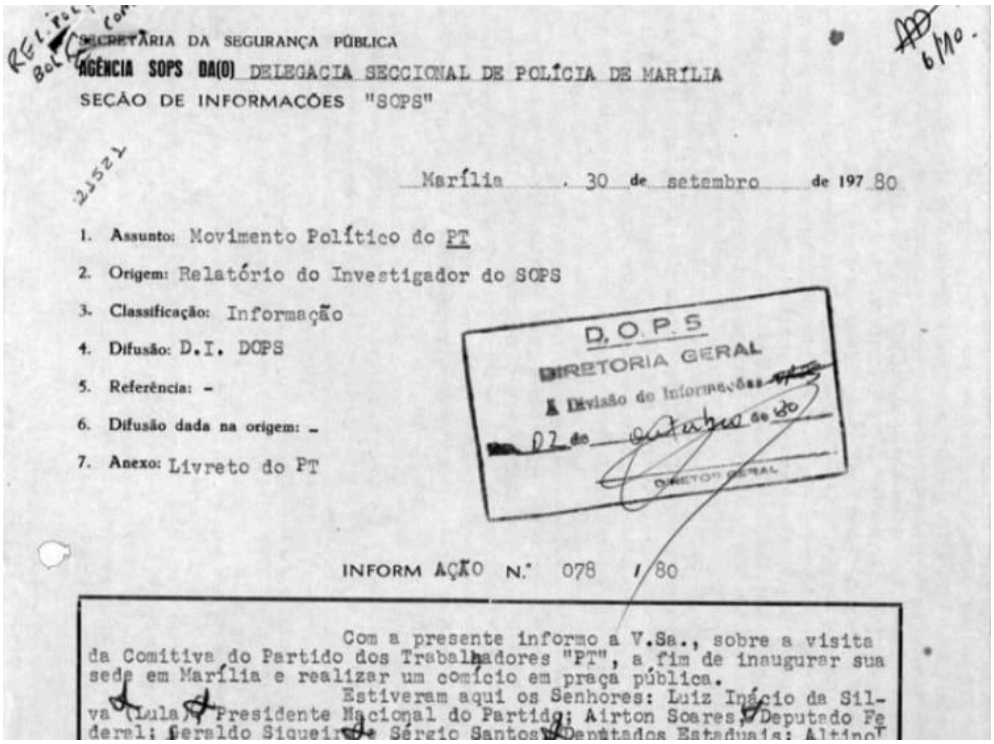
INFORMAÇÃO N.º 41 / 80.-

**Fonte:** Arquivo Público do estado de São Paulo (1980)

O referido documento se trata da reunião de fundação do PT em Marília, sendo este recuperado no Acervo do Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS), custodiado pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Contudo, foi possível ter acesso apenas a cópia do documento, já que o original está em custódia do APESP.

Na figura 10, conforme registro documental, 48 dias depois, foi realizada uma outra reunião para a consolidação e legalização do partido na cidade.

**Figura 10 - Movimento Político do PT**



SECRETÁRIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
AGÊNCIA SOPS DA(O) DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE MARÍLIA
SECÃO DE INFORMACÕES "SOPS"

Marília . 30 de setembro de 197 80

1. Assunto: Movimento Político do PT
2. Origem: Relatório do Investigador do SOPS
3. Classificação: Informação
4. Difusão: D.I. DOPS
5. Referência: -
6. Difusão dada na origem: -
7. Anexo: Livreto do PT

D.O.P.S
DIRETORIA GERAL
Divisão de Informações
02 de Outubro de 80

INFORM AÇÃO N.º 078 / 80

Com a presente informo a V.Sa., sobre a visita da Comitiva do Partido dos Trabalhadores "PT", a fim de inaugurar sua sede em Marília e realizar um comício em praça pública.
Estiveram aqui os Senhores: Luiz Inácio da Silva (Lula), Presidente Nacional do Partido; Airton Soares, Deputado Federal; Geraldo Siqueira e Sérgio Santos, Deputados Estaduais; Altino

**Fonte:** Arquivo Público do estado de São Paulo (1980).

O relatório elaborado e registrado por agentes do DEOPS revela que estiveram presentes figuras importantes do partido na Comitiva que participaram do evento político na cidade, como Lula, na época Presidente Nacional do PT, e Airton Soares, na condição de deputado federal, entre outros militantes que ajudaram a fundar e legalizar o PT a nível nacional.

Em termos de documentos, a seguir, serão apresentadas outras espécies e tipos documentais que foram produzidos e recuperados no processo de diagnóstico, lembrando que trata-se de um acervo fragmentado. Portanto, não é possível relacionar de forma orgânica a documentação, bem como as séries documentais. Com a falta de uma sede própria, os documentos foram recuperados a partir do contato direto com a militância que contribuiu na fundação e legalização do Partido no município, curioso destacar que foi possível estabelecer contato com a maioria dos militantes que contribuíram com o desenvolvimento das atividades do partido. No entanto, ao serem indagados sobre o conjunto complemento da documentação, a maioria comentou que na época não havia a preocupação de registro e da materialidade da realização dos

fatos (atos políticos, manifestações, reuniões, eleições, cursos, debates, entre outras ações de natureza partidária), porém, outros alegam que essas ações sempre foram registradas, mas, com a mudança frequente de sede, os documentos acabaram se perdendo, sendo extraviados, destruídos ou até mesmo furtados por militantes que saíram do partido e não devolveram os registros documentais. É preciso lembrar também que somado a isso, muitos documentos se perderam no processo de transferência de um local para outro. Em outros casos, com a mudança de um determinado filiado da cidade ou até mesmo do partido, essa documentação era levada consigo como uma forma de identidade e de pertencimento ao partido. Dessa maneira, o princípio da proveniência é um elemento crucial para a compreensão desse fenômeno, mas que não foi abordado de forma consistente nesta tese.

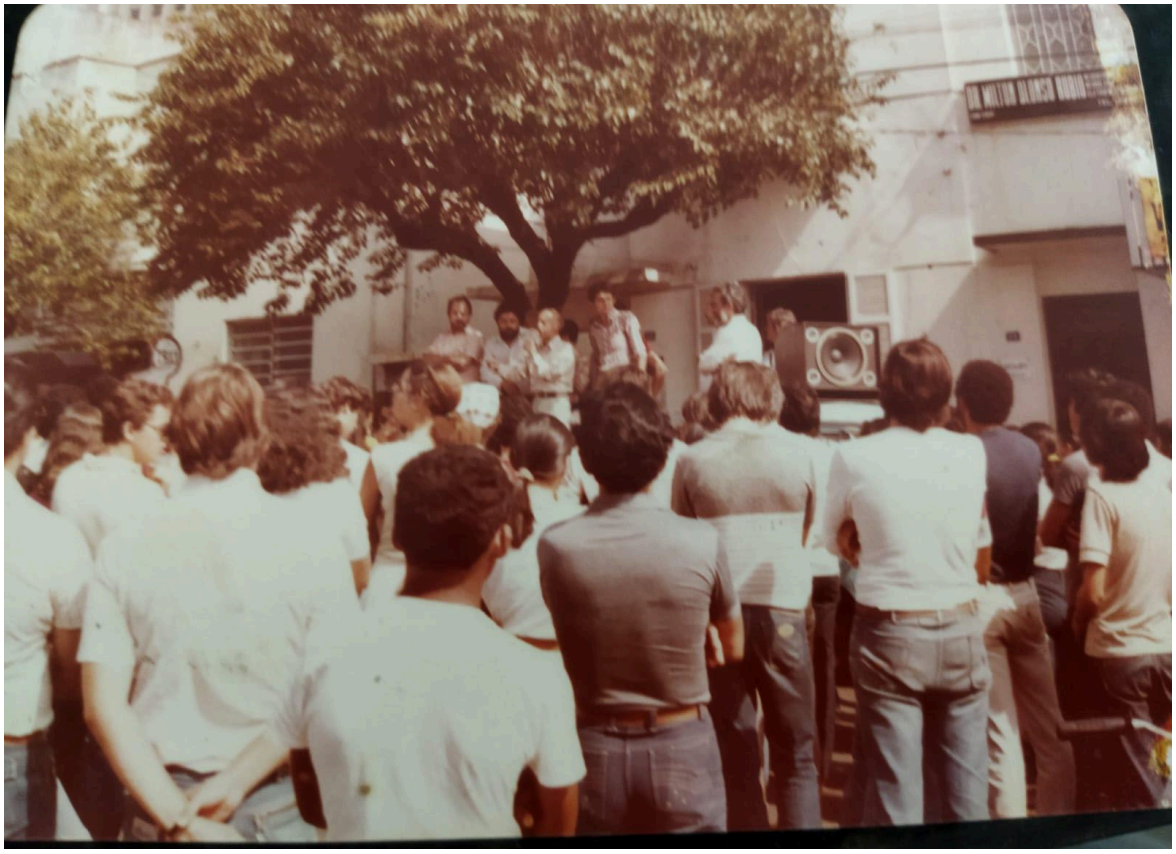
Nos dias atuais, o Diretório do PT de Marília não possui uma sede própria para o armazenamento de sua documentação. A documentação do partido na cidade está sendo produzida de forma digital, os principais repositórios para a salvaguarda desses registros documentais são as redes sociais (*Facebook* e *Instagram*), tanto no aspecto institucional, bem como nos perfis de seus próprios militantes que registram as atividades do partido no cotidiano, sobretudo atos políticos, cursos de formação política, reuniões, congressos e encontros partidários, entre outras atividades relacionadas ao partido. Mesmo que uma parte da documentação esteja armazenada nas redes sociais do partido, não existe, pelo menos, até o presente momento, um repositório ou banco de dados para a salvaguarda da documentação digital do partido. Nesse sentido, não existe um projeto para a elaboração de um site ou de uma plataforma digital sobre a preservação da memória e da documentação do partido na cidade.

A iniciar pelas fotografias, a seguir, serão apresentados os principais documentos produzidos e encontrados no Acervo do PT de Marília.

**Fotografias**

Em destaque, verifica-se um documento produzido com frequência pelos partidos políticos, isto é, as fotografias, conforme representado na figura 11:

**Figura 11 - Comício Eleitoral**



**Fonte:** Acervo do PT de Marília (198[?])

Na referida imagem, é possível identificar uma atividade partidária, aparentemente um comício político ou uma assembleia popular, porém, como pode-se observar, na direção da árvore, encontra-se Lula, um dos principais idealizadores e fundadores do PT. O registro foi feito por volta da década de 1980, mas a localização exata não foi identificada. Não foi possível identificar a autoria do registro fotográfico, nem mesmo a data específica do encontro.

Nessa continuidade, a seguir, verifica-se uma atividade partidária em Marília, conforme representado na figura 12:

**Figura 12: Reunião Partidária**




**Fonte:** Acervo do PT de Marília, s/d.

Nessa figura, em específico, nota-se a presença de cinco militantes em uma reunião partidária. Infere-se que seja uma Comissão de Trabalho ou uma Secretaria responsável por algum tema específico e burocrático dentro do partido. Aparentemente, o registro foi feito na década de 1980, porém, a localização exata não foi identificada. Não foi possível identificar a autoria do registro fotográfico, nem mesmo a data específica do encontro.

Em seguida, na figura 13, identifica-se mais uma fotografia analógica:

**Figura 13 - Encontro Partidário**




**Fonte:** Acervo do PT de Marília, s/d.

Em diálogo com alguns militantes do partido, foi informado que os personagens são uns dos fundadores do PT na cidade. Supõe-se que a partir da observação de alguns detalhes, o registro tenha sido feito no início dos anos 90. Não foi possível identificar o local da atividade, tampouco a autoria do registro fotográfico.

Passando da fotografia analógica para a digital, na figura 14, essa ação ficará mais evidente:

**Figura 14 - Plenária Municipal**



**Fonte:** Acervo do PT de Marília (202[?])

Na referida figura, identifica-se a realização de uma plenária municipal do PT de Marília. Com base nos detalhes técnicos e de resolução imagéticos, o registro documental é recente, ou seja, foi realizado entre os anos de 2023 e 2024. A plenária foi realizada na Câmara Municipal de Marília.

Nessa continuidade, na figura 15, verifica-se mais um registro fotográfico de uma ação partidária realizada pelo PT de Marília:

**Figura 15 - Panfletagem**




**Fonte:** Acervo do PT Marília (202[?]).

Na referida figura, os militantes estão realizando uma panfletagem sobre um ato político em específico. Em geral, essas panfletagens são realizadas para a divulgação, conscientização e chamamento para uma determinada atividade, seja ela referente ao partido ou não, já que muitos desses militantes, além de integrarem as fileiras do partido, também estão inseridos em outros movimentos de trabalhadores de diversos segmentos políticos, como sindical, social, educacional, popular, etc. Por se tratar de uma foto digital, identifica-se que a mesma foi registrada entre os anos de 2023 e 2024. O ato em questão foi realizado no ponto da Ilha, região central e comercial de Marília, em que há uma grande movimentação de trabalhadores e trabalhadoras. Na imagem, é possível verificar a presença de uma militante com o símbolo de uma outra associação político-partidária de extrema-esquerda, ou seja, o PCO. Não foi possível identificar a autoria do registro fotográfico, nem mesmo a data específica do registro.

**Fotografias Emolduradas**

A seguir, conforme pode-se observar na figura 16, além das fotografias, existe também um outro tipo documental, ou seja, os quadros fotográficos ou fotografias emolduradas:

**Figura 16 - Fotografias Emolduradas**



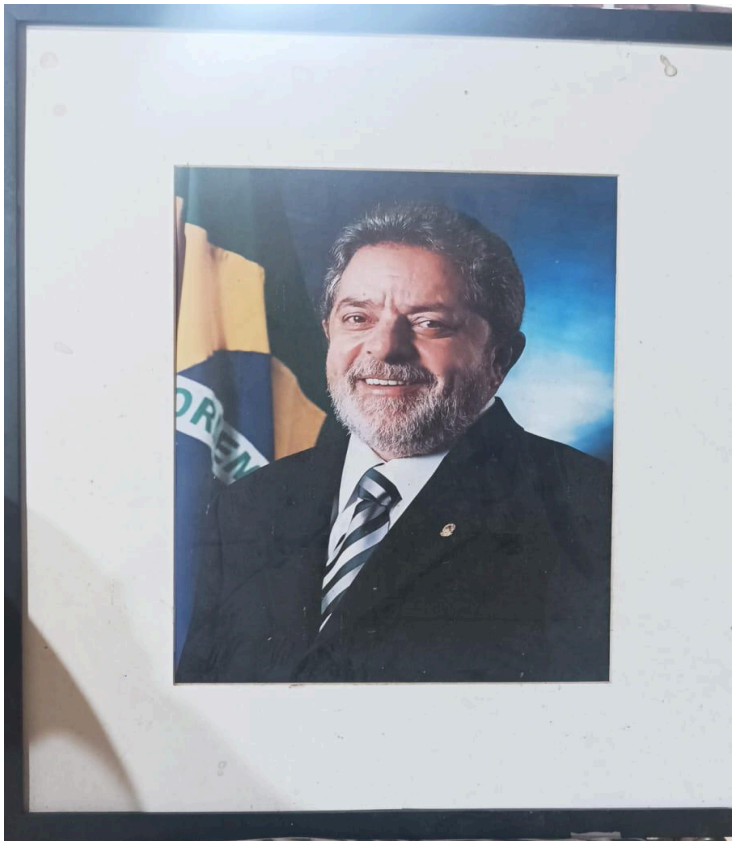
**Fonte:** Acervo do PT de Marília, s/d

Nessa figura em específico, identifica-se uma série de fotografias emolduradas que, em sua maioria, são representadas pelas imagens do presidente Lula e da ex-presidenta Dilma Rousseff. Os registros foram realizados entre os anos de 2003, primeira posse de Lula, e 2011, primeira posse de Dilma. Acima, ao lado direito,

pode-se observar um quadro fotográfico com a imagem da deputada federal Benedita da Silva, do PT do Rio de Janeiro.

Na figura 17, foi encontrado mais um documento dessa natureza, conforme será verificado abaixo:

**Figura 17 - Fotografias Emolduradas**



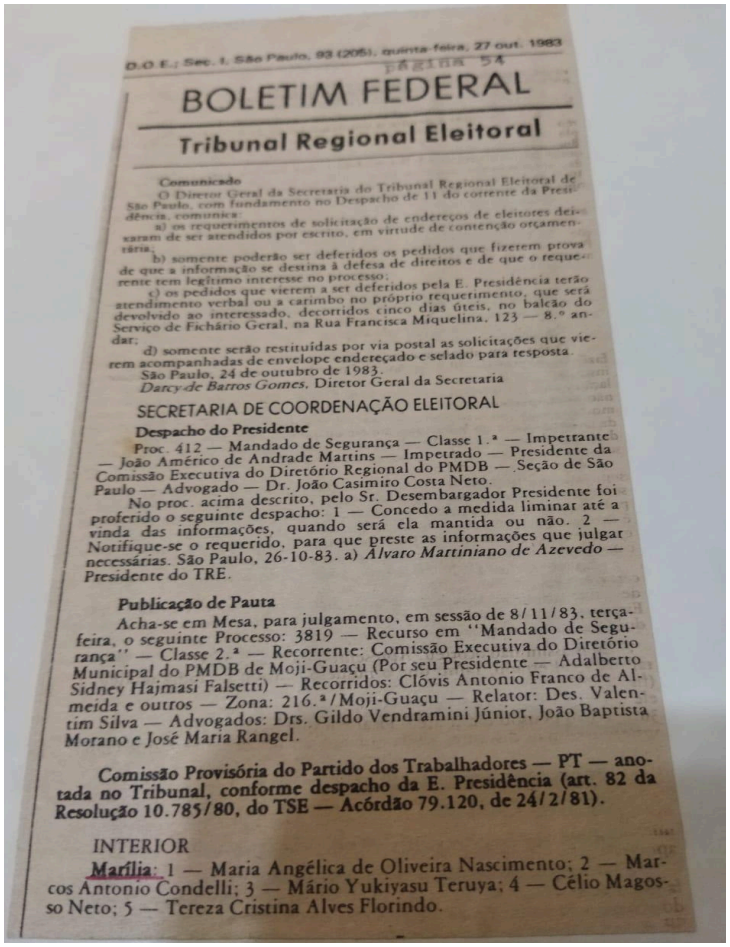
**Fonte:** Acervo do PT Marília (2003)

Na referida figura, foi encontrada mais uma fotografia emoldurada do presidente Lula. Trata-se do registro oficial da primeira posse do presidente, em 01 de janeiro de 2003. O registro foi feito no Palácio do Planalto, pelo fotógrafo oficial da Presidência da República, Ricardo Stuckert. Neste caso, o referido fotógrafo foi responsável pela grande maioria dos registros fotográficos e audiovisuais não apenas do presidente Lula, mas de fatos históricos promovidos pelo partido ao longo dos últimos 22 anos.

**Jornais e Recortes de Jornais**

Outro tipo documental bastante produzido pelos partidos políticos são os jornais/recortes de jornais, conforme pode ser verificado na figura 18:

**Figura 18: Boletim Federal sobre o PT**



D.O.E.; Sec. I, São Paulo, 93 (205), quinta-feira, 27 out. 1983
PÁGINA 54

BOLETIM FEDERAL

Tribunal Regional Eleitoral

**Comunicado**

O Diretor Geral da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, com fundamento no Despacho de 11 do corrente da Presidência, comunica:

a) os requerimentos de solicitação de endereços de eleitores deixaram de ser atendidos por escrito, em virtude de contenção orçamentária;

b) somente poderão ser deferidos os pedidos que fizerem prova de que a informação se destina à defesa de direitos e de que o requerente tem legítimo interesse no processo;

c) os pedidos que vierem a ser deferidos pela E. Presidência terão atendimento verbal ou a carimbo no próprio requerimento, que será devolvido ao interessado, decorridos cinco dias úteis, no balcão do Serviço de Fichário Geral, na Rua Francisca Miquelina, 123 — 8.º andar;

d) somente serão restituídas por via postal as solicitações que vierem acompanhadas de envelope endereçado e selado para resposta.

São Paulo, 24 de outubro de 1983.

*Darcy de Barros Gomes*, Diretor Geral da Secretaria

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ELEITORAL

**Despacho do Presidente**

Proc. 412 — Mandado de Segurança — Classe 1.ª — Impetrante — João Américo de Andrade Martins — Impetrado — Presidente da Comissão Executiva do Diretório Regional do PMDB — Seção de São Paulo — Advogado — Dr. João Casimiro Costa Neto.

No proc. acima descrito, pelo Sr. Desembargador Presidente foi proferido o seguinte despacho: 1 — Concedo a medida liminar até a vinda das informações, quando será ela mantida ou não. 2 — Notifique-se o requerido, para que preste as informações que julgar necessárias. São Paulo, 26-10-83. a) *Álvaro Martiniano de Azevedo* — Presidente do TRE.

**Publicação de Pauta**

Acha-se em Mesa, para julgamento, em sessão de 8/11/83, terça-feira, o seguinte Processo: 3819 — Recurso em "Mandado de Segurança" — Classe 2.ª — Recorrente: Comissão Executiva do Diretório Municipal do PMDB de Moji-Guaçu (Por seu Presidente — Adalberto Sidney Hajmasi Falsetti) — Recorridos: Clóvis Antonio Franco de Almeida e outros — Zona: 216.ª/Moji-Guaçu — Relator: Des. Valentim Silva — Advogados: Drs. Gildo Vendramini Júnior, João Baptista Morano e José Maria Rangel.

**Comissão Provisória do Partido dos Trabalhadores — PT — anotada no Tribunal, conforme despacho da E. Presidência (art. 82 da Resolução 10.785/80, do TSE — Acórdão 79.120, de 24/2/81).**

INTERIOR

Marília: 1 — Maria Angélica de Oliveira Nascimento; 2 — Marcos Antonio Condelli; 3 — Mário Yukiyasu Teruya; 4 — Célio Magosso Neto; 5 — Tereza Cristina Alves Florindo.

**Fonte:** Acervo do PT de Marília (1983)

Os jornais e recortes de jornais, nas décadas de 1980 e 1990, eram os principais documentos utilizados pelos partidos políticos. Esse documento tinha um grande alcance no processo de informar, conscientizar e como um instrumento de comunicação para os trabalhadores e os indivíduos de classes sociais mais vulneráveis, já que não se tratava de um material de alto custo para sua aquisição, linguagem de fácil compreensão e que apresentava um grande alcance entre diversos grupos sociais.

Na figura acima, pode-se observar uma tiragem de jornal do Tribunal Regional Eleitoral do estado de São Paulo (TRE/SP), datado de 27 de outubro de 1983.

**Figura 19 - Destinação de emenda parlamentar**



VICENTINHO

# Deputado federal doa R$ 210 mil para HEM

Divulgaç

O deputado federal Vicente Paulo da Silva (PT), conhecido como "Vicentinho", no dia do aniversário de 75 anos do Hospital Espírita de Marília, a pedido do professor Juvenal de Aguiar, diretor estadual da Apeoesp, em nome do Partido os Trabalhadores de Marília, empenhou uma Emenda Parlamentar no valor de R$ 210.000,00, como presente de aniversário para o hospital, em benefício dos respectivos usuários.

O deputado federal Vicentinho, sempre foi muito bem votado em Marília e a Emenda é um agradecimento aos eleitores da nossa cidade que reconhecem o trabalho do deputado.

Vicentinho foi metalúrgico, advogado, professor universitário, líder sindical. Foi presidente da Central Única dos Trabalhadores. Atualmente é e sempre foi, um influente e combativo deputado federal do Partido dos Trabalhadores. Uma das principais dobradas do combativo Vicentinho a nossa querida defensora presidenta da Apeoesp e deputada estadual Professora Bebel, que faz um excelente trabalho na ALESP. (Juvenal Aguiar)

**Deputado federal Vicentinho, do PT e o professor Juvenal Aguiar**

**Fonte:** Acervo do PT de Marília (2023).

Na figura acima, observa-se a publicação de uma notícia em um jornal de grande circulação na cidade de Marília. Na foto e no título da reportagem de um jornal grande circulação no município, é possível verificar a manchete sobre o envio de uma emenda parlamentar (verba financeira) de um deputado federal do PT para uma associação beneficente e hospitalar de Marília[268].

[268] Hospital Espírita de Marília (HEM).

**Figura 20 - Visita de autoridades políticas**



2 de setembro de 2022 JORNAL DA MANHÃ

ELEIÇÕES 2022 3

# Fernando Haddad, Geraldo Alckmin e Márcio França conversam com a população de Marília nesta sexta-feira

Márcio França (PSB) concorre ao Senado Federal pelo Estado de São Paulo

Fernando Haddad (PT) é candidato a governador de São Paulo

O ex-governador Geraldo Alckmin (PSB) concorre a vice-presidente na chapa de Luiz Inácio Lula da Silva

Os candidatos a governador de São Paulo, Fernando Haddad (PT), a vice-presidente, Geraldo Alckmin (PSB) e ao Senado, Márcio França (PSB), visitam Marília nesta sexta-feira (2).

"Convidamos todos e todas para conhecer pessoalmente o Haddad, o Alckmin e o França. Será um momento histórico para Marília antes da eleição de outubro", enfatizou o Professor Juvenal, que coordena a campanha do grupo em âmbito regional e é candidato a deputado federal pelo PT e apoia a também petista Professora Bebel a deputada estadual.

O trio de políticos diretamente ligados ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), estará conversando com a população de Marília às 16h30, na ilha defronte ao Shopping Aenas.

No mesmo local os candidatos darão entrevistas aos jornalistas presentes, bem como falarão sobre os pontos importantes que constam no plano de governo da aliança na eleição majoritária entre PT e PSB.

CÂMARA MUNICIPAL

**Fonte:** Acervo do PT de Marília

Na figura acima, com base no título e nas imagens, é possível identificar que três figuras bastante conhecidas na política nacional farão uma visita ao município de Marília, Márcio França (PSB), Fernando Haddad (PT) e Geraldo Alckmin (PSB), que atuam como Ministros do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Ministro da Fazenda e Vice-Presidente da República, de modo respectivo.

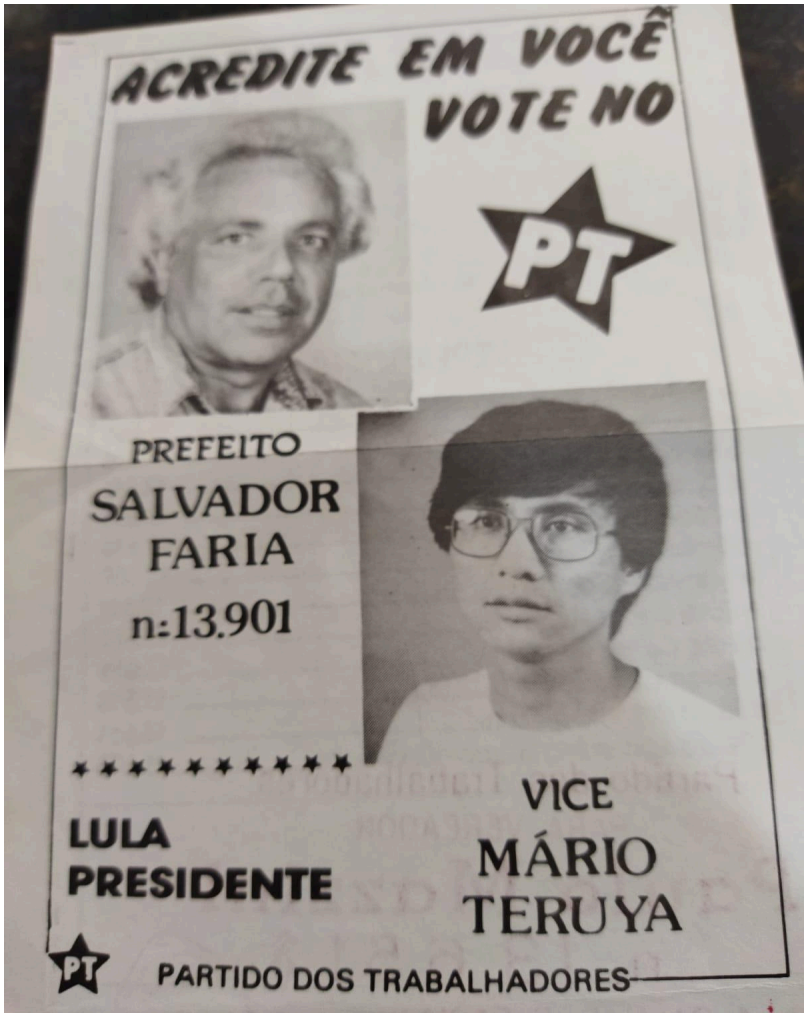
Em resumo, os jornais e recortes de jornais são documentos bastante comuns no contexto de partidos políticos e movimento de trabalhadores e movimentos sociais, na medida em que além de ter um baixo custo, é um dos principais meios de comunicação entre os militantes e auxilia no processo de disseminação de informações. Na falta de tecnologia informacional, como dispositivos de entretenimento, comunicação estratégica e até mesmo para fins de acesso à informação cotidiana, esses documentos eram muito utilizados e até hoje armazenados em acervos de partidos políticos, movimentos de trabalhadores e movimentos sociais. Vale recordar

que dependendo do nível de instrução educacional do militante, alguns não sabem nem ler, tampouco escrever, ou seja, não foram alfabetizados, assim, as charges, desenhos e tirinhas ajudavam os trabalhadores a entenderem o contexto histórico e político naquele momento. Em geral, além das fotografias, os jornais e recortes de jornais revelam um apelo histórico e emocional aos militantes, principalmente quando se trata da preservação da memória de suas lutas. Ao longo da pesquisa, essa foi a tipologia documental mais encontrada nos acervos.

**Folhetos**

Dando continuidade ao processo de análise e diagnóstico do Acervo do PT de Marília, apresenta-se e identifica-se outro documento bastante comum e que foram recuperados em acervos de partidos políticos, ou seja, os folhetos de apresentação dos candidatos a um determinado cargo político, conforme destacado na figura 21:

**Figura 21: folhetos de campanha eleitoral**




**Fonte:** Acervo do PT de Marília (1988).

Nesta figura 21, verifica-se a presença de dois candidatos a um cargo político, prefeito, vice-prefeito e também para o cargo de presidente da república, interessante destacar que na época em que foi feito o registro, a legislação eleitoral era outra, permitindo com que as eleições municipais e federais fossem realizadas no mesmo período, nos dias atuais, isso já não é assim, dado que as eleições são realizadas a cada 2 anos.

Os folhetos são muito comuns em partidos políticos  até os dias de hoje, mesmo com o advento e a popularização das redes sociais e das tecnologias informacionais na confecção de materiais de campanhas de cunho eleitoral.

Na figura 22, é possível visualizar um outro tipo de folheto descritivo e informativo, ou seja, o de campanha eleitoral:

**Figura 22: folhetos de campanha eleitoral**




**Fonte:** Acervo do PT de Marília (1988).

Diferentemente do outro modelo de folheto apresentado, este apresenta de forma mais informativa e descritiva a composição de uma chapa com a identificação dos nomes de candidatos aos cargos de vereadores, contudo, não há o registro fotográfico dos candidatos no documento.

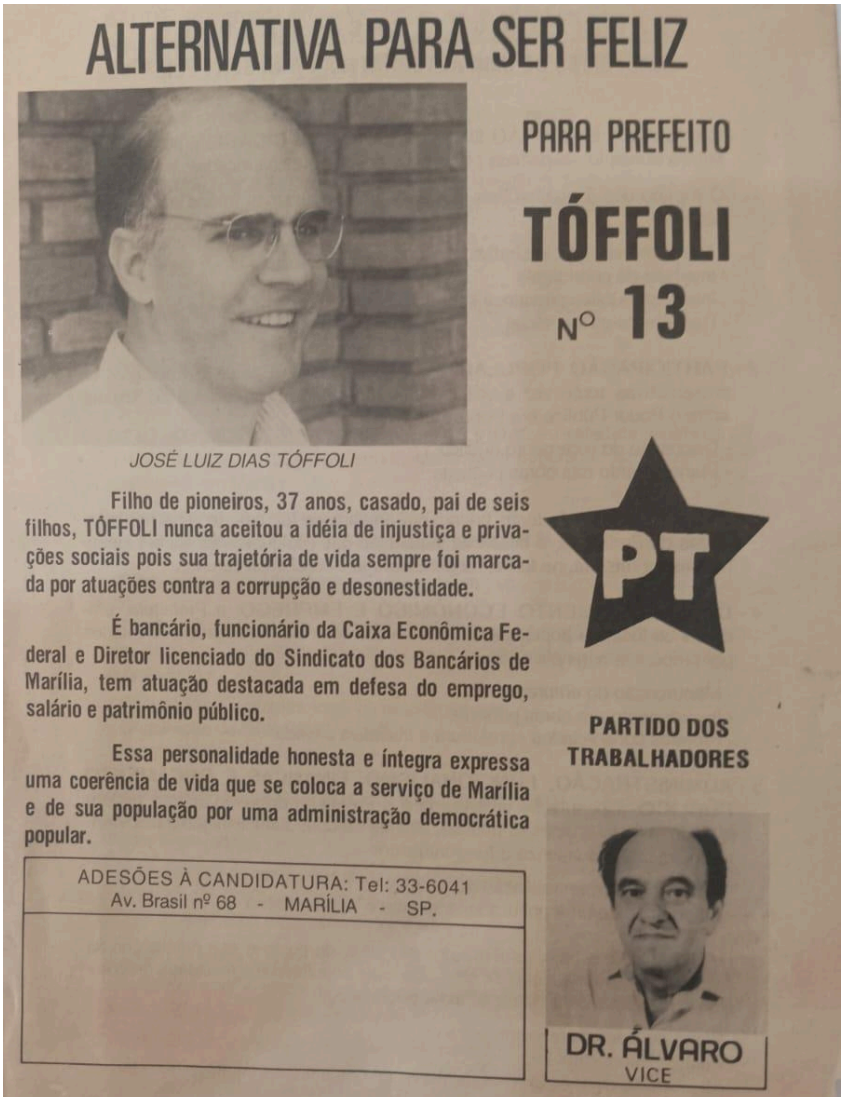
**Figura 23 - Folhetos de campanha eleitoral**




**Fonte:** Acervo do PT de Marília (2002)

Na figura acima, além da imagem, o folheto também apresenta uma síntese sobre a história de vida e partidária do candidato a um cargo político. Na época, se tratava de uma estratégia muito interessante, uma vez que os eleitores não tinham muito conhecimento sobre um determinado candidato a deputado, no caso da figura. Com o advento das tecnologias de informação e comunicação e de diversas fontes informacionais, somado às redes sociais, nos dias atuais, isso é mais palpável, ou seja, é possível ter em questões de segundos toda a biografia de um candidato na palma da mãos.

**Figura 24 - Folhetos de campanha eleitoral**




**Fonte:** Acervo do PT de Marília (1992).

Na figura acima, mais um exemplo de folheto em que é apresentada uma breve biografia e a atuação política do candidato a um determinado cargo político. Neste caso, é possível conhecer a história apenas do candidato a prefeito, por outro lado, não é possível conhecer a história do candidato a vice-prefeito.

Em síntese, por meio de amostragem, no acervo do PT de Marília, além da dispersão e da fragmentação dos arquivos, sendo este processo provocado em virtude da falta de zelo com a própria documentação, que além da falta de organização e preservação documental, verificou-se a falta de instrumentos de gestão e pesquisa.

Neste acervo, em específico, em nenhum momento foi discutida a elaboração de um arquivo próprio, pode-se inferir que além da falta de interesse, esse fator está associado estritamente à falta de uma sede própria, bem como a própria falta de valorização da documentação e da memória da militância política na cidade. Portanto, a solução imediata para a resolução do problema, seria a recomposição de todos os itens documentais que pudessem ser localizados, e que para isso, a contribuição da militância seria de extrema importância para a recomposição do acervo e dos fundos documentais que retratam a luta dos militantes do partido na cidade.

**Descrição do acervo com base na norma Nobrade**

**1 Área de identificação**

**1.1 Código de referência**

BR - PT

Partido dos Trabalhadores (Brasil)

BR DMPTMSP

Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Marília/SP

**1.2 Título**

Acervo do Diretório do Partido dos Trabalhadores de Marília/SP

**1.3 Data(s)**

12 de agosto de 1980-atualmente

**1.4 Nível de descrição**

Fundo (1)

**1.5 Dimensão e suporte**

Textuais, bibliográficos, audiovisuais, iconográficos e fotografias analógicas e digitais.

**2 Área de contextualização**

**2.1 Nome(s) dos produtor(es)**

Partido dos Trabalhadores de Marília, PT de Marília, Diretório do Partido dos Trabalhadores de Marília, Diretório do PT de Marília.

**2.2 História administrativa / biografia**

O Diretório do Partido dos Trabalhadores de Marília teve o seu surgimento e fundação em 30 de setembro de 1980.

**2.3 História arquivística**

Natureza Jurídica: privada

Classificação: fundo

**2.4 Procedência**

Documentação doada por militantes, filiados, simpatizantes ou outros movimentos sociais.

**3 Área de conteúdo e estrutura**

**3.1 Âmbito e conteúdo**

A documentação retrata os principais fatos e acontecimentos históricos ocorridos no período da Ditadura Militar e do surgimento do partido. Principais documentos localizados no acervo: Fotografias, ofícios, fotografias emolduradas, jornais, recortes de jornais, folhetos e panfletos. Atos políticos, mobilizações, manifestações, reuniões, cursos, cursos de formação política, ato de campanha eleitoral, visitas de autoridades e lideranças políticas, panfletagem, boletins, plenária municipal, encontro partidário, comício eleitoral.

**3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade**

Não foi realizada a avaliação documental do acervo. O acervo não possui tabela de temporalidade e tampouco plano de classificação e quadro de arranjo.

### 3.3 Incorporações

Os documentos foram incorporados ao acervo por meio de doações dos próprios militantes. Existem outros documentos que estão em custódia da militância do partido e que poderão ser recuperados a partir do guia de fontes.

### 3.4 Sistema de arranjo

Dado não informado.

## 4 Área de condições de acesso e uso

### 4.1 Condições de acesso

Acesso restrito a usuários externos, apenas os militantes, filiados e gestores do partido possuem autorização para acesso aos documentos disponíveis.

### 4.2 Condições de reprodução

### 4.3 Idioma

Português

### 4.4 Características físicas e requisitos técnicos

Em geral, a documentação apresenta boas condições físicas e materiais, porém, o nível de organicidade não é satisfatório do ponto de vista arquivístico.

### 4.5 Instrumentos de pesquisa

O acervo de Marília não possui nenhum instrumento de pesquisa, tampouco instrumento de gestão, como um guia de fontes, por exemplo.

## 5 Área de fontes relacionadas

### 5.1 Existência e localização dos originais

A demais documentação do PT de Marília pode ser recuperada ou está em custódia no Acervo do Diretório Nacional (Fundação Perseu Abramo e Centro Sérgio Buarque de Holanda), Diretório Municipal de São José dos Campos, Diretório Municipal de Tupã, Diretório Municipal de Taubaté, Diretório Municipal de Jacareí, Diretório Municipal de Lins, Diretório Municipal de Penápolis, Diretório Municipal de Garça, Diretório Municipal de Bauru, Instituto de Estudos Brasileiros (Universidade de São Paulo), Diretório Municipal de Osasco, Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Universidade Estadual Paulista - Campus de Assis), Arquivo Público do estado de São Paulo (APESP) e no Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM).

**5.2 Existência e localização de cópias**

A demais documentação do PT de Marília pode ser recuperada ou está em custódia no Acervo do Diretório Nacional (Fundação Perseu Abramo e Centro Sérgio Buarque de Holanda), Diretório Municipal de São José dos Campos, Diretório Municipal de Tupã, Diretório Municipal de Taubaté, Diretório Municipal de Jacareí, Diretório Municipal de Lins, Diretório Municipal de Penápolis, Diretório Municipal de Garça, Diretório Municipal de Bauru, Instituto de Estudos Brasileiros (Universidade de São Paulo), Diretório Municipal de Osasco, Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Universidade Estadual Paulista - Campus de Assis), Arquivo Público do estado de São Paulo (APESP) e no Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM).

**5.3 Unidades de descrição relacionadas**

**5.4 Nota sobre publicação**

**6 Área de notas**

**6.1 Notas sobre conservação**

Documentação em bom estado de conservação e preservação, contudo, necessita de uma boa organização e ordenação.

### 6.2 Notas gerais

Documentação dispersa, caracterizando a fragmentação documental, assim como a falta de peças documentais.

## 7 Área de controle da descrição

### 7.1 Nota do arquivista

Embora o diretório de Marília não possua um acervo físico, a documentação mantém-se junto a sua militância, que adota um padrão de organização e preservação própria, ou seja, essa prática não está baseada em diretrizes arquivísticas, mas de certa maneira consegue organizar a documentação.

### 7.2 Regras ou convenções

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G): norma geral internacional de descrição arquivística, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 119 p. (Publicações técnicas, n. 49).

### 7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)

Setembro-novembro de 2024.

## 8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

### 8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

Partido dos Trabalhadores; PT; Partido dos Trabalhadores de Marília; Diretório do Partido dos Trabalhadores de Marília; Diretório do PT Marília; Movimento de Trabalhadores; Movimento Sindical; Greves; Novo Sindicalismo Brasileiro; Sindicalismo Autêntico.

A seguir, será apresentada a análise e o diagnóstico realizado na Fundação Perseu Abramo, sendo esta vinculada ao Diretório Nacional do PT.

**Fundação Perseu Abramo**

A Fundação Perseu Abramo (FPA) foi instituída pelo Partido dos Trabalhadores por decisão do seu Diretório Nacional no dia 5 de maio de 1996. Essa decisão abria o caminho para a concretização de uma antiga aspiração do PT, que era a de constituir um espaço, fora das instâncias partidárias, para o desenvolvimento de atividades como as de formação e de reflexão política e ideológica, de promoção de debates, estudos e pesquisas, com a abrangência, a pluralidade de opiniões e a isenção de ideias preconcebidas que, dificilmente, podem ser encontradas nos embates do dia a dia de um partido político, assim como a necessidade de conservação e preservação dos arquivos de suas ações partidárias e de seus sujeitos políticos. Além dessas atividades, existia  a necessidade da criação de uma instituição voltada à preservação documental e da memória do partido, não apenas no sentido institucional, mas também das lutas de sua própria militância.

A FPA, por meio do Centro Sérgio Buarque de Holanda (CSBH), tem sob sua guarda registros de uma das experiências mais importantes da classe trabalhadora na história recente do Brasil. O CSBH é responsável pelo tratamento e disponibilização do arquivo histórico do PT e de outros arquivos a ele relacionados, bem como pelo fomento à pesquisa e à reflexão sobre a história do partido e da classe trabalhadora brasileira. Um de nossos compromissos é permitir que a gama de projetos aventados pelos distintos atores que compõem o Partido e nos diversos contextos históricos que este atravessou – registrada em documentos textuais, iconográficos, audiovisuais, tridimensionais e outros – contribua para o enriquecimento do debate democrático

dentro e fora do Partido (Centro Sérgio Buarque de Holanda, 2009; Fundação Perseu Abramo, 2024).

Mesmo que a FPA, em seu início, não concebia uma construção do PT para a criação de um arquivo centralizado para a organização, representação e preservação de sua documentação, com o tempo, e com a incorporação do CSBH, essa acabou sendo uma das prioridades imediatas do partido. A FPA, no contexto da América Latina, pode ser considerada uma das maiores fundações que abriga a documentação de um partido de esquerda.

Vale lembrar que a FPA foi instituída no lugar da antiga Fundação Wilson Pinheiro (FWP), sendo a FWP a primeira instituição criada para a preservação da documentação e da memória do PT. A FWP teve o seu funcionamento de 1980 a 1996. Para o funcionamento da FPA, é repassado um percentual do fundo partidário, ou seja, 10% para o desenvolvimento de suas atividades. Porém, esse percentual é insuficiente para a manutenção e na elaboração de políticas documentais e de instrumentos arquivísticos para a organização e representação do conhecimento produzidos por seus militantes. Fora a insuficiência em manter as atividades da FPA, esse montante é insuficiente para a criação de acervos documentais do PT no interior do país.

A seguir, serão apresentados alguns aspectos elementares acerca do Acervo do CSBH e que compõem o Acervo da FPA.

### 4.3 Acervo do Centro Sérgio Buarque de Holanda

O CSBH corresponde ao setor da FPA responsável pelo tratamento do arquivo histórico do PT e de outros arquivos a ele relacionados, bem como pelo fomento à pesquisa, cultura, memória e à reflexão sobre a história do partido, seu momento histórico e sua base social, entre outras atribuições jurídico-legais. A sistematização e divulgação das informações referentes aos acervos documentais sob sua guarda constitui tarefa indispensável à realização de tais objetivos. Por essa razão, é com enorme satisfação, às vésperas da comemoração do 30º aniversário do PT, que compartilhamos esse patrimônio histórico documental do PT com toda a militância de

esquerda, pesquisadores e com a sociedade em geral (Guia do Centro Sérgio Buarque de Holanda, 2009).

Em linhas gerais, o CSBH abriga praticamente todo o acervo do Diretório Nacional do PT produzido antes de 1989, e alguns conjuntos que avançaram até os anos 2000. Além destes, possui arquivos de instituições com as quais o PT manteve relação política ao longo de sua trajetória, arquivos pessoais de dirigentes e militantes que integram ou integraram o partido, e outras coleções e registros documentais de grande valor histórico (Fundação Perseu Abramo, 2009).

A disponibilização online deste acervo inicia pelo conjunto de fotos e cartazes, bem como registros da Bibliografia Comentada do PT[269], que reúne referências bibliográficas sobre o Partido, e também da produção bibliográfica do CSBH em formato PDF[270], perfazendo cerca de 50 mil registros documentais em suas mais variadas espécies, tipologias, tipos e gêneros documentais (Fundação Perseu Abramo, 2009).

Segundo a Fundação Perseu Abramo (2009, não paginado),

> O CSBH conta, ainda, com uma linha de publicações que objetivam contribuir com a difusão e circulação de conhecimento sobre a história das lutas da classe trabalhadora. Destaca-se a revista de história e ciências sociais, *PERSEU: História, Memória e Política*, que já tem 10 anos de existência. Uma das características singulares que diferencia a PERSEU de outros periódicos de difusão da produção historiográfica acadêmica é que, por se constituir no interior da Fundação Perseu Abramo, temos a oportunidade de acolher estudos que conciliam, aberta e democraticamente, o rigor necessário à produção de conhecimento com o engajamento e posicionamento político. A noção de imparcialidade técnica se impõe frequentemente como "medida de qualidade" do conhecimento, o que resulta em aparente despolitização do exercício da produção de conhecimento, modelo autoritário e que tem se imposto através do controle de recursos destinados às etapas desta produção, dentre as quais se inclui a sua publicação e circulação. A revista PERSEU objetiva contribuir com a criação de um espaço de circulação de conhecimento democrático, com posicionamento de esquerda, e politizado. Além da revista, editamos também os *Cadernos Perseu*, coleção que busca divulgar obras que constituem documentos históricos relevantes para a memória e história da esquerda.

Desta forma, conservar, preservar e difundir a memória e a história do Partido dos Trabalhadores, localizando-o num contexto mais amplo de luta da classe trabalhadora, é a tarefa a partir da qual se orientam todas estas ações e que deverão

[269]MENEGOZZO, Carlos Henrique Metidieri. Partido dos Trabalhadores: bibliografia comentada (1979-1988). Perseu: História, Memória e Política, n. 1, 2007.
[270] Portable Document Format.

ser mantidas pelos próximos anos. A disputa pela narrativa, pela interpretação e atribuição de sentidos às ações dos atores políticos no tempo, é parte da disputa política atual. É desta forma que o CSBH visa contribuir para os grandes desafios que o Partido tem adiante na construção de uma memória política e na preservação de sua documentação (Fundação Perseu Abramo, 2009).

Um dado curioso é que em 2009, ano em que o Partido estava próximo de completar 30 anos de existência, levando em consideração sua fundação e legalização, não havia sido elaborado nenhum instrumento de gestão e pesquisa e que pudesse contribuir na organização e representação do conhecimento, no caso da FPA, o acervo possui apenas um guia simples, plano de classificação e tabela de temporalidade, mas que além de estarem desatualizados, não davam conta de contemplar toda a demanda documental produzida pelo partido até aquele momento. Para salientar, a última atualização do guia é do ano de 2009, ou seja, sem um guia atualizado e disponibilizado para consulta, não é possível ter noção sobre a situação, atendimento a demanda informacional e a quantidade exata da documentação. Com a falta de atualização deste instrumento arquivístico, o processo de avaliação documental ficará prejudicado, fazendo com que os itens documentais não possam ser acessados em sua plenitude. No processo de análise e diagnóstico, foi possível observar que existia uma documentação muito maior em termos de números do qual havia sido informada no guia de 2009[271], isso reflete diretamente no plano de classificação e na tabela de temporalidade da instituição.

De acordo com Menegozzo (2013), o CSBH abriga praticamente todo o acervo do Diretório Nacional do PT produzido anteriormente a 1989, bem como alguns conjuntos produzidos até 2006. A esse acervo, somam-se cerca de cinquenta acervos relacionados ao partido, entre acervos pessoais, privados, institucionais e coleções, de dimensões e graus de fragmentação muito variados. De modo geral, tais acervos incluem arquivos de instituições com as quais o PT manteve relação ao longo de sua trajetória, arquivos pessoais de dirigentes e militantes que integram ou que já integraram o partido em algum momento (com destaque para José Dirceu, Lélia

[271]Guia da Fundação Perseu Abramo. Disponível em: https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/guiadoacervo_CSBH.pdf Acesso em 07 de jan. 2024.

Abramo, Luiz Gushiken, Perseu Abramo, Mayumi de Souza Lima, Sérgio de Souza Lima e Vera Jursys), além de coleções recebidas como doação ou constituídas pelo próprio Centro.

Paralelamente, a política de documentação do PT foi redefinida e o CSBH passou a concentrar praticamente toda a documentação histórica produzida pelo Diretório Nacional do partido em suas próprias dependências, ampliando enormemente seu acervo (Menegozzo, 2013). Neste caso, mesmo que sejam identificadas algumas falhas lógicas e estruturais, pode-se considerar que a política documental incorporada pelo partido para o processo de produção está sedimentada em diretrizes arquivísticas, mesmo que ainda desatualizada. Essa constatação indica que em algum momento foi realizado um trabalho arquivístico para a organização e sistematização do CSBH, ainda que em seus quadros de trabalho não tenha a presença de um profissional arquivista que possa assumir de maneira o protagonismo na organização do acervo documental do partido.

Em termos quantitativos, de acordo com a última atualização do guia, em 2009,

> o acervo sob guarda do CSBH – incluindo os dois acervos sob custódia do AEL – reúne cerca de 110 metros lineares de documentação textual (equivalente a mais de 900 caixas-arquivo), 2.280 adesivos, 1.970 cartazes, 8.040 fotogramas em folhas de contato fotográfico, 745 diapositivos, 21.450 fotografias, 24.030 negativos, 1.450 fitas audiomagnéticas, 1.410 registros audiovisuais em diferentes formatos, 80 bandeiras e faixas, 1.000 broches, 200 camisetas, além de outros materiais como brindes de campanha, bolsas, discos de vinil, bonés e chaveiros, por exemplo. Resumidamente, o conjunto retrata momentos marcantes da história do país, da trajetória do PT e também de outros partidos de esquerda e de movimentos sociais existentes não somente no Brasil como em outros países, sobretudo da Europa e América Latina (Menegozzo *et al*., 2009, p. 12).

Logo, a partir do relato de Menegozzo *et al.* (2009) vê-se que o CSBH armazena uma série de espécies, tipos, tipologias e gêneros documentais, não sendo apenas documentos de caráter textual, como é comumente visto em outros acervos. Isso demonstra que a produção documental do partido e que está sob custódia da instituição é diversa. O acervo do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores não é o único que armazena a documentação do PT, além disso, o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) também reúne e preserva documentos e objetos históricos sobre o Partido, além de outras instituições que serão mencionadas posteriormente. Todavia, para este pesquisa, o AEL não foi

diagnosticado, mas que em algum momento posterior poderá ser analisado de um ponto de vista arquivístico.

De acordo com Menegozzo (2013, p. 11),

> nos dias atuais, aquelas tarefas se materializam no CSBH em cinco eixos de atuação: o recolhimento e a organização do arquivo histórico do PT; o registro da memória de dirigentes e militantes; o acompanhamento da produção bibliográfica dedicada ao partido; a difusão desse patrimônio, mediante a produção de publicações e o atendimento e orientação a pesquisadores e interessados na documentação; e o estímulo à reflexão científica sobre as origens e trajetória do PT junto ao público acadêmico.

Menegozzo (2013), recorda que os movimentos sindicais e sociais ligados diretamente à formação do PT (como o caso da CUT e do MST que foram fundados no final da ditadura), do mesmo modo, sofriam com a repressão militar, tornando bastante desfavoráveis o esforço por produzir e preservar registros documentais de suas atividades políticas. A partir da reflexão do autor, vários são os fatores que restringiam a produção de documentos ligados a partidos políticos e movimentos sociais, e um desses principais era o vigor do Regime Militar que por meio de instrumentos repressivos, exercia punição a quem produzia documentos considerados “subversivos” e que era contra toda a ordem social imposta pela Ditadura Militar. Além disso, a própria produção documental dos movimentos contrários e que resistiam à intervenção militar eram vistos como um ato de resistência e ao mesmo tempo como um elemento que pudesse expor os próprios militantes.

Segundo Fortes (2007) e Menegozzo (2013), os arquivos do partido em seus primeiros anos de existência, grosso modo, estiveram submetidos às mesmas condições gerais – precárias – que as enfrentadas por aqueles seus dois registros fundacionais, gerando omissões e ambiguidades que dificultam seu tratamento e a pesquisa histórica, preservação e a difusão documental. Para os referidos autores, a complexidade na produção documental do PT não é algo atual, mas desde sempre apresenta um caráter “amador”, já que não segue orientações técnicas e que são difundidas e consolidadas em instituições tradicionais.

Nessa continuidade, em seguida, será apresentada a análise e o diagnóstico no Acervo do Diretório Nacional do PT, sendo este ligado a FPA e ao CSBH.

### 4.4 Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores

No caso do Diretório Nacional do PT, localizado no Bairro Vila Mariana, zona sul da capital paulista, na cidade de São Paulo, cuja salvaguarda está na FPA, trata-se de um acervo sobre a produção documental e da acumulação natural do PT, sendo recolhido de diretórios municipais e estaduais, e que possui documentos em suas mais variadas espécies, tipos, tipologias e gêneros documentais, cuja produção se deu no final da década de 1970 e que se estende até os dias atuais, ainda que majoritariamente em ambiente digital.

A seguir, serão analisadas as principais espécies, tipologias e tipos documentais produzidos, entre outros objetos armazenados e encontrados no Acervo do DN, que vão desde roupas a fotografias analógicas.

Na figura 25, observa-se um objeto que na maioria dos casos não é considerado um documento de arquivo, mas que em algum momento foi produzido para representar algo do ponto de vista emocional, e que posteriormente pode vir a ser simbolizado e materializado como um documento de grande relevância, como por exemplo, as roupas que foram utilizadas por uma determinada personalidade política do partido.

**Roupas**

**Figura 25 - Roupas de militantes**




**Fonte:** Diretório Nacional do PT, s/d

Mesmo não sendo considerado um documento de arquivo, já que não foi produzido no decorrer de uma atividade administrativa e jurídica, as roupas podem ser incorporadas ao acervo, pois trata-se de um objeto documental que em algum momento fez parte da história de luta dos sujeitos políticos que compõem o partido. Resta saber quais foram os fatores elementares para sua conservação e preservação no acervo, mas analisando arquivísticamente, este objeto poderia ser incorporado a algum arquivo pessoal ou privado. Nesse sentido, outra situação que se manifesta é a de que no acervo da FPA, a divisão entre arquivos institucionais, arquivos pessoais e arquivos privados não está muito clara, a impressão é que os fundos documentais estão todos misturados sem nenhum tipo de tratamento diferenciado, ou seja, foram armazenados todos juntos. Essa mistura entre os fundos documentais ocasiona muito mais problemas do que soluções, na medida em que amplia cada vez mais a dispersão

dos acervos e que nada contribui para a organização e representação do conhecimento produzido pelo partido.

Outro objeto bastante comum encontrado em arquivos de partidos políticos e que pode ser ou não considerado um documento de arquivo, são as bandeiras, conforme um exemplo a ser destacado na figura 26. Este objeto se enquadra na mesma situação do objeto anterior, ou seja, as roupas.

**Bandeiras**

**Figura 26 - Bandeiras Partidárias**




**Fonte:** Diretório Nacional do PT, s/d

Na representação acima, a bandeira em questão é da Articulação, uma importante tendência ideológica criada no âmbito do PT e que tem atuado até os dias de hoje nas atividades desenvolvidas pelo partido.

Agora, assim como foi identificado no Acervo do Diretório de Marília, apresentaremos um dos principais documentos produzidos e encontrados em arquivos de partidos políticos, ou seja, os jornais, conforme figura 26:

**Jornais**

Esse tipo de documento, ao longo do tempo, foi um dos principais instrumentos de comunicação entre os sujeitos políticos de partidos políticos, movimentos de trabalhadores e movimentos sociais. Desse modo, alguns partidos, em específico o PT, possuía um jornal próprio e que serviu como um importante instrumento de luta. No caso do PT, o partido tinha um jornal chamado Jornal dos Trabalhadores, mas que nos dias de hoje encontra-se fora de circulação. Embora não esteja mais no formato físico, o partido possui alguns canais em plataformas digitais para a difusão de syas principais ações e iniciativas, mas que ainda está centrada em uma conotação governamental, como o caso da TV PT.

**Figura 27 - Jornais**




**Fonte:** Diretório Nacional do PT (1987).

No destaque, no processo de análise e diagnóstico foram encontrados inúmeros jornais e recortes de jornais que contribuíram na luta dos trabalhadores, sobretudo no período da Ditadura Civil-Militar. No entanto, são destacados apenas 3: O Berro, Labuta e o Nova Luta. Nos dias de hoje, esses jornais já não se encontram mais em

circulação, sobretudo com o advento das plataformas digitais e das redes sociais que tem tomado uma boa parte das publicações.

A seguir, verifica-se um dos documentos mais produzidos pelos partidos políticos, assim dizendo, as fotografias analógicas.

Considerado um documento de arquivo por autores como Machado e Madio (2019), entende-se que as fotografias, no âmbito dos partidos políticos, movimentos sociais e movimento de trabalhadores, tinha um apelo emocional muito grande em termos de registro e na preservação da memória individual e coletiva. Tanto é que mesmo nas instituições e com os próprios militantes, o que mais se pôde verificar foram registros fotográficos de todos os modelos, tipos, registros, poses, narrativas, contextos e histórias de lutas.

## Fotografias

Na figura 28, vemos o retrato de algumas figuras ilustres e históricas do PT, sendo estes personagens que contribuíram na formação do partido em suas diversas instâncias, seja ela artística, política e intelectual.

**Figura 28 - Fotografias de figuras históricas do PT**




**Fonte:** Acervo do Diretório Nacional do PT, s/d

Em destaque, é possível visualizar Lula, José Dirceu e Lélia Abramo (1911-2004), os três integravam movimentos voltados para os trabalhadores metalúrgicos, movimento de guerrilheiros e da classe artística, respectivamente.

Nessa continuidade, outro documento bastante produzido pelo PT eram as charges, este tipo de documento tem uma conotação política, em que visa apresentar um determinado personagem, bem como algumas de suas características.

## Charges

**Figura 29 - Charges Políticas**




**Fonte:** Acervo do Diretório Nacional do PT (1978).

No destaque, é possível verificar Lula, que na época era Presidente do Sindicatos dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, em uma reportagem em que

comentava sobre a situação do salário mínimo naquele período. A charge foi desenhada por Henfil e publicada na capa do semanário chamado Pasquim[272], bastante atuante no período do Regime Militar. Além de Henfil, nomes como Sérgio Gomes e Laerte Coutinho participavam e elaboravam charges de caráter político.

Na próxima figura 30, será apresentada a base de dados da FPA, é possível verificar que no formato digital a entidade segue algumas diretrizes arquivísticas, como a descrição e a classificação.

**Figura 30 - Bases de dados da Fundação Perseu Abramo**




**Fonte:** Acervo do Diretório Nacional do PT

Embora o acervo esteja desatualizado, a base de dados da FPA apresenta de maneira técnica e objetiva os registros documentais constantes no acervo até 2009. A maior parte dos documentos estão sob direitos autorais, isto é, podem ser acessados, todavia, não podem ser reproduzidos sem autorização prévia dos autores e tampouco da FPA, mesmo que para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas. Dessa forma, não foi possível desenvolver o diagnóstico apenas na base de dados, por isso foi necessária a análise no acervo de forma presencial.

[272]Biblioteca Nacional Digital. Semanário Pasquim. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=124745&pagfis=22454 Acesso em 06 de ago. 2024.

No que diz respeito a organização do acervo físico, a partir da figura 31, fica evidente que a organicidade física é satisfatória e segue algumas diretrizes arquivísticas, principalmente no que se trata da conservação, identificação e da preservação dos documentos, contudo, o que deixou a desejar foi a falta de instrumentos de gestão e pesquisa consistentes e da desatualização do guia, mesmo que a FPA tenha adotado alguns princípios arquivísticos e aplicado o guia simples para a representação de seu acervo para os usuários, mas isso não é o suficiente e não dá conta de representar todo o conhecimento existente no acervo.

**Figura 31 - Organicidade física do Diretório Nacional do PT**



**Fonte:** Acervo da Fundação Perseu Abramo

Em resumo, o acervo da FPA, embora tenha apresentado uma organização satisfatória do ponto de vista arquivístico, até aqui foi a instituição que mais se enquadra dentro dos parâmetros estabelecidos pela Arquivologia no que diz respeito à organização, conservação, preservação e na elaboração de políticas documentos e instrumentos de gestão e pesquisa. No entanto, mesmo se tratando da principal instituição de memória e documentação do Partido, existe a necessidade de incorporação e adoção de métodos mais consistentes e consolidados para o aprimoramento de uma política documental e dos instrumentos de gestão e pesquisa.

Nessa discussão, é preciso lembrar que a atualização do guia do acervo deve ser feita de forma imediata, pois só assim saberemos a quantidade real e as relações orgânicas entre os documentos.

**Descrição do acervo com base na norma Nobrade**

**1 Área de identificação**

**1.1 Código de referência**

BR - PT
Partido dos Trabalhadores (Brasil)
BR DNPT
Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores

**1.2 Título**

Acervo do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores

**1.3 Data(s)**

12 de fevereiro de 1980

**1.4 Nível de descrição**

Fundo (1)

**1.5 Dimensão e suporte**

Textuais, bibliográficos, audiovisuais, iconográficos, fotografias.

**2 Área de contextualização**

**2.1 Nome(s) dos produtor(es)**

Partido dos Trabalhadores.

**2.2 História administrativa / biografia**

O Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores teve o seu surgimento e fundação em 12 de fevereiro de 1980.

**2.3 História arquivística**

Natureza Jurídica: privada

Classificação: fundo

**2.4 Procedência**

Documentação recolhida de diretórios estaduais, municipais e doados por militantes, filiados, simpatizantes ou outros movimentos sociais.

**3 Área de conteúdo e estrutura**

**3.1 Âmbito e conteúdo**

A documentação retrata os principais fatos e acontecimentos históricos ocorridos no período da Ditadura Militar e do surgimento do partido. Principais documentos localizados no acervo: Fotografias, ofícios, fotografias emolduradas, jornais, recortes de jornais, folhetos e panfletos. Atos políticos, mobilizações, manifestações, reuniões, cursos, cursos de formação política, ato de campanha eleitoral, visitas de autoridades e lideranças políticas, panfletagem, plenária municipal, encontro partidário, comício eleitoral.

Traduzindo em números, o acervo do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores apresenta o seguinte quantitativo de documentos:

- 300 metros lineares de documentação textual (equivalente a aproximadamente 2.500 caixas-arquivo);
- 72.320 documentos iconográficos: 580 adesivos, 27.680 fotografias, 26.820 negativos, 12.270 fotogramas de contato fotográfico, 2.340 cartazes, 2.620 diapositivos e 02 fotolitos;
- 3.725 documentos audiovisuais: sendo 2.800 fitas VHS, 420 fitas Betacam, 35 fitas U-matic, 10 rolos de filme, 405 DVDs e 45 MiniDv;
- 2.000 itens de acervo bibliográfico, como livros, revistas e boletins;
- 1.940 documentos sonoros: 1.730 fitas cassetes, 200 CDs, 01 rolo de fita e 04 discos de vinil;
- 1.320 documentos tridimensionais: 900 broches, 17 bonés, 240 camisetas, 75 bandeiras/faixas, 25 sacolas/bolsas, 20 chaveiros, 07 canetas, 04 brindes, 02 porta retratos, 02 troféus, 07 quadros, 03 medalhas, 16 placas condecorativas, 01 garrafa e 02 porta bilhete único;
- 400 documentos micrográficos;
- 300 documentos eletrônicos: composto por 105 CDs, 12 DVDs e 182 disquetes.

### 3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade

O acervo do Diretório Nacional possui plano de classificação e tabela de temporalidade.

### 3.3 Incorporações

Recolhimento por meio de outros diretórios do Partido dos Trabalhadores.

### 3.4 Sistema de arranjo

Dado não informado.

## 4 Área de condições de acesso e uso

### 4.1 Condições de acesso

Acesso permitido para usuários externos, pesquisadores, estudantes, militantes, filiados e simpatizantes da esquerda.

### 4.2 Condições de reprodução

Digitalização e microfilmagem

### 4.3 Idioma

Português

### 4.4 Características físicas e requisitos técnicos

Em geral, a documentação apresenta boas condições físicas e materiais.

### 4.5 Instrumentos de pesquisa

O acervo do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores possui um guia que foi atualizado recentemente, já que a última atualização havia sido em 2009.

## 5 Área de fontes relacionadas

### 5.1 Existência e localização dos originais

A demais documentação do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores pode ser recuperada ou está em custódia no Diretório Municipal de São José dos Campos, Diretório Municipal de Tupã, Diretório Municipal de Taubaté, Diretório Municipal de Jacareí, Diretório Municipal de Lins, Diretório Municipal de Penápolis, Diretório Municipal de Garça, Diretório Municipal de Bauru, Instituto de Estudos Brasileiros (Universidade de São Paulo), Diretório Municipal de Osasco, Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Universidade Estadual Paulista - Campus de Assis), Arquivo Público do estado de São Paulo (APESP) e no Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM).

### 5.2 Existência e localização de cópias

A demais documentação do PT de Marília pode ser recuperada ou está em custódia no Diretório Municipal de São José dos Campos, Diretório Municipal de Tupã, Diretório Municipal de Taubaté, Diretório Municipal de Jacareí, Diretório Municipal de Lins, Diretório Municipal de Penápolis, Diretório Municipal de Garça, Diretório Municipal de Bauru, Instituto de Estudos Brasileiros (Universidade de São Paulo), Diretório Municipal de Osasco, Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Universidade Estadual Paulista - Campus de Assis), Arquivo Público do estado de São Paulo (APESP) e no Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM).

### 5.3 Unidades de descrição relacionadas

### 5.4 Nota sobre publicação

## 6 Área de notas

### 6.1 Notas sobre conservação

Documentação em bom estado de conservação, higienização e preservação.

### 6.2 Notas gerais

Documentação organizada e cuidada especificamente por uma equipe de arquivistas e historiadores.

## 7 Área de controle da descrição

### 7.1 Nota do arquivista

O acervo do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores representa um histórico de luta da militância do partido. Neste acervo, encontram-se os principais registros documentais e que visam preservar a memória histórica do partido desde os movimentos que antecederam a sua fundação.

### 7.2 Regras ou convenções

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G): norma geral internacional de descrição arquivística, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 119 p. (Publicações técnicas, n. 49).

### 7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)

setembro-novembro de 2024.

## 8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

### 8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

Partido dos Trabalhadores; PT; Fundação Perseu Abramo; FPA; Centro Sérgio Buarque de Holanda; CSBH; Diretório Nacional; Movimento de Trabalhadores; Movimento Sindical; Greves; Novo Sindicalismo Brasileiro.

A seguir, será apresentada a análise parcial do diagnóstico realizado no acervo documental do Diretório Municipal do PT de São José dos Campos.

**Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de São José dos Campos**

Com relação ao Diretório de São José dos Campos, é notável a produção e presença de registros documentais em suas mais variadas espécies, tipologias, suportes, tipos e gêneros, como fotografias, cartazes, panfletos, requerimentos, planilhas, entre outras que foram produzidas no período de 1978 a 2012. Todavia, mesmo diante de toda essa produção documental, não há um consenso sobre o registro de fundação do PT na cidade, já que não foi encontrado nenhum documento oficial ou ata de fundação que provasse sua legalização. Por sua vez, em diálogo com alguns militantes do Partido de São José dos Campos no processo de diagnóstico, alguns defendem que a criação do partido no município se deu em 1978 ou 1980, em contrapartida, outros relatam que foi em 1981. Com a falta de um registro documental original, como por exemplo da ata de fundação, fica muito difícil saber exatamente a data precisa da fundação e legalização do partido na cidade. Assim como o diretório de Marília, o PT de São José dos Campos não possui uma sede própria, sendo suas reuniões e atividades partidárias realizadas em um sindicato de trabalhadores, no âmbito das associações político-partidárias isso é muito comum, já que os sindicatos dão sustentação estrutural aos partidos políticos de esquerda.

Na figura 32 a seguir, é possível verificar o prédio que abriga o acervo documental do diretório municipal do PT de São José dos Campos:

**Figura 32 - Prédio do acervo do PT de São José dos Campos**




**Fonte:** Acervo do PT de São José dos Campos (2024).

Do ponto de vista estrutural, com base na figura 32, é possível notar que o prédio em que está abrigada a documentação do partido não é propício.

Em seguida, serão apresentados as principais espécies, tipologias e tipos documentais produzidos e encontrados no Acervo do Diretório de São José dos Campos. Assim como foram encontradas muitas fotografias no acervo da FPA e no de Marília, em São José dos Campos não foi muito diferente, pois havia uma grande quantidade desse documento em específico, contudo, apenas algumas delas serão mencionadas nesta análise, conforme figura 33:

**Figura 33 - Autoridades políticas e militantes do PT**



**Fonte:** Acervo do PT de São José dos Campos, s/d

Partindo para o exercício de análise e do processo de contextualização, é possível examinar que as fotos destacadas foram produzidas no período da década de 1980 e 1990 (em virtude da vestimenta, do período da fundação da Central Única dos Trabalhadores, coloração, tonalidade e formato do suporte fotográfico), notando-se algumas figuras conhecidas, como Lula, à época Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, acompanhado de uma liderança sindical (que não foi possível sua identificação), seguido de um encontro com a ex-prefeita de São José dos Campos, Ângela Guadagnin, e encerrando com o registro de uma militante do PT, mas que também não foi possível sua identificação. Não foi possível identificar a autoria do registro fotográfico.

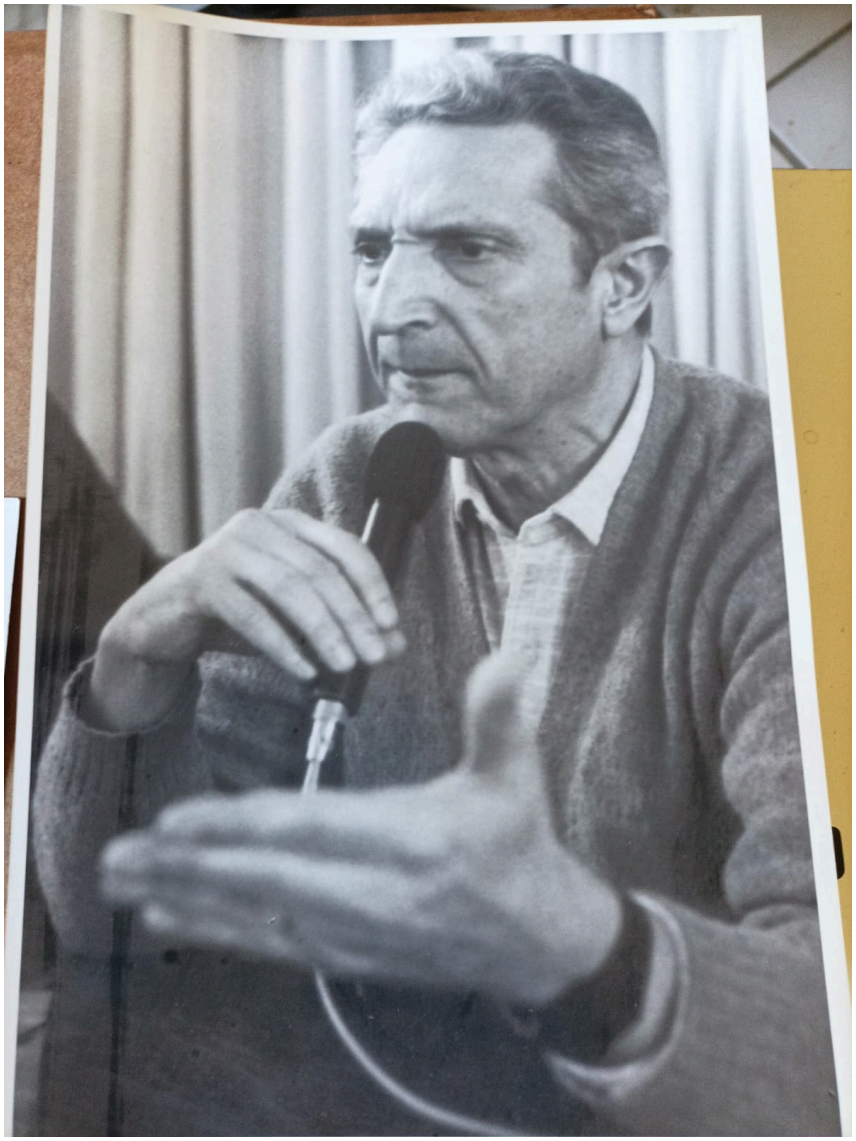
**Figura 34 - Debate Político**



**Fonte:** Acervo do Diretório de São José dos Campos, s/d

Na figura acima, é possível visualizar 4 pessoas dialogando, porém, apenas uma delas é conhecida, no diálogo com os militantes do partido na cidade, foi possível constatar que se tratava da figura de Hélio Bicudo, um dos principais fundadores do partido a nível nacional. Supõe-se que o registro fotográfico tenha sido produzido na década de 1990. Não foi possível identificar o local, tampouco a autoria do registro fotográfico.

**Figura 35 - Debate Político**



**Fonte:** Acervo do Diretório de São José dos Campos, s/d

Na figura acima, verifica-se um dos principais fundadores e militantes do PT, isto é, Plínio de Arruda Sampaio (1930-2014), que na época, ocupava o cargo de deputado federal constituinte, e que anos mais tarde, veio a sair do partido e a integrar as fileiras do PSOL. Supõe-se que o registro fotográfico tenha sido produzido na década de 1980. Não foi possível identificar o local, tampouco a autoria do registro fotográfico.

**Figura 36 - Autoridades políticas e militantes do PT**




**Fonte:** Diretório de São José dos Campos, s/d

Na figura acima, no processo de análise e identificação, o que mais impressionou foram as condições das fotografias, já que em sua maioria estavam conservadas e muito bem preservadas em seu aspecto físico, porém, não estavam organizadas e acondicionadas de forma específica, e acabaram sendo localizadas dentro de gavetas e caixas-arquivo. No caso das fotografias, existem manuais e diretrizes específicas para sua conservação, preservação, organização e acondicionamento em locais adequados, pois as fotografias são documentos sensíveis e que não podem estar expostos a luz, umidade, ataques de insetos e roedores, entre outros fatores que contribuem para sua deterioração, tanto do suporte, bem como do conteúdo informacional. Em relação a essas fotografias, supõe-se que tenham sido produzidas na década de 1990. Não foi possível identificar o local, nem mesmo a autoria dos registros fotográficos.

**Figura 37 - Manifestação política**

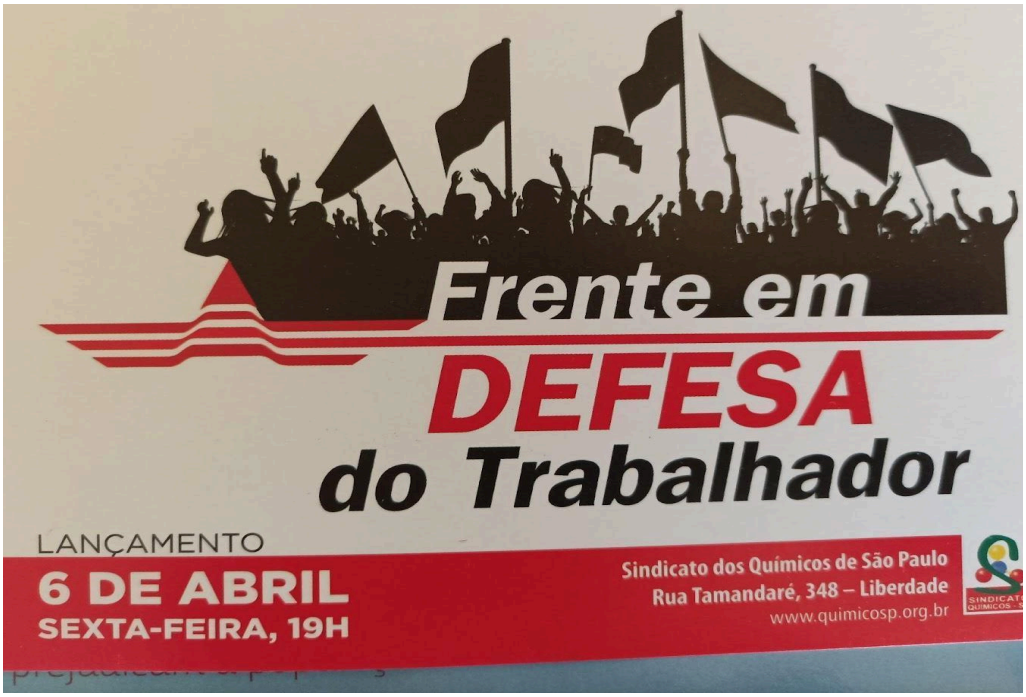



**Fonte:** Acervo do PT de São José dos Campos, s/d

Continuando a análise, os próximos documentos localizados no acervo foram os cartazes, conforme apresentado na figura 38:

**Cartazes**

**Figura 38 - Convite para a militância**




**Fonte:** Acervo do PT de São José dos Campos, s/d

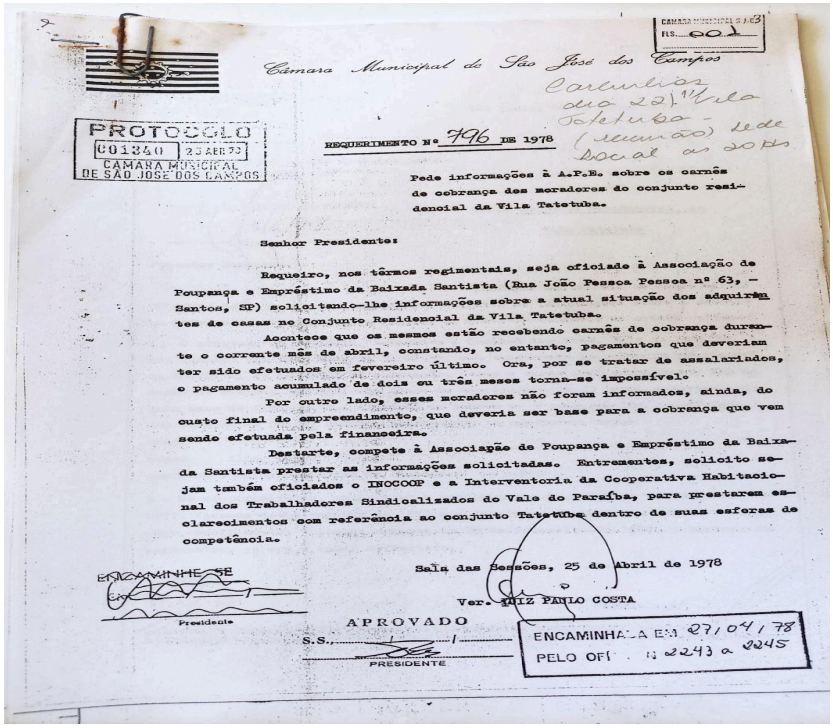
Os cartazes, outro documento bastante produzido pelos partidos políticos, tem por objetivo estabelecer a comunicação entre os militantes, em geral, os cartazes são produzidos para convites, atos políticos, manifestações públicas, cursos de formação política, entre outras atividades partidárias, não necessariamente atividades relacionadas ao PT, mas que de certa maneira foram organizadas ou que contaram com a participação de integrantes do partido. No destaque, o cartaz convida a militância para o lançamento e a formação de uma frente ampla em defesa dos trabalhadores, tudo indica que o convite teve iniciativa do Sindicato dos Químicos de São Paulo ou apenas pode ser considerado o endereço para a realização do ato/assembleia/reunião. Devido às suas condições de conservação, preservação e o material utilizado para sua confecção, supõe-se que o cartaz tenha sido produzido na primeira década dos anos 2000.

Nessa continuidade analítica-descritiva, os próximos documentos são bastante comuns no contexto dos partidos políticos, sobretudo os que estão à frente ou que integram um governo. Os requerimentos são utilizados para solicitar e dar início a uma

determinada ação na cadeia de produção documental, conforme pode ser verificado na figura 39:

## Requerimentos

**Figura 40 - Requerimentos de solicitação**



Câmara Municipal de São José dos Campos

PROTOCOLO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 796 DE 1978

Pede informações à A.P.E. sobre os carnês de cobrança dos moradores do conjunto residencial da Vila Tatetuba.

Senhor Presidente:

Requeiro, nos têrmos regimentais, seja oficiado à Associação de Poupança e Empréstimo da Baixada Santista (Rua João Pessoa Pessoa nº 63, - Santos, SP) solicitando-lhe informações sobre a atual situação dos adquirentes de casas no Conjunto Residencial da Vila Tatetuba.

Acontece que os mesmos estão recebendo carnês de cobrança durante o corrente mês de abril, constando, no entanto, pagamentos que deveriam ter sido efetuados em fevereiro último. Ora, por se tratar de assalariados, o pagamento acumulado de dois ou três meses torna-se impossível.

Por outro lado, esses moradores não foram informados, ainda, do custo final do empreendimento, que deveria ser base para a cobrança que vem sendo efetuada pela financeira.

Destarte, compete à Associação de Poupança e Empréstimo da Baixada Santista prestar as informações solicitadas. Entrementes, solicito sejam também oficiados o INOCOOP e a Interventoria da Cooperativa Habitacional dos Trabalhadores Sindicalizados do Vale do Paraíba, para prestarem esclarecimentos com referência ao conjunto Tatetuba dentro de suas esferas de competência.

Sala das Sessões, 25 de Abril de 1978

Ver. LUIZ PAULO COSTA

APROVADO

PRESIDENTE

ENCAMINHADA EM 27/04/78
PELO OFÍCIO Nº 2243 a 2245

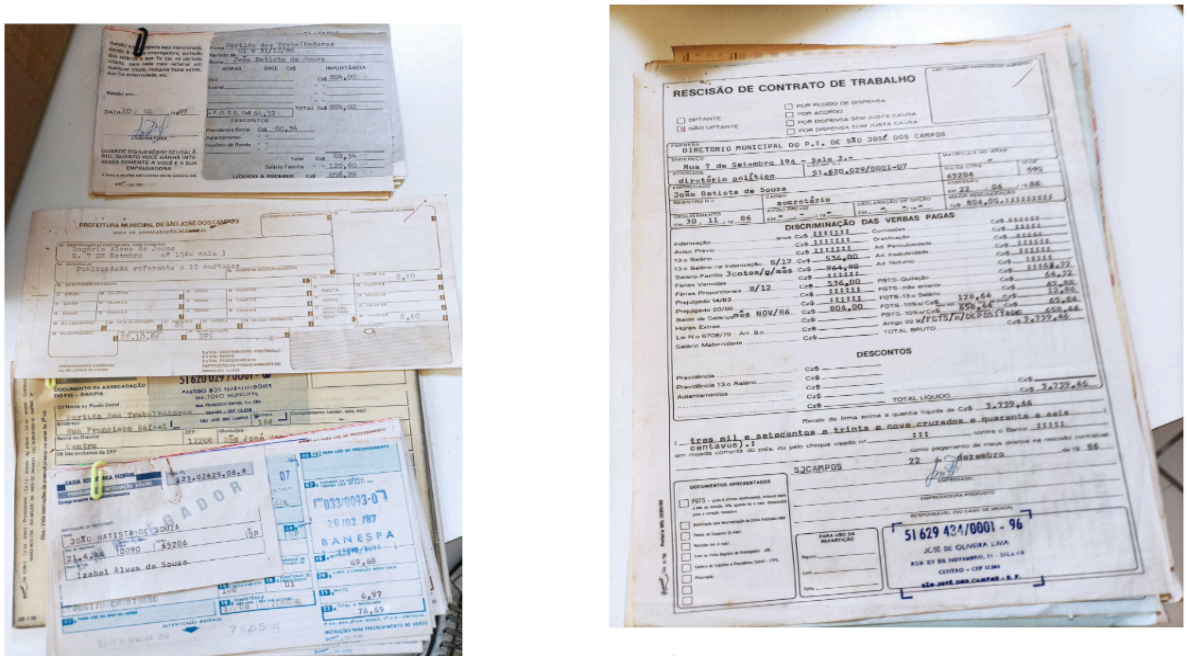
**Fonte:** Acervo do PT de São José dos Campos (1978)

No destaque, observa-se um requerimento de solicitação, datado de 1978 e endereçado à Câmara Municipal de São José dos Campos por um vereador do PT.

Seguidamente, ainda na seara dos documentos burocráticos, são produzidos documentos trabalhistas, em geral, referem-se a funcionários que estão lotados em gabinetes e assessorias do partido em câmaras municipais, federais, assembleias legislativas, órgãos governamentais ou ministérios, com destaque para a figura 41.

## Documentos Trabalhistas

**Figura 41 - Documentos Trabalhistas**




**Fonte:** Acervo do PT de São José dos Campos, s/d

Nessa continuidade, no início das atividades do PT, o processo de filiação era realizado por meio de fichas físicas, no entanto, nos dias atuais, é possível realizar o processo de filiação partidária pela internet, ou seja, pela plataforma digital do partido. No Acervo do Diretório de São José dos Campos, foram localizadas inúmeras fichas de filiação, conforme poder ser verificado na figura 42:

**Fichas de Filiação**

**Figura 42 - Fichas de Filiação Partidária**



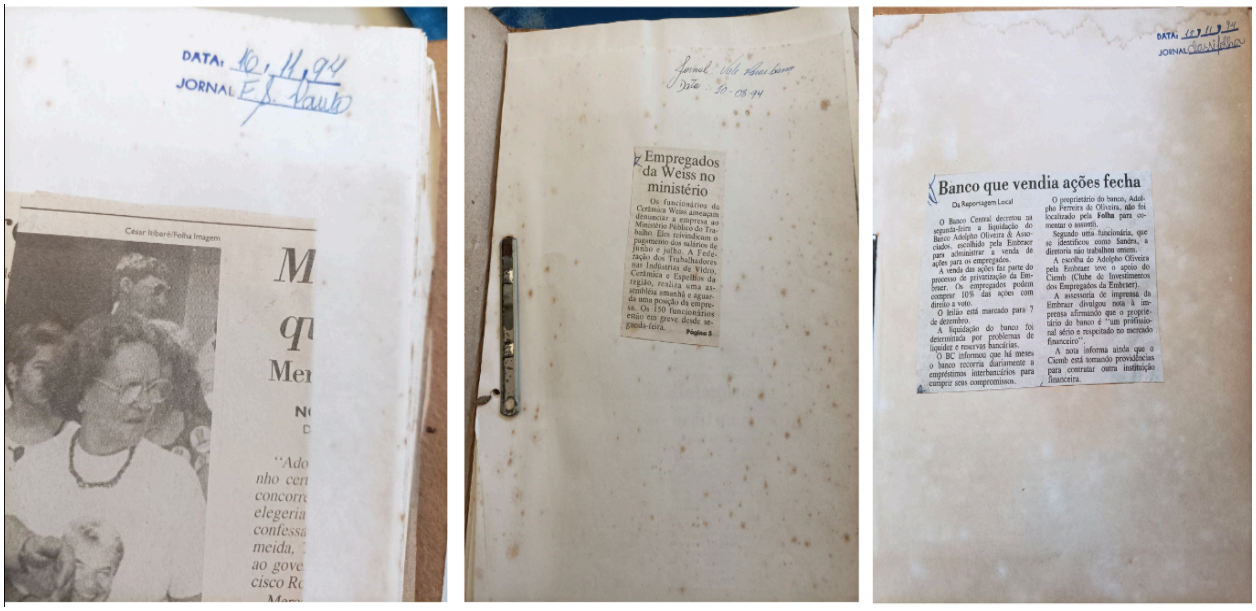

**Fonte:** Acervo do PT de São José dos Campos, s/d

Na figura 42, para fins de privacidade e ética, os filiados ou até mesmo aqueles que não mais estão no partido, seus nomes e dados pessoais não foram revelados. Mesmo com o advento da tecnologia no processo de filiação partidária, muitos militantes armazenam e preservam suas fichas de filiações para fins históricos. Naquele contexto, era muito comum o partido ficar com uma via e o militante ficar com outra.

Assim como nos acervos de Marília e da FPA, no Acervo do Diretório de São José dos Campos também foram encontrados diversos jornais e recortes de jornais.

## Recortes de Jornais

**Figura 43 - Recortes de Jornais sobre o PT**




**Fonte:** Acervo do PT de São José dos Campos (1994).

A partir destes três recortes, verifica-se que são registros de 1994, e que na primeira figura identifica-se a ex-prefeita de São Paulo e atual deputada federal pelo PSOL, Luiza Erundina. Os recortes, exceto o primeiro, não apresentam boas condições de conservação e preservação.

No Acervo do Diretório de São José dos Campos, foram localizados documentos contábeis, representados por boletins financeiros, planilhas, comprovantes de pagamento, compra de materiais, notas fiscais de compras, entre outros, conforme pode ser verificado na figura 44.

## Documentos Contábeis

**Figura 44 - Recibos de compras de materiais**




**Fonte:** Acervo do PT de São José dos Campos, s/d

No processo de análise e diagnóstico, foi verificado também que existiam documentos que não são necessariamente considerados documentos de arquivos, mas que contam a história do partido no município, como livros, livros didáticos e revistas em geral.

## Livros e Revistas

**Figura 45 - Livros didáticos e revistas diversas**




**Fonte:** Acervo do PT de São José dos Campos, s/d

No acervo, em geral, além de documentos de arquivo produzidos para uma determinada função e necessidade institucional, foram encontrados documentos que estão no acervo por algum valor, seja ele emocional, político, cultural, como as sacolas, bonés e roupas, provavelmente distribuídas em congressos e manifestações organizadas pelo PT.

Na figura 46, para fins de exemplificação, pode-se observar uma sacola:

**Sacolas**

**Figura 46 - Sacolas distribuídas em evento**




**Fonte:** Acervo do PT de São José dos Campos

## Disquete

No mesmo acervo, foi localizado um suporte documental que até meados dos anos 2000 era muito comum o seu uso em acervos de partidos políticos, ou seja, os disquetes, conforme analisado na figura abaixo:

**Figura 47 - Disquetes de computador**




**Fonte:** Acervo do PT de São José dos Campos, s/d

Os disquetes, embora não sejam utilizados nos dias de hoje, já que existem inúmeros suportes documentais de armazenamento de arquivos, pode ser considerada uma das principais formas de salvaguarda de documentos de partidos políticos.

Com o avanço das tecnologias informacionais, os partidos têm armazenado seus documentos em *pendrives* ou em “nuvem”.

## Organicidade física do Acervo

A seguir, na figura 48, observa-se o nível de conservação, preservação e de organicidade física do Acervo do Diretório do PT de São José dos Campos.

**Figura 48 - Organicidade física do PT de São José dos Campos**




**Fonte:** PT de São José dos Campos, s/d

**Figura 49 - Organicidade física do PT de São José dos Campos**



**Fonte:** Diretório de São José dos Campos, s/d

**Figura 50 - Organicidade física do acervo**




**Fonte:** Diretório de São José dos Campos, s/d

**Figura 51 - Organicidade física do acervo**




**Fonte:** Diretório de São José dos Campos, s/d

Conforme foram observadas nas imagens anteriores, o nível de conservação, preservação e de organicidade física do Diretório de São José dos Campos não é satisfatório do ponto de vista arquivístico. Todavia, comparado aos próximos acervos que serão analisados, este ainda está de acordo com alguns parâmetros arquivísticos, pois ainda adota o processo de identificação e avaliação documental, mas deixa a

desejar em vários aspectos, contribuindo para a dispersão, fragmentação e na propagação do caos documental.

Na análise e diagnóstico do Diretório do PT de São José dos Campos, foi possível observar que o acervo não dispõe de instrumentos de gestão e pesquisa. No diálogo com os militantes do partido na cidade, constatou-se que existem muitos outros documentos do partido e que estão acondicionados em outras localidades e pontos de dispersão do município, mas que nesta pesquisa, não foi possível analisar, diagnosticar e tampouco reconstituir esses fundos documentais.

A estrutura predial onde está localizado o acervo também não é adequada, pois a sala não possui ventilação, tampouco sistemas para a contenção de incêndio, roedores, insetos, entre outras medidas para a preservação e salvaguarda do acervo. Ao chegarmos no local, verificou-se que o mesmo estava fechado há dias, meses ou até anos, essa ação provoca não só a deterioração do acervo, mas a propagação de insetos, roedores e de mofo que podem destruir os documentos e o mobiliário.

A partir desta constatação, é preciso ser feito algo de imediato, visto que com o avançar do tempo, a tendência é a perda de documentos de valor histórico para o partido.

Em diálogo com o Presidente do Diretório, o objetivo do Partido é criar um cronograma de planejamento para a digitalização e inserção do acervo em uma base de dados para fins de consulta, seja para pesquisas ou para a própria militância. A intenção é positiva, além de uma série de diretrizes, necessita também de uma orientação de um profissional especializado para seu planejamento e execução. Não nos foi informado quando haveria a presença deste profissional, assim como se o projeto iniciaria em 2023 ou em 2024. Pelo que se sabe, o projeto não foi iniciado até os dias de hoje.

**Descrição do acervo com base na norma Nobrade**

**1 Área de identificação**

**1.1 Código de referência**

BR - PT
Partido dos Trabalhadores (Brasil)
BR DMPTSJC
Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de São José dos Campos

**1.2 Título**
Acervo do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de São José dos Campos.

**1.3 Data(s)**
1978-

**1.4 Nível de descrição**
Fundo (1)

**1.5 Dimensão e suporte**
Textuais, bibliográficos, audiovisuais, iconográficos, fotografias.

**2 Área de contextualização**

**2.1 Nome(s) dos produtor(es)**
Partido dos Trabalhadores.

**2.2 História administrativa / biografia**
O Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de São José dos Campos teve o seu surgimento e fundação em 1978.

**2.3 História arquivística**
Natureza Jurídica: privada
Classificação: fundo

**2.4 Procedência**

Documentação recolhida de diretórios estaduais, municipais e doados por militantes, filiados, simpatizantes, centrais sindicais entre outros movimentos sociais.

## 3 Área de conteúdo e estrutura

### 3.1 Âmbito e conteúdo

A documentação retrata os principais fatos e acontecimentos históricos ocorridos no período da Ditadura Militar e do surgimento do partido.

Principais documentos localizados no acervo: Fotografias, ofícios, fotografias emolduradas, jornais, recortes de jornais, folhetos, cartazes, requerimentos, documentos trabalhistas, fichas de filiação, documentos contábeis, notas fiscais, livros, livros didáticos, sacolas, disquete, revistas e panfletos.

Principais atividades realizadas ao longo da história: Atos políticos, mobilizações, manifestações, reuniões, cursos, cursos de formação política, debate político, ato de campanha eleitoral, visitas de autoridades e lideranças políticas, panfletagem, plenária municipal, encontro partidário, comício eleitoral.

### 3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade

O acervo do Diretório Municipal de São José dos Campos não possui plano de classificação, quadro de arranjo e tabela de temporalidade.

### 3.3 Incorporações

Doações e recolhimento por meio de outros diretórios do Partido dos Trabalhadores.

### 3.4 Sistema de arranjo

Dado não informado.

## 4 Área de condições de acesso e uso

### 4.1 Condições de acesso

Acesso restrito aos gestores e filiados do Partido dos Trabalhadores de São José dos Campos.

### 4.2 Condições de reprodução

Digitalização e microfilmagem

### 4.3 Idioma

Português

### 4.4 Características físicas e requisitos técnicos

Em geral, a documentação apresenta boas condições físicas e materiais.

### 4.5 Instrumentos de pesquisa

O acervo do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de São José dos Campos não possui instrumentos de pesquisa: guia, inventários, catálogos e índices.

## 5 Área de fontes relacionadas

### 5.1 Existência e localização dos originais

A demais documentação do PT de São José dos Campos pode ser recuperada ou está em custódia no Diretório Nacional (Fundação Perseu Abramo e Centro Sérgio Buarque de Holanda), Diretório Municipal de Marília, Diretório Municipal de Tupã, Diretório Municipal de Taubaté, Diretório Municipal de Jacareí, Diretório Municipal de Lins, Diretório Municipal de Penápolis, Diretório Municipal de Garça, Diretório Municipal de Bauru, Instituto de Estudos Brasileiros (Universidade de São Paulo), Diretório Municipal de Osasco, Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Universidade Estadual Paulista - Campus de Assis), Arquivo Público do estado de São Paulo (APESP) e no Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM), entre outras instituições.

### 5.2 Existência e localização de cópias

A demais documentação do PT de São José dos Campos pode ser recuperada ou está em custódia no Diretório Nacional (Fundação Perseu Abramo e Centro Sérgio Buarque de Holanda), Diretório Municipal de Marília, Diretório Municipal de Tupã, Diretório Municipal de Taubaté, Diretório Municipal de Jacareí, Diretório Municipal de Lins, Diretório Municipal de Penápolis, Diretório Municipal de Garça, Diretório Municipal de Bauru, Instituto de Estudos Brasileiros (Universidade de São Paulo), Diretório Municipal de Osasco, Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Universidade Estadual Paulista - Campus de Assis), Arquivo Público do estado de São Paulo (APESP) e no Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM), entre outras instituições.

### 5.3 Unidades de descrição relacionadas

### 5.4 Nota sobre publicação

## 6 Área de notas

### 6.1 Notas sobre conservação

Documentação em bom estado de conservação, higienização e preservação. Porém, é preciso efetuar as trocas de mobiliários, já que os mesmos podem danificar os documentos. A área em que a documentação está armazenada não dispõe de controle de temperatura, tampouco sistemas de alerta de sinistro e incêndio.

### 6.2 Notas gerais

Documentação dispersa, caracterizando a fragmentação documental, assim como a falta de peças documentais.

## 7 Área de controle da descrição

### 7.1 Nota do arquivista

Embora o diretório de São José dos Campos não possua um acervo físico, a documentação mantém-se junto a sua militância, que adota um padrão de organização e preservação própria, ou seja, essa prática não está baseada em diretrizes arquivísticas.

### 7.2 Regras ou convenções

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G): norma geral internacional de descrição arquivística, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 119 p. (Publicações técnicas, n. 49).

### 7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)

setembro-novembro de 2024.

## 8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

### 8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

Partido dos Trabalhadores; PT; Partido dos Trabalhadores de São José dos Campos; Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de São José dos Campos; Central única dos trabalhadores; CUT.

A seguir, realiza-se a análise e o diagnóstico do Acervo do Diretório Municipal do PT de Tupã.

## Diretório Municipal do partido dos Trabalhadores de Tupã

No que diz respeito ao Acervo do Diretório de Tupã, existe uma semelhança com o de Marília e de São José dos Campos, visto que os documentos também estão dispersos. Neste caso, a documentação está armazenada na residência do Presidente do Partido.

A seguir, serão apresentadas espécies, tipologias e tipos documentais localizados no acervo de Tupã, mas não em sua totalidade, pois o acervo está fragmentado. Como o diretório havia passado por um processo de transição recente, muitos documentos estão armazenados na sede anterior e até mesmo em custódia da militância, mas não foi informada a quantidade, nem mesmo as condições de conservação e preservação dessa documentação.

## Bandeiras

**Figura 52 - Bandeiras partidárias**




**Fonte:** Acervo do Diretório do PT de Tupã (2024).

As bandeiras partidárias, em geral, são marcas registradas dos partidos políticos, movimentos sociais e movimentos de trabalhadores. Esse tipo de objeto documental representa o lema e os principais objetivos de um partido político.

## Termo de Abertura

A seguir, observa-se um dos principais documentos localizados no acervo do PT de Tupã, isto é, o Termo de Abertura.

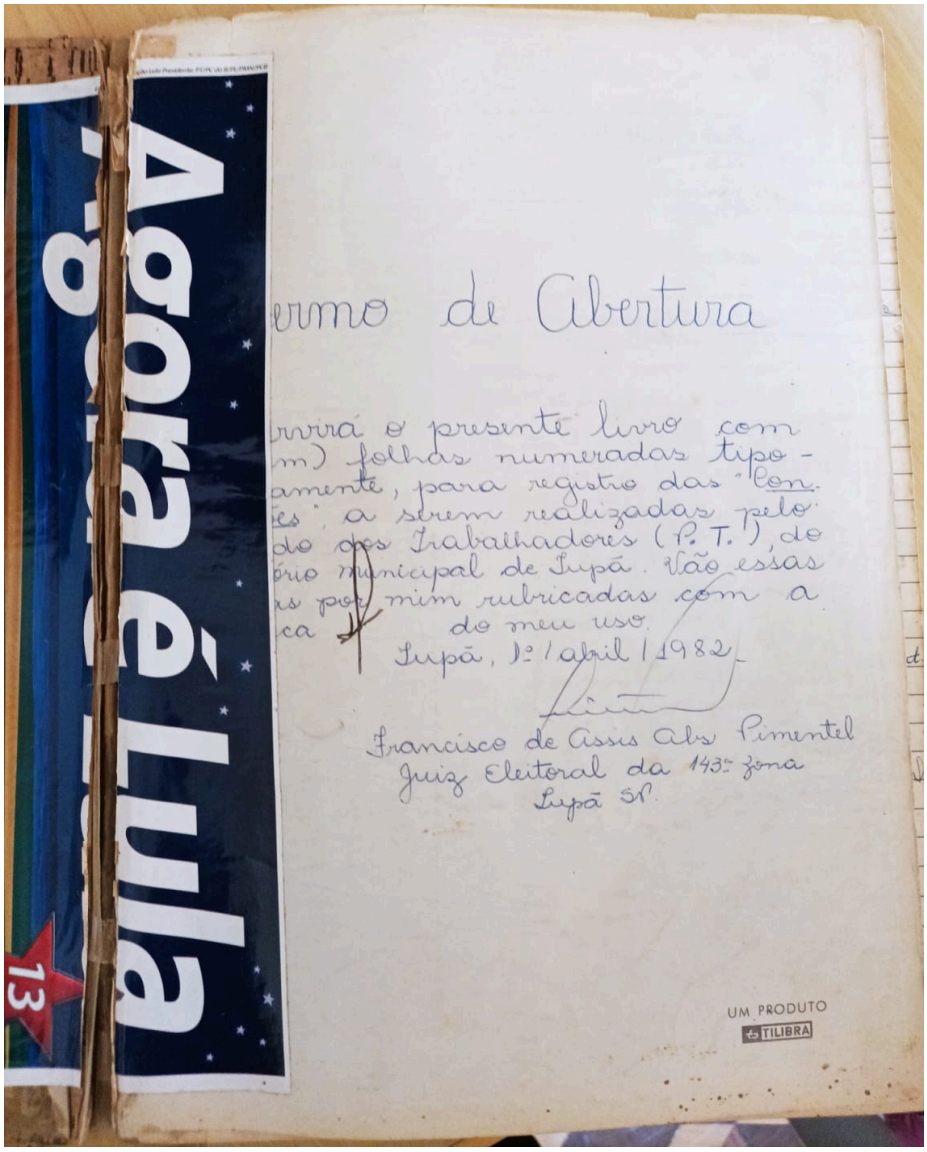
**Figura 53 - Termo de abertura de atividade partidária**



**Fonte:** Acervo do Diretório de Tupã, s/d

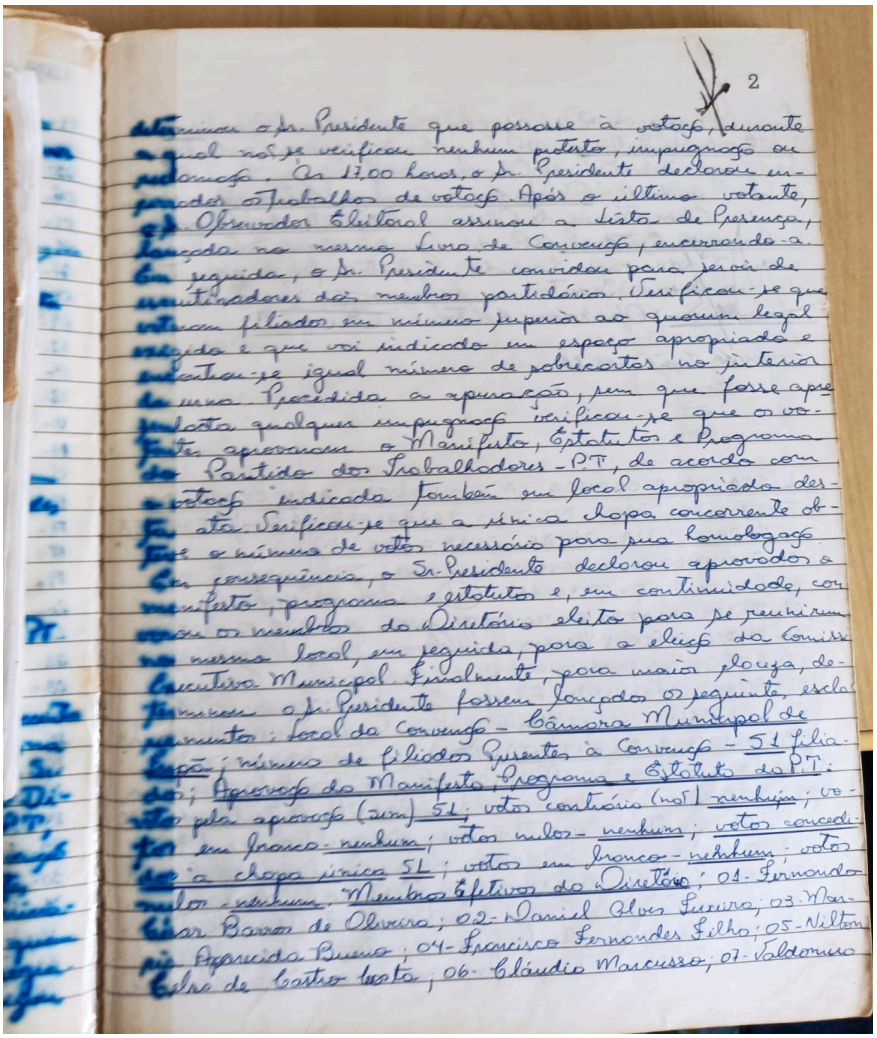
O termo de abertura pode ser considerado um dos documentos mais importantes do partido, já que pode ser associado à própria “certidão de nascimento” do PT em um determinado território. A partir deste documento é que serão iniciadas as atividades partidárias no município. Somado a isso, a ata de fundação também é um documento imprescindível, mas que no caso do diretório de Tupã, este documento não foi localizado. Dessa maneira, supõe-se que haja uma cópia do documento arquivado na Justiça Eleitoral da cidade ou que o mesmo já não exista mais.

**Figura 54 - Termo de abertura de atividade partidária**




**Fonte:** Acervo do Diretório de Tupã (1982).

**Figura 55 - Termo de Abertura de atividade partidária**



2

...minou o Sr. Presidente que passasse à votação, durante
...ual não se verificou nenhum protesto, impugnação ou
...dência. Às 17,00 horas, o Sr. Presidente declarou en-
...rado o trabalho de votação. Após o último votante,
...Observador Eleitoral assinou a lista de presença,
...ada no mesmo livro de Convenção, encerrando-a.
...seguida, o Sr. Presidente convidou para servir de
...tinadores dois membros partidários. Verificou-se que
...vam filiados em número superior ao quorum legal
...gido e que foi indicado um espaço apropriado e
...ntou-se igual número de cabeçotas na urna
...urna. Procedida a apuração, sem que fosse apre-
...tada qualquer impugnação verificou-se que os vo-
...tes aprovaram o Manifesto, Estatutos e Programa
...do Partido dos Trabalhadores - PT, de acordo com
...votação indicada também em local apropriado des-
...ata. Verificou-se que a única chapa concorrente ob-
...u o número de votos necessário para sua homologação
...Em consequência, o Sr. Presidente declarou aprovados o
...nifesto, programa e estatutos e, em continuidade, em
...ou os membros do Diretório eleito para se reunirem
...no mesmo local, em seguida, para a eleição da Comissão
...Executiva Municipal. Finalmente, para maior clareza, de-
...mou o Sr. Presidente fossem lançados o seguinte, escla-
...mento: local da Convenção - Câmara Municipal de
...ção; número de filiados presentes à Convenção - 51 filia-
...os; Aprovação do Manifesto, Programa e Estatuto do P.T.:
...vos pela aprovação (um) 51; votos contrários (nos) nenhum; vo-
...s em branco - nenhum; votos nulos - nenhum; votos concedi-
...os à chapa única 51; votos em branco - nenhum; votos
...nulos - nenhum. Membros efetivos do Diretório: 01- Fernando
...César Barros de Oliveira; 02- Daniel Alves Ferreira; 03- Mar-
...Aparecida Bueno; 04- Francisco Fernandes Filho; 05- Nilton
...Calvo de Castro Costa; 06- Cláudio Marcusso; 07- Valdomiro

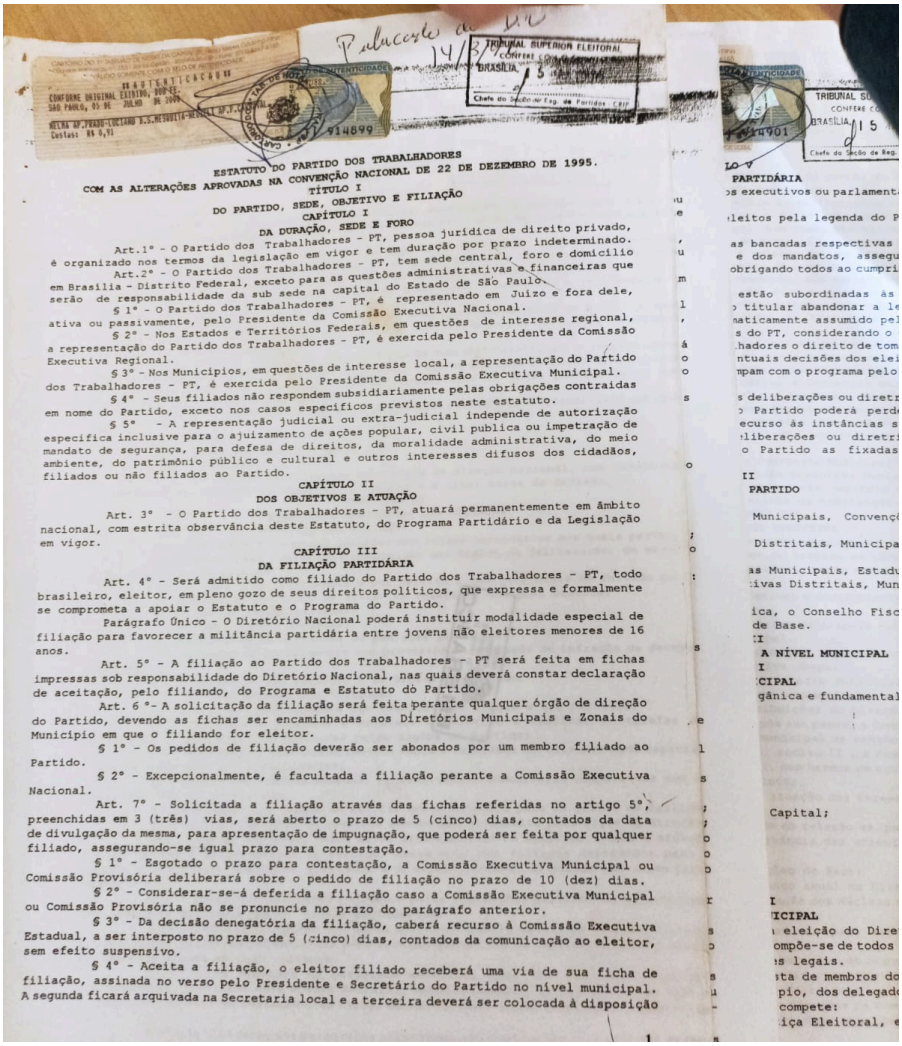
**Fonte:** Acervo do Diretório de Tupã (1982).

A seguir, verifica-se o Estatuto do Partido, sendo este um dos principais documentos produzidos pelos partidos políticos. Nos dias de hoje, é possível ter acesso a este documento de forma online[273], contudo, é comum que os militantes mais antigos possuam um exemplar físico, já que naquela época, ao realizarem sua filiação,

[273] Partido dos Trabalhadores. Estatuto e Código de Ética e Conduta do Partido dos Trabalhadores. Disponível em: https://pt.org.br/wp-content/uploads/2014/03/codigodeetica.pdf Acesso em 18 de jul. 2024.

cada filiado recebia uma cópia do documento, assim como do Código de Ética e Conduta do PT.

**Figura 56 - Estatuto e Código de Ética do PT**



ESTATUTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES
COM AS ALTERAÇÕES APROVADAS NA CONVENÇÃO NACIONAL DE 22 DE DEZEMBRO DE 1995.
TÍTULO I
DO PARTIDO, SEDE, OBJETIVO E FILIAÇÃO
CAPÍTULO I
DA DURAÇÃO, SEDE E FORO

Art.1º - O Partido dos Trabalhadores - PT, pessoa jurídica de direito privado, é organizado nos termos da legislação em vigor e tem duração por prazo indeterminado.
Art.2º - O Partido dos Trabalhadores - PT, tem sede central, foro e domicílio em Brasília - Distrito Federal, exceto para as questões administrativas e financeiras que serão de responsabilidade da sub sede na capital do Estado de São Paulo.
§ 1º - O Partido dos Trabalhadores - PT, é representado em Juízo e fora dele, ativa ou passivamente, pelo Presidente da Comissão Executiva Nacional.
§ 2º - Nos Estados e Territórios Federais, em questões de interesse regional, a representação do Partido dos Trabalhadores - PT, é exercida pelo Presidente da Comissão Executiva Regional.
§ 3º - Nos Municípios, em questões de interesse local, a representação do Partido dos Trabalhadores - PT, é exercida pelo Presidente da Comissão Executiva Municipal.
§ 4º - Seus filiados não respondem subsidiariamente pelas obrigações contraídas em nome do Partido, exceto nos casos específicos previstos neste estatuto.
§ 5º - A representação judicial ou extra-judicial independe de autorização específica inclusive para o ajuizamento de ações popular, civil publica ou impetração de mandato de segurança, para defesa de direitos, da moralidade administrativa, do meio ambiente, do patrimônio público e cultural e outros interesses difusos dos cidadãos, filiados ou não filiados ao Partido.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS E ATUAÇÃO

Art. 3º - O Partido dos Trabalhadores - PT, atuará permanentemente em âmbito nacional, com estrita observância deste Estatuto, do Programa Partidário e da Legislação em vigor.

CAPÍTULO III
DA FILIAÇÃO PARTIDÁRIA

Art. 4º - Será admitido como filiado do Partido dos Trabalhadores - PT, todo brasileiro, eleitor, em pleno gozo de seus direitos políticos, que expressa e formalmente se comprometa a apoiar o Estatuto e o Programa do Partido.
Parágrafo Único - O Diretório Nacional poderá instituir modalidade especial de filiação para favorecer a militância partidária entre jovens não eleitores menores de 16 anos.
Art. 5º - A filiação ao Partido dos Trabalhadores - PT será feita em fichas impressas sob responsabilidade do Diretório Nacional, nas quais deverá constar declaração de aceitação, pelo filiando, do Programa e Estatuto do Partido.
Art. 6 º- A solicitação da filiação será feita perante qualquer órgão de direção do Partido, devendo as fichas ser encaminhadas aos Diretórios Municipais e Zonais do Município em que o filiando for eleitor.
§ 1º - Os pedidos de filiação deverão ser abonados por um membro filiado ao Partido.
§ 2º - Excepcionalmente, é facultada a filiação perante a Comissão Executiva Nacional.
Art. 7º - Solicitada a filiação através das fichas referidas no artigo 5º, preenchidas em 3 (três) vias, será aberto o prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de divulgação da mesma, para apresentação de impugnação, que poderá ser feita por qualquer filiado, assegurando-se igual prazo para contestação.
§ 1º - Esgotado o prazo para contestação, a Comissão Executiva Municipal ou Comissão Provisória deliberará sobre o pedido de filiação no prazo de 10 (dez) dias.
§ 2º - Considerar-se-á deferida a filiação caso a Comissão Executiva Municipal ou Comissão Provisória não se pronuncie no prazo do parágrafo anterior.
§ 3º - Da decisão denegatória da filiação, caberá recurso à Comissão Executiva Estadual, a ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias, contados da comunicação ao eleitor, sem efeito suspensivo.
§ 4º - Aceita a filiação, o eleitor filiado receberá uma via de sua ficha de filiação, assinada no verso pelo Presidente e Secretário do Partido no nível municipal. A segunda ficará arquivada na Secretaria local e a terceira deverá ser colocada à disposição

**Fonte:** Acervo do Diretório de Tupã (1993)

No caso do Acervo do Diretório do Tupã, não foi possível realizar uma análise e diagnóstico mais aprofundado, já que não tivemos acesso a toda documentação produzida pelo partido desde 1982. Com relação a documentação que foi recuperada para esta análise, verificou-se que a mesma estava em boas condições físicas, porém, armazenadas em um local inapropriado, sendo este suscetível a presença e ataque de insetos e roedores que poderiam danificar e comprometer a estrutura e o conteúdo dos

documentos. Neste acervo, em especial, a dispersão e fragmentação dos documentos é evidente.

**Descrição do acervo com base na norma Nobrade**

**1 Área de identificação**

**1.1 Código de referência**

BR - PT
Partido dos Trabalhadores (Brasil)
BR DMPTTP
Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Tupã

**1.2 Título**

Acervo do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Tupã.

**1.3 Data(s)**

1982-

**1.4 Nível de descrição**

Fundo (1)

**1.5 Dimensão e suporte**

Textuais, bibliográficos, audiovisuais, iconográficos, fotografias.

**2 Área de contextualização**

**2.1 Nome(s) dos produtor(es)**

Partido dos Trabalhadores.

**2.2 História administrativa / biografia**

O Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Tupã teve o seu surgimento e fundação em 1982.

**2.3 História arquivística**

Natureza Jurídica: privada

Classificação: fundo

**2.4 Procedência**

Documentação recolhida de diretórios estaduais, municipais, comissões provisórias e doados por militantes, filiados, simpatizantes, centrais sindicais entre outros movimentos sociais.

**3 Área de conteúdo e estrutura**

**3.1 Âmbito e conteúdo**

A documentação retrata os principais fatos e acontecimentos históricos ocorridos no período da Ditadura Militar e do surgimento do partido.

Principais documentos localizados no acervo: Fotografias, ofícios, fotografias emolduradas, jornais, recortes de jornais, folhetos, cartazes, requerimentos, documentos trabalhistas, fichas de filiação, documentos contábeis, notas fiscais, livros, livros didáticos, sacolas, disquete, revistas e panfletos.

Principais atividades realizadas ao longo da história: Atos políticos, mobilizações, manifestações, reuniões, cursos, cursos de formação política, debate político, ato de campanha eleitoral, visitas de autoridades e lideranças políticas, panfletagem, plenária municipal, encontro partidário, comício eleitoral.

**3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade**

O acervo do Diretório Municipal de Tupã não possui plano de classificação, quadro de arranjo e tabela de temporalidade.

**3.3 Incorporações**

Doações e recolhimento por meio de outros diretórios do Partido dos Trabalhadores.

### 3.4 Sistema de arranjo

Dado não informado.

## 4 Área de condições de acesso e uso

### 4.1 Condições de acesso

Acesso restrito aos gestores e filiados do Partido dos Trabalhadores de Tupã.

### 4.2 Condições de reprodução

Digitalização e microfilmagem

### 4.3 Idioma

Português

### 4.4 Características físicas e requisitos técnicos

Em geral, a documentação apresenta boas condições físicas e materiais.

### 4.5 Instrumentos de pesquisa

O acervo do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Tupã não possui instrumentos de pesquisa: guia, inventários, catálogos e índices.

## 5 Área de fontes relacionadas

### 5.1 Existência e localização dos originais

A demais documentação do PT de Tupã pode ser recuperada ou está em custódia no Diretório Nacional (Fundação Perseu Abramo e Centro Sérgio Buarque de Holanda), Diretório Municipal de Marília, Diretório Municipal de Taubaté, Diretório Municipal de

Jacareí, Diretório Municipal de Lins, Diretório Municipal de Penápolis, Diretório Municipal de Garça, Diretório Municipal de Bauru, Instituto de Estudos Brasileiros (Universidade de São Paulo), Diretório Municipal de Osasco, Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Universidade Estadual Paulista - Campus de Assis), Arquivo Público do estado de São Paulo (APESP) e no Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM), entre outras instituições.

### 5.2 Existência e localização de cópias

A demais documentação do PT de São José dos Campos pode ser recuperada ou está em custódia no Diretório Nacional (Fundação Perseu Abramo e Centro Sérgio Buarque de Holanda), Diretório Municipal de Marília, Diretório Municipal de Taubaté, Diretório Municipal de Jacareí, Diretório Municipal de Lins, Diretório Municipal de Penápolis, Diretório Municipal de Garça, Diretório Municipal de Bauru, Instituto de Estudos Brasileiros (Universidade de São Paulo), Diretório Municipal de Osasco, Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Universidade Estadual Paulista - Campus de Assis), Arquivo Público do estado de São Paulo (APESP) e no Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM), entre outras instituições.

### 5.3 Unidades de descrição relacionadas

### 5.4 Nota sobre publicação

## 6 Área de notas

### 6.1 Notas sobre conservação

Documentação em bom estado de conservação, higienização e preservação. Porém, é preciso efetuar as trocas de mobiliários, já que os mesmos podem danificar os documentos. A área em que a documentação está armazenada não dispõe de controle de temperatura, tampouco sistemas de alerta de sinistro e incêndio.

### 6.2 Notas gerais

Documentação dispersa, caracterizando a fragmentação documental, assim como a falta de peças documentais.

## 7 Área de controle da descrição

### 7.1 Nota do arquivista

Embora o diretório de Tupã não possua um acervo físico, a documentação mantém-se junto a sua militância, que adota um padrão de organização e preservação própria, ou seja, essa prática não está baseada em diretrizes arquivísticas.

### 7.2 Regras ou convenções

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G): norma geral internacional de descrição arquivística, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 119 p. (Publicações técnicas, n. 49).

### 7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)

setembro-novembro de 2024.

## 8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

### 8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

Partido dos Trabalhadores; PT; Partido dos Trabalhadores de Tupã; Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Tupã; Central única dos trabalhadores; CUT.

A seguir, realiza-se a análise e o diagnóstico do Acervo do Diretório Municipal do PT de Taubaté.

## Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Taubaté

No Diretório de Taubaté, não foi possível recuperar sua ata de fundação e legalização, mas foi recuperado o termo de abertura do início das atividades do partido na cidade, conforme será verificado na figura abaixo, especificamente o termo de abertura de Registro de Atas de Convenções Municipais do partido, documento datado de 2004 e assinado por um juiz eleitoral.

## Termo de Abertura de Atas

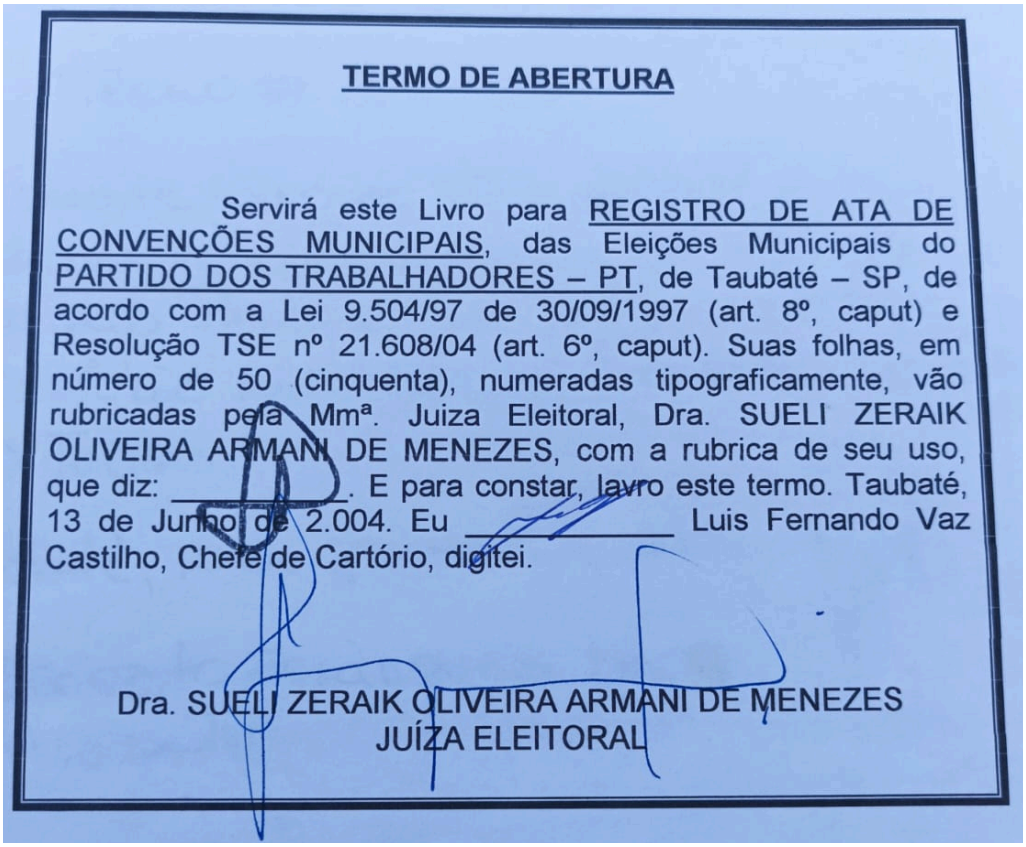
**Figura 58 - Termo de abertura de atas**




**Fonte:** Acervo do Diretório de Taubaté, s/d

Assim como foi localizado nos acervos dos diretórios do PT de Marília, São José dos Campos e de Tupã, em Taubaté, também foi encontrado o termo de abertura de atas, lembrando que este é um dos principais documentos do partido, ou seja, um documento legal que prova suas ações político-eleitorais no município.

**Figura 59 - Termo de abertura de atas**



TERMO DE ABERTURA

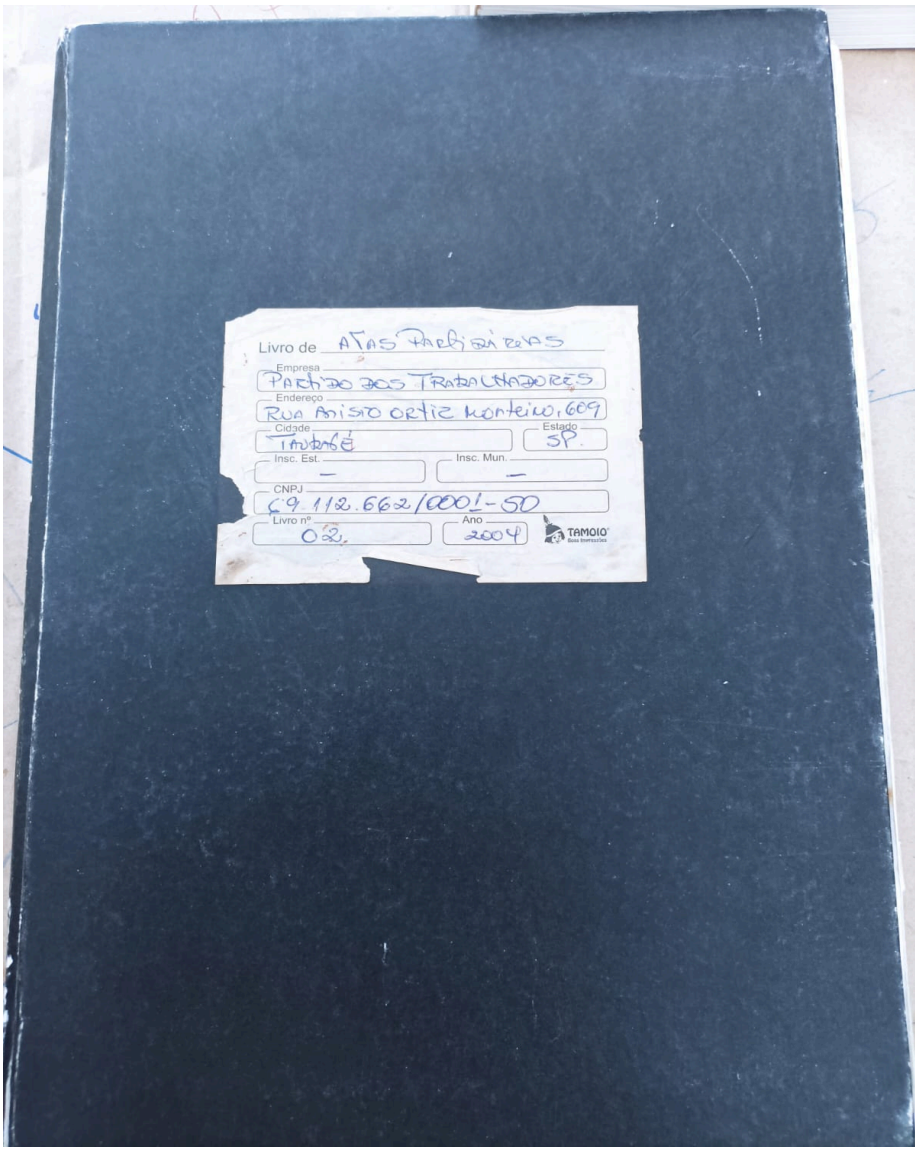
Servirá este Livro para REGISTRO DE ATA DE CONVENÇÕES MUNICIPAIS, das Eleições Municipais do PARTIDO DOS TRABALHADORES – PT, de Taubaté – SP, de acordo com a Lei 9.504/97 de 30/09/1997 (art. 8º, caput) e Resolução TSE nº 21.608/04 (art. 6º, caput). Suas folhas, em número de 50 (cinquenta), numeradas tipograficamente, vão rubricadas pela Mmª. Juiza Eleitoral, Dra. SUELI ZERAIK OLIVEIRA ARMANI DE MENEZES, com a rubrica de seu uso, que diz: _____. E para constar, lavro este termo. Taubaté, 13 de Junho de 2.004. Eu _____ Luis Fernando Vaz Castilho, Chefe de Cartório, digitei.

Dra. SUELI ZERAIK OLIVEIRA ARMANI DE MENEZES
JUÍZA ELEITORAL

**Fonte:** Acervo do Diretório de Taubaté (2004)

Um documento bastante comum e inerente a todos os partidos políticos, conforme poderá ser observado na próxima figura, são as atas de reuniões partidárias, documento este que registra de forma fidedigna a realização de atividades e ações político-partidárias, bem como as principais deliberações e decisões tomadas por um determinado colegiado partidário.

**Figura 60 - Atas de reuniões partidárias**




**Fonte:** Acervo do Diretório de Taubaté (2004).

Após a recuperação do termo de abertura de atividades e das atas de reuniões do partido, foram recuperadas algumas fotografias analógicas produzidas pelos militantes do PT de Taubaté, conforme poderá ser verificado na figura abaixo.

## Fotografias

**Figura 61 - Reunião partidária**




**Fonte:** Acervo do Diretório de Taubaté, s/d

Na figura acima, verifica-se uma atividade partidária, em aparência, trata-se de uma reunião, encontro, curso de formação ou assembleia do partido. Não foi possível identificar o ano, mas, verificou-se na figura a presença de Jair Meneghelli, um dos maiores sindicalistas brasileiros e um dos fundadores de uma das principais centrais sindicais da América Latina, isto é, a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Não foi possível identificar o ano e o local, tampouco a autoria do registro fotográfico.

**Figura 62 - Fotografias**




**Fonte:** Acervo do Diretório de Taubaté, s/d

Na figura acima, encontra-se o Secretário Geral do partido em Taubaté, Sebastião Florêncio. Não foi possível identificar o ano de registro e o local, nem mesmo a autoria do registro fotográfico.

**Figura 63 - Fotografias**




**Fonte:** Acervo do Diretório de Taubaté (1968).

Na figura acima, identifica-se uma fotografia analógica com uma dimensão maior e que retrata um dos fatos históricos mais conhecidos de nosso país, ou seja, a Passeata dos 100 mil, realizada em 1968, no Rio de Janeiro.

Em linhas gerais, as fotografias representam e apresentam um grande apelo emocional para a militância, uma vez que evocam um sentimento de pertencimento e de identidade ao partido.

Dando continuidade a análise e diagnóstico do Acervo de Taubaté, assim como foram recuperados em outros diretórios, a seguir, serão verificados os folhetos.

## Folhetos

Os folhetos, conforme já havia sido comentado anteriormente e recuperados na maioria dos diretórios analisados, são necessários para a divulgação de candidaturas ou de atos políticos, reuniões, encontros, ações partidárias, entre outras atividades políticas.

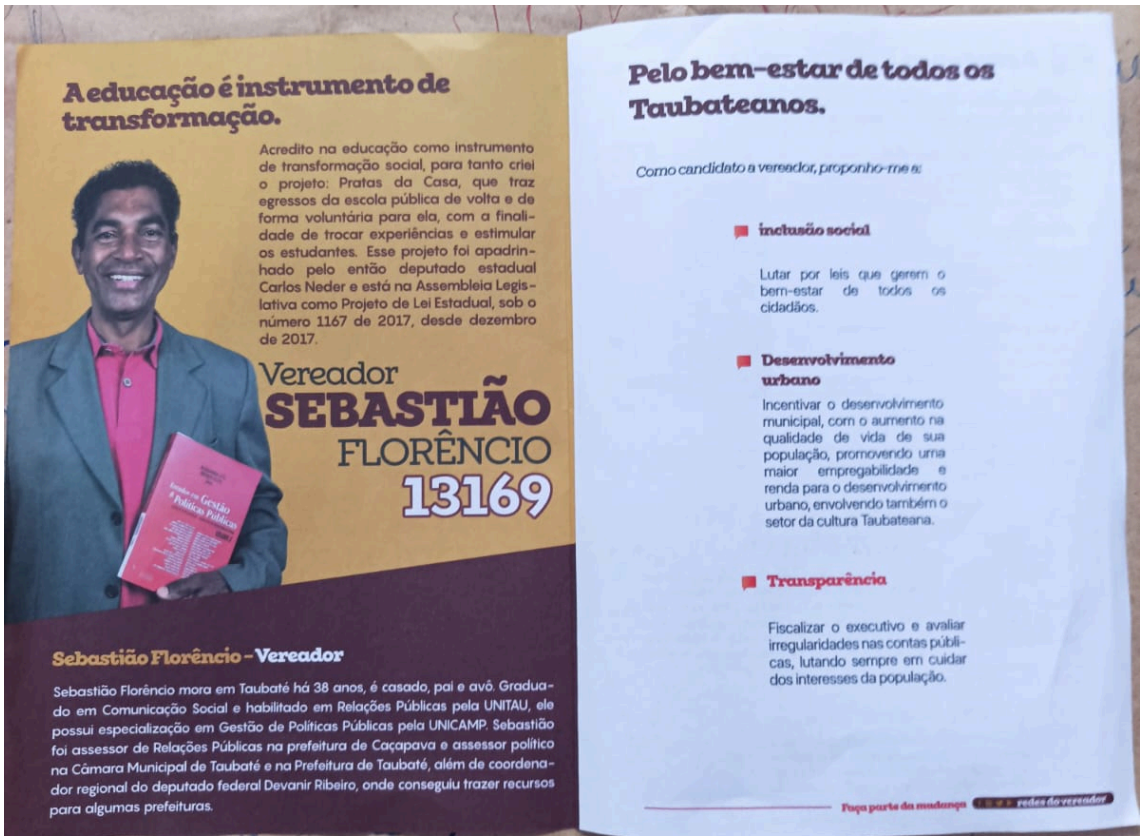
**Figura 64 - Folhetos de campanha eleitoral**




**Fonte:** Acervo do Diretório de Taubaté, s/d

No exemplo acima, verifica-se mais um exemplo de folheto de campanha eleitoral, sendo este composto pela exposição da candidatura de um candidato a vereador, prefeito e a de vice-prefeito, porém, só é possível analisar o registro imagético dos dois primeiros cargos pleiteados.

**Figura 65 - Folhetos de campanha eleitoral**



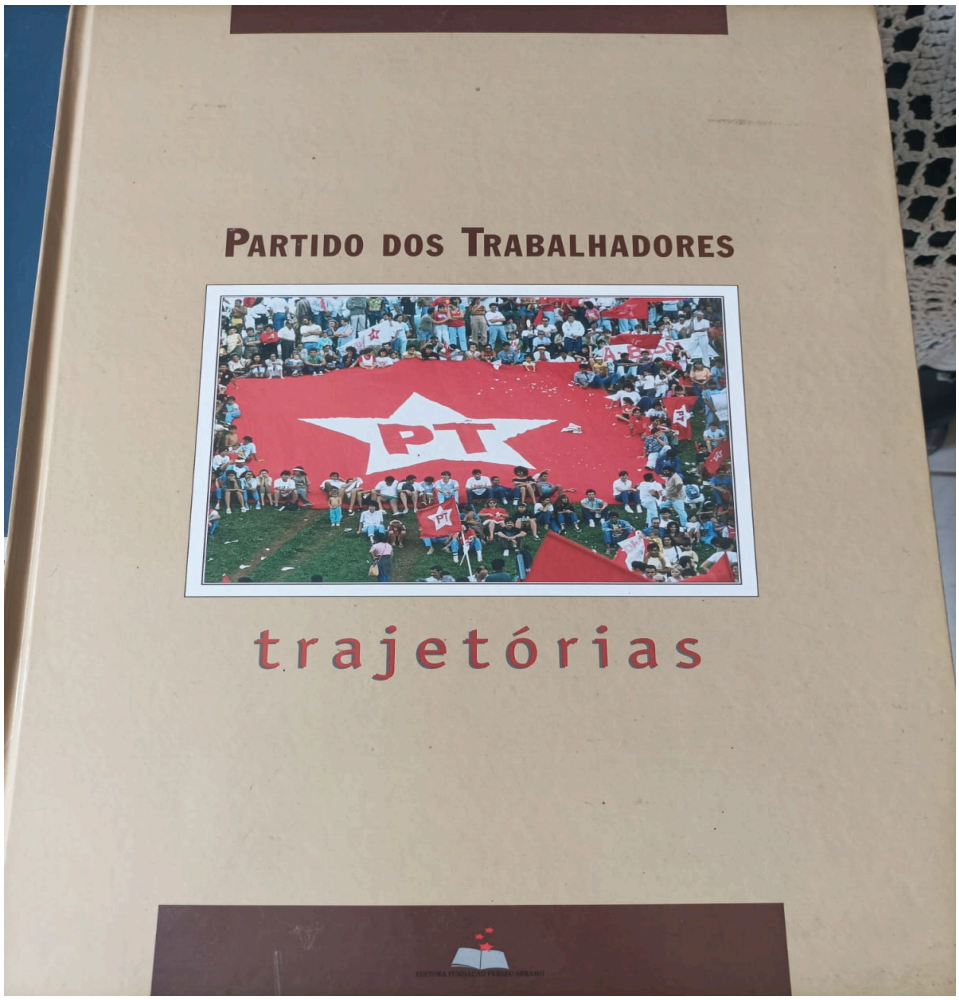

**Fonte:** Acervo do Diretório de Taubaté, s/d

Este folheto apresenta de maneira breve a história e as principais ações realizadas pelo candidato, bem como as principais pautas que serão defendidas por ele no parlamento, caso seja eleito, obviamente.

A seguir, observa-se um outro documento encontrado no Diretório de Taubaté: Livro de trajetória do PT na cidade.

## Livro de Trajetórias

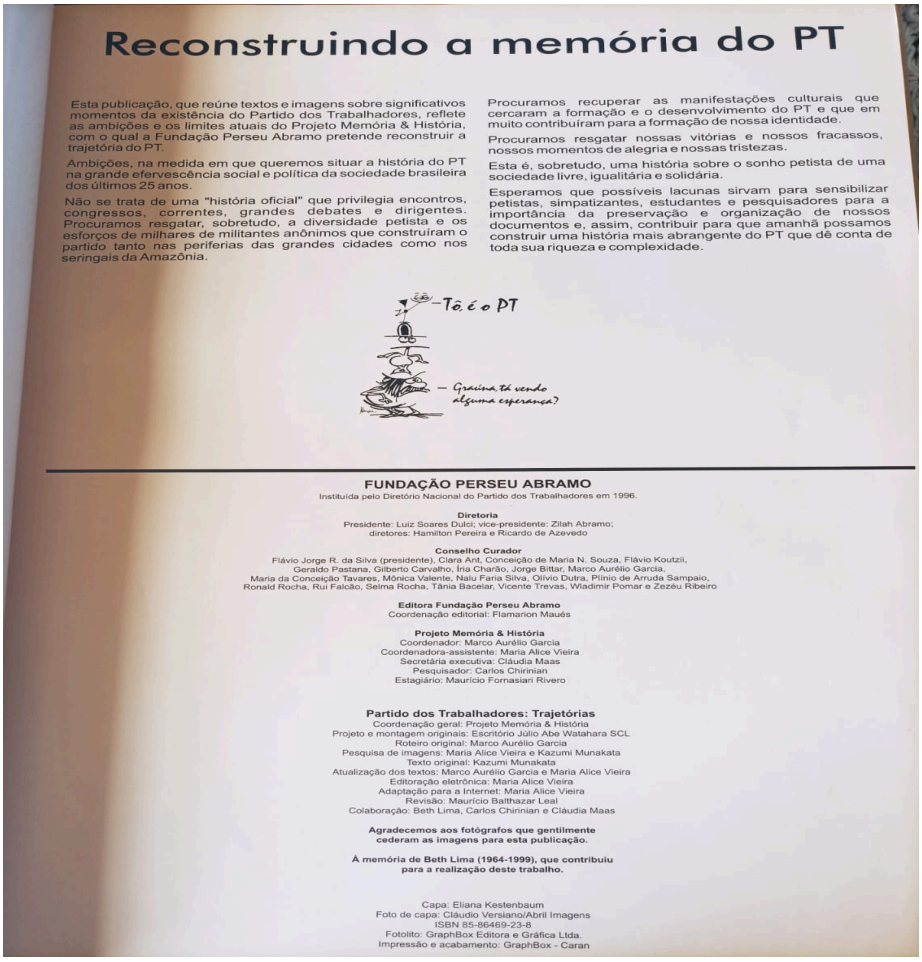
**Figura 66 - Livro de trajetórias do PT em Taubaté**




**Fonte:** Acervo Diretório de Taubaté, s/d

Neste documento, é apresentada a trajetória do partido na cidade, na verdade, pode-se considerar um amontoado de anexos, como textos, fotografias, imagens, entre outros elementos simbólicos. A finalidade deste documento é apresentar de forma bastante resumida a história do partido desde a sua concepção e a atuação de sua militância ao longo dos anos.

**Figura 67 - Livro de trajetórias do PT em Taubaté**



# Reconstruindo a memória do PT

Esta publicação, que reúne textos e imagens sobre significativos momentos da existência do Partido dos Trabalhadores, reflete as ambições e os limites atuais do Projeto Memória & História, com o qual a Fundação Perseu Abramo pretende reconstruir a trajetória do PT.

Ambições, na medida em que queremos situar a história do PT na grande efervescência social e política da sociedade brasileira dos últimos 25 anos.

Não se trata de uma "história oficial" que privilegia encontros, congressos, correntes, grandes debates e dirigentes. Procuramos resgatar, sobretudo, a diversidade petista e os esforços de milhares de militantes anônimos que construíram o partido tanto nas periferias das grandes cidades como nos seringais da Amazônia.

Procuramos recuperar as manifestações culturais que cercaram a formação e o desenvolvimento do PT e que em muito contribuíram para a formação de nossa identidade.

Procuramos resgatar nossas vitórias e nossos fracassos, nossos momentos de alegria e nossas tristezas.

Esta é, sobretudo, uma história sobre o sonho petista de uma sociedade livre, igualitária e solidária.

Esperamos que possíveis lacunas sirvam para sensibilizar petistas, simpatizantes, estudantes e pesquisadores para a importância da preservação e organização de nossos documentos e, assim, contribuir para que amanhã possamos construir uma história mais abrangente do PT que dê conta de toda sua riqueza e complexidade.



**FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO**
Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em 1996.

**Diretoria**
Presidente: Luiz Soares Dulci; vice-presidente: Zilah Abramo;
diretores: Hamilton Pereira e Ricardo de Azevedo

**Conselho Curador**
Flávio Jorge R. da Silva (presidente), Clara Ant, Conceição de Maria N. Souza, Flávio Koutzii, Geraldo Pastana, Gilberto Carvalho, Iria Charão, Jorge Bittar, Marco Aurélio Garcia, Maria da Conceição Tavares, Mônica Valente, Nalu Faria Silva, Olívio Dutra, Plínio de Arruda Sampaio, Ronald Rocha, Rui Falcão, Selma Rocha, Tânia Bacelar, Vicente Trevas, Wladimir Pomar e Zezéu Ribeiro

**Editora Fundação Perseu Abramo**
Coordenação editorial: Flamarion Maués

**Projeto Memória & História**
Coordenador: Marco Aurélio Garcia
Coordenadora-assistente: Maria Alice Vieira
Secretária executiva: Cláudia Maas
Pesquisador: Carlos Chirinian
Estagiário: Maurício Fornasiari Rivero

**Partido dos Trabalhadores: Trajetórias**
Coordenação geral: Projeto Memória & História
Projeto e montagem originais: Escritório Júlio Abe Wataharа SCL
Roteiro original: Marco Aurélio Garcia
Pesquisa de imagens: Maria Alice Vieira e Kazumi Munakata
Texto original: Kazumi Munakata
Atualização dos textos: Marco Aurélio Garcia e Maria Alice Vieira
Editoração eletrônica: Maria Alice Vieira
Adaptação para a Internet: Maria Alice Vieira
Revisão: Maurício Balthazar Leal
Colaboração: Beth Lima, Carlos Chirinian e Cláudia Maas

**Agradecemos aos fotógrafos que gentilmente cederam as imagens para esta publicação.**

**À memória de Beth Lima (1964-1999), que contribuiu para a realização deste trabalho.**

Capa: Eliana Kestenbaum
Foto de capa: Cláudio Versiano/Abril Imagens
ISBN 85-86469-23-8
Fotolito: GraphBox Editora e Gráfica Ltda.
Impressão e acabamento: GraphBox - Caran

**Fonte:** Acervo do Diretório de Taubaté, s/d

Na figura acima, observa-se um breve resumo sobre a história e memória do Partido dos Trabalhadores.

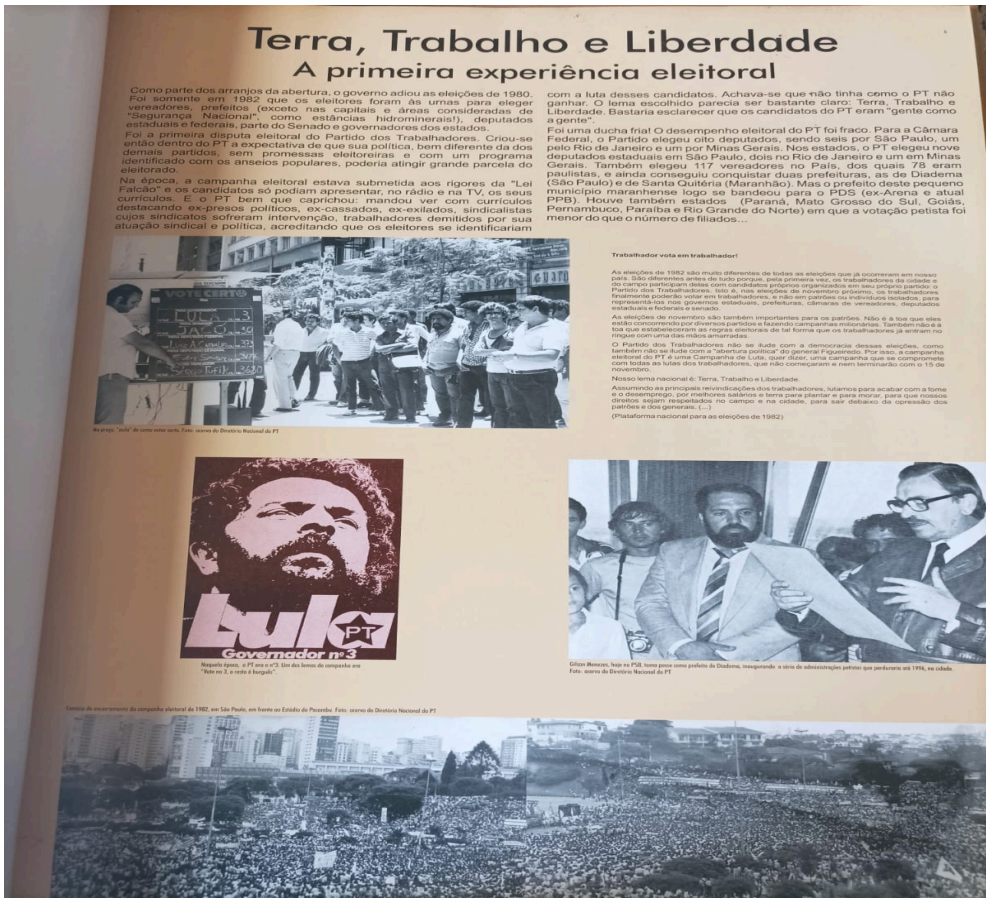
**Figura 68 - Livro de trajetórias do PT em Taubaté**




**Fonte: Acervo do** Diretório de Taubaté, s/d

Nesta imagem, observa-se um conjunto de textos e fotografias sobre os principais fatos históricos que culminaram na criação e legalização do Partido dos Trabalhadores a nível nacional.

**Figura 69 - Livro de trajetórias do PT em Taubaté**




**Fonte:** Acervo do Diretório de Taubaté, s/d

Acima, observa-se um conjunto de textos e fotografias sobre as principais ações do Partido dos Trabalhadores em sua primeira experiência político-eleitoral, ou seja, em 1982.

Em síntese, longe de ser um acervo organizado, o diretório de Taubaté encontra-se nas mesmas condições de Marília, São José dos Campos e de Tupã, ou seja, não possui sede própria e seus arquivos estão dispersos em outras localidades e de certa maneira fragmentados.

No processo de análise e diagnóstico, verificou-se que além da fragmentação dos arquivos, exceto de alguns militantes que ainda mantêm a conservação da documentação, não há preocupação na organização e preservação do acervo, nem mesmo na discussão sobre o estabelecimento de políticas documentais e na criação de instrumentos de gestão e pesquisa para a recomposição dos fundos e acesso aos itens documentais.

**Descrição do acervo com base na norma Nobrade**

## 1 Área de identificação

### 1.1 Código de referência

BR - PT

Partido dos Trabalhadores (Brasil)

BR DNPTT

Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Taubaté

### 1.2 Título

Acervo do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Taubaté

### 1.3 Data(s)

1982

### 1.4 Nível de descrição

Fundo (1)

### 1.5 Dimensão e suporte

Textuais, bibliográficos, audiovisuais, iconográficos, fotografias.

## 2 Área de contextualização

### 2.1 Nome(s) dos produtor(es)

Partido dos Trabalhadores.

### 2.2 História administrativa / biografia

Não informado.

**2.3 História arquivística**

Natureza Jurídica: privada

Classificação: fundo

**2.4 Procedência**

Documentação recolhida de diretórios estaduais, municipais, comissões provisórias e doados por militantes, filiados, simpatizantes, centrais sindicais ou outros movimentos sociais.

**3 Área de conteúdo e estrutura**

**3.1 Âmbito e conteúdo**

A documentação retrata os principais fatos e acontecimentos históricos ocorridos no período da Ditadura Militar e do surgimento do partido. Principais documentos localizados no acervo: Fotografias, atas, atas de reuniões, termo de abertura, termo de abertura de atividade partidária, cursos, livros, livros de trajetória do PT, estatuto e código de ética, ofícios, fotografias emolduradas, jornais, recortes de jornais, bandeiras, folhetos e panfletos. Atos políticos, mobilizações, manifestações, reuniões, cursos de formação política, ato de campanha eleitoral, visitas de autoridades e lideranças políticas, panfletagem, plenária municipal, encontro partidário, comício eleitoral.

**3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade**

O acervo do Diretório Municipal de Taubaté não possui plano de classificação, quadro de arranjo e tabela de temporalidade.

**3.3 Incorporações**

Recolhimento por meio de outros diretórios do Partido dos Trabalhadores.

**3.4 Sistema de arranjo**

Dado não informado.

## 4 Área de condições de acesso e uso

### 4.1 Condições de acesso

Acesso restrito aos gestores do Partido dos Trabalhadores de Taubaté.

### 4.2 Condições de reprodução

Digitalização e microfilmagem

### 4.3 Idioma

Português

### 4.4 Características físicas e requisitos técnicos

Em geral, a documentação apresenta boas condições físicas e materiais.

### 4.5 Instrumentos de pesquisa

O acervo do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Taubaté não possui instrumentos de pesquisa: guia, inventários, catálogos e índices.

## 5 Área de fontes relacionadas

### 5.1 Existência e localização dos originais

A demais documentação do PT de Marília pode ser recuperada ou está em custódia no Diretório Nacional (Fundação Perseu Abramo e Centro Sérgio Buarque de Holanda), Diretório Municipal de Marília, Diretório Municipal de Tupã, Diretório Municipal de Taubaté, Diretório Municipal de Jacareí, Diretório Municipal de Lins, Diretório Municipal de Penápolis, Diretório Municipal de Garça, Diretório Municipal de Bauru, Instituto de Estudos Brasileiros (Universidade de São Paulo), Diretório Municipal de Osasco, Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Universidade Estadual Paulista -

Campus de Assis), Arquivo Público do estado de São Paulo (APESP) e no Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM).

### 5.2 Existência e localização de cópias

A demais documentação do PT de Marília pode ser recuperada ou está em custódia no Diretório Nacional (Fundação Perseu Abramo e Centro Sérgio Buarque de Holanda), Diretório Municipal de Marília, Diretório Municipal de Tupã, Diretório Municipal de Taubaté, Diretório Municipal de Jacareí, Diretório Municipal de Lins, Diretório Municipal de Penápolis, Diretório Municipal de Garça, Diretório Municipal de Bauru, Instituto de Estudos Brasileiros (Universidade de São Paulo), Diretório Municipal de Osasco, Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Universidade Estadual Paulista - Campus de Assis), Arquivo Público do estado de São Paulo (APESP) e no Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM).

### 5.3 Unidades de descrição relacionadas

### 5.4 Nota sobre publicação

## 6 Área de notas

### 6.1 Notas sobre conservação

Documentação em bom estado de conservação, higienização e preservação.

### 6.2 Notas gerais

Documentação dispersa, caracterizando a fragmentação documental, assim como a falta de peças documentais.

## 7 Área de controle da descrição

### 7.1 Nota do arquivista

Embora o diretório de Taubaté não possua um acervo físico, a documentação mantém-se junto a sua militância, que adota um padrão de organização e preservação própria, ou seja, essa prática não está baseada em diretrizes arquivísticas.

### 7.2 Regras ou convenções

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G): norma geral internacional de descrição arquivística, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 119 p. (Publicações técnicas, n. 49).

### 7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)

setembro-novembro de 2024.

## 8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

### 8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

Partido dos Trabalhadores; PT; Partido dos Trabalhadores de Taubaté; Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Taubaté; Central única dos trabalhadores; CUT.

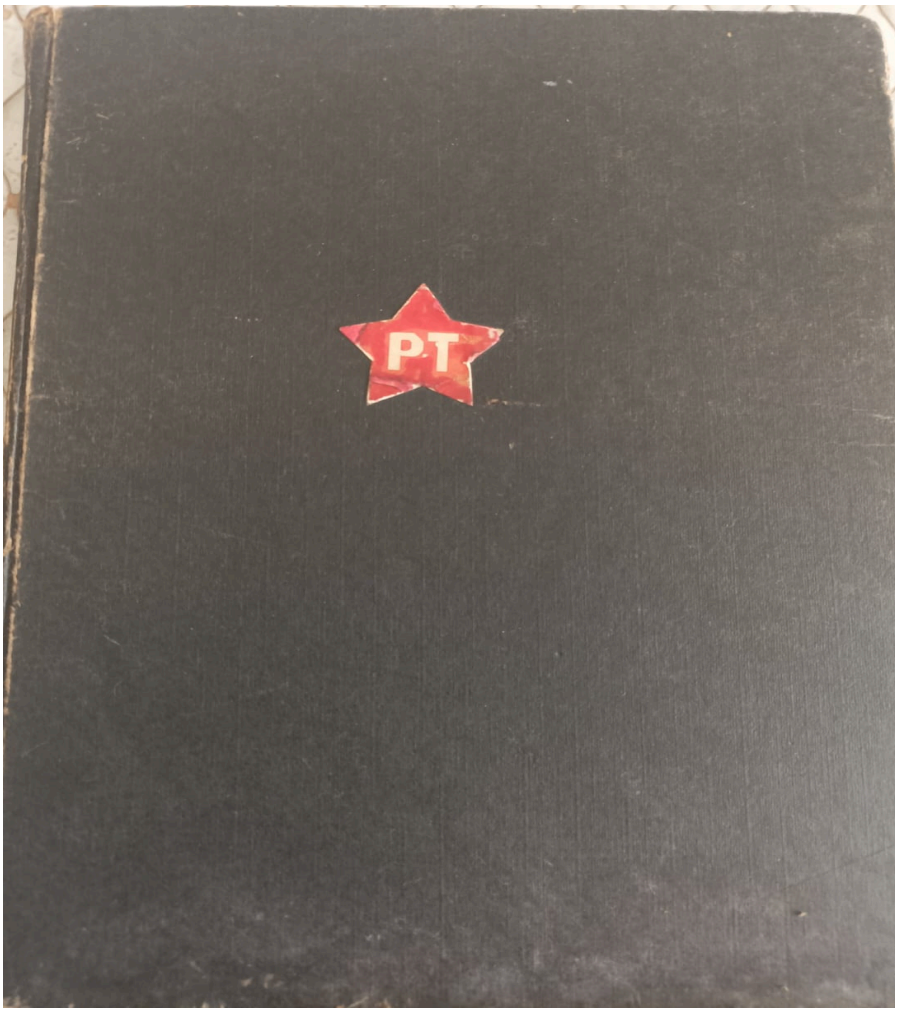
A seguir, dando continuidade ao processo de análise e diagnóstico de acervos do PT no estado de São Paulo, chegamos ao Diretório de Jacareí.

## Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Jacareí

O primeiro documento a ser localizado no Acervo do Diretório do PT de Jacareí foi o termo de abertura de atividades partidárias no município, documento datado de 1989. Contudo, as atividades do partido não foram iniciadas no referido, pois de acordo com alguns militantes do partido no município, essas atividades foram iniciadas pelo menos no início da década de 1980. Em termos físicos, o documento estava deteriorado, mas era possível verificar as principais informações em seu conteúdo.

## Termo de Abertura

**Figura 70 - Termo de abertura de atividades**




**Fonte:** Acervo do Diretório de Jacareí (1989)

Na figura acima, observa-se a capa do termo de abertura, ao centro, verifica-se um adesivo com um dos principais símbolos do partido, ou seja, a estrela vermelha.

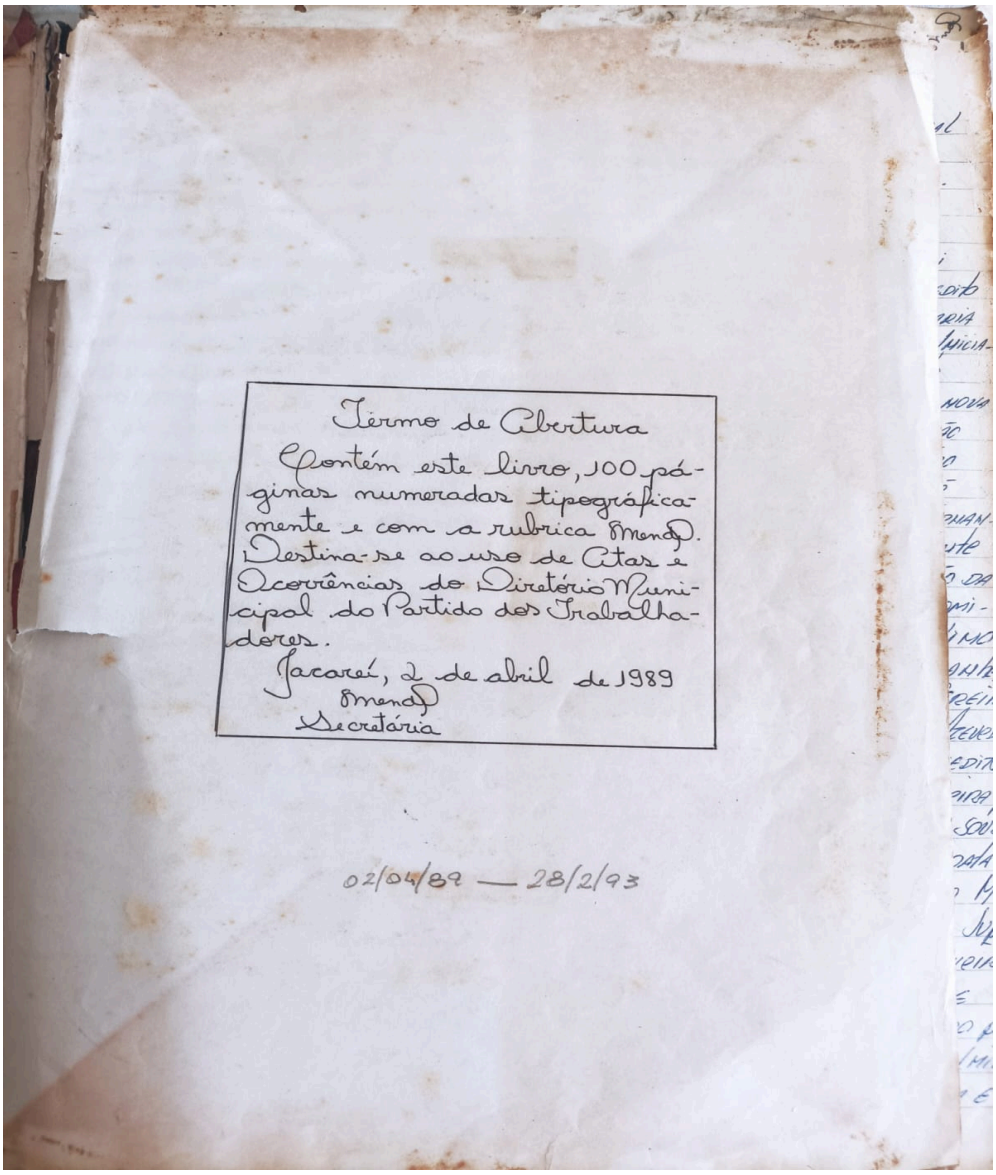
**Figura 71 - Termo de abertura de atividades**



**Fonte:** Acervo do Diretório de Jacareí (1989).

Na figura acima, observa-se de maneira muito nítida a deterioração constante na última página do termo de abertura.

**Figura 72 - Termo de abertura de atividades**



Termo de Abertura

Contém este livro, 100 páginas numeradas tipograficamente e com a rubrica Mendes. Destina-se ao uso de Atas e Ocorrências do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores.

Jacareí, 2 de abril de 1989

Mendes

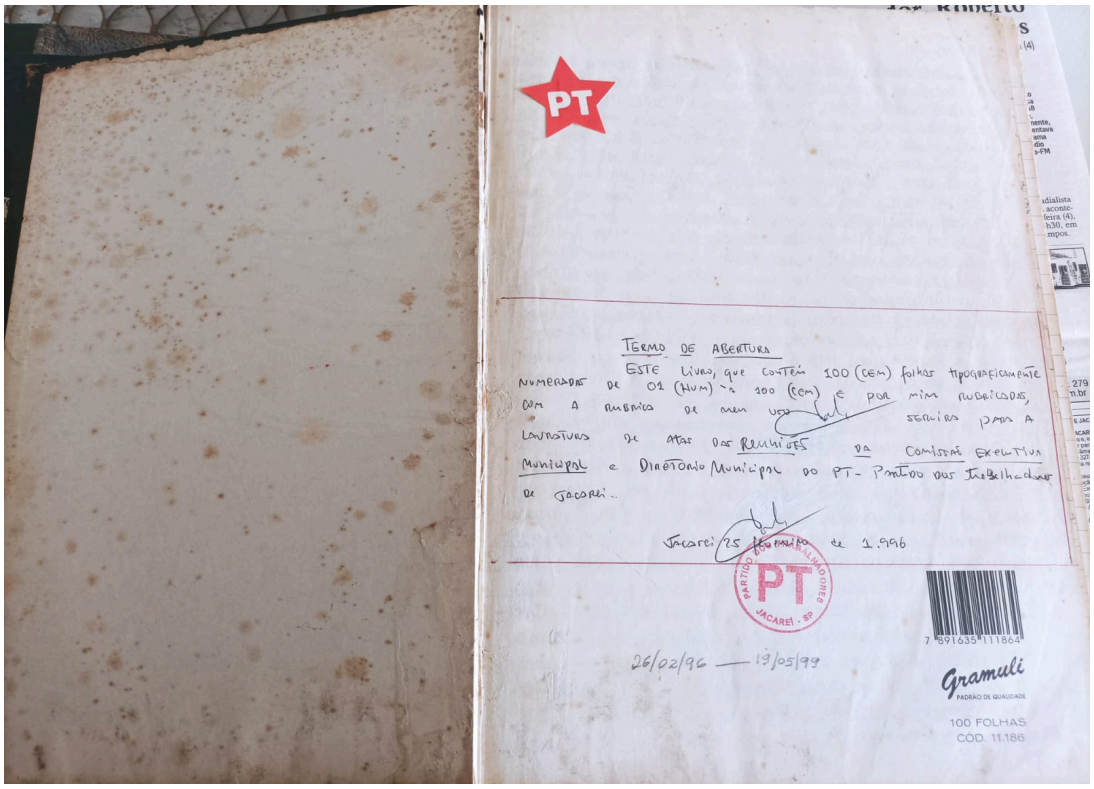
Secretária

02/04/89 — 28/2/93

**Fonte:** Acervo do Diretório de Jacareí (1989).

Na figura acima, observa-se a primeira página do termo de abertura, mesmo estando deteriorado, é possível identificar as principais informações relacionadas a ele. A data-limite compreende o período de atividades partidárias de 1989 a 1993, infere-se que foi aberto um outro termo para o desenvolvimento das atividades dos anos subsequentes.

**Figura 73 - Termo de abertura de atividades**

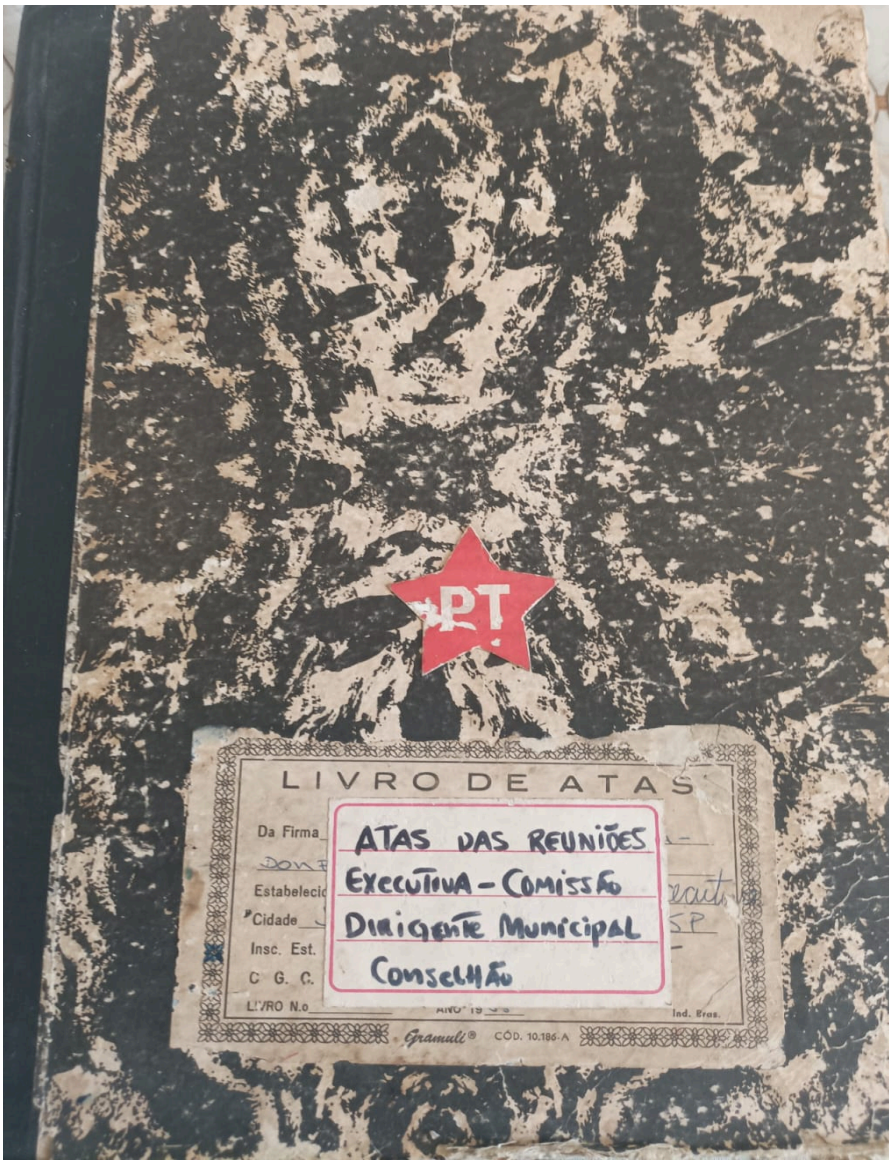



**Fonte:** Acervo do Diretório de Jacareí (1993).

Após a análise dos termos de abertura de atividades partidárias, foram localizados e analisados os livros de atas, conforme figura a seguir. Em linhas gerais, os livros estavam deteriorados, mas foi possível verificar suas principais informações.

## Livros de atas

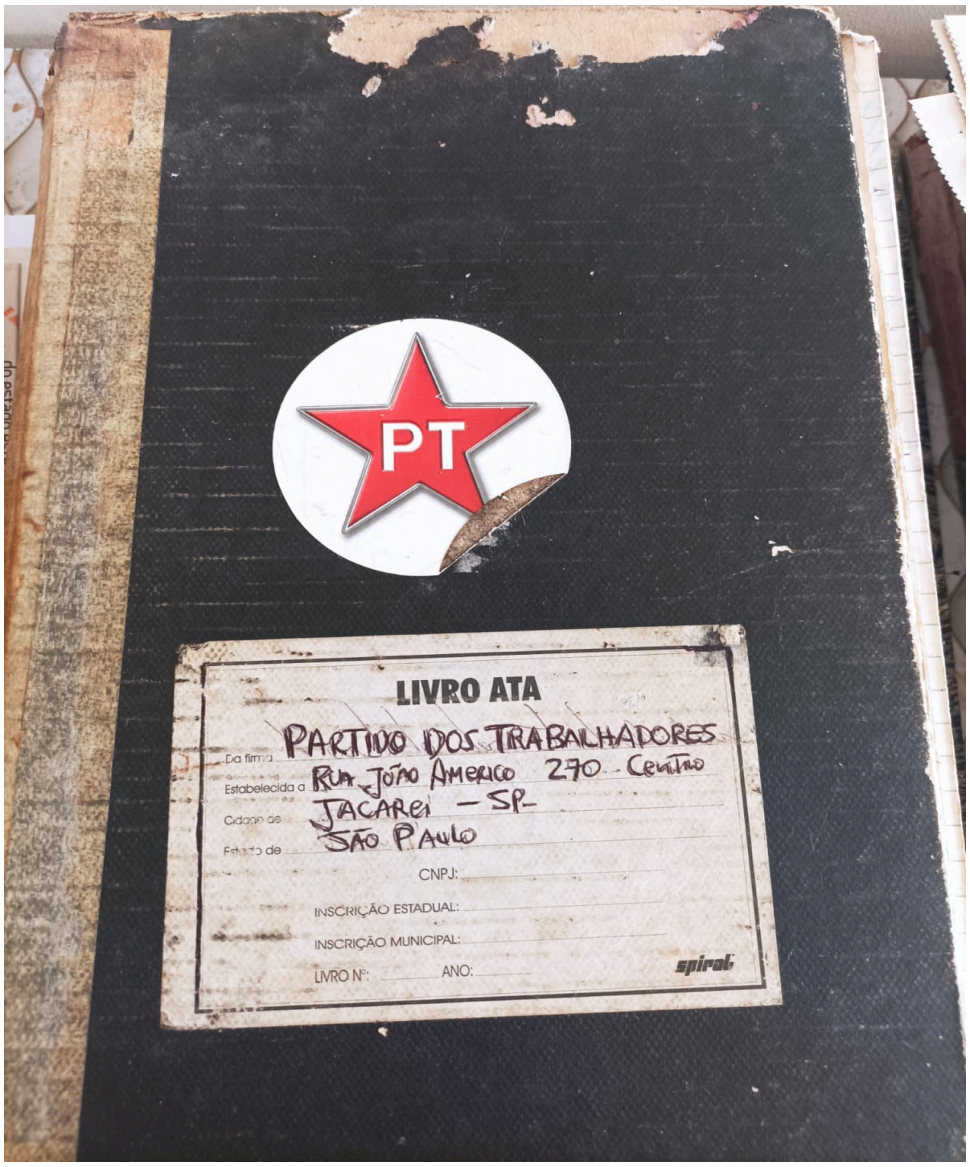
**Figura 74 - Livro de atas de reuniões**




**Fonte:** Acervo do Diretório de Jacareí (1993).

Na figura acima, observa-se o livro de atas, sendo este um dos principais documentos conservados, preservados e localizados em acervos de partidos políticos do PT.

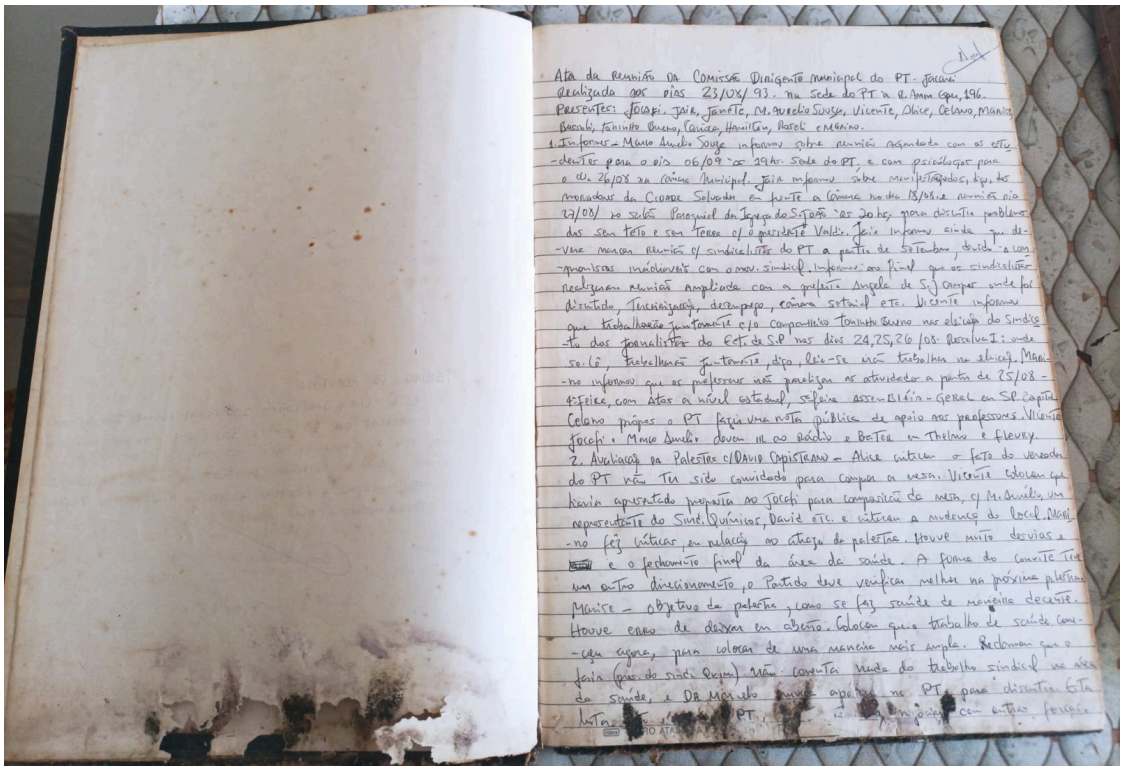
**Figura 75 - Livro de atas de reuniões**




**Fonte:** Diretório de Jacareí

Na figura acima, observa-se a localização de mais um livro de atas. De maneira externa, o documento não apresentava boas condições de conservação, organização e preservação.

**Figura 76 - Livro de atas de reuniões**



Ata da reunião da Comissão Dirigente municipal do PT - Jacareí realizada aos dias 23/08/93. na Sede do PT na R. Anna Cyrillo, 196. PRESENTES: Josafá, Jair, Janete, M. Aurélio Souza, Vicente, Alice, Celano, Manoel Bacelo, Tenente Queiroz, Carlos, Hamilton, Rosely e Marino.

1. Informes - Mario Aurélio Souza informou sobre reunião realizada com os estudantes para o dia 06/09 às 19hs. Sede do PT, e com psicólogos para o dia 26/08 na Câmara Municipal. Jair informou sobre manifestações, tipo, dos moradores da Cidade Salvador em frente a Câmara no dia 13/08 e reunião dia 23/08/ no salão Paroquial da Igreja do Sagrado às 20 hs, para discutir problemas dos sem teto e com Terra c/ o presidente Valdir. Jair informou ainda que deverá marcar reunião c/ sindicalistas do PT a partir de Setembro, devido a compromissos inadiáveis com o movimento sindical. Informou ao final que os sindicalistas realizarão reunião ampliada com o prefeito Angelo de S. Campos onde foi discutido, Terceirização, desemprego, reforma sindical etc. Vicente informou que trabalhadores juntamente c/o companheiro Toninho Severo nas eleições do Sindicato dos jornalistas do Estado de SP nos dias 24,25,26/08. Descalvado: onde se lê, trabalharão juntamente, diga-se, leia-se não trabalhou na eleição. Manoel informou que os professores não paralisou as atividades a partir de 25/08 - 4ª feira, com ato a nível estadual, sofreu assembléia-geral em SP capital. Celano propôs o PT fazer uma nota pública de apoio aos professores. Vicente Jacob, Manoel Aurélio devem ir ao Palácio e Bater em Thelma e Fleury.

2. Avaliação da Palestra c/ David Capistrano - Alice criticou o fato do vereador do PT não Ter sido convidado para compor a mesa. Vicente falou que havia apresentado proposta ao Jacob para composição de mesa, c/ M. Aurélio, um representante do Sind. Químicos, David etc. e criticou a ausência do local. Manoel fez críticas, em relação ao horário de palestra. Houve muito desvios e o fechamento final da área da saúde. A forma do Comitê Tem um outro direcionamento, o Partido deve verificar melhor na próxima palestra. Marise - objetivo da palestra, como se faz saúde de maneira decente. Houve erros de deixar em aberto. Colocou que trabalho de saúde começa agora, para colocar de uma maneira mais ampla. Reclamou que o Jair (pres. do sind. Quím.) não conversa muito do trabalho sindical na área da saúde, e Dr. Manoel [illegible] apenas no PT, para discutir. Esta luta [illegible] PT.

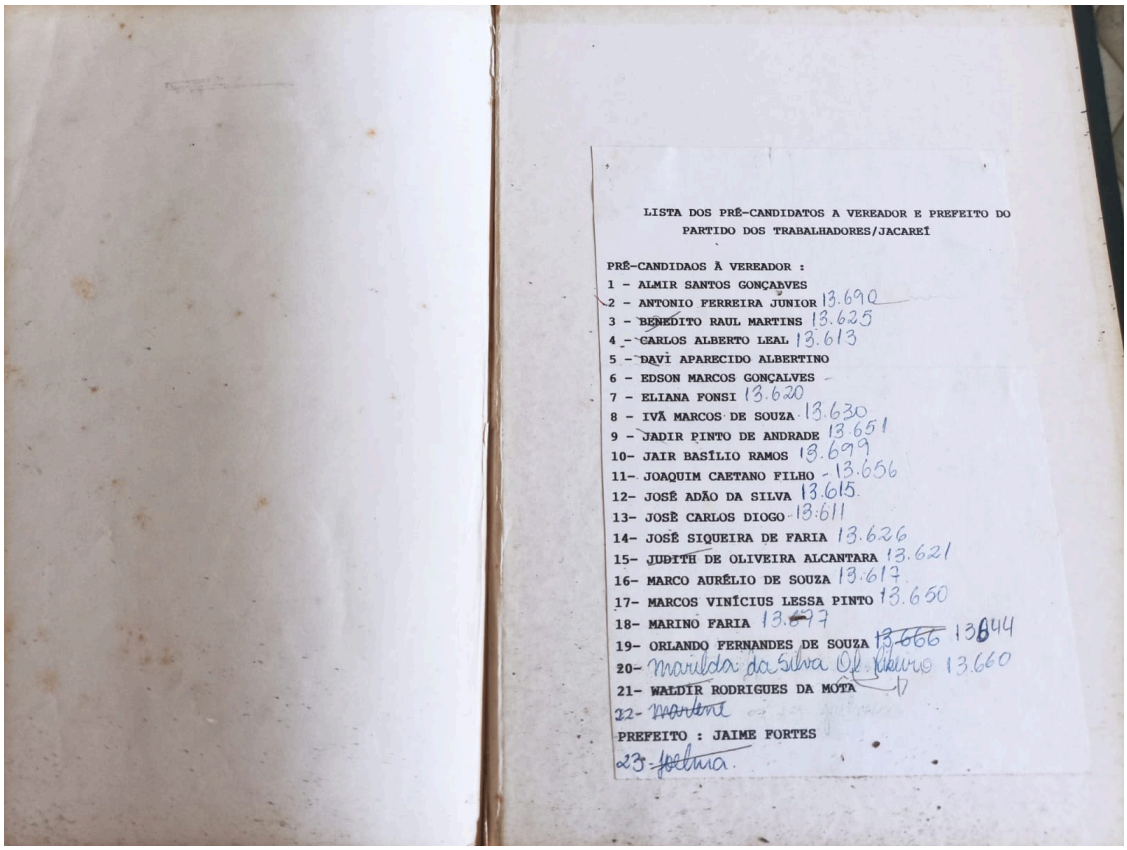
**Fonte:** Acervo do Diretório de Jacareí (1993).

Na figura acima, observa-se a primeira página do livro de atas de reuniões que não apresentava boas condições de conservação e preservação. Foi possível observar que o documento apresentava sinais de umidade, ataque de roedores e o comprometimento de partes de informações essenciais para a compressão do seu contexto de produção.

Após a consulta aos livros de atas de reuniões, foi localizada uma lista de pré-candidatos às eleições municipais, porém, não foi possível identificar o ano de criação do documento, apenas os nomes dos candidatos, assim como os seus números que constarão na urna.

## Lista de pré-candidatos

**Figura 77 - Lista de pré-candidatos às eleições**



LISTA DOS PRÉ-CANDIDATOS A VEREADOR E PREFEITO DO
PARTIDO DOS TRABALHADORES/JACAREÍ

PRÉ-CANDIDAOS À VEREADOR :
1 - ALMIR SANTOS GONÇALVES
2 - ANTONIO FERREIRA JUNIOR 13.690
3 - BENEDITO RAUL MARTINS 13.625
4 - CARLOS ALBERTO LEAL 13.613
5 - DAVI APARECIDO ALBERTINO
6 - EDSON MARCOS GONÇALVES
7 - ELIANA FONSI 13.620
8 - IVÃ MARCOS DE SOUZA 13.630
9 - JADIR PINTO DE ANDRADE 13.651
10- JAIR BASÍLIO RAMOS 13.699
11- JOAQUIM CAETANO FILHO 13.656
12- JOSÉ ADÃO DA SILVA 13.615
13- JOSÉ CARLOS DIOGO 13.611
14- JOSÉ SIQUEIRA DE FARIA 13.626
15- JUDITH DE OLIVEIRA ALCANTARA 13.621
16- MARCO AURÉLIO DE SOUZA 13.617
17- MARCOS VINÍCIUS LESSA PINTO 13.650
18- MARINO FARIA 13.~~6~~17
19- ORLANDO FERNANDES DE SOUZA ~~13.666~~ 13644
20- maralda da Silva 13.660
21- WALDIR RODRIGUES DA MOTA
22- ~~maralda~~
PREFEITO : JAIME FORTES
23- ~~Jaime~~ Faltava.

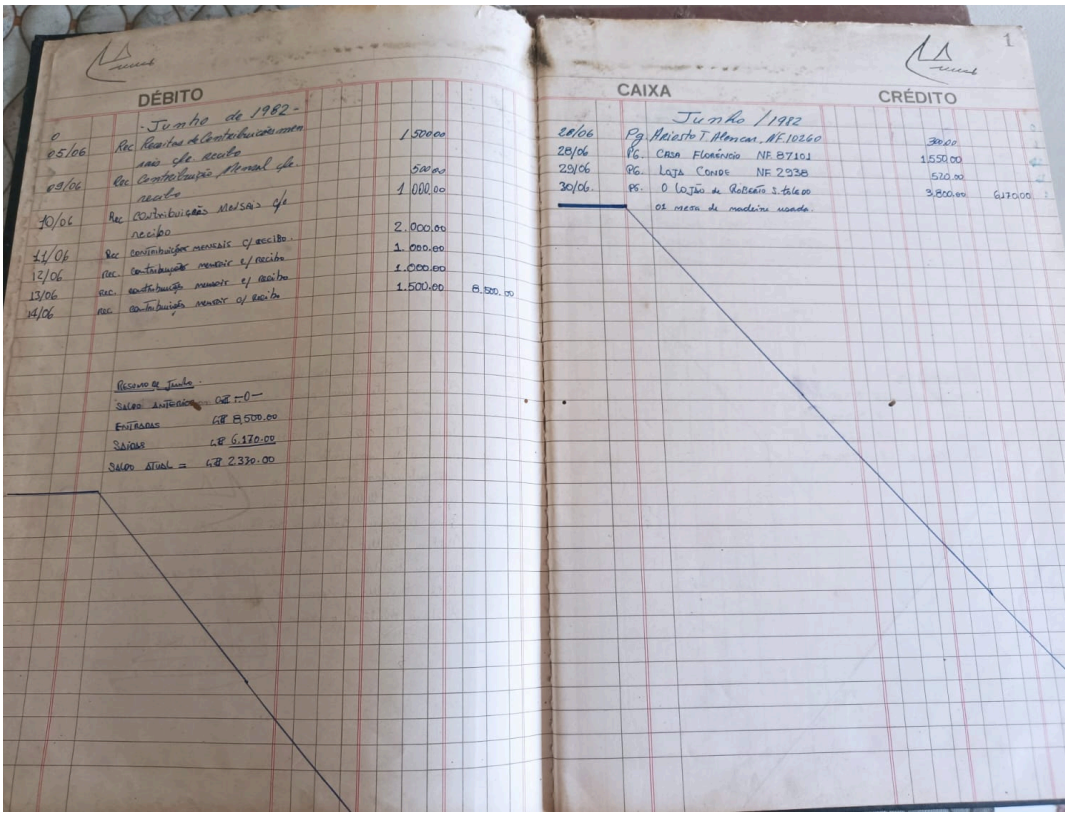
**Fonte:** Acervo do Diretório de Jacareí, s/d

Na figura acima, observa-se uma lista de candidaturas, em geral, apresentava uma boa condição de preservação e conservação, todavia, nota-se a intervenção de algumas ações, como por exemplo, a retificação de algumas informações “a caneta”. A tinta de caneta, ao passar pelo processo de oxidação, tende a comprometer não somente a informação, mas também o suporte informacional, ou seja, o documento.

## Planilha Financeira

Bastante comum em arquivos de partidos políticos, em virtude de prestações de contas e de controle de gastos e do pagamento de taxa de filiados, foram localizadas algumas planilhas financeiras no acervo de Taubaté.

**Figura 78 - Planilha de controle financeiro**



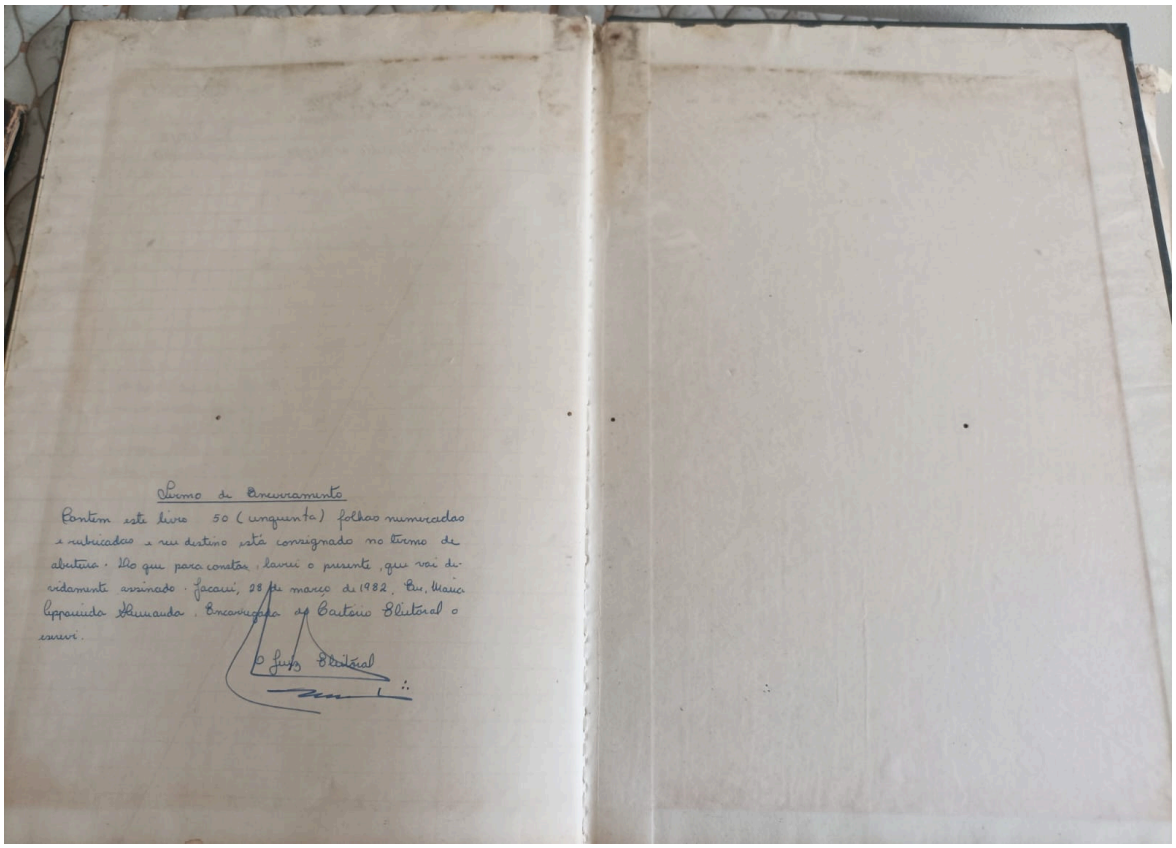

**Fonte:** Acervo do Diretório de Jacareí, s/d

Com base na figura acima, observa-se um certo grau de deterioração do documento, contudo, ainda é possível analisar as principais informações do documento.

## Termo de Encerramento

Além do termo de abertura, também foi localizado o termo de encerramento, mas este documento não quer dizer necessariamente que o partido encerrou as suas atividades políticas no município.

**Figura 79 - Termo de encerramento de atividade**



Termo de Encerramento

Contém este livro 50 (cinquenta) folhas numeradas e rubricadas a seu destino está consignado no termo de abertura. Do que para constar, lavrei o presente, que vai devidamente assinado. Jacareí, 28 de março de 1982. Eu, Maria Lippmann Schmaedecke, Encarregada do Cartório Eleitoral o escrevi.

O Juiz Eleitoral

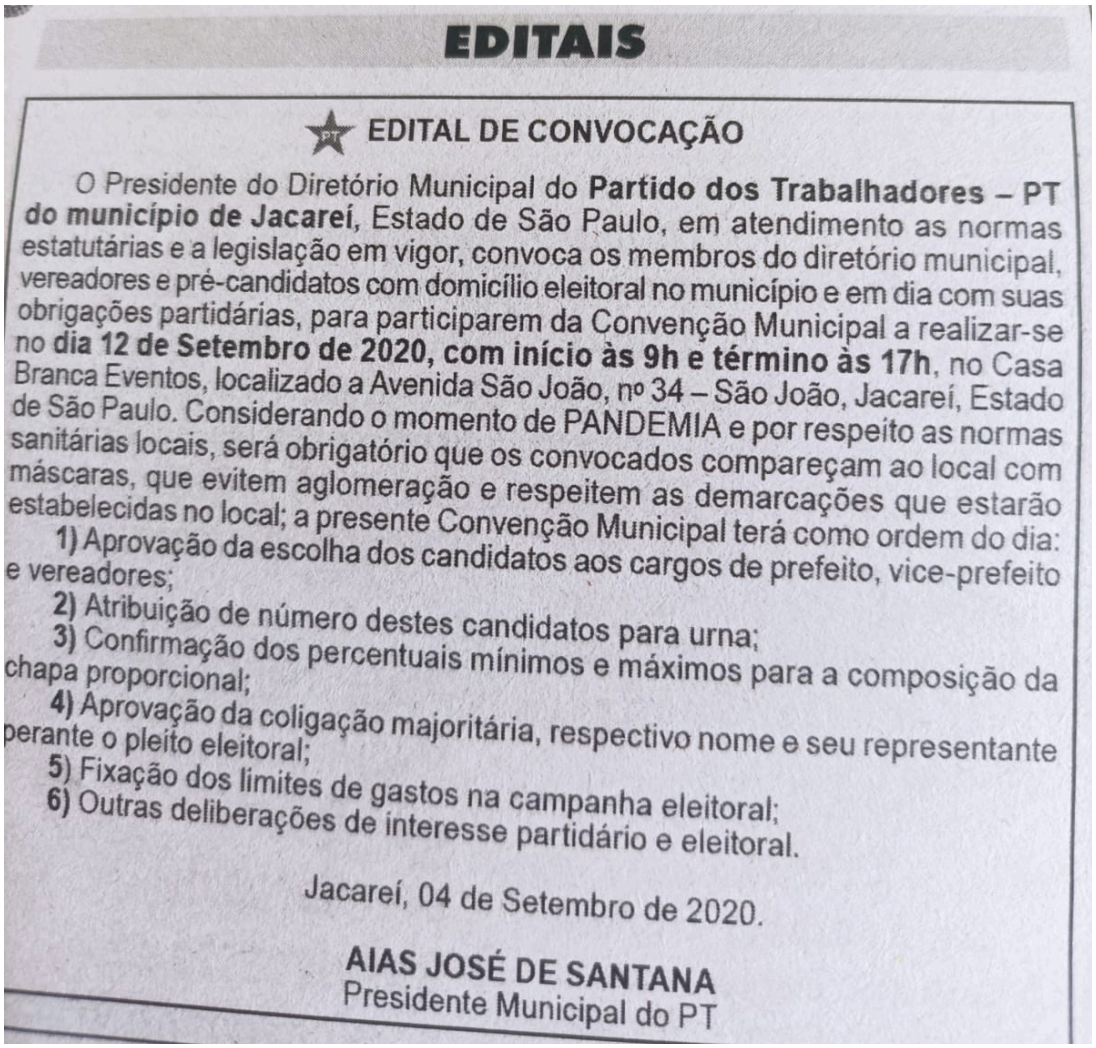
**Fonte:** Acervo do Diretório de Jacareí, s/d

Na figura acima, observa-se o termo de encerramento de atividades que em termos de condições de conservação e preservação, pode-se dizer que é satisfatória e que não chegou a comprometer as informações.

## Editais de Convocação

No acervo, foram localizados editais de convocação para a participação dos filiados em convenções municipais organizadas pelo partido. Essas convenções são realizadas comumente em época de campanhas eleitorais. Nesse tipo de atividade, são escolhidos os candidatos para participação em uma eleição, seja para vereador, vice-prefeito ou prefeito.

**Figura 80 - Editais de convocação para convenções**



EDITAIS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Diretório Municipal do **Partido dos Trabalhadores – PT do município de Jacareí**, Estado de São Paulo, em atendimento as normas estatutárias e a legislação em vigor, convoca os membros do diretório municipal, vereadores e pré-candidatos com domicílio eleitoral no município e em dia com suas obrigações partidárias, para participarem da Convenção Municipal a realizar-se no **dia 12 de Setembro de 2020, com início às 9h e término às 17h**, no Casa Branca Eventos, localizado a Avenida São João, nº 34 – São João, Jacareí, Estado de São Paulo. Considerando o momento de PANDEMIA e por respeito as normas sanitárias locais, será obrigatório que os convocados compareçam ao local com máscaras, que evitem aglomeração e respeitem as demarcações que estarão estabelecidas no local; a presente Convenção Municipal terá como ordem do dia:

**1)** Aprovação da escolha dos candidatos aos cargos de prefeito, vice-prefeito e vereadores;

**2)** Atribuição de número destes candidatos para urna;

**3)** Confirmação dos percentuais mínimos e máximos para a composição da chapa proporcional;

**4)** Aprovação da coligação majoritária, respectivo nome e seu representante perante o pleito eleitoral;

**5)** Fixação dos limites de gastos na campanha eleitoral;

**6)** Outras deliberações de interesse partidário e eleitoral.

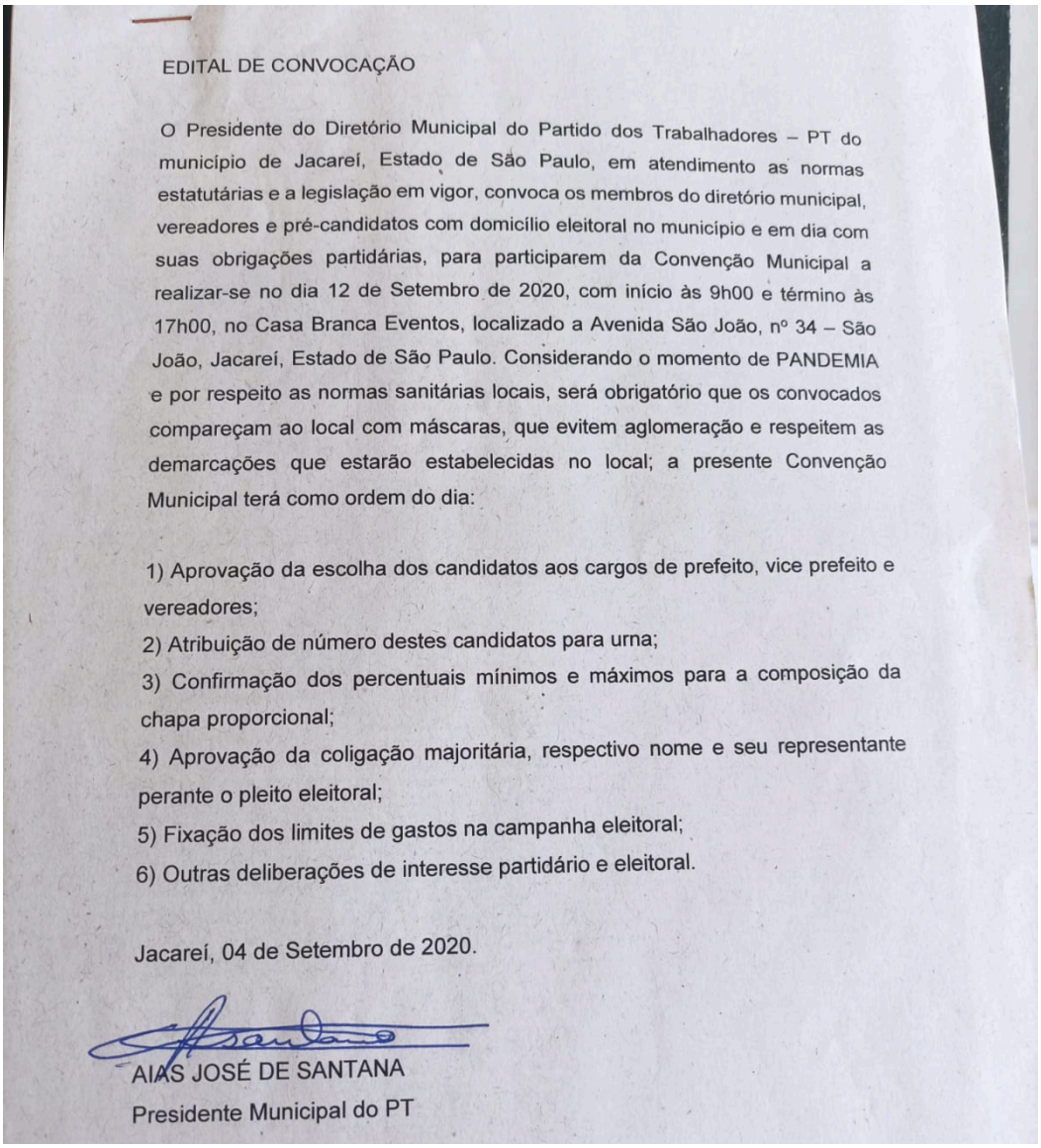
Jacareí, 04 de Setembro de 2020.

**AIAS JOSÉ DE SANTANA**
Presidente Municipal do PT

**Fonte:** Acervo do Diretório de Jacareí (2020).

Com base na figura acima, observa-se os editais de convocação para convenções partidárias, que em termos de conservação e preservação são bastante satisfatórios.

**Figura 81 - Edital de convocação para convenções**



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores – PT do município de Jacareí, Estado de São Paulo, em atendimento as normas estatutárias e a legislação em vigor, convoca os membros do diretório municipal, vereadores e pré-candidatos com domicílio eleitoral no município e em dia com suas obrigações partidárias, para participarem da Convenção Municipal a realizar-se no dia 12 de Setembro de 2020, com início às 9h00 e término às 17h00, no Casa Branca Eventos, localizado a Avenida São João, nº 34 – São João, Jacareí, Estado de São Paulo. Considerando o momento de PANDEMIA e por respeito as normas sanitárias locais, será obrigatório que os convocados compareçam ao local com máscaras, que evitem aglomeração e respeitem as demarcações que estarão estabelecidas no local; a presente Convenção Municipal terá como ordem do dia:

1) Aprovação da escolha dos candidatos aos cargos de prefeito, vice prefeito e vereadores;
2) Atribuição de número destes candidatos para urna;
3) Confirmação dos percentuais mínimos e máximos para a composição da chapa proporcional;
4) Aprovação da coligação majoritária, respectivo nome e seu representante perante o pleito eleitoral;
5) Fixação dos limites de gastos na campanha eleitoral;
6) Outras deliberações de interesse partidário e eleitoral.

Jacareí, 04 de Setembro de 2020.

AIAS JOSÉ DE SANTANA
Presidente Municipal do PT

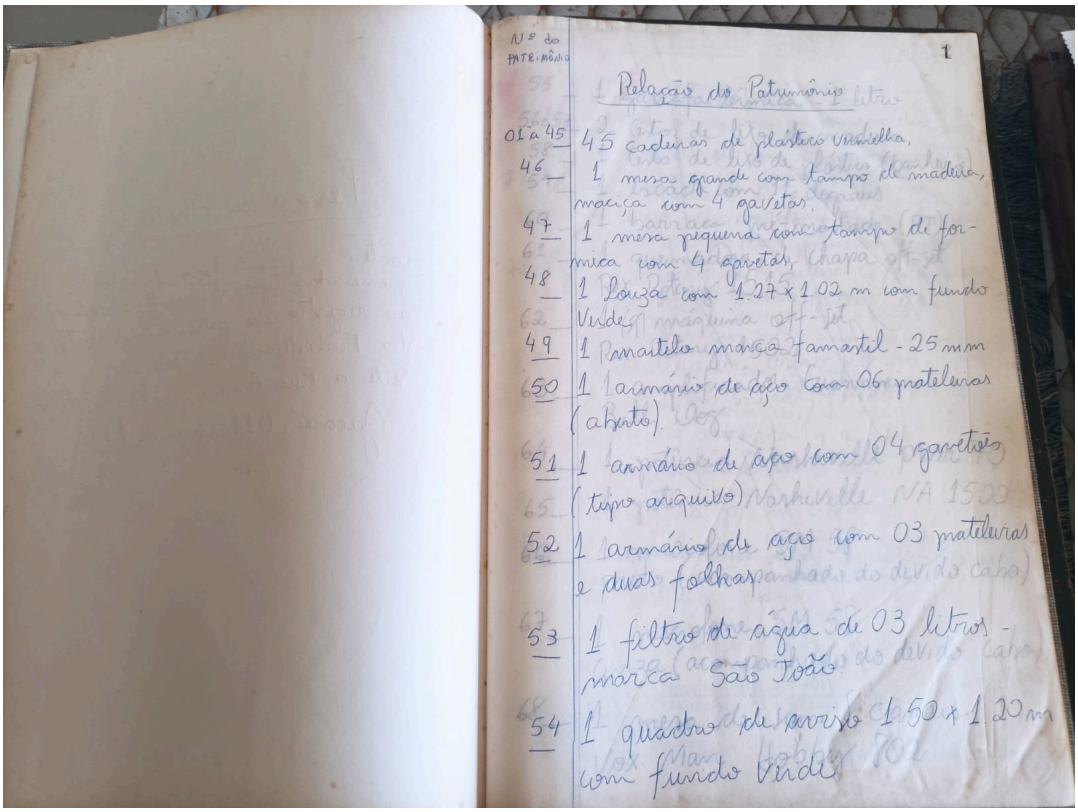
**Fonte:** Acervo do Diretório de Jacareí (2020)

A partir da figura acima, observa-se os editais de convocação para as convenções partidárias, que em geral, apresentavam boas condições de conservação, organização e preservação.

## Relação de Patrimônio

Os diretórios partidários, em geral, elaboram uma lista com a relação de seus patrimônios materiais, a seguir, pode-se verificar uma lista localizada no diretório de Jacareí.

**Figura 82 - Relação do patrimônio partidário**




**Fonte:** Acervo do Diretório de Jacareí, s/d

Na figura acima, observa-se a relação de patrimônios acumulados pelo partido de Jacareí. Dessa maneira, assim como foi verificado em outras oportunidades, o documento foi elaborado “a caneta”, essa ação tende a comprometer a documentação, já que este material provoca a oxidação do documento.

## Fotografias Emolduradas

Assim como foram localizados no Diretório de Marília, em Jacareí também foram encontrados algumas fotografias emolduradas, conforme observa-se na figura a seguir.

**Figura 83 - Fotografias emolduradas**



**Fonte:** Acervo do Diretório de Jacareí, s/d

Na figura acima, observa-se o registro fotográfico de dois personagens políticos, sendo o primeiro, Aias Santana, atual presidente do PT de Jacareí, e o segundo, trata-se de Aloizio Mercadante, atual presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Não foi possível identificar a data e o local de registro, tampouco a autoria do registro fotográfico.

## Fotografias

Comumente encontradas em diretórios de partidos políticos, no caso do Acervo do PT de Jacareí, foram localizadas algumas fotografias.

**Figura 84 - Encontro Partidário**



**Fonte:** Acervo do Diretório de Jacareí, s/d

Na figura acima, verifica-se uma espécie de encontro, reunião ou concentração de algumas pessoas em um espaço aberto. Foi possível identificar a figura de Aloízio Mercadante, contudo, não foram identificados os demais presentes. Não foi possível identificar a data do registro e o local, nem mesmo a autoria do registro fotográfico.

**Figura 85 - Campanha Eleitoral**




**Fonte:** Acervo do Diretório de Jacareí, s/d

Na figura acima, observa-se uma atividade partidária, pelo contexto, tudo indica que se trata de uma carreata em uma campanha eleitoral. Não foi possível identificar a data e o local do registro, nem mesmo a autoria do registro fotográfico.

**Figura 86 - Manifestação Política**




**Fonte:** Acervo do PT de Jacareí, s/d

## Bandeiras

Além das fotografias, outro documento bastante produzido e localizado em acervos de partidos políticos, são as bandeiras, conforme poderá ser observado na próxima figura.

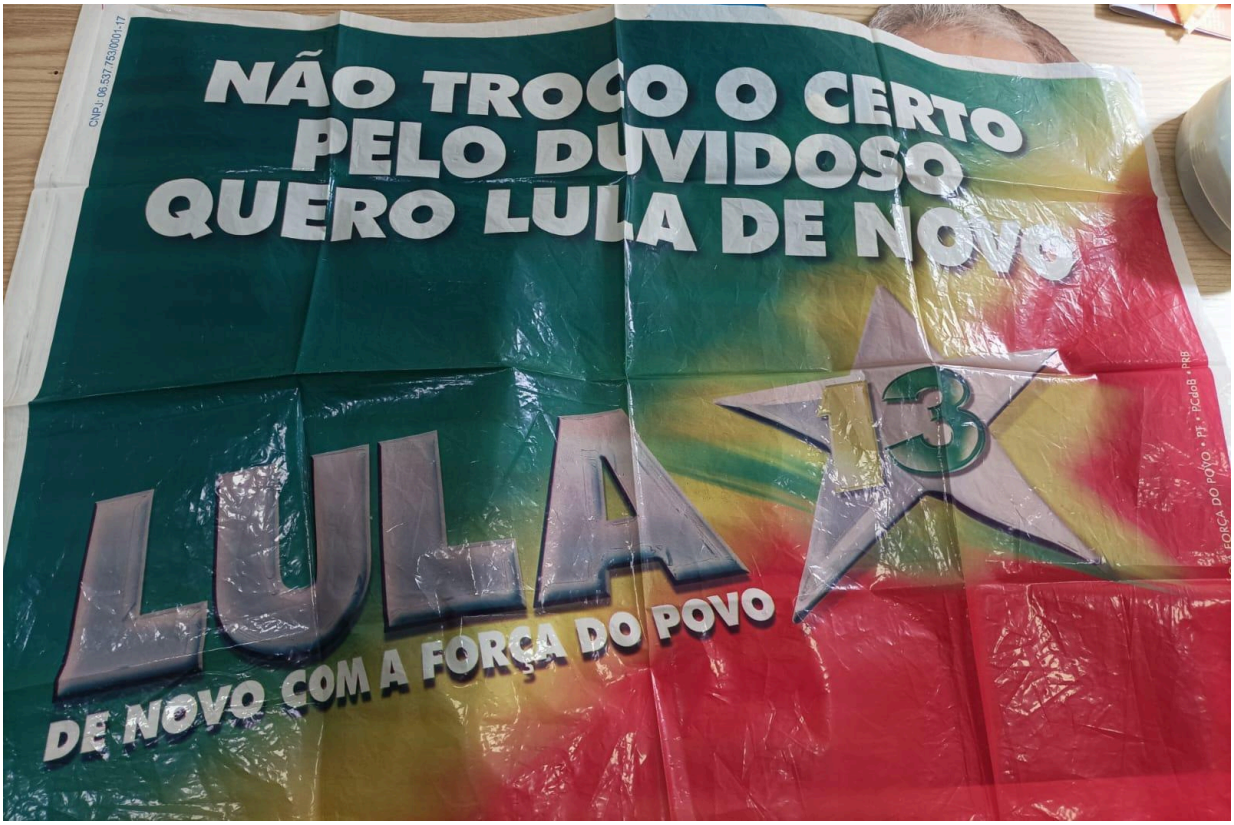
**Figura 87 - Bandeira Partidária**




**Fonte:** Acervo do PT de Jacareí (2023).

Na figura acima, observa-se uma bandeira do partido com uma mensagem, a informação refere-se a Aloizio Mercadante. Tudo indica que se trata de um objeto de apoio ao Mercadante, possivelmente em algum momento em que foi candidato a algum cargo eletivo.

**Figura 88 - Bandeira Partidária**




**Fonte:** Acervo do PT de Jacareí (2006)

Na figura acima, observa-se um outro tipo de bandeira do partido, no caso desta, foi confeccionada com um outro material, ou seja, de plástico. Em campanhas eleitorais, a distribuição desses materiais é muito comum pelos partidos políticos.

## Organicidade física do Acervo

A seguir, com base nas análises e nos diagnósticos realizados no acervo do PT de Jacareí, na figura 89, verifica-se a organicidade do acervo.

**Figura 89 - Organicidade física do acervo**



**Fonte:** Acervo do Diretório de Jacareí, s/d

Com base na figura acima, observa-se o nível de organicidade física do acervo de Jacareí. Em síntese, o acervo apresenta uma organização muito particular daquele que detém o acervo, mas não segue os parâmetros arquivísticos de organização e preservação documental. Não foi possível verificar a elaboração de instrumentos de gestão e pesquisa, plano de classificação, quadro de arranjo e tabela de temporalidade.

**Descrição do acervo com base na norma Nobrade**

**1 Área de identificação**

**1.1 Código de referência**

BR - PT

Partido dos Trabalhadores (Brasil)

BR DNPTJ

Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Jacareí

**1.2 Título**

Acervo do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Jacareí

**1.3 Data(s)**

1989

**1.4 Nível de descrição**

Fundo (1)

**1.5 Dimensão e suporte**

Textuais, bibliográficos, audiovisuais, iconográficos, fotografias.

**2 Área de contextualização**

**2.1 Nome(s) dos produtor(es)**

Partido dos Trabalhadores.

**2.2 História administrativa / biografia**

O Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Jacareí teve o seu surgimento e fundação em 01 de abril de 1989.

**2.3 História arquivística**

Natureza Jurídica: privada

Classificação: fundo

**2.4 Procedência**

Documentação recolhida de diretórios estaduais, municipais e doados por militantes, filiados, simpatizantes ou outros movimentos sociais.

**3 Área de conteúdo e estrutura**

**3.1 Âmbito e conteúdo**

A documentação retrata os principais fatos e acontecimentos históricos ocorridos no período da Ditadura Militar e do surgimento do partido.

Principais documentos localizados no acervo: Fotografias, fotografias emolduradas, atas, atas de reuniões, termo de abertura, termo de abertura de atividade partidária, cursos, livros, livro de atas, livro de atas de reuniões, livros de trajetória do PT, estatuto e código de ética, ofícios, fotografias emolduradas, jornais, recortes de jornais, bandeiras, lista de pré-candidatos, planilha financeira, planilha de controle financeiro, termo de encerramento, editais de convocação de filiados, edital de convocação para convenção partidária, relação de patrimônio, relação de patrimônio partidário, folhetos e panfletos.

Principais atividades registradas: Atos políticos, mobilizações, manifestações, reuniões, cursos de formação política, ato de campanha eleitoral, visitas de autoridades e lideranças políticas, panfletagem, plenária municipal, encontro partidário, comício eleitoral.

### 3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade

O acervo do Diretório Municipal de Taubaté não possui plano de classificação, quadro de arranjo e tabela de temporalidade.

### 3.3 Incorporações

Recolhimento por meio de outros diretórios do Partido dos Trabalhadores.

### 3.4 Sistema de arranjo

Dado não informado.

## 4 Área de condições de acesso e uso

### 4.1 Condições de acesso

Acesso restrito aos gestores do Partido dos Trabalhadores de Taubaté.

### 4.2 Condições de reprodução

Digitalização e microfilmagem

### 4.3 Idioma

Português

### 4.4 Características físicas e requisitos técnicos

Em geral, a documentação apresenta boas condições físicas e materiais.

### 4.5 Instrumentos de pesquisa

O acervo do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Taubaté não possui instrumentos de pesquisa: guia, inventários, catálogos e índices.

## 5 Área de fontes relacionadas

### 5.1 Existência e localização dos originais

A demais documentação do PT de Marília pode ser recuperada ou está em custódia no Diretório Nacional (Fundação Perseu Abramo e Centro Sérgio Buarque de Holanda), Diretório Municipal de Marília, Diretório Municipal de Tupã, Diretório Municipal de Taubaté, Diretório Municipal de Jacareí, Diretório Municipal de Lins, Diretório Municipal de Penápolis, Diretório Municipal de Garça, Diretório Municipal de Bauru, Instituto de Estudos Brasileiros (Universidade de São Paulo), Diretório Municipal de Osasco, Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Universidade Estadual Paulista - Campus de Assis), Arquivo Público do estado de São Paulo (APESP) e no Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM).

### 5.2 Existência e localização de cópias

A demais documentação do PT de Marília pode ser recuperada ou está em custódia no Diretório Nacional (Fundação Perseu Abramo e Centro Sérgio Buarque de Holanda), Diretório Municipal de Marília, Diretório Municipal de Tupã, Diretório Municipal de

Taubaté, Diretório Municipal de Jacareí, Diretório Municipal de Lins, Diretório Municipal de Penápolis, Diretório Municipal de Garça, Diretório Municipal de Bauru, Instituto de Estudos Brasileiros (Universidade de São Paulo), Diretório Municipal de Osasco, Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Universidade Estadual Paulista - Campus de Assis), Arquivo Público do estado de São Paulo (APESP) e no Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM).

**5.3 Unidades de descrição relacionadas**

**5.4 Nota sobre publicação**

**6 Área de notas**

**6.1 Notas sobre conservação**

Documentação em bom estado de conservação, higienização e preservação.

**6.2 Notas gerais**

Documentação dispersa, caracterizando a fragmentação documental, assim como a falta de peças documentais.

**7 Área de controle da descrição**

**7.1 Nota do arquivista**

Embora o diretório de Jacareí não possua um acervo físico, a documentação mantém-se junto a sua militância, que adota um padrão de organização e preservação própria, ou seja, essa prática não está baseada em diretrizes arquivísticas.

**7.2 Regras ou convenções**

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G): norma geral internacional de descrição arquivística, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo,

Suécia, 19-22 de setembro de 1999. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 119 p. (Publicações técnicas, n. 49).

### 7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)

novembro-dezembro de 2024.

## 8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

### 8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

Partido dos Trabalhadores; PT; Partido dos Trabalhadores de Jacareí; Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Jacareí; Central Única dos Trabalhadores; CUT.

Nessa continuidade, observa-se a análise e o diagnóstico realizado no diretório do PT na cidade de Lins.

## Diretório Municipal do partido dos Trabalhadores de Lins

No diretório de Lins, assim como foi observado nos diretórios anteriores, foi localizada uma quantidade considerável de jornais.

## Jornais

**Figura 90 - Jornais sobre o PT**




**Fonte:** Acervo do PT de Lins (1978).

Na figura acima, observa-se um exemplar do Jornal PT Informa. Este era um dos principais jornais produzidos pelo partido, junto com o Jornal dos Trabalhadores, mas que nos dias de hoje se encontra fora de circulação.

A seguir, verifica-se as fotografias, sendo este um dos documentos mais produzidos e localizados em diretórios de partidos políticos e em movimentos de trabalhadores como um todo.

**Figura 91 - Atividades Partidárias**



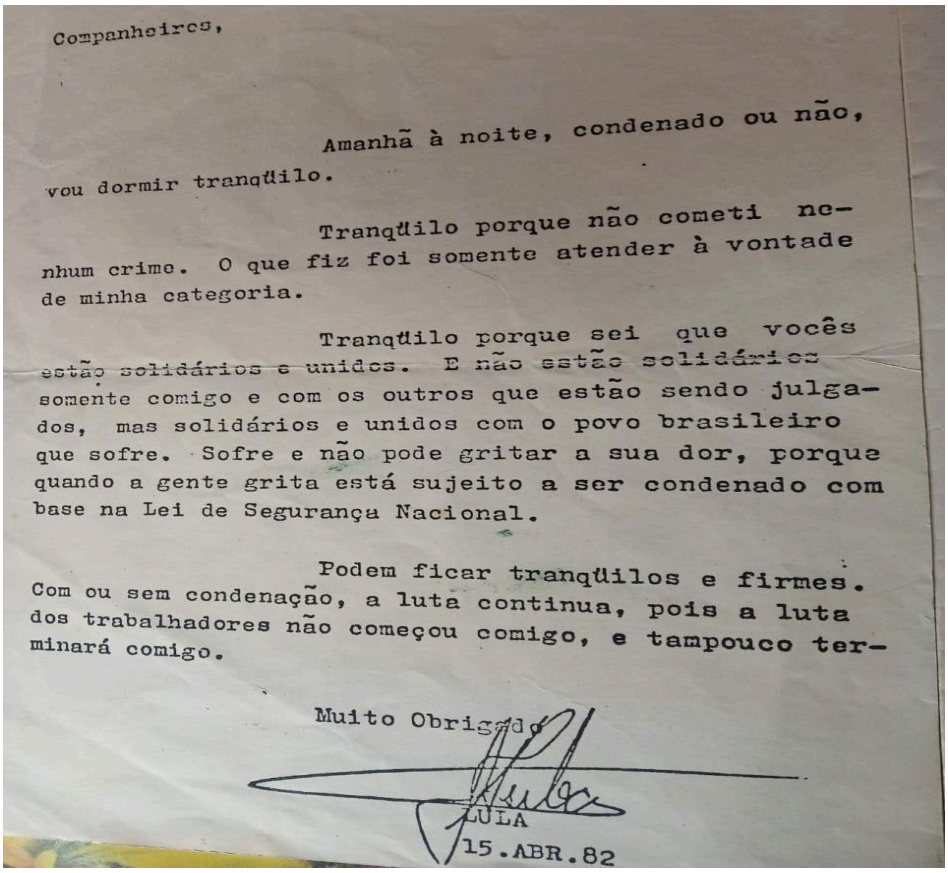

**Fonte:** Acervo do PT de Lins, s/d

Na figura acima, observa-se alguns registros documentais de ações partidárias realizadas pelo PT de Lins. Na primeira figura, identifica-se a presença de Lula em um desses atos políticos. Não foi possível identificar a data e o local de registro, nem mesmo a autoria do registro fotográfico.

A seguir, será apresentado um outro documento bastante produzido e que foi localizado no acervo de Lins, ou seja, as cartas.

## Cartas

**Figura 92 - Cartas de Lula**



Companheiros,

Amanhã à noite, condenado ou não, vou dormir tranqüilo.

Tranqüilo porque não cometi nenhum crime. O que fiz foi somente atender à vontade de minha categoria.

Tranqüilo porque sei que vocês estão solidários e unidos. E não estão solidários somente comigo e com os outros que estão sendo julgados, mas solidários e unidos com o povo brasileiro que sofre. Sofre e não pode gritar a sua dor, porque quando a gente grita está sujeito a ser condenado com base na Lei de Segurança Nacional.

Podem ficar tranqüilos e firmes. Com ou sem condenação, a luta continua, pois a luta dos trabalhadores não começou comigo, e tampouco terminará comigo.

Muito Obrigado

LULA

15.ABR.82

**Fonte:** Acervo do PT de Lins (1982)

Na figura acima, observa-se uma carta escrita e assinada por Lula. O documento foi elaborado em 15 de abril de 1982. Nessa mesma época, Lula preparava-se para ser candidato ao governo do estado de São Paulo, porém, mesmo com uma votação considerável, acabou não sendo eleito.

## Informativos

A seguir, verifica-se um outro tipo documental produzido por partidos políticos e que foi localizado no acervo do PT de Lins, isto é, os informativos.

**Figura 93 - Informativos do PT**




**Fonte:** Acervo do PT de Lins (1987).

Na figura acima, observa-se um informativo, este documento assemelha-se a um tipo de panfleto ou cartaz, já que traz informações acerca de um determinado evento ou ação partidária. O documento é datado de 1987.

## Camisetas

A seguir, verifica-se as camisetas, que mesmo não sendo considerado um documento de arquivo, como bonés, bandeiras e bolsas, pode-se considerar que em algum momento esses vestuários tiveram alguma importância para o partido, melhor dizendo, para um militante em específico.

**Figura 94 - Camisetas de campanhas eleitorais do PT**




**Fonte:** Acervo do PT de Lins, s/d

Com base na figura acima, observa-se um conjunto de camisetas que foram conservadas e preservadas pelo diretório do PT de Lins. Todas as camisetas referem-se ao nome de Lula, a primeira retrata a candidatura de Lula ao governo do estado de São Paulo, em 1982, a segunda retrata a candidatura de Lula e Bisol nas eleições de 1989 e a terceira retrata uma campanha eleitoral, mas que não foi possível identificar o ano.

Em resumo, o acervo do PT de Lins retrata uma realidade muito similar à de Marília, São José dos Campos, Tupã, Jacareí e Taubaté, ou seja, não dispõe de instrumentos de gestão e pesquisa arquivísticos. Somado a isso, o diretório não tem uma sede própria, a documentação foi localizada em custódia de um dos fundadores do partido na cidade, que conserva e preserva a documentação até os dias de hoje. Além disso, não foi possível localizar no diretório do PT de Lins um documento oficial que comprovasse a fundação e legalização do partido na cidade. Em diálogo com militantes do partido no município, alguns defendem que o PT foi criado em 1978, outros alegam que foi em 1980, por sua, alguns dizem que foi em 1982. Em alguns casos mais particulares, alguns militantes mais históricos do partido defendem que o PT a nível

nacional teve início na cidade de Lins, principalmente pela realização do IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, em 1979.

**Descrição do acervo com base na norma Nobrade**

**1 Área de identificação**

**1.1 Código de referência**

BR - PT
Partido dos Trabalhadores (Brasil)
BR DNPTL
Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Lins

**1.2 Título**

Acervo do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Lins

**1.3 Data(s)**

1978-

**1.4 Nível de descrição**

Fundo (1)

**1.5 Dimensão e suporte**

Textuais, bibliográficos, audiovisuais, iconográficos, fotografias.

**2 Área de contextualização**

**2.1 Nome(s) dos produtor(es)**

Partido dos Trabalhadores.

**2.2 História administrativa / biografia**

O Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Lins teve o seu surgimento e fundação em 1978.

**2.3 História arquivística**

Natureza Jurídica: privada

Classificação: fundo

**2.4 Procedência**

Documentação recolhida de diretórios estaduais, municipais, comissões provisórias e doados por militantes, filiados, simpatizantes ou outros movimentos sociais.

**3 Área de conteúdo e estrutura**

**3.1 Âmbito e conteúdo**

A documentação retrata os principais fatos e acontecimentos históricos ocorridos no período da Ditadura Militar e do surgimento do partido.

Principais documentos localizados no acervo: Fotografias, cartas, jornais e recortes de jornais, informativos, camisetas.

Principais atividades registradas: Atos políticos, mobilizações, manifestações, reuniões, ato de campanha eleitoral, visitas de autoridades e lideranças políticas, panfletagem, plenária municipal, encontro partidário, comício eleitoral.

**3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade**

O acervo do Diretório Municipal de Lins não possui plano de classificação, quadro de arranjo e tabela de temporalidade.

**3.3 Incorporações**

Recolhimento por meio de outros diretórios do Partido dos Trabalhadores.

**3.4 Sistema de arranjo**

Dado não informado.

## 4 Área de condições de acesso e uso

### 4.1 Condições de acesso

Acesso restrito aos gestores do Partido dos Trabalhadores de Lins.

### 4.2 Condições de reprodução

Digitalização e microfilmagem

### 4.3 Idioma

Português

### 4.4 Características físicas e requisitos técnicos

Em geral, a documentação apresenta boas condições físicas e materiais.

### 4.5 Instrumentos de pesquisa

O acervo do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Lins não possui instrumentos de pesquisa: guia, inventários, catálogos e índices.

## 5 Área de fontes relacionadas

### 5.1 Existência e localização dos originais

A demais documentação do PT de Marília pode ser recuperada ou está em custódia no Diretório Nacional (Fundação Perseu Abramo e Centro Sérgio Buarque de Holanda), Diretório Municipal de Marília, Diretório Municipal de Tupã, Diretório Municipal de Taubaté, Diretório Municipal de Jacareí, Diretório Municipal de Lins, Diretório Municipal de Penápolis, Diretório Municipal de Garça, Diretório Municipal de Bauru, Diretório Municipal de São José do Rio Preto, Instituto de Estudos Brasileiros (Universidade de

São Paulo), Diretório Municipal de Osasco, Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Universidade Estadual Paulista - Campus de Assis), Arquivo Público do estado de São Paulo (APESP) e no Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM).

### 5.2 Existência e localização de cópias

A demais documentação do PT de Marília pode ser recuperada ou está em custódia no Diretório Nacional (Fundação Perseu Abramo e Centro Sérgio Buarque de Holanda), Diretório Municipal de Marília, Diretório Municipal de Tupã, Diretório Municipal de Taubaté, Diretório Municipal de Jacareí, Diretório Municipal de Lins, Diretório Municipal de Penápolis, Diretório Municipal de Garça, Diretório Municipal de Bauru, Diretório Municipal de São José do Rio Preto, Instituto de Estudos Brasileiros (Universidade de São Paulo), Diretório Municipal de Osasco, Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Universidade Estadual Paulista - Campus de Assis), Arquivo Público do estado de São Paulo (APESP) e no Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM).

### 5.3 Unidades de descrição relacionadas

### 5.4 Nota sobre publicação

## 6 Área de notas

### 6.1 Notas sobre conservação

Documentação em bom estado de conservação e preservação.

### 6.2 Notas gerais

Documentação dispersa, caracterizando a fragmentação documental, assim como a falta de peças documentais.

## 7 Área de controle da descrição

### 7.1 Nota do arquivista

Embora o diretório de Lins não possua um acervo físico, a documentação mantém-se junto a sua militância, que adota um padrão de organização e preservação própria, ou seja, essa prática não está baseada em diretrizes arquivísticas.

### 7.2 Regras ou convenções

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G): norma geral internacional de descrição arquivística, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 119 p. (Publicações técnicas, n. 49).

### 7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)

novembro-dezembro de 2024.

## 8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

### 8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

Partido dos Trabalhadores; PT; Partido dos Trabalhadores de Lins; Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Lins; Central única dos trabalhadores; CUT.

A seguir, verifica-se o processo de análise e diagnóstico do acervo do diretório do PT de Penápolis.

## Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Penápolis

No acervo do PT de Penápolis, assim como foi localizado nos Acervos de Marília, Diretório Nacional (FPA, CSBH), São José dos Campos, Tupã, Jacareí, Taubaté e Lins, verificou-se uma quantidade considerável de jornais, conforme figura abaixo.

## Jornais

**Figura 95 - Reportagem sobre atividades partidárias**



JORNAL INTERIOR

Penápolis, quarta-feira, 02 de junho de 2004

*ELEIÇÕES: Participaram das discussões filiados e militantes do PT das cidades da comarca penapolense*

**PT promove curso de formação política**

No último final de semana o diretório municipal do PT realizou curso de formação política, destinado aos pré-simpatizantes do partido.

O evento foi realizado na Fundação Educacional de Penápolis e contou com 150 pessoas que discutiram Lula; funcionamento do executivo e legislativo na esfera municipal; políticas públicas e organização das campanhas do partido.

**Fonte:** Acervo do PT de Penápolis (2004).

Na figura acima, observa-se uma matéria relacionada ao partido em um jornal de grande circulação no município de Penápolis. O assunto em questão tratava-se de um curso de formação política organizado pelo diretório do PT na cidade.

**Figura 96 - Autoridades políticas do PT**



PRESTÍGIO

# Penapolenses são sondados para cargos no governo Lula

Fotos: Arquivo/Diário

*Paulo e João dizem que se sentiriam honrados com a possibilidade de vir a colaborar com o proj*

Mesmo ainda em tempos de definição dos cargos do primeiro escalão do governo do presidente eleito Luís Inácio Lula da Silva, já estão sendo feitas entre pessoas de marcante atuação no PT sondagens e mesmo convites preliminares para ocupação de cargos dos segundo e terceiro escalões. Entre essas pessoas, foram contatadas por representantes do partido o sociólogo e professor Paulo Sérgio Muçouçah e o professor, advogado e vereador João Luís dos Santos, de Penápolis. "Formalmente não recebi ainda nenhum convite. Um amigo que é assessor da senadora Marina Silva, que será ministra do Meio-Ambiente, foi quem conversou comigo", adiantou Paulo. Já quanto a João Luís, a sondagem foi feita para uma eventual ocupação de cargo na área política em Brasília. *Pág.3*

**Fonte:** Acervo do Diretório de Penápolis, s/d

Na figura acima, observa-se uma notícia sobre a possibilidade de dois integrantes do PT de Penápolis integrarem o primeiro Governo Lula (2003-2006).

Assim como foi localizado nos acervos do PT de Marília e Jacareí, em Penápolis, foram encontradas algumas fotografias emolduradas relacionadas a atividades partidárias.

## Fotografias Emolduradas

**Figura 97 - Fotografias Emolduradas**



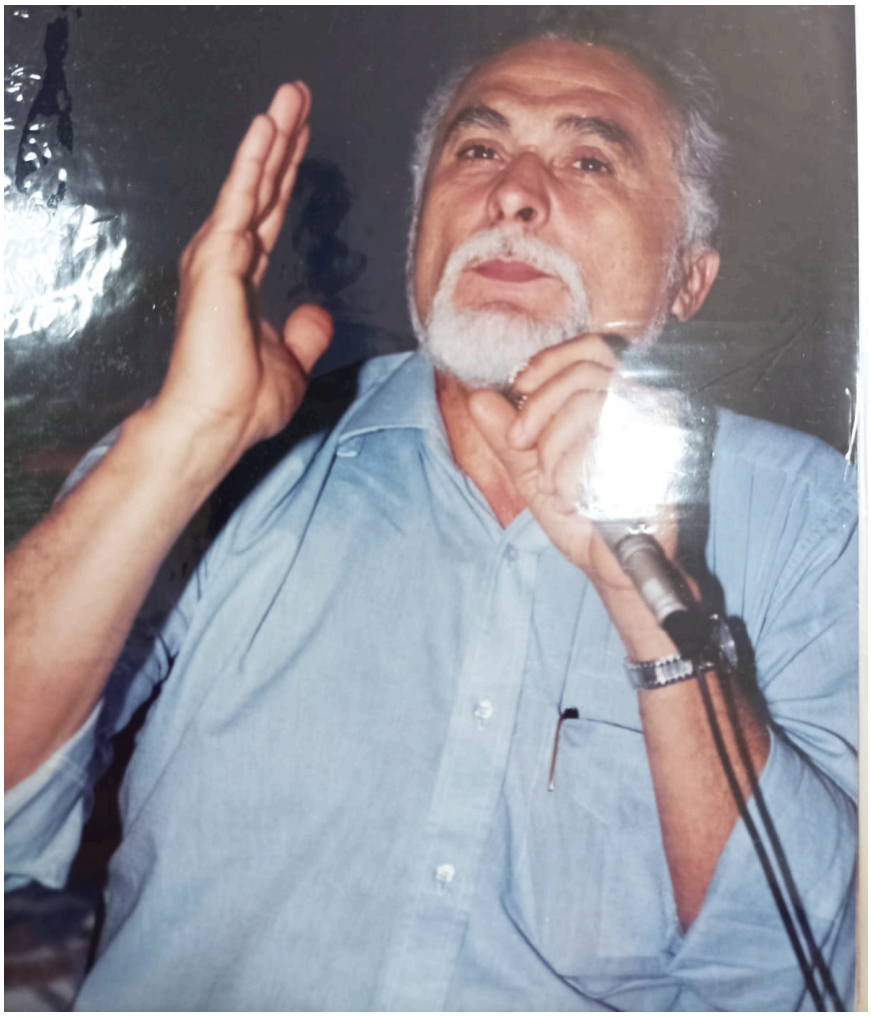

**Fonte:** Acervo do PT de Penápolis, s/d

Na figura acima, observa-se um conjunto de fotografias emolduradas de atividades realizadas pelo PT na cidade. As fotos apresentavam boas condições de conservação e preservação. No entanto, não foi possível identificar o ano e local de registro, tampouco a autoria dos registros fotográficos.

## Fotografias

Além dos quadros fotográficos, outro tipo documental que foi localizado são as fotografias.

**Figura 98 - José Genoino**



**Fonte:** Acervo do Diretório de Penápolis, s/d

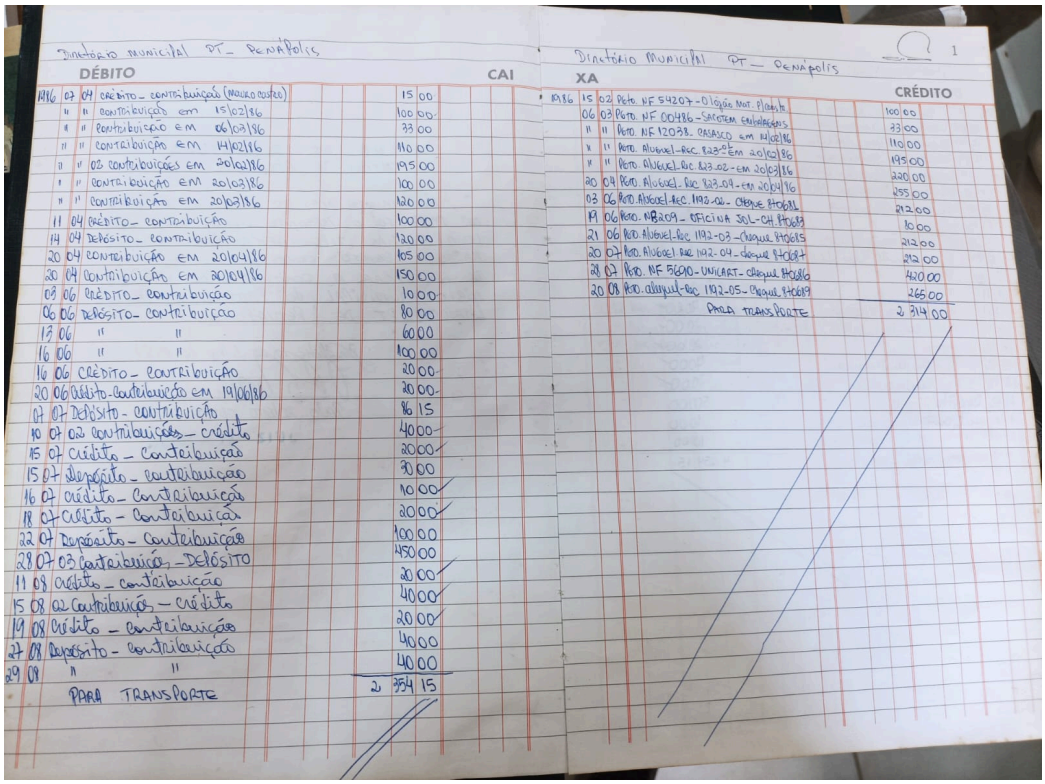
Na figura acima, observa-se uma das figuras mais importantes do PT, ou seja, trata-se do ex-deputado federal e ex-presidente nacional do partido, José Genoino.

A seguir, verifica-se um outro tipo documental também produzido e disseminado pelo PT, isto é, as planilhas financeiras.

## Planilhas

Assim como observado em outros diretórios até aqui analisados e diagnosticados, as planilhas financeiras são documentos de extrema importância para a organização financeira e para o controle de gastos e de pagamentos das atividades partidárias.

**Figura 99 - Planilhas Financeiras**




**Fonte:** Acervo do PT de Penápolis, s/d

De acordo com a figura acima, verifica-se que a produção de planilhas financeiras são frequentes nas ações partidárias. Nesta figura, por exemplo, observa-se a movimentação financeira de filiados e filiadas do partido. O pagamento de taxas desses filiados ajuda a manter as atividades do diretório no município, como a despesa de água, luz, internet, aluguel, manifestações e atos políticos, entre outras.

A seguir, observa-se um dos tipos documentais mais encontrados no contexto dos partidos políticos, ou seja, as charges, comumente associadas às tirinhas e caricaturas.

## Charges

Assim como foi localizado na FPA, as charges são comumente produzidas pelo PT ou por outras fontes, como jornais, revistas, semanários e pelos meios de comunicação em massa.

**Figura 100 - Charges Políticas**




**Fonte:** Acervo do PT de Penápolis (1996).

Na figura acima, observa-se uma charge do ex-prefeito de Penápolis, João Luís dos Santos. A caricatura foi desenhada pelo próprio representado e é datada de 30 de junho de 1996.

Assim como localizado na maioria dos acervos documentais analisados até aqui, a seguir, verifica-se alguns folhetos localizados no acervo do PT de Penápolis.

## Folhetos

Os folhetos, em geral, assim como as fotografias e os jornais, podem ser considerados um dos tipos documentais mais produzidos e disseminados pelos

partidos políticos, e com o PT isso não foi muito diferente ao longo da história, seja para o lançamento de uma candidatura, para a realização de um ato, entre outras atividades que foram promovidas pelo partido.

**Figura 101- Folhetos de campanha eleitoral**



**Fonte:** Acervo do PT de Penápolis, s/d

Com base na figura acima, observa-se um folheto de campanha para as eleições municipais de Penápolis, em que há uma chapa para o cargo de prefeito e vice-prefeito. Não foi possível identificar a data e local do registro fotográfico, tampouco sua autoria.

A seguir, analisa-se a organicidade do acervo do diretório do PT de Penápolis do ponto de vista arquivístico.

**Organicidade física do Acervo de Penápolis**

**Figura 102 - Organicidade física do acervo**




**Fonte:** Acervo do PT de Penápolis (2023).

**Figura 103 - Organicidade física do acervo**




**Fonte:** Acervo do PT de Penápolis (2023).

**Figura 104 - Organicidade física do acervo**




**Fonte:** Acervo do Diretório de Penápolis (2023).

Conforme observado nas figuras acima, pode-se verificar que a documentação em geral não está deteriorada ou comprometida pela ação do tempo, porém, assim como ocorreu nas análises anteriores, o acervo do diretório de Penápolis não dispõe de instrumentos de gestão e pesquisa, plano de classificação, quadro de arranjo, tabela de temporalidade, guias, repertórios, catálogos e índice, nem mesmo uma política documental para a organização. Vale lembrar que toda essa documentação estava em mãos da própria militância. Assim como no acervo do diretório de São José dos Campos, segundo alguns militantes do PT de Penápolis, existem mais documentos espalhados pela cidade, sobretudo na residência de militantes históricos e que contribuíram na fundação do partido na cidade.

**Descrição do acervo com base na norma Nobrade**

## 1 Área de identificação

### 1.1 Código de referência

BR - PT

Partido dos Trabalhadores (Brasil)

BR DNPTP

Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Penápolis.

### 1.2 Título

Acervo do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Penápolis.

### 1.3 Data(s)

Não informado.

### 1.4 Nível de descrição

Fundo (1)

### 1.5 Dimensão e suporte

Textuais, bibliográficos, audiovisuais, iconográficos, fotografias.

## 2 Área de contextualização

### 2.1 Nome(s) dos produtor(es)

Partido dos Trabalhadores.

### 2.2 História administrativa / biografia

Não informado.

### 2.3 História arquivística

Natureza Jurídica: privada

Classificação: fundo

### 2.4 Procedência

Documentação recolhida de diretórios estaduais, municipais, comissões provisórias e doados por militantes, filiados, simpatizantes ou outros movimentos sociais.

## 3 Área de conteúdo e estrutura

### 3.1 Âmbito e conteúdo

A documentação retrata os principais fatos e acontecimentos históricos ocorridos no período da Ditadura Militar e do surgimento do partido.

Principais documentos localizados no acervo: Fotografias, fotografias emolduradas, cartas, jornais e recortes de jornais, planilhas, planilhas financeiras, charges, charges políticas, folhetos, folhetos de campanha eleitoral, livros, camisetas.

Principais atividades registradas: Atos políticos, mobilizações, manifestações, reuniões, ato de campanha eleitoral, visitas de autoridades e lideranças políticas, panfletagem, plenária municipal, encontro partidário, comício eleitoral.

### 3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade

O acervo do Diretório Municipal de Penápolis não possui plano de classificação, quadro de arranjo e tabela de temporalidade.

### 3.3 Incorporações

Recolhimento por meio de outros diretórios do Partido dos Trabalhadores.

### 3.4 Sistema de arranjo

Dado não informado.

## 4 Área de condições de acesso e uso

### 4.1 Condições de acesso

Acesso restrito aos gestores do Partido dos Trabalhadores de Penápolis.

### 4.2 Condições de reprodução

Digitalização e microfilmagem

### 4.3 Idioma

Português

### 4.4 Características físicas e requisitos técnicos

Em geral, a documentação apresenta boas condições físicas e materiais.

### 4.5 Instrumentos de pesquisa

O acervo do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Penápolis não possui instrumentos de pesquisa: guia, inventários, catálogos e índices.

## 5 Área de fontes relacionadas

### 5.1 Existência e localização dos originais

A demais documentação do PT de Penápolis pode ser recuperada ou está em custódia no Diretório Nacional (Fundação Perseu Abramo e Centro Sérgio Buarque de Holanda), Diretório Municipal de Marília, Diretório Municipal de Tupã, Diretório Municipal de Taubaté, Diretório Municipal de Jacareí, Diretório Municipal de Lins, Diretório Municipal de Penápolis, Diretório Municipal de Garça, Diretório Municipal de Bauru, Diretório Municipal de São José do Rio Preto, Instituto de Estudos Brasileiros (Universidade de São Paulo), Diretório Municipal de Osasco, Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Universidade Estadual Paulista - Campus de Assis), Arquivo Público do estado de São Paulo (APESP) e no Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM).

### 5.2 Existência e localização de cópias

A demais documentação do PT de Marília pode ser recuperada ou está em custódia no Diretório Nacional (Fundação Perseu Abramo e Centro Sérgio Buarque de Holanda), Diretório Municipal de Marília, Diretório Municipal de Tupã, Diretório Municipal de Taubaté, Diretório Municipal de Jacareí, Diretório Municipal de Lins, Diretório Municipal de Penápolis, Diretório Municipal de Garça, Diretório Municipal de Bauru, Diretório Municipal de São José do Rio Preto, Instituto de Estudos Brasileiros (Universidade de São Paulo), Diretório Municipal de Osasco, Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Universidade Estadual Paulista - Campus de Assis), Arquivo Público do estado de São Paulo (APESP) e no Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM).

**5.3 Unidades de descrição relacionadas**

**5.4 Nota sobre publicação**

**6 Área de notas**

**6.1 Notas sobre conservação**

Documentação em bom estado de conservação e preservação.

**6.2 Notas gerais**

Documentação dispersa, caracterizando a fragmentação documental, assim como a falta de peças documentais.

**7 Área de controle da descrição**

**7.1 Nota do arquivista**

Embora o diretório de Penápolis não possua um acervo físico, a documentação mantém-se junto a sua militância, que adota um padrão de organização e preservação própria, ou seja, essa prática não está baseada em diretrizes arquivísticas.

### 7.2 Regras ou convenções

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G): norma geral internacional de descrição arquivística, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 119 p. (Publicações técnicas, n. 49).

### 7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)

novembro-dezembro de 2024.

## 8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

### 8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

Partido dos Trabalhadores; PT; Partido dos Trabalhadores de Penápolis; Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Penápolis; Centrais Sindicais; Central Única dos Trabalhadores; CUT.

A seguir, analisa-se o acervo do diretório do PT de Garça, na verdade, a documentação está sob custódia de um dos fundadores do partido na cidade.

## Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Garça

Assim como foi localizado em outros diretórios já analisados, principalmente o de Marília e Penápolis, no de Garça foram recuperados alguns quadros fotográficos (emoldurados), conforme serão verificados abaixo.

## Fotografias Emolduradas

**Figura 105 - Encontro Partidário**



**Fonte:** Acervo do PT de Garça, s/d

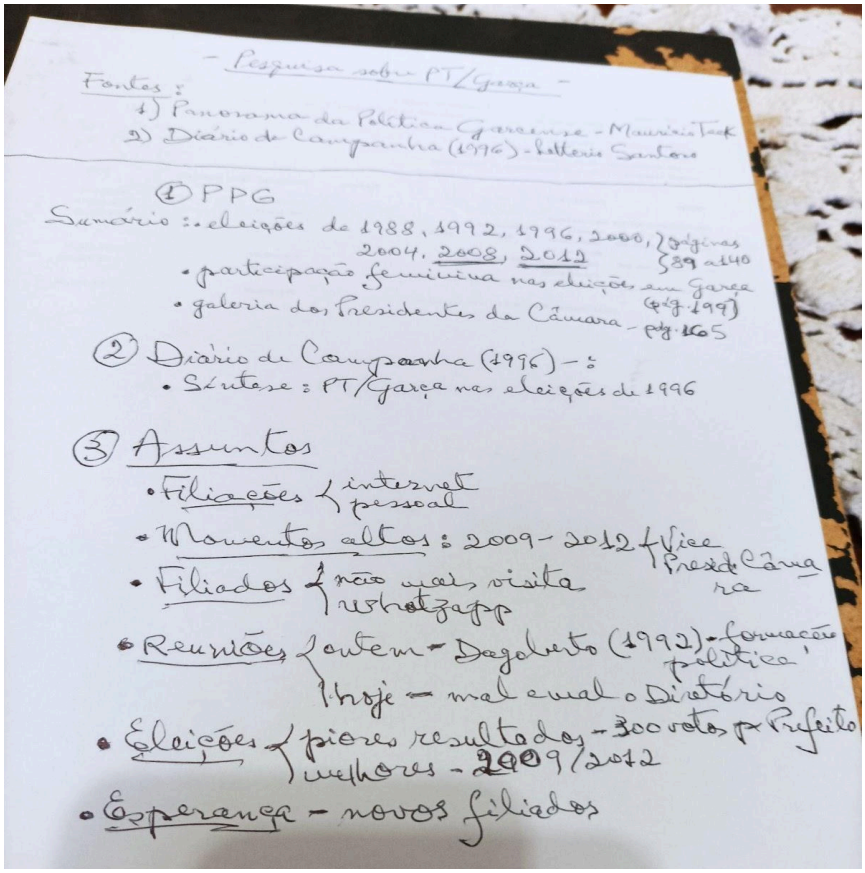
Na figura acima, observa-se a presença de ilustres personagens da política brasileira, como de Lula, atual Presidente da República, e a de Arlindo Chinaglia, atual Deputado Federal. Não foi possível identificar a data, local e a autoria do registro fotográfico.

A seguir, verifica-se algumas anotações localizadas e recuperadas no acervo do diretório do PT de Garça.

## Anotações

Em alguns casos, algumas anotações podem nem ser consideradas como documentos de arquivo, pois muitas delas não apresentam um dos elementos fundamentais, ou seja, a assinatura de quem elaborou e legitimou aquele determinado documento, mas indica uma ação.

**Figura 106 - Anotações Políticas**




**Fonte:** Acervo do PT de Garça, s/d

Na figura acima, observa-se um exemplo de anotação realizada por um militante do partido, em aparência, tudo indica que se trata de uma estratégia ou organização de uma determinada atividade partidária.

Assim como foram recuperadas na FPA e no diretório de Penápolis, a seguir, serão verificadas a charges, este tipo documental é um dos mais localizados em acervos de partidos políticos, principalmente do PT.

## Charges

**Figura 107 - Charges Políticas**




**Fonte:** Acervo do PT de Garça, s/d

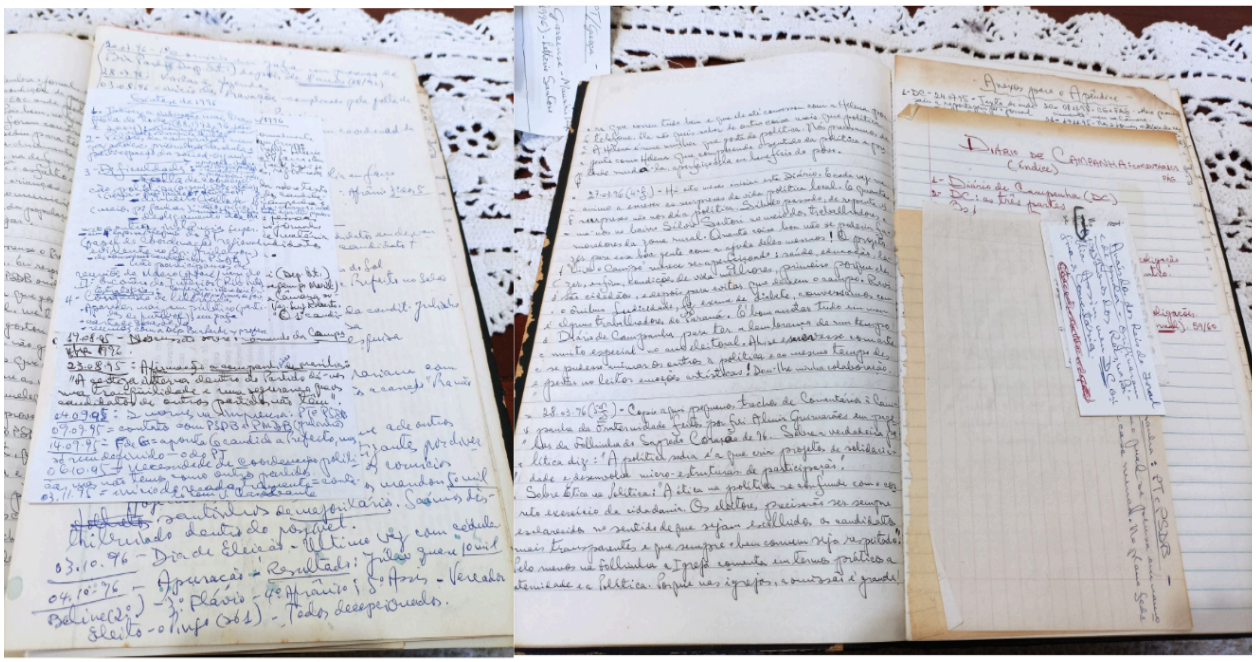
Conforme observa-se na figura acima, as charges são utilizadas para destacar um determinado contexto político, no caso em questão, há o diálogo entre três personagens, em que estão discutindo sobre acabar com as altas taxas de Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU).

A seguir, verifica-se um outro tipo documental produzido pelos partidos políticos, neste caso, os diários.

## Diários

No acervo do diretório de Garça, foi recuperado um diário pessoal de um militante histórico do partido. Neste diário, foi possível observar um relato de todas as atividades do PT em um determinado período.

**Figura 108 - Diários de Anotações**



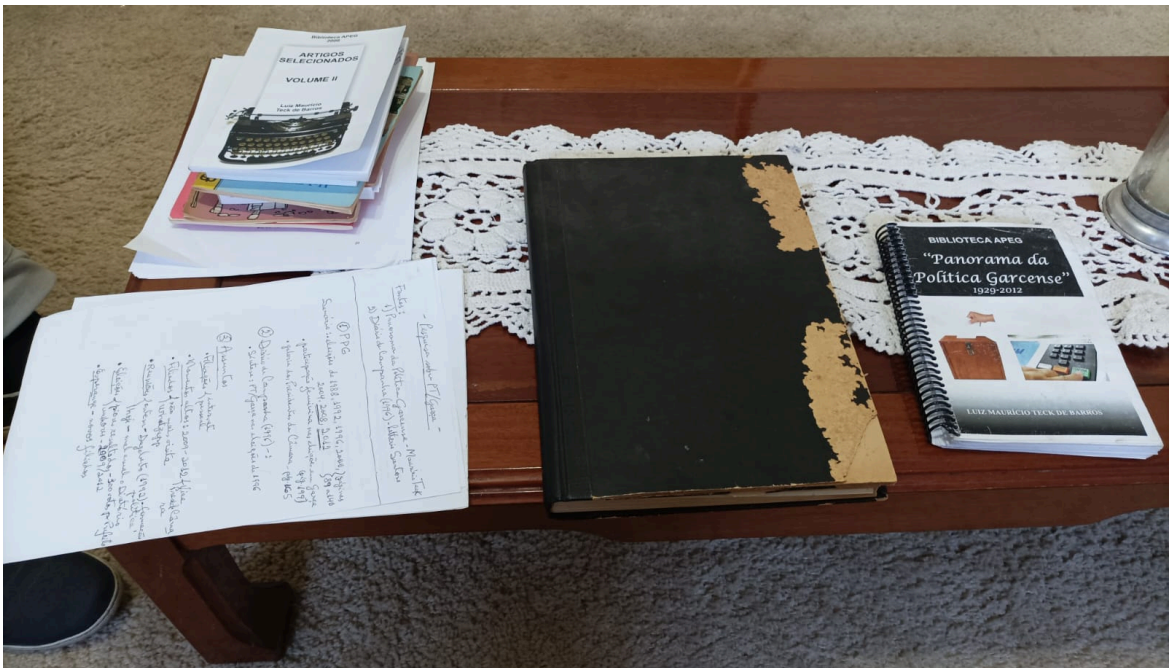
**Fonte:** Acervo do Diretório de Garça, s/d

Na figura acima, observa-se um diário pessoal, que de certa forma estava bem conservado, logo, o conteúdo não foi comprometido pela ação do tempo.

A seguir, analisa-se o nível de organização do acervo documental do diretório do Partido dos Trabalhadores de Garça.

## Organicidade física do Acervo

**Figura 109 - Organicidade física do acervo**




**Fonte:** Acervo do PT de Garça (2023).

Em resumo, no diretório do PT de Garça, que na verdade, não possui uma sede própria, já que a documentação do partido está em custódia de um dos fundadores do partido na cidade, verificou-se que os documentos estão bem conservados, porém, não dispõe de instrumentos de gestão e pesquisa, tampouco de organização e representação do conhecimento. As atividades partidárias são realizadas nas residências dos militantes, sendo assim, ao ser produzida, a documentação fica em custódia dos próprios militantes.

**Descrição do acervo com base na norma Nobrade**

**1 Área de identificação**

**1.1 Código de referência**

BR - PT

Partido dos Trabalhadores (Brasil)

BR DMPTG

Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Garça.

**1.2 Título**

Acervo do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Garça.

**1.3 Data(s)**

Não informado

**1.4 Nível de descrição**

Fundo (1)

**1.5 Dimensão e suporte**

Textuais, bibliográficos, audiovisuais, iconográficos, fotografias.

**2 Área de contextualização**

**2.1 Nome(s) dos produtor(es)**

Partido dos Trabalhadores.

**2.2 História administrativa / biografia**

Não informado.

**2.3 História arquivística**

Natureza Jurídica: privada

Classificação: fundo

**2.4 Procedência**

Documentação recolhida de diretórios estaduais, municipais, comissões provisórias e doados por militantes, filiados, simpatizantes, centrais sindicais ou outros movimentos sociais.

**3 Área de conteúdo e estrutura**

### 3.1 Âmbito e conteúdo

A documentação retrata os principais fatos e acontecimentos históricos ocorridos no período da Ditadura Militar e do surgimento do partido.

Principais documentos localizados no acervo: Fotografias, fotografias emolduradas, anotações, anotações, charges, charges políticas, diários, diários de anotações.

Principais atividades registradas: Atos políticos, mobilizações, manifestações, reuniões, ato de campanha eleitoral, visitas de autoridades e lideranças políticas, panfletagem, plenária municipal, encontro partidário, comício eleitoral.

### 3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade

O acervo do Diretório Municipal de Garça não possui plano de classificação, quadro de arranjo e tabela de temporalidade.

### 3.3 Incorporações

Recolhimento por meio de outros diretórios do Partido dos Trabalhadores.

### 3.4 Sistema de arranjo

Dado não informado.

## 4 Área de condições de acesso e uso

### 4.1 Condições de acesso

Acesso restrito aos gestores do Partido dos Trabalhadores de Garça.

### 4.2 Condições de reprodução

Digitalização e microfilmagem

### 4.3 Idioma

Português

### 4.4 Características físicas e requisitos técnicos

Em geral, a documentação apresenta boas condições físicas e materiais.

### 4.5 Instrumentos de pesquisa

O acervo do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Garça não possui instrumentos de pesquisa: guia, inventários, catálogos e índices.

## 5 Área de fontes relacionadas

### 5.1 Existência e localização dos originais

A demais documentação do PT de Marília pode ser recuperada ou está em custódia no Diretório Nacional (Fundação Perseu Abramo e Centro Sérgio Buarque de Holanda), Diretório Municipal de Marília, Diretório Municipal de Tupã, Diretório Municipal de Taubaté, Diretório Municipal de Jacareí, Diretório Municipal de Lins, Diretório Municipal de Penápolis, Diretório Municipal de Garça, Diretório Municipal de Bauru, Diretório Municipal de São José do Rio Preto, Instituto de Estudos Brasileiros (Universidade de São Paulo), Diretório Municipal de Osasco, Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Universidade Estadual Paulista - Campus de Assis), Arquivo Público do estado de São Paulo (APESP) e no Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM).

### 5.2 Existência e localização de cópias

A demais documentação do PT de Marília pode ser recuperada ou está em custódia no Diretório Nacional (Fundação Perseu Abramo e Centro Sérgio Buarque de Holanda), Diretório Municipal de Marília, Diretório Municipal de Tupã, Diretório Municipal de Taubaté, Diretório Municipal de Jacareí, Diretório Municipal de Lins, Diretório Municipal de Penápolis, Diretório Municipal de Garça, Diretório Municipal de Bauru, Diretório Municipal de São José do Rio Preto, Instituto de Estudos Brasileiros (Universidade de

São Paulo), Diretório Municipal de Osasco, Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Universidade Estadual Paulista - Campus de Assis), Arquivo Público do estado de São Paulo (APESP) e no Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM).

**5.3 Unidades de descrição relacionadas**

**5.4 Nota sobre publicação**

**6 Área de notas**

**6.1 Notas sobre conservação**

Documentação em bom estado de conservação e preservação.

**6.2 Notas gerais**

Documentação dispersa, caracterizando a fragmentação documental, assim como a falta de peças documentais.

**7 Área de controle da descrição**

**7.1 Nota do arquivista**

Embora o diretório de Garça não possua um acervo físico, a documentação mantém-se junto a sua militância, que adota um padrão de organização e preservação própria, ou seja, essa prática não está baseada em diretrizes arquivísticas.

**7.2 Regras ou convenções**

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G): norma geral internacional de descrição arquivística, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 119 p. (Publicações técnicas, n. 49).

### 7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)

novembro-dezembro de 2024.

## 8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

### 8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

Partido dos Trabalhadores; PT; Partido dos Trabalhadores de Garça; Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Garça; Centrais Sindicais; Central Única dos Trabalhadores; CUT.

A seguir, analisa-se o diagnóstico realizado no acervo documental do diretório do Partido dos Trabalhadores de Bauru.

**Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Bauru**

Assim como foram localizados nos acervos documentais dos diretórios do PT de Marília, Jacareí e de Garça, no de Bauru, foram recuperadas algumas fotografias emolduradas, conforme serão verificadas abaixo. Nesta análise, em específico, o diagnóstico foi realizado em um estabelecimento comercial, já que o partido não dispõe de uma sede própria, mesmo tendo vereadores eleitos na Câmara Municipal. O fato de possuir vereadores eleitos na Câmara, possibilita com que o partido tenha recursos financeiros para alugar, a depender da situação, até mesmo de adquirir um imóvel próprio para o desenvolvimento de suas atividades partidárias no município.

**Fotografias Emolduradas**

**Figura 110 - Encontro Partidário**




**Fonte:** Acervo do PT de Bauru, s/d

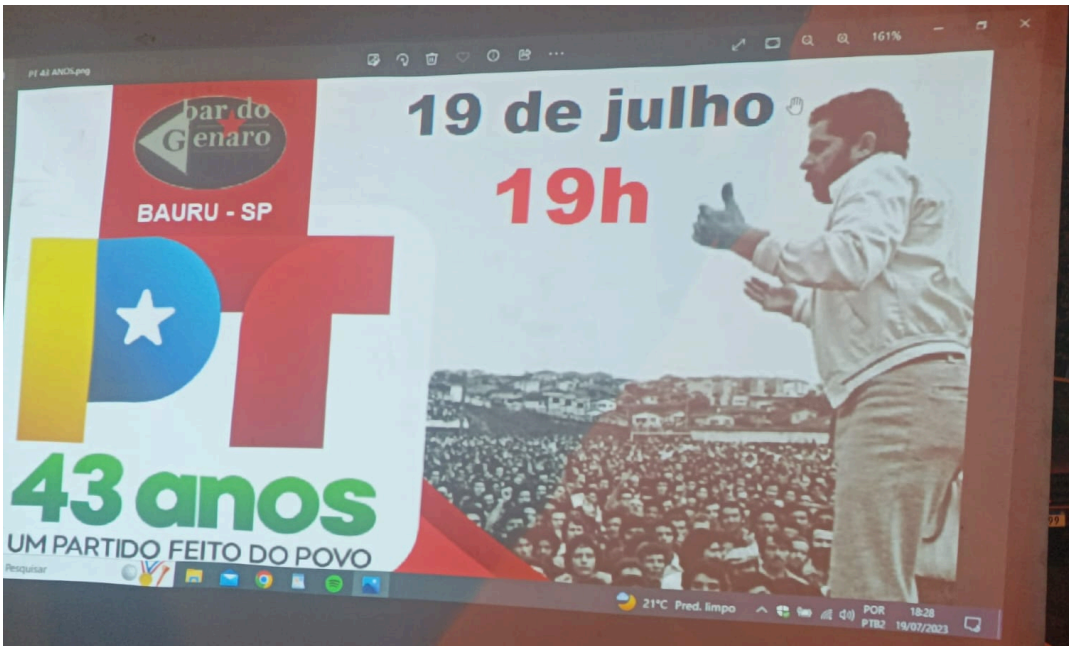
Na figura acima, observa-se um quadro fotográfico, a maior parte dos registros indicam a figura de Lula. Não foi possível identificar a data e local do registro, tampouco a autoria do registro fotográfico. Em diálogo com os militantes, nos foi informado de que os registros fotográficos foram produzidos na década de 1980.

Adiante, verifica-se um outro tipo documental produzido pelos partidos políticos, isto é, os documentos audiovisuais.

## Documento Audiovisual

No dia em que foi realizado o diagnóstico do acervo de Bauru, na mesma data, comemorou-se os 43 anos do PT na cidade. Para isso, foi apresentado e reproduzido um filme com a trajetória da fundação, processo de legalização e das ações partidárias do partido no município.

**Figura 111 - Documentário sobre o PT**




**Fonte:** Acervo do PT de Bauru (2023).

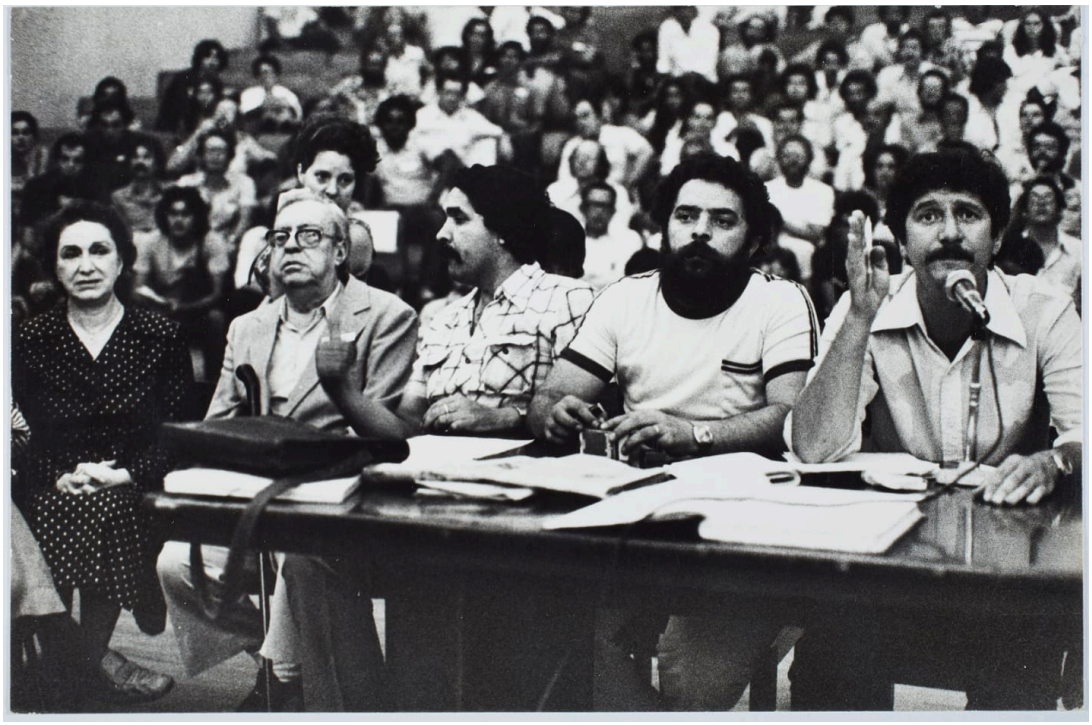
Na figura acima, observa-se uma produção cinematográfica produzida por um dos fundadores do PT de Bauru. Esse mesmo militante possui uma infinidade de documentos do partido em sua custódia, principalmente fotografias analógicas. Contudo, em virtude da confraternização, não foi possível analisar e diagnosticar toda a documentação, para isso, foi discutida uma data posterior para este processo.

A seguir, verifica-se um dos principais tipos documentais produzidos pelos partidos políticos, melhor dizendo, as fotografias.

## Fotografias

Assim como foi localizado em praticamente todos os acervos do PT no estado de São Paulo até aqui analisados e diagnosticados, no diretório de Bauru, também foram encontradas inúmeras fotografias relacionadas ao partido, mas que não necessariamente foram produzidas na cidade.

**Figura 112 - Reunião de Fundação do PT**



**Fonte:** Acervo do PT de Bauru (1980).

Na figura acima, observa-se um dos principais eventos históricos do PT, ou seja, o processo de fundação do partido. Desse modo, é possível notar a presença de inúmeras figuras conhecidas, como Lélia Abramo, Olívio Dutra, Lula, Jacó Bittar, Paulo Fratesck, entre outras personalidades que contribuíram na criação do partido.

No que diz respeito à organicidade do acervo analisado e diagnosticado, infelizmente não foi possível tecer um parecer exato acerca da documentação, uma vez que foram recuperadas uma quantidade muito reduzida de itens documentais. Por outro lado, em relação à conservação e preservação dos documentos, pode-se dizer que se encontram de forma bastante satisfatória do ponto de vista técnico. Assim como foi analisado no acervo do PT de Penápolis, no acervo de Bauru, os documentos foram apresentados no evento pela própria militância. Em especial, um desses militantes mencionou que possui um acervo documental extenso, principalmente registros fotográficos das atividades do PT na cidade.

**Descrição do acervo com base na norma Nobrade**

## 1 Área de identificação

### 1.1 Código de referência

BR - PT

Partido dos Trabalhadores (Brasil)

BR DMPTB

Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Bauru

### 1.2 Título

Acervo do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Bauru

### 1.3 Data(s)

1980

### 1.4 Nível de descrição

Fundo (1)

### 1.5 Dimensão e suporte

Textuais, bibliográficos, audiovisuais, iconográficos, fotografias.

## 2 Área de contextualização

### 2.1 Nome(s) dos produtor(es)

Partido dos Trabalhadores.

### 2.2 História administrativa / biografia

O Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Bauru teve o seu surgimento e fundação em 1980.

### 2.3 História arquivística

Natureza Jurídica: privada

Classificação: fundo

**2.4 Procedência**

Documentação recolhida de diretórios estaduais, municipais, comissões provisórias e doados por militantes, filiados, simpatizantes, centrais sindicais ou outros movimentos sociais.

**3 Área de conteúdo e estrutura**

**3.1 Âmbito e conteúdo**

A documentação retrata os principais fatos e acontecimentos históricos ocorridos no período da Ditadura Militar e do surgimento do partido.

Principais documentos localizados no acervo: Fotografias, fotografias emolduradas, documentação audiovisual, cartas, jornais e recortes de jornais, informativos, camisetas.

Principais atividades registradas: Atos políticos, mobilizações, manifestações, reuniões, ato de campanha eleitoral, visitas de autoridades e lideranças políticas, panfletagem, plenária municipal, encontro partidário, comício eleitoral.

**3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade**

O acervo do Diretório Municipal de Bauru não possui plano de classificação, quadro de arranjo e tabela de temporalidade.

**3.3 Incorporações**

Recolhimento por meio de outros diretórios do Partido dos Trabalhadores.

**3.4 Sistema de arranjo**

Dado não informado.

**4 Área de condições de acesso e uso**

### 4.1 Condições de acesso

Acesso restrito aos gestores do Partido dos Trabalhadores de Bauru.

### 4.2 Condições de reprodução

Digitalização e microfilmagem

### 4.3 Idioma

Português

### 4.4 Características físicas e requisitos técnicos

Em geral, a documentação apresenta boas condições físicas e materiais.

### 4.5 Instrumentos de pesquisa

O acervo do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Bauru não possui instrumentos de pesquisa: guia, inventários, catálogos e índices.

## 5 Área de fontes relacionadas

### 5.1 Existência e localização dos originais

A demais documentação do PT de Marília pode ser recuperada ou está em custódia no Diretório Nacional (Fundação Perseu Abramo e Centro Sérgio Buarque de Holanda), Diretório Municipal de Marília, Diretório Municipal de Tupã, Diretório Municipal de Taubaté, Diretório Municipal de Jacareí, Diretório Municipal de Lins, Diretório Municipal de Penápolis, Diretório Municipal de Garça, Diretório Municipal de Bauru, Diretório Municipal de São José do Rio Preto, Instituto de Estudos Brasileiros (Universidade de São Paulo), Diretório Municipal de Osasco, Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Universidade Estadual Paulista - Campus de Assis), Arquivo Público do estado de São Paulo (APESP) e no Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM).

### 5.2 Existência e localização de cópias

A demais documentação do PT de Marília pode ser recuperada ou está em custódia no Diretório Nacional (Fundação Perseu Abramo e Centro Sérgio Buarque de Holanda), Diretório Municipal de Marília, Diretório Municipal de Tupã, Diretório Municipal de Taubaté, Diretório Municipal de Jacareí, Diretório Municipal de Lins, Diretório Municipal de Penápolis, Diretório Municipal de Garça, Diretório Municipal de Bauru, Diretório Municipal de São José do Rio Preto, Instituto de Estudos Brasileiros (Universidade de São Paulo), Diretório Municipal de Osasco, Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Universidade Estadual Paulista - Campus de Assis), Arquivo Público do estado de São Paulo (APESP) e no Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM).

### 5.3 Unidades de descrição relacionadas

### 5.4 Nota sobre publicação

## 6 Área de notas

### 6.1 Notas sobre conservação

Documentação em bom estado de conservação, higienização e preservação.

### 6.2 Notas gerais

Documentação dispersa, caracterizando a fragmentação documental, assim como a falta de peças documentais.

## 7 Área de controle da descrição

### 7.1 Nota do arquivista

Embora o diretório de Bauru não possua um acervo físico, a documentação mantém-se junto a sua militância, que adota um padrão de organização e preservação própria, ou seja, essa prática não está baseada em diretrizes arquivísticas.

### 7.2 Regras ou convenções

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G): norma geral internacional de descrição arquivística, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 119 p. (Publicações técnicas, n. 49).

### 7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)

novembro-dezembro de 2024.

## 8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

### 8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

Partido dos Trabalhadores; PT; Partido dos Trabalhadores de Bauru; Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Bauru; Centrais Sindicais; Central única dos trabalhadores; CUT.

Na continuidade de análises e diagnósticos de diretórios e instituições documentais que conservam, preservam e mantêm a custódia dos arquivos, em sua maioria privados, do PT no estado de São Paulo, será analisado o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), sendo esta instituição documental ligada à Universidade de São Paulo (USP).

**Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo**

Segundo consta no site da Instituição[274], o Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP), foi criado por Sérgio Buarque de Holanda, em 1962, sendo este um centro multidisciplinar de pesquisas e documentação sobre a história e as culturas do Brasil. Tem como desafio fundador a reflexão sobre a sociedade brasileira, envolvendo a articulação de diferentes áreas das humanidades.Contemplado em 1995 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) com o prêmio Rodrigo de Melo Franco de Andrade na categoria Preservação de Acervos Culturais Móveis e Imóveis, o IEB tem sob sua responsabilidade a guarda, conservação, preservação e a manutenção de um acervo excepcional. Tal acervo é formado por um expressivo conjunto de fundos pessoais – constituídos em vida por artistas e intelectuais brasileiros -, e que estão distribuídos entre o Arquivo, a Biblioteca e a Coleção de Artes Visuais. Além de manuscritos originais de personagens importantes para o desenvolvimento de nossa cultura, livros raros e obras de arte formam um conjunto de caráter único, que recebe periodicamente novas aquisições, seja por meio de doação ou por meio de aquisição.

O IEB, acervo e pesquisa são indissociáveis. As pesquisas são desenvolvidas nas áreas temáticas de Artes, Literatura, Música, História, História Econômica, Geografia, Economia, Antropologia, Museologia e Sociologia. Cabe destacar ainda o programa de pós-graduação do Instituto, que leva o nome de “Culturas e Identidades Brasileiras”, e que mantém duas linhas de pesquisa: 1) Sociedade e Cultura na América Portuguesa e no Brasil; 2) Brasil: a Realidade da Criação, a Criação da Realidade.

É preciso salientar que o IEB é uma instituição documental que não possui nenhuma relação com o Partido dos Trabalhadores, contudo, em seu acervo, foram localizadas inúmeras espécies, tipologias e tipos documentais relacionadas ao PT, em sua maioria, esses documentos retratam a história e a luta de personagens que fizeram parte da fundação do PT ao longo da história, como Lélia Abramo e Paul Singer. Dessa maneira, em sua maioria, foram recuperados arquivos de caráter pessoal.

[274]Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros. Disponível em: https://www.ieb.usp.br/sobre-o-ieb/hitorico/ Acesso em 21 de jun. 2024.

A seguir, verifica-se um dos maiores tipos documentais produzidos pelos partidos políticos e que foram localizados no IEB, ou seja, os recortes de jornais.

**Recorte de Jornal**

Assim como foi analisado nos diretórios do PT, na maioria das instituições documentais que foram identificadas e diagnosticadas no IEB, também foram localizados inúmeros recortes de jornais, conforme será verificado na figura abaixo.

**Figura 113 - Entrevista de Lula ao jornal**


Destaques

Uma entrevista com Lula, no "Tavares de Miranda Especial"

**Fonte:** Acervo do Instituto de Estudos brasileiros, s/d

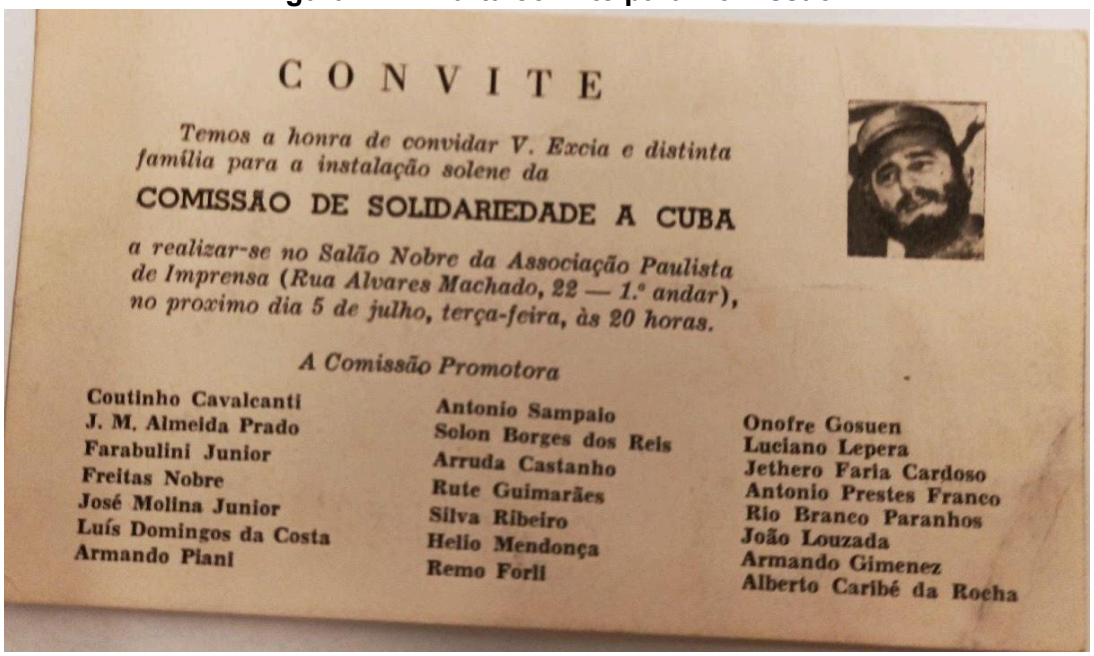
Na figura acima, observa-se um recorte de jornal em que em destaque, verifica-se a imagem de Lula. Nesse período, Lula estava ligado ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, do qual ocupava o cargo de presidente.

A seguir, verifica-se um tipo documental interessante que foi localizado no Acervo do IEB, ou seja, uma carta convite.

**Cartas-Convite**

As cartas-convite, em linhas gerais, não é um tipologia documental comumente encontrada em diretórios de partidos políticos, contudo, no IEB, pelo fato de se tratar de um acervo pessoal de personagens que fizeram parte da história do partido, isso já é muito comum.

**Figura 114 - Carta convite para Comissão**



CONVITE

*Temos a honra de convidar V. Excia e distinta família para a instalação solene da*

**COMISSÃO DE SOLIDARIEDADE A CUBA**

*a realizar-se no Salão Nobre da Associação Paulista de Imprensa (Rua Alvares Machado, 22 — 1.º andar), no proximo dia 5 de julho, terça-feira, às 20 horas.*

*A Comissão Promotora*

Coutinho Cavalcanti
J. M. Almeida Prado
Farabulini Junior
Freitas Nobre
José Molina Junior
Luís Domingos da Costa
Armando Piani
Antonio Sampaio
Solon Borges dos Reis
Arruda Castanho
Rute Guimarães
Silva Ribeiro
Helio Mendonça
Remo Forli
Onofre Gosuen
Luciano Lepera
Jethero Faria Cardoso
Antonio Prestes Franco
Rio Branco Paranhos
João Louzada
Armando Gimenez
Alberto Caribé da Rocha

**Fonte:** Acervo do Instituto de Estudos brasileiros, s/d

Na figura acima, observa-se uma carta-convite para a instalação de uma comissão de Solidariedade a Cuba. Este documento foi localizado no acervo pessoal de Paul Singer (1932-2018), supõe-se que ele tinha sido convidado para a solenidade.

A seguir, conforme analisado e diagnosticado em diretórios do PT, verifica-se um outro tipo documental comumente localizado em partidos políticos e instituições documentais universitárias, isto é, as fotografias analógicas.

## Fotografias

Assim como foi localizado nos diretórios analisados e diagnosticados até este momento, nas instituições documentais universitárias foram localizadas inúmeras fotografias sobre o PT, conforme serão verificadas abaixo.

**Figura 115 - Autoridades Políticas**



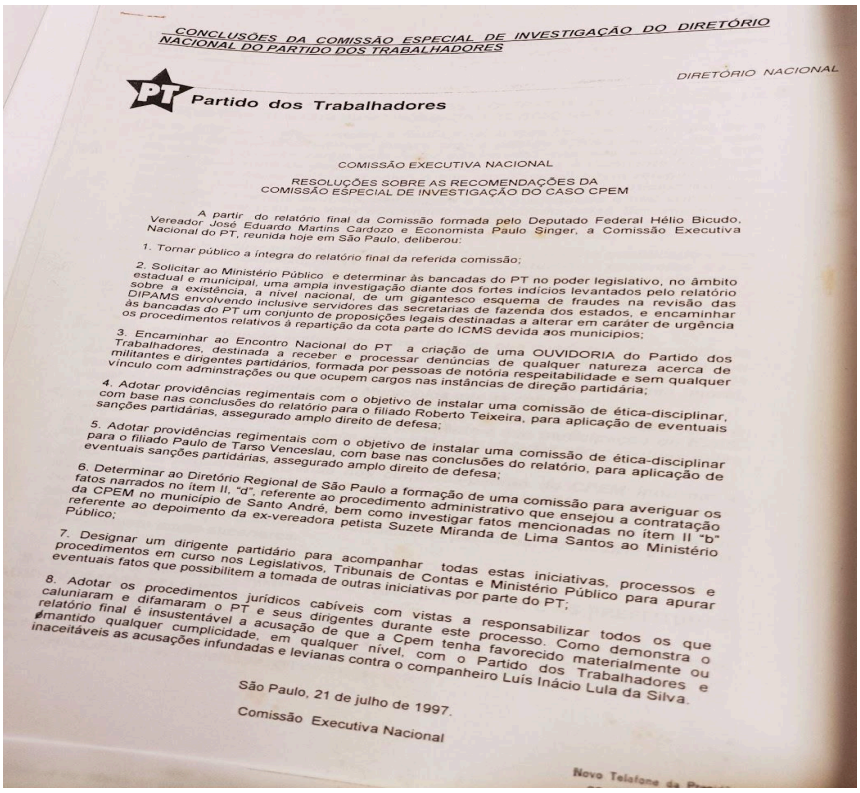
**Fonte:** Acervo do Instituto de Estudos brasileiros, s/d

Na figura acima, observa-se algumas fotografias históricas e que foram localizadas no Acervo do IEB. Nas imagens, foi possível verificar a presença de personagens importantes da política brasileira, como a ex-presidenta Dilma Rousseff e o economista Paul Singer. Não foi possível identificar a data e local de registro, nem mesmo a autoria do registro fotográfico.

## Resoluções Internas

Na figura abaixo, verifica-se um dos documentos mais produzidos pelos partidos políticos, ou seja, as resoluções internas.

**Figura 116 - Resoluções Internas do PT**



CONCLUSÕES DA COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

DIRETÓRIO NACIONAL

Partido dos Trabalhadores

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL

RESOLUÇÕES SOBRE AS RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO DO CASO CPEM

A partir do relatório final da Comissão formada pelo Deputado Federal Hélio Bicudo, Vereador José Eduardo Martins Cardozo e Economista Paulo Singer, a Comissão Executiva Nacional do PT, reunida hoje em São Paulo, deliberou:

1. Tornar público a íntegra do relatório final da referida comissão;

2. Solicitar ao Ministério Público e determinar às bancadas do PT no poder legislativo, no âmbito estadual e municipal, uma ampla investigação diante dos fortes indícios levantados pelo relatório sobre a existência, a nível nacional, de um gigantesco esquema de fraudes na revisão das DIPAMS envolvendo inclusive servidores das secretarias de fazenda dos estados, e encaminhar às bancadas do PT um conjunto de proposições legais destinadas a alterar em caráter de urgência os procedimentos relativos à repartição da cota parte do ICMS devida aos municípios;

3. Encaminhar ao Encontro Nacional do PT a criação de uma OUVIDORIA do Partido dos Trabalhadores, destinada a receber e processar denúncias de qualquer natureza acerca de militantes e dirigentes partidários, formada por pessoas de notória respeitabilidade e sem qualquer vínculo com adminstrações ou que ocupem cargos nas instâncias de direção partidária;

4. Adotar providências regimentais com o objetivo de instalar uma comissão de ética-disciplinar, com base nas conclusões do relatório para o filiado Roberto Teixeira, para aplicação de eventuais sanções partidárias, assegurado amplo direito de defesa;

5. Adotar providências regimentais com o objetivo de instalar uma comissão de ética-disciplinar para o filiado Paulo de Tarso Venceslau, com base nas conclusões do relatório, para aplicação de eventuais sanções partidárias, assegurado amplo direito de defesa;

6. Determinar ao Diretório Regional de São Paulo a formação de uma comissão para averiguar os fatos narrados no item II, "d", referente ao procedimento administrativo que ensejou a contratação da CPEM no município de Santo André, bem como investigar fatos mencionadas no item II "b" referente ao depoimento da ex-vereadora petista Suzete Miranda de Lima Santos ao Ministério Público;

7. Designar um dirigente partidário para acompanhar todas estas iniciativas, processos e procedimentos em curso nos Legislativos, Tribunais de Contas e Ministério Público para apurar eventuais fatos que possibilitem a tomada de outras iniciativas por parte do PT;

8. Adotar os procedimentos jurídicos cabíveis com vistas a responsabilizar todos os que caluniaram e difamaram o PT e seus dirigentes durante este processo. Como demonstra o relatório final é insustentável a acusação de que a Cpem tenha favorecido materialmente ou mantido qualquer cumplicidade, em qualquer nível, com o Partido dos Trabalhadores e inaceitáveis as acusações infundadas e levianas contra o companheiro Luís Inácio Lula da Silva.

São Paulo, 21 de julho de 1997.

Comissão Executiva Nacional

Novo Telefone

**Fonte:** Acervo do Instituto de Estudos Brasileiros (1997).

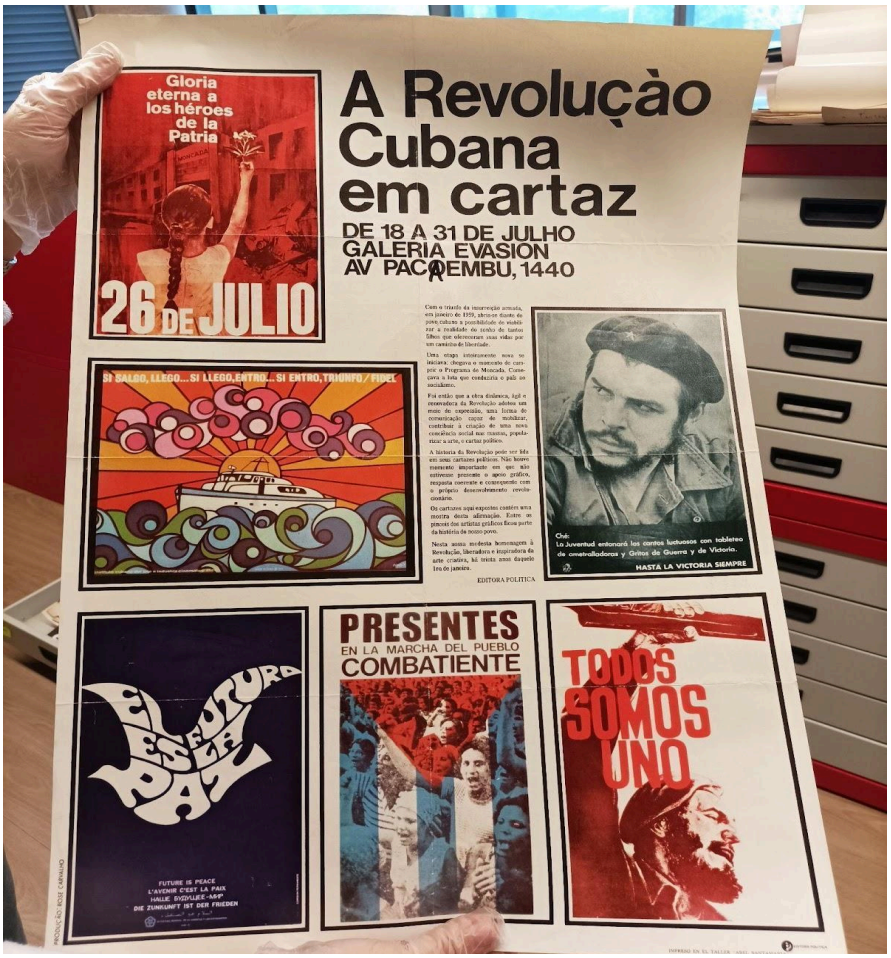
Na figura acima, observa-se uma resolução interna publicada pela Comissão Executiva do Diretório Nacional do PT, produzida e emitida no ano de 1997.

A seguir, observa-se um dos tipos documentais mais produzidos pelos partidos políticos brasileiros, isto é, os cartazes.

## Cartazes

Assim como foi observado e analisado em outras oportunidades, os cartazes são uns dos tipos documentais mais utilizados até os dias de hoje pelos partidos políticos para diversas finalidades, conforme serão analisados nas próximas figuras.

**Figura 117 - Cartazes Políticos**




**Fonte:** Acervo do Instituto de Estudos brasileiros, s/d

Na figura acima, observa-se alguns registros imagéticos do ex-revolucionário argentino Ernesto Che Guevara (1928-1967). Este documento estava no acervo pessoal de Lélia Abramo (1911-2004).

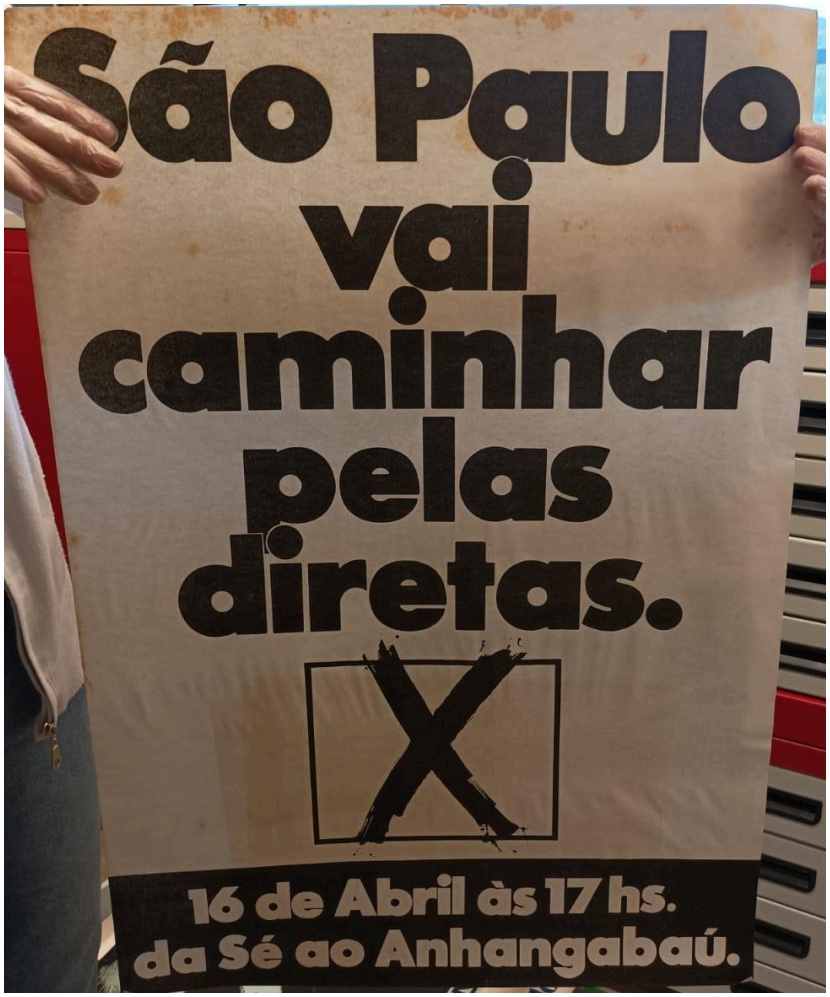
**Figura 118 - Cartazes Políticos**




**Fonte:** Acervo do Instituto de Estudos Brasileiros, s/d

No cartaz acima, observa-se um convite para uma assembleia de trabalhadores, a ser realizado no estádio de Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, importante palco de lutas da classe trabalhadora no período da Ditadura Civil-Militar.

**Figura 119 - Cartazes Políticos**




**Fonte:** Acervo do Instituto de Estudos Brasileiros, s/d

**Figura 120 - Cartazes Políticos**



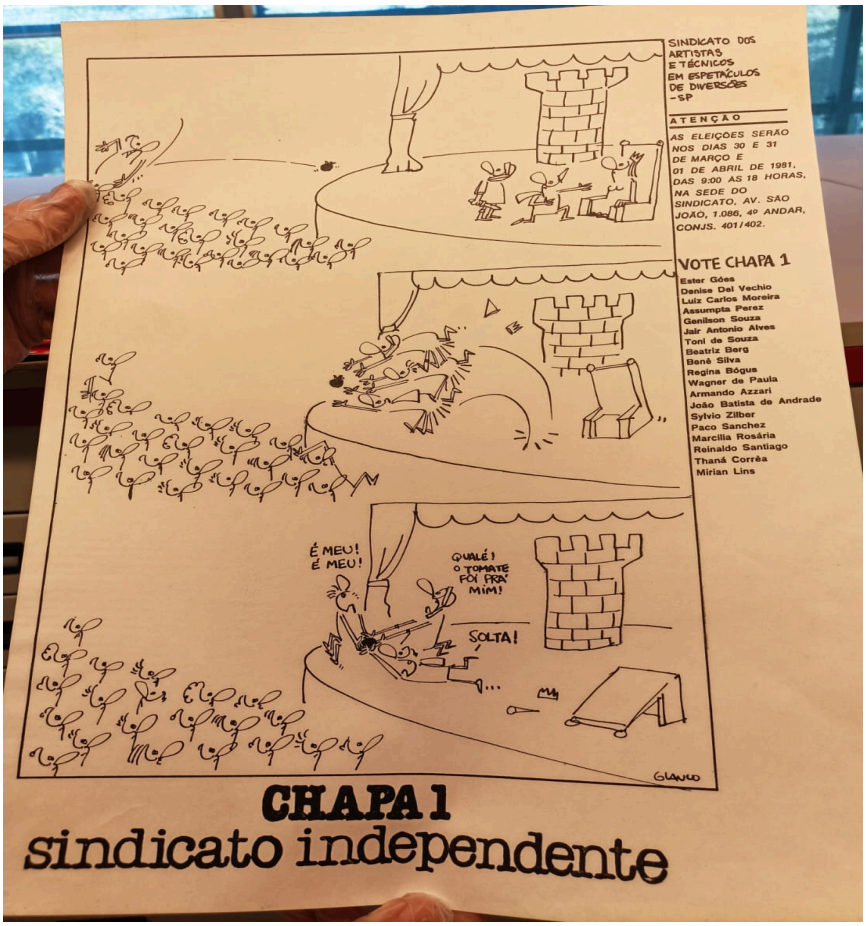

**Fonte:** Acervo do Instituto de Estudos Brasileiros (1980).

A seguir, verifica-se um dos tipos documentais mais encontrados em acervos documentais de partidos políticos, isto é, as charges.

## Charges

No Acervo do IEB, foram localizadas e analisadas algumas charges acerca do Partido dos Trabalhadores e do Sindicato dos Artistas, sendo este último representado por Lélia Abramo, conforme será verificado na figura abaixo:

**Figura 121 - Charges Políticas**



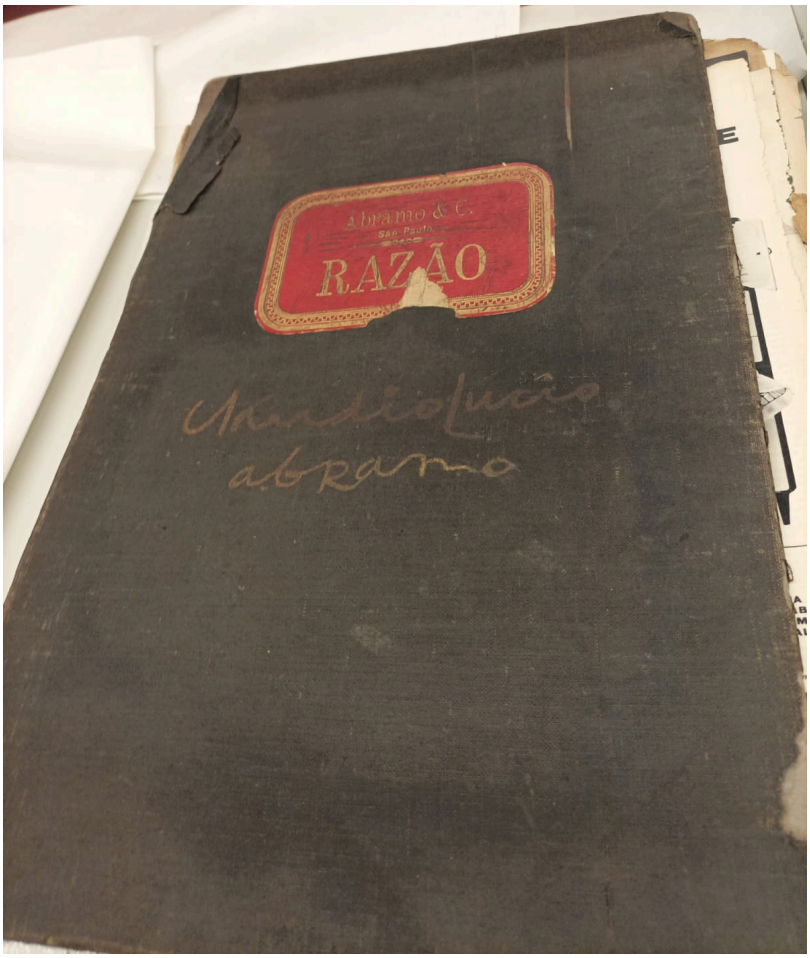

**Fonte:** Acervo do Instituto de Estudos Brasileiros, s/d

A seguir, verifica-se um dos documentos mais produzidos pelos partidos políticos brasileiros, isto é, o Livro Razão.

## Livro Razão

No Acervo do IEB, foi localizado um Livro Razão, sendo este documento de extrema importância para as atividades financeiras dos partidos políticos, conforme será verificado na figura abaixo.

**Figura 122 - Livro Razão para Contabilidade**



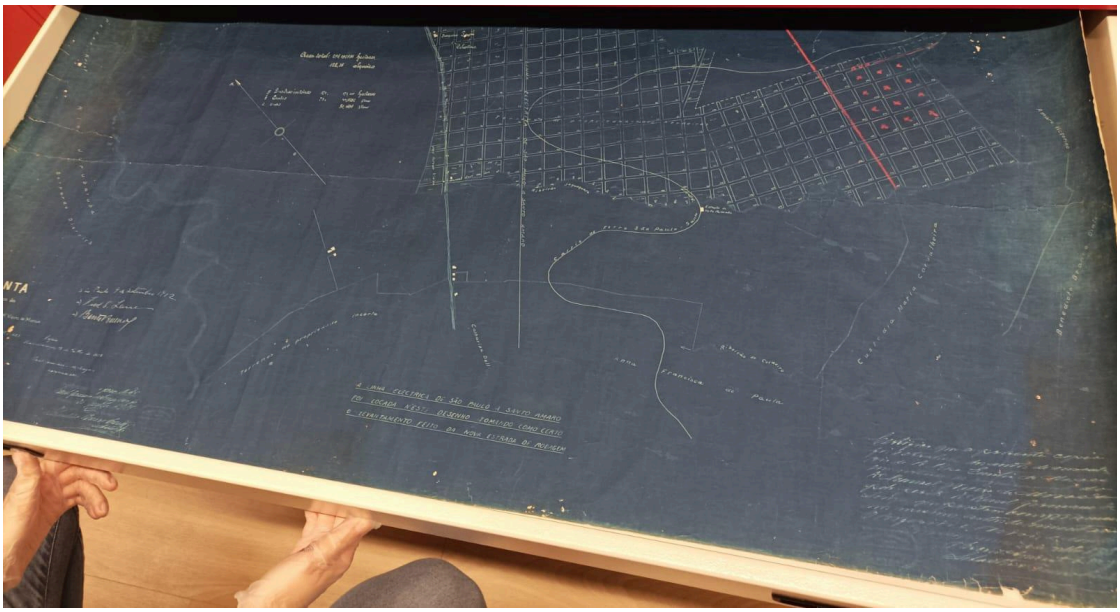

**Fonte:** Acervo do Instituto de Estudos Brasileiros, s/d

Na figura acima, observa-se o Livro Razão, que além de associações políticas, este documento é obrigatório para o controle contabilístico de empresas tradicionais, sejam elas públicas, privadas ou de economia-mista.

## Mapas

No acervo do IEB, foram localizados alguns mapas, contudo, não foi possível verificar o objetivo do partido em salvaguardar este documento, já que não é muito comum sua produção no âmbito dos partidos políticos.

**Figura 123 - Mapas Cartográficos**

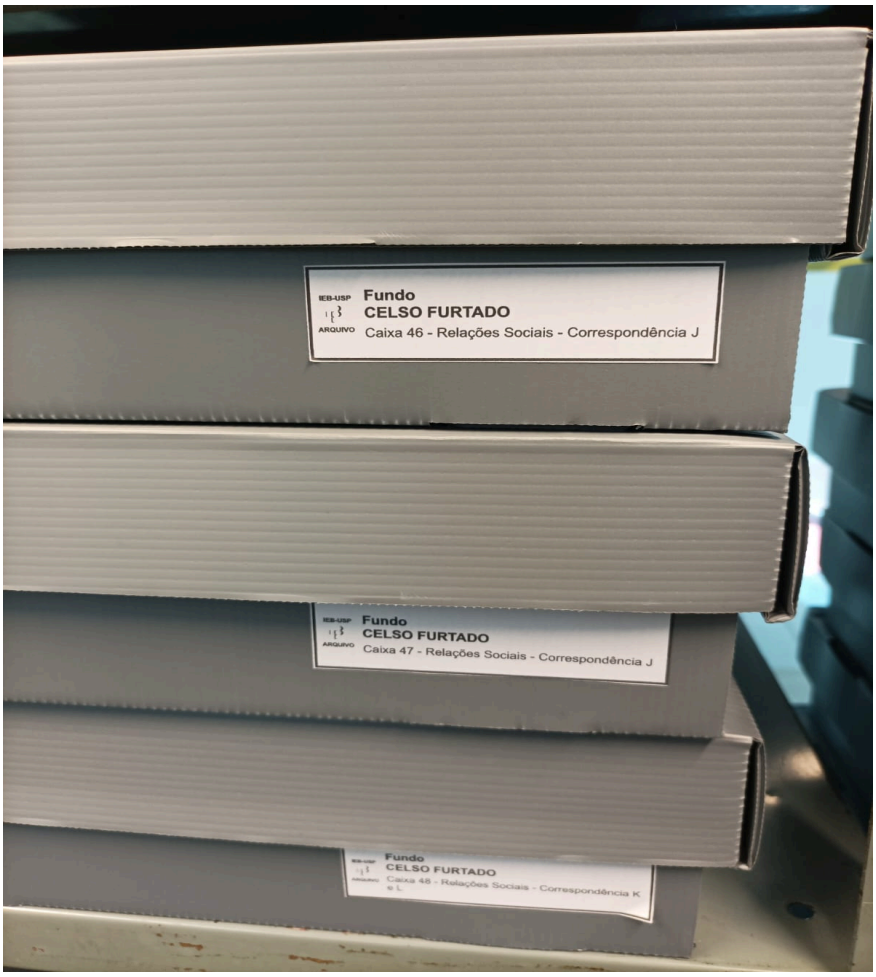


**Fonte:** Acervo do instituto de Estudos Brasileiros, s/d

A seguir, após o processo de análise e diagnóstico no Acervo do IEB, será analisada a organicidade de seu acervo.

## Organicidade física do Acervo do IEB

**Figura 124 - Organicidade da documentação no IEB-USP**




**Fonte:** Acervo do Instituto de Estudos Brasileiros (2023).

**Figura 125 - Organicidade da documentação no IEB-USP**



**Fonte:** Acervo do Instituto de Estudos Brasileiros (2023).

Em linhas gerais, o Acervo do IEB apresenta uma organicidade de acordo com os parâmetros arquivísticos, visto que conta com políticas documentais, medidas de conservação e preservação e de instrumentos de gestão e pesquisa.

**Descrição do acervo com base na norma Nobrade**

**1 Área de identificação**

**1.1 Código de referência**

BR - PT

Partido dos Trabalhadores (Brasil)

**1.2 Título**

Acervo do Partido dos Trabalhadores

**1.3 Data(s)**

Dado não informado.

**1.4 Nível de descrição**

Fundo (1)

**1.5 Dimensão e suporte**

Textuais, bibliográficos, audiovisuais, iconográficos, fotografias.

**2 Área de contextualização**

**2.1 Nome(s) dos produtor(es)**

Partido dos Trabalhadores.

**2.2 História administrativa / biografia**

Não informado.

**2.3 História arquivística**

Natureza Jurídica: privada

Classificação: fundo

**2.4 Procedência**

Documentação recolhida de diretórios estaduais, municipais, comissões provisórias e doados por militantes, filiados, simpatizantes entre outros movimentos sociais.

**3 Área de conteúdo e estrutura**

**3.1 Âmbito e conteúdo**

A documentação retrata os principais fatos e acontecimentos históricos ocorridos no período da Ditadura Militar e do surgimento do partido.

Principais documentos localizados no acervo: Fotografias, cartas, carta-convite, resoluções internas, cartazes, cartazes políticos, charges, charges políticas, livro-razão,

livro-razão para contabilidade, mapas, mapas cartográficos, jornais e recortes de jornais, informativos, camisetas.
Principais atividades registradas: Atos políticos, mobilizações, manifestações, reuniões, ato de campanha eleitoral, visitas de autoridades e lideranças políticas, panfletagem, plenária municipal, encontro partidário, comício eleitoral.

### 3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade

O acervo do Partido dos Trabalhadores custodiado pelo Instituto de Estudos Brasileiros possui plano de classificação e tabela de temporalidade.

### 3.3 Incorporações

Recolhimento por meio de outros diretórios do Partido dos Trabalhadores e movimentos sociais.

### 3.4 Sistema de arranjo

Dado não informado.

## 4 Área de condições de acesso e uso

### 4.1 Condições de acesso

Acesso permitido para estudantes e pesquisadores em geral.

### 4.2 Condições de reprodução

Digitalização e microfilmagem

### 4.3 Idioma

Português

### 4.4 Características físicas e requisitos técnicos

Em geral, a documentação apresenta boas condições físicas e materiais.

### 4.5 Instrumentos de pesquisa

Possui instrumentos de pesquisa: guia.

## 5 Área de fontes relacionadas

### 5.1 Existência e localização dos originais

A demais documentação do PT de Marília pode ser recuperada ou está em custódia no Diretório Nacional (Fundação Perseu Abramo e Centro Sérgio Buarque de Holanda), Diretório Municipal de Marília, Diretório Municipal de Tupã, Diretório Municipal de Taubaté, Diretório Municipal de Jacareí, Diretório Municipal de Lins, Diretório Municipal de Penápolis, Diretório Municipal de Garça, Diretório Municipal de Bauru, Diretório Municipal de São José do Rio Preto, Instituto de Estudos Brasileiros (Universidade de São Paulo), Diretório Municipal de Osasco, Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Universidade Estadual Paulista - Campus de Assis), Arquivo Público do estado de São Paulo (APESP) e no Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM).

### 5.2 Existência e localização de cópias

A demais documentação do PT de Marília pode ser recuperada ou está em custódia no Diretório Nacional (Fundação Perseu Abramo e Centro Sérgio Buarque de Holanda), Diretório Municipal de Marília, Diretório Municipal de Tupã, Diretório Municipal de Taubaté, Diretório Municipal de Jacareí, Diretório Municipal de Lins, Diretório Municipal de Penápolis, Diretório Municipal de Garça, Diretório Municipal de Bauru, Diretório Municipal de São José do Rio Preto, Instituto de Estudos Brasileiros (Universidade de São Paulo), Diretório Municipal de Osasco, Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Universidade Estadual Paulista - Campus de Assis), Arquivo Público do estado de São Paulo (APESP) e no Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM).

### 5.3 Unidades de descrição relacionadas

### 5.4 Nota sobre publicação

## 6 Área de notas

### 6.1 Notas sobre conservação

Documentação em bom estado de conservação, higienização e preservação.

### 6.2 Notas gerais

Documentação dispersa, caracterizando a fragmentação documental, assim como a falta de peças documentais.

## 7 Área de controle da descrição

### 7.1 Nota do arquivista

Embora o diretório de Lins não possua um acervo físico, a documentação mantém-se junto a sua militância, que adota um padrão de organização e preservação própria, ou seja, essa prática não está baseada em diretrizes arquivísticas.

### 7.2 Regras ou convenções

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G): norma geral internacional de descrição arquivística, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 119 p. (Publicações técnicas, n. 49).

### 7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)

novembro-dezembro de 2024.

## 8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

## 8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

Partido dos Trabalhadores; PT; Acervo do Partido dos Trabalhadores; Centrais Sindicais; Central Única dos Trabalhadores; CUT; Instituto de Estudos Brasileiros; IEB; Universidade de São Paulo; USP.

## Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Osasco

No caso do diretório do PT de Osasco, este se assemelha a muitos dos outros diretórios analisados e diagnosticados, ou seja, a documentação está dispersa e o que resta está em custódia da militância do partido. Neste diretórios, em específico, assim como encontrados em outros, foram recuperadas algumas fotografias, conforme poderão ser visualizadas a seguir:

**Figura 126 - Reunião Partidária**



**Fonte:** Acervo do PT de Osasco, s/d

**Figura 127 - Reunião Partidária**

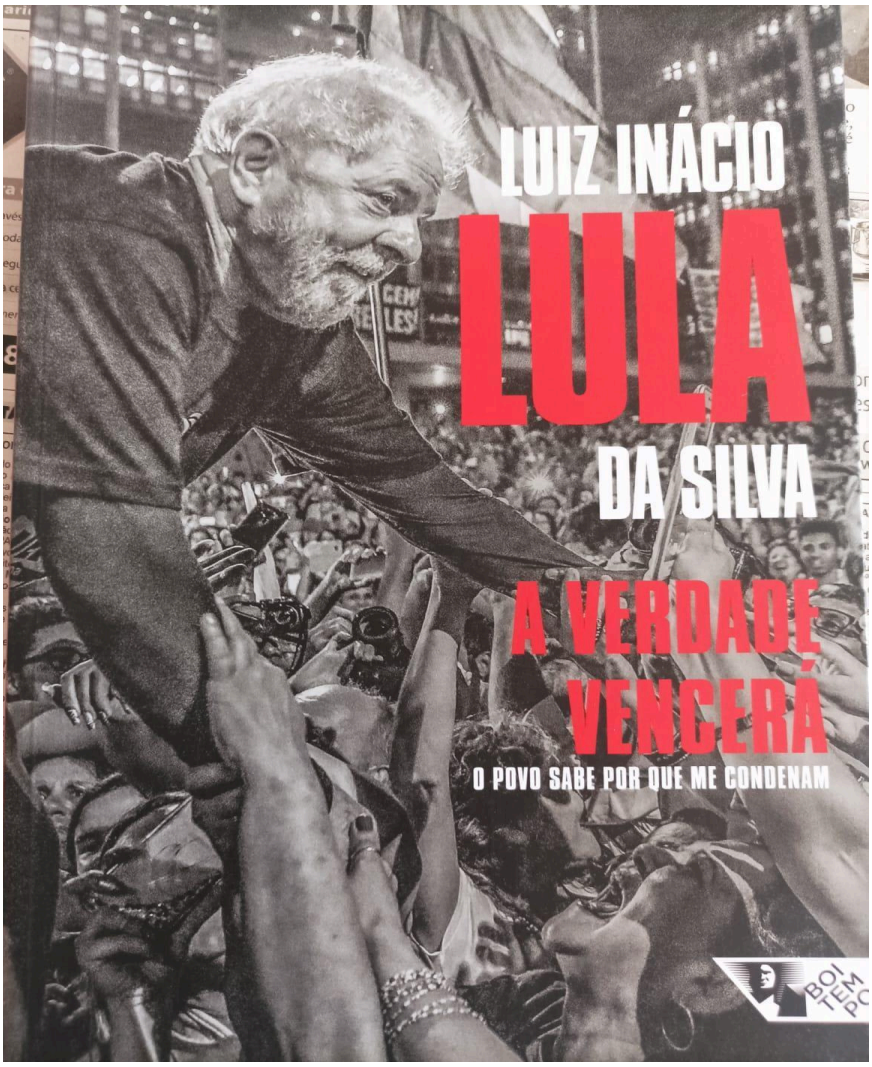



**Fonte:** Acervo do PT de Osasco, s/d

## Livros

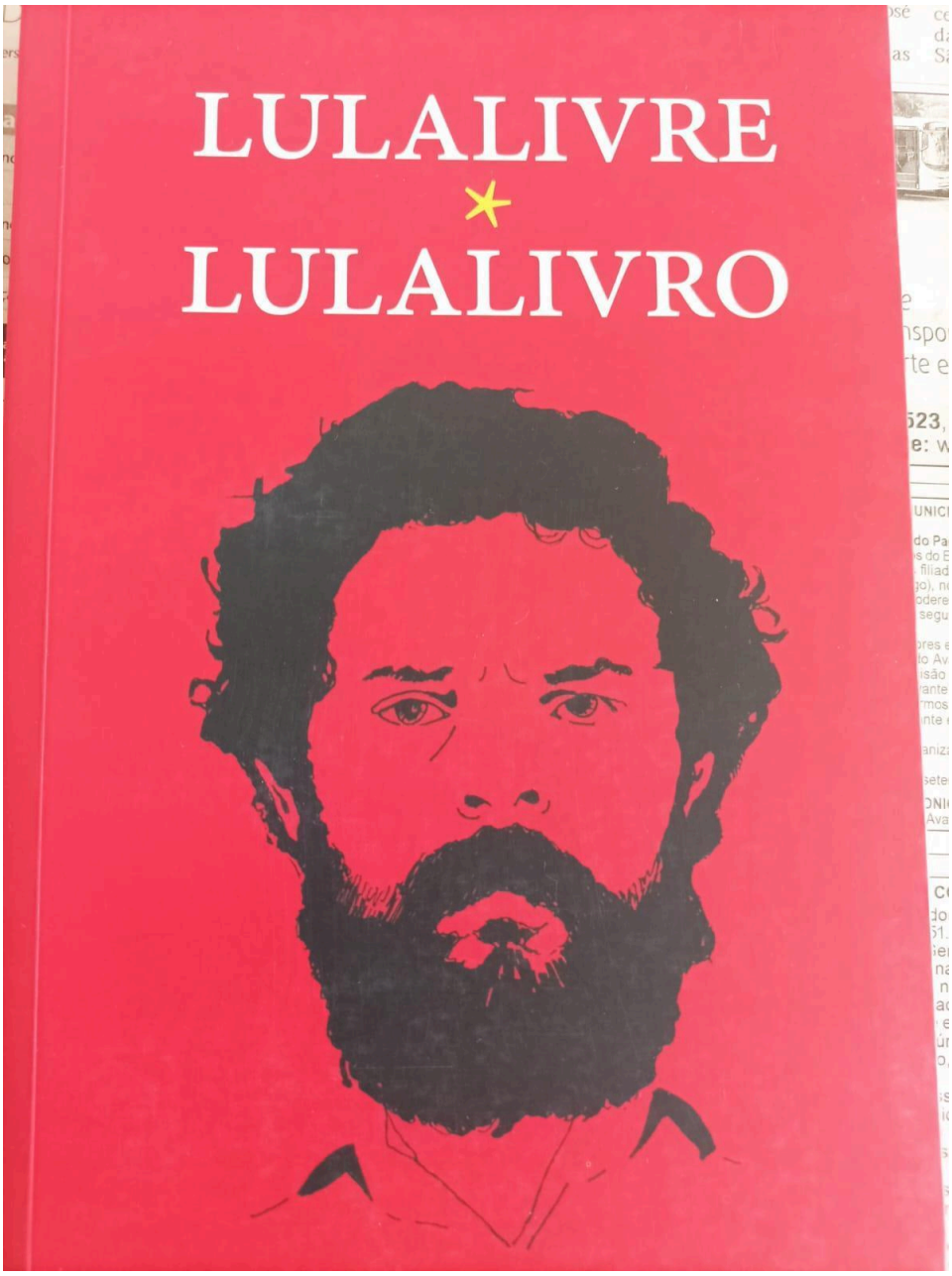
No diretório de Osasco, também foi possível localizar e recuperar alguns livros relacionados ao PT, sobretudo sobre o presidente Lula.

**Figura 128 - Livros sobre Lula**




**Fonte:** Acervo do PT de Osasco, s/d

**Figura 129 - Livros sobre Lula**




**Fonte:** Acervo do PT de Osasco, s/d

Assim como foi analisado no diretório de Bauru, no de Osasco, não foi possível realizar uma análise e diagnóstico mais aprofundados do ponto de vista arquivísticos, uma vez que os documentos que foram recuperados estavam em custódia de um militante histórico do partido. Dessa maneira, nos foi informado de que inúmeros documentos do partido estão espalhados pela cidade.

**Descrição do acervo com base na norma Nobrade**

## 1 Área de identificação

### 1.1 Código de referência

BR - PT

Partido dos Trabalhadores (Brasil)

BR DMPTO

Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Osasco

### 1.2 Título

Acervo do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Osasco

### 1.3 Data(s)

Dado não informado

### 1.4 Nível de descrição

Fundo (1)

### 1.5 Dimensão e suporte

Textuais, bibliográficos, audiovisuais, iconográficos, fotografias.

## 2 Área de contextualização

### 2.1 Nome(s) dos produtor(es)

Partido dos Trabalhadores.

### 2.2 História administrativa / biografia

Dado não informado

### 2.3 História arquivística

Natureza Jurídica: privada
Classificação: fundo

### 2.4 Procedência

Documentação recolhida de diretórios estaduais, municipais e doados por militantes, filiados, simpatizantes, movimentos sindicais, coletivos entre outros movimentos sociais.

## 3 Área de conteúdo e estrutura

### 3.1 Âmbito e conteúdo

A documentação retrata os principais fatos e acontecimentos históricos ocorridos no período da Ditadura Militar e do surgimento do partido.
Principais documentos localizados no acervo: Fotografias e livros.
Principais atividades registradas: Atos políticos, mobilizações, manifestações, reuniões, ato de campanha eleitoral, visitas de autoridades e lideranças políticas, panfletagem, plenária municipal, encontro partidário, comício eleitoral.

### 3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade

O acervo do Diretório Municipal de Osasco não possui plano de classificação, quadro de arranjo e tabela de temporalidade.

### 3.3 Incorporações

Recolhimento por meio de outros diretórios do Partido dos Trabalhadores.

### 3.4 Sistema de arranjo

Dado não informado.

## 4 Área de condições de acesso e uso

### 4.1 Condições de acesso

Acesso restrito aos gestores do Partido dos Trabalhadores de Osasco.

### 4.2 Condições de reprodução

Digitalização e microfilmagem

### 4.3 Idioma

Português

### 4.4 Características físicas e requisitos técnicos

Em geral, a documentação apresenta boas condições físicas e materiais.

### 4.5 Instrumentos de pesquisa

O acervo do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Osasco não possui instrumentos de pesquisa: guia, inventários, catálogos e índices.

## 5 Área de fontes relacionadas

### 5.1 Existência e localização dos originais

A demais documentação do PT de Marília pode ser recuperada ou está em custódia no Diretório Nacional (Fundação Perseu Abramo e Centro Sérgio Buarque de Holanda), Diretório Municipal de Marília, Diretório Municipal de Tupã, Diretório Municipal de Taubaté, Diretório Municipal de Jacareí, Diretório Municipal de Lins, Diretório Municipal de Penápolis, Diretório Municipal de Garça, Diretório Municipal de Bauru, Diretório Municipal de São José do Rio Preto, Instituto de Estudos Brasileiros (Universidade de São Paulo), Diretório Municipal de Osasco, Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Universidade Estadual Paulista - Campus de Assis), Arquivo Público do estado de São Paulo (APESP) e no Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM).

### 5.2 Existência e localização de cópias

A demais documentação do PT de Marília pode ser recuperada ou está em custódia no Diretório Nacional (Fundação Perseu Abramo e Centro Sérgio Buarque de Holanda), Diretório Municipal de Marília, Diretório Municipal de Tupã, Diretório Municipal de Taubaté, Diretório Municipal de Jacareí, Diretório Municipal de Lins, Diretório Municipal de Penápolis, Diretório Municipal de Garça, Diretório Municipal de Bauru, Diretório Municipal de São José do Rio Preto, Instituto de Estudos Brasileiros (Universidade de São Paulo), Diretório Municipal de Osasco, Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Universidade Estadual Paulista - Campus de Assis), Arquivo Público do estado de São Paulo (APESP) e no Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM).

### 5.3 Unidades de descrição relacionadas

### 5.4 Nota sobre publicação

## 6 Área de notas

### 6.1 Notas sobre conservação

Documentação em bom estado de conservação, higienização e preservação.

### 6.2 Notas gerais

Documentação dispersa, caracterizando a fragmentação documental, assim como a falta de peças documentais.

## 7 Área de controle da descrição

### 7.1 Nota do arquivista

Embora o diretório de Osasco não possua um acervo físico, a documentação mantém-se junto a sua militância, que adota um padrão de organização e preservação

própria, ou seja, essa prática não está baseada em diretrizes arquivísticas. O acervo foi apresentado por um dos principais fundadores do partido na cidade, cujo nome é Zé Pedro.

### 7.2 Regras ou convenções

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G): norma geral internacional de descrição arquivística, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 119 p. (Publicações técnicas, n. 49).

### 7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)

novembro-dezembro de 2024.

## 8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

### 8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

Partido dos Trabalhadores; PT; Partido dos Trabalhadores de Osasco; Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Osasco; Centrais Sindicais; Central única dos trabalhadores; CUT.

A seguir, será realizado o processo de análise e diagnóstico do Acervo do CEDAP, ligado a Universidade Estadual Paulista, na cidade de Assis.

**Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa da Universidade Estadual Paulista**

Segundo informações disponibilizadas em seu site institucional, o CEDAP[275], inicialmente, era visto como lugar de memória e, sobretudo, espaço propiciador das condições necessárias às atividades desenvolvidas na Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Assis, relacionadas à pesquisa. Ao transformar-se em Unidade Auxiliar, também passou a desenvolver atividades atinentes ao ensino e à extensão universitária, em âmbito geral, e específicas ao seu perfil, na área dos bens culturais e acervos documentais.

Nesse processo, a massa documental que compõe o seu acervo foi se ampliando e, no momento, reúne diversas espécies, tipologias e tipos documentais relacionados às áreas de memória histórica e literária (periódicos, documentos oficiais, documentações sonoras, visuais, iconográficas) efetivando a preservação dos bens culturais sob sua guarda, de espectro local, regional, nacional e internacional. Essa estruturação inicial foi propiciada pelo estabelecimento do convênio entre o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP) e a Universidade Estadual Paulista (UNESP) – que transferiu o Arquivo do Fórum da Comarca de Assis para o Cedap –; do convênio estabelecido com a Câmara Municipal de Assis, com a doação do Arquivo sobre Arte Primitiva "José Nazareno Mimessi" e do "Canto Libertário"; além da aquisição de diversas coleções de periódicos microfilmados e a constituição de uma hemeroteca centrada em periódicos alternativos e culturais. O recebimento de novas doações tem ampliado a sua importância, tais como: o Acervo pessoal do escritor João Antonio (guarda provisória), o Acervo Pessoal Nilo Odália, o Acervo Pessoal do crítico literário Alceu Amoroso Lima, composto de sua correspondência trocada com sua filha; e o Arquivo “Clippings da Editora Abril” – doado no início de 2012. Este acolhimento de documentos, das mais variadas categorias, tem sido contínuo, o que certamente vem propiciando condições amplas de pesquisa aos usuários e interessados em geral.

Em seguida, analisa-se as principais espécies, suportes, tipologias, tipos e gêneros documentais localizados no acervo do CEDAP.

[275] Universidade Estadual Paulista (UNESP). Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa. Disponível em: https://www.assis.unesp.br/#!/pesquisa/cedap/informacoes/historico/ Acesso em 31 de mai. 2024.

## Pastas

A seguir, serão analisados um conjunto de suportes documentais localizados no Acervo do CEDAP, a iniciar pelas pastas, conforme figura abaixo:

**Figura 130 - Pastas para documentos de arquivo**




**Fonte:** Acervo do CEDAP

Na figura acima, observa-se uma pasta, sendo este suporte um dos mais utilizados não apenas em partidos políticos, mas em acervos documentais em geral. Essas pastas são erroneamente e popularmente chamadas de “pasta de arquivo morto”.

## Recorte de Jornal

A seguir, observa-se um tipo documental encontrado comumente em acervos de associações político-partidárias, isto é, os recortes de jornais.

**Figura 131 - Entrevista de Eduardo Suplicy**



ELEIÇÕES

# Participação em primeiro lugar

**Com o apoio dos demais candidatos a candidatos do PT ao seu nome (veja abaixo a nota do Diretório Estadual), Eduardo Matarazzo Suplicy transformou-se no virtual candidato do partido à prefeitura de São Paulo. Nesta entrevista ao repórter Tarcísio Faria, ele fala das prioridades do partido e de seus planos para a prefeitura de São Paulo.**

**Com a decisão do D.R. você praticamente se tornou o candidato do partido à Capital.**

**Quais as suas prioridades?**

Minhas prioridades são as do partido, a serem definidas no Encontro da Capital, juntamente com o nome do candidato. Mas posso adiantar que a prioridade do PT será tornar a administração transparente aos olhos dos munícipes, devolvendo-lhes a cidadania plena, através de sua participação, não apenas na hora de votar no prefeito, mas sobretudo, decidindo sobre a utilização dos recursos disponíveis. No orçamento de 85 estão previstos recursos da ordem de aproximadamente Cr$ 500 a Cr$ 700 mil por habitante — recursos que são arrecadados de nós mesmos, mas jamais nos é dado o direito de participar da decisão de como utilizá-los. Temos ainda o compromisso de resgatar a dívida social, contraída ao longo de nossa história desde os tempos da escravidão, até nossos dias: segundo dados colhidos nas visitas que estamos realizando aos órgãos públicos do município, atualmente mais da metade da população vive em péssimas condições de habitação, transportes e educação — em níveis abaixo de uma média compatível com uma cidade que é a mais rica do país, e possui uma renda per-capita equivalente à de países desenvolvidos.

**Fazer o quê?**

O PT realizou em março abril passados um Seminário de Alternativas Políticas para a Capital, que trouxe algumas idéias e experiências para o conjunto do partido discutir, e que serão debatidas no Encontro da Capital, como por exemplo o detalhamento de uma anti-proposta do partido — os conselhos populares. A idéia é que sejam eleitos pelo conjunto dos administrados regionais, que tenham caráter deliberativo. Essa proposta nos coloca o desafio de governarmos com os administradores possíveis administrados ao vinculados ao partido, desafio que nos propomos e aceitamos. Quanto à questão da administração pública em si, é de dizer que o partido já tem alguma experiência (a Diadema, reconhecendo os erros cometidos,



Eduardo Suplicy

mas temos dado exemplos significativos, como no setor de transportes onde fomos a primeira administração a fazer valer de fato a participação de usuários, motoristas e cobradores, empresários e a própria prefeitura; na questão da urbanização das favelas, nas visitas que realizei, considero incomparável o trabalho realizado lá e o implantado aqui na capital; e atualmente estão discutindo o orçamento municipal em 18 bairros. Precisamos deixar claro: nós temos propostas viáveis que não tem o devido espaço nos meios de comunicação, devido aos interesses que estes representam.

**Agora como resolver todos estes problemas com o atual orçamento?**

Em primeiro lugar, é preciso uma reforma tributária. Pois não é possível que o BNH, por exemplo, que é um banco social, envie a S.Paulo apenas 2% de seu orçamento. Precisamos rever também a questão dos impostos, pois os que hoje existem, não são justos; ricos e pobres sofrem a mesma carga tributária. Quanto à transparência administrativa, significa que vamos junto com a população diagnosticar as necessidades, seus custos e os recursos que dispusermos para decidirmos — administração e municípes — onde e o que realizaremos em primeiro lugar.

**Como você vê a tática eleitoral do PT? O partido pode se coligar?**

Veja, o PT defende as eleições em dois turnos como uma forma mais democrática de eleições; isto porque elas possibilitam aos partidos se apresentarem com suas próprias ideias, sem cairmos no discurso do voto útil, que prega o mal menor. Nos dois turnos, caso nenhum candidato obtenha a maioria (50% + 1) votos, apenas entre os dois primeiros colocados, o que abre perspectivas de coligações.

**O Sr. Jânio Quadros tem dito que a postura do PT é oportunista, é?**

Não, a posição do PT não é apenas para essas eleições, é uma proposta de aprimoramento da sociedade, no caminho da construção da democracia de fato. Também é preciso esclarecer que estamos discutindo nossas propostas políticas, por que as consideramos alternativas que possibilitam criar uma oposição mais conseqüente; nunca negociaremos em cima de cargos. Mas o combate que o Sr. ex-presidente faz a nossa proposta é por falta de confiança em suas possibilidades nessa forma de eleição, e também pela própria experiência de seu partido, o PTB. Afinal, não foram eles que negociaram com o governo o apoio ao decreto 2065 (lei salarial) por cargos na COBAL, que deveria ser administrada com a maior seriedade, mas que virou um antro de corrupção? Aliás, falando em corrupção, eu pergunto ao candidato do PTB: se ele se dispõe a eliminá-la, como este pode então aceitar o apoio do Sr. Delfim Neto, figura por demais conhecida de todos nós?

**E os outros candidatos? O PMDB, por exemplo?**

Bem, eles ainda não estão totalmente definidos, mas creio que o PMDB, nosso principal adversário, caso fosse realmente um partido democrático, deveria realizar prévias, como fariamos nós se tivéssemos diversos postulantes e candidatos como eles. Talvez nos confrontemos com o senador Fernando Henrique Cardoso, com quem tivemos grande afinidade durante a campanha de 78, mas os compromissos assumidos pelo senador e seu partido, os afastou daqueles postulados que defendíamos. Não apenas eu, mas diversos companheiros, até o próprio Lula...

São Paulo

Editorial

## Uma campanha para fortalecer o PT

*Há cinco meses das eleições nas capitais - cuja importância é desnecessário ressaltar novamente -, o PT de São Paulo toma uma série de iniciativas para sair na frente na campanha. É cuida para que esta, afinal, resulte num saldo positivo para o avanço das conquistas, da organização dos trabalhadores e para a consolidação da proposta partidária.*

*Assim é que, dando seqüência às propostas formuladas no Seminário de Alternativas Políticas para o Município de São Paulo, caminhamos hoje para a definição, no Encontro da Capital, de uma plataforma de governo e de um plano de lutas. Com o programa de governo, abrimos possibilidades para melhorar as condições de vida do povo e para estimular sua organização, contribuindo desse modo para alterar a nosso favor a correlação de forças na sociedade. Articulado à plataforma de governo, temos o plano de lutas, que, partindo da situação atual dos movimentos sociais, estabelece objetivos para se modificarem as condições atuais, de sorte a tornar viáveis as reivindicações que, de imediato, não o são.*

*Munido de um amplo diagnóstico crítico sobre a capital e a administração Covas-Montoro, mas também trabalhando com um amplo leque de propostas alternativas, o PT, portanto, vai apresentar-se aos eleitores como um partido que não apenas está credenciado a governar, mas que aspira ao poder para realizar seu projeto de transformação global da sociedade. Além disso e diferentemente de outros partidos -, o PT parte para a disputa unido em torno de uma candidatura consensual, representativa das bases e com receptividade junto a todos os setores da população. Finalmente, deverá sair do Encontro da Capital com uma direção (o Conselho Político) capaz de fortalecer o partido e de impulsionar a campanha eleitoral, fazendo com que ela se ramifique desde o Comitê até as vilas e bairros da periferia.*

A tática, as formas e o ritmo da campanha deverão ser definidos no Encontro e conduzidos pelo Comitê Diretivo. Desde já, porém, é importante deixar claro que o PT terá de fazer uma campanha ampla, aberta, massiva e de luta, como uma via para impulsionar o poder popular no âmbito metropolitano. Nesse contexto, é tarefa inadiável dos militantes petistas pôr-se a campo para travar o debate de nossas propostas com a população, recolher suas demandas e organizá-la não somente para o momento das eleições, mas para que possa influir e participar, conscientemente, da política e do poder.

Não será fácil darmos conta de todas as tarefas. Até porque, do jeito como entendemos a campanha eleitoral, teremos de ser capazes de combiná-la com as lutas sociais, que nos cabe politizar. Será necessário, ainda, garantir sua articulação com o processo de afirmação do PT, que prossegue. E, inclusive, será preciso considerar que as eleições da capital (e num certo sentido também as das cidades consideradas áreas de segurança nacional) se constituirão num primeiro julgamento do governo da Aliança Democrática e das forças que lhe dão sustentação local.

Cabe ao PT, portanto, nesta conjuntura, enfrentar e vencer o desafio de, no plano eleitoral, alcançar uma base de apoio para continuar combatendo os planos de se estabelecer no país, através de uma Constituinte fajuta, um simulacro de democracia. Frente a continuidade da política econômica recessiva e de submissão ao FMI; contra o voto útil com que o PMDB mais uma vez acena para a população, em oposição radical aos projetos direitistas do velho populismo janista, o PT oferece sua proposta de construir uma alternativa popular, aberta a todos os setores e forças políticas que se opõem à transição conservadora em curso.

Rui Falcão

## Diretório encaminha Suplicy

"Após dois meses de intensos debates nos diretórios, entre companheiros que pleiteavam a indicação do PT para concorrer à Prefeitura de São Paulo, o Diretório Estadual constata hoje que o quadro partidário é de coesão interna e de avanço na formulação de uma plataforma alternativa de governo e na elaboração de um plano de lutas.

"Nesse período, o PT se fortaleceu, ampliou o debate interno através do livre confronto de idéias entre candidatos e filiados e, graças a este clima democrático, consolida agora a unidade partidária para o embate eleitoral de 15 de novembro. Esta unidade, em termos de candidatura, se expressa hoje na pessoa do companheiro deputado federal Eduardo Suplicy.

"Apontado com destaque nas pesquisas de opinião, antes mesmo de submeter seu nome à apreciação do partido, o companheiro Suplicy torna-se agora — em virtude de sua combativa militância, de sua competente atuação parlamentar e de seu inquestionável prestígio junto às bases da Capital — candidato de consenso também dos que, como ele, foram indicados por diretórios e núcleos para disputar as prévias do PT. Consultados pela Executiva Estadual na última semana, os companheiros Hélio Bicudo, Irma Passoni, Luiza Erundina e Plínio de Arruda Sampaio — todos com amplo trânsito no partido e em condições de postular a Prefeitura — hipotecaram irrestrito apoio à candidatura do deputado Suplicy.

"Considerando que acaba de expirar o prazo para inscrição de candidatos à consulta, sem que outra candidatura se apresentasse além da do companheiro Suplicy, o Diretório Estadual decide suspender a prévia dia 16 de junho. E resolve encaminhar ao Encontro da Capital, o qual também deverá indicar o candidato do partido a vice prefeito, para manifestação soberana dos delegados, o nome do companheiro Eduardo Suplicy como candidato do PT à Prefeitura de São Paulo, sem prejuízo de outras indicações, a partir dos Encontros Distritais do dia 16.06."

3

**Fonte:** Acervo do CEDAP, s/d

Na figura acima, observa-se um recorte de jornal, sendo este um dos tipos documentais mais produzidos pelos partidos políticos. Dessa maneira, é possível notar a imagem de Eduardo Suplicy, atualmente Deputado Estadual pelo PT/SP.

## Revistas

A seguir, observa-se um tipo documental comumente produzido pelos partidos políticos, ou seja, as revistas.

**Figura 132 - Revista do PT**



ANO V
Nº 29
JUNHO
DE 1985

Órgão Oficial do Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores de São Paulo

PT São Paulo

Cr$ 500

Eleições para prefeito:

# É hora de ir prá rua

Tarcísio Geraldo Faria

Desde o começo deste mês, o Diretório Estadual já está tomando as providências para colocar o PT na rua, na campanha para a prefeitura de São Paulo. Está sendo formado um Comitê Diretivo, sustentado por organismos vinculados à base, com a tarefa de dirigir unificadamente a campanha do partido. Além disso, serão realizadas nas próximas semanas reuniões setoriais, para a formação dos sub-comitês de finanças, comunicação e mobilização, entre outros. Também está sendo preparado um programa de TV estadual, para ir ao ar no dia 5 de agosto. **Pág. 3.**

## Ninguém pode faltar nestes encontros

O sucesso da campanha do partido para as eleições de São Paulo depende, em grande parte, da mobilização para os encontros distritais, que serão realizados dia 16, na capital. Nesta oportunidade, os filiados deverão discutir e deliberar sobre a seguinte pauta: Conjuntura e Tática Eleitoral; Plataforma de governo para São Paulo; Renovação dos diretórios; Eleição do Conselho Político da Capital; Escolha do candidato a prefeito e a vice à prefeitura de São Paulo. A presença de todos os filiados é indispensável para que o partido possa se armar, na plenitude de suas forças, para uma difícil campanha eleitoral. A mesma coisa pode-se dizer do Encontro da Capital, que será realizado nos dias 28, 29 e 30 de junho, na Escola Estadual Santa Rita de Cássia (R. Baltazar Lisboa, 87 — Vila Mariana). Lá, além de escolher os nossos candidatos a prefeito e vice, vamos votar uma plataforma para São Paulo e eleger o Conselho Político da Capital.

O calendário do PT se completa com a realização dos encontros municipais, no dia 30 de junho, e do Encontro Estadual nos dias 24 e 25 de agosto. Nesta ocasião, além de renovar as direções de nossos diretórios, vamos rediscutir a política do partido para o novo momento político, abordando temas cruciais como a campanha da Constituinte, a luta contra o autoritarismo e a política econômica do governo.

**Fonte:** Acervo do CEDAP (1985).

Na figura acima, observa-se um revista produzida pelo próprio partido. Nos dias de hoje, com a popularização das redes sociais, os partidos não divulgam suas atividades por meio de revistas em suporte físico ou jornais como antes, já que o acesso às redes sociais é mais rápido e efetivo.

**Figura 133 - Revista da Veja**




**Fonte:** Acervo do CEDAP (1988).

Em síntese, o Acervo do CEDAP apresenta uma organicidade do ponto de vista arquivístico, já que dispõe de políticas documentais, políticas de conservação e preservação, assim como instrumentos de gestão e pesquisa. Vale recordar que o CEDAP é um centro de documentação, assim, esses instrumentos e políticas documentais já estão consolidados arquivísticamente.

**Descrição do acervo com base na norma Nobrade**

## 1 Área de identificação

### 1.1 Código de referência

BR - PT

Partido dos Trabalhadores (Brasil)

### 1.2 Título

Acervo do Partido dos Trabalhadores

### 1.3 Data(s)

1968-1985

### 1.4 Nível de descrição

Fundo (1)

### 1.5 Dimensão e suporte

Textuais, bibliográficos, audiovisuais, iconográficos, fotografias.

## 2 Área de contextualização

### 2.1 Nome(s) dos produtor(es)

Partido dos Trabalhadores.

### 2.2 História administrativa / biografia

Dado não informado.

### 2.3 História arquivística

Natureza Jurídica: privada

Classificação: fundo

**2.4 Procedência**

Documentação recolhida de diretórios estaduais, municipais, comissões provisórias e doados por militantes, filiados, simpatizantes ou outros movimentos sociais.

**3 Área de conteúdo e estrutura**

**3.1 Âmbito e conteúdo**

A documentação retrata os principais fatos e acontecimentos históricos ocorridos no período da Ditadura Militar e do surgimento do partido.

Principais documentos localizados no acervo: jornais e recortes de jornais, pastas, revistas.

Principais atividades registradas: Atos políticos, mobilizações, manifestações, reuniões, ato de campanha eleitoral, visitas de autoridades e lideranças políticas, panfletagem, plenária municipal, encontro partidário, comício eleitoral.

**3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade**

O Acervo do Partido dos Trabalhadores que se encontra em custódia do Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa possui plano de classificação e tabela de temporalidade.

**3.3 Incorporações**

Recolhimento por meio de outros diretórios do Partido dos Trabalhadores, centrais sindicais e movimentos sociais.

**3.4 Sistema de arranjo**

Dado não informado.

**4 Área de condições de acesso e uso**

### 4.1 Condições de acesso

Acesso permitido a estudantes, pesquisadores e a comunidade acadêmica e externa.

### 4.2 Condições de reprodução

Digitalização e microfilmagem

### 4.3 Idioma

Português

### 4.4 Características físicas e requisitos técnicos

Em geral, a documentação apresenta boas condições físicas e materiais.

### 4.5 Instrumentos de pesquisa

O Acervo do Partido dos Trabalhadores que se encontra em custódia do Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa possui instrumentos de pesquisa: guia.

## 5 Área de fontes relacionadas

### 5.1 Existência e localização dos originais

A demais documentação do PT de Marília pode ser recuperada ou está em custódia no Diretório Nacional (Fundação Perseu Abramo e Centro Sérgio Buarque de Holanda), Diretório Municipal de Marília, Diretório Municipal de Tupã, Diretório Municipal de Taubaté, Diretório Municipal de Jacareí, Diretório Municipal de Lins, Diretório Municipal de Penápolis, Diretório Municipal de Garça, Diretório Municipal de Bauru, Diretório Municipal de São José do Rio Preto, Instituto de Estudos Brasileiros (Universidade de São Paulo), Diretório Municipal de Osasco, Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Universidade Estadual Paulista - Campus de Assis), Arquivo Público do estado de São Paulo (APESP) e no Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM).

### 5.2 Existência e localização de cópias

A demais documentação do PT de Marília pode ser recuperada ou está em custódia no Diretório Nacional (Fundação Perseu Abramo e Centro Sérgio Buarque de Holanda), Diretório Municipal de Marília, Diretório Municipal de Tupã, Diretório Municipal de Taubaté, Diretório Municipal de Jacareí, Diretório Municipal de Lins, Diretório Municipal de Penápolis, Diretório Municipal de Garça, Diretório Municipal de Bauru, Diretório Municipal de São José do Rio Preto, Instituto de Estudos Brasileiros (Universidade de São Paulo), Diretório Municipal de Osasco, Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Universidade Estadual Paulista - Campus de Assis), Arquivo Público do estado de São Paulo (APESP) e no Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM).

### 5.3 Unidades de descrição relacionadas

### 5.4 Nota sobre publicação

## 6 Área de notas

### 6.1 Notas sobre conservação

Documentação em bom estado de conservação e preservação.

### 6.2 Notas gerais

Documentação dispersa, caracterizando a fragmentação documental, assim como a falta de peças documentais.

## 7 Área de controle da descrição

### 7.1 Nota do arquivista

Embora o diretório de Lins não possua um acervo físico, a documentação mantém-se junto a sua militância, que adota um padrão de organização e preservação própria, ou seja, essa prática não está baseada em diretrizes arquivísticas.

### 7.2 Regras ou convenções

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G): norma geral internacional de descrição arquivística, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 119 p. (Publicações técnicas, n. 49).

### 7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)

novembro-dezembro de 2024.

## 8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

### 8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

Partido dos Trabalhadores; PT; Partido dos Trabalhadores de Assis; Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Assis; Centrais Sindicais; Central Única dos Trabalhadores; CUT; Movimentos Sociais.

Dando continuidade no processo de análise e diagnósticos de acervos documentais do PT no estado de São Paulo, será analisado o Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM), localizado na capital do estado.

## Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista

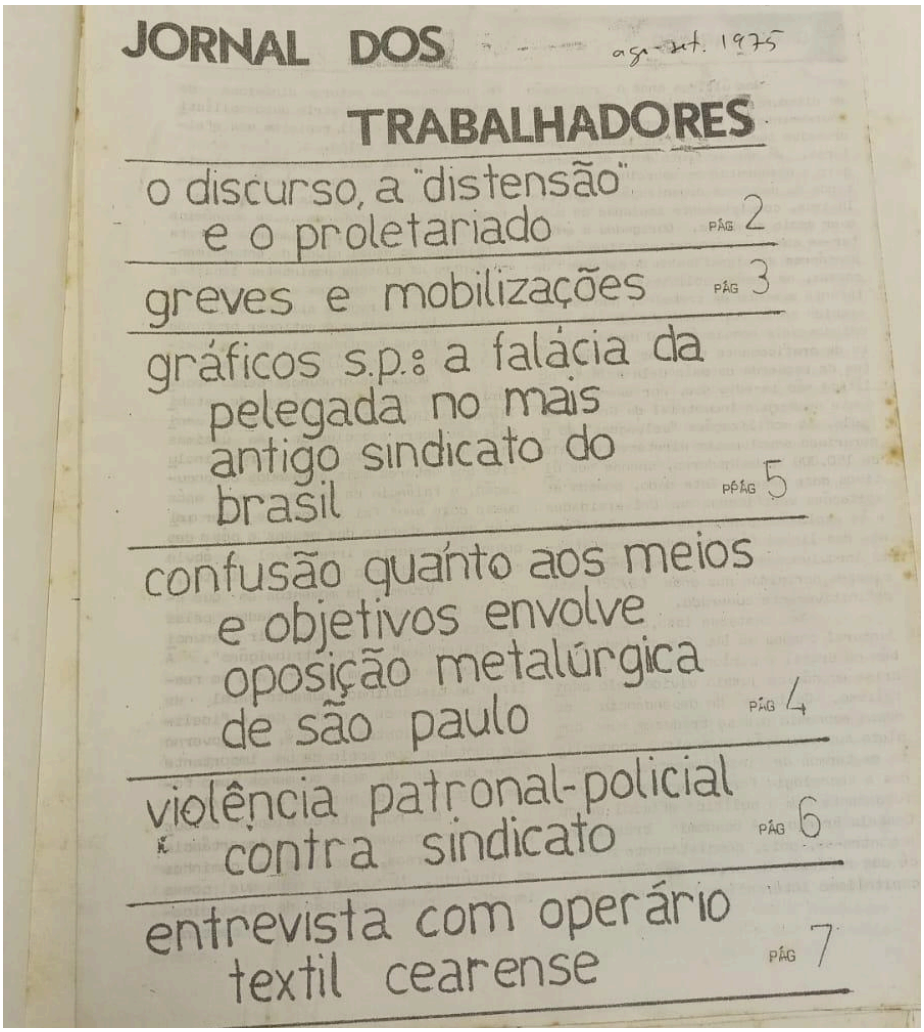
O CEDEM é uma coordenadoria da UNESP, voltada para os estudos de história, memória e documentação. A instituição possui um importante acervo sobre a memória política brasileira, especialmente no que diz respeito ao século XX e à memória da Universidade.

A iniciar pelos recortes de jornais, sendo este um dos tipos documentais mais produzidos e que foram localizados em acervos de partidos políticos, sobretudo o do PT.

## Recortes de Jornais

Assim como foram localizados em diretórios do PT e em instituições documentais como o IEB e o CEDAP, no CEDEM, também foram recuperados inúmeros recortes de jornais, conforme serão verificados abaixo:

**Figura 134 - Jornal dos Trabalhadores**



JORNAL DOS TRABALHADORES

ag-set. 1975

o discurso, a "distensão" e o proletariado PÁG 2

greves e mobilizações PÁG 3

gráficos s.p.: a falácia da pelegada no mais antigo sindicato do brasil PÁG 5

confusão quanto aos meios e objetivos envolve oposição metalúrgica de são paulo PÁG 4

violência patronal-policial contra sindicato PÁG 6

entrevista com operário textil cearense PÁG 7

**Fonte:** Acervo do CEDEM, s/d

Na figura acima, observa-se um recorte de jornal, sendo este um dos documentos mais produzidos pelos partidos políticos. Neste caso, este documento trata de uma discussão sobre os sindicatos de trabalhadores.

**Figura 135 - Boletim Informativo do PT**



FUNDO CEMAP
LP P1/699

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DO
★ PT – CAMPINAS
R. FERREIRA PENTEADO, 947
FONE (0192) 2-8153 - CEP 13100
CAMPINAS – SP

OPTEI

ANO I 08 A 23 DE MAIO Nº 07

## recados

### A FESTA É NOSSA!

Para os trabalhadores militantes e simpatizantes do PT – Campinas, o 1º de maio terminou com uma animada festa de inauguração da sede do partido. O grupo de Mulheres da Periferia montou uma barraca de quentão e cachorro quente, destinando 10% das vendas para a nova sede. A batucada e a cerveja foram garantidas pelo partido a preço bem razoável. . .

☆ ★ ☆

### AUTONOMIA FINANCEIRA

Essa é a palavra de ordem do jornal Optei. Queremos que o nosso jornal se auto-sustente e se torne cada vez mais ágil a cada edição (mesmo **Extra** ou **Recortes**) – independente da Secretaria de Finanças ter dinheiro em caixa ou não. Para isso estamos lançando uma assinatura de solidariedade, cujo preço mínimo é . . . . . Cr$ 2.000,00. Telefone, escreva ou procure a Sede do PT para fazer sua assinatura.

PS. Em caso de cartas, mandar cheque nominal (para o Partido dos Trabalhadores, nome, endereço e profissão). Vamos construir um jornal que possa responder – de fato – ao crescimento do partido.

☆ ★ ☆

### NOTÍCIAS DO M. E.

Algumas pessoas tem nos cobrado notícias mais regulares do movimento estudantil. Aproveitamos para lembrar que o Optei – desde o seu projeto original – tem um espaço reservado às lutas estudantis e pedir aos estudantes que nos enviem informes de suas lutas. . .

☆ ★ ☆

Muita gente está esquecendo de pagar a contribuição ao partido. Quem tiver nessa situação ou, por outro motivo qualquer, deixou de colaborar – havendo se comprometido anteriormente – deve comparecer ao partido para conversar com o tesoureiro. É fundamental saber com quanto podemos contar.

# SERVIDORES: A GREVE NA USP E UNICAMP

Os quinze mil servidores da USP e os quatro mil da UNICAMP estão em greve desde, respectivamente, os dias 10 e 13 de Abril.

As reivindicações principais dos servidores da USP são: complementação salarial de 57% retroativa a 1º de Março; piso salarial de dois salários mínimos e meio; e criação de um plano de carreira. Por sua vez os servidores da Unicamp reivindicam: reajuste imediato de 70% retroativo a Março; 100% do INPC mais um percentual a título de reposição das perdas sofridas nos últimos anos, em Julho; fim da repressão interna; contratação por tempo indeterminado para os trabalhadores da construção civil; entre uma série de outras reivindicações específicas.

Tanto o governo Montoro como os reitores, Antonio Hélio Guerra Vieira da USP e José Pinotti da Unicamp, tem se mostrado intransigentes para negociar as reivindicações. Não podemos esquecer que os dois reitores foram colocados arbitrariamente pelo sr. Paulo Maluf.

No caso da Unicamp, o sr. José Pinotti, não aceita sequer: abrir negociação enquanto os funcionários estiverem em greve; manter conversações com a comissão de negociação, legítima representante do movimento, só aceita negociar com a diretoria da Assuc; e só toma medidas para dividir e demobilizar os funcionários, com mentiras atrás de mentiras. Uma das atitudes do reitor, foi atrasar o dia de pagamento. É uma forma de pressão para que as pessoas voltem ao trabalho. Isto tudo só reforça a necessidade da eleição direta para reitor.

Um fato a destacar é o comportamento da atual diretoria da Assuc, que tem se mostrado incapaz de dirigir o movimento, chegando inclusive a ser vaiada pelos funcionários em algumas assembléias, por atitudes desmobilizadoras.

O movimento grevista se, por um lado, é forte, pois mostra a disposição de luta dos funcionários, na conquista de suas reivindicações. Por outro, mostra fraqueza, pois não consegue estruturar um comando de greve com capacidade de orientar o movimento, com clareza. O comando não tem sido fruto de uma sólida representação e organização de cada unidade ou setor da universidade, através da eleição de representantes.

Deste modo o comando tem passado uma orientação insegura para os funcionários em greve. Além disto o movimento se encontra com um certo isolamento, na medida que outros setores do funcionalismo não aderiram à greve.

A greve tem mostrado aspectos importantes. Em primeiro, a insensibilidade do governo Montoro para com a terrível situação salarial do funcionalismo público. Demonstrando que não veio "para mudar", mas sim para piorar.

E, em segundo, que dada esta inflexibilidade do governo e reitores, é necessário um nível maior de articulação e organização do conjunto do funcionalismo público, para arrancar as reivindicações deste governo "democrático."





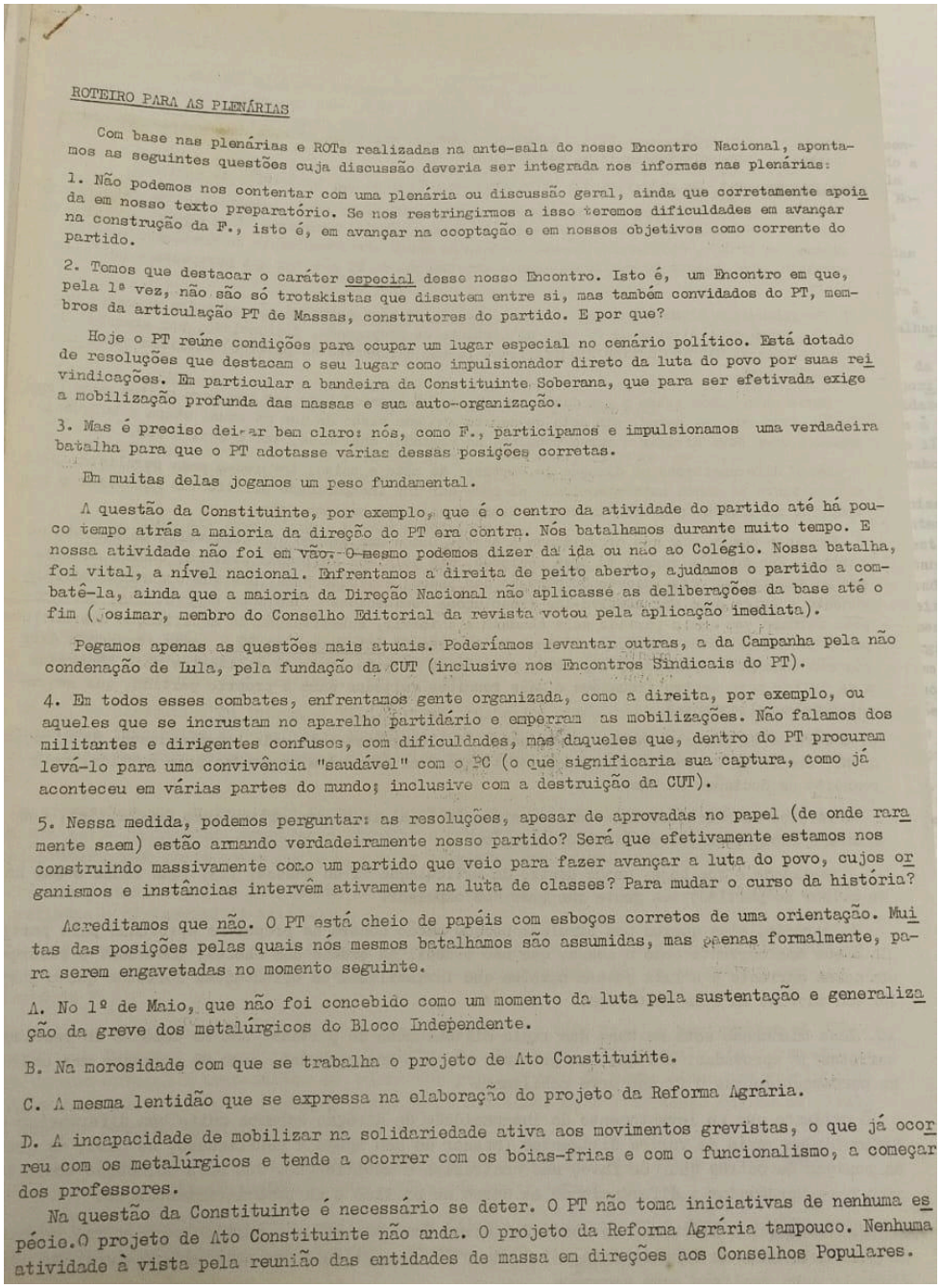

**Fonte:** Acervo do CEDEM, s/d

Na figura acima, observa-se um boletim informativo sobre o movimento grevista dos trabalhadores da USP e da UNICAMP.

## Roteiros para plenárias

A seguir, analisa-se um documento que até então não é muito comum em partidos políticos, ou seja, o roteiro para plenárias partidárias.

**Figura 136: Roteiro para plenárias partidárias**



ROTEIRO PARA AS PLENÁRIAS

Com base nas plenárias e ROTs realizadas na ante-sala do nosso Encontro Nacional, apontamos as seguintes questões cuja discussão deveria ser integrada nos informes nas plenárias:

1. Não podemos nos contentar com uma plenária ou discussão geral, ainda que corretamente apoiada em nosso texto preparatório. Se nos restringirmos a isso teremos dificuldades em avançar na construção da F., isto é, em avançar na cooptação e em nossos objetivos como corrente do partido.

2. Temos que destacar o caráter especial desse nosso Encontro. Isto é, um Encontro em que, pela 1ª vez, não são só trotskistas que discutem entre si, mas também convidados do PT, membros da articulação PT de Massas, construtores do partido. E por que?

Hoje o PT reúne condições para ocupar um lugar especial no cenário político. Está dotado de resoluções que destacam o seu lugar como impulsionador direto da luta do povo por suas reivindicações. Em particular a bandeira da Constituinte Soberana, que para ser efetivada exige a mobilização profunda das massas e sua auto-organização.

3. Mas é preciso deixar bem claro: nós, como F., participamos e impulsionamos uma verdadeira batalha para que o PT adotasse várias dessas posições corretas.

Em muitas delas jogamos um peso fundamental.

A questão da Constituinte, por exemplo, que é o centro da atividade do partido até há pouco tempo atrás a maioria da direção do PT era contra. Nós batalhamos durante muito tempo. E nossa atividade não foi em vão. O mesmo podemos dizer da ida ou não ao Colégio. Nossa batalha, foi vital, a nível nacional. Enfrentamos a direita de peito aberto, ajudamos o partido a combatê-la, ainda que a maioria da Direção Nacional não aplicasse as deliberações da base até o fim (Josimar, membro do Conselho Editorial da revista votou pela aplicação imediata).

Pegamos apenas as questões mais atuais. Poderíamos levantar outras, a da Campanha pela não condenação de Lula, pela fundação da CUT (inclusive nos Encontros Sindicais do PT).

4. Em todos esses combates, enfrentamos gente organizada, como a direita, por exemplo, ou aqueles que se incrustam no aparelho partidário e emperram as mobilizações. Não falamos dos militantes e dirigentes confusos, com dificuldades, mas daqueles que, dentro do PT procuram levá-lo para uma convivência "saudável" com o PC (o que significaria sua captura, como já aconteceu em várias partes do mundo; inclusive com a destruição da CUT).

5. Nessa medida, podemos perguntar: as resoluções, apesar de aprovadas no papel (de onde raramente saem) estão armando verdadeiramente nosso partido? Será que efetivamente estamos nos construindo massivamente como um partido que veio para fazer avançar a luta do povo, cujos organismos e instâncias intervêm ativamente na luta de classes? Para mudar o curso da história?

Acreditamos que não. O PT está cheio de papéis com esboços corretos de uma orientação. Muitas das posições pelas quais nós mesmos batalhamos são assumidas, mas apenas formalmente, para serem engavetadas no momento seguinte.

A. No 1º de Maio, que não foi concebido como um momento da luta pela sustentação e generalização da greve dos metalúrgicos do Bloco Independente.

B. Na morosidade com que se trabalha o projeto de Ato Constituinte.

C. A mesma lentidão que se expressa na elaboração do projeto da Reforma Agrária.

D. A incapacidade de mobilizar na solidariedade ativa aos movimentos grevistas, o que já ocorreu com os metalúrgicos e tende a ocorrer com os bóias-frias e com o funcionalismo, a começar dos professores.

Na questão da Constituinte é necessário se deter. O PT não toma iniciativas de nenhuma espécie. O projeto de Ato Constituinte não anda. O projeto da Reforma Agrária tampouco. Nenhuma atividade à vista pela reunião das entidades de massa em direções aos Conselhos Populares.

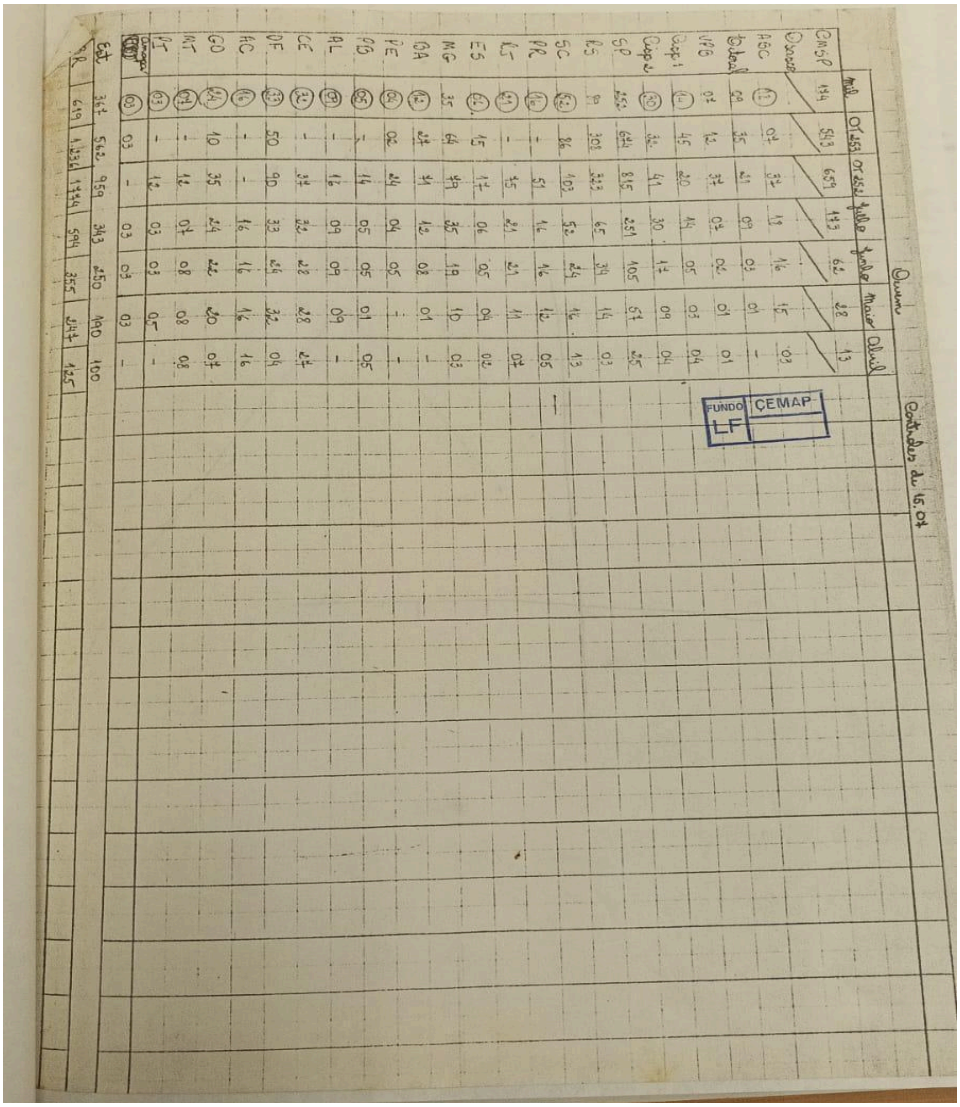
**Fonte:** Acervo do CEDEM, s/d

Na figura acima, observa-se um roteiro de plenárias, ou seja, refere-se a um procedimento que visa aprimorar, embasar e orientar algumas atividades partidárias.

## Planilhas

A seguir, verifica-se um dos tipos documentais mais produzidos pelos partidos políticos brasileiros, ou seja, as planilhas financeiras.

**Figura 137 - Planilhas Financeiras**




**Fonte:** Acervo do CEDEM, s/d

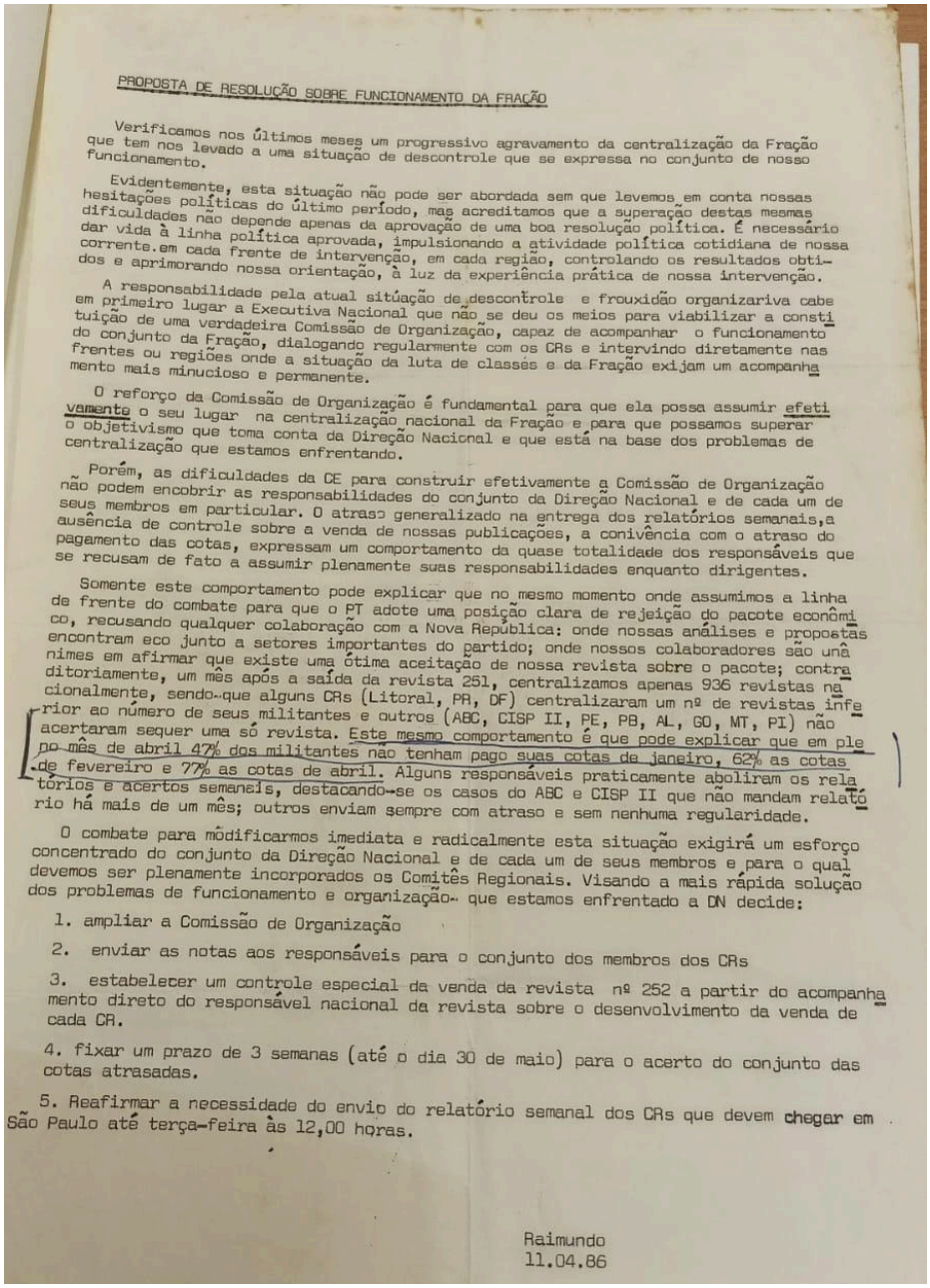
Na figura acima, observa-se uma planilha financeira, que assim como foi localizado em diretórios do PT, foram localizados também no Acervo do CEDEM.

A seguir, verifica-se um outro tipo documental produzido pelo PT e encontrado no Acervo do CEDEM, ou seja, a proposta de resolução interna.

## Proposta de resolução

Considerado um documento interno, a proposta de resolução refere-se a um tipo documental bastante comum no contexto dos partidos políticos, e no caso do PT, isso não é muito diferente. Desse modo, esse documento de caráter deliberativo, em via de regra, é aprovado pelos militantes e pela direção em encontros, plenárias, convenções e congressos partidários.

**Figura 138 - Proposta de resolução interna**



PROPOSTA DE RESOLUÇÃO SOBRE FUNCIONAMENTO DA FRAÇÃO

Verificamos nos últimos meses um progressivo agravamento da centralização da Fração que tem nos levado a uma situação de descontrole que se expressa no conjunto de nosso funcionamento.

Evidentemente, esta situação não pode ser abordada sem que levemos em conta nossas hesitações políticas do último período, mas acreditamos que a superação destas mesmas dificuldades não depende apenas da aprovação de uma boa resolução política. É necessário dar vida à linha política aprovada, impulsionando a atividade política cotidiana de nossa corrente.em cada frente de intervenção, em cada região, controlando os resultados obtidos e aprimorando nossa orientação, à luz da experiência prática de nossa intervenção.

A responsabilidade pela atual situáção de descontrole e frouxidão organizariva cabe em primeiro lugar a Executiva Nacional que não se deu os meios para viabilizar a constituição de uma verdadeira Comissão de Organização, capaz de acompanhar o funcionamento do conjunto da Fração, dialogando regularmente com os CRs e intervindo diretamente nas frentes ou regiões onde a situação da luta de classes e da Fração exijam um acompanhamento mais minucioso e permanente.

O reforço da Comissão de Organização é fundamental para que ela possa assumir efetivamente o seu lugar na centralização nacional da Fração e para que possamos superar o objetivismo que toma conta da Direção Nacional e que está na base dos problemas de centralização que estamos enfrentando.

Porém, as dificuldades da CE para construir efetivamente a Comissão de Organização não podem encobrir as responsabilidades do conjunto da Direção Nacional e de cada um de seus membros em particular. O atraso generalizado na entrega dos relatórios semanais,a ausência de controle sobre a venda de nossas publicações, a conivência com o atraso do pagamento das cotas, expressam um comportamento da quase totalidade dos responsáveis que se recusam de fato a assumir plenamente suas responsabilidades enquanto dirigentes.

Somente este comportamento pode explicar que no mesmo momento onde assumimos a linha de frente do combate para que o PT adote uma posição clara de rejeição do pacote econômico, recusando qualquer colaboração com a Nova República: onde nossas análises e propostas encontram eco junto a setores importantes do partido; onde nossos colaboradores são unânimes em afirmar que existe uma ótima aceitação de nossa revista sobre o pacote; contraditoriamente, um mês após a saída da revista 251, centralizamos apenas 936 revistas nacionalmente, sendo-que alguns CRs (Litoral, PR, DF) centralizaram um nº de revistas inferior ao número de seus militantes e outros (ABC, CISP II, PE, PB, AL, GO, MT, PI) não acertaram sequer uma só revista. Este mesmo comportamento é que pode explicar que em ple no mês de abril 47% dos militantes não tenham pago suas cotas de janeiro, 62% as cotas de fevereiro e 77% as cotas de abril. Alguns responsáveis praticamente aboliram os relatórios e acertos semanais, destacando-se os casos do ABC e CISP II que não mandam relatório há mais de um mês; outros enviam sempre com atraso e sem nenhuma regularidade.

O combate para modificarmos imediata e radicalmente esta situação exigirá um esforço concentrado do conjunto da Direção Nacional e de cada um de seus membros e para o qual devemos ser plenamente incorporados os Comitês Regionais. Visando a mais rápida solução dos problemas de funcionamento e organização- que estamos enfrentado a DN decide:

1. ampliar a Comissão de Organização
2. enviar as notas aos responsáveis para o conjunto dos membros dos CRs
3. estabelecer um controle especial da venda da revista nº 252 a partir do acompanhamento direto do responsável nacional da revista sobre o desenvolvimento da venda de cada CR.
4. fixar um prazo de 3 semanas (até o dia 30 de maio) para o acerto do conjunto das cotas atrasadas.
5. Reafirmar a necessidade do envio do relatório semanal dos CRs que devem chegar em São Paulo até terça-feira às 12,00 horas.

Raimundo
11.04.86

**Fonte:** Acervo do CEDEM (1986).

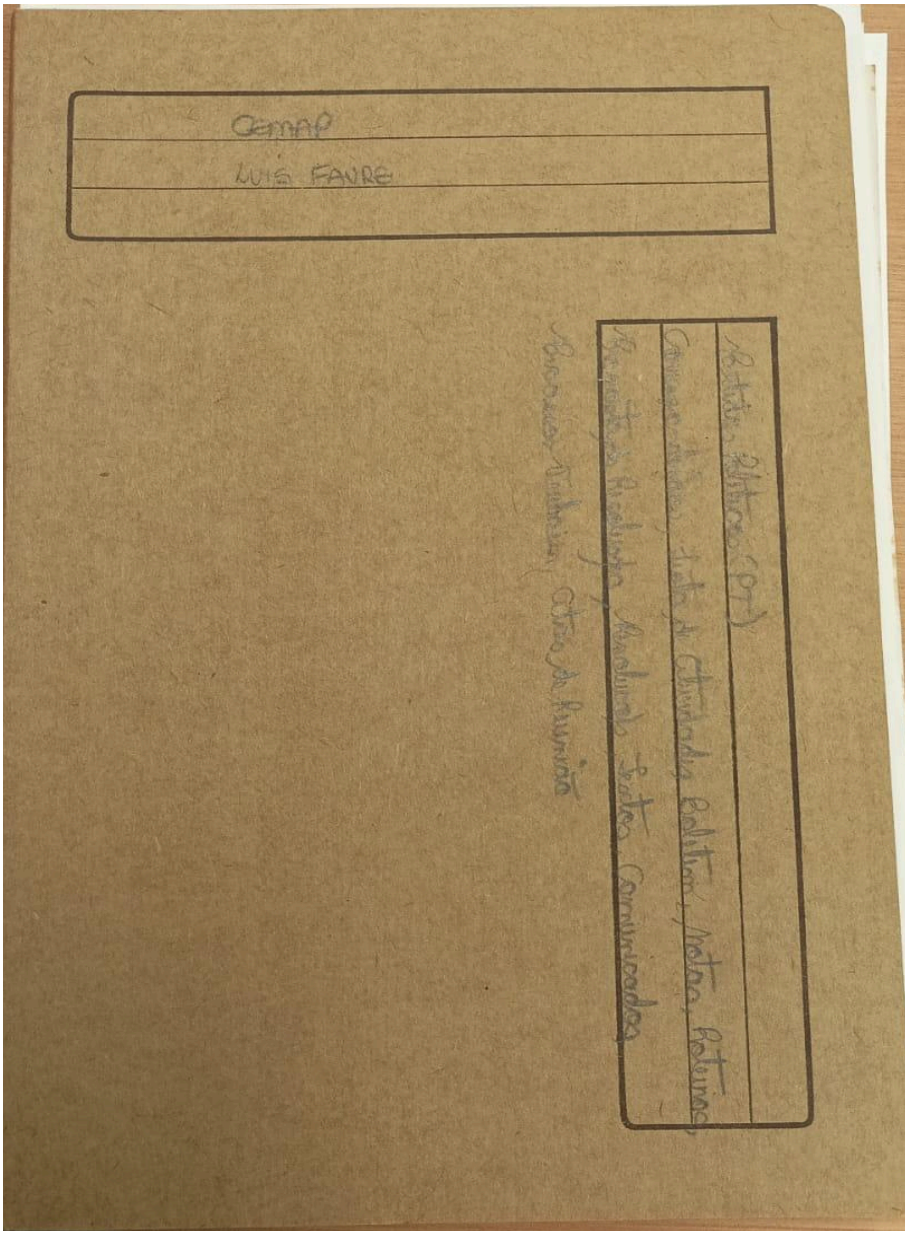
Na figura acima, observa-se uma proposta de resolução interna, datada de 1986, proposta pelo PT, que diz respeito ao funcionamento da fração.

A seguir, observa-se um dos suportes que armazenam as espécies e tipos documentais mais encontrados em arquivos de partidos políticos, assim como em arquivos de instituições tradicionais, isto é, as pastas-arquivo.

**Pastas-arquivo**

Assim como foi localizado na maior parte dos diretórios do PT e nas instituições documentais que custodiam a documentação do partido, no Acervo do CEDEM, foram encontradas inúmeras pastas-arquivo.

**Figura 139 - Pastas para documentos de arquivo**




**Fonte:** Acervo do CEDEM, s/d

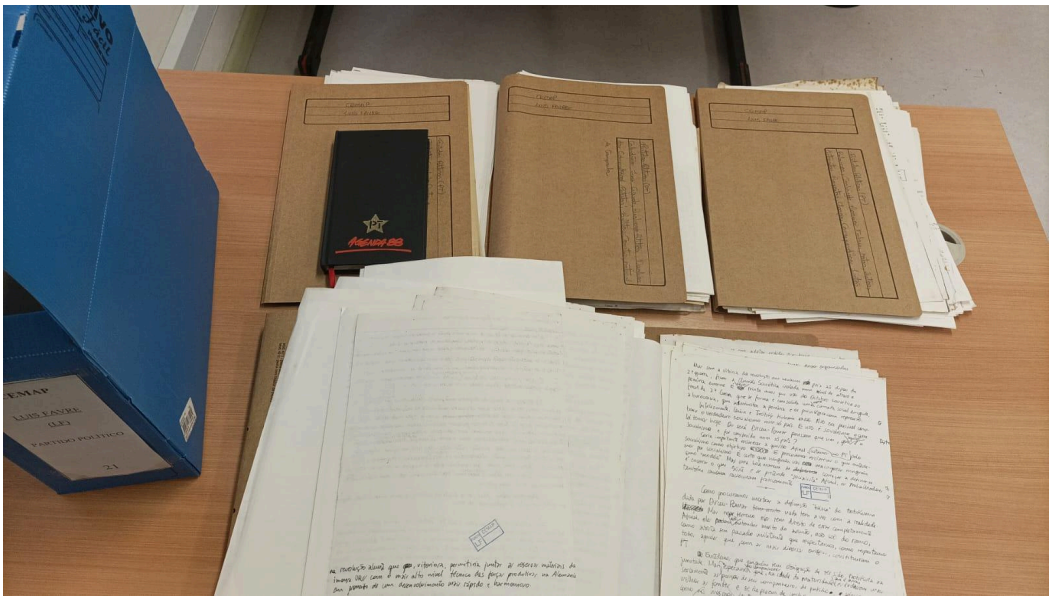
Na figura acima, observa-se um exemplo de pastas-arquivo, suporte comumente utilizado para o acondicionamento de documentos.

**Figura 140: Pastas para documentos de arquivo**




**Fonte:** Acervo do CEDEM, s/d

**Figura 141: Pastas para documentos de arquivo**



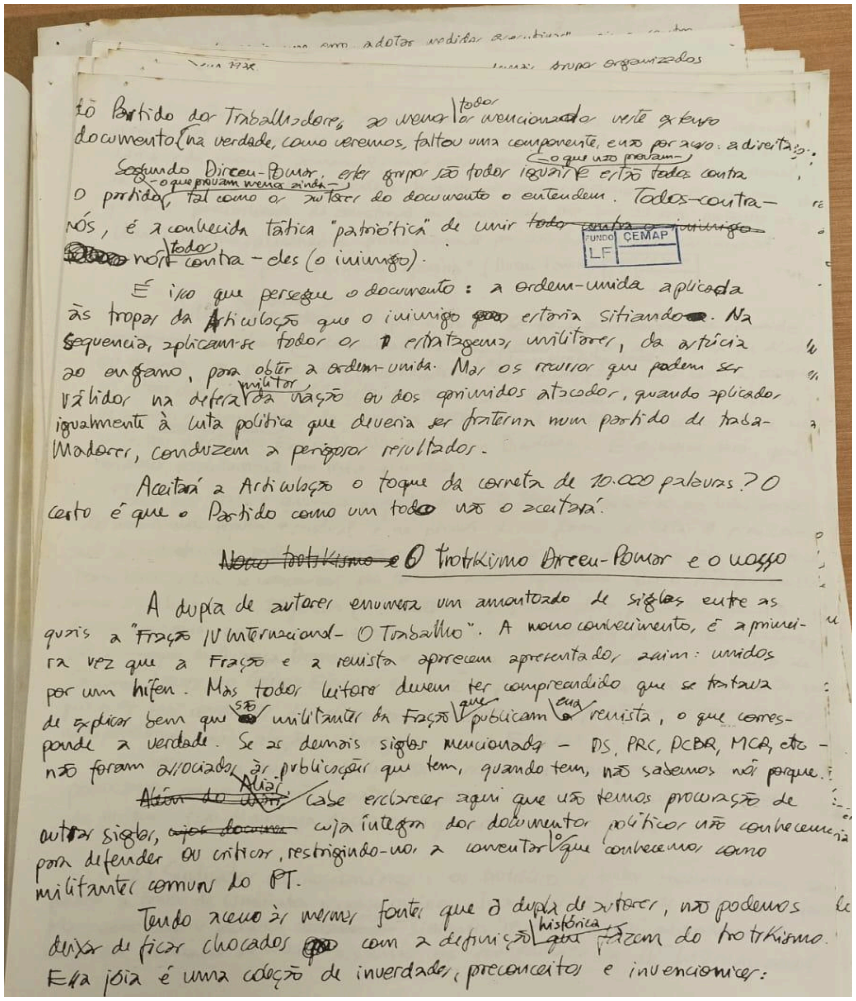
**Fonte:** Acervo do CEDEM, s/d

A seguir, verifica-se um dos principais tipos documentais produzidos e localizados em acervos de associações políticas, ou seja, as anotações.

## Anotações

As anotações, mesmo que em alguns casos não sejam consideradas um documento de arquivo, já que muitas vezes não apresenta elementos internos e externos preconizados pela diplomática, pode ser considerado um documento em virtude de sua representatividade no decorrer de uma determinada ação jurídica, administrativa e política.

**Figura 142: Anotações Políticas**



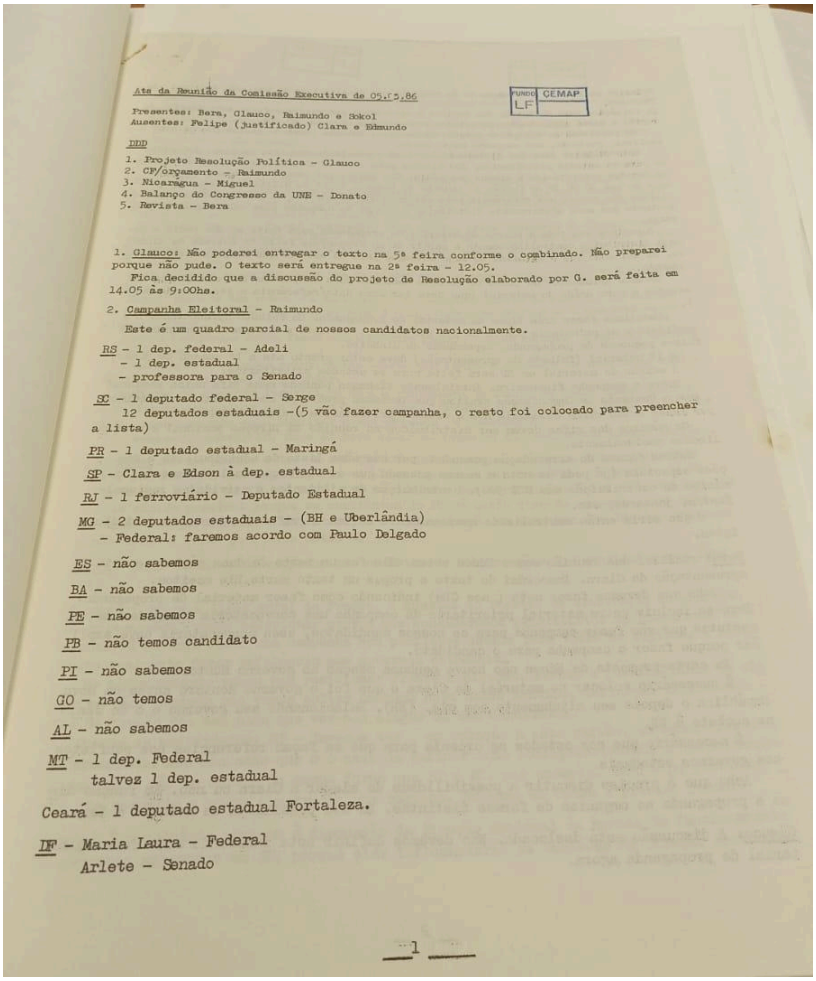

**Fonte:** Acervo do CEDEM, s/d

Na figura acima, observa-se uma anotação, possivelmente elaborada em uma reunião do partido. Não foi possível identificar a data do documento.

## Ata de Reunião

A seguir, será analisada um dos principais tipos documentais produzidos e localizados em acervos de partidos políticos brasileiros, ou seja, as atas de reuniões, conforme figura a seguir.

**Figura 143: Ata de reunião partidária**



Ata da Reunião da Comissão Executiva de 05.05.86

FUNDO CEMAP LF

Presentes: Bera, Glauco, Raimundo e Sokol
Ausentes: Felipe (justificado) Clara e Edmundo

DDD

1. Projeto Resolução Política - Glauco
2. CF/orçamento - Raimundo
3. Nicaragua - Miguel
4. Balanço do Congresso da UNE - Donato
5. Revista - Bera

1. Glauco: Não poderei entregar o texto na 5ª feira conforme o combinado. Não preparei porque não pude. O texto será entregue na 2ª feira - 12.05.
Fica decidido que a discussão do projeto de Resolução elaborado por G. será feita em 14.05 às 9:00hs.

2. Campanha Eleitoral - Raimundo
Este é um quadro parcial de nossos candidatos nacionalmente.

RS - 1 dep. federal - Adeli
- 1 dep. estadual
- professora para o Senado

SC - 1 deputado federal - Serge
12 deputados estaduais -(5 vão fazer campanha, o resto foi colocado para preencher a lista)

PR - 1 deputado estadual - Maringá

SP - Clara e Edson à dep. estadual

RJ - 1 ferroviário - Deputado Estadual

MG - 2 deputados estaduais - (BH e Uberlândia)
- Federal: faremos acordo com Paulo Delgado

ES - não sabemos

BA - não sabemos

PE - não sabemos

PB - não temos candidato

PI - não sabemos

GO - não temos

AL - não sabemos

MT - 1 dep. Federal
talvez 1 dep. estadual

Ceará - 1 deputado estadual Fortaleza.

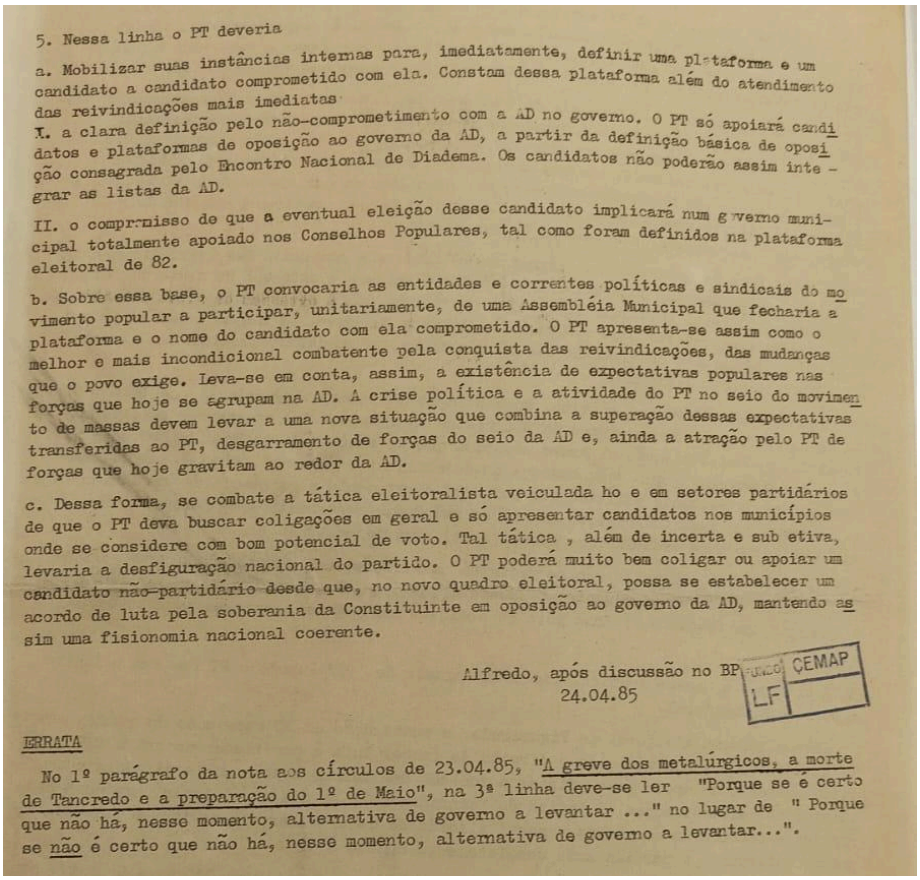
DF - Maria Laura - Federal
Arlete - Senado

1

**Fonte:** Acervo do CEDEM, s/d

Na figura acima, observa-se uma ata de reunião produzida no decorrer de uma atividade partidária. Em linhas gerais, as atas de reuniões representam as principais discussões e decisões partidárias de uma forma resumida.

**Figura 144: Ata de reunião partidária**



5. Nessa linha o PT deveria

a. Mobilizar suas instâncias internas para, imediatamente, definir uma plataforma e um candidato a candidato comprometido com ela. Constam dessa plataforma além do atendimento das reivindicações mais imediatas

I. a clara definição pelo não-comprometimento com a AD no governo. O PT só apoiará candidatos e plataformas de oposição ao governo da AD, a partir da definição básica de oposição consagrada pelo Encontro Nacional de Diadema. Os candidatos não poderão assim integrar as listas da AD.

II. o compromisso de que a eventual eleição desse candidato implicará num governo municipal totalmente apoiado nos Conselhos Populares, tal como foram definidos na plataforma eleitoral de 82.

b. Sobre essa base, o PT convocaria as entidades e correntes políticas e sindicais do movimento popular a participar, unitariamente, de uma Assembléia Municipal que fecharia a plataforma e o nome do candidato com ela comprometido. O PT apresenta-se assim como o melhor e mais incondicional combatente pela conquista das reivindicações, das mudanças que o povo exige. Leva-se em conta, assim, a existência de expectativas populares nas forças que hoje se agrupam na AD. A crise política e a atividade do PT no seio do movimento de massas devem levar a uma nova situação que combina a superação dessas expectativas transferidas ao PT, desgarramento de forças do seio da AD e, ainda a atração pelo PT de forças que hoje gravitam ao redor da AD.

c. Dessa forma, se combate a tática eleitoralista veiculada ho e em setores partidários de que o PT deva buscar coligações em geral e só apresentar candidatos nos municípios onde se considere com bom potencial de voto. Tal tática , além de incerta e sub etiva, levaria a desfiguração nacional do partido. O PT poderá muito bem coligar ou apoiar um candidato não-partidário desde que, no novo quadro eleitoral, possa se estabelecer um acordo de luta pela soberania da Constituinte em oposição ao governo da AD, mantendo assim uma fisionomia nacional coerente.

Alfredo, após discussão no BP
24.04.85

CEMAP
LF

ERRATA

No 1º parágrafo da nota aos círculos de 23.04.85, "A greve dos metalúrgicos, a morte de Tancredo e a preparação do 1º de Maio", na 3ª linha deve-se ler "Porque se é certo que não há, nesse momento, alternativa de governo a levantar ..." no lugar de " Porque se não é certo que não há, nesse momento, alternativa de governo a levantar...".

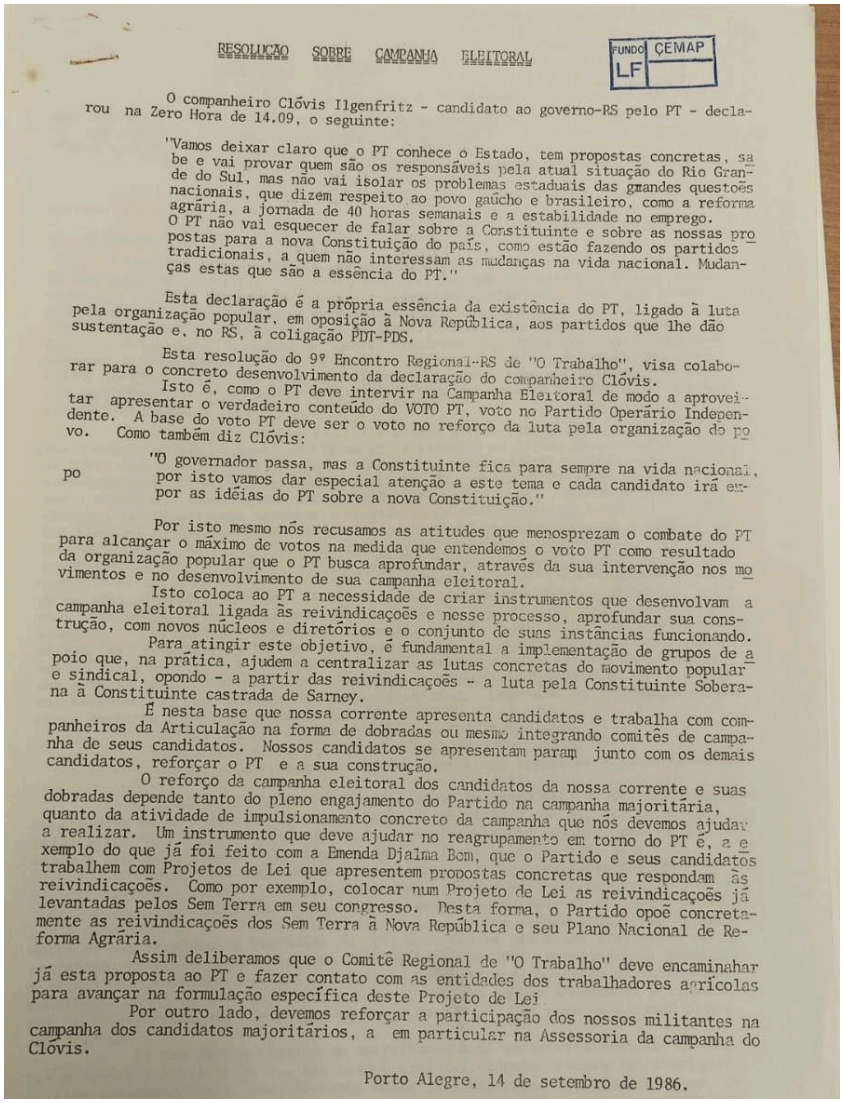
**Fonte:** Acervo do CEDEM, s/d

A seguir, verifica-se mais um tipo documental produzido e localizado em acervos de partidos políticos, ou seja, as resoluções, neste caso, trata-se de uma sobre a campanha eleitoral do partido.

## Resolução

As resoluções, assim como as internas, tem por objetivo dar diretrizes e orientações acerca de uma determinada atividade partidária, conforme será verificado na figura abaixo:

**Figura 145: Resolução sobre campanha eleitoral**



RESOLUÇÃO SOBRE CAMPANHA ELEITORAL

FUNDO CEMAP LF

O companheiro Clóvis Ilgenfritz - candidato ao governo-RS pelo PT - declarou na Zero Hora de 14.09, o seguinte:

"Vamos deixar claro que o PT conhece o Estado, tem propostas concretas, sabe e vai provar quem são os responsáveis pela atual situação do Rio Grande do Sul, mas não vai isolar os problemas estaduais das grandes questões nacionais, que dizem respeito ao povo gaúcho e brasileiro, como a reforma agrária, a jornada de 40 horas semanais e a estabilidade no emprego. O PT não vai esquecer de falar sobre a Constituinte e sobre as nossas propostas para a nova Constituição do país, como estão fazendo os partidos tradicionais, a quem não interessam as mudanças na vida nacional. Mudanças estas que são a essência do PT."

Esta declaração é a própria essência da existência do PT, ligado à luta pela organização popular, em oposição à Nova República, aos partidos que lhe dão sustentação e, no RS, à coligação PDT-PDS.

Esta resolução do 9º Encontro Regional-RS de "O Trabalho", visa colaborar para o concreto desenvolvimento da declaração do companheiro Clóvis.

Isto é, como o PT deve intervir na Campanha Eleitoral de modo a aproveitar apresentar o verdadeiro conteúdo do VOTO PT, voto no Partido Operário Independente. A base do voto PT deve ser o voto no reforço da luta pela organização do povo. Como também diz Clóvis:

"O governador passa, mas a Constituinte fica para sempre na vida nacional, po por isto vamos dar especial atenção a este tema e cada candidato irá empor as idéias do PT sobre a nova Constituição."

Por isto mesmo nós recusamos as atitudes que menosprezam o combate do PT para alcançar o máximo de votos na medida que entendemos o voto PT como resultado da organização popular que o PT busca aprofundar, através da sua intervenção nos movimentos e no desenvolvimento de sua campanha eleitoral.

Isto coloca ao PT a necessidade de criar instrumentos que desenvolvam a campanha eleitoral ligada às reivindicações e nesse processo, aprofundar sua construção, com novos núcleos e diretórios e o conjunto de suas instâncias funcionando.

Para atingir este objetivo, é fundamental a implementação de grupos de apoio que, na prática, ajudem a centralizar as lutas concretas do movimento popular e sindical, opondo - a partir das reivindicações - a luta pela Constituinte Soberana à Constituinte castrada de Sarney.

É nesta base que nossa corrente apresenta candidatos e trabalha com companheiros da Articulação na forma de dobradas ou mesmo integrando comitês de campanha de seus candidatos. Nossos candidatos se apresentam para junto com os demais candidatos, reforçar o PT e a sua construção.

O reforço da campanha eleitoral dos candidatos da nossa corrente e suas dobradas depende tanto do pleno engajamento do Partido na campanha majoritária, quanto da atividade de impulsionamento concreto da campanha que nós devemos ajudar a realizar. Um instrumento que deve ajudar no reagrupamento em torno do PT é, a exemplo do que já foi feito com a Emenda Djalma Bom, que o Partido e seus candidatos trabalhem com Projetos de Lei que apresentem propostas concretas que respondam às reivindicações. Como por exemplo, colocar num Projeto de Lei as reivindicações já levantadas pelos Sem Terra em seu congresso. Desta forma, o Partido opõe concretamente as reivindicações dos Sem Terra à Nova República e seu Plano Nacional de Reforma Agrária.

Assim deliberamos que o Comitê Regional de "O Trabalho" deve encaminhar já esta proposta ao PT e fazer contato com as entidades dos trabalhadores agrícolas para avançar na formulação específica deste Projeto de Lei

Por outro lado, devemos reforçar a participação dos nossos militantes na campanha dos candidatos majoritários, a em particular na Assessoria da campanha do Clóvis.

Porto Alegre, 14 de setembro de 1986.

**Fonte:** Acervo do CEDEM (1986)

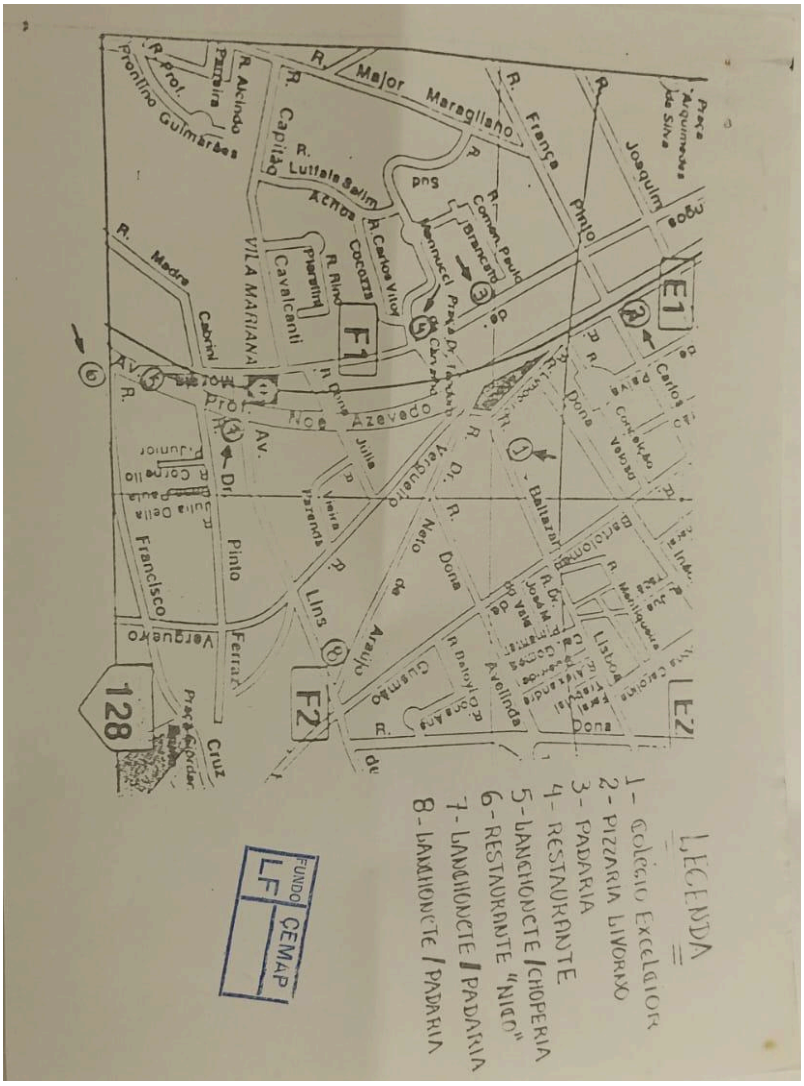
Na figura acima, observa-se um modelo de proposta de resolução sobre campanha eleitoral. O documento foi elaborado em Porto Alegre e é datado de 1986.

A seguir, será analisado um tipo documental que até então não é muito comum na produção documental de partidos políticos, isto é, as plantas arquitetônicas.

## Plantas Arquitetônicas

As plantas arquitetônicas, em particular, é um tipo documental muito incomum em acervos de partidos políticos brasileiros, conforme pode ser verificado na figura abaixo:

**Figura 146: Plantas Arquitetônicas**




**Fonte:** Acervo do CEDEM, s/d

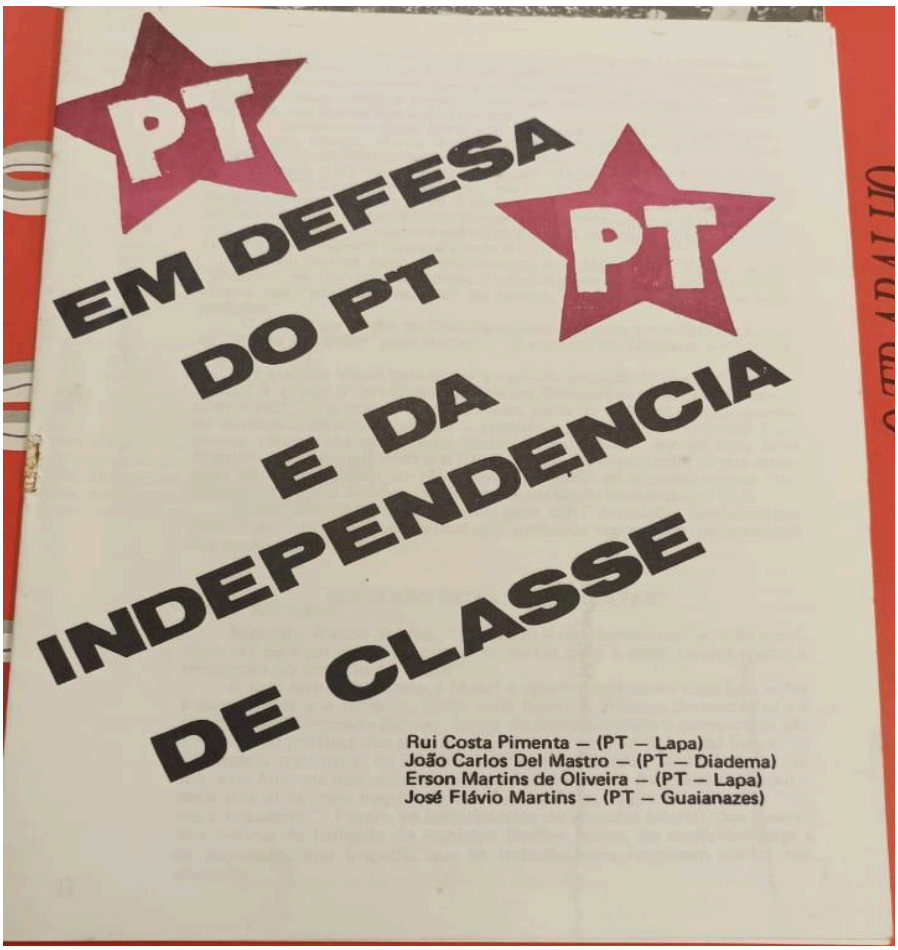
Na figura acima, observa-se uma planta arquitetônica, em aparência, tudo indica que se trata de um local, possivelmente onde será construída uma sede para o partido realizar suas atividades políticas. Não foi possível identificar qual seria este local, tampouco a data de elaboração da planta arquitetônica.

A seguir, verifica-se um tipo documental bastante comum em arquivos de associações políticas, isto é, as cartilhas.

**Cartilha**

As cartilhas, em geral, são elaboradas para a formação política de militantes de partidos políticos. No Acervo do CEDEM, foram localizados inúmeros exemplares deste tipo documental.

**Figura 147: Cartilha de formação política**




**Fonte:** Acervo do CEDEM, s/d

Na figura acima, observa-se um modelo de cartilha produzida pelo PT. Essas cartilhas são basicamente orientações e diretrizes da política ideológica do partido,

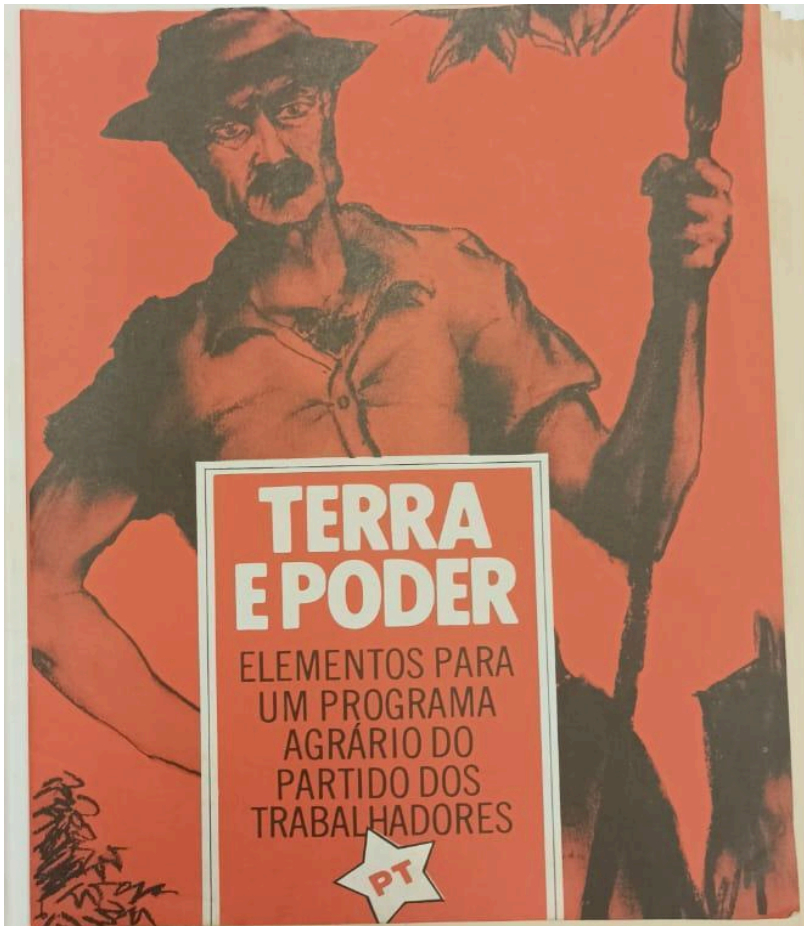
servindo como uma espécie de manual de conduta para a realização de atividades partidárias de acordo com os princípios estabelecidos pelo partido.

A seguir, analisa-se o programa de governo, sendo este um dos tipos documentais mais produzidos e que foram recuperados em acervos de partidos políticos no Brasil.

## Programa de Governo

Os programas de governo servem como um instrumento de comunicação e propaganda partidária junto aos eleitores, já que apresenta de maneira bastante sintética as propostas do partido para a população de um determinado território.

**Figura 148: Programa de Governo para as eleições**




**Fonte:** Acervo do CEDEM, s/d

Na figura acima, observa-se um programa de governo produzido pelo PT para o processo político-eleitoral. Todavia, não foi possível identificar qual eleição em específico, tampouco o ano de confecção do material para divulgação.

## Cadernos

Os cadernos de formação política tem por objetivo elaborar diretrizes e contribuir na formação política dos militantes, gestores e parlamentares do partido, conforme serão verificados a seguir.

**Figura 149 - Cadernos de Formação Política**

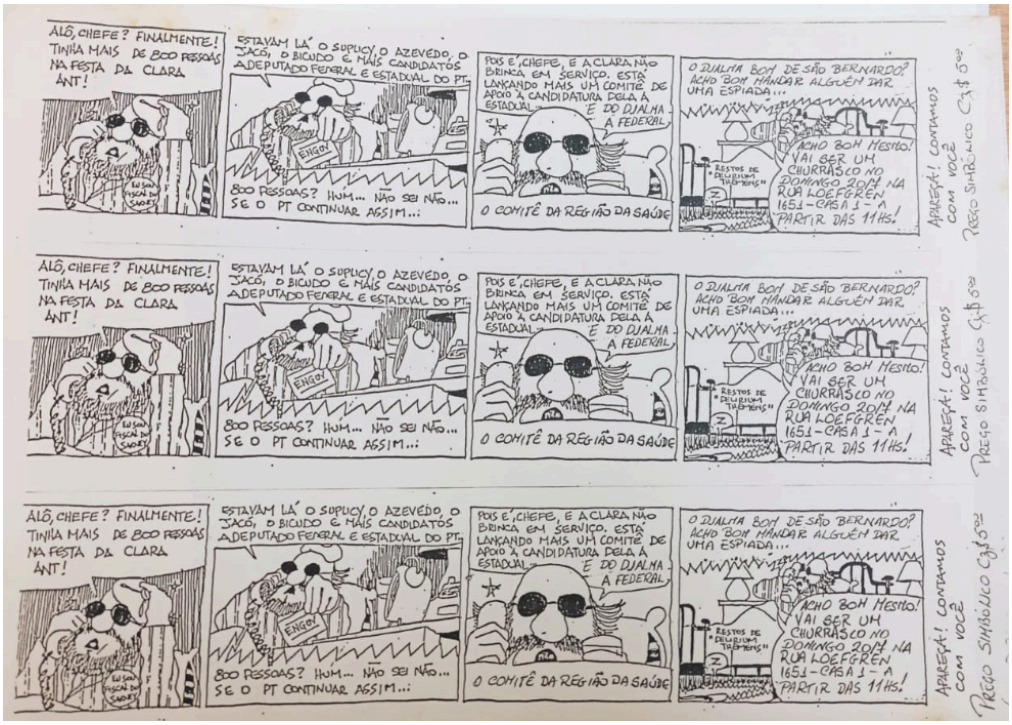



**Fonte:** Acervo do CEDEM, s/d

## Charges

As charges, encontradas na maioria dos diretórios analisados e diagnosticados até este momento, representam uma personalidade ou um determinado contexto político.

**Figura 150 - Charges Políticas**




**Fonte:** Acervo do CEDEM, s/d

No que diz respeito à organicidade do acervo do CEDEM, em um primeiro momento, foi possível observar que a instituição dispõe de políticas documentais, organização, conservação e preservação e de instrumentos de gestão e pesquisa.

## Descrição do acervo com base na norma Nobrade

## 1 Área de identificação

### 1.1 Código de referência

BR - PT

Partido dos Trabalhadores (Brasil)

### 1.2 Título

Acervo do Partido dos Trabalhadores

**1.3 Data(s)**

Não informado

**1.4 Nível de descrição**

Fundo (1)

**1.5 Dimensão e suporte**

Textuais, bibliográficos, audiovisuais, iconográficos, fotografias.

**2 Área de contextualização**

**2.1 Nome(s) dos produtor(es)**

Partido dos Trabalhadores.

**2.2 História administrativa / biografia**

Não informado

**2.3 História arquivística**

Natureza Jurídica: privada

Classificação: fundo

**2.4 Procedência**

Documentação recolhida de diretórios estaduais, municipais, comissões provisórias e doados por militantes, filiados, simpatizantes ou outros movimentos sociais.

**3 Área de conteúdo e estrutura**

**3.1 Âmbito e conteúdo**

A documentação retrata os principais fatos e acontecimentos históricos ocorridos no período da Ditadura Militar e do surgimento do partido.

Principais documentos localizados no acervo: Fotografias, cartas, jornais e recortes de jornais, boletins, boletins informativos, roteiro para plenárias, planilhas, planilhas financeiras, proposta de resolução, proposta de resolução interna, pastas-arquivo, anotações, anotações políticas, atas, atas de reuniões, resolução, resolução sobre campanha eleitoral, plantas arquitetônicas, cartilhas, cartilha de formação política, programas de governo, programa de governo para as eleições, cadernos, cadernos de formação política, charges, charges políticas.
Principais atividades registradas: Atos políticos, mobilizações, manifestações, reuniões, ato de campanha eleitoral, visitas de autoridades e lideranças políticas, panfletagem, plenária municipal, encontro partidário, comício eleitoral.

### 3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade

O acervo do Partido dos Trabalhadores sob a custódia do Centro de Documentação e Memória da Unesp possui plano de classificação e tabela de temporalidade.

### 3.3 Incorporações

Recolhimento por meio de outros diretórios do Partido dos Trabalhadores, arquivos pessoais, centrais sindicais e movimentos sociais.

### 3.4 Sistema de arranjo

Dado não informado.

## 4 Área de condições de acesso e uso

### 4.1 Condições de acesso

Acesso permitido a estudantes, pesquisadores e a comunidade acadêmica e externa.

### 4.2 Condições de reprodução

Digitalização e microfilmagem

### 4.3 Idioma

Português, espanhol e francês.

### 4.4 Características físicas e requisitos técnicos

Em geral, a documentação apresenta boas condições físicas e materiais.

### 4.5 Instrumentos de pesquisa

O acervo do Partido dos Trabalhadores em custódia do Centro de Documentação e Memória da Unesp possui instrumentos de pesquisa: guia.

## 5 Área de fontes relacionadas

### 5.1 Existência e localização dos originais

A demais documentação do PT de Marília pode ser recuperada ou está em custódia no Diretório Nacional (Fundação Perseu Abramo e Centro Sérgio Buarque de Holanda), Diretório Municipal de Marília, Diretório Municipal de Tupã, Diretório Municipal de Taubaté, Diretório Municipal de Jacareí, Diretório Municipal de Lins, Diretório Municipal de Penápolis, Diretório Municipal de Garça, Diretório Municipal de Bauru, Diretório Municipal de São José do Rio Preto, Instituto de Estudos Brasileiros (Universidade de São Paulo), Diretório Municipal de Osasco, Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Universidade Estadual Paulista - Campus de Assis), Arquivo Público do estado de São Paulo (APESP) e no Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM).

### 5.2 Existência e localização de cópias

A demais documentação do PT de Marília pode ser recuperada ou está em custódia no Diretório Nacional (Fundação Perseu Abramo e Centro Sérgio Buarque de Holanda), Diretório Municipal de Marília, Diretório Municipal de Tupã, Diretório Municipal de Taubaté, Diretório Municipal de Jacareí, Diretório Municipal de Lins, Diretório Municipal

de Penápolis, Diretório Municipal de Garça, Diretório Municipal de Bauru, Diretório Municipal de São José do Rio Preto, Instituto de Estudos Brasileiros (Universidade de São Paulo), Diretório Municipal de Osasco, Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Universidade Estadual Paulista - Campus de Assis), Arquivo Público do estado de São Paulo (APESP) e no Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM).

**5.3 Unidades de descrição relacionadas**

**5.4 Nota sobre publicação**

**6 Área de notas**

**6.1 Notas sobre conservação**

Documentação em bom estado de conservação, higienização e preservação.

**6.2 Notas gerais**

Documentação dispersa, caracterizando a fragmentação documental, assim como a falta de peças documentais.

**7 Área de controle da descrição**

**7.1 Nota do arquivista**

Embora o diretório de Lins não possua um acervo físico, a documentação mantém-se junto a sua militância, que adota um padrão de organização e preservação própria, ou seja, essa prática não está baseada em diretrizes arquivísticas.

**7.2 Regras ou convenções**

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G): norma geral internacional de descrição arquivística, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo,

Suécia, 19-22 de setembro de 1999. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 119 p. (Publicações técnicas, n. 49).

### 7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)

novembro-dezembro de 2024.

## 8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

### 8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

Partido dos Trabalhadores; PT; Acervo do Partido dos Trabalhadores; Centrais Sindicais; Entidades Sindicais; Central única dos trabalhadores; CUT; Movimentos Sociais; Centro de Documentação e Memória da UNESP; UNESP.

Com base no processo de análise e diagnósticos realizados nos diretórios do partido e nas instituições documentais universitárias, verificou-se que todas elas custodiam e preservam acervos do PT. Todavia, algumas dessas instituições não apresentaram e tampouco possuem instrumentos arquivísticos para o processo de produção, organização, representação, gestão, preservação e acesso às informações e do conhecimento produzidos pelo PT no estado de São Paulo. Contudo, foram identificadas pelo menos quatro instituições que seguem parâmetros arquivísticos para atender aos processos arquivísticos acima mencionados, como a FPA, IEB, CEDAP e o CEDEM. A exceção do CEDAP, localizado no interior do estado, as demais instituições documentais estão localizadas na cidade de São Paulo, ou seja, apresentam estruturas melhores para os processos arquivísticos, assim como para a organização do conhecimento produzido pelo Partido dos Trabalhadores ao longo do tempo. Vale lembrar que apenas a FPA é ligada diretamente ao PT, já as outras são ligadas a instituições universitárias.

Nessa reflexão, uma outra premissa que se discute é o fato das instituições que estão na cidade de São Paulo receberem um suporte maior para a organização e preservação dos acervos documentais do partido, seja das próprias universidades ou do próprio PT. Em contrapartida, os acervos localizados nas regiões do interior do

estado se encontram em uma situação de total abandono e falta de estrutura para sua conservação e organização.

Para resumir, verifica-se no quadro 23, as principais definições e detalhamentos das espécies, tipos e gêneros documentais do PT que foram produzidos e localizados nos acervos analisados e diagnosticados até o presente momento:

**Quadro 23: Tipos documentais do PT**

| ESPÉCIE DOCUMENTAL | TIPO DOCUMENTAL | GÊNERO DOCUMENTAL | DEFINIÇÃO TÉCNICA |
|---|---|---|---|
| Fotografias | Fotografias Emolduradas | Iconográfico | Imagem produzida pela ação da luz sobre película coberta por emulsão fotossensível, revelada e fixada por meio de reagentes químicos (Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, 2005). Técnica ou arte de produzir imagens visíveis pela ação da luz, que fixa essas imagens de modo direto e durável sobre uma superfície sensibilizada; foto (Cunha e Cavalcanti, 2008). |
| Requerimentos | Requerimento de solicitação de verba | Textual | Pedido formal por escrito; queixa, petição (Cunha e Cavalcanti, 2008). |
| Folhetos | Folhetos de campanha e propaganda eleitoral | Textual | Documento bibliográfico que se caracteriza principalmente por seu formato formato semelhante ao de um livro, com um mínimo de cinco e máximo de 48 páginas (Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, 2005). |
| Oficios | Ofício direcionado a uma autoridade superior | Textual | Comunicação escrita e formal entre autoridades da mesma categoria, ou de inferiores a superiores hierárquicos" ou "que as autoridades e secretarias em geral endereçam umas às outras, ou a particulares, e que se caracteriza não só por obedecer a determinada fórmula epistolar, mas, também pelo formato do papel (Cunha e Cavalcanti, 2008). |
| Plantas | Plantas | Iconográfico | Documento que descreve, de forma |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | arquitetônicas | | gráfica ou fotogramétrica, geralmente em escala e em meio plano, características físicas e abstratas selecionadas da superfície terrestre ou de um corpo celeste (Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, 2005).<br><br>Gênero documental integrado por documentos documentos que documentos contêm representações gráficas da superfície terrestre ou de corpos celestes e desenhos técnicos (Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, 2005) |
| Jornais/Recortes de jornais | | Textual | Publicação seriada, que aparece a intervalos regulares, em geral diariamente, com informações sobre a atualidade, de interesse para uma ampla comunidade, acompanhadas de comentários e ilustrações. Cada edição traz numeração e data de publicação (Cunha e Cavalcanti, 2008). |
| Charges | **Charges Políticas** | Textual | Caricatura (Cunha e Cavalcanti, 2008). |

**Fonte**: elaboração própria

Em síntese, este apêndice apresenta de forma parcial o processo de mapeamento, análise e diagnóstico dos acervos documentais do PT no estado de São Paulo. Além deste processo, foram apresentadas as condições estruturais da maioria desses acervos, sendo que dos 14, pelo menos 4 acervos apresentam elementos satisfatórios do ponto de vista arquivístico, como a FPA, IEB, CEDAP e o CEDEM, em contrapartida, foi constatado que nenhum diretório do PT se enquadra nos parâmetros arquivísticos em termos de organicidade.